



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UFBA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NPGA-NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

ANTONIO RENILDO SANTANA SOUZA

**AS RELAÇÕES ENTRE A REFORMA DO ESTADO E A
DOMINAÇÃO DO CAPITAL NA CHINA:
AS TRANSFORMAÇÕES PÓS-1978**

Salvador
2007

ANTONIO RENILDO SANTANA SOUZA

**AS RELAÇÕES ENTRE A REFORMA DO ESTADO E A
DOMINAÇÃO DO CAPITAL NA CHINA:
AS TRANSFORMAÇÕES PÓS-1978**

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Nelson de Oliveira Santos

Salvador
2007

Escola de Administração - UFBA

S729 Souza, Antonio Renildo Santana
As relações entre a reforma do estado e a dominação do capital na
China: as transformações pós-1978 / Antonio Renildo Santana Souza –
2007.

367 f.

Orientador: Prof. Dr.Nelson de Oliveira Santos.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de
Administração, 2007.

1. Capital (Economia) - China. 2. Socialismo. 3. Administração
pública - China. 4. Disparidades econômicas regionais – China. I.
Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Santos,
Nelson de Oliveira. III. Título.

331

CDD 20. ed.

TERMO DE APROVAÇÃO

ANTONIO RENILDO SANTANA SOUZA

AS RELAÇÕES ENTRE A REFORMA DO ESTADO E A DOMINAÇÃO DO CAPITAL NA CHINA: AS TRANSFORMAÇÕES PÓS-1978

Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Administração, do Núcleo de Pós-graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora.

Salvador, 20 de abril de 2007

Prof. Dr. Nelson de Oliveira Santos – Orientador
Doutor em Ciências Econômicas - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Escola de Administração - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Luís Manuel Rebelo Fernandes
Doutor em Ciência Política – Sociedade Brasileira de Instrução (SBI/IUPERJ)
Universidade Federal Fluminense, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro,
Ministério da Ciência e Tecnologia

Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho
Doutor em Ciências Econômicas - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof. Dr. Paulo Antonio de Freitas Balanco
Doutor em Ciências Econômicas - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira
Doutor em História Econômica - Universidade de São Paulo (USP)
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal da Bahia (UFBA)

A
Gisélia e às nossas filhas,
Laura e Flávia.

AGRADECIMENTOS

Houve muitas e variadas formas de apoio presentes durante o desenvolvimento deste estudo. Em casa, contei, em todas horas, com o apoio e a confiança de Gisélia, minha esposa. Ela, também doutoranda no mesmo período, em outra área, acompanhou cada momento da elaboração deste texto, ouvindo e opinando, sempre.

Inicialmente, quero destacar a orientação do professor Nelson Oliveira. Ao redigir o texto da tese, tive relativa facilidade, porque ele ajudou-me a esclarecer a problematização do tema, o desafio do problema a ser respondido, a profundidade do referencial teórico, bem como as chaves para projeto de qualificação e para o plano e roteiro da exposição do texto. Além disso, contei com a vantagem do rigor científico, da paciência e do desprendimento desse professor e amigo. Preciso ressaltar, também, a colaboração dos professores Paulo Balanco e Muniz Ferreira, que demonstraram interesse e preocupação em contribuir por ocasião do exame de qualificação.

Devo agradecer ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA), na Escola de Administração da UFBA, e, especialmente, aos professores Maria Tereza Franco Ribeiro e Reginaldo Silva, como aos demais professores e aos funcionários. Agradeço às professoras Livia Simões e Rita Cerqueira, pelo empenho na viabilização da minha licença, por um semestre, das atividades de ensino no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET-BA), na fase de conclusão do curso de doutorado.

Por fim, lembro-me do apoio do dileto amigo Olival Freire Júnior para que eu fizesse o doutorado. Recordo-me da amiga Ediná Alves que me ajudou na infra-estrutura, com as melhores condições para a redação deste texto, em determinado momento, e registro a convivência cordial e enriquecedora com meus colegas de turma no curso, a exemplo do amigo pernambucano Romilson Cabral.

RESUMO

Esta tese tem o objetivo de avaliar as principais relações entre o Estado e a dominação do capital na experiência das reformas pós-1978 na China. Diante de tanta atenção e interpretações variadas sobre as transformações chinesas recentes, buscou-se, neste estudo, demarcar campo, do ponto de vista teórico-metodológico, respaldando-se nas conceituações e debates dos marxistas. Foram comparados os períodos de Mao Zedong e das reformas de Deng Xiaoping, constatando-se a continuidade do sistema Partido-Estado, com maior alienação dos trabalhadores do poder político, e a ruptura sistêmica da construção socialista. O Estado recuou em sua orientação econômica e na construção de uma nova ordem social. A nova estratégia, sem contemplar alternativas eventualmente possíveis, consistiu no fim da planificação (plano sem privatização) e gestão estatais, nas formas organizacionais da coletivização da agricultura e nas comunas populares e a privatização das empresas estatais. O propalado gradualismo significou uma marcha ascendente de liberalização da economia: regulação pelo mercado, predomínio da propriedade privada, mercado de trabalho liberalizado, integração na economia mundial balizada, agora, pelo livre-cambismo da OMC. Os objetivos do desenvolvimento econômico acelerado e da construção da China como uma das principais potências ou superpotência basearam-se em uma abordagem híbrida. Assim, há, ao mesmo tempo, combinação e contradição, tanto de desenvolvimentismo estatista e liberalismo, quanto de nacionalismo e cosmopolitismo. As implicações de ruína do meio ambiente e de agravamento das desigualdades sociais e regionais, sobretudo a crise no campo, mostram os limites e contradições da restauração capitalista na China.

Palavras-chave: China, reformas, Estado, capital, socialismo, mercado, desigualdades.

ABSTRACT

This thesis aims to evaluate the main connections between the State and the capital domination in post-1978 reforms in China. There are many variations about the interpretation over China's transformations. But, in this study, both the methodology and the theory are based on the marxism concepts and debates. The periods of Mao Zedong and Deng Xiaoping's reforms were compared. The historical continuity of the Party-State system evolves to the complete alienation of the working classes of the political power. The economic reforms broke up with the building of the socialism. Following on from this, the economic planning (without privatization), the agriculture collectivization and the popular communes were ended. The privatization of state-owned enterprises goes on. The State's gradualistic strategy did not prevent growing economic liberalization and capital domination from happening: market regulation, dominant private property, severe exploitation of workers, integration in the world economy by WTO. The hybrid approach orients the fast development and China's way towards the status of one of main potencies or superpotency in the world. Hence, there are, at same time, combination and contradiction in China's strategy. The reforms are based on as much statist development as liberalism, as much nationalism as cosmopolitanism. In this course, the implications are: run-down environmental problems, more social and regional inequalities, new crisis in the countryside. The outcomes show the contradictions of the capitalist restoration in China.

Key-words: China, reform, State, capital, socialism, development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Participação das firmas estrangeiras nas exportações totais da China (em %)	244
Figura 2 - Depósitos e empréstimos bancários (em % do PIB)	256

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Participação privada em empresas e projetos na China em infra-estrutura, insumos e bancos – período de 2000 a 2005	233-4
Quadro 2	Os 10 países com mais exportações e os 10 com mais importações em 2005	245
Quadro 3	Posição das firmas chinesas na lista das 500 maiores empresas do mundo em 2006, conforme a revista <i>Fortune</i>	251

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação da China no comércio mundial (em %)	156
Tabela 2 - Distribuição das transações de 1978 a 2003, segundo a forma de determinação dos preços (em %)	194
Tabela 3 – Emprego em empresas, conforme o tipo de propriedade (em milhões de pessoas e em %)	219
Tabela 4 - Perfil da estrutura industrial com empresas com faturamento a partir de cinco milhões de <i>yuans</i> (em moeda corrente)	229
Tabela 5 – Número de empresas privadas domésticas (em milhões)	232
Tabela 6 – Número de empresas estatais e não-estatais do setor industrial (em milhares e em %)	235
Tabela 7 – Produto interno bruto de 1978 a 2000 (em bilhões de <i>yuans</i>)	236
Tabela 8 – Valor do produto industrial bruto de empresas com faturamento maior do que 5 milhões de <i>yuans</i> (em bilhões de <i>yuans</i>)	237
Tabela 9 – Investimento direto externo no período 1996-2002 (em milhões de dólares)	242
Tabela 10 - Evolução do comércio exterior da China no período de 1995 a 2005 (em milhões de dólares)	245
Tabela 11 – Composição do comércio de alta tecnologia da China em 2003	246
Tabela 12 – Perfil da China	2267

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACFTU	Federação dos Sindicatos da China, ou central sindical (<i>All-China Federation of Trade Unions</i>)
ACS	Academia de Ciências Sociais
ADB	Banco de Desenvolvimento da Ásia
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
ANZ	Grupo Bancário Austrália & Nova Zelândia
BDAC	Banco de Desenvolvimento Agrícola da China
BM ou WB	Banco Mundial (<i>World Bank</i>)
CBRC	Comissão Reguladora Bancária da China (<i>China Banking Regulatory Commission</i>)
CEDR	Comissão Estatal para o Desenvolvimento e a Reforma
CG	Coefficiente de Gini
CNY	Moeda nacional da China: <i>yuan</i> (ou <i>renminbi</i>)
CNP ou CP ou ANP	Congresso Nacional do Povo (também chamado Congresso do Povo ou Assembléia Nacional Popular)
FIEs	Empresas estrangeiras (<i>foreign investment enterprises</i>)
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRCP	Grande Revolução Cultural Proletária
HPFs	Agências de Financiamento da Habitação (<i>Housing Provident Funds</i>)
Hukou	Sistema de registro do domicílio
IDE ou <i>FDI</i>	Investimento direto estrangeiro (<i>foreign direct investment</i>)
CFC ou IFC	Corporação Financeira Internacional, subsidiária do Banco Mundial
NEI	Nova Economia Institucional
NEP	Nova Política Econômica
NME	Economia não-mercantil (<i>non-market economy</i>)
OCDE ou OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC ou WTO	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCh ou PCC	Partido Comunista da China
P&D	Pesquisa e desenvolvimento
RLCL	Lei de contratação de terra rural (<i>rural land contracting law</i>)
SEZs ou ESZs	Zonas econômicas especiais (<i>special economic zones ou economic special zones</i>)
SOEs	Empresas estatais (<i>state-owned enterprises</i>)
TINA	“Não há alternativa (ao neoliberalismo)” (<i>there is no alternative</i>)
TINNFA	“Não há necessidade de alternativa (ao capitalismo)” (<i>there is no need for an alternative</i>)
TVEs	Empresas de vilas e aldeias (<i>township and village enterprises</i>)
UBS	Union Bank Switzerland
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
USP	Unidades de serviço público (<i>shiye danwei</i>)

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1	CAPÍTULO I: O SOCIALISMO PERANTE O DESAFIO DO MERCADO	32
1.1	INDICAÇÕES GENÉRICAS DO PROJETO DO SOCIALISMO CLÁSSICO	32
1.1.1	Socialismo como Período de Transição	31
1.1.2	Propriedade e Mercado	39
1.1.3	Estado	41
1.1.4	Longo e Doloroso Parto	43
1.2	SOCIALISMO EVOLUCIONÁRIO	41
1.2.1	A Marcha Natural da Ampliação da Riqueza	48
1.3	DEBATE SOVIÉTICO NOS ANOS 20	51
1.3.1	Nova Política Econômica (NEP)	52
1.3.1.1	Burocratismo	56
1.3.1.2	O Problema da Expectativa em Relação à Revolução Mundial	54
1.3.1.3	A NEP como Modelo	61
1.3.1.4	O Desafio da Democracia nas Circunstâncias da Origem do Estado Soviético	63
1.3.2	Oposições e Estratégia Econômica	66
1.3.2.1	Mercado Mundial e Acumulação Socialista	66
1.3.2.2	Ideologização Mercantil e o Socialismo Apoiado nas Próprias Forças	70
1.4	O DESAFIO DO MERCADO	74
1.4.1	O Debate do Cálculo Econômico	74
1.4.2	Mercado e Plano	78
1.4.3	Mercado	81
1.4.4	Socialismo <i>de</i> Mercado	83
1.4.5	Socialismo <i>com</i> Mercado	84
1.4.6	Mercado Socializado	90
1.5	ESTRATÉGIA POLÍTICA E SOCIALISMO	92

1.6	A QUEDA DO SOCIALISMO REAL	95
1.7	ACERCA DAS PERSPECTIVAS DO SOCIALISMO E DO MODELO ECONÔMICO NOVO E VIÁVEL	98
2	CAPÍTULO II: PERÍODO MAO: ENTRE A MOBILIZAÇÃO DE MASSAS, DE UM LADO, E O ESTADO E A ECONOMIA, DE OUTRO	103
2.1	COMPLEXIDADE SOCIAL	105
2.2	INVASÃO, OCUPAÇÃO E HUMILHAÇÃO DA CHINA	103
2.3	PAÍS DIVIDIDO, PODER EM DISPUTA	111
2.3.1	Nacionalistas Revolucionários e Comunistas	113
2.3.2	A Estratégia Revolucionária de Mao	116
2.4	A VONTADE DAS MASSAS PARA CONSTRUIR A ECONOMIA E O SOCIALISMO	119
2.4.1	O Difícil Desafio ao Novo Regime	119
2.4.2	Como Combinar Construção do Estado e Ataque às Autoridades.	121
2.4.3	O Método das Campanhas de Massasa	126
2.4.4	Reforma Agrária e Começo das Mudanças	129
2.4.5	Pensamento Mao em Economia: um Plano é uma Ideologia	131
	Prmeiro, o Plano, depois os Preços	
2.4.6	<i>O Grande Salto à Frente</i>	136
2.4.7	Revolução Cultural: Esquerdismo <i>versus</i> Caminho Capitalista?	142
2.4.8	Síntese com Alguns Resultados Econômicos e Sociais	155
2.5	CONTEXTO INTERNACIONAL: CERCO <i>VERSUS</i> ATIVISMO REVOLUCIONÁRIO.	159
2.6	MAO: 70% DE ACERTOS E 30% DE ERROS?	163
3	CAPÍTULO III: A REORIENTAÇÃO DO ESTADO	167
3.1	VIRAGEM INTERPRETATIVA: A CONSTRUÇÃO DO NOVO DISCURSO DO PCCh PÓS-MAO	167
3.2	VIRAGEM NO NÚCLEO DO PODER POLÍTICO	171
3.3	VIRAGEM NA ORIENTAÇÃO ECONÔMICA: ESTADO E CAPITAL NA MODERNIZAÇÃO DA CHINA	177

3.3.1	Origem e Lógica das Reformas	180
3.3.2	Planificação e Gestão Estatais e Mercado	190
3.3.3	Em Busca da Conciliação com a Tese do Estado Mínimo	197
4	CAPÍTULO IV: AS REFORMAS TENDENTES À RECONSTITUIÇÃO DA DOMINAÇÃO DO CAPITAL	201
4.1	DESCOLETIVIZAÇÃO NO CAMPO	201
4.1.1	Sucesso da Descoletivização ou dos Efêmeros Preços Altos Subsidiados?	202
4.1.2	Crise Social e Ambiental no Campo	204
4.1.3	Desresponsabilização do Estado	205
4.1.4	A Cantilena dos Direitos de Propriedade	207
4.2	LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO	209
4.2.1	Gigantesco Reservatório de Mão-de-Obra no Campo	211
4.2.2	Portas Abertas para a Exploração do Trabalho	214
4.2.3	A Assim Chamada Flexibilização Contratual	215
4.2.4	Informalidade Massiva	216
4.2.5	Reforma das Estatais como Sinônimo de Desemprego em Massa	217
4.2.6	Desmonte da Seguridade Social	219
4.3	DESESTATIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA	221
4.3.1	A Nova Forma da Industrialização Rural	223
4.3.2	A Vez das Reformas nas Empresas Estatais Urbanas	224
4.3.3	A Guinada Privatista	226
4.3.4	Encolhimento Produtivo das Estatais	234
4.4	INTEGRAÇÃO À ECONOMIA MUNDIAL	238
4.4.1	Zonas Econômicas Especiais	239
4.4.2	Capital Estrangeiro para Produzir e Exportar	240
4.4.3	A Via Exportadora	243
4.4.4	Montagem para Exportações <i>versus</i> Capacitação Tecnológica	246
4.4.5	A Adesão à OMC	248
4.4.6	Nova Divisão Internacional e Regional do Trabalho	249
4.5	O IMBRÓGLIO DA DESESTATIZAÇÃO FINANCEIRA	252
4.5.1	Quando o Plano de Crédito Sai de Cena	252

4.5.2	Liberalização Bancária	256
4.5.3	Bolsas Cada Vez Mais Importantes	260
4.5.4	Casamento da Finança com a Concentração da Riqueza	262
4.5.5	O Que Fazer com um Trilhão de Dólares	263
5	CAPÍTULO V: AS IMPLICAÇÕES E AS CONTROVÉRSIAS DA REFORMA DO ESTADO E DA DOMINAÇÃO DO CAPITAL NA CHINA	266
5.1	ECONOMICISMO	267
5.1.1	Atraso Econômico	267
5.1.2	Foco no Desenvolvimento das Forças Produtivas	269
5.1.3	Determinismo Tecnológico	273
5.1.4	Gradualismo	276
5.1.5	Produtivismo Predatório	280
5.2	A CHINA E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO	282
5.2.1	Perspectiva histórica e mundial	282
5.2.2	A Questão da Pertinência da Via Chinesa	287
5.2.3	China, Grande Potência de Primeira Ordem ou Futura Superpotência	294
5.3	DOMINAÇÃO DO CAPITAL	296
5.3.1	Mercado e Socialismo	296
5.3.2	A NEP como Ensaio e Justificativa das Reformas Chinesas.	300
5.3.3	Poder Decisório do Estado	303
5.3.4	Desigualdades e Classes Sociais	311
5.3.5	Restauração ou Renovação do Capitalismo na China	319
5.3.6	Protestos e Efeitos Políticos	327
6	CAPÍTULO VI: CONCLUSÕES	333
	REFERÊNCIAS	348

INTRODUÇÃO

Mais de um quarto de século depois que a China se lançou no caminho do mercado, é hora de uma avaliação rigorosa e de fazer algumas perguntas cruciais.

Yiching Wu (2005, p. 44).

O Partido Comunista da China, na III Sessão Plenária do 11º Comitê Central, em dezembro de 1978, justificou o lançamento da assim chamada reforma econômica como uma modernização socialista. A empreitada modernizadora seria levada à prática pelo capital (nacional, inclusive da diáspora chinesa, e o estrangeiro) e pelo Estado (crédito, subsídios, infra-estrutura), que atuariam como parceiros e protagonistas. Em vez de restauração ou renovação do capitalismo na China, seria uma estratégia de usar o capitalismo, aproveitar seu capital, tecnologia e mercados, para construir seu antípoda, o socialismo. Sem a rigidez importada do velho modelo soviético e sem o voluntarismo dos grandes planos maoístas, tratava-se de respeitar as condições particulares da China, construindo-se aquilo que veio a receber o título de ‘socialismo com características chinesas’. Na medida em que avançava a reforma chinesa, o título foi mudando, cada vez mais, para ‘socialismo de mercado’.

A idéia, simplista, é que o erro do socialismo real foi a oposição entre plano e mercado, ou dito de outra forma, socialismo sem mercado. Afora essas questões, no período recente da China também se mantém o apelo da unidade nacional, com o retorno de Hong Kong e a exigência de reunificação com Taiwan. Nesse processo, transparece a retórica nacionalista do resgate do papel grandioso da China, em seu passado milenar, como o famoso e poderoso Império do meio.

Do ponto de vista do contexto internacional, há uma coincidência conjuntural interessante: as reformas chinesas começam em 1979, no mesmo ano em que Margaret Thatcher torna-se a governante da Inglaterra e no ano seguinte, 1980, Ronald Reagan eleger-se presidente da República dos Estados Unidos. Ambos governantes – Thatcher e Reagan –

aparecem como campeões da doutrina política e ideológica do neoliberalismo e líderes da renovada cruzada anticomunista.

As transformações na China ocorrem em um contexto mundial em que são marcantes a derrota do socialismo real na União Soviética e nos países do Leste Europeu, a hegemonia do capitalismo neoliberal e as diversas facetas da mundialização do capital. Há dominação esmagadora da finança de mercado no mundo, expansão de conglomerados financeiros e produtivos globalmente, recusa veemente do papel do Estado na regulação da busca do desenvolvimento econômico e social. Predominam, sobretudo, preconceitos e negação referentes aos direitos democráticos e sociais dos trabalhadores. Persiste a intolerância em face da legitimidade das lutas sociais concretas.

O ambiente político predominante deixa visível a noção de que já teria sido provada cabalmente a inviabilidade do socialismo em substituição ao capitalismo. O socialismo seria uma página virada. Seria ociosa e anacrônica a discussão sobre modelos de renovação social radical. Nessas circunstâncias, avalia-se que seja uma audácia deste estudo propor, no mundo de hoje, dentro dos muros acadêmicos, o debate sobre a China, do ponto de vista da questão da preservação ou não do socialismo. Entende-se que a liberdade de pesquisa, a abertura para o debate, a exposição das divergências, o exame e reconhecimento das contradições, a crítica e a apreciação realista são fatores indispensáveis para o desenvolvimento da vida intelectual. A dúvida e a liberdade na investigação são essenciais para o avanço da ciência. Se essa perspectiva epistemológica é negada, mergulha-se no dogmatismo, estagnação teórica, preconceitos, vulgarização científica, pensamento único.

Portanto, neste estudo, tratando-se da China, seria impossível renunciar à discussão do socialismo. É inaceitável qualquer tipo de interdição do debate sobre a questão do socialismo chinês. O pano de fundo das reformas chinesas, chamadas por Deng Xiaoping de modernização socialista, consiste no exame das contradições e fracasso do socialismo na China, como projeto e como experiência, em associação com as visões sobre o mercado.

Nesse sentido, a administração desse processo de modernização chinês retoma e atualiza os debates sobre plano e mercado como princípios de regulação da economia. Em vez da integral alocação administrativa de recursos, no sentido das decisões centralizadas no Estado, avança a alocação mercantil exclusiva dos mesmos. Na trajetória chinesa contemporânea, as reformas pretendem, aparentemente, combinar socialismo e nacional-

desenvolvimentismo, cujas lógicas têm naturezas distintas, com variadas configurações de interesses sociais, e representam formas organizacionais situadas em, também, diferentes níveis de complexidade e abrangência.

Nesse clima político de liberalismo mundial, surgiram posições extremadas em defesa do mercado. Pretende-se que, nas novas condições do mundo, agora, bastaria contemplar o dia-a-dia da administração econômica, regida pelo espontaneísmo mercantil, e seus resultados naturais e inelutáveis. Propaga-se uma compreensão simplista e equívoca de que a instituição mercantil, como condutora da economia, comprovou-se como inarredável e absoluto, sem mediações. O mercado - imaginário e imaginado – é apresentado como a chave pura e perfeita para a alocação de recursos, eficiência, incentivos, progresso técnico e satisfação da soberania e preferências dos consumidores. Essa visão empana questionamentos sobre a irracionalidade da finalidade do lucro, que se associa à subordinação do atendimento das necessidades sociais. A atual exaltação da ideologia do mercado amplia a subestimação ou negação do desperdício de recursos e dos perigos ecológicos, do consumismo, das desigualdades e da exploração da força de trabalho, da oligarquia nas estruturas de poder nos Estados e nas empresas, da volta de preconceitos e conflitos raciais, étnicos, religiosos etc.

Diante disso tudo, cabe indagar: a ciência se conforma com essa visão de mundo, com essa interpretação de simplicidade, de estado estacionário, de quietude sem conflito entre classes, interesses, aspirações? Mas, e como se situa a China nisso tudo? O que é, essencialmente, a transformação chinesa hoje? O que se passa ali, como se desdobram seus processos políticos e econômicos? Quais as suas implicações e perspectivas, nesse novo contexto mundial? Em que a China contesta ou confirma os movimentos hegemônicos, nas suas atuais formas, no mundo? O que significa capitalismo e socialismo para a China hoje? O prazo decorrido de vinte e oito anos de reformas na China já oferece amplas possibilidades, evidências, para a investigação sobre a natureza, as tendências e as implicações desse importantíssimo processo de mudanças.

As reformas na China e, sobretudo, seu prolongado e acelerado crescimento econômico atraem cada vez mais a atenção do mundo, inclusive, obviamente, do Brasil¹. “A irrupção da China como potência econômica e política é fator de primeira ordem na configuração das relações sistêmicas mundiais”, reconhece François Chesnais (2005, p. 21).

¹ Esse interesse, despertado pelo processo econômico chinês, além de sua emergência como pólo de poder regional e internacional, ficou patenteado, entre nós, no Brasil, por exemplo, pela missão brasileira à China, encabeçada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, com um recorde de comitiva, que contou com mais de 400 empresários, sete governadores, cinco ministros, parlamentares e representantes diplomáticos, em maio de 2004.

Este autor chega a afirmar que a China, juntamente com os Estados Unidos, conforme seus interesses, impôs novas condições econômicas mundiais, que devem ser observadas pela maioria dos países.

A ascensão da China se transformou no principal tópico de discussão sobre o futuro do planeta. O século XXI será o século da China? O avanço chinês ocorrerá de modo pacífico ou violento? A China já fazia por merecer essa atenção há algum tempo. Nos últimos 25 anos, a economia do país cresceu mais de 9% ao ano, tornando-se oito vezes maior. Mas não é só essa enorme cifra que impressiona e assusta. É o tamanho de uma economia em crescimento. A economia chinesa, em termos de poder de compra, chega a dois terços do tamanho da americana. Se continuar aumentando ao ritmo de 9% ao ano, ultrapassará a dos EUA em 2014. (SKIDELSKY, 2006, p. 22).

Diante dessa realidade tão importante em si mesma, alguns setores na literatura ocidental, recorrem, sintomaticamente, à expressão “enigma chinês”². Porém, possíveis insuficiências de pesquisa e conhecimento não podem ser assimiladas como um efetivo enigma, não obstante a complexidade (e as decorrentes dificuldades de interpretação) do atual processo chinês. Nos países desenvolvidos, já se constituiu um campo de estudos sobre a China, com muitos pesquisadores, publicações periódicas, seminários, centros de estudos etc. Digamos que já existe uma sinologia ocidental, acerca dos fatos do novo curso da China. No Brasil, entretanto, o estudo sobre o processo atual da China ainda é muito pouco desenvolvido. Ao que parece, pelo que consta em informações de bancos de teses, esta é a primeira tese de doutorado, no Brasil, abordando única e especificamente a China e, sobretudo, seu atual processo de transformações em face do problema do socialismo.

Quase tudo que se diz das reformas da China, hoje, refere-se, sobretudo, (i) à admiração mundial diante de seu extraordinário crescimento econômico, (ii) à natureza de sua política econômica em contraste com o neoliberalismo, ou (iii) ao papel da China como protagonista política mundial, inclusive como contenção potencial da dominação dos Estados Unidos, globalmente ³. Contudo, não obstante a relevância desses temas, o estudo que ora se apresenta tem como foco uma questão de fundo, no que diz respeito à China: as reformas do Estado e da economia referentes à negação do socialismo e à expansão da dominação do

² “(...) emergência de uma superpotência que se mantém ainda muito enigmática”(AUBERT; CABESTAN; LEMOINE, 1996, p. 472). O autor brasileiro Wladimir Pomar (1987) incluiu a referência a esse enigma no título do seu próprio livro.

³ Esclareça-se que a apreciação sobre a ‘política econômica’ do Estado chinês, com o assim chamado Consenso de Pequim (em suposto contraste ao Consenso de Washington), é um tema importante de pesquisa, que mobiliza a atenção de alguns acadêmicos, mas não é o foco deste estudo. Da mesma forma, não se insere, no referido foco, a questão da contribuição da China para a construção sistêmica do multilateralismo nas relações internacionais, hoje, embora se reconheça que: (i) a China é um Estado que poderá ajudar, mundialmente, na busca da paz e de melhores condições para a luta pelo desenvolvimento econômico e o progresso social, ao favorecer a contenção do unilateralismo e da agressividade conservadora dos Estados Unidos; (ii) a China será, com certeza, um dos principais protagonistas do século XXI.

capital. Não se trata apenas da variação espetacular do PIB (produto interno bruto), mas sim da questão sistêmica do socialismo na China hoje.

Incorrer-se-ia em uma manifestação de pensamento metafísico, uma avaliação do crescimento econômico chinês, ou de sua política econômica, isoladamente, em si mesmos, em separação e descolamento do seu passado revolucionário e da disputa entre socialismo e capitalismo na sociedade chinesa. Corre o mundo o encantamento, brotado do senso comum, a respeito das taxas de variação do produto interno bruto na China. Há um estado de êxtase perante as gigantescas cifras econômicas chinesas. Assombram-se diante da assim chamada nova fábrica do mundo. É raro o questionamento da acumulação de capital na China, a partir de uma visão de conjunto sobre suas origens, conexões, contradições e perspectivas. Em geral, as abordagens detêm-se na existência do fenômeno econômico, do ponto de vista imediato, superficial, “jornalístico”, sem se conseguir compreender que tais fatos que aparentam progresso podem resvalar para retrocesso, do ponto de vista da emancipação da classe trabalhadora chinesa. Há, assim, problemas de perspectiva e metodologia em tais abordagens (ENGELS, 197-? ou 198-? c, p. 315-6) ⁴.

No estudo sobre as transformações atuais na China, é preciso ter como ponto de partida a experiência do socialismo real, com suas contradições e impasses. Mao Zedong (2003c, p. 83), o principal dirigente da revolução chinesa, sempre repetia, insistentemente: “Só o socialismo pode salvar a China”. Nesse sentido, há que se ter em conta que a China, através das autoridades do Estado, se proclama como um país de socialismo de mercado ⁵. Esse mesmo Estado adota reformas que repõem o debate sobre a natureza do sistema social no país. O mercado é fundamental, no contexto das reformas, mas é preciso interpretá-lo como um fenômeno subsumido, ou parte integrante, no processo mais geral de estruturação da pluralidade de capitais chineses e estrangeiros dentro da economia chinesa. Além do mercado, é preciso compreender como se processam todas as extensas e múltiplas determinações

⁴ Para evitar dúvida, esclareça-se que essa forma de referência bibliográfica (sistema de chamada autor-data) obedece às normas técnicas vigentes sobre o estilo acadêmico. Quando não há indicação da data completa de publicação na obra, como no caso, por exemplo, dessa obra de Friedrich Engels, recorre-se à década provável da sua edição. Neste exemplo, registra-se a década de 1970 ou 1980, e, por isso, anota-se no seguinte formato: (ENGELS, 197-? ou 198-? c, p. 315-6). Ver o Manual de Estilo Acadêmico, elaborado por Nídia M. L. Lubisco e Sônia Chaga Vieira, publicado pela EDUFBA, em 2003 (p. 97).

⁵ Este presente estudo tem como foco a experiência da China e não adentra o chamado socialismo de mercado da Hungria e da Polônia, nas décadas de 1970 e 1980 com características muito distintas (por exemplo, forte restrição à exploração de trabalho assalariado alheio) do atual curso chinês (FERNANDES, 2000, p 46). Apesar da importância das citadas experiências e ainda das tentativas de reformas na URSS, com o programa de Kossiguin nos anos 1960, ou a perestroika, com Mikhail Gorbachev, esclareça-se que o objeto deste estudo foi delimitado e circunscrito às experiências da própria China. A apreciação da NEP e do debate dos anos 1920 na URSS oferecem uma perspectiva de longo prazo, para o estudo comparado, em contextos muito distintos, e agregam contribuições fundamentais e profundas na teoria sobre a transição socialista e os problemas do plano, mercado, desenvolvimento econômico, propriedade, Estado, democracia, economia mundial e revolução mundial.

características da dominação do capital, com o recrudescimento da divisão da sociedade em classes sociais. O objetivo deste estudo é contribuir para essa compreensão ampla da realidade chinesa contemporânea, através da investigação das relações entre o Estado e a expansão da relação-capital nessa experiência.

O campo da Administração Pública permite e exige a investigação com flexibilidade interdisciplinar, articulando os aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais, na explicação das políticas e das formas das mudanças institucionais e gestoriais do Estado e da economia na China. Neste estudo das reformas chinesas, a Administração, assim, é enfocada, em sentido amplo, escapando, portanto, de simplificações gerencialistas, cuja presença é observada, criticamente, por Eric Hobsbawm (1995, p. 402):

De qualquer modo, o triunfalismo neoliberal não sobreviveu aos reveses econômicos de inícios da década de 1990, nem talvez à inesperada descoberta de que a economia mais dinâmica e de crescimento mais rápido do globo, após a queda do comunismo soviético, era a da China comunista, o que levou professores de escolas de comércio ocidentais e autores de manuais de administração, um gênero florescente de literatura, a vasculhar as doutrinas de Confúcio em busca dos segredos do sucesso empresarial.

A Administração, em sentido amplo, foi empregada para entender mudanças como as novas formas de incentivo, baseando-se em ganhos monetários, e a lógica gerencial privatista, focada na eficiência e no lucro, à revelia dos interesses sociais, que influenciou o processo de privatização de empresas estatais na China. A forma empresa estatal foi apontada, condenada, como fonte de perdas financeiras. Adotaram-se a autonomia de empresas estatais e a descentralização fiscal e administrativa de instâncias de governo. Ralph Miliband (2000, p.101) advertia que os “marxistas e socialistas em geral sempre tenderam a subestimar os problemas decorrentes da organização e da administração de uma sociedade pós-capitalista”. Lênin percebeu, amargamente, depois, o erro em simplificar a administração da economia socialista. Essa simplificação apareceu, na véspera da Revolução de Outubro, em seu livro *O Estado e a Revolução*, nos seguintes termos,

[...] a imensa maioria das funções do velho ‘poder de Estado’ simplificou-se de tal maneira, e pode ser reduzida a operações de registro, inscrição, controle tão simples, que essas funções estão completamente ao alcance de qualquer pessoa alfabetizada”. (1980b, p. 251).

Organizaremos a grande produção partindo do que já foi criado pelo capitalismo, [...] reduziremos o papel dos funcionários públicos à simples execução de nossas instruções, como ‘chefes de seção e contadores’ com obrigação de prestar contas, em cargos revogáveis e modestamente pagos (naturalmente com técnicos de todos os gêneros e níveis). (*ibidem*, p. 255).

O modelo da Comuna de Paris explicitava a democracia direta, cargos revogáveis, ínfima diferença salarial, unificação no mesmo corpo estatal das tarefas executivas e legislativas. A ruptura com a burocratização do poder e a criação de um novo Estado, sob controle dos trabalhadores, seriam, na prática, no entanto, um desafio e uma empreitada de extrema complexidade. Mostrou-se muito mais difícil, na prática, a previsão acerca da extinção, gradual, do governo sobre as pessoas, restando apenas a administração das coisas, da produção.

O problema que orienta este estudo é formulado com o propósito de ampliar o conhecimento das relações entre o Estado e a crescente dominação do capital, buscando explicar a natureza das complexas mudanças sócio-organizacionais associadas à predominância de novas estruturas econômicas na China. Nesse sentido, cabe desvelar as características desse processo de mudanças e discutir as tendências dessa reconfiguração da formação econômico-social chinesa. Cabe indagar para onde vai a China, a despeito ou em meio ao fenômeno do seu tão propalado e tão efetivo crescimento econômico.

Então, quais são, de onde se originaram e como se concretizaram as principais relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital, no contexto das reformas da economia chinesa pós-1978, e quais são as implicações decorrentes destas relações (reforma do Estado-dominação do capital)?

A relação Estado-capital é fundamental na estruturação e funcionamento do modo de produção capitalista. No plano teórico, a relação entre o Estado e o Capital foi analisada, do ponto de vista da dominação de classe dos capitalistas, por exemplo, por Suzanne Brunhoff (1985). Ela destacou a necessidade da gestão estatal da força de trabalho e da moeda, examinou a ideologia e as formas da política econômica, o problema da inflação e o papel do Estado diante da internacionalização do capital. Para Brunhoff (1985, p. 1) “não contém elemento algum de análise racional” as concepções keynesiana ou neoclássica acerca do Estado como uma instituição neutra, meramente técnica, acima das classes ou o Estado como sujeito a serviço de todos. O Estado tem uma autonomia relativa, mas, ao mesmo tempo, a gestão estatal é indispensável à dominação capitalista.

No caso da China, Yiching Wu (2005, p. 62) defende que “[...] uma dupla crítica coerente – uma crítica tanto do capital quanto do Estado, tanto da acumulação econômica quanto do poder burocrático, e uma compreensão ampla das suas conexões estruturais e

históricas – é uma tarefa imperiosa e possível”. Nessa linha de uma tarefa prioritária, o presente estudo tenta contribuir para a resposta desse problema: quais são as principais relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China pós-1978? O que mudou? Por quê? Como? Quais implicações?

A despeito da marca pragmática geral, os dirigentes chineses se debruçaram sobre certos princípios, a exemplo da regulação pelo mercado, e adotaram uma abordagem sobre o problema da superação do atraso econômico relativo do país. Assim, há que se esclarecer como o Estado materializou a escolha do novo curso econômico na China, como a luta de classes e a realidade social comportaram o discurso e a argumentação das reformas. Há que se esclarecer quais são os traços característicos mais importantes, as principais mudanças na administração pública e na vida econômica da China. Há que se entender a operação das lógicas de complementaridade e competição entre o Estado autoproclamado socialista e a dominação do capital. Há que se interpretar as implicações das relações entre o Estado e a dominação do capital, ou seja, determinadas relações sociais, no processo vigente na China.

Nesta pesquisa do caso chinês, foram adotados dois eixos:

- 1) o Estado - no que diz respeito à sua reforma econômica, ao recuo da sua planificação (na forma da tentativa de construção socialista), à mudança da regulação estatal na economia, ao declínio relativo do setor produtivo estatal; e
- 2) a dominação do capital - examinando as novas relações sociais de produção, geradas a partir: da liberdade e poder decisório empresarial; do avanço das variadas formas de privatização, em seu peso e relevância na estrutura produtiva e no desempenho econômico; das mudanças no mercado de trabalho, na gestão e disciplina da força de trabalho; na exploração dos trabalhadores e aumento das desigualdades sociais e regionais; e da hegemonia da ideologia burguesa na sociedade.

Esses eixos conformaram o objeto da pesquisa (relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China pós-1978).

Assim, o foco da investigação voltou-se, especialmente, para os aspectos da reforma do Estado que jogam água no moinho da dominação do capital. Esses dois aspectos

(Estado-dominância do capital) não existem isoladamente, são dois momentos de uma única realidade. Eles (Estado-capital) necessariamente se condicionam, mútua e reciprocamente. Eles constituem uma relação estrutural e estruturante na China hoje. Seria impossível separar determinadas reformas do Estado (relativas à propriedade e à gestão das empresas, às mudanças na planificação e intervenção, às características da desregulação), por um lado, e a dominação do capital (dominação de classe, propriedade privada, exploração da força de trabalho, concorrência e progresso técnico e valorização do capital, integração ao mercado mundial e crises), por outro.

A ideologia, a teoria e o método combinam-se significativamente nas apreciações sobre as transformações de fundo por que passa a China. Carlos Medeiros (1999, p. 92) reconhece que: “Como não poderia deixar de ser, o debate sobre a China é realizado com altas doses de ideologia”. Não obstante os percalços, é possível desenvolver um estudo que contribua para o conhecimento científico acerca da realidade contemporânea chinesa. Assim, é indispensável a associação do método com o próprio referencial teórico. Nesse sentido, julgamos que a ótica apropriada para condução desse estudo baseia-se no primado das contradições da situação concreta, da visão de conjunto e de totalidade, da articulação de elementos estruturais, da dinâmica dos desdobramentos prováveis da economia chinesa. A metodologia observa o critério da análise concreta (por exemplo, investigando os fatos, os processos, como as mudanças sócio-econômicas na organização camponesa e o fluxo migratório para as cidades) da situação concreta (o novo mercado de trabalho chinês).

Há que se ressaltar que - a despeito da alegação geral comum sobre o emprego do instrumental do materialismo histórico para o estudo da China - há autores, nesse campo teórico, com apreciações muito divergentes. Por exemplo, Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004) apontam a restauração capitalista na China. Mas Domenico Losurdo (2004, p. 194) assevera, categoricamente, a natureza socialista da transição chinesa atual, e diverge radicalmente dos críticos de esquerda: “Para estimular a malevolência, a esquerda, em relação à República Popular da China, contribui com a tese, largamente difundida, segundo a qual naquele país já se teria verificado uma completa restauração do capitalismo”.

Nesta investigação, recorreu-se às idéias e conceitos do marxismo, no que diz respeito ao materialismo histórico, buscando-se entender o curso dos acontecimentos econômicos na China contemporânea, sem a pretensão de se apoiar em um suposto verdadeiro marxismo. A teoria marxista, conforme sua própria epistemologia realista, deve estar aberta a

novos desenvolvimentos, deve ser enriquecida com a evolução social e novas pesquisas. Nesse sentido, os referenciais teóricos e os debates marxistas acerca da estruturação e funcionamento do modo de produção capitalista, do desenvolvimento desigual e combinado, do imperialismo e da transição socialista foram úteis e valiosos para o presente estudo das reformas chinesas.

Um importante guia metodológico para essa investigação foi a comparação entre o período maoísta e a fase das reformas pós-1978. Nesse sentido, foi a própria China – sua história, economia, sociedade e instituições - que constituiu o material de contraste e esclarecimento entre dois períodos históricos diferentes, mas intimamente relacionados. Sheying Chen (2002, p.7) considera que: “Os problemas políticos, econômicos e sociais da China, portanto, precisam ser estudados nos termos de suas duas principais fases de desenvolvimento, isto é, antes e depois de 1978”.

Na análise que se desenvolveu, sobre as reformas na China, foram tomados em conta os conceitos sobre determinadas categorias e as concepções sobre alguns problemas, em conformidade com o referencial marxista, a partir, sobretudo, das formulações de Karl Marx e Friedrich Engels. Há, obviamente, o recurso a alguns conceitos gerais: 1) capital: é uma relação social que toma a forma de coisa (mercadoria ou dinheiro). Como valor, o capital se auto-expande. O ‘capital em geral’ aparece como o conjunto da pluralidade de capitais diferentes e concorrentes entre si (MOHUN, 2001, p. 44-6). “A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (MARX, 1988b, p. 252); 2) Meios de produção: como propriedade da burguesia e como meios que empregam os operários, os meios de produção evidenciam a subordinação do trabalho ao capital. Na transição socialista, os meios de produção são coletivizados através da propriedade do Estado; 3) Forças produtivas: meios de produção e força de trabalho. As forças produtivas liberadas, no socialismo, deveriam se desenvolver com eficiência e superioridade, cada vez mais, em relação ao capitalismo; 4) Relações de produção: “Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (MARX, 1999, p. 52); 5) Formação econômico-social: “revela explicitamente a idéia presente no conceito marxista de sociedade de que os elementos econômicos e sociais estão interligados e articulados numa estrutura” (BOTTOMORE, 2001, p. 159).

Foram considerados os conceitos sobre outras categorias: 1) Estado⁶: O Estado é a “violência concentrada e organizada da sociedade” (MARX, 1988b, 276). “O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX; ENGELS, 2001, p. 47). O Estado moderno é essencialmente “o capitalista coletivo ideal” (ENGELS, 197-? ou 198-? c, p. 330); 2) Mercado e plano: o mercado é a expressão da necessidade de circulação do capital, enquanto o plano, no sentido da construção socialista, significa uma regulação da sociedade, através do Estado, sobre a atividade econômica; 3) Planificação centralizada burocraticamente: generalização da propriedade pública, alocação administrativa central dos recursos com fixação das metas de produção, centralização contábil e fixação de preços, taxa de juros e taxa de câmbio (AMIN, 2001, p. 55).

Foram levadas em conta algumas concepções centrais, a saber: 1) Socialismo: decorrente da luta de classes, é uma transição histórica sistêmica. “Entre a sociedade capitalista e a sociedade comunista medeia o período da transformação revolucionária da primeira na segunda” (MARX, 197-? ou 198-? b, p. 221). O ‘socialismo realmente existente’ é uma expressão em que se conceitua a experiência contraditória da tentativa de construção socialista na URSS, Leste Europeu, China e outros países, reconhecendo-se, por exemplo, a propriedade estatal dos meios de produção, mas criticando-se a burocratização e outros defeitos nessas sociedades; 2) Distribuição do produto: na transição socialista, o princípio de distribuição ainda se regula pelo direito burguês, com a retribuição a cada um segundo o seu trabalho; 3) Socialismo de mercado: modelo formulado principalmente por Oscar Lange (1969), que combina a regulação do mercado, resultando em suposta alocação eficiente dos recursos, com medidas globais de planificação. Eram admitidos os mercados de bens de consumo e de trabalho, vedando o mercado de meios de produção. A comissão central de planejamento, por meio de tentativa e erro, buscando o equilíbrio, determinaria os preços dos bens de produção e o volume de investimento.

No quadro de análise, que foi empregado, há um conjunto de conceitos analíticos, categorias operacionais e variáveis/critérios/elementos acerca do tema exposto. Contudo, vale ressaltar que, obviamente, apenas certas variáveis/critérios/elementos foram estudados com profundidade. A atenção voltou-se, principalmente, para a mudança na regulação estatal e

⁶ “Quando as diferenças de classe desaparecerem no curso do desenvolvimento e toda a produção concentrar-se nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter **político**. O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para a opressão da outra.” (MARX; ENGELS, 2001, p. 67, negrito adicionado).

para as novas instituições (propriedade privada, por exemplo) que expressam a passagem à prevalência da relação capital na formação social chinesa. Foi sob essa perspectiva, que os conceitos e as categorias do quadro de análise foram abordados como referencial teórico ao longo do texto, sobretudo no capítulo I. Na verdade, a ampliação do estudo sobre o assim chamado socialismo de mercado e sobre as reformas na China requer um programa de pesquisa, abordando suas diversas dimensões.

A natureza da pesquisa, ora exposta, exigiu um esforço de análise documental, contando-se com fontes e recursos bibliográficos secundários. Não foi um estudo com dados primários, coletados diretamente, dentro da própria China. Em conformidade com essa ressalva, acerca das dificuldades de fontes na elaboração desse estudo, deve-se chamar a atenção de que as estatísticas chinesas sempre foram questionadas nos anos 1980 e início da década de 1990, no Ocidente.

Há um outro tipo específico de questionamento, que consiste na dúvida sobre os dados somente levantados e divulgados pelas autoridades chinesas, no começo dos anos 1980, acerca do chamado período do maoísmo tardio (de 1958 a 1976). William Hinton, por exemplo, questiona a veracidade das estatísticas sobre a assim chamada grande fome em 1960-1. A dúvida é por que esses dados só apareceram no início dos anos 1980, exatamente no momento em que todo o PCCh estava envolvido, sob a liderança de Deng Xiaoping, no balanço do período Mao e implementação do novo curso econômico geral.

Esclareça-se que, do ponto de vista da abordagem econômica convencional, os principais organismos ocidentais, já manifestam, hoje, uma grande confiabilidade nas estatísticas da China. Conforme o Banco Mundial (WORLD BANK. Country Statistical...), a China, em 2006, tinha um indicador de capacidade estatística geral de 62, enquanto todos os países apresentavam 66, em uma escala de 0 a 100. Essa capacidade estatística inclui os aspectos de prática estatística (conceitos e metodologia das contas nacionais, balanço de pagamentos etc.), coleta de dados (censos e pesquisas amostrais sobre população, domicílio, setores econômicos, cidade e campo) e disponibilidade das informações (publicações, documentos, anuários, acesso ao Escritório Nacional de Estatísticas da China via internet etc). Durante as últimas décadas, houve mudanças metodológicas, conceituais e organizacionais nos serviços estatísticos da China, considerando as práticas geralmente aceitas internacionalmente, nos termos da teoria econômica convencional. Essas mudanças, nos

serviços de estatísticas, tiveram e têm o apoio de especialistas estrangeiros, bem como a cooperação de instituições e universidades importantes do mundo.

O máximo de cuidado foi adotado no uso das estatísticas nesta tese, resultando em um esforço de verificação, além da busca de apresentação de referências minuciosas e completas. Por isso, ainda sobre as fontes, acerca de alguns dados, é importante deixar absolutamente claro que: a tabela 1 [Participação da China no comércio mundial (em %)] tem como fonte a Organização Mundial do Comércio ⁷; a tabela 2 [Distribuição das transações de 1978 a 2003, segundo a forma de determinação dos preços (em %)] tem como fonte especialistas da OCDE, com dados levantados na documentação do Estado chinês ⁸; a tabela 3 [Emprego em empresas conforme o tipo de propriedade (em milhões de pessoas e em %)] tem como fonte um estudo específico do Banco Asiático do Desenvolvimento (ADB) sobre o setor privado na China (as tabelas seguintes até a tabela 9 têm essa mesma fonte) ⁹; a tabela 4 [Perfil da estrutura industrial com empresas com faturamento a partir de cinco milhões de yuans (em moeda corrente)] ¹⁰, conforme o ADB; a tabela 5 [Número de empresas privadas domésticas (em milhões)] ¹¹, conforme o ADB; a tabela 6 [Número de empresas estatais e não-estatais do setor industrial, em milhares e em porcentagem] ¹², conforme o ADB; a tabela 7 [Produto interno bruto de 1978 a 2000 (em bilhões de *yuans*)] ¹³, conforme o ADB; a tabela 8 [Valor do produto industrial bruto de empresas com faturamento maior do que 5 milhões de *yuans* (em bilhões de *yuans*)] ¹⁴, conforme o ADB; a tabela 9 [Investimento direto externo no período 1996-2002 (em milhões de dólares)] ¹⁵, conforme o ADB; a tabela 10 [Evolução do comércio exterior da China no período de 1995 a 2005 (em milhões de dólares)] encontra-se no boletim espanhol da Casa da Ásia-Economia ¹⁶; a tabela 11 [Composição do comércio de alta tecnologia da China em 2003] tem como fonte estudo da OCDE ¹⁷; a tabela 12 [Perfil da China] baseia-se em informações do Banco Mundial ¹⁸.

⁷ ORGANIZAÇÃO Mundial do Comércio (OMC). **International Trade Statistics 2003. Selected long-term trends**. Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2003_e/section2_e/ii02.xls>. Acesso em: 3 jun. 2006.

⁸ **Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento e Anuários de Preços (do Estado chinês)** *apud* DOUGHERTY; HERD (2005, p. 5, tabela 1).

⁹ Banco Asiático de Desenvolvimento. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 6).

¹⁰ *Bureau* Nacional de Estatísticas (NBS do **Estado Chinês**) e NBS-OCDE *apud* Sean Dougherty and Richard Herd (2005).

¹¹ Banco Asiático de Desenvolvimento. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 3).

¹² Banco Asiático de Desenvolvimento. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 3).

¹³ Banco Asiático de Desenvolvimento. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 3).

¹⁴ Banco Asiático de Desenvolvimento. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 4).

¹⁵ Banco Asiático de Desenvolvimento. Private Sector Assesstement – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 7).

¹⁶ China, la tercera maior potencia comercial del mundo. Casa de Ásia-Economia, n. 193, nov. 2006, p.2.

¹⁷ Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. OECD, ITCS database *apud* Katsumo. Com informações oficiais prestadas pelo **Estado chinês**. (2005, p. 20).

¹⁸ Banco Mundial. World Development Indicators database. April 2006. WB (2006).

Nesse estudo, colocou-se a necessidade, como um ponto de partida, de se debruçar sobre as contribuições do marxismo clássico, ou seja, algumas obras, importantes para o objeto de estudo, de Karl Marx e Friedrich Engels. Foram examinados os estudos e as análises das experiências socialistas com textos de autores marxistas, sobretudo Vladimir Lênin e Mao Zedong. Foram estudados os debates e proposições de autores socialistas contemporâneos. Foram consultados documentos e informações oficiais do Estado chinês. Desenvolveu-se uma revisão bastante extensa da literatura científica internacional acerca das atuais transformações chinesas, a partir de palavras-chave como China, reformas, Estado, capital, socialismo e desigualdades. Importantes autores, conforme o interesse do objeto deste estudo, inclusive sinólogos, e periódicos indexados foram pesquisados.

O presente texto foi estruturado em seis capítulos, além desta Introdução, que anuncia o tema e sua problematização, refere-se ao contexto e faz observações iniciais teórico-metodológicas. No capítulo I, tratou-se da apreciação sobre o socialismo e o mercado, com a referência a alguns aspectos das indicações para o socialismo nas obras do marxismo clássico, ao socialismo evolucionário, ao debate soviético dos anos 1920, ao debate do cálculo econômico e às propostas e às críticas acerca das relações entre socialismo e mercado. No capítulo II, abordou-se o período maoísta, mencionando, também, os antecedentes relativos à civilização e à decadência do Império manchú, à dominação estrangeira, à invasão japonesa, às lutas pelo poder, sobretudo a guerra civil entre o Guomindang e os comunistas. Foi feita menção à estratégia da revolução chinesa, destacando as elaborações e liderança de Mao Zedong. Esse segundo capítulo teve como finalidade a apreciação crítica do período de Mao, ou seja, a fase entre 1950 e 1976, discutindo os problemas políticos, econômicos e sociais, em torno de estratégias como o *Grande Salto à Frente* e a Revolução Cultural. No capítulo III, examinou-se a reorientação do Estado chinês, registrando a inflexão na linha política, no discurso e na escolha da estratégia econômica do “novo” grupo dirigente do sistema Partido-Estado. O objetivo foi examinar a reforma do Estado, verificando a linha geral de substituição do plano (planificação na tentativa socialista) pelo mercado. No capítulo IV, buscou-se identificar as principais relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital, identificando as mudanças e como os mecanismos de liberalização e privatização operaram. No capítulo V, pretendeu-se discutir as controvérsias, as interpretações, as implicações das reformas chinesas, verificando as questões do economicismo, do desenvolvimento desigual e combinado e da dominação capitalista. Por fim, o capítulo VI expôs as conclusões.

Na grafia dos nomes chineses, observou-se o sistema ortográfico oficial *pinyin*, mantendo-se, como esse sistema faculta, algumas exceções. Assim, empregamos a ortografia conhecida anteriormente para *Cantão*, em vez de *Guangzhou*, *Chiang Kai-chek*, em lugar de *Jiang Jieshi*, *Sun Iat-sen* e não *Sun Zongshan* e *Pequim*, em vez de *Beijing*. Escrevemos Mao Zedong, conforme o sistema *pinyin*, mas mantivemos a grafia original como Mao Tsé-tung ou Mao Tsetung de acordo com alguns casos de referências bibliográficas ou citações. Ademais, deve-se observar que, no caso do nome chinês, o sobrenome antecede o prenome: Mao, Chiang e Deng são, por exemplo, sobrenomes.

QUADRO DE ANÁLISE

Categoria analítica	Categoria operacional	Variáveis/critérios/elementos
Capital	Meios de produção e relações de produção.	Formas de propriedade. Tecnologia. Divisão do trabalho. Ruptura do <i>iron rice bowl</i> Mercado de trabalho. Gestão capitalista.
	Circulação.	Abrangência das trocas. Concorrência e monopolização. Liberalização dos preços.
	Produção/circulação: sistema mundial	Mercado mundial. Empresas transnacionais. Financeirização.
Relação	Modelo neoliberal.	Regulação pelo mercado. Globalização. Direitos de propriedade. Ataque aos direitos sociais. Ideologia liberal.
Capital/Estado	Variante liberal do modelo de socialismo de mercado	Mercado e plano. Setor produtivo estatal minoritário. Estrutura bancária majoritária estatal. Políticas de avanço científico e técnico. Internacionalização de mercados e produção. Desigualdade na distribuição do produto. Diferenças de classe. Desigualdade entre cidade e campo. Políticas sociais. Ideologia social-desenvolvimentista (evolucionismo social).
	Modelo híbrido (nacional-desenvolvimentista-cosmopolita)	Grande China como potência ou superpotência mundial. Burguesia nacional. Setor produtivo estratégico estatal. Industrialização. Proteção do mercado doméstico. Substituição das importações. Abertura e integração à economia mundial. Cosmopolitismo. Ideologia nacionalista.
Estado	Relação poder/classes sociais/partido	Violência organizada da sociedade. Formas de democracia. Mediações. Hegemonias. Projeto nacional. Ideologia.
	Propriedade e gestão dos meios de produção	Planificação. Autonomia das estatais. Privatização. Bolsas de valores e bancos estrangeiros.
	Desenvolvimento. Legislação e Administração. Políticas públicas e gestão econômica.	Crescimento econômico. Transformação da estrutura produtiva. Políticas macroeconômicas convencionais. Política industrial. Importação de tecnologia. Liberação de preços. Descentralização do comércio exterior. Zonas Econômicas Especiais. Ingresso na OMC: abertura comercial e financeira.

CAPÍTULO I

O SOCIALISMO PERANTE O DESAFIO DO MERCADO

1.1 INDICAÇÕES GENÉRICAS DO PROJETO DO SOCIALISMO CLÁSSICO

A nova situação criada pelas atuais condições gerais da China no mundo deve ser examinada, sem perder de vista as idéias sobre o socialismo e os debates sobre sua renovação. Então, torna-se indispensável um breve exame crítico da discussão no âmbito das correntes marxistas sobre a transição socialista. Nesse sentido, um ponto de partida, bem entendido, um começo, é a contribuição dos fundadores do marxismo, ou seja, Marx e Engels. Mas, esclareça-se que o marxismo não pode ser considerado como a resposta para todas as questões. Surgem novos problemas colocados pela flexibilidade e expansão produtiva do sistema capitalista, pelos papéis do Estado e do mercado, pelos desafios ao socialismo nos países periféricos e, sobretudo, contraditoriamente, nos países avançados, pela complexidade da consciência de classe do proletariado e do papel do partido comunista, pelas relações intrincadas entre o parlamentarismo, as reformas e a revolução. Assim, é claro que este estudo não é, não poderia ser, uma avaliação da experiência chinesa nos limites de um confronto com o projeto do socialismo clássico de Marx e Engels.

Marx e Engels não apresentaram um modelo para a construção socialista. Como se sabe, um traço distintivo de sua obra foi a parcimônia na descrição do comunismo¹⁹. Contestavam esquemas utópicos da nova sociedade. Recusaram-se a elaborar detalhes e formas concretas da sociedade socialista. Avançar em planos minuciosos e precisos seria uma antecipação mais adequada à anterior corrente do socialismo utópico. Um modelo pronto e acabado da futura sociedade escaparia ao método materialista de compreensão da realidade,

¹⁹ Engels criticou E. Dühring, entre outras coisas, pelo seu “plano prático completo para a reorganização da sociedade. (ENGELS, 197-? ou 198-? b, p. 283).

dada a ausência das situações concretas, postas objetivamente. A conquista do socialismo decorreria do movimento operário a partir dos centros econômicos mais avançados. Em 1892, no último período da sua vida, Engels comentava que o triunfo da classe operária só podia “ser assegurado mediante a cooperação, pelo menos, da [luta socialista na] Inglaterra, França e Alemanha” (ENGELS, 197-? ou 198-? b, p.302).

Portanto, Marx e Engels expõem indicações gerais sobre a sociedade socialista, sob formas esparsas em suas obras. Nesse sentido, há que se destacar, por exemplo, uma obra da juventude, o *Manifesto Comunista* (2001), de ambos os autores, e um texto da maturidade, a *Crítica ao Programa de Gotha*²⁰, de autoria de Marx (197-? ou 198-? c). Na obra *Guerra Civil em França*, Marx (197-? ou 198-? b) elabora indicações para a questão do Estado, segundo a Comuna de Paris, e no texto *Do socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, Engels (197-? ou 198-? c) dá contribuições para a discussão de algumas características da sociedade socialista.

Por que voltar ao socialismo conforme Marx e Engels, se esses autores só deixaram indicações muito gerais e se o contexto em que eles viveram foi extremamente modificado em comparação com a realidade atual? É claro que as proposições de Marx e Engels não bastam para estudar os problemas do socialismo hoje, inclusive a controvertida modernização socialista da China. Entretanto, a caracterização básica do modo de produção capitalista por Marx e Engels e a compreensão sobre as possibilidades da evolução histórica geral oferecem elementos para a discussão sobre os processos de transformação e o socialismo, a partir da luta dos trabalhadores. A origem e a evolução do capitalismo (e dos demais sistemas sociais pré-capitalistas) são explicadas nos termos do materialismo histórico. Assim, Marx (1999, p. 52) afirma que

(n)a produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de

²⁰ Marx denominou esse texto de *Observações à margem do programa do Partido Operário Alemão*, mas o título que se tornou definitivo foi *Crítica ao Programa de Gotha*. A motivação para esse texto foi o congresso de fusão Partido Operário Social-Democrata e a Associação Geral dos Operários Alemães, o partido lassalliano, de 22 a 27 de maio de 1875, em Gotha, quando foi aprovado um programa da nova organização, ou seja, o Partido Socialista Operário da Alemanha. Marx reagiu ao texto programático aprovado, porque, em sua opinião, “o programa é [...] absolutamente inadmissível e desmoralizador para o Partido”.

desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De forma de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social ²¹.

O processo de produção capitalista e o progresso técnico engendram inaudita expansão da riqueza social. A ciência e a cultura renovam-se e ampliam suas fronteiras. A humanidade conquista avanços civilizacionais. Atinge-se uma vida social marcada pelo universalismo. Contudo, todos esses progressos coexistem estruturalmente com contradições econômicas e polarização social. A socialização da produção conflita com a apropriação privada capitalista. Impõe-se o antagonismo entre proletariado e burguesia.

É longa a lista dos diversos problemas que surgem ou se agravam com o capitalismo, ao longo do tempo, como se assiste hoje: concentração e a centralização do capital, monopólios, instabilidade econômica geral, crises periódicas, aumento do exército industrial de reserva, luta de classes entre trabalhadores e burgueses, tendência à violência política e à guerra, contradições entre os Estados imperialistas, conflitos entre países centrais e periféricos, tensões entre dominação de empresas transnacionais e políticas públicas nacionais, mediocridade crônica dos níveis de crescimento da economia global, depredação da natureza, entraves ao desenvolvimento econômico e social em vastas regiões, misticismo, fetichismo mercantil, alienação, ódio interétnico, chauvinismo e ressentimentos nacionais.

A dialética do progresso econômico alcançado e da permanência da opressão e exploração social indica a base fundamental para superação da sociedade da dominação do capital. A divergência entre os interesses, identidade e perspectiva entre as classes sociais, juntamente com a anarquia e crises econômicas no capitalismo, engendra a concepção do socialismo moderno (ENGELS, 197-? ou 197-? c, p. 303). Impõe-se, segundo Engels (*ibid.*, p. 307), uma necessidade imperiosa: “a subversão do modo de produção e a eliminação do seu caráter capitalista”, sob o impulso da luta de classes e das contradições entre as forças

²¹ Engels fez ressalvas, ponderações, propôs cautela na forma de aplicação do materialismo histórico. Diante dos perigos de interpretações que resultem em determinismo e reducionismo econômico, é indispensável a verificação do alerta de Engels em carta a Bloch, em 21 de setembro de 1890: “[...] Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em **última instância**, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem eu nem Marx afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que delas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua **forma**, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação do primeiro grau.” (ENGELS, 197-? ou 197-? e, p. 284-285 – grifos no original)

produtivas e as relações sociais de produção e distribuição, conforme as determinações decorrentes da grande indústria.

Denominou-se socialismo utópico a proposição de mudança social que surgiu em condições econômicas gerais ainda incipientes. “(Q)uanto mais detalhados e minuciosos fossem [os modelos de sistemas sociais], mais tinham que degenerar em puras fantasias” (ENGELS, 197-? ou 198-? c, p. 307). Apesar da genialidade de autores como Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen, prevalecia, no socialismo tradicional, a incompreensão sobre o papel de protagonista do proletariado na sua própria emancipação e sobre a necessidade e caráter da revolução. Em contraste, as modernas idéias socialistas associavam-se à compreensão da luta de classes como motor da história, a partir de uma interpretação filosófica dialética e histórica materialista. Para a formulação do socialismo moderno, as “duas grandes descobertas – a concepção materialista da história e a revelação do segredo da produção capitalista através da mais-valia – nós as devemos a Karl Marx”, afirmou Engels (*ibid.*, p. 320).

1.1.1 Socialismo como Período de Transição

Marx expõe, especialmente na *Crítica ao Programa de Gotha* (197-? ou 198-? c, p. 209-225), de modo concentrado sua visão, muito genérica, sobre algumas das principais características da transição socialista. Marx protesta “quando se tergiversa a concepção realista”. Critica a apresentação de equívocos teóricos e políticos, a seu ver, como se fossem princípios programáticos do movimento socialista. Esclarece as linhas gerais do comunismo, até onde é possível, distinguindo a primeira e a segunda fase da nova sociedade. A fase inicial apresenta as limitações da estrutura econômica, do desenvolvimento cultural e da distribuição do produto. Esta forma distributiva seria regida pelo princípio: de cada qual, segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho.

As indicações sobre a fase comunista têm suscitado críticas a um suposto utopismo do próprio Marx. Essas indicações registram que, na fase superior da sociedade comunista, haveria a supressão da subordinação à divisão do trabalho e da separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Nesse comunismo pleno, haveria a caracterização do trabalho como necessidade natural da vida humana, em vez de mera exigência de sobrevivência. Forças produtivas avançadas jorrariam “em caudais os mananciais da riqueza

coletiva”. Prevaleceria o princípio: de cada um, conforme sua capacidade, a cada um segundo suas necessidades.

Marx julga que o Programa de Gotha deveria **‘indicar** concretamente como, na atual sociedade capitalista, já se produzem, afinal, as condições materiais, etc., que permitem e obrigam os operários a destruir essa maldição social [o capitalismo]” (MARX, 197-? ou 198-? c, p. 211 – grifo nosso). Todavia, essa menção à sociedade socialista é genérica e insuficiente, porque Marx não esclarece se está se referindo especificamente à Alemanha. Essas condições materiais apontadas, como diversas vezes observou esse autor, dependem do elevado desenvolvimento das forças produtivas, como se observa nos países de capitalismo avançado. A partir desse problema, e trazendo o foco para o presente trabalho a respeito das transformações chinesas, voltando os olhos para o período contemporâneo, depara-se com o grande problema das bases para o socialismo, em países de economia atrasada, como era a China.

Sobre o conteúdo concreto do Programa de Gotha, Marx (p. 209-210), em primeiro lugar, protestou contra a assertiva de que o trabalho, isoladamente, é a fonte de toda a riqueza. Ele insistiu em explicitar que a riqueza resulta do trabalho e da natureza. Da natureza advêm os instrumentos, os objetos, as condições para a produção da riqueza. Quem não tem a propriedade dessas condições materiais de trabalho “tem que ser, necessariamente, em qualquer estado social e de civilização, escravo de outros homens”, dos proprietários das referidas condições.

Entretanto, hoje, a situação, ao que parece, tornou-se ainda mais propensa a confusões teóricas. Por isso mesmo, a compreensão da centralidade do trabalho, na sociedade, apresenta-se como uma necessidade preliminar. No presente estudo, foi indispensável insistir na importância do trabalho como fonte de riqueza, além da sua evidente combinação com a natureza. As características da mão-de-obra e do seu mercado, no atual processo econômico da China, exemplificam essa centralidade da força produtiva humana, na atualidade. Na época do Programa de Gotha era evidente, saltava aos olhos, que o esforço direto e imediato dos trabalhadores gerava a riqueza. Atualmente, a ciência e a tecnologia - apresentadas como se fossem desprendidas do trabalho, ou seja, como se fossem descoladas do mecanismo social de produção - são tomadas como um *deus ex-machina* que opera o milagre da súbita e fantástica aparição da riqueza social.

Na atualidade, ademais, a própria natureza tornou-se objeto de depredação, em uma escala perigosa, como ocorre na China. A agressão às condições naturais da produção tem conexão com a própria lógica de acumulação do capital. No mundo, no processo ora em curso de ameaça ao meio ambiente e expansão predatória do agronegócio, confirma-se, ratifica-se, que “o solo está compreendido entre os meios de trabalho” e “o monopólio da propriedade do solo é, inclusive, a base do monopólio do capital” (MARX, 197-? ou 198-? c, p. 211).

O progresso econômico, tão caro à lógica desenvolvimentista, convive com a polarização entre a pobreza dos operários e a riqueza de uma minoria exploradora, reafirmando que “(e)sta é a lei de toda a história, até hoje” (MARX, 197-? ou 198-? c, p. 211). Aliás, na própria transição socialista, Marx reconhece o predomínio ainda do direito burguês na regulação da distribuição do produto na sociedade que sai do capitalismo:

Estes defeitos, porém, são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como [esta] brota da sociedade capitalista, depois de um longo e doloroso parto. O direito não pode ser nunca superior à estrutura econômica nem ao desenvolvimento cultural da sociedade por ela condicionado. (197-? ou 198-? c, p. 214).

Nessas circunstâncias, o critério não é a equidade, portanto. Trata-se da retribuição a cada um segundo o seu trabalho, em vez do reconhecimento das necessidades de cada um para regular a distribuição do produto. O programa de Gotha perdia aderência com a realidade mediante o distributivismo lassalliano, que propunha a entrega do “fruto íntegro do trabalho” aos trabalhadores, a “repartição equitativa”. Para Marx, no socialismo, “o direito dos produtores é proporcional ao trabalho que prestou” (*ibid.*, p. 214).

O raciocínio de Marx, no trecho específico em que ele apela ao realismo, destacando os condicionamentos e as dificuldades da transição socialista, não é algo estranho à retórica da justificativa das reformas chinesas contemporâneas. Aquela forma de raciocínio poderia ser transportada, trazida, para um enfoque de realismo no discurso esgrimido pela liderança chinesa como fundamento de sua atual estratégia econômica, cingida às condições da evolução necessária de avanço das forças produtivas. Esse discurso pode ser encontrado nos principais documentos do Partido Comunista da China (PCCh) e do Estado da República Popular da China.

Contudo, o programa do PCCh, a Constituição da República e os planos quinquenais, do período em foco, são documentos que parecem contraditar o realismo, na interpretação das condições e perspectiva da penetração e dominação já alcançadas pelo capital na formação social chinesa hoje. Nesses textos oficiais, são inscritas assertivas, em tom peremptório, atestando o caráter socialista (com adjetivações) da sociedade e do Estado na China.

Metodologicamente, segundo o critério da *análise concreta da situação concreta*, pode-se supor que esses principais documentos oficiais aparecem como se constituíssem uma forma distinta, recriada, de um “programa de Gotha para os nossos dias”, porque em ambos os casos – no original alemão e na versão atual chinesa - haveria um descolamento do realismo. Em ambos os casos, haveria abstração, irrealismo, ilusões sobre a natureza do socialismo. Assim, por um lado, o programa de Gotha não tinha aderência com a realidade, mediante, por exemplo, o distributivismo lassalliano. O lassalianismo propunha a entrega aos trabalhadores do fruto íntegro do trabalho, sem considerar as deduções inevitáveis (investimento, administração, necessidades coletivas, previdência social etc.), e abstraindo as condições reais dos meios e forças produtivas. Por outro lado, hoje, as proclamações dos documentos oficiais chineses podem, talvez, ser interpretadas como expressão de um socialismo tornado abstrato, de algo que estaria sendo negado pelo realismo do processo de expansão da relação capital na China. Concretamente, como, por quais meios, em que proporção, “o fruto íntegro do trabalho” está sendo concentrado nas mãos dos capitalistas, em vez dos trabalhadores, no atual desenvolvimento chinês?

Nessa comparação, ontem, no passado, na Alemanha do século XIX, Ferdinand Lassalle, em um extremo, supõe o socialismo com uma distribuição que ultrapassa, que está muito além das condições reais de possibilidade da economia no período de transição. Hoje, no século XXI, parece que os chineses, em outro extremo, supõem um socialismo em que consta uma participação dos trabalhadores na distribuição do produto aquém das possibilidades concretas já oferecidas pela estrutura produtiva, inferior ao que poderia oferecer e comportar, formalmente, o próprio direito burguês.

1.1.2 Propriedade e Mercado

A propriedade social dos meios de produção é uma das bases do socialismo. Nessas condições, como relacionar socialismo, propriedade e mercado? Marx parece subestimar a necessidade do mercado em certas fases de implementação do socialismo. Por exemplo, conforme uma passagem muitíssima breve no texto *Crítica ao Programa de Gotha*, percebe-se essa subestimação. Marx associa, sem ressalvas, o socialismo à ausência de troca de produtos, negando o mercado. Portanto, o trabalho, que constitui os produtos, não é valor com a finalidade de ser condição da troca, não é uma característica própria, possuída por esses produtos, e por isso o mercado e seu fetichismo seriam rejeitados. Não haveria produção de mercadorias, não haveria troca de mercadorias. O bônus recebido pelo trabalhador permitiria o acesso aos bens de consumo nos “depósitos sociais”. A quantificação do poder aquisitivo desse bônus, como uma nova forma de salário, já estaria respeitando as deduções necessárias e prévias. O princípio que regula o intercâmbio de equivalentes seria mantido, sob as novas circunstâncias de ausência da propriedade individual dos meios de produção. Assim, “troca-se uma quantidade de trabalho, sob uma forma, por outra quantidade igual de trabalho, sob outra forma diferente” (MARX, 197-? ou 198-? c, p. 213-214).

Então, Marx se apóia na propriedade comum dos meios de produção para negar o caráter de mercadoria dos produtos do trabalho, a troca e a regulação do mercado e para sugerir, pelo que se deduz, a substituição do dinheiro por bônus na distribuição dos meios de consumo. Com acerto, diversos autores sempre discutem a contraposição entre mercado e planificação. Isso, contudo, é insuficiente. E a propriedade? Há, também, que se tomar a propriedade comum dos meios de produção como um eixo de uma nova forma de regulação da economia, com o plano. Trata-se de discutir os problemas da associação entre propriedade, mercado e planificação estatal. Inúmeros e intrincados problemas, a partir daí, se colocam, quando se trata da vida prática, concreta: Como caracterizar essa propriedade comum na transição socialista? Quais suas formas de organização? Como gerenciar essa propriedade conforme um plano democrático? Como essa propriedade interage, concretamente, com sobrevivências ou concentrações inevitáveis de propriedade privada e com o mercado mundial?

Na transição socialista, os meios de produção são coletivizados através da propriedade do Estado. No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx e Engels argumentam que “o proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à

burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante (...)" (MARX; ENGELS, 2001, p. 66). Assim, as forças produtivas (meios de produção e força de trabalho) contariam com as condições propícias para a liberação do seu desenvolvimento, com eficiência e superioridade, cada vez mais, em relação ao capitalismo. Engels considera que "a apropriação social dos meios de produção não só elimina os obstáculos artificiais hoje antepostos à produção, mas põe termo também ao desperdício e à devastação das forças produtivas e dos produtos, uma das conseqüências inevitáveis da produção atual [capitalista] e que alcança seu ponto culminante durante as crises" (ENGELS, 197-? ou 198-? c, p. 334).

O modo de produção capitalista implica em organização produtiva no interior de cada empresa, mas preserva a anarquia, através das decisões autônomas em cada propriedade privada e através do mercado, no conjunto da sociedade. Contudo, se as forças produtivas são sociais, se a socialização da produção predomina e amplia-se, então a regulamentação coletiva e organizada da produção, de acordo com as necessidades da sociedade e do indivíduo, deve tomar o lugar da anarquia social da produção (ENGELS, 197-? ou 198-? c, p. 331).

As relações de combinação ou exclusão entre plano e mercado têm alimentado a crítica ou elogio ao capitalismo e o debate acerca da possibilidade ou inviabilidade do socialismo. O mercado é a expressão da necessidade de circulação do capital e as trocas mercantis exigem a divisão do trabalho. O capitalismo é um sistema de produção para o mercado, pois. O plano, no sentido da construção socialista, significa uma regulação da sociedade, através do Estado, sobre a atividade econômica. "A partir de agora [com a propriedade pública dos meios de produção] já é possível uma produção social segundo um plano previamente elaborado". "Ao apossar-se a sociedade dos meios de produção cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre os produtores. A anarquia reinante no seio da produção social cede o lugar a uma organização planejada e consciente" (ENGELS, 197-? ou 198-? c, p. 334 e 336).

Contudo, na experiência contraditória do socialismo real, o plano econômico resultou essencialmente em uma planificação burocraticamente centralizada. As instâncias administrativas centrais exacerbaram, na prática, o controle das decisões sobre alocação de recursos, contabilização, fixação de preços e taxa de juros (AMIN, 2001, p. 55).

1.1.3 Estado

Como Marx e Engels compreendiam a natureza do Estado? O que pensavam sobre o Estado na transição socialista? O Estado desde sempre significou uma parte fundamental do desenvolvimento da sociedade capitalista. Já na chamada acumulação primitiva, por trás de todos os métodos de expropriação e enriquecimento dos capitalistas, encontrava-se o respaldo do Estado (MARX, 1988b, p. 276).

Após o capitalismo, haveria “um período de transição, cujo Estado não pode ser outro senão a **ditadura revolucionária do proletariado**” (MARX, 197-? ou 198-? c, p. 221, negrito no original). Com o processo de avanço do comunismo, o Estado, progressivamente, extingue-se (MARX; ENGELS, 2001, p. 67). “A intervenção da autoridade do Estado nas relações sociais tornar-se-á supérflua num campo após outro da vida social e cessará por si mesma. O governo sobre as pessoas é substituído pela administração das coisas e pela direção dos processos de produção. O Estado não será ‘abolido’, **extingue-se**”. (ENGELS, 197-? ou 198-? c, p.332, negrito no original).

Na trajetória do capitalismo, em vez de diminuir, o papel do Estado ampliou-se, tornou-se mais importante na vida econômica. A incapacidade dos burgueses dirigirem diretamente empresas cada vez maiores e complexas e a necessidade de mobilização de vultosas massas de capital para os investimentos em empreendimentos da grande produção, inclusive dos transportes, suscitaram o surgimento das sociedades anônimas e a propriedade do Estado.

A estatização dos meios de produção é uma forma de nacionalização econômica. Engels (197-? ou 198-? c, p. 329-332) julgava que essa nacionalização só seria um progresso social efetivo quando a propriedade do Estado se tornasse inevitável economicamente até diante da forma da sociedade anônima. Isso revelaria o amadurecimento da necessidade do controle da sociedade sobre as forças produtivas. O caráter progressista da nacionalização dependeria de sua articulação com o avanço da sociedade. Por isso, não se poderia conceber como socialista todo e qualquer ato de nacionalização. Empresas estatais foram, essencialmente, no capitalismo, uma forma de organização do capital, um tipo de mecanismo da acumulação capitalista. Quanto mais empresas produtivas estatais existirem, tanto mais capitalista coletivo afirmar-se-á o Estado, tanto mais trabalhadores serão explorados, tanto mais será aguçada a relação capital, explicava Engels.

Em vez de socialista, a propriedade estatal, na produção, tem sido, na verdade, a principal base econômica para o nacionalismo. Isso se configurou tanto na vertente de esquerda, em compromisso com a perspectiva de transformações sociais mais radicais, quanto na vertente de direita. N’O *Manifesto Comunista* analisa-se a distinção entre a classe operária e a nação. A luta do proletariado é nacional do ponto de vista imediato, concretizando-se em um dado país. O Estado nacional encontra-se inserido no mercado mundial, na esfera econômica, e faz parte do sistema de Estados, na esfera política. Entretanto, é preciso reconhecer - olhando a experiência da luta antiimperialista e observando as dificuldades que cercam o desenvolvimento nacional -, que o Estado efetivamente pode ser um espaço de luta e um campo de conquistas sociais, a partir de projetos políticos imediatos que envolvam a participação destacada dos trabalhadores. O desenvolvimento desigual e combinado, como expressão da fase imperialista do capitalismo, fundamenta a diversidade entre os países nos aspectos econômicos, políticos e sociais.

Há duas grandes necessidades complementares: reiterar o caráter classista do Estado e compreender, de forma renovada e crítica, a importância do Estado na luta política dos trabalhadores. A luta parlamentar, as reformas, os projetos de desenvolvimento nacional, a política externa são temas de relevante disputa política, entre as classes sociais e seus interesses, influenciando as formas e as funções do Estado. Marx, na *Crítica ao Programa de Gotha*, faz uma carga muito grande contra a “fé servil da seita hegeliana no Estado”. Ele, porém, é obrigado, por exemplo, a reconhecer a importância de uma lei geral e inspetores do Estado para organizar a instrução pública gratuita, como se iniciava nos Estados Unidos. Ele avalia a república democrática como a “última forma de Estado da sociedade burguesa onde se irá travar a batalha definitiva da luta de classes” (MARX, 197-? ou 198-? c, p. 222-223). Atualmente, há quase três décadas, em contraste com a organização republicana e democrática, o mundo assiste à vigorosa ação política das classes sociais dominantes para reorganizar o Estado em contraposição aos direitos sociais e democráticos, em geral.

1.1.4 Longo e Doloroso Parto ²²

A nova sociedade seria caracterizada pelo fim do antagonismo nas relações sociais de produção. A nova etapa de desenvolvimento das forças produtivas materiais estaria em correspondência com as novas relações determinadas e necessárias entre os homens no processo de produção social, como pode ser deduzido da formulação genérica de Marx no seu famoso *Prefácio* ao texto *Para a Crítica da Economia Política* (MARX, 1999, p.52)²³. Nas novas relações de produção estaria suprimida a relação capital a partir da “separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho” (MARX, 1988b, p. 252). Os meios de produção já não seriam propriedades da burguesia e, portanto, já não funcionariam como meios de empregar operários, subordinando o trabalho ao capital.

Contudo, a primeira fase da sociedade comunista surge e se desenvolve com as heranças econômicas, morais e intelectuais da velha sociedade capitalista. Essa transição socialista é um processo doloroso e de longo prazo, conclui Marx (197-? ou 198-? c, p. 214). O que mostrou a experiência? A transformação da sociedade mostrou-se, pelas experiências do século XX, extremamente difícil, demorada, contraditória, conflituosa. O socialismo tornou-se possível e factível, mas negou-se ou foi negado, retrocedendo à restauração capitalista.

Os fundadores do marxismo advertiram sobre as dores do parto da nova sociedade socialista. Mas eles próprios, Marx e Engels, em diversas vezes, manifestaram uma expectativa extremamente otimista acerca de iminente revolução socialista vitoriosa. Na base dessa exagerada confiança, havia uma interpretação fundada em uma dialética radical. Assim, o antagonismo, a luta e a transformação presidiriam irresistivelmente processos e desenlaces em um futuro próximo, logo adiante, considerando as contradições entre as forças produtivas e as relações de produção, entre a produção social e a apropriação privada, entre o proletariado numeroso e ativo em choque e uma restrita minoria burguesa.

Engels (1990, p. 135) raciocina que, a partir de 1830, por causa do surgimento da grande indústria, progressivamente nos diversos países, vai se formando a classe do proletariado e a sua luta. Mas, na verdade, como se sabe, a implantação da grande e moderna

²² ‘Longo e doloroso parto’ é uma formulação onde Marx mostra uma compreensão da complexidade da transição socialista que também aparece, depois, com Lênin, ao se referir às “dificuldades *concretas* da transição – dolorosa e dura transição – do capitalismo para o socialismo” (LÊNIN, 1980d, p. 605 – itálico no original).

²³ Ver citação nas páginas 24-5 deste capítulo.

indústria foi, e tem sido, retardada em muitas áreas do mundo, ao longo dos últimos dois séculos. Segundo o otimismo de Engels, no lapso de tempo de apenas uma geração, seria constituída “uma força tal, que pode desafiar todos os poderes coligados contra ele, estando mesmo seguro da vitória definitiva num futuro próximo”.

Esse mesmo autor, porém, no último ano de sua vida, em 1895, reconheceu na *Introdução* à obra *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, a possibilidade e a concretização de expansão, desenvolvimento e amadurecimento da economia capitalista em, por exemplo, vários países europeus, diferentemente dos prognósticos anteriores dele e de Marx.

Ao lado das transformações econômicas, teriam mudado as condições e, portanto, a estratégia de luta, favorecendo os meios de atuação legal da social-democracia. As forças operárias não poderiam mais depender de sua exposição abertamente, em lutas de barricadas nas insurreições de rua, desgastando-se diante das condições militares superiores do exército. No novo cenário, havia mais nitidez na configuração das duas grandes classes, burguesia e proletariado. Surgiam os partidos socialistas e o sufrágio universal aparecia como “uma nova arma, das mais afiadas”. Abria-se o espaço da tribuna parlamentar. Ampliava-se a liberdade de imprensa e de reunião. As instituições estatais agora deixavam brechas importantes para o combate operário. “A forma de luta predominante é, pois, a resistência passiva”, embora não possa ser descartada a luta de ruas, refletiu Engels (197-? ou 198-? a).

Nove (1989, pp. 27-108) fez uma apreciação negativa do “legado de Marx” no primeiro capítulo do seu livro *A economia do socialismo possível*. Ele caracterizou a visão de Marx sobre o socialismo como utópica (*ibid.*, p. 8). Expôs sua posição taxativamente (*ibid.*, p. 27): “o pouco que [Marx] disse era irrelevante ou completamente equivocado”. Nove criticou o prognóstico da polarização da sociedade. Apontou para as mudanças profundas que diferenciam o atual sistema capitalista daquele modelo de *laissez-faire* estudado por Marx (*ibid.*, p. 14 e 23). Protestou contra as idéias de um socialismo com as características de abundância econômica. Indicou a supressão do incentivo, motivação e disciplina no novo homem não-aquisitivo. Contestou a suposição de atmosfera harmoniosa entre o interesse geral e o parcial, entre a centralização e a descentralização. Divergiu da possibilidade de fim da divisão do trabalho, descrendo do exercício concreto da multicapacidade dos seres humanos. Opôs-se ao mercado associado à produção para o uso. Contradiu a possibilidade futura de

ausência do Estado e de nações-Estado. Colocou-se contra a idéia do desaparecimento do salário e da moeda (NOVE, 1989, p. 26-27).

Todos esses aspectos, acima alinhados, devem ser problematizados, avaliando-se criticamente a visão de Marx, rejeitando-se eventuais elementos utópicos. Em questões como, por exemplo, a supressão da divisão do trabalho, é preciso considerar as profundas mudanças acarretadas pela crescente complexidade do entrelaçamento entre ciência, tecnologia e economia. Não é improvável, porém, que essa complexidade possa, no prazo muito distante da evolução social, no comunismo, ser compatibilizada com formas inteiramente novas e superiores de capacitação, cooperação e mobilidade das pessoas no que diz respeito à distribuição do trabalho social e ocupação dos indivíduos.

Há uma sugestão de algo fantástico nessa listagem de problemas da visão de Marx, segundo a forma como Nove os apresenta. Essa listagem contrasta bastante, por exemplo, com as propostas programáticas expostas, por exemplo, no *Manifesto do Partido Comunista*. N(A) *Crítica do Programa de Gotha*, Marx se insurge contra as utopias distributivistas e igualitárias dos lassalianos. Os aspectos apontados por Nove eram projetados por Marx apenas como indicações gerais para uma etapa muito avançada, denominada de comunismo, e distinta da etapa inferior, conhecida como socialismo.

Marx não falou em distribuição livre, gratuita, ilimitada, sem custo, dos bens e serviços, e sim em distribuição conforme a necessidade, lembram Paul W. Cockshot e Allin Cottrell (2004, p. 28-26). O princípio ‘de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade’ pressupõe critérios para seu reconhecimento dessa necessidade, obviamente, argumentam Cockshot e Cottrell. Para eles, a segunda fase do comunismo, só no caso de pessoas com necessidades especiais, supõe a distribuição grátis de bens e serviços específicos ou o aumento do crédito dessas pessoas (calculado em tempo adicional de trabalho, em vez de dinheiro), a fim de adquirir os produtos nos armazéns sociais. Marx nunca propôs uniformidade de comportamento, de desempenho econômico e de ocupação profissional indiferenciada, entre os indivíduos. Ao contrário, proclamava a liberdade da afirmação verdadeira da individualidade, em um contexto de emancipação da sociedade e fim da exploração e opressão de classes sociais. As necessidades da produção e de administração econômica persistiriam na organização social dos produtores autônomos livres.

Indicações gerais, como anunciadas por Marx, podem ser uma rejeição de especulações utópicas sobre o futuro. Contudo, essas indicações gerais, também, podem ser entendidas como insuficiência, lacuna e dificuldades de Marx e Engels, ao menos em questões centrais como organização e regras de funcionamento da produção e distribuição no socialismo. Então, diante dessa insuficiência, percebe-se que, na verdade, Nove encaminhou-se para agregar definições e desenvolvimentos às indicações gerais marxianas, como se fossem explicitações do próprio Marx, como se fossem palavras escritas por esse último. Nesse procedimento, por exemplo, a abundância, no comunismo, é apresentada por Nove como se Marx estivesse simplesmente suprimindo custos, recursos ilimitados, restrições produtivas, dificuldades econômicas.

Na verdade, Marx enfatiza o desenvolvimento das forças produtivas liberadas no socialismo. Enfatiza o papel das forças produtivas poderosas e chama a atenção para a importância do desenvolvimento da ciência e da aplicação tecnológica no processo produtivo, com vistas ao aumento da produtividade social do trabalho. Então, não se trata de alguma forma de economia estacionária, mas sim de economia com desenvolvimento produtivo, o que pressupõe investimento, trabalho, tecnologia, custos, escolhas, conflitos, recursos, além de direção, plano, administração de coisas. Não se trata da sociedade liberada de todos os problemas econômicos, não se propõe o religioso paraíso na terra. Trata-se de liberação no sentido de supressão dos entraves postos pelas relações de produção no capitalismo. No processo social e na produção persistiriam conflitos, competições e incentivos caracterizados por uma natureza muito distinta de relações entre os homens. Via de regara, para ter acesso aos produtos, seria preciso trabalhar. A questão chave seria a ausência miséria para uns e privilégios materiais para outros. Os conflitos suscitados por esse novo desenvolvimento social já não seriam decorrentes de um funcionamento da economia “pelas costas dos produtores”, não seriam conflitos entre classes na divisão do produto social, já não existiriam regras econômicas com privilégios para um determinado grupo social e exploração da maioria das pessoas.

1.2 SOCIALISMO EVOLUCIONÁRIO

Eduard Bernstein ganhou fama como um iniciador da revisão de algumas idéias de Marx e Engels e de membros da II Internacional Socialista. Ele questionou a unidade, a

coerência e a aderência à realidade de algumas teses socialistas, embora Bernstein ainda se reafirmasse filiado ao socialismo marxista, já na sua versão evolucionária. Ele se bateu, no seu entender, contra “o modo utópico de pensamento da teoria socialista” (1997a). Entretanto, ele não respaldou a acusação de determinismo lançada contra a concepção marxista da história (1997b, p.41).

Sobre alguns aspectos decorrentes da teoria econômica elaborada por Marx, Bernstein critica a insuficiência do mecanismo da exploração mediante a mais-valia, para assegurar “base científica para o socialismo ou comunismo”. Assim, ele explica que há trabalhadores em melhores condições em setores de alta taxa de mais-valia, enquanto outros suportam condições péssimas em setores de baixa taxa de mais valia. Não se confirma a agudização da polarização entre os extremos de uma pequena minoria proprietária e uma crescente maioria de explorados e pobres. Bernstein (1997b, p. 56) verifica que, na distribuição da riqueza, “o número de acionistas e o volume médio da detenção de títulos têm crescido rapidamente”; e é “óbvio que nem todos os acionistas merecem o nome de capitalistas”.

Bernstein (1997a, p. 24) contesta, corretamente, a tese do breve colapso do capitalismo. Entretanto, ele exagera os limites, os atenuantes e a brevidade das crises, e menospreza a anarquia da produção. Rosa Luxemburgo (1970, p. 72-73) cita o “problema fulcral da anarquia capitalista” para criticar a negação de Bernstein sobre as grandes crises gerais. Luxemburgo raciocina que o próprio mecanismo do mercado “provoca automaticamente a expansão monstruosa dessa anarquia – até o afundamento do sistema”.

Para Bernstein (1997b, p. 82), o sistema de crédito reduziu as contradições econômicas e passou a ter uma posição inferiorizada na responsabilidade pelas crises. Mas, se deslocarmos nossa visão para a realidade financeira atual, essa argumentação de Bernstein torna-se extremamente débil. Voltando os olhos para a atualidade, vê-se, como se sabe, que a hipertrofia e a autonomia relativa da esfera financeira, englobando e superando o crédito bancário, gerou, nas últimas três décadas, um aumento da típica instabilidade da economia capitalista. Isso foi atestado pelos efeitos do fim da conversibilidade do dólar ao ouro, em 1971; pelas conseqüências da crise da dívida externa nos anos 1980, na América Latina; e pelos distúrbios dos recentes episódios financeiros, a partir do México, em 1994-95, até o *crash* da Bolsa *Nasdaq* em 2001.

Bernstein (1997b, p. 45-46) reconheceu que algumas transformações descritas por Marx e Engels confirmaram-se, “vieram a acontecer”, mas diante de outros fatos houve muita

insuficiência teórica e “não faltam contradições nos seus escritos [de Marx e Engels]”. Assim, Bernstein insurgiu-se contra o marxismo vulgar que, ao seu ver, não aceitava a crítica, as mudanças e o desenvolvimento teórico do socialismo marxista.

1.2.1 A Marcha Natural da Ampliação da Riqueza

Na verdade, o próprio Bernstein inaugurou uma outra vertente de vulgata do socialismo. Exatamente nesta nova concepção de marxismo vulgar explicitou-se o economicismo e o fatalismo presentes na idéia de que o socialismo é impossível sem uma etapa prévia de um desenvolvimento pleno, completo e acabado das forças produtivas no capitalismo. Tomou-se uma premissa correta, ou seja, a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas, modernização produtiva, grande produção, ampliação da riqueza social em capacidade de satisfação das necessidades sociais. Esse foi um passo, porém, para a operação de exagerar unilateralmente essa condição, absolutizando-a, tornando-a inalcançável. A partir daí, ignoraram-se as mudanças na estratégia das revoluções trazidas pela emergência do imperialismo. Abstrairam-se as crises do capitalismo. No fundo desse evolucionismo, abordavam-se as leis sociais como leis naturais, lei de um evolucionismo darwiniano, longo, objetivo.

Para Bernstein, voltando a Marx, a expansão das grandes empresas capitalistas na indústria e na agricultura é uma condição preliminar da realização do socialismo. É óbvio que essa centralização capitalista da produção é muito importante. Bernstein, contudo, fez certo inventário do ainda limitado número de grandes empresas nos países europeus, em sua época, como na Alemanha, concluindo daí, dessas circunstâncias, a impossibilidade, em termos gerais e absolutos, de gerência econômica estatal no socialismo (1997b., p. 62-74). Assim, conforme essa ótica, o melhor que se faz é deixar o capital realizar sua tarefa de centralizar, cada vez mais, a produção, e, por conseguinte, a gerência, promovendo eficazmente a evolução natural para o socialismo.

Sobre os evidentes limites da administração econômica pelo Estado, Bernstein (1997b, p. 90) exclamou:

Que abundância de critério, de conhecimento prático, de talento para a administração, deve um governo ou uma assembléia nacional ter ao seu dispor para poder exercer a gerência suprema ou o controle de tão gigantesco organismo!

Porém, Bernstein, na verdade, subestimou o processo de concentração e centralização dos capitais. Ele deteve-se demasiadamente na quantidade de empresas pequenas e médias dentro do universo de firmas de todos os setores econômicos e restringiu-se exageradamente ao número de trabalhadores como critério de definição do porte de uma empresa. Ignorou o peso das grandes empresas na mobilização de capitais, na produção, nas vendas, no consumo de energia. Assim, ele não colocou em relevo a tendência, já em andamento, de constituição de grandes empresas. Não compreendeu os movimentos iniciais da diferenciação na composição da estrutura produtiva entre a Inglaterra, com predominância das empresas médias, e os Estados Unidos e a Alemanha, onde começavam a surgir associações, fusões, cartéis, trustes de empresas.

O propósito de Bernstein (1997b, p. 74) foi insistir na persistência de firmas médias, com repercussões na importância da chamada classe média na estrutura social. Dessa forma, Bernstein secundarizou as mudanças estruturais, com os monopólios, com o capital financeiro, com o acirramento das contradições entre as grandes potências, com a perspectiva de guerra. Ele menosprezou o fenômeno da emergência do imperialismo e seus efeitos sobre a estratégia da luta pelo socialismo. Em outro extremo, na análise teórica marxista, Rudolf Hilferding (1985, p. 344) chegava a afirmar que bastaria estatizar os seis maiores bancos berlinenses para se conquistar o controle dos principais setores da grande indústria.

A polêmica entre os problemas do ‘movimento e do fim’, na causa socialista, envolveu autores como Bernstein e Luxemburgo. O movimento das reformas levaria automaticamente ao fim da instauração do socialismo? Para Luxemburgo (1970, p. 96), as teses de Bernstein “querem suprimir os abusos do capitalismo, mas não o capitalismo”. No entanto, Luxemburgo (*ibid.*, p. 9) considerava indispensável a luta cotidiana, dentro do próprio capitalismo. Ela afirmava que essas reformas resultariam em melhoria das condições de vida dos trabalhadores, em instituições democráticas, e iniciariam a classe proletária na luta pelo socialismo. A reforma social seria o meio para o objetivo final da conquista do poder político e da abolição do sistema salarial. A revolução social seria o fim buscado. Já Bernstein (1997a, p. 22), por sua vez, era categórico na defesa do evolucionismo:

Incapaz de acreditar, de todo, em finalidades, não posso crer num objetivo final do socialismo. Mas creio firmemente no movimento socialista, na marcha incessante das classes trabalhadoras, que devem obter, passo a passo, a sua emancipação pela transformação da sociedade, do domínio de uma oligarquia de proprietários comerciais da terra em uma democracia real que, em todos os setores, seja guiada pelos interesses daqueles que trabalham e criam.

Bernstein (1997b, p. 87-91) definia o socialismo como uma ordem social baseada na associação, jurídica e economicamente. Ele apontava, alegando a teoria marxista, duas condições preliminares para a implantação do socialismo: centralização da produção em grandes empresas e a conquista do poder político pelo proletariado. Como visto acima, esse autor negava a satisfação da primeira condição, na sua época, enfatizando a impossibilidade administrativa e o inviável gigantismo gerencial por parte do Estado à frente da direção de imensa quantidade de empresas pequenas e médias, e mesmo no comando “só das empresas maiores”. Sobre a segunda condição, esse pensador alemão enfatizava as diferenciações reais de trabalho e de vida entre os trabalhadores, indagava sobre o conceito de proletariado e questionava sobre o desejo do socialismo e menos ainda de revolução por parte das “classes proletárias industriais”, mesmo daqueles eleitores do partido socialista (*ibid.*, p. 91-94).

A referida associação, como definição de socialismo, consistia na adoção de (empresas) cooperativas com o objetivo de organizar a produção, escapando à inviabilidade da intervenção e gerenciamento estatal ou, até mesmo, de órgãos governamentais municipais e locais (BERNSTEIN, 1997b, p. 94-109). Bernstein (*ibid.*, p.101) recomendava deixar intocada a forma de organização empresarial, o que implicitamente significa a propriedade privada burguesa preservada, onde a apropriação estatal ou a criação da cooperativa mostrem-se ineficientes. Esse autor retomou o fio da viabilidade gerencial, afirmando que nas grandes empresas industriais seria inevitável a coexistência entre a adoção da forma de associação cooperativa de todos os seus empregados, por um lado, e a indispensável gerência não-socializada e autônoma em relação a esses próprios empregados, por outro lado.

O líder alemão reconhecia as dificuldades e fracassos do movimento cooperativo, o conflito entre a busca de lucros das cooperativas de produção e os interesses da comunidade (consumidores), a hierarquia interna resultante do crescimento do porte da cooperativa, a atração pela distribuição dos dividendos da cooperativa etc. Mas ele festejava os avanços das cooperativas na Inglaterra. Ademais, argumentava que, para sair do capitalismo e construir o socialismo, a associação cooperativa, pelas suas influências ainda burguesas, seria a forma mais acessível, mais fácil, mais simples, em vez da expropriação estatal e organização econômica socializada.

Entretanto, a crítica principal às cooperativas consistia na sua tendência à degeneração como empresas capitalistas de fato. Essa crítica mostrou-se acertada, no geral, no decorrer do tempo. A despeito das possibilidades de vantagens das cooperativas, efetivamente, essas formas organizacionais não se constituíram em alavancas econômicas de

poder do movimento dos trabalhadores pela superação do capitalismo. A partir das observações de Lênin (1980r, p. 657-659)²⁴, é possível enxergar semelhanças entre os velhos cooperadores (líderes da reforma social baseada em cooperativas) e Bernstein. Assim, as expectativas de Bernstein sobre o papel das cooperativas lembravam, de certa forma, as ilusões do velho cooperativismo de que a simples cooperativização, no interior do sistema capitalista, poderia conquistar o socialismo. No entanto, a compreensão de Bernstein seria ainda mais fantasista porque esse autor já vivia em um ambiente posterior, modificado, beneficiando-se do conhecimento sobre os limites da trajetória das cooperativas e assistindo às próprias mudanças estruturais do capitalismo no, final do século XIX, no sentido do imperialismo. Velhos cooperadores, como Robert Owen, foram precursores importantes do socialismo.

O socialismo evolucionário bernsteiniano conseguiu exercer grande influência, embora isso não tenha sido abertamente reconhecido. Concepções e propostas de Bernstein podem ser identificadas na trajetória da social-democracia européia e, surpreendentemente, nos aspectos econômicos da própria experiência contemporânea da reforma chinesa. A social-democracia, a partir dos assim chamados anos dourados pós-2ª Guerra Mundial, empenhou-se na integração dos trabalhadores no capitalismo reformado e em expansão.

Entretanto, os comunistas, ao longo do século XX, rejeitaram, com veemência, esse modelo de socialismo, como se vê na seguinte apreciação de Oscar Lange (1974c, p. 39):

Já em fins do século XIX, os revisionistas negavam o princípio da transição ao socialismo por meio da ditadura do proletariado. Acreditavam que as relações socialistas de produção podiam estabelecer-se dentro da estrutura do sistema capitalista. Identificavam as formas econômicas capitalistas de Estado com o socialismo e sustentavam a opinião de que a superestrutura política do Estado se adapta gradualmente a este processo espontâneo de desenvolvimento econômico. Chamavam a isto de “socialismo evolucionário”. Esta teoria é exposta hoje em uma ou outra variante nos programas da democracia-social.

1.3. DEBATE SOVIÉTICO NOS ANOS 20

Os debates entre as diversas vertentes do marxismo sobre a evolução econômica, o imperialismo e as experiências do socialismo são referências indispensáveis para o estudo

²⁴ “Mas em que é que consiste o seu caráter fantástico [dos velhos cooperadores]? Em que as pessoas não compreendem a importância fundamental, essencial, da luta política da classe operária para derrubar o domínio dos exploradores. Atualmente no nosso país esse derrubamento já se verificou, e muito daquilo que era fantástico, mesmo romântico e mesmo trivial nos sonhos dos velhos cooperadores, torna-se uma realidade não disfarçada” (LÊNIN, 1980r, p. 657).

da China hoje. Por exemplo, a década de 1920 registrou um fecundo debate sobre a transição econômica socialista entre alguns dos principais líderes soviéticos (BALANCO, 1996).

As formulações de Lênin sobre o Capitalismo de Estado destacam-se tanto pelas suas conseqüências práticas, em termos da Nova Política Econômica (*NEP*), quanto pela sua importância como referência para o debate sobre a atual economia chinesa. O capitalismo de Estado, com o poder operário administrando concessões temporárias ao capital e incentivando a reanimação da economia camponesa, beneficiaria a recuperação e o desenvolvimento das forças produtivas na Rússia arruinada, sobretudo pelas longas guerras, inclusive a conflagração civil. A participação no mercado mundial, após o insucesso das revoluções no Ocidente desenvolvido, segundo a teoria da revolução permanente, foi preconizada por Leon Trotsky. A estatização total ou a etapa de expansão da economia pequeno-burguesa marcaram os modelos de Nikolai Bukharin, em dois momentos históricos distintos. Eugeni Preobrazhensky formulou uma estratégia de industrialização e construção econômica conhecida como acumulação primitiva socialista. Josef Stálin apontava a possibilidade do socialismo na União Soviética, sem a ajuda da revolução mundial frustrada.

1.3.1 Nova Política Econômica (*NEP*)

Lênin (1980a, p.195-196), um mês antes da tomada do poder pelos bolcheviques, propunha o capitalismo monopolista do Estado como “a mais completa preparação material do socialismo”. A tese seria lembrada em maio de 1918 e enfatizada no debate sobre a Nova Política Econômica, a partir de 1921, após o fim da guerra civil e a experiência do comunismo de guerra. De fato, em 1918, Lênin (1980d, p. 598-604), avaliando o quadro catastrófico daquele momento econômico da Rússia, expôs a tese do capitalismo de Estado como a maneira de recuperar a economia e promover a transição socialista. Esse quadro de destruição econômica, porém, conseguiu ser piorado com a guerra civil.

Então, na tese de Lênin, combinavam-se extremo realismo, dada a precariedade econômica russa, com forte otimismo, dada a necessidade de adesão, confiança no futuro da nascente República Soviética. O principal dirigente soviético de então vislumbrava que “o socialismo se consolidaria definitivamente e se tornaria invencível”. Naquele contexto de dificuldades e impasses, o chefe do novo governo foi obrigado a esforços políticos para tentar infundir esperança e ânimo ao povo. Por isso, nas condições existentes, ele especulava, em

1918, que se o capitalismo de Estado fosse implantado em *seis meses*, então a consolidação socialista estaria garantida no prazo de *um ano*. Como se vê, eram prazos muito exíguos, absolutamente insuficientes diante da grandiosidade das tarefas econômicas postas. Depois, já em 1921, Lênin reconheceu “uma série de erros quanto aos prazos”.

No caso concreto da Rússia, Lênin situava a transição, na economia, do capitalismo ao socialismo, nas condições de uma fase onde ainda havia a convivência entre os elementos da (o): “(1) economia camponesa, patriarcal, isto é, natural em grau significativo; (2) pequena produção mercantil (isto inclui a maioria dos camponeses que vendem cereais); (3) capitalismo privado; (4) capitalismo de Estado; (5) socialismo”. Predominavam os pequenos produtores de mercadorias. Essa pequena burguesia e o capitalismo privado colocavam-se em oposição ao capitalismo de Estado e ao socialismo. O elemento pequeno-burguês seria o inimigo principal do socialismo na Rússia. O leito dos pequenos proprietários representava a anarquia, a especulação, a desordem, a ameaça ao poder dos operários, em vez do monopólio do Estado, na economia, e da consolidação da ordem política proletária. A saída era “aprender a estruturar uma grande organização nacional da produção segundo os princípios capitalistas de Estado”. Essa perspectiva, além disso, contava com a associação leniniana entre eletrificação e base material do socialismo. Nesse sentido, o plano de eletrificação da Rússia, com sua elaboração concluída em 1921, seria uma garantia do socialismo, ao fornecer energia para o futuro desenvolvimento da grande indústria mecanizada e para a reorganização da agricultura (LÊNIN, 1980 l, p. 529).

No entanto, o que é capitalismo de Estado concretamente, conforme Lênin? Era o modelo alemão: a grande e moderna tecnologia capitalista e a organização planificada. Tratava-se de uma forma avançada de economia “subordinada ao imperialismo *junker-burguês*” (LÊNIN, 1980d, p. 602). Na versão leniniana de capitalismo de Estado, haveria a substituição do Estado burguês por “também um Estado, mas um Estado de outro tipo social, de outro conteúdo de classe, o Estado soviético, isto é, proletário”. As formas de capitalismo de Estado seriam: 1. concessões; 2. cooperativas; 3. capitalistas no comércio dos produtos do Estado e dos pequenos produtores; e 4. arrendamento de empresa ou terras. Lênin lamentava a resistência à implementação das duas últimas formas, devido ao esquerdismo em setores do partido e do governo.

Com as concessões, através de contratos formais, o capitalista dirigiria o negócio e teria lucros extraordinários. Por sua vez, o Estado soviético obteria a elevação da oferta de

bens, o desenvolvimento das forças produtivas, as melhores condições de gestão da economia e a melhoria da situação dos operários e camponeses.

(...) concessões: sem fazer qualquer desnacionalização, o Estado operário concede de arrendamento determinadas minas, florestas, explorações petrolíferas etc., a capitalistas estrangeiros, para obter deles instrumentos e máquinas suplementares que nos permitam apressar o restabelecimento da grande indústria soviética (LÊNIN, 1980 l, p. 529).

‘Avançada tecnologia capitalista + Estado da ditadura do proletariado’= capitalismo de Estado conducente ao socialismo. Eis uma fórmula simples apenas na aparência. Os soviéticos constataram na prática essa aparência enganosa, devido à insuficiência do afluxo do grande capital internacional. Lênin (1980r, p. 661), em janeiro de 1923, concluía que as concessões tiveram pouco desenvolvimento. Registre-se, a despeito disso, que, em 1922, com apenas um ano de *NEP*, havia 17 empresas, associando o Estado soviético e capitalistas russos e estrangeiros (LÊNIN, 1980n, p. 585). A partir dessa ilustração histórica, é possível mirar o presente, avaliando, como se pretende neste estudo, essa fórmula do capitalismo de Estado no caso chinês. Nesse caso, é possível verificar a adesão entusiástica e a incorporação acelerada do grande capital internacional na China contemporânea. Cabe estudar as repercussões desse processo sobre a natureza do regime político e da estrutura econômica e social desse país.

Entre uma coisa e outra (avançada tecnologia capitalista e Estado operário), os dois elementos da fórmula, a União Soviética, na prática, no final das contas, tentou ficar com o seu Estado. Mas, na atualidade, no caso da China, parece que se apregoa a imagem de que os chineses tiveram “melhor sorte”: conseguiram tanto a tecnologia capitalista, quanto a preservação do seu suposto Estado proletário.

Lênin (1980 l, p. 529) argumentava sobre a necessidade dos “transportes e grande indústria nas mãos do proletariado” para prevenir algum perigo ao socialismo. Contudo, ao mesmo tempo, ele defendia a política de concessões, tendo como justificativa, entre outros fatores, a expectativa de que os soviéticos, depois de algumas dezenas de anos, tivessem o direito de resgate (que poderia ser abreviado, conforme contrato), apropriando-se de um pequeno número de grandes empresas-modelo (LÊNIN, 1980g, p. 504-507). Portanto, essas grandes empresas estariam, como se vê, em mãos, concreta e temporariamente, de capitalistas, o que representaria direção burguesa (e seus efeitos típicos, a exemplo da alienação dos trabalhadores dessas unidades) em setores importantes da economia, em vez da administração do Estado soviético.

É claro que do ponto de vista da propriedade, a forma adotada, para as concessões, foi de constituição de empresas mistas, *joint-ventures* entre os capitalistas privados e o Estado. Seria repelida qualquer desnacionalização, seja com a criação de empresas integralmente privadas, seja com a venda de ativos estatais.

Lênin (1980g), diante da ruína econômica russa, agravada pela má colheita de 1920, considerava inevitável, “até certo ponto e por um determinado prazo”, o desenvolvimento do capitalismo. Ele advertia, porém, sobre a necessidade dos métodos corretos e as condições para orientar esse desenvolvimento para a via do capitalismo de Estado. Seriam considerados as condições, as proporções, os prazos e a prudência na política de concessões. Seriam mantidos limites estreitos ao capitalismo em razão da expropriação dos latifundiários e da burguesia, na economia, e do poder operário e camponês, na política (1980g, p. 510). Não se poderia “de modo nenhum dissimular” que estavam sendo feitas concessões à burguesia mundial (LÊNIN, 1980 l, p. 529). Além disso, acrescentava-se a preocupação de “como assegurar num futuro próximo a transformação do capitalismo de Estado em socialismo” (LÊNIN, 1980g, p. 504).

O capitalismo de Estado é o capitalismo que nós saberemos limitar, cujos limites saberemos fixar; este capitalismo de Estado está ligado ao Estado, e o Estado são os operários, e a parte avançada dos operários é a vanguarda, somos nós. (LÊNIN, 1980n, p. 582).

Em março de 1918, Lênin (1980d, p. 600) caracterizava a pequena-burguesia como o inimigo principal, o entrave estrutural mais importante para a edificação da economia socialista. Mas, em 1921, ele percebeu a urgência de ajudar um segmento pequeno-burguês, “melhorar, em primeiro lugar, a situação dos camponeses”, que compunha a grande maioria da população russa. Isso era provocado pela situação em que as pesadas heranças da guerra civil somaram-se à destruição já provocada pela guerra de 1914-18, e a crise econômica atingiu um aprofundamento inaudito. A própria miséria das massas era uma ameaça ao poder soviético. A fome grassava e as insurreições camponesas eram “um fenômeno geral na Rússia” até 1921 (LÊNIN, 1980q, p. 623).

Assim, Lênin (1980i, p. 522), em 25 de abril de 1921, celebrou, em discurso, a expectativa, na colheita em curso, de grandes excedentes de cereais em mãos dos camponeses como resultado da substituição das requisições pelo imposto em espécie. Os agricultores agora tinham a liberdade, assegurada por lei, para a troca desses excedentes, seu aproveitamento em sua alimentação e seu uso para forragem para o gado. Seria possível

assegurar o acesso, pela troca, aos bens industriais. Com o propósito de ampliar a oferta de produtos manufaturados para os trabalhadores na agricultura, e diante das dificuldades mais imediatas de restabelecimento das grandes fábricas, Lênin, nesse discurso, conclamava o partido e o governo ao máximo empenho para “desenvolver a pequena indústria que é útil à economia camponesa”.

No III Congresso da Internacional Comunista, em 1921, Lênin (1980 I, p. 527) citou o exemplo da Rússia a respeito da tarefa central do proletariado de dirigir e formar uma aliança com o campesinato, a fim de desenvolver, a longo prazo, transições graduais com vistas à grande agricultura coletiva mecanizada. Advertia que como ocorria com a Rússia, com suas particularidades difíceis, a revolução proletária se defrontaria com o problema camponês e a questão pequeno-burguesa, em geral, em todos os países capitalistas.

1.3.1.1 Burocratismo

Como o Estado detém uma importância fundamental para a estratégia de tomada do poder e para a construção do socialismo, então o problema do burocratismo deve ser examinado. Isso interessa ao presente estudo, no que diz respeito à questão do Estado na China contemporânea. Então, nos tempos de Lênin, como esse problema foi apreciado?

A máquina de Estado burguesa consiste essencialmente no exército permanente, na polícia e no funcionalismo, definia Lênin. As funções desse Estado são desempenhadas pela especialização de instituições. Essa máquina deveria ser demolida na revolução, quebrando-se “o velho aparelho burocrático”. Então, o novo Estado deveria possuir características contrárias ao burocratismo.

Lênin, na obra *O Estado e a Revolução* (1980b, p. 296-297) propõe, para prevenir a burocratização, a adoção das medidas já formuladas por Marx e Engels. Portanto, deveria haver eleições para os cargos, destituição a qualquer momento, remunerações iguais aos salários dos operários, participação de todos nos assuntos do Estado (funções administrativas de controle e fiscalização). Ele raciocina que se todos podem ser ‘burocratas’, então, ninguém pode se tornar ‘burocrata’. Vincula-se a questão do combate ao burocratismo ao processo de construção das condições para a extinção do próprio Estado proletário.

Do ponto de vista do problema da administração na transição socialista, é muito importante debater essas formulações de Lênin, ainda no texto *O Estado e a Revolução*, sobre a organização e condução dos negócios públicos. Assim, para Lênin, subestimando a resistência da divisão do trabalho, haveria, na primeira fase do comunismo, uma nova situação em que “toda a sociedade será um único escritório e uma única fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de salário” (1980b, p. 291). O chefe bolchevique imaginava que o processo deveria desenvolver-se no sentido de que todos, ou a imensa maioria, aprendam a administrar a produção social e o Estado. Seria, pois, um processo em que o Estado vai se tornando desnecessário.

Em *O Estado e a Revolução*, Lênin não tinha a dimensão arraigada, persistente, do problema do burocratismo. Para ele (*ibid.*, p. 300-301), a essência do burocratismo consistia em que os funcionários do Estado são privilegiados e desligados das massas por causa das condições do capitalismo: dominação burguesa, opressão do proletariado, democracia limitada, miséria social. Por isso, a adoção das medidas inspiradas na Comuna de Paris, acima listadas, e, ainda, a substituição do parlamento por instituições legislativas e executivas não permitiriam que, no socialismo, subsistisse a burocracia. Mas as próprias medidas preventivas propostas parecem ser muito simplistas diante das contemporâneas necessidades institucionais, políticas, administrativas e econômicas e diante dos complicados problemas de uma transformação radical da sociedade. A experiência, especialmente na Rússia atrasada, mostrou a complexidade, a grande dificuldade do combate à burocratização.

Após destruir de “cima a baixo o velho aparelho burocrático”, a revolução soviética defrontou-se, a partir de 1919, com o “*renascimento parcial do burocratismo dentro do regime soviético*” (LÊNIN, 1980g, p. 509, *itálicos no original*). Considerando a inexistência da classe burguesa, e de seu exército e de seus tribunais, então as raízes econômicas do burocratismo, nos primeiros anos da Rússia Soviética, localizavam-se na dispersão e miséria dos pequenos produtores e na falta de circulação de mercadorias entre a agricultura e a indústria, declarava Lênin. Em 1921, à Rússia, saindo da guerra e do bloqueio e com os transportes arruinados, cabia combater as bases econômicas do burocratismo, concentrando os esforços na circulação de mercadorias, sobretudo no âmbito local, beneficiando a sua grande massa camponesa. Nessa tarefa, era preciso contar até mesmo com o capitalismo privado.

O aparelho central do Estado tinha se complicado, com o tempo, caído em uma rotina prejudicial, concentrando o burocratismo, denunciava o dirigente bolchevique. O enfrentamento dessas dificuldades dependia da iniciativa independente, da organização exemplar e do funcionamento do conjunto da atividade econômica no nível local, repercutindo sobre os problemas do centro, sobre Moscou. Era preciso, principalmente, dar atenção às necessidades dos operários e dos camponeses.

Não há como separar o debate político sobre modelos econômicos e burocratismo de problemas de gestão, sobretudo em um terreno novo, inexplorado, como era a construção socialista. Lênin, portanto, ocupou-se, no próprio processo de debate sobre a Nova Política Econômica, com os problemas da gestão da economia e do governo. Buscando a recuperação econômica e o combate ao burocratismo, ele discutiu diversos elementos gestoriais: objetivos, condições concretas, plano, métodos, prazos, gradualismo, organização, iniciativa, comparações, resultados, aprendizado, experimentação, motivação, alocação de força de trabalho, cooperação, alianças. É nesse sentido que ele reconhecia que: “Pagamos um certo ‘tributo’ ao capitalismo mundial, ‘resgatamo-nos’ dele sob determinados aspectos, obtendo imediatamente em certa medida a consolidação do Poder Soviético e a melhoria das condições de gestão da nossa economia” (LÊNIN, 1980g, p. 505).

As diretivas de política econômica traduziam-se em medidas gestoriais, como se vê em diversos exemplos. Assim, impunha-se tomar como referencial a “última palavra” em tecnologia, organização e planificação através do exemplo da Alemanha. Para a gestão dos negócios, “*podemos e devemos aprender muito com os capitalistas*” (LÊNIN, 1980g, p. 510, itálicos no original). As concessões deveriam levar à obtenção de grandes empresas-modelo. Era preciso comparar o desempenho econômico entre os mesmos âmbitos geográficos do país, verificando os resultados e os lucros entre os capitalistas, as cooperativas e as minoritárias (“uma rara exceção”) empresas estatais (*ibid.*, p. 511). Tomava-se a experimentação como prioridade, e nesse sentido devia-se implementar “toda espécie de experiências ou de sistemas de ‘circulação de mercadorias’”. Identificavam-se as velhas relações de produção como resistência à inovação. Cabia motivar o interesse dos camponeses na extensão e aperfeiçoamento da sua atividade, através de um imposto em espécie moderado, da liberdade de comércio e do fornecimento de bens industriais diversos (LÊNIN, 1980i, p. 522).

Os comunistas não deveriam tentar fazer tudo sozinhos, isso seria impossível, na gestão do governo e da economia, advertia Lênin. Era preciso contar com centenas de homens

sem partido e originários da massa de operários e camponeses. Os comunistas deveriam “*dirigir o trabalho e aprender com aqueles que têm conhecimentos (os especialistas) e experiência para organizar grandes empresas (os capitalistas)*”, advertia o chefe bolchevique (1980g, p. 518, itálicos e parênteses no original). Era preciso “procurar tais pessoas [operários e camponeses sem partido], promovê-las, dar-lhes trabalho, pôr à prova as suas capacidades, dar-lhes a possibilidade de se desenvolverem e se revelarem” (LÊNIN, 1980h, p. 521). No curso da implementação da NEP, Lênin verificava que “o fulcro de todo o trabalho está na seleção das pessoas e na verificação da execução [das atividades]” (1980n, p. 601).

Esse apelo do líder bolchevique à técnica, à direção especializada, à inovação na organização do trabalho, ao aprendizado com a gestão das grandes empresas capitalistas etc. têm uma associação com a atitude desse dirigente bolchevique diante do taylorismo. Roberto Finzi (1986) examina a trajetória leniniana a esse respeito. Assim, há uma maneira não-linear, complexa, na percepção de Lênin sobre a administração científica de Taylor, registrando sua primeira rejeição, em 1913, apontando as novas formas organizacionais como meio de intensificação da exploração dos operários, passando, no ano seguinte, para o reconhecimento de um conflito da organização taylorista entre a racionalidade da distribuição do trabalho dentro da fábrica e a irracionalidade na distribuição do trabalho humano em escala social. Já na posição de principal dirigente do Estado soviético, ele expõe uma abordagem que se situa no dilema dos assim chamados aspectos positivos e negativos do taylorismo ²⁵, propondo uma adaptação dos novos métodos à tarefa da transição socialista.

1.3.1.2 O Problema da Expectativa em Relação à Revolução Mundial

No início da 1ª Guerra Mundial, Lênin (1979b, p. 563) entendia que a nova situação trazia para a ordem do dia a questão da revolução socialista no caso dos países avançados. Contudo, o líder bolchevique, já em 1915, concluiu: “**A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo.** Daí, decorre que é possível a vitória do socialismo primeiramente em poucos países ou mesmo num só país capitalista tomado por separado” (LÊNIN, 1979c, p. 571, grifo nosso). A corrente poderia quebrar no seu elo mais fraco.

²⁵ “A última palavra do capitalismo” reúne em si toda a refinada crueldade da exploração burguesa e uma série de riquíssimas conquistas científicas no campo da análise dos movimentos mecânicos no trabalho, a supressão dos movimentos supérfluos e inúteis, a elaboração dos métodos de trabalho mais corretos, a introdução dos melhores sistemas de registro e controle etc. (...) Tem de se criar na Rússia o estudo e o ensino do sistema de Taylor, a sua experimentação e **adaptação sistemáticas**”. (LÊNIN, 1980c, p. 574, negrito adicionado).

Depois da Revolução de Outubro de 1917, havia esperança do apoio advindo da eclosão de processos revolucionários em países desenvolvidos. A revolução proletária era caracterizada como um processo único no mundo (LÊNIN, 1980 l, p. 527). A revolução internacional ainda era considerada, em 1921, por Lênin, como uma possibilidade, como uma hipótese, que provocaria um impacto na Rússia Soviética, que poderia “modificar tudo” na Nova Política Econômica agora adotada (LÊNIN, 1980j, p. 523).

Em março de 1923, o líder bolchevique ponderava sobre as dificuldades da manutenção da União Soviética - com o Estado dependente do apoio da larga massa do pequeno campesinato e ainda com a economia atrasada -, enquanto não ocorresse a vitória da revolução nos países mais desenvolvidos. Contudo, o caminho da revolução mundial já se mostrava distante, sem acesso claro. Nessa análise, a essa altura, ele chegou a cogitar algo ainda remoto naquele momento, ou seja, que a situação internacional, caracterizada pelas contradições entre os Estados imperialistas e pelo despertar revolucionário do Oriente, iria “gerar a revolução socialista mundial” (LÊNIN, 1980t, p. 679).

Na verdade, se Lênin passou a propor a *NEP*, a partir de determinado momento, é porque ele já não colocava, não podia colocar, a construção do socialismo na Rússia na dependência da revolução mundial. Essa era a nova estratégia econômica que deveria tornar possível o socialismo na realidade soviética. Essa era uma demonstração de flexibilidade no tratamento das relações recíprocas entre a revolução mundial e o socialismo na Rússia.

A despeito do que veio a ocorrer de fato na economia e no Estado soviético, e sem a propagação revolucionária para países avançados que ajudariam a transição russa, verificasse no modelo econômico formulado por Lênin, simultaneamente, aderência à realidade, firmeza nos fins e flexibilidade e adaptação nos meios. São elementos correlacionados logicamente: a compreensão da transição; a caracterização das formas que compõem a estrutura econômica do país; a análise das condições de extrema ruína e atraso; as diretivas com as tarefas urgentes de recuperação e, ao mesmo tempo, de modernização da economia; a condenação do burocratismo e suas repercussões econômicas.

1.3.1.3 A *NEP* como Modelo

Em substituição ao Comunismo de Guerra, a Nova Política Econômica (*NEP*) tinha o objetivo de articular a indústria e a economia camponesa, a fim de promover a recuperação e ascenso econômicos, depois de sete anos de guerra. Esse objetivo seria buscado através do que era mais imediato e acessível, ou seja, a liberalização, admitindo a regulação do mercado internamente. Seria um capitalismo de Estado original, sob o poder proletário, com a propriedade estatal das terras, com o monopólio do comércio externo (LÊNIN, 1980q, p. 625).

Na *NEP*, era reconhecida a vigência da lei do valor, embora pelo menos Lênin desejasse que a massa camponesa, na miséria, tivesse acesso a bens industriais com preços mais baratos. Se o país era formado por esmagadora maioria de camponeses, fragmentados e arruinados, e se as empresas do Estado não tinham produtos industriais para suprir, administrativamente, as necessidades do campo, então, logicamente, em benefício da aliança dos operários com os pequenos camponeses, algo deveria ser feito. O quê? Abolir as requisições de excedentes, tornadas indispensáveis durante a guerra, substituindo-as pelo imposto em espécie.

Após o imposto, o excedente agrícola seria trocado, livremente, por bens industriais, encaminhando a economia para uma relação restaurada e tendencialmente mais justa entre indústria e agricultura. Era um “movimento arquitecônico e arquitecônico” para ajudar e atrair a confiança da vasta massa camponesa (LÊNIN, 1980o, p. 605). Em 1921, o estatuto das cooperativas dos pequenos produtores passou a incorporar mais liberdade de negócios. Entretanto, Lênin (1980g, p. 506-507) fazia muitas ressalvas às cooperativas: geração de relações capitalistas pequeno-burguesas, aumento da complexidade da transição à grande produção, dificuldades de controle estatal. Não obstante as críticas, havia uma expectativa de que essas formas econômicas cooperativadas, como parte do capitalismo de Estado, contribuíssem para centralizar a venda dos excedentes agrícolas, em vez da dispersão do mero comércio privado.

Em 1923, depois de dois anos de *NEP*, Lênin (1980r, p. 657-662), ao invés de ressalvas, afirmava que houve uma subestimação da cooperação. Esperava-se que transição ao socialismo fosse beneficiada, porque as cooperativas seriam o “caminho *mais simples, fácil e acessível para o camponês*” (*ibid.*, p. 658, *itálico no original*), porque seria viabilizado o

comércio cooperativo com a participação de “verdadeiras massas da população”, porque as empresas cooperativas eram organizações coletivas peculiares, já que contavam com terras e meios de produção de propriedade do Estado operário.

Assim, Lênin passou a manifestar uma imensa expectativa para com as cooperativas camponesas. Em uma palavra: o crescimento da cooperação seria o crescimento do socialismo. Ele concebia, porém, um grande entrave: o analfabetismo e o atraso cultural da grande massa de pequenos produtores prejudicavam a percepção dos camponeses sobre as vantagens da cooperativização. Seria necessário algo como uma espécie de revolução cultural para elevar o povo russo ao nível da Europa “civilizada”. Ao Estado cabia assegurar o apoio às cooperativas, concedendo privilégios econômicos, financeiros e bancários. Além do imposto em espécie e cooperativas, o outro pólo da *NEP* eram as concessões, na tentativa de atrair o grande capital internacional para o desenvolvimento de empresas modernas, absorção de tecnologia avançada mundialmente, restabelecendo e elevando o nível das forças produtivas do país, gradualmente. As empresas criadas como sociedades mistas (*joint-ventures*) associariam o Estado e os capitalistas privados russos e estrangeiros. Elas ajudariam na articulação com a economia camponesa (LÊNIN, 1980n, p. 579).

Contudo, no modelo leniniano, a liberalização prevista na *NEP* não afetava o monopólio estatal do comércio externo, que era uma política aduaneira indispensável, sobretudo na época do imperialismo. Lênin (1980p, p. 611-617), em outubro de 1922, reagiu, com protesto veemente, contra uma decisão (sem a sua presença) do Comitê Central do Partido Comunista, adotando a permissão temporária de importação e exportação de algumas mercadorias ou em algumas fronteiras. A liberalização poderia colocar em risco as reservas em divisas, vulnerabilizar a indústria russa, esvaziar os excedentes de cereais, reverter o afluxo de ouro para a Rússia, atropelar a apropriação estatal de lucros do comércio externo, beneficiar os *nepmans* (aqueles enriquecidos no curso da *NEP*: *kulaks*, camponeses ricos, e pequenos empresários privados, mais presentes no comércio) etc. Com o comércio externo, o Estado adquiriria recursos para erguer a indústria pesada.

1.3.1.4 O Desafio da Democracia nas Circunstâncias da Origem do Estado Soviético

Difíceis condições marcaram as origens do Estado soviético. Problemas complexos cercaram a implementação da *NEP*. Lênin temia especialmente uma nova intervenção militar estrangeira na Rússia e uma crise financeira. Para prevenir e evitar essas ameaças, havia esforços diplomáticos, dentre outras providências, diante da questão militar, e havia o esforço para estabilizar o rublo, “uma tarefa decisiva”, diante da questão monetária. Apesar das formas de liberalização econômica adotadas, o Estado, como se fosse uma garantia socialista para a *NEP*, tinha que manter intocado o seu papel político, preservando o regime soviético. Nessas bases, o Estado foi chamado a dirigir e orientar, controlar e regular, a via do capitalismo do Estado, mas essa própria instituição enfrentava problemas de burocratismo, incompetência, poucos recursos (irrisório peso da grande indústria estatal, transportes arruinados).

Na verdade, nas difíceis condições concretas econômicas, políticas e sociais da Rússia, é discutível o grau de realismo da definição de Lênin, em outubro de 1921, sobre o regime soviético como o “*máximo de democracia para os operários e camponeses*” (1980m, p. 546, *itálicos nossos*). Isso, ao que parece, seria mais adequadamente colocado como uma questão teórica, como uma possível conquista, em perspectiva.

No plano dos princípios do comunismo, caberia discutir a natureza do Estado como a ditadura do proletariado, conforme tantas vezes enfatizou o próprio Lênin (1980b, p. 244-245), sobretudo no seu livro *O Estado e a Revolução*. Nesta obra, é reafirmada a formulação de Marx de que a luta de classes leva à ditadura do proletariado, ou seja, à transição em que são abolidas todas as classes. Assim, Lênin argumentava que a essência dos Estados burgueses, em suas variadas formas, é a ditadura da burguesia, enquanto a ditadura do proletariado é a essência de “enorme abundância e variedade de formas políticas”, na transição do capitalismo para o comunismo.

Apresentando-se sob diversas formas e situações concretas – república soviética, democracia popular, república parlamentar etc. -, a ditadura do proletariado consiste em um determinado conteúdo classista de um Estado. Tem esse conteúdo porque expressaria, interpretaria o proletariado como classe dirigente, a dominação política de uma nova classe na sociedade, a presença de novos interesses e representantes classistas à frente do poder

político. Porque expressaria os objetivos de liquidação das relações capitalistas de produção e de construção socialista. Porque expressaria a coação política proletária sobre a burguesia, reprimindo as resistências e tentativas de restauração capitalistas no curso da transição socialista.

Mas, na experiência soviética, isso não é tudo, não basta. Na teoria, a ditadura é da classe, é do proletariado, enquanto na Rússia soviética o poder foi efetivamente centralizado pelo Partido Bolchevique, em substituição à classe. Ademais, divergindo da concretude da alegada situação de máxima democracia operária, naquele quadro da Rússia, vale lembrar que o próprio Lênin condenava o núcleo do Estado, ou seja, Moscou, como centro do burocratismo. Em 1921, o dirigente bolchevique, julgava que no episódio de tomada e ocupação do poder, na Revolução, já teria sido cumprida a tarefa de destruição do velho aparelho burocrático do Estado (LÊNIN, 1980g, p. 509). Mas, em novembro de 1922, ele foi obrigado a reconhecer: “Aconteceu que em 1917, depois de tomarmos o poder, o aparelho de Estado sabotou-nos. Então, assustamo-nos muito e pedimos: ‘Por favor, voltai para nós.’ E todos eles voltaram, e essa foi a nossa infelicidade” (LÊNIN, 1980q, p. 626). Em janeiro de 1923, em um dos últimos escritos de Lênin, foi assentada uma avaliação extremamente severa sobre as reais condições do Estado soviético:

O nosso aparelho estatal, com exceção do Commissariado do Povo dos Negócios Estrangeiros, constitui em grande medida uma sobrevivência do velho aparelho, que sofreu o mínimo de modificações, mais ou menos sérias. Apenas foi ligeiramente retocado à superfície, e em todos os outros aspectos é o mais tipicamente velho do nosso velho aparelho de Estado. (LÊNIN. 1980s, p. 666).

Do ponto de vista classista, o poder político tinha sido conquistado pelo proletariado, o Estado tinha sido tomado da burguesia, com a derrubada do governo Kerenski. Contudo, como um absurdo, o aparelho do novo Estado, a máquina de governo, a direção prática e imediata da massa de funcionários, os processos reais de intervenção, participação e decisão, no cotidiano e nas bases, escapavam das mãos dos operários e camponeses, sob o peso da herança do velho e “abominável” aparelho estatal (LÊNIN, 1980t, p. 670). As formas democráticas diretas (cuja viabilidade encerra extrema complexidade e é objeto de questionamento) de constituição e legitimação do Estado pela massa do proletariado inexistiam, como era evidente.

Os *soviets* poderiam exprimir o poder da classe operária, mas não deixariam de ser, formalmente, órgãos de um tipo de democracia representativa. Na teoria, o “máximo de

democracia”, ou melhor, a absoluta participação direta significaria, já nas condições do comunismo plenamente evoluído, um processo de extinção do Estado como instância política classista. Na prática, na etapa de transformação vivida pela Rússia, era extremamente difícil, até mesmo, o exercício do poder pelas mãos dos *soviets*, a partir das bases, que significaria uma forma indireta, representativa, da democracia proletária. Nos primeiros anos da Rússia soviética, o Estado que se denominava Estado do proletariado tinha sua classe numericamente diminuta na sociedade, com seus membros de base atormentados pela ruína econômica.

Nas circunstâncias da véspera da *NEP*, a aliança operário-camponesa, base do regime soviético, tinha grandes dificuldades de apresentar-se como uma força política ativa. A realidade era de gravíssima dificuldade de vida para os camponeses pobres. Após dois anos de experiência da nova política econômica, houve certa melhoria nas condições de vida dos pequenos camponeses e a economia começou a se reanimar. Entretanto, nesse intervalo de tempo extremamente curto, surgiram novas formas de ameaça de restauração burguesa, dessa vez através da economia, e suas repercussões nas alterações da estrutura das classes sociais. Exatamente por isso, Lênin (1980s, p. 669), em janeiro de 1923, reconhecia, como um dos resultados da *NEP*, o ressurgimento, sob certas condições, da burguesia, composta pelos *nepmans*, e alertava sobre a ameaça de cisão da aliança entre operários e camponeses. A atração dos camponeses pela nova burguesia seria funesta para o destino da República Soviética.

Na República Soviética, a base social do regime político dependia da unidade e colaboração entre as classes dos operários e dos camponeses. Entretanto, do ponto de vista político imediato, a força dirigente efetiva era o Partido Comunista. Para exercer essa direção política geral imediata, o Partido dispunha de respaldo e representatividade. Os comunistas alcançaram a legitimidade dirigente. Isso ficou demonstrado pelo papel e as vitórias dos bolcheviques na conquista da maioria dentro dos *soviets*, na tomada do poder, na paz em separado com os ocupantes alemães, na guerra civil combinada com a agressão dos exércitos das grandes potências, no comunismo de guerra e na nova política econômica. Mas isso, esse apoio de massas à linha política do Partido Bolchevique, não era sinônimo, por si mesmo e suficientemente, de máximo de democracia socialista, nas adversas condições, inclusive de cerco capitalista e de perigos militares, para a manutenção do poder conquistado.

1.3.2 Oposições e Estratégia Econômica

O debate dos anos 20 apareceu, em certa proporção, na forma de organização das chamadas oposições à linha da maioria do partido. Havia uma espécie de luta pelo poder entre agrupamentos políticos. As plataformas das oposições apresentavam as posições divergentes, em maior ou menor grau, sobre diversos problemas da estratégia para o socialismo. Eram discutidos o papel dos sindicatos, a relação com os camponeses, o mercado, a industrialização, o burocratismo, a democracia no partido, a manutenção do poder, a defesa do país, a construção do socialismo em um só país etc.

Já na formação do novo governo, em outubro de 1917, três membros de esquerda do Partido Socialista-Revolucionário recusaram o convite para serem ministros. Dentro das fileiras dos próprios bolcheviques, com menos de dez dias desse novo governo, houve a renúncia de três dirigentes de suas funções como membros do Comitê Central do Partido Bolchevique e ministros do novo governo (Comissários do Povo). Os “comunistas de esquerda”, de 1918, divergiram do tratado de paz de Brest-Litovsk e dos primeiros meros enunciados, teóricos, do capitalismo de Estado. A ‘oposição operária’, inspirando-se em uma forma de anarco-sindicalismo, criticava a burocratização da direção estatal da economia. Uma outra oposição tinha Trotsky como principal líder das posições divergentes desde 1923 e 1924. Zinoviev e Kamenev eram os líderes da oposição surgida em 1925 em Leningrado. Em 1926 e 1927, a oposição unificou-se, com Trotsky, Zinoviev e Kamenev. Os opositores consideravam que a democratização no Partido, a política de industrialização rápida e o combate aos comerciantes ricos e aos *kulaks* conteriam a degeneração burocrática no Partido, e evitariam a restauração do capitalismo na União Soviética. (DAVIES, R. W., 1986, p. 86).

1.3.2.1 Mercado Mundial e Acumulação Socialista

Em 1906, Leon Trotsky expõe uma possibilidade de transformação socialista, pelas mãos do Estado revolucionário e incorporando capitais e tecnologias do mercado internacional, enquanto se espera a revolução mundial. Posteriormente, no quadro da revolução, diante do cerco à Rússia, Trotsky muda e passa à defesa da economia autárquica em 1920, conforme seu texto *Terrorismo e Comunismo* (ALMEIDA, 2002, p.16-18). Em sua proposta, nega-se a presença do mercado e da moeda, e consta a planificação ao lado da

estratégia de substituição de importações de bens de equipamento, dirigindo os esforços prioritários para a indústria pesada.

O comunismo de guerra levou Trotsky à proposta de militarização dos sindicatos. Assim, naquela conjuntura de graves dificuldades, a organização da economia seria baseada no recrutamento compulsório dos trabalhadores pelos sindicatos. Nesse caso, é muito discutível uma justificativa de que esse recurso à participação dos sindicatos expressava a autonomia dos trabalhadores em tensão com a autoridade central. András Hegedüs (1986, p. 23) lembra que Trotsky, à altura do IX Congresso do Partido, negava o papel independente dos sindicatos e colocava em relevo a importância de um plano econômico unitário. Para Hegedüs, tratava-se de uma concepção articulada de dirigismo estatal centralizado.

Trotsky, em nova compreensão, sobretudo desde 1922 e 1923, passou à defesa de que o desenvolvimento soviético exigia a integração da Rússia no mercado mundial, com a admissão de investimentos e empréstimos estrangeiros e aquisição de tecnologia. Em 1925, no curso da *NEP*, Trotsky (1983) criticou o balanço da Comissão de Planificação Central (Gosplan) em relação a dois pontos básicos. Primeiro, a Comissão propunha manter as posições conquistadas e avançar, onde fosse possível, mesmo que fosse só um passo, para o socialismo. Trotsky divergia, apontando a necessidade de discutir o ritmo da marcha para o socialismo. Era necessário ritmo acelerado, em vez do gradualismo do passo a passo, ano a ano. Segundo, o documento da Gosplan revelava uma negligência em relação à “verdadeira competição com o capital mundial”.

O ritmo de crescimento mais acelerado da indústria e do comércio estatais em relação aos setores privados foi alcançado e deveria ser mantido. Contudo, o decisivo para a construção socialista seria “a relação entre o ritmo de nosso desenvolvimento em seu conjunto e o da economia mundial”. A produtividade média do trabalho nos Estados Unidos era de seis a dez vezes maior do que a produtividade na URSS. Assim, Trotsky (1983, p. 178-179) reclamava a necessidade de “instrumentos de medição da economia mundial” para encontrar as vias da ascensão econômica e técnica da União Soviética.

O líder russo imaginou a adoção de coeficientes de comparação para medir a produtividade e a qualidade dos produtos, entre as indústrias soviética e internacional. Esses coeficientes sinalizariam as decisões de investimentos e as medidas de proteção setorial. Entretanto, esses indicadores propostos seriam precários porque tomariam como base, de um

lado, os preços arbitrados pelos planejadores para a indústria estatal, e os preços reais no mercado internacional, de outro lado (ALMEIDA, 2002, p. 21-23). A comparação exigiria a existência de trocas para a indústria soviética, que teria seus preços domésticos confrontados com os preços dos bens industriais no mercado mundial. Isso, porém, encerra uma grande dificuldade, como constata Paulo H. Almeida: “Para Trotsky, o planejamento deveria permitir ao Estado controlar o mercado durante a ‘transição’ para abolir o mercado no longo prazo”. Ademais, Trotsky parecia exagerar a crença na abertura e disposição, no mercado mundial, para realizar transações com a URSS. Era uma concepção que deixava entrever, talvez, uma certa brecha para que fosse suscitado um enfoque das vantagens comparativas nas relações econômicas internacionais, analisa Almeida.

Paulo Balanco (1996) julga que a associação de mercado e plano para a transição socialista na Rússia representava um modelo elaborado por Trotsky em correspondência à tese da revolução permanente. Esta transformação política, também conceituada como ‘revolução do atraso’, admitia a eclosão de eventos revolucionários distintos, inclusive naqueles países com relativo retardamento econômico, compondo um processo único. Todavia, no caso da ausência da revolução nos países adiantados, como se confirmou, a industrialização soviética passava a ser submetida a maiores dificuldades, mas isso não poderia significar isolamento econômico da URSS. Trotsky compreendia a União Soviética como parte integrante do mercado mundial. A frustração da expectativa revolucionária na Europa Ocidental deveria provocar a integração, em vez de autarquia, da economia soviética ao mercado mundial capitalista.

Em uma avaliação em 1925, Trotsky (1983, p. 176) apontou a dispersão da economia camponesa, o atraso tecnológico e a imensa superioridade produtiva do capitalismo mundial como os fatores de perigos na incorporação da economia soviética ao mercado mundial. Nessas condições, para ele, deveriam necessariamente se contrapor os controles do Estado, de um lado, e do mercado, de outro. A integração ao mercado mundial, assim, exigia que fossem salvaguardados a propriedade social dos meios de produção, o monopólio do comércio exterior e o princípio do planejamento. O desequilíbrio entre a produção na agricultura, já recuperada nos marcos da *NEP*, e a produção ainda incipiente da indústria estatal resultou, entre outros problemas, em desequilíbrio inflacionário. Na ausência de uma elevação substancial do investimento industrial, que gerasse uma oferta maior de manufaturados, esse desequilíbrio tendia a persistir. Mas como financiar essa acumulação de

capital na indústria? Eugeni Preobrajenski propôs uma solução. A agricultura financiaria a industrialização através de uma relação de trocas desigual e favorável aos preços mais elevados dos bens manufaturados em comparação com os preços dos bens agrícolas. Esse mecanismo de financiamento da industrialização, com os preços dos bens manufaturados estabelecidos administrativamente pelo Estado, foi denominado por Preobrajenski como uma fase de acumulação primitiva socialista.

No início da *NEP*, a agricultura manteve-se, brevemente, em uma relação vantajosa diante da indústria. No período de janeiro a maio de 1922, os preços de doze importantes produtos agrícolas subiram do índice 104 para 113 (considerando a base de 100 em 1913), enquanto, no mesmo intervalo de tempo, houve uma queda do índice 92 a 65 nos preços de doze produtos industriais. A adoção da forma de cartéis para organização de empresas de ramos industriais, com larga autonomia em face da direção estatal, levou a decisões de monopólio na fixação de preços de venda de produtos, inclusive dos bens da indústria pesada. Isso conduziu, a partir de 1923, à mudança representada por preços sempre mais altos da indústria em face da agricultura (HEGEDÜS, 1986, 34-36).

No modelo de Preobrajenski, a ação econômica do Estado tinha autonomia em relação ao mercado. A regulação estatal resultaria do avanço na planificação e na industrialização. O setor socialista seria regulado, portanto, pela lei da acumulação socialista. Essa lei era um regulador em conflito, em vez de equilíbrio e harmonia, com a lei do valor, ou seja, com o regulador do setor privado, dependente das forças de mercado (DAVIES, 1986, p. 89).

Em 1927, Probrajenski analisou os paradoxos na economia soviética, mostrando a necessidade da ajuda da revolução em países avançados. Por exemplo, o investimento na indústria estatal dependia de termos de troca não-equivalentes, em prejuízo dos preços dos produtos agrícolas, mas havia necessidade política da aliança operário-camponesa. Discutia-se a elevação dos salários do operariado na indústria, mas era necessário certo nível de extração da mais-valia, para compor os recursos necessários à acumulação de capital.

As propostas da oposição de políticas de impostos e preços extremamente desfavoráveis à própria viabilidade econômica dos *kulaks* e comerciantes privados significavam uma reorientação da economia, restringindo decisivamente o papel do mercado. Paradoxalmente, os recursos assim levantados seriam importantes para financiar os

investimentos industriais, mas ao mesmo tempo essas medidas resultariam na própria eliminação dos elementos capitalistas da economia da Rússia, a fim de se preservar o caminho socialista.

1.3.2.2 Ideologização Mercantil e o Socialismo Apoiado nas Próprias Forças

Nikolai Bukharin contribuiu para a análise da crise e do capitalismo mundial e para a pesquisa dos processos revolucionários, desde sua obra *O Imperialismo e a Economia Mundial*, publicada em 1915, e ao longo de sua trajetória como teórico bolchevique, além de seu papel como dirigente da Internacional Comunista (TELÒ, 1989). Chama a atenção a relação dialética entre a novidade do caráter organizado do sistema, a partir das transformações da economia e do Estado, de um lado, e o agravamento das contradições emanadas da internacionalização capitalista, de outro lado. Entretanto, Bukharin, apesar da autonomia e originalidade de suas contribuições, expõe formulações que tendem à abstração e determinismo, enfatizando uma racionalização da evolução técnica das forças produtivas, ao buscar certos esquemas de associação de razão e práxis.

Esse revolucionário russo debruçou-se sobre a investigação do fenômeno do capitalismo de Estado. Considere-se que, hoje, os problemas alusivos ao desenvolvimentismo estatal são especialmente importantes na reflexão que se propõe neste estudo sobre a China. Na obra de 1915, ele constatava que “[A]lém do controle direto do Estado sobre a produção das empresas privadas, a guerra engendrou um certo número de monopólios estatais” (BUKHARIN, 195-? ou 197-?, p. 220). Isso ocorria em diversos países, como Alemanha, França, Rússia e Inglaterra. O financiamento estatal foi um poderoso meio para a constituição do capitalismo de Estado.

A guerra intensificou um processo econômico já em curso. Para Bukharin, essa evolução estava assentada nas relações estreitas entre o Estado e os círculos financeiros dirigentes, na convergência de empresas privadas e estatais, resultando em corporações nacionais mistas, e na necessidade de um Estado forte, com “máximo de centralização e poder”, para enfrentar a dura concorrência econômica no mercado mundial e para as guerras. Em síntese, o capitalismo de Estado expressa uma centralização sob a forma dos *trustes*

capitalistas nacionais, preserva o papel do mercado mundial e mantém as relações entre as classes proletária e burguesa (BUKHARIN, 195-? ou 196-?, p. 224-228).

Em Bukharin, as mudanças das idéias e suas conseqüentes opções táticas percorrem o antiestatismo antes de Outubro de 1917; a estatização do Comunismo de Guerra, inclusive em relação aos sindicatos; a aceitação e radicalização da *NEP* e a defesa do socialismo em um só país (TELÒ, 1989, p. 160). Contudo, sua adesão à tese do socialismo em um só país não ignora as interdependências inevitáveis existentes na economia mundial.

No caso da sua defesa de uma estratégia econômica gradualista, Bukharin buscava a recuperação e o crescimento da economia camponesa, para que houvesse uma expansão equilibrada das trocas entre os produtos agrícolas e os produtos manufaturados. Para ele, o superindustrialismo de Stalin, a partir de 1928-1929, representou uma dominação sobre a pequena produção e sobre a agricultura, assim como um apelo para métodos autoritários de gestão, favorecendo, contraditoriamente, a reprodução capitalista (TELÒ, 1989, p. 192).

Bukharin desenvolveu uma fundamentação teórica, que além de respaldar a *NEP*, buscava uma via de construção econômica do socialismo nas condições sociais e políticas particulares da Rússia (BENVENUTTI, 1989, p. 132-133). Ele contestou Trotsky e a oposição de 1924-1926, alegando o aspecto asiático da Rússia, tendo em conta o gradualismo e os mecanismos de mercado para a construção de um “socialismo atrasado”. Divergiu de Preobrajenski, combatendo a política de alta dos preços dos bens da indústria, em detrimento do campo. Em abril de 1925, lançou a palavra de ordem “enriquecei-vos”, defendendo a economia camponesa, em uma formulação que se avizinha, em outra época, em outro contexto, do apelo de Deng Xiaoping, na China: “Enriquecer é glorioso!”.

Na explicação da *NEP*, Bukharin, apoiando-se na ação da lei do valor no quadro do mercado, enxergava uma interação entre um princípio da espontaneidade das unidades econômicas autônomas e um princípio da planificação (DAVIES, 1986, p. 89). Em 1927, na sua obra *O Caminho para o Socialismo*, Bukharin (1982, p. 233-234) argumentou da necessidade de uma transição, que se encaminhasse, cada vez mais, para um plano único que englobasse toda a indústria, mas ele, simultaneamente, reconheceu que os bens manufaturados são escoados, em larga medida, para os mercados formados pelos camponeses. Portanto, a economia camponesa deveria se desenvolver e as unidades camponesas deveriam gradualmente ser mais integradas entre si.

Trotsky e os membros da oposição não teriam conseguido compreender que o desenvolvimento da indústria depende do desenvolvimento da agricultura, segundo a crítica de Bukharin (1982, p. 310), em 1928, nas suas “*Notas de um economista (no início de um ano econômico)*”. Ele argumentava que a superestimação do princípio da planificação significava uma falha na percepção da importância da espontaneidade das forças de mercado. Preocupava-se com a preservação das relações de proporcionalidade entre indústria estatal e mercado camponês. A quebra dessas relações ameaçaria o equilíbrio político na sociedade soviética. Mas, nessas mesmas *Notas* (p. 321), Bukharin já expressava uma mudança, ao reconhecer a necessidade de limitar as unidades econômicas dos *kulaks*, além do aumento da produção das unidades individuais camponesas e da construção dos *sovokhozes* e *kolkhozes*.

Não obstante as diferenças, Bukharin foi um aliado de Stálin na maior parte das disputas e debates sobre a orientação econômica, depois da morte de Lênin. Roi Medvedev (1986, p. 45) advertiu que “seria errôneo subestimar a função destes debates [concepções, estratégias] na vitória política de Stálin”. Assim, além das manobras escusas do aparelho partidário, Stálin, com Bukharin, teriam conseguido convencer a maioria do Partido do acerto de sua interpretação acerca do marxismo-leninismo e da construção socialista na União Soviética.

O principal eixo da interpretação de Stálin, a partir do final de 1924, foi a defesa da possibilidade do socialismo na União Soviética, na ausência da revolução nos países desenvolvidos. Isso divergia das formulações que os marxistas sempre tinham adotado em geral²⁶. Ao contrário, Trotsky sempre manteve sua posição claramente cética acerca do socialismo em um só país (MEDVEDEV, 1986).

Stálin, habilmente, concentrou suas energias na questão da possibilidade do socialismo na Rússia, na luta contra a oposição de Trotsky e a de Zinoviev e Kamenev, desde meados da década de 20. É sintomático que a plataforma da oposição unificada não apresentasse nenhuma objeção à possibilidade da construção do socialismo na União Soviética (MEDVEDEV, 1986, p. 69). Além disso, era clara a contradição entre a exigência

²⁶ Vale registrar a dúvida de Marx, em carta a Vera Zasulitch, quando, supondo determinadas circunstâncias, ele fez a conjectura sobre a possibilidade do socialismo na Rússia atrasada economicamente. No Prefácio à edição russa do Manifesto Comunista, em 1882, Marx e Engels se perguntam, se na Rússia, onde ainda sobrevive a propriedade comum dos camponeses sobre metade da terra, poderia haver uma passagem direta dessa comunidade rural russa para o comunismo ou a Rússia não tinha como escapar de passar mesmo processo de dissolução dessa forma pré-capitalista, como ocorreu no desenvolvimento do capitalismo no Ocidente. Eles respondiam que se a Rússia começasse a revolução, ela seria complementada pela revolução proletária no Ocidente, de modo que a forma comunal rural russa poderia, assim, evoluir para a forma comunista.

da oposição unificada de aceleração do ritmo de construção do socialismo na União Soviética e sua interpretação da impossibilidade de completar essa construção em um país.

O governo soviético, em 1926, já tinha conseguido, “com seus próprios recursos internos, sem empréstimos externos de monta”, superar o nível de investimentos do ano que antecedeu a guerra, 1913 (DAVIES, 1986, p. 85). Na administração econômica, em meados dos anos 20, havia confusão e lentidão burocráticas, mas também sagacidade e originalidade (*loc. cit.*). A construção socialista seria baseada nas próprias forças da União Soviética e não se deteria (ou mesmo, esse tipo de construção seria a forma de defesa da nação) diante do cerco capitalista, insistia a retórica de Stálin.

Os camponeses só venderam, no último trimestre de 1927, ao Estado a metade da quantidade de grãos que tinha sido entregue no mesmo período do ano anterior. Então, o governo obrigou os camponeses a fornecerem os cereais. Esse episódio suscitou novas medidas administrativas, ampliando a restrição ao mercado, em um contexto de viragem do governo a favor da industrialização acelerada. É claro que isso motivou novas disputas. Em 1928 e 1929, Stálin lutou contra a chamada oposição de “direita”, dirigida por Bukharin e Rikov. Este último era o presidente do Conselho dos Comissários do Povo.

Nesse momento, o que antes era classificado como aventureirismo da oposição de esquerda – industrialização rápida e ataques aos camponeses ricos – começou a ser adotado pelo governo, sob forma extremada, sobretudo apelando para meios coercitivos, como a coletivização com prisões e deportações dos *kulaks*. Portanto, no final da década de 20, começaram as transformações: forçada no campo e acelerada na indústria. O período de 1930-33 registrou um crescimento econômico rápido, extensivo, tumultuoso, com o sacrifício de milhões de pessoas.

Por fim, do debate dos anos 20 na União Soviética, cabe destacar a questão da *NEP*, inclusive pela, talvez, sua possível aproximação com este estudo da China. Mais de meio século depois, volta, em alguns círculos, o debate sobre a *NEP*. Indaga-se se ela foi a imposição inevitável da própria realidade de grandes dificuldades econômicas da Rússia soviética. Alguns autores julgam que a *NEP* teria sido na verdade um modelo racional de economia, que aportou novos desenvolvimentos à teoria da construção socialista. Teria sido um caminho correto em geral, um modelo enriquecido pela experiência e, portanto, sem ter saído de uma prancheta, como uma elaboração prévia, completa, consciente e instantânea.

Não foi só uma inevitabilidade das circunstâncias. Não era só uma retirada forçada pelo atraso econômico. Não foi um amargo recuo. Foi uma alternativa positiva para lidar simultaneamente com Estado e mercado no socialismo. Corresponhia ao necessário gradualismo, um passo de cada vez. Teria sido uma estratégia possível e inovadora. Teria alcançado “em alguns aspectos um brilhante sucesso”. Guardadas as diferenças de assertividade, são essas as avaliações de Hegedüs (1986, p. 38-39), Medvedev (1986, p. 55), Davies (1986, p. 84-85) e Nove (1986, p. 113-117).

Assim, retorna-se ao debate da *NEP* e, mais do que isso, renova-se o desafio do mercado, como mostram os chineses atualmente.

1.4 O DESAFIO DO MERCADO

1.4.1 O Debate do Cálculo Econômico

A discussão sobre planificação e/ou mercado sempre se vinculou à polêmica fundamental acerca da alternativa socialista ao capitalismo. Além disso, as relações entre o Estado e o mercado constituíram uma incitação mais pronunciada às disputas de programas na gestão econômica capitalista em importantes países, historicamente. Isso envolveu os liberais e os social-democratas na Alemanha da República Weimar; tomou a forma de governos trabalhistas no pós-Segunda Guerra Mundial; e se difundiu como o compromisso keynesiano nos países desenvolvidos, em geral, nos anos 1950 e 60. Nas décadas de 20, 30 e 40 do século passado, teve lugar o ‘debate do cálculo econômico’²⁷, associado ao problema da viabilidade de uma economia socialista guiada pela planificação central.

Os pressupostos da racionalidade, da maximização da riqueza e do *homo economicus* são as bases do individualismo metodológico para a formulação de concepções sobre a economia. Essas bases ecoam a visão individualista previamente exposta por Adam Smith (1988, p. 66):

²⁷ Proposições de solução do cálculo econômico em uma sociedade socialista já tinham sido formuladas por autores neoclássicos, ou seja, sem filiação socialista (LANGE, 1969, p. 65, notas n^{os} 2 e 3). Assim, Vilfredo Pareto, em 1887, já tinha chegado a uma solução do cálculo no socialismo, como consta na sua obra *Cours d'économie politique*, e em 1910, no seu *Manuel d'économie politique*. Uma solução também foi elaborada por Enrico Barone, no artigo “Il ministero della produzione nello stato collettivista”, em 1908.

É evidente que cada indivíduo, na situação local em que se encontra, tem muito melhores condições do que qualquer estadista ou legislador de julgar por si mesmo qual o tipo de atividade [...] no qual pode empregar seu capital, e cujo produto tenha probabilidade de alcançar o valor máximo.

Em sua concepção da economia, Friedrich Hayek (1997), membro da Escola Austríaca, retoma, 160 anos depois, em 1936, essa visão de Smith, fundamentando a superioridade e realismo da aquisição do conhecimento pelas insuperáveis dispersão e experiência dos agentes econômicos através de sua atuação espontânea no mercado. E isso não poderia ser substituído por “uma mente social”, um governo onisciente, um plano com suficiente e adequado conhecimento para o conjunto da atividade econômica:

[...] a economia chega mais perto do que qualquer ciência social de uma resposta a esta questão central de todas as ciências sociais: como pode a combinação de fragmentos de conhecimentos existentes em diferentes mentes produzir resultados que, se tivessem de ser produzidos deliberadamente, exigiriam um conhecimento por parte da mente dirigente que nenhuma pessoa isolada pode possuir? Mostrar que, nesse sentido, as ações espontâneas dos indivíduos, sob condições que podemos definir, irão produzir uma distribuição de recursos que pode ser entendida como se fosse feita de acordo com um único plano, embora ninguém o tenha planejado, me parece de fato uma resposta ao problema que foi às vezes descrito metaforicamente como o da “mente social”. (HAYEK, 1997, p. 201).

Nos anos 1920, Ludwig von Mises (1987, p. 148-9)²⁸, representante da Escola Austríaca, assimilava o socialismo ao estatismo. Nessa caracterização, a marca principal do estatismo era a propriedade pública, através da nacionalização das maiores empresas. Von Mises afirmava que, em qualquer variante do assim chamado socialismo estatal, a independência empresarial seria eliminada, e o governo iria orientar e supervisionar tudo, determinando o que, como e quanto produzir, fixando preços. Seria o fim da inovação, afora as ocorrências no âmbito econômico da ação do governo.

Von Mises compreendia a intervenção como uma imposição governamental, obrigando o proprietário ou empresário a empregar seus meios de produção de uma forma distinta daquela que eles adotariam (1987, p. 18). Ele se alarmou, na década de 20, com a percepção de uma onda intervencionista na economia dos mais distintos países (*ibid.*, p. 11-12). Até mesmo a União Soviética, a partir da Nova Política Econômica (*NEP*), fazia parte desse movimento, julgava o liberal austríaco. Para ele, quase todos os economistas e políticos, em toda parte, estariam buscando um sistema entre o capitalismo, com a propriedade privada, e o socialismo, com a propriedade pública.

²⁸ Lange (1969, p. 63-64) avalia que o desafio de Mises - negando a possibilidade da contabilidade econômica no socialismo - teria provocado o maior interesse dos socialistas pelas questões do cálculo econômico. Por essa razão, Lange manifesta o agradecimento ao liberal austríaco, “um advogado do diabo” da causa socialista, que, segundo ele, mereceria uma estátua na entrada do Ministério da Socialização ou do Departamento de Planificação Central de qualquer Estado socialista.

Então, esse representante da Escola Austríaca lançou-se à contestação do intervencionismo ou 'sistema de mercado controlado'. Afirmou que só seria concebível ou possível a ordem social baseada na propriedade pública ou na propriedade privada dos meios de produção (MISES, 1987, p. 39). Argumentou que ninguém nunca teria demonstrado a possibilidade de uma terceira ordem social, com um sistema intermediário de propriedade. Fica claro que seu principal critério para a definição do sistema é o tipo de propriedade. Para Mises, os programas liberais têm por essência a propriedade privada, em vez da defesa de mercados de livre concorrência com irrealistas condições iguais de competição (*ibid.*, p. 63). Ele avaliou que se a propriedade é obstruída, orientada e regulada pelo governo, então o sistema é contraditório e ilógico. Ou propriedade privada ou propriedade pública. Portanto, concluiu, categoricamente: "Qualquer tentativa no sentido de introduzi-lo [o governo na regulação da economia] seriamente deve levar a uma crise da qual só pode emergir o socialismo ou o capitalismo" (*ibid.*, p. 39).

Para Lange (1969, p. 66-68), uma confusão sobre a natureza dos preços seria responsável pelo erro de Mises ao negar a racionalidade da alocação de recursos no sistema socialista. Von Mises só considerou os preços, em seu sentido estreito, como relações de troca das mercadorias em um mercado. No entanto, os meios de produção não teriam mercado, no socialismo, e, portanto, não teriam os seus preços, em seu sentido estreito. Mises não se voltou para a natureza ampla dos preços, como termos sobre os quais se apresentam as distintas alternativas econômicas comparáveis. Resumidamente, Lange raciocinava que as autoridades na economia socialista podem conhecer a escala de preferências pelos bens de consumo²⁹, decorrentes de determinações dessas próprias autoridades, e também podem conhecer o total de recursos disponíveis. Então, a partir desses dados, seria possível determinar os preços das alternativas produtivas, considerando as possibilidades técnicas de alocação de recursos na transformação de mercadorias, substituindo um bem por outro. Ele concluía que o cálculo era possível: o problema da escolha do que e como produzir tinha solução, na economia socialista.

Além da questão estrita dos preços de mercado dos meios de produção, Mises recorreu à necessidade da instituição da propriedade privada dos meios de produção para a solução da alocação dos recursos. A propriedade privada burguesa é uma instituição associada

²⁹ "(...) o Departamento de Planificação Central não necessita ter uma fórmula de suas preferências. Mediante uma simples avaliação poderá atribuir, por exemplo, a um chapéu o valor de dez unidades monetárias no caso em que se produzam 100.000 chapéus mensalmente, e um valor de oito unidades monetárias se o volume produzido for de 150.000" (LANGE, 1969, p. 101).

a uma determinada forma de organização da economia segundo as relações de produção vigentes especificamente no capitalismo. Já Lange (1969, p. 68, nota 6) questionou esse argumento institucionalista [propriedade privada burguesa] e lembrou que essa corrente - a Escola Austríaca - era reconhecida pela sua reivindicação de validade universal das suas formulações econômicas, em contraste com a admissão, pelos marxistas, do caráter histórico-relativo das leis econômicas.

Na concepção de Lange, o socialismo deveria dispor de mercados de bens de consumo e de trabalho, enquanto seria vedada a existência do mercado de meios de produção. O Departamento de Planificação Central, por meio de tentativa e erro, buscando o equilíbrio, determinaria os preços dos bens de produção e o volume de investimento. Retomando o sentido amplo dos preços, Lange (1969, p. 81) argumentava que a precificação dos bens de capital e dos recursos produtivos, à exceção da força de trabalho, teria uma finalidade contábil como indicadora de alternativas produtivas possíveis. O referido Departamento funcionaria como se fosse um mercado competitivo, alcançando os preços de equilíbrio. E para que os preços tivessem uma função paramétrica no contexto da gestão das empresas, seria necessário que todos os diretores de empresas seguissem, em suas contabilidades, a precificação fixada pelo Departamento Central (*ibid.*, p. 89-91).

Como fazer a contabilidade e como ter referenciais práticos e imediatos para guiar a distribuição, dentre outros fatores, sem considerar os preços dos produtos? A precificação de mercado seria distinta da precificação de contabilidade. Esta última corresponderia ao custo social da produção, considerando tanto as necessidades da acumulação quanto do consumo coletivo da sociedade. A determinação dos preços de mercado dos bens de consumo seria baseada no equilíbrio da demanda e oferta. E se e quando houvesse a troca também para os meios de produção, em vez da sua alocação administrativa, novamente a precificação de mercado seria determinada pela igualdade entre demanda e oferta (LANGE, 1974b, p. 33).

Charles Bettelheim (1977, p. 10-11), em meados da década de 1960, apresentou uma razão diferente da argumentação de Lange, para a duplicação de preços (de mercado e de contabilidade). O economista francês alegou a impossibilidade de avaliar antecipadamente as quantidades de trabalho e produtos nas diversas unidades econômicas. No estágio ainda limitado da transição econômica socialista, nos diversos países, os diferentes coletivos de trabalhadores, independentes entre si, não forneciam um trabalho diretamente social. Então, ainda eram necessárias: uma forma de cálculo, *a priori*, como estimativa global no plano, e

uma outra forma de cálculo, *a posteriori*, “mercantil”, a partir dos preços praticados pelas diversas unidades econômicas.

1.4.2 Mercado e Plano

Assim, como já foi visto, a planificação sempre foi objeto de grande polêmica. E hoje, há muito mais dúvida sobre a abrangência da planificação no socialismo, além do repúdio à planificação total e centralizada. No passado, nos países do socialismo real, a visão era muito distinta, o que denota a subestimação das dificuldades econômicas gerais, além da gritante ausência de democracia participativa, onde a maioria tivesse oportunidade de influenciar efetivamente as principais decisões econômicas.

Essa visão do passado foi percebida, até mesmo, no pronunciamento de um economista cauteloso como Lange. Assim, a planificação econômica seria um “traço essencial do socialismo” (LANGE, 1974b, p. 21-35). Para o economista polonês, a vontade humana, na sociedade organizada, em vez da livre espontaneidade das leis econômicas, dirigiria, de modo consciente, o desenvolvimento da economia. No período de transição, seria possível a existência de formas não socialistas de produção, ao lado do setor majoritário e dominante socialista. Lange acreditava que uma grande centralização estatal na administração e no planejamento seria uma característica do início do desenvolvimento socialista. Ele pensava que isso seria necessário para a transformação revolucionária da sociedade, liquidando as relações capitalistas de produção, e ainda para a industrialização rápida, no caso dos países atrasados.

A concepção geral da planificação evoluiu e incorporou, com maior peso, nos anos 1960, a relevância das particularidades das formações sociais, envolvidas em complexos processos de transição econômica socialista, além da percepção da incidência de fatores políticos e ideológicos variados que influenciam os avanços ou recuos nessas diversas sociedades (BETTELHEIM, 1977, p. 10-11). Assim, com essa compreensão, deveria ser rejeitada a imposição de um modelo único de planificação. Os países socialistas não poderiam repetir as fases e as formas de evolução da planificação e da economia da União Soviética.

A planificação deveria ser ativa, no sentido de ultrapassar a simples coordenação e determinar as principais linhas do desenvolvimento do conjunto da economia do país. Lange

(1974b, p. 27) observava que seria indispensável que o plano econômico nacional tratasse da repartição da renda nacional entre a acumulação e consumo e a alocação dos investimentos entre os diversos ramos econômicos. Além dos métodos administrativos de decisão sobre a alocação de recursos, seria necessário recorrer principalmente aos meios econômicos baseados em incentivos para a realização do plano.

Quando se dá por concluída essa intervenção estatal sobre os principais aspectos da economia? Isso não se decide arbitrariamente, como uma vontade política à revelia das condições concretas do estágio de consolidação da nova sociedade. Seria possível e necessário discutir as formas, os métodos, a implementação da planificação estatal. Dever-se-iam buscar aperfeiçoamentos, flexibilidade, esforços democráticos, consulta e participação de trabalhadores e da comunidade nos âmbitos locais. Caberia a ampliação da autonomia na direção das empresas, delegação de tarefas. A descentralização do plano seria possível nos casos em que os incentivos econômicos levassem a decisões que não podem ser adotadas ou não são desejáveis no modo centralizado. Em um estágio mais evoluído da economia socialista, o plano central deveria se ocupar apenas da produção das mercadorias de importância especial para a economia nacional (LANGE, 1974b, p. 32).

Entretanto, não caberia adotar um gesto voluntarista de recusa da intervenção estatal essencial na economia. Para Lange (1974b, p. 32), essa intervenção essencial seria um problema de princípio e consistiria na necessidade de que o plano central determinasse a velocidade e direção do desenvolvimento da economia nacional. Assim, não se justificaria a substituição da planificação e administração centralizadas pelo Estado nem para ser substituída pelo mercado, em um extremo, nem para ser adotada uma dispersão com uma precipitada e prematura autogestão, em outro extremo.

A centralização estatal da planificação e da direção administrativa iria se tornando desnecessária no decurso do processo de amadurecimento do socialismo, esperava Lange (1974a, p. 18-19). Nesse processo, encerrando o período de transição, o Estado, conforme a expressão de Engels, extingue-se. Nessa perspectiva de longo prazo, o “governo das pessoas” é substituído pela “administração das coisas”.

Mas, para Alec Nove (1986, p. 115), a experiência do socialismo real e os debates entre os marxistas mostravam a importância do mercado na economia socialista. Ele argumentou sobre a dificuldade de substituição das funções do mercado, a despeito das suas

imperfeições. Na avaliação de Nove, o plano totalizante central teve como resultado a burocratização. Prejudicou-se a formulação e a adoção de critérios realistas.

Ernest Mandel (1986), em polêmica com Nove, argumentou em favor da planificação socialista. As leis de movimento e as contradições internas do capitalismo tinham levado a um processo histórico de crescente e objetiva socialização do trabalho, explicou Mandel. Essa socialização do processo produtivo, ainda no capitalismo, permitia, favoreceria e exigiria a planificação socialista. Foi isso que Nove não percebeu ao negar as formulações econômicas marxistas. Ele parecia não notar a tendência, em curso, do desenvolvimento do capitalismo no sentido da necessidade de elevação da produtividade do trabalho, de busca de novos mercados, de inovações tecnológicas associadas à economia do trabalho, a concentração e centralização do capital, as crises periódicas e a mundialização do capital. Já havia uma objetiva socialização do trabalho através do planejamento do processo de produção, inclusive na ação global de empresas transnacionais, com uma redução radical da alocação do trabalho pelo mecanismo do mercado (MANDEL, 1986, p. 6). As técnicas produtivas já tinham um grau elevado de independência frente ao mercado. Os padrões de consumo já podiam ser razoavelmente estabilizados, sem frenéticas mudanças na produção dependentes de sinalizações de mercado.

Planificação não é alocação científica ou humana de recursos, mas sim alocação direta, *ex ante*, em contraste com a lógica da alocação mercantil, *ex post*, esclarecia Mandel. É possível a combinação de plano e mercado, tão reclamada por Nove, mas isso resulta em formas híbridas, precárias e temporárias de regulação da economia, porque estariam em ação mecanismos, motivações e valores sociais diferentes, advertia o marxista belga (MANDEL, 1986, p. 7). Ele preocupava-se principalmente com o abandono da crítica à produção de mercadoria e ao mercado. Assim, ele alertava que o grande perigo era o abandono das conquistas dos socialistas no sentido da desmistificação dos pressupostos teóricos burgueses que vêm desde Hobbes, Locke e Smith. Essa exaltação do papel do mercado poderia atingir o coração da causa socialista, ao negar, no longo prazo, as possibilidades, vantagens e importância do desaparecimento do mercado na sociedade sem classes.

1.4.3 Mercado

Na seção precedente, foram apresentadas idéias sobre planificação e mercado. Mas e o mercado, propriamente dito? Remontando à Economia Política Clássica, verifica-se que Adam Smith (1988, p. 24-27) enxergava uma propensão inscrita na própria natureza humana, pelo raciocínio e fala, para “trocar uma coisa pela outra”. Nas trocas, os homens buscam seus interesses individuais, embora, no final das contas, obtenha-se um resultado social satisfatório. Smith advertia: “Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse”. Essas trocas compõem o mercado, o qual delimita a possibilidade de expansão do produto. A extensão do mercado limita a divisão do trabalho e, por conseguinte, a magnitude da produção. Opera um mecanismo de auto-regulação: “A quantidade de cada mercadoria colocada no mercado ajusta-se naturalmente à demanda efetiva” (SMITH, 1988, p. 57).

Na argumentação de Rosa Luxemburgo (1970, p. 73), a ‘economia burguesa vulgar’ separou o mercado (modo de troca) do modo de produção. Com essa operação, negligenciou-se a anarquia do capitalismo como uma economia mercantil, incorrendo-se em um dos “erros fundamentais” da teoria vulgar: a ilusão de ordem e harmonia no sistema. Luxemburgo foi adiante: “Sejamos mais concretos: se não se compreende o caráter da mercadoria e da troca, a economia capitalista e as suas relações permanecem necessariamente misteriosas” (*ibid.*, p. 75). Nesse mesmo diapasão, Lênin (1980c, p. 560) afirmou que “a principal força organizadora da sociedade capitalista, construída de uma maneira anárquica, é o mercado nacional e internacional, que cresce espontaneamente em amplitude e profundidade”.

Há pronunciamentos que propõem relações diversas, inclusive excludência, entre planificação estatal e mercado. Para isso, para a defesa da regulação mercantil exclusiva e da rejeição do plano, se faz necessária a busca de fundamentos teóricos. É nesse sentido que, sobre o mercado, cabe examinar algumas bases do pensamento neoclássico. Através de seus programas de pesquisa, a economia neoclássica tenta demonstrar a suposta superioridade do mercado. Nesse sentido, são elaboradas leis gerais em que os preços de equilíbrio viabilizam a ordem social, que é reduzida à suposta ordem racional do mercado (GANEM, 1996). As formulações de Leon Walras e Vilfredo Pareto, autores fundamentais da Economia Marginalista, inauguraram uma busca de demonstração de uma ordem equilibrada, estável e ótima, a partir dos diversos interesses dos indivíduos.

Nas últimas décadas, nas novas condições políticas internacionais, houve uma atualização dessa interpretação neoclássica. Assim, adentra-se em projetos de pesquisa, incorporando correções e ajustes na Teoria do Equilíbrio Geral, a fim de restaurar, por novas vias, a velha idéia do poder regulador do mercado. Entretanto, “[A] introdução de imperfeições inviabiliza o projeto [comprovação da superioridade do mercado], pois joga o programa em indeterminações, na perda da manutenção dos microfundamentos da ordem, na multiplicidade de equilíbrios e no caráter não-ótimo de soluções não-cooperativas” (GANEM, 1996, p. 106). Para, a partir do comportamento maximizador, o mercado, como mecanismo de preços, exercer uma superior coordenação da economia, é preciso depender da admissão de hipóteses cruciais, restritivas. Para isso, trata-se de supor: mercado para todos os bens e datas futuras, permanência sem perturbação do consumo e produção, ausência de externalidades, presença do leiloeiro walrasiano.

Os Novos Clássicos (corrente de pensamento econômico ultra-ortodoxo que foi constituída nas últimas décadas do século XX), em sua pesquisa dos fundamentos micro da macroeconomia neoclássica, apelam para a existência de indivíduos planejadores oniscientes, distribuição igualitária de informações e homogeneidade de expectativas. Contudo, eles deparam-se com as dificuldades de agregação de bens diferenciados e os problemas da interação dos agentes. Recorrem à simplificação de bens e agentes representativos, o que tolda as generalizações com base no princípio maximizador individual, sobrando, por fim, uma idealização da Teoria do Equilíbrio Geral.

Nos casos das pesquisas da teoria dos jogos e concorrência imperfeita, há um certo apelo ao realismo. Porém, o princípio do comportamento estratégico ainda não consegue ultrapassar os limites do individualismo metodológico. Em determinado sentido, são reconhecidas a interdependência dos agentes, a diversidade de situações, a influência de fatores chamados “externos” como as normas sociais. Mas, as complexas relações entre os agentes não podem abandonar o lastro da racionalidade maximizadora individual, em vez da racionalidade coletiva. Já os chamados economistas heterodoxos reconhecem a informação imperfeita e a incerteza, mas tentam simultaneamente colocá-las no lugar das contradições imanentes da economia capitalista, sobretudo entre o capital e o trabalho.

Ganem (1996, p. 118 e 120) ressalta a centralidade, nos tempos modernos, da difusão da idéia de “uma ordem equilibrada, estável e ótima pelo poder coordenador e soberano do mercado”. Mas, para ela, a teoria neoclássica, em seus programas de pesquisa,

ao longo do tempo, não conseguiu dar conta das relações de coerência e complexidade do objeto econômico, não demonstrou que “o mercado [...] é necessariamente a instância autorreguladora e constitutiva da ordem social” e não convenceu de que o estudo econômico deveria ser centralizado na questão do equilíbrio.

1.4.4 Socialismo *de* Mercado

No próprio debate do cálculo econômico, surgiu a elaboração do modelo de socialismo de mercado. Nesse modelo, formulado principalmente por Lange, combinou-se a influência do mercado, contribuindo para a suposta alocação eficiente dos recursos, com a regulação emanada da planificação. Segundo Lange (1969, p. 110-119), a economia socialista dispõe de duas grandes vantagens, influenciando positivamente a alocação de recursos. A primeira vantagem é a distribuição de renda com o objetivo de alcançar o máximo bem-estar social. Em contraste, a economia capitalista tem uma distribuição de renda já previamente condicionada pela propriedade privada dos meios de produção. A segunda vantagem é a incorporação de todos os fatores econômicos no cálculo dos custos de produção, considerando, por exemplo, o sacrifício da vida, da segurança e da saúde dos operários nos processos produtivos. Em contraste, no capitalismo, o empresário só considera os seus custos privados de produção.

Na transição, nas condições do modelo de socialismo de mercado, conforme as diferentes circunstâncias históricas dos diversos países, ainda existiriam diversas formas (nacionais, municipais, cooperativas etc.) de propriedade dos meios de produção. E os bens produzidos tornam-se, na distribuição, propriedade privada dos consumidores. Nesse contexto, se a produção é de mercadorias, em razão da pluralidade de proprietários dos produtos, então se mantém a lei do valor na economia socialista (LANGE, 1974a, p. 12-13). Obviamente, a lei do valor é acompanhada das leis da circulação monetária, porque a produção de mercadorias exige a troca por moeda.

Em 1957, já distanciado dos tempos do ‘debate do cálculo econômico’, Lange (1974b, p. 32-34) abordou a planificação combinada com as informações do sistema de preços de mercado. É interessante notar que ele, a essa altura, sequer se referiu ao famoso debate ou mencionou a denominação de ‘socialismo de mercado’ para o modelo de transição econômica

socialista. Já eram questões superadas, vencidas, teórica e praticamente, naquele momento, no entendimento deste economista marxista, pelo que o seu texto deixa transparecer. Assim, ele discutiu diretamente o mérito da aplicação do sistema de preços em um contexto de planificação na economia socialista. Alertou para o caráter indispensável da contabilidade dos custos e lucros e do sistema de preços, considerados corretamente, para a consistência da elaboração do plano.

Lange (1974b, p. 33) recorria ao exemplo da Polônia para ilustrar essas questões. Se o preço de mercado fosse maior do que o preço normal (como os economistas poloneses denominavam o preço de contabilidade), então, no plano seguinte, seriam aumentados os investimentos, elevando a produção de bens. Ao contrário, se o preço de mercado fosse menor do que o preço normal, a produção seria diminuída.

1.4.5 Socialismo *com* Mercado

No contexto do surgimento do neoliberalismo e de críticas crescentes ao desempenho econômico dos países do socialismo real, Alec Nove (1989) publicou, em 1983, uma proposta de modelo socialista. Pretendia “um tipo de socialismo viável, possível, alcançável no período de vida de uma criança já concebida”. A propriedade social deveria predominar. O principal meio para atingir esse tipo de socialismo seria o mercado.

Acerca do problema da transição, Nove (1989, p. 237-240) indaga sobre o fim almejado, acrescentando que qualquer experiência de socialismo inevitavelmente terá suas contradições, como é de se esperar da vida econômica e social. Esclarece que os meios afetam os fins, deplorando os meios da violência política na experiência soviética. Conforme sua proposição de construção do socialismo no “período de vida de uma criança já concebida”, o professor Nove trata do socialismo em um país, ou países, rejeitando como imobilismo a convicção, e suas conseqüências, de que “o socialismo só seja possível em escala mundial”. Para ele, essa convicção seria dogmática e prejudicaria “qualquer corporificação de uma idéia socialista”.

Nove (1989, p. 240) concorda que países desenvolvidos, com modelos socialdemocratas, conseguiram fazer muitas reformas sociais e nacionalizar uma importante

parte da economia. Entretanto, para ele, nenhum desses países poderia ser considerado como “socialista em nenhum sentido aceitável da palavra”.

Todavia, ao mesmo tempo, constata-se que a proposição de modelo de socialismo de Nove revela-se carente de uma proposta de programa articulado e sistemático para a tarefa da transição socialista. Trata-se de uma lacuna relevante para um autor que julga irrelevantes as idéias de Marx sobre o socialismo, inclusive obviamente para o processo de transição. Então, se Nove não compareceu ao debate com uma proposição de transição, o que ele discutiu neste terreno?

Ele, acertadamente, não aceita qualificar como socialistas os países socialdemocratas, como a Suécia, porém sua proposta de transição socialista, nos países desenvolvidos, limita-se às reformas socialdemocratas. Além disso, sua apreciação das políticas de distribuição de rendas, controle de preços e estatização encaminham-se, muitas vezes, para um tipo de moderação econômico-social, que sequer, por exemplo, a experiência socialdemocrata sueca, durante muito tempo, aceitou integralmente. No caso deste estudo sobre a China, país em desenvolvimento, interessa ter em conta essas questões suscitadas pelas reformas nos países do capitalismo avançado.

Na discussão sobre a transição socialista, Nove, preocupado com prejuízos aos estratos sociais médios, critica o voluntarismo de políticas de redistribuição de renda, sem consideração, na sua suposição, às condições de produtividade e de produção na economia. Ele adverte que, mesmo em países desenvolvidos ³⁰, a redistribuição só poderia dispor de um volume de renda relevante para o bem-estar material das massas se, por exemplo, medidas de tributação atingissem as pequenas e médias empresas, inclusive ameaçando sua sobrevivência, e incidissem sobre a poupança de importantes parcelas de trabalhadores nos fundos de pensão (1989, p. 242-243).

Para Nove (*ibid.*, p. 247), as pressões pela distribuição de renda, além de ignorarem a questão da produtividade, são acompanhadas, por um lado, da rejeição às restrições dos aumentos salariais e, por outro, da exigência de controle administrativo de preços. Assim, o controle de preços teria causado desastres econômicos, por exemplo, na

³⁰ Nove, nessa sua obra *A Economia do Socialismo Possível*, ao abordar aspectos de distribuição de renda, controle de preços, política salarial, comércio exterior e estatais, baseia-se bastante, embora não exclusivamente, em discussões, propostas e experiências da social-democracia da Inglaterra. Mas o que ele pretende é que suas propostas possam ser compreendidas como referência e ilustração para políticas e governo de transição nos diversos casos dos países capitalistas avançados.

União Soviética, entre 1926 e 1928, no Chile, com Allende, e na Polônia. Alguma forma de controle poderia ser admitida para lidar com o poder de monopólio, para enfrentar situações de crise e para favorecer o consumo, nos casos de bens de relevância.

No modelo de socialismo de Nove (1989, p. 249), como a economia é mista, onde, portanto, opera a regulação mercantil, o controle de preços atentaria contra o próprio sistema ao destruir o mercado. O controle de preços é associado, além da restrita eficácia antiinflacionária, às dificuldades de sua administração e distorções na alocação de recursos, com ineficiência na produção de bens essenciais e queda na oferta de habitações para aluguel.

A escassez decorrente do controle de preços, juntamente com excessivos aumentos salariais, provocaria crescimento exagerado de importações, seguido de crises de balanço de pagamentos e volta a tentativas de restrições à compra de produtos estrangeiros. Para Nove (*ibid.*, p. 250-255), os controles de importação se chocariam com a interdependência e especialização internacionais, afetando custos e competitividade, sobretudo se, agora, são aduzidas as atuais condições dos acordos da OMC, da globalização e do neoliberalismo. Diversos efeitos poderiam surgir, conforme o professor Nove: fuga de capital, queda do comércio de essenciais máquinas e componentes, redução de importações de países pobres, excessivos controles das moedas estrangeiras, necessidade de maior aparato burocrático. Na transição socialista, para Nove, só seriam permitidos controles comerciais em situações específicas e provisórias para proteger determinados setores econômicos ameaçados pela concorrência das importações. E, assim, não haveria qualquer possibilidade de monopólio estatal do comércio exterior.

Na interpretação de Nove (1989, p. 257), a estatização, observando especialmente a experiência britânica, pretendia satisfazer os objetivos de desapropriação dos grandes capitalistas, reversão dos lucros em renda para o povo e colocação do setor estatal a serviço do bem público. A esses objetivos, poderia ser acrescentada alguma forma de controle dos trabalhadores nas empresas. Mas “todos concordam que as esperanças depositadas na estatização foram frustradas”.

A primeira fonte da suposta frustração localizou-se nos critérios de atuação das empresas estatais. Eficiência, operação comercial e bem público designariam os critérios para avaliação da empresa estatal. Entretanto, a expectativa era que a empresa estatal funcionasse,

de fato, como uma empresa privada e os próprios critérios eram inerentemente ambíguos, conforme Nove.

A eficiência depende da concorrência e do tipo de bem produzido pela empresa. Por exemplo, mesmo sendo monopólio, a garantia da oferta de água à população é mais importante do que critérios de perdas e lucros, embora os custos devam ser minimizados (NOVE, 1989, p. 259). O setor dos transportes de passageiros é um outro caso em que a eficiência deveria ser medida diretamente pela satisfação do interesse social. Contudo, denuncia Nove, a teoria econômica convencional influencia negativamente a avaliação das estatais, exigindo considerações estritamente comerciais e financeiras. A possibilidade de se levar em conta as complementaridades e as externalidades das atividades, vistas como um sistema, na interação entre empresas, é uma vantagem da estatização, em contraste com a fragmentação de empresas privadas. É exatamente essa visão de conjunto que demonstra, por exemplo, a racionalidade da alocação de recursos, com a utilização de subsídios cruzados, viabilizando linhas (com ou sem lucratividade) de sistemas ferroviário, rodoviário, telefônico e de energia elétrica.

A segunda fonte para a confusão sobre o papel das estatais decorre dos problemas da divisão de responsabilidade entre os órgãos do governo e as administrações das empresas. Surgem divergências sobre os objetivos, os critérios de avaliação do desempenho e as decisões de investimento, motivando as tensões entre as ordens governamentais e a autonomia da direção das empresas estatais.

A terceira fonte das dificuldades de percepção sobre a importância da estatização situa-se sobre o papel dos trabalhadores nas empresas estatais. Nove (1989, p. 265-269) reconhece a complexidade que cerca a atitude dos trabalhadores e dos sindicatos no curso da transição. Administrações das empresas tendem a resistir à prestação de contas aos trabalhadores, enquanto os sindicatos tendem a uma atitude refratária a respeito de envolvimento com tarefas administrativas da empresa. Administradores e trabalhadores podem buscar seus interesses e ganhos específicos em detrimento dos consumidores. Surge incompreensão sobre o ajustamento entre a participação dos trabalhadores nas decisões e a necessidade inevitável de direção da empresa.

No exemplo da Inglaterra, Nove acusa, em parte, a militância sindical, principalmente no setor público, pela derrota trabalhista para Margaret Thatcher em 1979. No

caso inglês, os sindicatos teriam exigido aumentos salariais excessivos, sem considerar produtividade, produção e custos, enquanto a administração das empresas estatais não possuía autoridade para exercer seu papel dirigente.

O problema da estatização exige uma nova abordagem no contexto da transição socialista (NOVE, 1989, p.267-270). Em benefício dos consumidores, da iniciativa local e da participação dos trabalhadores, seria importante a experiência de aumentar o número de cooperativas e pequenas empresas estatais. Os usuários e consumidores deveriam ter representação na direção das empresas. Para enfrentar o desemprego, inclusive nas condições atuais do progresso técnico, seriam necessárias diversas iniciativas, como a criação das cooperativas, com apoio estatal; a redução da jornada de trabalho; e o cuidado e a responsabilidade dos administradores de empresas estatais nas decisões que afetam o emprego.

Em sua proposta de modelo, Nove (1989, p. 307-318) apresentou a seguinte estrutura de empresas: 1. empresas estatais centralizadas; 2. setor socializado: empresas estatais ou de propriedade social, com direção autônoma perante o Estado, mas prestando contas aos trabalhadores; 3. cooperativas; 4. pequenas empresas privadas; 5. atividades individuais, a exemplo de jornalistas *free lance* e artistas. Os **bancos e as grandes empresas**, inclusive monopólios, por características técnicas, economias de escala e necessidades organizacionais deveriam ser **controlados e administrados pelo Estado**. Os serviços de eletricidade, telefones, correios, transportes públicos, além de complexos petrolíferos e petroquímicos são exemplos de atividades de empresas que deveriam ser estatais centralizadas. Nas empresas socializadas, a administração prestaria contas aos trabalhadores, mas esses não seriam proprietários dos meios de produção, enquanto, simultaneamente, o Estado assumiria algumas responsabilidades restritas. Com a titularidade da propriedade, as cooperativas teriam liberdade empresarial. Os negócios privados existiriam nas pequenas empresas, com limites claros para o número de empregados, ou valor dos ativos, ou restrições conforme o tipo de setor econômico. Esses pequenos proprietários não poderiam obter renda sem o concurso do seu próprio trabalho.

A direção central, através da **planificação**, se ocuparia dos **grandes investimentos**, além do monitoramento dos investimentos descentralizados para evitar projetos duplicados ou equivocados. O centro ainda definiria as regras para os setores livres, deteria algumas funções no comércio externo e deveria propor às assembléias eleitas os

planos de longo prazo para mudanças técnicas e condições de vida. A gestão da política econômica e das políticas industriais e as ações regionais seriam funções do centro dirigente. Deveria haver punição para os erros e fracassos, através de multas, falências e até a própria destituição dos administradores.

“Um controle abrangente de preços é impossível de ser administrado: existem preços demais, muitos milhões”, alegou Nove (1989, p. 322). Os preços deveriam equilibrar a oferta e a demanda no mercado, a concorrência vedaria abusos de preços. A maioria dos bens e serviços, além dos insumos necessários à sua produção, seria negociada no mercado, através das decisões das unidades econômicas. Mas haveria casos de controles de preços, como nas situações de monopólio e de alguns produtos agrícolas básicos, além de bens e serviços que atenderiam determinadas razões sociais e culturais. O sistema de preços no socialismo seria constituído pelo setor dos preços controlados e pelo setor dos preços livremente negociados.

A divisão horizontal de trabalho não poderia ser abolida, apesar das possibilidades, com limites, para as pessoas mudarem de especialização, inclusive contando com amplas oportunidades educacionais. A divisão vertical de trabalho deveria contemplar a necessidade real de hierarquia, reconhecendo as funções que exigem capacidade gerencial, considerando que há pessoas que querem e são capazes de assumir responsabilidades. Todavia, os governantes e os administradores deveriam ter uma limitação dos seus poderes. A assembleia eleita e a imprensa livre seriam indispensáveis para o controle dessas funções dirigentes, a fim de evitar abusos de poder. O mercado de trabalho, a política de rendas e a tributação deveriam viabilizar um grau desigualdade de renda limitado e necessário para a orientação da distribuição da força de trabalho.

Mercado, esse é o aspecto **central** do modelo que Nove propôs. Não obstante as restrições à abrangência da liberalização dos preços, há aspectos de uma compreensão acrítica desse autor sobre o papel do mercado no caso de uma sociedade socialista. Apesar do reconhecimento das manifestações de imperfeição do mercado, ele parece, em geral, depositar uma confiança exagerada na eficiência do mercado. Por isso, a despeito das ponderações, ele associou, no socialismo, muitos (ou a maioria dos) aspectos econômicos ao mercado ou mesmo colocou-os na dependência do mercado. Esses aspectos econômicos foram variados, a saber: avaliação dos custos, incentivos ao interesse material, iniciativas individuais e de grupo, preferências do consumidor, concorrência contrária ao abuso do poder pelos produtores, preferências da força de trabalho, viabilidade das pequenas empresas (com menor

alienação dos trabalhadores), medição da lucratividade como critério de eficiência, bloqueio do enriquecimento ilícito de pequenos empresários, punição da má-gestão e recompensa do risco.

Em última instância, no limite, essa visão do mercado tende a jogar água no moinho das abordagens de Mises e Hayek acerca do cálculo econômico, dos incentivos, da circulação da informação, da eficiência econômica. Contudo, isso abre uma contradição com qualquer imagem de socialismo preferida por Nove. Ademais, Nove propôs uma estrutura legal da propriedade, no seu modelo de socialismo, onde há uma presença muito limitada de empresas privadas (pequenos negócios, principalmente) e um importante setor de administração centralizada (além de outras empresas estatais e cooperativas). Porém, simultaneamente, a maioria das transações deveria ser concretizada no mercado, que seria o principal regulador, que decidiria muito. Em contrapartida, os bancos e os grandes investimentos caberiam à direção central e à planificação.

1.4.6. Mercado Socializado

Diane Elson, em 1992, (p. 249-254) analisou a queda do socialismo real, criticando a experiência de planificação centralizada. Anteriormente, Elson já tinha formulado a proposta de socialização do mercado. A queda do socialismo parece que reforçou as suas teses. No socialismo real teriam prevalecido controle, corrupção e ineficiência, em vez de capacitação, orientação, autonomia e estímulo para a participação e responsabilidade social das pessoas. E, agora, o que propor, em geral, para o socialismo, segundo essa autora? Impõe-se, assim, a necessidade de instituições democráticas do direcionamento social consciente. “(N)ão é preciso haver uma autoridade central que diga às pessoas o que devem produzir e como devem produzir”. Para essa autora, em vez de uma única forma de propriedade estatal seria preciso combinar propriedades municipais, regionais e nacional, além de um destacado papel para cooperativas em alguns ramos de produção, sem excluir a propriedade privada.

Segundo Elson, os direitos de participação dos funcionários das empresas devem ser compatibilizados com a responsabilidade social mais ampla, considerando os interesses dos consumidores e da comunidade. Essa compatibilização deve ser feita pelos mercados. Contudo, são feitas ressalvas: “mercados, desde que haja uma distribuição relativamente

igualitária da renda e da riqueza”. Elson não ignora os perigos no sentido de que o mercado e seu decorrente fluxo monetário “tende(m) a adquirir vida própria e a incentivar uma busca mais estrita de interesses de pessoas e grupos”. Ela reconhece que o mercado acarreta a busca do interesse individual, e isso conduziria a graves conseqüências para o meio ambiente, além de problemas como desemprego e inflação.

Desse raciocínio de Elson, infere-se que a pior opção seria a tentativa de socialismo sem mercado. A troca mercantil seria indispensável, impõe-se como necessidade incontornável, apesar de alguns de seus efeitos serem deletérios à causa socialista. Mas, é viável uma organização da economia que conta com o mercado e, ao mesmo tempo, resiste aos malefícios mercantis, assegurando que as pessoas tenham espírito público e solidariedade? A viabilidade desse arranjo econômico complexo decorreria da adoção crescente de mecanismos democráticos em diversas esferas (ELSON, 1992, p.251).

Assim, seria necessário recorrer à negociação nas decisões econômicas entre empresas e comunidade e ao arrendamento de empresas a grupos de pessoas (sem prejuízo de fins sociais). Comunidades, consumidores e trabalhadores estariam organizados em rede e grupos diversos. Planejamento e mercado estariam articulados através de mecanismos de interação.

Todavia, o que se percebe do modelo de Elson (1991, p. 252) é que, enfim, na economia tudo dependeria da interação entre Estado, empresas e os cidadãos (usuários, comunidade). Entretanto, o papel direto do Estado na economia é bastante negligenciado, considerando o contexto das necessidades de construção socialista. Não é resolvido o problema do combate ao burocratismo do Estado e à hipercentralização do plano, preservando alguma importante coordenação do plano econômico nacional. Esvaziado da propriedade dos meios de produção, sem decidir sobre os investimentos, então o Estado poderá ter um papel muito restringido no começo do esforço de transição socialista.

Para dirigir a economia, sob os ditames do mercado, parece ser insuficiente, embora seja muito importante, o aludido apoio estatal em termos de subvenções a grupos ativistas, meios de comunicação, treinamento de pessoas. É indispensável a existência de estruturas democráticas, além da difusão de procedimentos eleitorais, materializando o poder, a participação e a influência dos trabalhadores, em contrapeso às tendências de burocratização do Estado. No entanto, Elson (1992, p. 252), que parece esvaziar a tarefa econômica estatal,

atribuiu ao Estado uma responsabilidade política de “asegurar a independência de pessoas e grupos”.

Elson, supõe-se, substituiu o objetivo do socialismo de satisfação das necessidades sociais, tendo em conta as condições econômicas, pelo conceito de responsabilidade social. Essa autora afirmou peremptoriamente: “Estabelecer e manter a responsabilidade social e democrática na utilização dos recursos é o cerne do que o socialismo pretende” (*ibid.*, p. 254). Será mesmo? Responsabilidade social: isso é tudo, diga-se, é só isso que se pretende? Ao que parece, o cerne do socialismo poderia ser mais bem definido pelo que se pretende de liberdade para as massas trabalhadoras, e, por conseguinte, para toda a humanidade. Sem a utopia de extinção de todas as contradições da sociedade, esse reino da liberdade seria a manifestação do fim da exploração e superação das dificuldades materiais das massas trabalhadoras, fim da opressão e conquista da democracia geral e cotidiana, fim das concepções ideológicas burguesas, consolidação dos direitos iguais das mulheres e das práticas de preservação ambiental.

A responsabilidade social e democrática pelos recursos é mais um meio do que um objetivo, em si mesmo, embora seja um meio fundamental e indispensável para a economia e para a sociedade no socialismo. Essa responsabilidade social é um meio para assegurar a participação democrática das pessoas na vida econômica, a satisfação das necessidades sociais, a eficiência produtiva, a defesa do meio ambiente.

1.5 ESTRATÉGIA POLÍTICA E SOCIALISMO

Como a via evolucionária ou a revolução abordaram, no século XX, os problemas de estratégia política para encaminhar as transformações sociais? O socialismo evolucionário de Bernstein e da social-democracia da Europa Ocidental foi especialmente tributário do caminho parlamentar e da via eleitoral para alcançar direitos democráticos e sociais. Voltando-se para o objeto deste estudo, a China, constata-se que essa estratégia parlamentar é estranha às transformações econômicas em curso.

Cabe examinar, em geral, como foi compreendida a questão da democracia burguesa e quais os posicionamentos práticos do movimento operário sobre a relação entre liberalismo e socialismo. A ditadura do proletariado seria a democracia da maioria explorada e oprimida da sociedade. Porém, até chegar ao Estado de ditadura do proletariado, como conceber a estratégia do movimento socialista ainda nos marcos do liberalismo? Como, em determinados contextos históricos no século XX, não perder de vista a meta do socialismo e, ao mesmo tempo, diferenciar a atitude em face da democracia e do fascismo no terreno material da sociedade burguesa?

A II Internacional, tendo à frente o Partido Social Democrata da Alemanha, ocupou-se simultaneamente da luta pelo sufrágio universal e pela coletivização dos meios de produção. Na estratégia leninista, o caminho russo para o socialismo passava pela conquista da mais ampla liberdade política e pela tarefa democrática da reforma agrária, o que se mostrou consistente com a tática bolchevique de combate à autocracia czarista.

Lênin desenvolvia o esforço de compreensão da dialética entre objetivos programáticos revolucionários e a tática política adaptada às circunstâncias políticas concretas. Assim, eram necessários a firmeza política, o apelo à insurreição, o intransigente ataque aos inimigos de classe e ao Estado opressor. E também eram necessárias a amplitude das alianças (“alianças temporárias, mesmo com elementos inseguros”), a flexibilidade das retiradas, a acumulação de forças no trabalho de massas e a atuação dos militantes do partido em todas as áreas sociais (“ir a todas as classes”). O critério para a orientação do caminho político deveria ser a “análise concreta da situação concreta”.

Para o líder bolchevique, o movimento de massas espontâneo não levaria os operários à consciência socialista, “esta só podia ser introduzida de fora”. Ademais, “sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário” (LÊNIN, 1979a, p. 96-97). O Partido deveria ser a expressão da fusão do movimento de massas e da teoria socialista. Os operários que contribuem no desenvolvimento da teoria socialista “não participam como operários, participam como teóricos do socialismo” (LÊNIN, 1979a, p. 107, nota de rodapé sem número). O Partido era o instrumento principal da luta pelo socialismo e tinha que se provar como vanguarda do proletariado, pelo seu programa, pela sua atuação, pela ligação com as massas.

A classe operária precisava fazer sua própria experiência na luta política. Isso contrastava com as concepções economicistas, anarquistas, esquerdistas (terrorismo). Lênin criticava asperamente o economicismo, como tendência que exaltava a luta econômica reivindicatória imediata dos trabalhadores. “O movimento operário espontâneo não pode criar por si só senão o *trade-unionismo* [sindicalismo] (e cria-o inevitavelmente), e a política trade-unionista [sindical] não é mais do que a política burguesa da classe operária” (LÊNIN, 1979a, p. 147).

Lênin³¹, por um lado, denunciou a aristocracia operária, camada social cooptada pela burguesia, e criticou Kautsky por sua suposta adesão ao liberalismo. E, por outro lado, assinalou a necessidade da liberdade política para alcançar a revolução socialista, e condenou a tática de partidos que se pretendiam comunistas, no Ocidente, mas recusavam-se a participar da luta eleitoral e parlamentar³², nos marcos da democracia burguesa (1980f, p. 279-338).

Na trajetória da União Soviética, ocorreram as vicissitudes e impasses gerados pela contra-revolução a partir de 1918, pelas derrotas das revoluções no Ocidente, pelo cerco internacional, pelos desafios da 2ª Guerra Mundial e pela guerra fria. Tudo isso combinou-se com a institucionalização e permanência de um aparato repressivo de atuação massiva no interior da sociedade soviética. Assim, registraram-se duros revezes à democracia no socialismo real.

As diversas correntes políticas do comunismo e da social-democracia adotaram variadas posições sobre as questões democráticas, em contextos diferentes. O perigo do fascismo levou à unidade da maioria das forças de esquerda, na segunda metade dos anos 1930, defendendo a liberdade política e uma democracia progressista, como ocorreu com a Frente Popular na França, além da experiência da guerra civil espanhola. Contudo, Göran Therborn (1998, p. 311-312) chama a atenção do acerto da tese de Lênin sobre o caráter determinante burguês do aparato de Estado, no capitalismo, apresentando como ilustração a

³¹ “Literalmente – [Kautsky] escreve -, a palavra ditadura significa supressão da democracia’. [...] É natural para um liberal falar de ‘democracia’ em geral. Um marxista nunca se esquecerá de colocar a questão: ‘para que classe?’. (LÊNIN, 1980e, p. 9). “O imperialismo moderno (do século XX) criou uma situação privilegiada, monopolista, para alguns países avançados, e sobre esse terreno surgiu em toda a parte na II Internacional o tipo de chefes-traidores, oportunistas, social-chauvinistas, que defendem os interesses da sua cooperação, da sua camada de aristocracia operária” (LÊNIN, 1980f, p. 294).

³² “Evidentemente que uma das causas [do fortalecimento momentâneo do partido de centro, liderado por Kautsky, em vez da atração dos operários para o Partido Comunista da Alemanha] foi a tática errada dos comunistas alemães, os quais devem reconhecer este erro honestamente e sem receio e aprender a corrigi-lo. O erro consiste em negar-se a participar no parlamento reacionário, burguês, e nos sindicatos reacionários, o erro consistiu em múltiplas manifestações desta doença infantil ‘de esquerda’ que agora veio à superfície e que graças a isso será melhor curada, mais depressa e com mais proveito para o organismo” (LÊNIN, 1980f, p. 315).

posição reacionária do governo trabalhista inglês na imposição da derrota da revolução grega, em 1945, e no alinhamento com a política anti-socialista dos Estados Unidos, a partir de 1947, na Alemanha Ocidental ocupada.

Therborn (1988, p. 308-309) aponta “surpreendentes semelhanças” entre elementos doutrinários e estratégia política de Antonio Gramsci e Mao Zedong. As fórmulas da “guerra de posições” e da “guerra popular” exprimem uma concepção de revolução como um processo decorrido em prazo prolongado. Toma-se como recurso, na estratégia revolucionária, a mobilização de outras classes e camadas sociais oprimidas, além da classe operária. No caso da China, Mao concentrava a mobilização na classe camponesa, que representava a maioria da sociedade. Para ambos líderes comunistas, a luta ideológica e os problemas culturais assumiram grande relevo. Entretanto, Therborn reconhece que “nem Gramsci nem Mao tiveram que se enfrentar na prática com os problemas da democracia burguesa”.

1.6 A QUEDA DO SOCIALISMO REAL

A partir de fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, com o neoliberalismo, foi retomada a ênfase na liberalização e eficiência dos mercados, enquanto o socialismo real, no Leste Europeu e na União Soviética, foi desmoronado entre 1989 e 1991. Qual o significado histórico da queda do socialismo real (HOBBSBAWN, 1992, p. 93; BLACKBURN, 1992, p. 9)?

Robin Blackburn (1992, p. 109-112) apoiou-se, primeiro, em Kautsky e, depois, em Marx e Engels para correlacionar o atraso econômico e político da Rússia e a impossibilidade de instaurar o socialismo. É significativo que Blackburn tenha escolhido o subtítulo ‘Bolchevismo e atraso’, neste trecho do seu texto, e, ao mesmo tempo, tenha recorrido enfaticamente a Kautsky, como se esgrimissem um argumento de autoridade. No referido texto, ignorou-se completamente a própria conquista do poder pelos bolcheviques na Rússia. Assim, o autor passou ao largo do debate da questão da própria natureza da tomada do poder, a Revolução de Outubro.

A violenta carga de Kautsky contra os bolcheviques tem sua própria história. Ele acertou na crítica e na exigência de métodos democráticos no socialismo, mas esse líder alemão, assim como seus partidários mencheviques na Rússia, tomou posição abertamente contrária à tomada do poder. Para ele, a Revolução de Outubro era um absurdo, em razão exatamente do atraso russo. E, por isso, tudo só poderia dar errado! Apesar das premissas corretas acerca do desenvolvimento das forças produtivas, essa é uma leitura ortodoxa do marxismo da II Internacional, quando é traduzida para o plano da ação política. Trata-se de uma visão mecanicista, unilateral, radicalizada, da necessidade do amadurecimento objetivo da estrutura econômica de um país como critério absoluto e condicionamento integral da estratégia política do seu movimento operário. Conforme o determinismo histórico, seria necessária a subordinação estrita, direta e simples da superestrutura, nesse caso a conquista do poder político, à infra-estrutura econômica. Como visto acima, foi essa visão que abriu as portas para o chamado socialismo evolucionário de Bernstein.

Daniel Bensaïd (2000, p. 168-169) denuncia que os atuais tempos de restauração burguesa acolhem três idéias equivocadas: 1. a conquista do poder em Outubro na Rússia foi um complô ou golpe de Estado; 2. toda a história da União Soviética apenas cumpriria o destino desastroso já determinado na origem devido ao golpe de Outubro; 3. a Revolução foi um parto prematuro porque “‘as condições objetivas’ de superação do capitalismo não estavam dadas”. Na verdade, houve um processo de amadurecimento político entre fevereiro e outubro, carregado de mobilizações de massas, radicalização, confrontos, mudança nas consciências e alteração da correlação de forças depois das jornadas de julho em favor dos bolcheviques. Disso tudo, “a insurreição representa o resultado”, conclui Bensaïd.

Houve “uma transformação radical das relações de propriedade e de poder, às vezes mais rápida que previsto e desejado, às vezes mesmo além do desejável, sob a pressão das circunstâncias” (BENSAÏD, 2000, p. 170). Em contraste com a imagem de desastre na Rússia soviética, Bensaïd (*loc. cit.*) ressalta que, durante os anos 20, houve “reformas escolares e pedagógicas, legislação familiar, utopias urbanas, invenção gráfica e cinematográfica”.

É preciso compreender que diversas possibilidades surgem no curso da história. Nem a revolução socialista nem a restauração capitalista são inevitáveis. As derrotas do socialismo não representam a confirmação de que o próprio projeto de superação do capitalismo é um equívoco, uma ilusão ou uma impossibilidade histórica. Por exemplo, o

fracasso (devido ao golpe militar) da tentativa do socialismo chileno, no governo Allende, não quer dizer que aquele projeto de transformação social tenha sido automaticamente um erro. Não é que o ideal, a causa seja inerentemente errada, impossível, e, portanto, se autocondene ao fracasso irremediável. Uma derrota é uma possibilidade e pode concretizar-se se o movimento socialista não dispõe de força acumulada e efetiva, seja na política, até no plano militar, seja na economia, e reservas, inclusive aliados temporários, para enfrentar as forças e sobrevivências do conservadorismo burguês. Entretanto, os erros são inevitáveis na caminhada socialista, e alguns deles podem se originar na própria concepção de socialismo, no modelo econômico, na direção do processo, nos meios empregados. A alguns erros pode caber a responsabilidade exclusiva pela derrota. Não há garantia para evitar o erro, mas o que deve ser garantido é o esforço para restringir suas probabilidades, minimizar sua magnitude e seus efeitos, dificultar sua repetição.

Em meados dos anos 1980, Roi Medvedev (1986, p. 45) afirmava que “o poder soviético nunca se apoiou somente na força da coerção estatal. A doutrina e a ideologia do marxismo sempre tiveram um papel enorme no sistema de poder dos países socialistas”. Mas reconhecia que no PCUS as discussões das questões ideológicas estavam limitadas à cúpula partidária. Ademais, em defesa do marxismo, ele ponderava sobre a impossibilidade de qualquer doutrina ter soluções prontas para os novos problemas criados pelo desenvolvimento da sociedade.

A queda da União Soviética mostrou as grandes limitações no sistema de poder. Era um poder apartado da participação das massas. Na verdade, a combinação da longa história de repressão política com o dogmatismo teórico na URSS criou os obstáculos para a renovação do socialismo e a sua defesa perante os anticomunistas. Quase uma década depois do fim da URSS, W. Paul Cockshott e Allin Cottrell (2004, p. 2) afirmavam que: “As reformas introduzidas pelos defensores do socialismo de mercado já tinham começado [nos anos 80, no período Gorbchev] a provocar efeitos disruptivos na economia e encorajamento político aos grupos sociais favoráveis à completa restauração do capitalismo”.

Cronologicamente, há interpretações da URSS (1) antes da queda, (2) do imediato furor capitalista do momento do desmoronamento e (3) de tempos depois, na atualidade. Assim, no sentido das mudanças de interpretações, é importante registrar a autocrítica de Mimmo Porcaro (2001, p. 79):

Nos anos 70 e 80, a superação (ou a limitação) da propriedade privada dos meios de produção e do caráter de mercadoria do trabalho parecia-me objetivo secundário em relação ao crescimento do poder real dos trabalhadores no processo de trabalho; a *redistribuição* da riqueza parecia-me irrelevante (para qualificar a natureza de um sistema social) em relação ao problema da distribuição do poder na *produção*; e, assim, a planificação e a redistribuição podiam aparecer para mim (no caso do “socialismo real”) puros véus ideológicos que recobriam a realidade de um capitalismo de Estado plenamente desenvolvido. Hoje não penso mais assim, e o “socialismo real” parece-me muito mais socialista do que eu acreditava (mesmo se socialista de uma maneira certamente criticável, repleta de relações capitalistas e condenada ao fracasso). (itálicos e parênteses no original).

1.7 ACERCA DAS PERSPECTIVAS DO SOCIALISMO E DO MODELO ECONÔMICO NOVO E VIÁVEL

A confusão e o pessimismo apresentam-se, atualmente, com força redobrada para condenar qualquer perspectiva de socialismo. Tratar-se-ia de um projeto já morto. Também, há tentativas de se repensar o projeto socialista, sobretudo respondendo aos desafios postos (ou supostos) pelo mercado. Ainda no momento em que ocorriam as mudanças no Leste Europeu e na União Soviética, Blackburn (1992, p. 107) lançou-se, com um texto escrito em janeiro de 1991, à discussão sobre as idéias de modelos de socialismo. Esse autor apoiou algumas linhas de uma nova orientação econômica socialista cujo centro é o mercado, referenciando-se em formulações de Nove e Elson, entre outros.

Diante da queda do socialismo real, Blackburn (1992, p. 117-120) apontou em Marx e na tradição marxista uma tensão entre simplificação e desenvolvimento complexo, na construção do socialismo, nos âmbitos da economia e da organização política. Como visão simplificadora, Blackburn citou a insuficiência de elaboração sobre o modo de coordenar a produção, por exemplo, em *A Crítica do Programa de Gotha*. Criticou, em Engels, algumas passagens, sem citá-las, da obra *Anti-Dhüring*, que, supostamente, expressaria tentativas de esquematismo do socialismo.

No entanto, ele acentua que houve, simultaneamente, um esforço maior de Marx e dos marxistas em entender o socialismo como “desenvolvimentismo”. Para Blackburn, desenvolvimentismo é uma visão mais complexa do processo de construção do socialismo, em contraposição a hipótese simplificadora. Para Marx, o movimento operário se fortaleceria, com a defesa do sufrágio, partidos, sindicatos e jornada de oito horas. A suposição era que os operários alcançariam, assim, alguma preparação para o desafio da complexidade da transição

socialista. Como já foi mostrado acima, o pensador alemão tinha uma visão realista acerca da distribuição na transição socialista. Ademais, ele não elaborou esquemas detalhados da futura sociedade socialista, revelando uma recusa da hipótese simplificadora.

A noção do desenvolvimentismo, porém, pode, paradoxalmente, produzir o perigo do reducionismo econômico. Sobretudo no caso de países atrasados relativamente na economia, há o risco de confundir socialismo com a estreiteza de uma modernização das forças produtivas, ou seja, um limitado desenvolvimentismo economicista, negligenciando ou deturpando as transformações na superestrutura da sociedade. Esses problemas interessam diretamente a esse estudo sobre a China.

Para definir qualquer modelo econômico, antes é preciso saber de que socialismo está se falando. Por exemplo, Ralph Miliband (2000, p. 17) diverge da concepção de Nove sobre o socialismo, definindo a nova ordem social como “um esforço permanente de concretização dos objetivos que o definem”. A instauração do socialismo seria muitíssimo mais demorada do que “o tempo de vida de uma criança já concebida”, como queria Nove. Para Miliband, trata-se de “um processo que se estende por muitas gerações, passível de nunca se ‘concluir’”.

O modelo denominado de economia do socialismo possível, apresentado por Nove, continua exercendo grande influência em círculos da esquerda. Essa proposição desperta interesse hoje, até mesmo, por causa do debate do processo em curso na China. Porém, ao lado de formulações justas sobre a persistência do papel do mercado, em certa medida, no período de transição socialista, Nove apresentou uma visão global que tendia mais a uma visão social-democrata do que a um processo de revolução socialista. Nesse caso, a questão que se colocava era se o modelo seria consistente com um processo que resultaria na superação efetiva do capitalismo, ou, ao contrário, se o modelo favoreceria uma trajetória de reformas parciais e impasses estruturais, preservando a dominação capitalista.

É óbvio que quaisquer modelos de socialismo terão que respeitar as particularidades de cada país, as condições políticas do movimento socialista no mundo, a complexidade e a longa transição econômica e política no socialismo. Miliband (2000) articulou democracia, igualitarismo aproximado e propriedade pública predominante como os três eixos de um socialismo viável, crítico em face das experiências do socialismo real e distinto do reformismo.

András Hegedüs (1986, p. 15), comentando sobre a experiência soviética, argumenta sobre a necessidade da ‘centralidade do Estado’ na economia, para o enfrentamento do atraso russo. Isso não teria sido imaginado por Marx acerca do Estado no socialismo. Cabe, porém, supor que essa ênfase do papel econômico do Estado seja mais duradoura em qualquer modelo de socialismo, em países relativamente adiantados ou atrasados. O desafio é contar com esse papel estatal, como regulador da economia, através da planificação e gestão, em coexistência tanto com uma democracia socialista efetiva, autêntica, quanto com algum grau de regulação econômica também do mercado.

Miliband (2000, p. 249-251) propôs que, por duração incerta, o poder executivo do Estado deveria ser forte, no período inicial de um governo socialista. Isso seria necessário para esse governo sobreviver e levar adiante seu programa. Assim, ele rediscutiu a questão do processo de extinção do Estado. Perguntou: “[...] que órgão, se não o Estado, pode comandar a mudança rumo a um tipo diferente, igualitário e democrático de sociedade?” “[Assim,] haveria necessidade de um governo radical, e o Estado deveria estar sob o controle”. Para ele, o conceito de poder popular não é suficiente para as dificuldades postas para as tarefas de um governo radical, inclusive nas situações de crise.

Para Mandel (1986), divergindo do modelo de Nove, as unidades econômicas não devem ser independentes, com sua lucratividade sendo remetida a ganhos monetários de seus administradores ou trabalhadores. Assim, incentivos monetários levariam à irracionalidade econômica. A auto-gestão e a democratização no processo produtivo não podem ser limitadas apenas às pequenas empresas. Na transição seria necessário um processo de enfraquecimento progressivo do mercado. Para Mandel (*ibid.*, p. 34-35), o modelo de Nove é prisioneiro do falso dilema entre comportamento puramente desinteressado das pessoas e atitudes motivadas por incentivos monetários. Mandel propôs a adoção de um arranjo de incentivos e desincentivos não-monetários e não-mercantis.

O mercado, em si mesmo, é um aparato que, no capitalismo, tem um efeito fundamental para viabilizar a alienação dos trabalhadores, o fetichismo da mercadoria, a sociedade produtora de mercadoria. Nada disso deve ser subestimado no emprego do mecanismo de mercado na transição socialista. Nesse sentido, Miliband (2000, p. 164) expôs que:

Os mercados teriam um lugar bem definido numa economia predominantemente socializada. Mas as forças de mercado, em tal economia, não seriam o fator

determinante final da vida econômica. A submissão da economia a forças de mercado desregradas equivale à abdicação, por parte do governo e da sociedade que lhe dá sustentação, à responsabilidade pela decisão quanto ao que precisa ser feito pelo bem comum e pela obtenção de justiça social. Na verdade, significa o retorno da “mão invisível” e a pressuposição destrutiva, contradita por todas as evidências, de que aquilo que é ditado pelo mercado redundaria necessariamente no bem comum. Uma economia socialista não seria governada por esse fetichismo de mercado.

Contudo, em qualquer novo modelo econômico, há que se incorporar o aprendizado sobre o papel do mercado durante o período de transição, as transações internacionais, as informações, os cálculos nas decisões econômicas, a eficiência na alocação de recursos, a defesa do uso racional e benéfico dos recursos. Mas o mercado e a propriedade privada devem ser examinados criteriosamente, restringindo sua abrangência, limitando seu poder, conforme o andamento da transição socialista, com a predominância da propriedade pública e da gestão planejada.

A planificação tecnocrática e autoritária da experiência do socialismo real e a planificação indicativa da social-democracia condicionada à acumulação privada de capital não negam, na perspectiva de renovação do socialismo, a necessidade do plano como expressão da coordenação de decisões estratégicas (PANITCH, 2002, p. 42-43). No capitalismo, os milhões de trabalhadores que sofrem com os efeitos da repetição das crises financeiras e de superprodução, hoje intensificadas pelo neoliberalismo e seu culto ao mercado, perceberiam a necessidade da mudança representada pela planificação econômica. A defesa da ecologia poderia ser melhor atendida pela planificação.

O plano deve coexistir com a regulação do mercado, influenciando os rumos globais da economia, favorecendo a igualdade social, reconhecendo as iniciativas de autogestão. O controle sobre o uso dos recursos, a participação política efetiva, o exercício das liberdades (expressão, reunião, partidária e eleitoral) e o sistema legal devem constituir um regime democrático e legitimado pela maioria do povo, porém diverso do liberalismo político.

A tarefa de escoimar o socialismo de proposições “utópicas” ou errôneas é uma necessidade para afirmá-lo como alternativa aos males inerentes e sem solução do capitalismo e sua base de exploração e opressão de grandes contingentes de trabalhadores. As frustradas experiências já demonstraram que a realização do socialismo é uma obra que demanda um prazo longo. O socialismo não exclui dificuldades variadas e contradições. Mao Zedong enfatizava a idéia da persistência da luta de classe no decurso da transição socialista.

É questionável a idéia de que existe o modelo ou um modelo de socialismo. Em termos de modelos, as possibilidades e as escolhas podem ser variadas e condicionadas por diversos fatores políticos, econômicos, sociais e culturais. Entretanto, a experiência e autocrítica do socialismo real, os novos desenvolvimentos teóricos acerca do socialismo, os debates sobre as mudanças no perfil da classe trabalhadora, a compreensão das grandes transformações nos diversos terrenos da sociedade capitalista, bem como a própria retomada e atualização da crítica ao capitalismo podem iluminar alguns problemas fundamentais acerca dos assim chamados modelos econômicos socialistas. As metas de longo prazo de emancipação para o desenvolvimento da capacidade criadora dos indivíduos e da administração das coisas (economia) pelos “produtores livremente associados” são referências indispensáveis para as perspectivas do socialismo.

CAPÍTULO II

PERÍODO MAO: ENTRE A MOBILIZAÇÃO DE MASSAS, DE UM LADO, E O ESTADO E A ECONOMIA, DE OUTRO

A natureza do comunismo na China e o período maoísta do Estado chinês só podem ser compreendidos no quadro de referência da particularidade histórica chinesa. A civilização milenar, o pensamento próprio confuciano e taoísta, a estruturação do poder estatal há mais de dois mil anos, a vastidão do império, a gigantesca população e a quase homogeneidade nacional, com a etnia han como 94% da população, são elementos suficientes para demarcar a singularidade chinesa. A China se autodenominava o Império do Meio porque se considerava o centro civilizado do mundo. Os chineses enxergavam-se com uma visão de superioridade em relação aos povos estrangeiros. Esses últimos seriam inferiores, bárbaros. Os valores, as hierarquias e os rituais sociais, a administração dos mandarins, a escrita e a arte compunham o modelo tradicional da auto-suficiência chinesa. Essencialmente voltada para si, a China recusou emprestar a modernização da Europa, durante o último período Quing³³.

Portanto, todas as continuidades dessa longa história nacional teriam que influenciar, naturalmente, o Partido Comunista e o seu líder Mao Zedong (1893-1976) em busca de um caminho próprio. O maior país comunista não poderia ser um simples seguidor da URSS. A conquista do poder, em 1949, gerou a expectativa da retomada da importância da China, resgatando a independência e grandeza do Estado chinês do passado. A obediência à autoridade no antigo Estado seria substituída pela mobilização de massas em torno da construção do Estado da Nova China (*Xinhua*).

³³ Os manchus conquistaram a China, dando origem à Dinastia Quing no período de 1644 a 1911.

Mas o comunismo chinês foi também uma ruptura com a tradição, com a estabilidade e com a permanência da velha China. Se a doutrina confuciana exaltava a hierarquia e a estabilidade, o maoísmo legitimou-se pela mobilização política das massas camponesas para o objetivo de mudar radicalmente a sociedade chinesa. Os comunistas chineses estiveram em guerra durante mais de duas décadas, contra os nacionalistas do Guomindang ou invasores japoneses, até a conquista do poder em 1949. As massas camponesas levantaram-se, em armas, contra os latifundiários. Assim, na Nova China, em vez de hierarquia, era preciso buscar o igualitarismo. Almejava-se uma Nova China. A era Mao durou 27 anos, entre o início do novo regime e a morte desse líder chinês, compreendendo tensões, realizações e frustrações, em um quadro de intensa agitação política de massas. Amin (2001, p. 53) julga necessário, previamente, o balanço do período de Mao, a fim de se analisar com rigor a trajetória recente da China. Na morte de Mao, a China já tinha reconquistado tanto a afirmação do seu Estado, como expressão da unidade e soberania nacionais, quanto a industrialização do país (apesar do atraso tecnológico).

No período maoísta, surgiu e alcançou extrema importância a tensão entre a autonomia e mobilização das massas, de um lado, e a cristalização das posições do Estado/partido, de outro. A tese marxista de que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores combinou-se com certos traços de um tipo de nacionalismo populista, centrado na exaltação da comunidade histórica nacional dos camponeses chineses e suas famosas e temidas revoltas ao longo da trajetória nacional da China, em todo o Império, pelas várias dinastias.

A necessidade do movimento permanente de rebeldia, conforme a política e o pensamento de Mao, confrontava a acomodação nas posições já alcançadas. Mudança sempre, estagnação nunca. Essa rebeldia buscava combater o substituísmo representado pela substituição das massas pelo aparato burocrático do Estado. Os insistentes conflitos resultavam de circunstâncias e políticas maoístas e se expressavam nas campanhas de retificação, no *Grande Salto à Frente* e na Revolução Cultural. Algumas vezes, os conflitos políticos desdobraram-se em injustiças, arbitrariedades e violências, gerando humilhados, ofendidos, perseguidos e vítimas indefesas.

O tipo de luta de classes dentro de uma nação em processo de tentativa de construção do socialismo deveria ter uma forma diferente do confronto entre as classes sociais no capitalismo. A autonomia, a mobilização e o papel protagonista das amplas massas

trabalhadoras deveriam ser indispensáveis para a edificação socialista. Na experiência da China, essa rebeldia de massas, revolução permanente, sob a liderança e na concepção de Mao, era justificada como recurso para, supostamente, conter a restauração capitalista e para construir o socialismo, embora, no período maoísta, tenham sido marcantes a repressão política, a pobreza das massas e o país tenha se encaminhado para grandes dificuldades econômicas.

2.1 COMPLEXIDADE SOCIAL

As concepções de sociedade especificamente asiática ou feudal foram empregadas nas divergências sobre o caráter da China. Além do esclarecimento teórico, o debate em torno do modo de produção na China implicava em distintas apreciações sobre a questão chinesa e diferentes estratégias revolucionárias.

Karl Marx debruçou-se sobre o estudo das sociedades pré-capitalistas, brevemente, com o objetivo de esclarecer seu pensamento sobre o longo desenvolvimento histórico, para que ele compreendesse as diversas formas sociais que existiram antes da dominação do capital. Nessa investigação, ele nunca empregou o conceito de escravismo e feudalismo para os grandes países asiáticos, inclusive a China. A característica decisiva nessas sociedades asiáticas não era a propriedade, ou seja, a sua ausência legal. O que chamava a atenção de Marx, como traço fundamental do despotismo oriental, era a auto-suficiência da comunidade rural. A produção e a geração de excedentes ocorriam em propriedades efetivamente comuns, em muitos casos, através do artesanato e da agricultura (MARX, 1986, p. 68-69). Na sociedade asiática, o déspota açambarcava uma parte do excedente, como tributo, porque o Estado representa a comunidade mais elevada do que a aldeia.

A combinação da pequena agricultura com a manufatura doméstica constituía a estrutura econômica da sociedade chinesa, até mesmo, em meados do século XIX. Isso ilustra a observação de Marx, em 1859, sobre a persistência, ainda, dessa estrutura econômica como o principal obstáculo para uma maior expansão da comercialização das manufaturas, sobretudo inglesas, apesar do acordo de livre comércio de 1842³⁴. As estatísticas das trocas

³⁴ Diferentemente das manufaturas, o ópio contrabandeado para dentro da China sempre se mantinha em forte expansão.

inglesas, por exemplo, entre 1849 e 1857, mostravam essas dificuldades de ampliação das vendas de manufaturas para o mercado chinês.

Marx (1859) examinou relatórios de representantes do Império Britânico, onde se lamenta que os hábitos na China são tão hereditários, que os chineses vestem apenas o tipo de roupa que seus pais já usaram e só na quantidade mínima necessária. Conforme um dos relatórios, só a China, no mundo, oferecia uma situação em que em cada casa, no campo, havia um tear, de modo que, depois da colheita, a família se juntava para produzir os tecidos necessários, levando o excedente para vender ao comerciante na cidade. O camponês era, ao mesmo tempo, agricultor e artesão, explica um representante britânico. Marx esclareceu que os ingleses não tinham ainda conseguido usar seu poder para desestruturar a forma de propriedade da terra vigente na China, como já tinham desmantelado as comunidades rurais auto-suficientes na Índia³⁵.

Bryan S. Turner (2001, p. 350) relembra que Karl A. Wittfogel descrevia a China, da dinastia dos Song, como uma ‘sociedade hidráulica’, recorrendo ao conceito webberiano de burocracia patrimonial. O Estado patrimonialista se legitimava pela necessidade da administração centralizada da irrigação, preservando a viabilidade e estabilidade da estrutura social chinesa assentada nas pequenas comunidades rurais.

Há uma certa vantagem no emprego do conceito de sociedade asiática como alternativa aos moldes estreitos das noções de escravismo e feudalismo. Mas, Turner (2001, p. 350-1) aponta, ao mesmo tempo, alguns problemas. O modo de produção asiático é um conceito aplicado para sociedades diversas como, por exemplo, a Rússia czarista e a China dos Song. Ademais, se as aldeias são auto-suficientes, então como se justifica um Estado centralizado? Se, para o materialismo histórico, são as relações de produção que determinam as forças produtivas, então como é possível aceitar que o fator tecnológico, dado pelos sistemas de irrigação, seja a explicação para a sociedade asiática? Se não há luta de classes, então o caráter do Estado decorre de conquistas militares e funções públicas (obras de

³⁵ Cerca de seis anos antes, porém, em um outro artigo, Marx (1853) apresentava uma interpretação diferente: as manufaturas inglesas já tinham abalado a estrutura econômica rural chinesa. De fato, no artigo *A revolução na China e na Europa*, também publicado no *New York Daily Tribune*, em 14 de julho de 1853, Marx analisava que: “No passado, depois de ter sido praticamente nula, a importação de algodões ingleses e, em menor grau, de lãs inglesas, aumentou rapidamente depois de 1833 – ano em que o monopólio do comércio com a China passou da Companhia das Índias Orientais para o comércio privado – e mais rapidamente ainda depois de 1840, ano em que outras nações, nomeadamente a nossa (Estados Unidos), conseguiram por sua vez participar do comércio com a China. Esta penetração da mercadoria estrangeira provocou no artesanato local os mesmos efeitos que antes tinha provocado na Ásia Menor, na Pérsia e nas Índias. Na China, foram os fiadores e os tecelões que mais sofreram com a concorrência estrangeira, e, como decorrência, toda a comunidade foi abalada”.

irrigação)? Para Turner, o conceito de modo de produção asiático reforça uma visão do dinamismo europeu em contraposição às insuficiências da sociedade asiática, que não contava, por exemplo, com a instituição da propriedade privada.

Entretanto, a história humana, em geral, está associada, inegavelmente, ao desenvolvimento das forças produtivas, sem prejuízo da influência dos mais diversos fatores políticos e culturais. Não se deve conceber as relações de produção em si mesmas, determinantes unilateralmente, como se fossem dissociadas das forças produtivas, como poderia sugerir uma leitura da exposição acima de Turner. Ademais, o materialismo histórico é uma teoria ampla, geral, uma visão de longo prazo, para definir os modos de produção, sem ignorar as circunstâncias acidentais na determinação de formas específicas de episódios históricos. Sem pretender explicar, minuciosamente, através de um modelo estrutural e lógico cada um dos detalhes da vida social, cada uma das especificidades de uma formação sócio-econômica. William H. Shaw (2001, p. 263) adota uma posição exagerada e vê, com cautela extremada, o emprego do materialismo histórico para explicar uma determinada sociedade. Esse olhar, para uma particular formação, implicaria em inevitáveis abstrações. Mas isso não invalida, no caso, a análise histórico-estrutural e a riqueza de sua perspectiva ampla. Assim, é claro que o materialismo histórico, depurado de escolhos eurocentristas, poderia ser aplicado no caso da China, sem transplantar explicações postizas e sem pretensões descabidas.

A despeito disso, a polêmica sobre a China é infundável, mesmo entre os que se reivindicam marxistas. A análise da estrutura de classes na China, o esclarecimento sobre a formação sócio-econômica chinesa e a compreensão sobre sua história e suas perspectivas forneciam elementos para o debate sobre a estratégia revolucionária.

O papel dos camponeses como principal força social na Revolução chinesa esteve associado às suas condições de vida e à sua presença largamente majoritária na estrutura de classes da sociedade. A China, na primeira metade do século XX, era um país economicamente atrasado, com escassa industrialização. O proletariado era numericamente muito pequeno e dificilmente poderia ser a vanguarda da revolução nas condições concretas da China nas décadas de 20 a 40 no século passado. A estrutura de classes consistia nos trabalhadores urbanos, burguesia, proprietários de terra, camponeses, além de diversos estratos e grupos sociais como artesãos, burocratas, militares, monges, bandidos e vagabundos rurais (SCHRAM, 2001, p. 231). Os proprietários rurais eram minoritários, mas concentravam grande poder em suas mãos. Havia camponeses ricos, pobres, sem terra. A burguesia

compradora era associada ou estava a serviço das firmas capitalistas ³⁶. Os *compradores* beneficiavam-se da ocupação de importantes portos e cidades da China por potências ocidentais e pelo Japão.

Para Stuart R. Schram (2001, p. 231), a mescla de estratos advindos de distintas épocas históricas e o impacto das influências tanto autóctones quanto estrangeiras tornaram complexa a estrutura da sociedade chinesa. Essa realidade intrincada se expressou, por exemplo, na experiência dos comunistas chineses em 1927-8, quando se descobriu que as zonas libertadas pela guerrilha camponesa passavam por processos complexos, escapando à nítida linha divisória da luta de classes. Assim, algumas aldeias, nessas áreas rurais *soviéticas*, entravam em confronto com outras aldeias por motivos como divergências tradicionais entre clãs (HOBSBAWN, 1995, p. 87).

A análise sobre a época em que se vivia nos anos 1920, examinando temas como crise do capitalismo ou estabilização e retomada do capitalismo organizado (Estado, monopólios, capital financeiro), em combinação com o debate da complexidade estrutural chinesa, desafiava os formuladores da estratégia revolucionária. A Internacional Comunista (IC ou *Comintern*), enquanto existiu, esteve envolvida profundamente com a questão chinesa. Não obstante prováveis erros importantes na questão chinesa, a IC também exerceu influência positiva no processo revolucionário chinês, desde sua contribuição política e ideológica direta na própria fundação do Partido Comunista, em 1921.

Na União Soviética e na Internacional, houve grande debate, sobretudo na década de 1920, a respeito do modo de produção da China contemporânea: asiático, feudal ou capitalista. Todavia, a linha dominante na IC era a caracterização da sociedade chinesa como feudal ou semifeudal (e semicolonial). Para a *Comintern*, a revolução seria democrático-burguesa, os alvos eram os latifundiários e as potências imperialistas, ocupantes da China. A liderança da revolução cabia à burguesia nacional. Assim, justificava-se a aliança entre o PCCh e o Guomindang, como expressão da política de unidade do “bloco das quatro classes”. Para Bukharin e Stálin, a burguesia, a pequena-burguesia, os camponeses e o proletariado constituíam a base social da estratégia de frente única na luta nacional.

³⁶ *Comprador* é uma palavra da língua portuguesa que foi empregada para designar os servidores das empresas comerciais estrangeiras ou os próprios mercadores chineses, ocupados com comércio exterior. É uma denominação que denuncia a submissão aos interesses estrangeiros, em detrimento da unidade e soberania da nação.

Na avaliação de Trotsky, a China, apesar do atraso, não tinha seu processo econômico e sua realidade social incompatíveis, no quadro do sistema capitalista mundial, com uma estratégia revolucionária mais voltada para as cidades e para o proletariado. Gallissot (1987, p. 261) verifica que Trotsky também aplicou fórmulas esquemáticas classistas para a questão chinesa. Assim, Trotsky raciocinava sobre o pólo burguês, vinculado ao imperialismo, e o pólo proletário, negando a potencialidade revolucionária dos camponeses, devido a seu isolamento histórico internacional e a suas condições de vida.

A interpretação da China feita por Mao Zedong representaria uma visão mais complexa, heterodoxa e voltada para a definição dos aspectos práticos e específicos da revolução chinesa (SOFRI, 1987, p. 366-370). Mao usava os termos ‘feudal’ e ‘semifeudal’ mais livremente para se referir a atraso, a reacionários, a setores vinculados a terra, sem uma preocupação com a compreensão ortodoxa desses conceitos. Nessa caracterização complexa, mas consistente no caso da China, Mao destacava a aliança entre o imperialismo, os grandes proprietários rurais, a burguesia *compradora* e os burocratas dos monopólios econômicos do Estado. A burguesia *compradora* era, às vezes, também chamada de burocrática. Ela atuava nos setores da indústria, bancos e comércios e tinha laços orgânicos com as potências estrangeiras, servindo como representantes, sócios e auxiliares do capital estrangeiro na China, sobretudo nas grandes cidades portuárias, como Shanghai. A burguesia nacional, com empresários de porte médio, em dificuldades perante a concorrência estrangeira, era portadora de certo sentimento nacionalista. A pequena-burguesia era constituída por empresários (pequenos e médios), intelectuais e profissionais e deveria ser atraída para a causa da libertação nacional.

A complexidade da sociedade chinesa tornou-se ainda mais acentuada em razão dos efeitos econômicos, sociais e políticos da dominação estrangeira. Desde a primeira guerra do ópio³⁷, na primeira metade do século XIX, o Estado chinês foi submetido à ingerência imperialista. A China passava, cada vez mais, a se caracterizar como uma semicolônia. Houve invasões militares, comerciais e religiosas. Com a primeira guerra do ópio, os fabricantes ingleses esfregavam as mãos, ansiosos, com o suposto tamanho do mercado chinês: “Temos 300 milhões de pessoas para vestir” (MARX, 1988 c, p. 291, adendo de Friedrich Engels).

³⁷ “A primeira guerra do ópio (1839/42), que foi uma guerra de agressão da Inglaterra contra a China, deveria abrir o mercado chinês ao comércio inglês. Com ela começou a transformação da China num país **semicolonial**” (MARX, 1988c, p. 291, nota 6*, nota da Edição alemã, grifo nosso).

2.2 INVASÃO, OCUPAÇÃO E HUMILHAÇÃO DA CHINA

A penetração estrangeira aprofundou-se no Império chinês, enquanto, paralelamente, a dinastia Quing ingressava na marcha, sem volta, da decadência. Assim,

o tributo a pagar à Inglaterra na seqüência desastrosa de 1840, o enorme consumo improdutivo de ópio, a hemorragia de metais preciosos como conseqüência do comércio de ópio, a ação devastadora da concorrência estrangeira sobre a produção local e o estado de desmoralização da administração pública tiveram um duplo efeito: os impostos tradicionais tornaram-se mais pesados e mais opressivos, e vieram impostos novos juntar-se aos antigos. (...) Todos esses fatores de dissolução influíram simultaneamente nas finanças, nos costumes tradicionais, na indústria e na estrutura política da China e atingiram o paroxismo sob o fogo dos canhões ingleses, que arruinaram a autoridade do Imperador e, pela violência, estabeleceram o contato entre o Celeste Império e o mundo terrestre. (MARX, 1853).

Entretanto, a milenar história da China e a dissolução da dominação manchu reforçavam as convulsões políticas. Crescia o anseio nativo para se desembaraçar dessa intervenção estrangeira. Havia uma identidade da etnia han com o império chinês, a despeito do aparecimento das dinastias mongol e manchu em certos períodos históricos. A China era o povo han, sobretudo. Assim, a identidade nacional e o sentimento popular favoreceram os episódios de luta pela libertação da China. Diferentemente da primeira guerra do ópio (1839-42), as massas do povo chinês, sobretudo nas províncias mais importantes no sudeste da China, se levantaram para resistir à nova agressão militar anglo-francesa (1856-1860), apesar da imensa desvantagem dos chineses em armamentos. Essa resistência à invasão imperialista preparava o terreno da guerra civil para derrubar o velho Estado imperial manchu, como previra Engels (1857).

A partilha da China era o objeto das negociações e disputas das grandes potências ocidentais e do Japão, sobretudo entre 1870 e 1905. A seqüência era a mesma: guerra, derrota, tratado. O território chinês foi invadido por ingleses, franceses, russos, alemães e japoneses. Esse processo foi aprofundado no século XX, com a derrota da revolta dos *boxers*

e o colapso do Império³⁸. A China, depois de 1842, foi submetida a um século de tratados injustos³⁹. Prevalciam os direitos extraterritoriais dos estrangeiros, a sua participação ou domínio completo na administração das principais áreas portuárias e na arrecadação de alguns impostos.

Após a Primeira Guerra Mundial, o tratado de Versalhes transferiu as concessões da Alemanha em Shandong, na China, para o Japão. Em repúdio a essa decisão, os estudantes da Universidade de Pequim realizaram manifestações em 4 de maio de 1919, passando a greves, envolvendo grandes cidades, apesar da repressão policial. O movimento teve a adesão dos comerciantes, sindicatos operários e foi liderado por jovens intelectuais. Organizou-se um forte boicote aos produtos japoneses na China. O programa do movimento do 4 de maio baseava-se nas exigências dos direitos do povo, modernização científica, democracia e propunha a luta antiimperialista para “salvar a China”.

O Japão, em sua escalada imperialista e necessidade extrema de importação de recursos naturais, lançou-se à invasão da Manchúria, em 1931, onde criaram um Estado títere. Os planos militares nipônicos tinham o objetivo de assegurar linhas de comunicação, independentemente das marinhas das potências da Inglaterra e dos Estados Unidos. Assim, a solução estratégica seria o estabelecimento de um império territorial japonês na China (HOBSBAWN, 1995, p. 44). O Japão empreendeu sua tentativa de expansão colonial no contexto global da depressão dos anos 1930 e da crise do colonialismo no mundo. A invasão japonesa de 1937 provocou uma guerra que durou até o final da Segunda Guerra Mundial em 1945.

2.3 PAÍS DIVIDIDO, PODER EM DISPUTA

Além da penetração imperialista das potências ocidentais e do Japão, a longa decadência da dinastia Qing foi marcada pelas sucessivas revoltas camponesas. Elementos

³⁸ A revolta dos *boxers* (1898-1901) apoiava a dinastia Qing e pretendia expulsar os estrangeiros. A denominação *boxers* diz respeito à origem dos membros da rebelião, que praticavam artes marciais, as quais foram chamadas pela imprensa estrangeira de *boxe*. No curso da revolta popular, o Estado chinês declarou guerra às potências estrangeiras em 21 de junho de 1900. Um exército internacional ocupou Pequim em agosto de 1900. Um acordo de paz foi assinado, em setembro de 1901, impondo o fuzilamento de 10 importantes autoridades chinesas e indenizações de 333 milhões de dólares às potências estrangeiras.

³⁹ Em 1943, os Estados Unidos e a Inglaterra, no contexto da Segunda Guerra Mundial, renunciaram à extraterritorialidade, conforme os tratados, eliminando-se a imunidade dos estrangeiros diante das leis chinesas.

políticos de contestação do Estado e dos nobres locais e de reação aos impostos e à fome combinavam-se com elementos tradicionais e religiosos, forjando essas revoltas, a partir de organizações secretas.

A rebelião do Lótus Branco é obra de uma seita religiosa secreta budista que mobilizou os camponeses, entre 1796 e 1804, denunciando os seus sofrimentos e prometendo a restauração da dinastia Ming. Entre 1851 e 1864, houve a grande rebelião Taiping (Reino Celestial), baseando-se no cristianismo protestante do Antigo Testamento mesclado com idéias orientais. O exército Taiping instalou a guerra civil e foi constituído um governo dos rebeldes em Nanquin, de 1853 a 1864. A retomada das posições pela dinastia Quing, derrotando a rebelião Taiping, ocorreu em meio ao movimento de restauração de 1861 a 1876, que inclusive contou com o apoio da Inglaterra, a fim de se encerrar as rebeliões generalizadas e freqüentes, prejudiciais aos negócios. A política de restauração aceitava os tratados impostos pelas grandes potências e concedia cargos e atribuições às elites locais chinesas (FAIRBANK, 1996, p. 260). Entre 1861 e 1894, houve uma tentativa fracassada de modernização da China, conhecida como auto-reforçamento, se propondo a recorrer à tecnologia ocidental (minas, ferrovias, telégrafo, máquinas, navios a vapor etc), mas preservando o pensamento e as instituições do Estado Imperial chinês.

Na última década do século XIX, começou a surgir um movimento nacionalista com base nas elites das cidades que desejavam reformas e modernização na China, afastando a dinastia Quing. A modernização nipônica e a própria derrota na guerra sino-japonesa começaram a chamar a atenção tanto dos nacionalistas anti-manchus, quanto dos próprios Quing. Na primeira década do século XX, o Estado imperial esboçou uma tentativa tímida de reformas, denominando-as Novas Políticas. Criou-se um novo sistema escolar público em 1904, mas a Constituição e as eleições parlamentares ficaram só na promessa, até a morte do Imperador Guangxu e da Imperatriz Viúva em 1908.

A revolução russa de 1905 já tinha produzido uma grande repercussão política na China. O nacionalismo, a industrialização, o apelo da modernização decretavam que a primeira década do século XX seria a última da dinastia Quing. Em 10 de outubro de 1911, a maioria das províncias chinesas declarou sua independência em face do Estado imperial manchu. Em 1º de janeiro de 1912, a Liga Revolucionária proclamou a República da China. Foi, então, constituído um governo provisório presidido por Sun Yat-sen, com sede em Nanquin. Em março de 1912, Sun renunciou, cedendo a presidência para o chefe militar

reformista Yuan Shikai. Yuan, um senhor da guerra, reprimiu a Liga Revolucionária, fechou assembleias provinciais e, em 1915, tentou ser proclamado imperador, mas morreu. De 1916 até 1927, a China teve o poder fragmentado entre os senhores de guerra. Em 1927, o Guomintang instalou seu governo nacional.

2.3.1 Nacionalistas Revolucionários e Comunistas

A revolução de 1917 e o governo soviético eram admirados por Sun Yat-sen, líder do Guomintang, que considerava o modelo da URSS mais próximo e adaptado às condições orientais presentes, em comum, na Rússia e na China. A própria forma do partido leninista, com a dedicação e disciplina dos quadros e elevado senso de organização, era observada com muito interesse por Sun. A revolução bolchevique inspirou a criação de núcleos marxistas que depois fundariam o Partido Comunista da China (PCCh) e as tentativas insurrecionais chinesas.

A China, na década de 1920, já tinha alcançado certa importância econômica, contava com enclaves industriais, amplo comércio exterior de suas principais cidades portuárias, destacando Shangai, com mais de três milhões de habitantes. Ao mesmo tempo, as lutas políticas pelo poder e o nacionalismo revolucionário marcam a cena chinesa. Nessas condições, o Partido Comunista da China (PCCh) foi fundado, em julho de 1921.

O novo partido manteve-se como organização independente até 1923. Nesse ano, em seu III Congresso, o PCCh, seguindo a orientação da Internacional Comunista, efetivou a aliança com o Guomintang, um partido da luta nacional. Era um tipo de aliança em que os comunistas mantinham sua organização, mas ingressavam individualmente no Partido de Sun Yat-sen e se submetiam às decisões da direção dessa última organização partidária. Como se viu anteriormente, no capítulo I deste texto, Lênin depositava grande expectativa no movimento de libertação nacional e na revolução no Oriente. A Internacional Comunista passou, nos anos 1920, a alimentar esperanças no avanço da revolução mundial a partir da China. Lênin não repetia o preconceito da Segunda Internacional associando o Oriente ao imobilismo.

O papel do revolucionário Sun Yat-sen na libertação nacional chinesa despertou o interesse dos soviéticos já no outono de 1920, ainda nos tempos de Lênin (GALLISSOT,

1987, p. 242). Sun formulava os ‘três princípios do povo’: bem-estar, nacionalismo e democracia. Alguns fatores favoreciam a aliança entre o Guomintang e o PCC, a saber: de um lado, a causa da libertação nacional, a unificação do país e a derrocada dos senhores da guerra (chefes militaristas locais), e, do outro, a origem comum nas principais cidades do sul da China e com seus líderes igualmente provenientes da juventude intelectual, inclusive da liderança do Movimento do 4 de Maio.

A partir de 1923, a Internacional Comunista desenvolveu um amplo esforço para ajudar na transformação do Guomintang, contribuindo para capacitá-lo como organização dirigente da revolução nacional. A assistência soviética desdobrou-se nos trabalhos de organização, centralismo e disciplina desse partido nacional-revolucionário, assim como na formação política dos quadros dirigentes e no treinamento militar. Em 1926, o Guomintang tornou-se partido simpatizante nas fileiras da *Comintern* e Chiang Kai-chek foi nomeado membro honorário da Executiva da Internacional. A aliança rendeu frutos imediatos (e frutos amargos em 1927). Desde 1911, a unificação nacional da China só voltou a ocorrer com o governo do Guomintang, em aliança com os comunistas, depois da Expedição do Norte, que foi uma vitoriosa ofensiva militar sobre os senhores da guerra. Inicialmente, sediado no sul da China, o governo nacionalista se impôs perante a maior parte do país, entre 1925 e 1927.

A aliança com o Guomintang não foi uma simples imposição desastrosa da Internacional Comunista. O PCCh era recém-criado, frágil, com pouca força política. Os comunistas beneficiaram-se dessa sua integração no ascensional movimento revolucionário nacionalista, passando a atuar em um plano mais amplo e decisivo da luta pelo poder, sobretudo com as vitórias do Guomintang entre 1925 e 1927. Nessa fase, o Partido Comunista construiu forte organização entre os trabalhadores das grandes cidades, como Shangai e Cantão.

Sun Yat-sen, líder patriótico e com vínculos socialistas, era o avalista da aliança entre nacionalistas e comunistas. Com a morte de Sun, em 1925, o posto de principal líder do Guomintang foi ocupado pelo general Chiang Kai-chek, que tinha outra visão sobre o papel dos comunistas chineses. O Guomintang era um partido nacionalista burguês, evidentemente não poderia expressar os interesses proletários e não aceitaria a expropriação das propriedades da burguesia nacional e dos latifundiários. Muitos dos seus dirigentes tinham sua origem em famílias de proprietários de terra. A vitoriosa e avassaladora Expedição do Norte tinha deixado, em seu rastro, um efeito colateral, indesejado pela maioria da cúpula do Guomintang:

múltiplos levantes de massas camponesas pela reforma agrária. Ademais, havia já uma tendência para a insurreição proletária nas grandes cidades.

Então, o Guomintang passa à contra-revolução e os comunistas e ativistas operários são massacrados, em 1927, em Shangai (abril) e Cantão (dezembro)⁴⁰. A partir daí, a perseguição das forças governistas ao Partido Comunista da China tornou-se feroz, implacável. Deflagrou-se uma guerra civil. Assim, a necessidade da própria sobrevivência do PCCh impôs a sua retirada das cidades, em fuga para o campo, refugiando-se em áreas montanhosas, em busca de melhores condições para resistir às investidas das tropas do Guomintang. Essa retirada forçou a ampliação e aprofundamento do trabalho político dos comunistas entre as massas camponesas.

Essas difíceis circunstâncias de sobrevivência do Partido Comunista decorreram da realidade política interna chinesa. Há certo exagero em culpar os soviéticos pelas derrotas chinesas, minimizando-se a própria responsabilidade do PCCh e subestimando a grande força própria acumulada pelo Guomintang. Além disso, o general Chiang fez acordos com alguns senhores de guerra e bandos militares para esmagar os comunistas, como ocorreu em Shangai. A própria distância entre os emissários da IC na China e Moscou afetava a influência das orientações no desenrolar concreto dos acontecimentos chineses. Nesse sentido, Gallissot (1987, p. 256) afirma: “as desgraças que atingem o comunismo chinês não são obra de um deus malévolos”.

Contudo, de qualquer modo, o fracasso na China teve grande repercussão no VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928. Foi uma derrota da estratégia de aliança com o Guomintang. O Informe Bukharin, nesse congresso, defendeu a IC e acusou o PCCh pelo fracasso, pelo seu apego à unidade com a burguesia nacional, entre outros aspectos (GALLISSOT, 1987, p. 262). A IC passou, então, a adotar um ponto de vista em que a burguesia nacional já não era compreendida como a força dirigente da revolução na fase democrática, e acentuou as tarefas revolucionárias nacionais e agrárias nos países atrasados ou colonizados (ALAVI, 2001, p. 242). No ziguezague das orientações da IC para a China, depois da desilusão com a burguesia nacional, apelou-se, em 1928, para grandes ações urbanas; em 1929, foi proposta a greve geral revolucionária; e, em 1930, conclamou-se à luta por um governo operário-camponês, sob a hegemonia do proletariado. Essa volta à estratégia

⁴⁰ Além do fracasso na China, na verdade, a vaga revolucionária refluíu, globalmente, conforme atestaram as derrotas das insurreições na Alemanha, Hungria, Bulgária e Indonésia, ao longo da década de 1920.

insurrecional urbana da IC representou uma recusa da compreensão sobre o papel decisivo dos camponeses, nas novas condições políticas chinesas. Nesse sentido, criticou-se a estratégia da guerrilha e a ênfase nas bases militares camponesas.

2.3.2 A Estratégia Revolucionária de Mao

As novas condições de luta dos comunistas no campo deram oportunidade para o avanço da formação das convicções de Mao acerca das características específicas da estratégia revolucionária na China. As formulações de Mao eram produto de certa elaboração coletiva, entre líderes do PCCh; decorriam do debate e confronto de idéias e tinham a ver com a experiência e as necessidades dos comunistas chineses. Para Mao (2003a, p. 11), só com o Movimento do 4 de Maio, o povo chinês teria alcançado um conhecimento racional sobre a luta antiimperialista. Compreendeu-se a aliança entre o imperialismo, a burguesia compradora e os senhores feudais e seus efeitos, como opressão das amplas massas populares da China.

Mao pretendeu generalizar suas formulações teóricas, expondo os conceitos de contradições principais e secundárias, contradições antagônicas e não-antagônicas, aspectos principais e secundários das contradições. Tomando como ilustração o exemplo chinês, Mao (2003c, p. 46-7) sistematizou as diversas situações como mudanças na contradição principal e suas implicações:

Em um país semicolonial como a China, a relação entre a contradição principal e as contradições não principais oferece um quadro complexo. [...]

Quando o imperialismo desata uma guerra de agressão contra um país assim, as diferentes classes deste, exceto um pequeno número de traidores, podem unir-se temporariamente em uma guerra nacional contra o imperialismo. [...]

Quando o imperialismo não recorre à guerra, mas a meios relativamente moderados, meios políticos, econômicos e culturais, para levar adiante sua opressão, a classe dominante do país semicolonial em questão capitula ante o imperialismo e forma com ele uma aliança para oprimir conjuntamente as massas populares. Nessas circunstâncias, as massas populares recorrem à guerra civil contra a aliança do imperialismo e da classe feudal [...].

Os chineses, entre os revolucionários no século XX, foram os pioneiros na adoção da longa guerra de guerrilha para a conquista do poder. O principal formulador da nova

estratégia foi Mao Zedong, que começou a levá-la à prática na criação da primeira base comunista, localizada nas montanhas de Chingqang, em 1927, após as derrotas dos levantes de agosto em Hunan e Jiangxi (na capital Nanchang). Mao denominaria essa estratégia de guerra popular prolongada, através da mobilização dos camponeses que eram a força social mais numerosa e mais explorada na China. A chamada linha de massas buscava a ligação estreita entre os comunistas e o povo para o estudo da realidade, para a constituição do exército e para a reforma agrária.

Na revolução chinesa, o campesinato seria força social principal e o proletariado seria a força dirigente. Buscava-se o cerco das cidades pelo campo, em vez das insurreições operárias. Nas zonas libertadas, os comunistas já instalavam o governo e realizavam a reforma agrária, criando uma dualidade territorial na China entre os poderes paralelos do PCCh e do Guomintang. Em 1937, Mao (2003a, p. 11, *itálico nosso*) se referia à “nossa Guerra Revolucionária Agrária, dos últimos dez anos”.

Ao longo da guerra civil entre os comunistas e o governo nacionalista, a retirada de nove mil quilômetros, conhecida como a Longa Marcha, após a derrota e desmantelamento das bases no sul da China em 1934; a defesa do papel revolucionário do campesinato e o emprego da guerrilha; a reorganização e expansão do partido no noroeste chinês, com a sede em Yenan; entre outros fatores, terminaram levando Mao à liderança do Partido Comunista.

O imenso e profundo ressentimento nacional dos chineses, por causa das humilhações e sofrimentos causados pelo imperialismo e pela ocupação estrangeira, concentrou-se, a partir de 1937, na resistência à invasão japonesa. A revolução chinesa, depois de insurreições fracassadas e longa guerra civil, só alcançou a vitória a partir da resistência à nova invasão japonesa em 1937, dessa vez com as tropas nipônicas ocupando as importantes áreas urbanas e econômicas do litoral, rumo ao sul da China. Nesse país, houve o sacrifício de milhões de vidas humanas na Segunda Guerra Mundial. Os comunistas tornaram-se, na guerra, os mais decididos e importantes oponentes aos japoneses, granjeando prestígio e força política na sociedade chinesa. Houve uma confluência entre as tarefas antifascistas, nacionais e sociais, preparando os exércitos liderados por Mao.

Os comunistas lançaram a proposta de frente única contra a invasão japonesa. Chiang Kai-chek resistiu a essa nova aliança com o PCCh, mas terminou sendo forçado pelos seus generais a selar o novo compromisso com os comunistas. As tropas comunistas foram

integradas ao Exército Nacional da China. Entretanto, a aliança não levou o governo a conter as escaramuças militares entre os aliados e os vários ataques do Guomintang às forças comunistas. A Frente Única rompeu-se em 1941. O governo sofria as divisões, no seu interior, entre os que decidiam combater e os que queriam colaborar com os ocupantes. Os colaboracionistas viam o Japão como uma força militar extremamente superior ao exército nacionalista. Essas dúvidas não impediram o engajamento do governo contra o invasor, mas houve momentos de pouca clareza no próprio esforço militar. O Guomintang não foi capaz de impedir que o exército japonês ocupasse as principais cidades costeiras.

As limitações militares do Guomintang refletiam as contradições do seu regime político. Não era um governo apoiado pelas massas camponesas e concentrava sua base social em latifundiários, senhores de guerra do sul da China, classe média urbana e os ricos chineses no exterior. O governo nacionalista, ao restringir o alcance da modernização da China, restringiu ao mesmo tempo sua legitimidade. Tratava-se de um regime ditatorial e corrupto, com o poder, afora as grandes cidades, em mãos de chefes militares locais e, até mesmo, representantes das sobrevivências das famílias da nobreza. Os longos anos da guerra contra o Japão e a nova guerra civil contra os comunistas contribuíram para a crise econômica, inflação e piora das condições de vida das massas, retirando ainda mais a legitimidade do governo do Guomintang.

Da nova guerra civil, surgiu vitorioso o exército comunista, apesar das armas e apoio dos Estados Unidos ao governo do Guomintang e do, pelo menos, imobilismo soviético em face da disputa interna chinesa. Medvedev (1986, p. 78) afirma que “Stálin tendia inicialmente a apoiar não tanto Mao Zedong quanto Chiang Kai-chek, não naturalmente porque previsse as futuras degenerescências do socialismo na China”. Hobsbawn (1995, p. 168-9; 225) reconhece o pouco entusiasmo soviético, mas sugere que a vitória da revolução na China, que dependeu de nova guerra civil, não teria sido possível sem a existência do contraponto, potencial, da URSS aos exércitos ocidentais. Portanto, na verdade, a revolução chinesa teria sido feita “contra a opinião de Stálin”.

Ao sair da Segunda Guerra Mundial, baseando-se na aliança antifascista de então, o dirigente da URSS apostava, na época, não só na convivência a longo prazo entre o capitalismo e o socialismo, como em governos reformistas compostos amplamente por comunistas e liberais. A Internacional Comunista foi dissolvida em 1943, dentro desse clima de aliança ampla mundial, sendo substituída, depois, por um organismo de consulta dos

partidos comunistas, que se chamava Departamento Informação Comunista (*Cominform*). Hobsbawn nota que o Informe de Andrei Zhadanov, importante dirigente do PCUS, com o balanço da situação mundial, na conferência de setembro de 1947 em que foi fundado o *Cominform*, não fazia menção à China. Constavam, nesse Informe, apreciações positivas, do ponto de vista antiimperialista, ao Vietnã, Indonésia, Índia, Egito e Síria. É significativo o fato de que foi da URSS o único embaixador que acompanhou Chiang Kai-chek, na mudança da capital do governo Guomintang de Nanquim para Cantão, em abril de 1949, às vésperas da vitória dos comunistas chineses.

A revolução de 1949 agregou o mais substancial fortalecimento político do campo do socialismo real em razão das dimensões da China, especialmente sua população gigantesca. A revolução chinesa seria uma base de apoio, sobretudo, para os regimes comunistas no Extremo Oriente.

A dramática pobreza do povo chinês era a base social real do trabalho político dos comunistas e da mobilização revolucionária. Nessas circunstâncias, a revolução foi enxergada pelas massas como o meio para vencer essa iniquidade. A tomada do poder abriu o caminho para a instauração do regime comunista. Depois, de um século de espera, a China passaria a contar com governantes legitimados, porque Mao, à frente do Partido Comunista, fizera por merecer o novo “mandato do céu”.

2.4 A VONTADE DAS MASSAS PARA CONSTRUIR A ECONOMIA E O SOCIALISMO

2.4.1 O Difícil Desafio ao Novo Regime

O novo Estado apareceu aos olhos do povo chinês como a oportunidade para a conquista da grandeza, da ordem, da paz e do bem-estar. Depois de tantas guerras e revoluções, chegava um poder estatal que provava ser depositário do ‘mandato do céu’, após o fim da dinastia Quing, em 1911. Os novos governantes, em razão da particularidade histórica da China, deparavam-se com o desafio gigantesco de combinar a continuidade nacional da civilização chinesa com as transformações sociais profundas.

R. W. Davies (1986), comentando os desafios do início da União Soviética, mostrava que esse país estava em situação de atraso, em dificuldade, mas estava mais preparado, na estrutura produtiva, para começar sua modernização econômica socialista, do que a China em 1952. Nessa comparação, a URSS dispunha, por exemplo, de um *produto per capita* maior. A pergunta de Davies⁴¹, sobre as possibilidades econômicas da URSS, poderia inspirar mais dúvida ainda, sugerir maiores complicações, para o caso do novo Estado chinês (comparativamente à URSS): A China detinha recursos materiais para edificar uma sociedade socialista industrializada, a despeito do embargo internacional?

O quadro geral e imediato era desolador. A China estava quase destruída, depois da guerra, no início do novo governo⁴². Em grande proporção, havia ferrovias paralisadas, indústrias fechadas, economia com desabastecimento e insuportável desemprego. Fábricas, bancos, comércio atacadista, firmas de comércio exterior tinham estado, em grande medida, em mãos do capital externo e, com a vitória da revolução, os estrangeiros tinham transferido bens e empresas para Taiwan. A sétima esquadra norte-americana postava-se diante da costa chinesa ameaçadoramente. O isolamento internacional era demonstrado pelo não reconhecimento do novo Estado por parte das potências ocidentais e da ONU. Houve ainda os sacrifícios imensos impostos pela participação chinesa na Guerra da Coreia. As privações materiais das grandes massas da população eram terríveis. Em média, o consumo *per capita* dos chineses revelava, conforme dados de 1952, uma pobreza atroz: por exemplo, consumo diário de meio quilo de arroz ou grãos e aquisição de um par de sapatos a cada cinco anos.

Diante de tantas expectativas e de tantos problemas, há que se avaliar o que foi feito a partir de 1950. Neste sentido, Amin (2001, p. 58-60) faz um balanço positivo da revolução chinesa. Para ele, com o novo regime, o povo alcançou a dignidade, a nação chinesa renasceu e cultivou-se a unidade e solidariedade social. Foram vencidos o imperialismo, os latifundiários e os senhores da guerra.

⁴¹ “Situada entre a Europa e a Ásia, a União Soviética – assim como o Império czarista que a precedera – apresentava ao mundo, portanto, uma dupla face: sendo a mais atrasada dentre as principais potências européias, era ao mesmo tempo, também, o mais avançado dentre os grandes países camponeses, com uma relação entre produção industrial e agrícola e população bastante mais elevada do que a da Índia antes da Segunda Guerra Mundial ou a da China em 1952. Mas a Rússia possuía realmente os recursos internos necessários para construir, no isolamento, uma sociedade socialista industrializada? (DAVIES, R. W., 1986, p. 85-86).

⁴² O governo do Guomindang implementou uma reforma monetária em 1948, tentando combater a inflação, mas seis meses depois, os preços se elevaram 85 mil vezes (FAIRBANK, John King. China, uma nueva historia. 1996, p. 402).

Na avaliação da trajetória econômica da China, no período maoísta, há sempre muita controvérsia. O que deveria prevalecer na definição do rumo geral da economia no curso da construção do socialismo? A prudência recomendada pelas condições atrasadas e as possibilidades restringidas das mudanças? Ou, a crença na vontade e ação das grandes massas chinesas para realizar diretamente as transformações na economia e na sociedade, sem esperar o concurso da acumulação de capitais e a aplicação da moderna tecnologia? Nesse sentido, vale lembrar a famosa (e exagerada) interpretação do pensador comunista italiano Antonio Gramsci sobre a Revolução de Outubro de 1917, na velha Rússia⁴³. Ele saudou com entusiasmo a conquista bolchevique, interpretando Outubro como um caso de vitória política, a despeito do suposto determinismo econômico da obra *O Capital*. Como se sabe, era patente o atraso econômico russo, apesar das elaborações de Lênin sobre a formação do mercado interno e o desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Assim, voltando ao caso chinês, além da tomada do poder, persistia o problema do esforço de construção econômica e transformação social em um país com grande atraso relativo como a China.

2.4.2 Como Combinar Construção do Estado e Ataque às Autoridades

As condições e as possibilidades do recém-inaugurado processo de construção do socialismo na velha, imensa e atrasada China, mostraram dificuldades nas relações ou hierarquização entre (1) o controle social nas mãos das massas trabalhadoras, (2) os problemas econômicos e (3) o Estado⁴⁴. Como relacionar esses três termos do desafio maoísta? Como seria factível a existência do poder político concreto e operacional, diretamente pelas massas, diante dos problemas econômicos decorrentes do atraso econômico relativo da China? Mao não se podia furtar de propor uma solução, e ele tentou uma resposta para esse intrincado quebra-cabeça. As massas seriam o poder, ao lado do Estado oficial e formal, de novo tipo ou quase não-Estado. A Nova Democracia se transformaria na democracia direta das massas. E os problemas econômicos? Também, simplesmente, a iniciativa, a mobilização e o controle das próprias massas tomariam de assalto os céus do

⁴³ “A revolução dos bolcheviques se baseia mais na ideologia do que em fatos. (Por isso, no fundo, pouco nos importa saber mais do que sabemos). Ela é a revolução contra *O Capital* de Karl Marx. (...) se os bolcheviques renegam algumas afirmações de *O Capital*, não renegam seu pensamento imanente, vivificador”. (GRAMSCI, 2004, p. 126-7).

⁴⁴ Ver, no capítulo anterior, neste estudo, a análise de aspectos teóricos do Estado, no marxismo, e a apreciação de problemas do Estado na União Soviética, em relação ao burocratismo e orientação econômica.

desenvolvimento econômico. Cuidados, essenciais, com a liberdade de crítica e os prazos econômicos seriam subestimados por Mao.

O Estado seria traduzido, administrativamente, na forma da máquina pública bastante alargada na sociedade e, sobretudo, centrada na economia: ministérios e departamentos, governos provinciais e locais, políticas e planificação econômica, propriedade e gestão de unidades de produção. Acima do Estado, quase se confundindo com ele, estaria o Partido Comunista da China, repetindo um tipo de arranjo institucional inspirado no paradigma da União Soviética. O partido seria a expressão orgânica da direção do proletariado no conjunto da vida chinesa. Não, o partido não substituiria a classe. Pelo menos, pensava-se assim. A orientação política geral da edificação do socialismo seria formulada pelo partido. Essa orientação era uma diretiva, compulsória, para a atividade do Estado.

O processo decisório sobre os rumos do socialismo chinês deveria estar atrelado à chamada linha de massas. A ligação e o aprendizado eram admitidos como pressupostos do conhecimento, segundo a concepção de Mão, conhecida como linha de massas. Ele ligava essa concepção ao marxismo, na sua versão: “Os marxistas sustentam que a prática social do homem é o único critério da verdade de seu conhecimento do mundo exterior” (MAO, 2003a, p. 5). A seqüência do processo de conhecimento, decisão e implementação das medidas deveria ser: massas – PCCh (Estado) – massas.

O conhecimento prático dos problemas e a proposição de soluções eram uma compreensão tácita, vivenciada, não codificada pelo povo em sua experiência de vida. O PCCh recolhia informações e conhecimentos sensoriais do povo, passando à elaboração científica, escapando do empirismo: sistematização, estabelecimento de relações, interpretação, conhecimento racional. Esse conhecimento deveria apreender e identificar as contradições, as suas conexões, a sua evolução, a sua transformação. Era importante examinar a realidade sempre do ponto de vista das atitudes e interesses das classes sociais, escapando de posicionamentos abstratos: qual a classe que ganha com tal ou qual medida governamental? Em cada questão, em cada processo, quais são os interesses de classe em jogo, em disputa?

A forma do processo de conhecimento e deliberação deveria dar confiabilidade, consistência, aderência à realidade nas diretivas do PCCh e nas políticas e atividade do Estado chinês. A comprovação da justeza das decisões dependeria de sua comprovação na prática,

nos seus resultados. Assim, o Estado estaria apetrechado, a partir da realidade das massas, supostamente, para desenvolver uma prática transformadora.

A experiência governamental dos comunistas ocorreu durante um longo período de guerra, desde a derrota da revolução chinesa de 1927. Diferentemente da União Soviética e de outros países do socialismo real, os comunistas chineses adquiriram certo aprendizado de ser governo, antes da conquista do poder político nacional, que só ocorreu em 1949. De 1927 a 1934, os exércitos comunistas, resistindo às sucessivas campanhas de cerco e aniquilamento das tropas de Chiang Kai-chek, construíram os chamados governos soviéticos, ou “bases de apoio revolucionárias”, ou zonas libertadas, em áreas do sul da China. A principal transformação operada nessas áreas foi a reforma agrária.

Na última guerra civil, os comunistas, em meio ao esforço militar, instalaram governos no Norte e Nordeste da China. Em 1949, a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês reuniu os representantes do PCCh e de oito partidos aliados, adotou um programa unitário de construção do novo regime de Nova Democracia e formou um governo com a maioria dos ministros fora das fileiras comunistas. Em 1954, o Estado da China Popular promulgou sua Constituição. A Assembléia Nacional do Povo era o órgão legislativo superior, mas, na prática, limitava-se a discussões, apresentação dos informes do governo e referendo das propostas de lei. O Conselho de Estado e o *bureau* político do comitê central do PCCh tornaram-se, na prática, as instituições mais importantes. O Conselho de Estado contava com mais de cinquenta ministérios e Zhu Enlai era o primeiro ministro e Mao Zedong era o presidente da República e chefe da Comissão de Assuntos Militares, comandando o Exército de Libertação Popular, e principal dirigente do Partido Comunista.

No plano conceitual, repercutindo a visão clássica do marxismo, Mao (2003b, p. 56)⁴⁵, em 1937, argumentava que a consolidação da ditadura do proletariado, ou do povo, era sinônimo da preparação do seu próprio desaparecimento e da conquista de uma etapa social avançada, em que “não haveria nenhum tipo de sistema estatal”. O Estado chinês seria dirigido pela classe operária e baseado na aliança operário-camponesa, afirmava Mao (2003c, p. 74-5), repetindo Lênin.

⁴⁵ Este é um dos problemas teóricos mais importantes do marxismo. Como já se discutiu no capítulo anterior, depois de todas as experiências do socialismo real, inclusive a chinesa, seria melhor insistir no fim do Estado como “administração de pessoas”, esfera política, e persistência do Estado como esfera da “administração das coisas”.

Há, ao mesmo tempo, no período maoísta, um apelo ao ataque das massas contra o mando das autoridades e a estabilidade das instituições (Estado e partido), de um lado, e, contraditoriamente, a repressão, movida pelo Estado, contra a manifestação das divergências políticas, de outro. Verifica-se, na visão de Mao, a exemplo dos soviéticos, um grave defeito sobre o problema da democracia. No maoísmo, não prosperou a estruturação, a organicidade autônoma e decisiva da democracia de massas. É verdade que a democracia é parte da superestrutura, está inscrita na esfera política, não pode ser o avesso do que se passa na base econômica, é produto de circunstâncias históricas, não pode ser considerada como algo meramente formal, abstrato e absoluto.

O realismo das difíceis condições da transição socialista, sob a luta de classes, impõe liberdade e, ao mesmo tempo, disciplina/centralismo/Estado. Tudo isso é verdade. Mas esse próprio socialismo teria que se distinguir, se especificar, se conceituar pela mais ampla democracia, pela estrita legalidade, pelo regime de direito, pela liberdade política, pelos direitos democráticos individuais, pela contenção impositiva da repressão estatal e do burocratismo. E isso não deveria significar a adoção do liberalismo político burguês ou de algo como uma demagogia do tipo gorbacheviano. Ralph Miliband propõe um poder executivo forte, mas sujeito a restrições, como normas constitucionais. A democratização do Estado está intimamente relacionada com a democratização da sociedade.

(...) é preciso dizer que um governo socialista recém-empossado precisaria ser forte para lidar eficazmente com os imensos problemas que de imediato teria de enfrentar, e, infelizmente, essa necessidade se faria sentir ainda por muito tempo. Esse é o primeiro e mais óbvio aspecto da tensão na construção de um regime socialista, pois os socialistas com razão recuam diante da noção de um governo forte, em vista de tudo o que significou em termos de arbitrariedade e repressão no século XX. O problema é descobrir como o poder executivo pode ser forte e limitado *ao mesmo tempo*. (...) A democracia **socialista** procuraria chegar a uma combinação **própria**, mas não é realista pensar que isso não constituiria um terreno de lutas constantes. (MILIBAND, 2000, p. 111, itálico no original; grifo com negrito acrescentado pelo autor).

Como deveria se organizar e o que deveria fazer o Estado chinês, na teoria, resumidamente? Em 1957, Mao (2003c) explicitou alguns aspectos essenciais da sua visão sobre o Estado na China:

- I) a ditadura estaria sendo exercida pela classe operária, que detinha a direção, e pelo povo;
- II) o objetivo do Estado seria a proteção do povo, assegurando a ordem pública e as condições pacíficas para a construção do socialismo, com indústria, agricultura, ciência e cultura modernas;

- III) a Assembléia Nacional Popular e seu Comitê Permanente, a Conferência Consultiva Política (constituída pelo PCCh e demais partidos) e seu Comitê Permanente, o Conselho de Estado, o Exército Popular de Libertação, a Comissão Militar e o Partido Comunista e o seu *bureau* político do Comitê Central são as principais instituições do sistema político chinês;
- IV) a primeira função do Estado seria reprimir as classes e elementos reacionários, sabotadores do socialismo;
- V) a segunda função seria a defesa do país da ação subversiva e agressiva de inimigos externos;
- VI) os planos econômicos do Estado deveriam ser elaborados com o objetivo de responder a contradição entre a produção social e as necessidades sociais, fixando as proporções de acumulação e consumo e sofrendo reajustes periódicos provocados por novos desequilíbrios econômicos;
- VII) os órgãos do governo deveriam adotar disposições administrativas apropriadas com caráter obrigatório;
- VIII) a Constituição asseguraria liberdade de palavra, de imprensa, de reunião, de associação, de manifestações de rua e de culto religioso;
- IX) os direitos da cidadania são a liberdade e a democracia, sob direção, sob centralismo, sob os interesses populares;
- X) o descumprimento das leis por indivíduos do povo será objeto de exame e sanção, segundo o princípio do centralismo democrático (unidade de democracia e disciplina). As questões ideológicas, no seio do povo, deveriam ser tratadas pela discussão, crítica, persuasão e educação, “e em nenhum caso recorrendo a métodos coercitivos ou repressivos”.

Mas como tudo isso se dava na prática? O que mostrava a aplicação desses princípios e modelo de Estado na realidade concreta chinesa? Ainda em 1957, no curso da construção do socialismo, o que já constatava o líder chinês? Em primeiro lugar, ele destacava que era ingenuidade imaginar a ausência de contradições na etapa socialista. De um lado, a superestrutura – o Estado da ditadura democrática popular e a ideologia socialista – poderia favorecer as transformações na organização do trabalho, em consonância com as relações de produção socialistas. Enquanto, de outro lado, “a existência da ideologia burguesa, certo estilo burocrático em nossos organismos estatais e as deficiências em alguns elos do sistema estatal estão em contradição com a base econômica socialista”, analisava Mao (2003c, p. 83-4).

O governo chinês representaria os interesses do povo, embora existissem certas contradições entre o governo e as massas populares. Assim, havia relações contraditórias no seio do povo: “[entre] os interesses do setor estatal, os interesses do setor coletivo e os interesses individuais, entre a democracia e o centralismo, entre dirigentes e dirigidos e entre as massas e certos trabalhadores governamentais com estilo burocrático” (MAO, 2003c, p. 73). A burguesia nacional explorava os operários e, ao mesmo tempo, apoiava a Constituição do Estado socialista.

A luta ideológica mantinha-se, sob novas circunstâncias. Todavia, essas novas condições tornaram-se uma armadilha, a partir do momento em que o Estado passou a ter, a defender uma ideologia oficial. Como o marxismo-leninismo (depois foi agregado o termo referente ao maoísmo, resultando em: marxismo-leninismo pensamento Mao Tsetung) foi formalizado como a ideologia estatal, criou-se, implicitamente, uma obrigação, imposição, a todos, da mesma ideologia, com a consequência de condução dos desobedientes ao leito ideológico oficial. Sobretudo na Revolução Cultural, criou-se um vínculo entre ideologia, pensamento Mao Tsetung e culto da personalidade que tendia ao paroxismo da exaltação pessoal, em reverência obediente aos ensinamentos, à liderança e à autoridade de Mao, tomados como fatores suficientes para o exercício da direção política da China, em vez do aparato do sistema estatal.

Um certo anti-estatismo anarquizante de Mao era reforçado pela estrutura econômica e social da China como um imenso país, sobretudo agrário, levando os comunistas de base à tendência de “viver sem Estado” (GODEMENT, 1989, p. 288). Mas o direito à rebelião pelas massas não era só uma dispersão política no campo, nas comunas. Na verdade, Mao foi adiante e fez inscrever na própria Constituição o direito de petição, o direito da divulgação dos murais políticos públicos e o direito de greve. Emblematicamente, na reforma constitucional de 1982, os novos dirigentes chineses proibiram o direito de greve, o que se mantém até hoje.

2.4.3 O Método das Campanhas de Massas

Conforme a retórica de Mao, o Estado e o partido estariam, em certas circunstâncias, identificados como instituições onde se manifestava o burocratismo. Então,

tanto resultados econômicos negativos, quanto descontentamento social seriam atribuídos à burocratização de quadros dirigentes. Avaliava-se que o burocratismo seria essencialmente um desvio ideológico, e, por isso, seriam necessárias campanhas periódicas de retificação doutrinária. Essas campanhas foram um invento originado do apelo maoísta às massas e à revolucionarização, supostamente.

Proclamava-se que, nesse processo, seriam eliminadas as forças contra-revolucionárias, segundo a visão das contradições entre o povo e os inimigos do socialismo. Acreditava-se que seria desenvolvido um esforço de mobilização para identificar os problemas políticos e ideológicos e seriam adotados os métodos para combatê-los. As contradições no seio do povo exigiriam crítica e autocrítica, unidade-crítica-unidade. Alguns intelectuais estariam a favor do socialismo, mas outros intelectuais, conforme sua origem social, suas ligações com a velha China e sob a influência do Ocidente burguês, seriam hostis à contraditória construção socialista em curso. Esses últimos tinham que ser reeducados, ou seja, seriam submetidos às violências da repressão política e do constringimento público.

As campanhas de retificação, sob a liderança de Mao, podiam abranger o partido, o exército, ou a população em geral. No ambiente militar de uma guerra prolongada, assim como existiam as campanhas militares poderiam existir, também, campanhas político-ideológicas, artísticas, científicas, econômicas. A campanha poderia contribuir para transformar o homem, reformando seu pensamento, retificando sua prática social. Na maioria das vezes, não eram campanhas confinadas à vanguarda, começando, transcorrendo e encerrando dentro do partido, mas envolviam as massas. Essas campanhas, supostamente combatendo determinados problemas, serviriam, acreditava-se, para unificar, disciplinar e mobilizar as forças da revolução no enfrentamento de importantes momentos de dificuldade ou de deflagração de novas tarefas.

Durante a guerra de resistência, Mao lançou uma campanha de retificação (1942-44), em um momento de defensiva em razão de destrutivos ataques japoneses, que desejavam “queimar tudo, matar tudo, pilhar tudo”. Essa campanha era voltada, formalmente, para os membros do partido, que tinha incorporado grandes contingentes de militantes, que careciam dos conhecimentos e métodos partidários. Esse movimento tinha como alvos o subjetivismo, o sectarismo e o formalismo. Ele se materializava na assim chamada retificação dos variados problemas, como: o estilo da escrita, o método de estudo (combinando teoria e prática), o divisionismo e a luta de facções (unificando militares e civis, quadros e militantes de base), o

burocratismo na administração (descentralizando funções administrativas em favor das aldeias), o formalismo (adaptando as soluções às circunstâncias concretas) e o individualismo dos intelectuais recém-incorporados ao partido.

Com a revolução já vitoriosa, o método das campanhas seria empregado para novos objetivos. Para recuperar a economia e consolidar o poder, surgiu a Campanha dos Três Antis: anticorrupção, antidesperdício e antiburocracia. Essa campanha voltava-se, sobretudo, a problemas na administração do Estado. Houve, também, a Campanha dos Cinco Antis contra as sabotagens de capitalistas, como sonegação de impostos, fraudes na gestão da mão-de-obra e dos materiais e roubo de informação econômica reservada do Estado. As massas submetiam os capitalistas a sessões de julgamento público em torno de diversas acusações, recorrendo a diferentes métodos, inclusive exame de documentos administrativos e contábeis da empresa.

A campanha das *Cem Flores* foi deflagrada pela direção do PCCh, por proposta de Mão, em reação aos acontecimentos da Hungria em 1956. Era preciso prevenir os problemas, ampliando a liberdade de expressão e a educação ideológica. Buscava-se mobilizar a intelectualidade para criticar o burocratismo e agregar a contribuição técnica dos especialistas na construção do socialismo. Dizia Mao: “Que se abram cem flores e que cem escolas compitam”. A campanha ocorreu em 1956 e encerrou-se em 1957 como repressão aos críticos da marcha dos acontecimentos.

Nessa campanha, o debate público encaminhou-se para um movimento cada vez maior de críticas e protestos. A base dessa contundência adquirida pelas críticas eram as insatisfações com as conseqüências das dificuldades econômicas sobre as condições de vida e o descontentamento com as restrições do regime à liberdade de pensamento e expressão. Houve greves operárias e estudantis e protestos de membros de algumas cooperativas. Evidentemente, qualquer processo de transformação socialista, sobretudo no caso das grandes dificuldades peculiares da China, defronta-se inevitavelmente com resistências, oposições, cisões, em vez do movimento suave, do caminho linear, da opinião consensual, da harmonia universal dos interesses. Assim, os dirigentes comunistas não souberam lidar de outra forma com o estado de coisas criado e retrocederam, suprimindo o debate público em curso. Para o PCCh, houve intelectuais oriundos de velhos setores aristocráticos que teriam se aproveitado do movimento para lançar ataques ao próprio socialismo.

Nesse contexto, sobre as dificuldades da conjuntura econômica, considere-se que o ano de 1956 foi, especialmente, marcado por secas, inundações, problemas climáticos, afetando duramente a produção na agricultura. Todavia, além dos efeitos sociais dessa queda da produção, Mao acusou as instâncias superiores do partido e do Estado de burocratismo, supostamente a causa principal da onda de descontentamento popular. Desencadeou-se uma campanha contra a burocratização, o sectarismo e o subjetivismo no partido e de combate aos, assim chamados, direitistas, sobretudo entre os intelectuais. Foram mandados para campos de trabalho, a título de reeducação ideológica, tanto centenas de intelectuais que mais se destacaram nas críticas, quanto muitos quadros partidários, acusados de burocratismo.

2.4.4 Reforma Agrária e Começo das Mudanças

Durante a guerra de resistência ao Japão, os comunistas, em favor da unidade nacional e priorizando o combate ao invasor, não impulsionaram decisivamente a reforma agrária. Contudo, a partir de 1946, o PCCh promoveu um grande avanço da reforma agrária, combatendo os latifundiários e neutralizando os camponeses ricos, na China do Norte. Na contra-ofensiva comunista, a partir de 1948, contou com a instauração da administração dos quadros comunistas nas aldeias do Nordeste, reorganizando a produção e implementando a transformação na propriedade rural. Essa mudança era uma medida natural óbvia decorrente da conquista do poder pelos exércitos camponeses de Mao na China. A sociedade chinesa era, sobretudo, caracterizada pela sua esmagadora maioria camponesa. Além disso, a reforma agrária, no período de 1945 a 1950, tornou-se uma política comum aos mais diversos regimes políticos instalados em países que reuniam quase a metade da população mundial (HOBSBAWN, 1995, p. 347). A ocupação ou a influência dos Estados Unidos levou à redistribuição da propriedade territorial no campo do Japão, Coreia e Taiwan.

No curso da revolução chinesa, a reforma agrária aparece como uma profunda e radical mobilização dos camponeses que contavam com as suas próprias forças (*fanshen*). A lei da reforma agrária foi promulgada em junho de 1950, deflagrando a distribuição de 47 milhões de hectares (50% das terras cultivadas) para 300 milhões de lavradores, cancelando dívidas e arrendamentos (POMAR, 2003, p. 83-4). Os camponeses médios mantiveram suas terras, as parcelas dos camponeses ricos foram reduzidas e os antigos latifundiários, aqueles sem acusação de dívidas de sangue, mantiveram uma extensão de terra compatível às

possibilidades do seu próprio trabalho. No conjunto, os camponeses pequenos e médios ficaram com 90% das terras.

O ano de 1951 transcorreu com um intenso debate sobre a cooperativização agrícola. Liu Shaoqi divulgou no PCCh um documento pessoal, em julho de 1951, censurando um informe do comitê partidário da província de Shanxi, manifestando sua oposição (de Liu) às políticas de desenvolvimento da ajuda mútua e da cooperação na agricultura. Conforme Liu, essas políticas estavam associadas à “errônea, perigosa e utópica concepção de socialismo agrário”. Essa concepção era imputada a Mao. Em setembro de 1951, o Comitê Central aprovou um projeto de resolução sobre a ajuda mútua e a cooperação. Em dezembro, Mao divulgou uma circular ao partido, chamando a atenção para a importância do (ainda) projeto e destacando a necessidade da organização cooperativa, especialmente nas áreas em que já tinha sido concluída a reforma agrária (MAO, 1977a, p. 72).

Em uma visão muito geral do curso de transformação agrária, as terras dos grandes proprietários passam para os camponeses, que se transformam em pequenos proprietários, mas, no processo de construção do socialismo, “a propriedade privada dos camponeses, por sua vez, se transforma na propriedade social da agricultura socialista” (MAO, 2003b, p. 56). A propriedade privada, com as pequenas parcelas da terra, limitaria o aproveitamento do uso de recursos técnicos, prejudicaria a elevação da produtividade e seria um entrave para novas relações de produção. A criação do Sistema Unificado de Compra e Venda, em 1953, estabeleceu uma política de cotas de produtos agrícolas comprados pelo Estado, restringindo a liberdade mercantil e limitando a autonomia dos camponeses ricos. A coletivização da agricultura consumou-se, principalmente, entre 1954 e 1956. No período de 1949 a 1956, a produção agrícola teve um aumento de mais de 70%.

Na recuperação da economia, houve o controle da inflação através da nacionalização do sistema bancário e o controle nacional sobre os mercados dos principais produtos. Os salários foram protegidos da inflação, porque as remunerações passaram a ser calculadas conforme uma cesta de bens. Foram reconstruídas as ferrovias e as linhas de navegação a vapor. No plano social, foram adotadas importantes medidas de alfabetização e de saúde pública. Foi decretada uma lei matrimonial que libertava as mulheres da dominação dos homens e da família, assegurando direitos iguais para o casal e permitindo o divórcio.

Inicialmente, os capitalistas detinham 63,3% do setor industrial e 85,1% do comércio atacadista. O Estado tinha assumido as empresas que tinham sido propriedades das frações burguesa burocrática e compradora e do capital estrangeiro. Entretanto, em 1953, 56% da produção industrial era estatal e 26,9% originavam-se de empresas mistas ou privadas (administradas sob contrato com o Estado) (POMAR, 2003, p. 85-87). No período da Revolução Cultural, já não existiam mais formas privadas de propriedade de empresas.

2.4.5 Pensamento Mao em Economia: Um Plano é Uma Ideologia. Primeiro, o Plano, depois os Preços

Na sua crítica ao *Manual de Economia Política da URSS*, em 1960, Mao Zedong (1975, p. 71) afirmou que “um plano é uma ideologia”. Ele explicava que a ideologia interage com a realidade, e, por isso, os planos não são perfeitos e auto-suficientes, não podem evitar a espontaneidade e eventuais erros. Assim, Mao fez ressalvas sobre as certezas e suficiências de um plano na concepção dos soviéticos. A planificação dependeria de um processo de gradual conhecimento da realidade, com percepções que poderiam ser imperfeitas, com acertos e erros, com o aprendizado pela experiência prática. A própria compreensão do socialismo seria gradual e dependeria da prática. Aqui, vê-se a ênfase que Mao, envolvido nas tarefas dirigentes, depositava na prática, o que não significava menosprezo, simplesmente, pela teoria. Por exemplo, a prática, no Estado chinês, demonstraria que teriam sido errados os aspectos dos planos (que são ideologias) de industrialização que não consideraram importante a criação de novos empreendimentos industriais na região costeira até 1957. Esse fato teria limitado uma maior aceleração do ritmo de crescimento econômico na China.

Mao (1975, p. 11), ao examinar criticamente o livro de Stálin *Problemas econômicos do socialismo na URSS*, ressaltou, inicialmente, a desatenção à agricultura e à indústria leve⁴⁶. O plano soviético “caminharia sobre uma perna apenas”. Era só a “perna” da indústria pesada em menosprezo da indústria leve. A “perna” dos interesses do povo teria sido

⁴⁶ Acerca da obra referenciada, os editores fazem algumas observações prévias. Assim, o ‘Texto I: sobre os *Problemas Económicos del socialismo em la URSS*, de Stalin’ é resultado das anotações de um discurso de Mao, em Cheng Chow, em novembro de 1958. Essas anotações foram feitas por uma só pessoa e, por isso, são incompletas, podem conter erros. No caso do ‘Texto II: notas sobre *Problemas económicos del socialismo em la URSS*’, trata-se de uma redação (notas de estudo) de Mao, feita provavelmente em 1959. O ‘Texto III: notas de lectura sobre o *Manual de economía política de la URSS*’ foi redigido por Mao em 1960, mas talvez contenha algumas passagens escritas em 1961 e 1962. Todos os três textos fazem parte de uma antologia de anotações de Mao que foi editada pelos Guardas Vermelhos, apenas para uso interno, em dois volumes, sendo o primeiro de 1967 e o segundo de 1969. (MAO, 1975, p. 9 e 10).

relegada ao longo prazo, em detrimento dos interesses imediatos das massas. “Stálin só destaca a tecnologia e os quadros técnicos. Não quer senão a técnica e os quadros. Ignora a política e as massas”. Contudo, mais tarde, ao comentar o *Manual de Economia Política da URSS*, Mao (1975, p. 71) assinalou que a escassez geral de técnicos, sentida no desenvolvimento da economia, “nos leva a criar um maior número de escolas a fim de formar mais quadros”. Os soviéticos adotavam sistemas e regulamentos impositivos sobre as pessoas, mas a planificação deveria envolver todo mundo, todo o partido, não se restringindo à Comissão do Plano ou da Comissão Econômica.

O plano chinês, supostamente, expressaria melhor um desenvolvimento planejado e equilibrado. Em contraste, “(n)a URSS não há desenvolvimento simultâneo das empresas grandes, médias e pequenas, tampouco desenvolvimento simultâneo das regiões e do poder central, ou da indústria e da agricultura” (MAO, 1975, p. 21).

O dirigente chinês reconhecia que, na China, em 1959, havia produção mercantil e troca de mercadorias, mas, ao lado da lei do valor, havia planificação e primazia da política e do ativismo das massas (MAO, 1975, p. 18; 29). Para Mao, a lei do valor não era o regulador decisivo na economia chinesa. Os reguladores seriam a planificação e o princípio da ‘política no posto de comando’. “(P)rimero o plano, depois os preços” (*ibidem*, p. 83). Por exemplo, o aumento dos preços incentivou positivamente a criação de porcos, mas essa pecuária em grande escala se desenvolveu adstrita à planificação. Mao assinalou sua divergência com a liberdade ampla nos mercados da produção das cooperativas na URSS. Em contraste, o Estado chinês deveria limitar as margens de variações dos preços nos mercados cooperativos.

A despeito das críticas que a planificação soviética requer, a concepção de Mao sobre planificação revelou uma faceta de voluntarismo. É por isso que ele tinha a necessidade de definir o plano como ideologia. É claro que não só o plano, como o próprio Estado, é parte da superestrutura, tem a ver com ideologia, consciência, organização jurídica etc. É evidente que ideologia não é sinônimo de voluntarismo. Todavia, é certo, também, que o plano não deve subestimar as condições concretas, os limites objetivos da realidade, as possibilidades reais da economia. O plano não pode ser apenas vontade. Isso é tanto mais verdade para o caso da China, em razão do seu atraso relativo e do breve prazo decorrido da suposta tentativa de desenvolvimento socialista.

Jack Gray (2006, p. 661), contudo, rebateu a acusação de que Mao seria um mero ideólogo, no sentido da carga pejorativa que a palavra ideologia assumiu hoje no mundo. Nesse sentido, Mao teria redigido seus textos em linguagem não ideológica. Suas estratégias não eram aplicação cega de princípios teóricos. Colocando-se no lugar de Mao, o que poderia ser feito, nas condições econômicas e sociais da China, sem dispor de razoáveis fundos financeiros, com a grande massa de trabalho redundante no campo e o desafio da pobreza? Assim, para Gray, as estratégias de Mao, para gerar ocupação para as grandes massas, foram pragmáticas, em vez de obtusa imposição ideológica.

Não obstante a justeza da argumentação de Gray, Mao necessitou de um certo tipo de subordinação do plano à ‘política no posto de comando’ e à luta ideológica. Ele necessitou satisfazer sua idéia de que o homem (pela ideologia) pode “remover montanhas”, para satisfazer uma elevada motivação e participação das massas nos marcos da aceleração da construção socialista na China. Partindo da premissa correta de que o desenvolvimento econômico depara-se o tempo todo com tensões, novos desequilíbrios, Mao queria uma certa forma de vínculo entre plano e audácia. “(S)e nos mostramos demasiado prudentes e excluímos toda audácia, se termina por destruir o desenvolvimento equilibrado” (MAO, 1975, p. 71).

Foi justa a discordância de Mao em relação ao manual soviético, onde se cria que, na economia socialista, uma suposta compreensão adequada da lei do valor evitaria a anarquia da produção e o desperdício. O líder chinês divergia dessa confiança exagerada no papel da lei do valor para evitar crises no socialismo. Entretanto, a partir daí, ele cometeu seus próprios equívocos importantes. Mao afirmava que não havia crises na sociedade socialista, o que não faz sentido, considerando todos os intrincados problemas do período de transição, como a própria experiência mostrou na China. O que Mao argumentava para justificar, supostamente, a ausência de crises na economia socialista? “...(D)ita sociedade tem um sistema de propriedade socialista, uma lei fundamental do socialismo, uma produção e uma distribuição planificadas, na escala de todo o país, e que, por outra parte, não existe, em dita sociedade, a livre concorrência, situações anarquizantes etc” (MAO, 1975, p. 84). Essas condições seriam necessárias, mas não seriam suficientes para evitar crises. Amplos e diversos outros fatores internos (burocratismo, privilégios, desenvolvimento científico e tecnológico, condições de vida das massas trabalhadoras, legalidade e democracia socialistas etc.) e externos (imperialismo, mercado mundial, internacionalismo proletário etc.) podem se combinar e

influenciar, direta ou indiretamente, a eclosão de impasses, limites, bloqueios e crises possíveis no socialismo real.

Mas o que ocorreu concretamente com a planificação na China? A planificação, com o primeiro plano quinquenal, de 1953 a 1957, seguiu o modelo soviético, com centralização das decisões e prioridade dos investimentos para a indústria pesada em face da agricultura e da indústria leve. Através de diversas formas, a agricultura deu uma grande contribuição ao financiamento da industrialização, mas a renda familiar camponesa caiu mais de 20% entre 1953 e 1957 (POMAR, 2003, p. 90). Globalmente, a economia recuperou-se e o plano funcionou razoavelmente bem.

Uma exposição sintética e sistemática da concepção de Mao (1977b) sobre a construção econômica (além de outras questões étnicas, políticas etc) do socialismo na China encontra-se no seu discurso *Sobre as dez grandes relações*, pronunciado em reunião do Comitê Central, em 25 de abril de 1956⁴⁷. A China, ao contrário da União Soviética e dos países do leste europeu, estaria, simultaneamente, mantendo a prioridade da indústria pesada, indispensável para produzir os meios de produção, e a atenção para a atividade agrícola e para a manufatura de bens de consumo. Assim, a China estaria produzindo grande quantidade de bens necessários ao consumo das massas e preservando a estabilidade dos preços. Mas, ainda assim, era preciso aumentar a parcela de investimentos na agricultura e na indústria leve em relação à indústria pesada, que, porém, continuaria prioritária. Daí, haveria maior e melhor abastecimento do povo, aceleração da acumulação de fundos (sobretudo na agricultura e indústria leve) e avanço na indústria dos meios de produção. Esse tipo de raciocínio de Mao seria um caso de simples paradoxo ou seria um exemplo de uma complexa visão dialética? Na prática, algumas proposições de Mao tornaram-se experiências com resultados negativos.

Na primeira grande relação, Mao (1977b, p. 310-1) julgava que o método de desenvolver a indústria pesada com um investimento ‘algo menor’ da agricultura e da indústria leve resultaria em maior êxito no setor de meios de produção somente a curto prazo. Em contraste, o investimento ‘algo maior’, nas duas referidas atividades resultaria, no longo

⁴⁷ O conteúdo do discurso, segundo Mao, originou-se das discussões no Comitê Central sobre os relatórios de trinta e quatro departamentos centrais da indústria, agricultura, transporte, comércio e finanças. Na verdade, cabe acrescentar que Mao elaborou esse discurso, sob o impacto do Informe de Krushev, no XX Congresso do PCUS, em fevereiro daquele ano. O líder chinês, embora discordasse das críticas políticas a Stálin, compreendia a importância de aspectos econômicos levantados por Krushev (problemas na agricultura, no consumo etc.).

prazo, em um ritmo maior de crescimento da indústria pesada, que, ainda, disporia da sólida base da satisfação das necessidades de subsistência do povo.

Não obstante seu otimismo com a orientação maoísta e a evolução da China, Francis Audrey (p. 201-2) observa, acertadamente, que

[A] linha do desenvolvimento simultâneo e a recusa dos investimentos estrangeiros, embora se justifiquem a longo prazo, tem, todavia, um inconveniente sensível: a capacidade global de investimento permanece limitada demais com relação à enorme dimensão das necessidades e das potencialidades da China.

Sob essas circunstâncias, o inevitável típico ritmo mais lento da agricultura pesaria sobre o desempenho do conjunto da economia chinesa. Nesses termos, um elevado desenvolvimento seria uma meta para um futuro longínquo. Enquanto o futuro não chegasse, tudo estaria dependendo de uma moral coletiva, que não poderia cessar, limitando o consumo e viabilizando a produção. A taxa de crescimento demográfico avizinhava-se da taxa de crescimento da produção agrícola básica, alertava Audrey.

Nas relações entre o Estado, as unidades produtoras e as massas trabalhadoras, Mao (1977b, p. 314-7), por um lado, criticou a indiferença burocrática perante as necessidades e as condições de vidas dos operários, e, por outro, propôs, convencionalmente, a melhoria salarial em razão do crescimento da produtividade do trabalho e avanço da economia nacional. Mao ressaltou o pouco conhecimento e experiência do Estado chinês para lidar com o problema de estabelecer a independência de cada fábrica, com algumas atribuições e com a retenção de certa parcela dos lucros, por um lado, e para manter a direção econômica unificada, pelos governos central, provincial, ou municipal, por outro.

Quanto à agricultura, Mao criticou o sistema de entregas obrigatórias de cereais ao Estado, na União Soviética, porque se açambarcava uma quantidade exagerada da produção e pagavam preços muito baixos. Isso prejudicava os que trabalhavam no campo e cortava o estímulo para o aumento da produção. Na China, ao contrário, deveria haver uma política favorável, simultaneamente, aos interesses estatais e dos camponeses: imposto agrícola baixo, intercâmbio com valores equivalentes ou quase equivalentes dos produtos industriais e agrícolas; preços normais na aquisição dos cereais para estoques, sem perdas para camponeses etc. Deveriam ser adotadas medidas absolutamente óbvias sobre as cooperativas: porcentagens apropriadas (o que é apropriada) das porcentagens das rendas entre Estado,

cooperativa e camponeses; a preservação dos recursos para a produção, administração e bem-estar público; evitar perdas na gestão dos gastos; não exagerar nos volumes dos fundos de acumulação coletiva e de bem-estar público. Além disso, propôs-se que as rendas de 90% dos membros da cooperativa fossem aumentadas a cada ano, a depender da ausência de problemas climáticos e do incremento da produção.

Sobre as relações entre as autoridades centrais e locais, Mao (1977b, p. 317-320) repisou noções extremamente genéricas. É evidente que deveria haver cooperação entre os níveis de governo no desenvolvimento da indústria (com maiores responsabilidades do governo central) e da agricultura e comércio (com mais atribuições para as autoridades locais). Assim, propôs que os Ministérios escutassem as autoridades locais, em vez de imporem suas ordens aos seus correspondentes departamentos provinciais e municipais. Embora o poder legislativo fosse uma instância centralizada, as autoridades locais poderiam elaborar normas e regulamentos, respeitando as diretivas centrais. Voltando-se para os interesses do país, a ‘luta por poderes’ não era divisionista, nem expressão de localismo. As relações entre as autoridades centrais e locais e entre as próprias instâncias locais (províncias e municípios) seriam presididas pelo princípio do interesse geral, da ajuda mútua e das concessões recíprocas.

Em 1957, Mao (2003c, p. 83) reconheceu que, nas empresas mistas (estatal e privadas) da indústria e do comércio, havia exploração do trabalho e os capitalistas associados recebiam dividendos. Mantinha-se, como semi-socialista, uma parte das cooperativas agrícolas e das cooperativas de produção manufatureira. A parte socialista era composta por unidades de produção que tinham a propriedade de todo o povo e a propriedade coletiva. Havia imperfeição nas relações de produção. Manifestava-se a simultaneidade de consonância, em algumas partes, em certos setores, e contradição, em outras partes, em outros setores, entre as relações de produção e as forças produtivas.

2.4.6 O Grande Salto à Frente

As condições de cerco internacional sobre a China, a deterioração das relações com a URSS e o começo das melhorias econômicas, em 1957, são fatores que devem ser considerados na avaliação do contexto em que se deu a decisão do PCCh, por proposta de

Mao, de adoção da nova estratégia de acelerada transformação econômica, o *Grande Salto à Frente*. A estratégia era mobilizar a energia de centenas de milhões de homens e mulheres para revolver, profundamente, o solo da economia, da política e da ideologia na China. Já em 1957, no curso da campanha de retificação, combatendo o burocratismo, buscou-se a descentralização. Houve um pronunciado recuo do controle do governo central, que caiu de 9.300 empresas para 1.200. Aumentaram de 10% para 50% os recursos orçamentários nacionais destinados a obras locais (POMAR, 2003, p. 93-94).

É importante ter em conta a realidade da estrutura produtiva na China nesse instante de decisão sobre o *Grande Salto*. Segundo Wladimir Pomar (2003, p. 90), a China, “(e)m 1957, já possuía indústrias de produção de aço, metal-ligas, aviões, automóveis, equipamentos de geração de eletricidade e de minas e máquinas pesadas e de precisão. Foram colocadas em operação cem grandes empresas industriais e tiveram início outras seiscentas grandes obras”. O primeiro plano quinquenal imprimiu um rápido ritmo de desenvolvimento e promoveu importantes realizações, estimulando o abandono e a troca de um segundo plano quinquenal, com metas que não eram tão altas. Por isso, a euforia e a ilusão atingiram toda a liderança do Estado-partido chinês no primeiro ano do *Grande Salto*, em 1958, sobretudo com a conquista de uma colheita recorde.

Portanto, é incorreta a imagem da China, àquela altura, como uma economia ainda extremamente atrasada, desprovida das mínimas bases industriais. Não era um salto a partir de quase nada. Não se tratou de mobilizar as grandes massas camponesas no esforço de industrialização, com descentralização produtiva e instalação disseminada de pequenas fábricas no campo, porque, simplesmente e tão-somente, não se contava com tecnologia. Não foi uma mera troca de incentivos materiais por estímulo moral porque, simplesmente e tão-somente, não se dispunha de tecnologia de modernas plantas industriais.

As comunas populares foram criadas pela unificação das cooperativas, no exíguo prazo de seis meses (BERNAL, 1987, p. 411). A comuna seria uma referência à Comuna de Paris e constituiria uma organização para articular ou combinar o Estado e a sociedade. A comuna deveria ser, também, entidade social e unidade contábil, simultaneamente. A integração de intelectuais e operários na atividade rural, sob disciplina quase militar, pretendia apagar a divisão do trabalho. Pretendeu-se, ainda, enfrentar a tradição milenar, arraigada, persistente, de absurdos preconceitos contra as mulheres na China. Criaram-se as creches,

refeitórios e lavanderias comunais, aliviando as tarefas domésticas das mulheres, integrando-as à produção.

A proposta do *Grande Salto* mostrou-se um erro, porque o esforço para se tentar alcançar metas muito ambiciosas, em prazos curtíssimos, terminou submetendo a economia a insuportáveis tensões e desequilíbrios, que poderiam ter sido evitados. Na crítica a esse momento econômico, aponta-se que a conclamação ideológica ao trabalho e os incentivos morais quase se aproximavam do trabalho forçado ou do produtivismo *stakhanovista* à revelia da ciência e da tecnologia.

No *Grande Salto*, difundiu-se a oferta de alguns serviços gratuitamente, sem a contrapartida do poder aquisitivo refletido em alguma soma monetária para pagamento de tais serviços, tentando-se restringir a necessidade do dinheiro e da operação mercantil. Na desorganização e no recuo da produção atuaram as forças espontâneas e dispersas das iniciativas exageradas, contraproducentes, desgastando recursos, com ingentes esforços de grandes massas de homens. Houve o caso, muito citado, dos altos-fornos de fundo de quintal que foram multiplicados pelas aldeias e resultaram em grandes perdas, porque o aço era de péssima qualidade. Os transportes e o abastecimento foram tumultuados, a economia ingressou em complicações crescentes, dificultou-se a sobrevivência em grandes cidades. Prejudicou-se a visão da importância dos projetos estratégicos de modernização das forças produtivas, de avanço tecnológico, de fortalecimento da estrutura de produção e do ritmo elevado e sustentado de crescimento econômico em uma trajetória de longo prazo. Subestimou-se a contribuição dos especialistas e o papel da formação científica.

Entretanto, o *Grande Salto* conseguiu algumas realizações notáveis em infraestrutura e obras de saneamento. A industrialização rural foi uma proposta engenhosa porque poderia beneficiar o estreitamento das diferenças entre as cidades e campo, em um país imenso, com mais de 80% de população camponesa⁴⁸. Duas décadas antes da proposta do *Grande Salto*, Mao (2003b, p. 63), em 1937, já declarava que a contradição entre a cidade e o campo, nas zonas libertadas então existentes, tinha um caráter diferente do que ocorria no

⁴⁸ Além dessa experiência chinesa, registra-se, no caso da Rússia, uma tentativa de lidar com a pequena indústria local. Assim, em 1921, nas condições econômicas extremamente precárias da Rússia, ao sair da guerra civil, o governo voltava-se para, com poucos recursos, desenvolver pequenas indústrias locais, inclusive artesanais, até mesmo em aldeias. Essa deveria ser a tarefa central do plano econômico, afirmava Lênin. O objetivo era reconstruir a economia, criando condições para o futuro restabelecimento da grande indústria, e melhorar as condições de vida da grande massa camponesa. (LÊNIN, 1980g, p. 510 e 513).

capitalismo. Nessas zonas, “esta contradição antagônica se transformou em não antagônica, e desaparecerá com a chegada da sociedade comunista”.

No balanço do *Grande Salto*, constata-se que no caso do descalabro da pequena siderurgia do aço que isso serviu para disseminar rudimentos da produção de aço, “verdadeiramente muita gente enfrentou os problemas práticos da metalurgia” (FAIRBANK, 1996, p. 44). Isso seria a base para algumas iniciativas, envolvendo famílias camponesas, na produção siderúrgica quando da introdução do Sistema de Responsabilidade Rural, com as reformas de Deng Xiaoping, no final dos anos 1970 (GRAY, 2006, p. 664). A aprendizagem e a iniciativa local, suscitadas pelas cinco pequenas indústrias rurais, permitiram a explosão produtiva no curso das reformas econômicas, como mostrou o desempenho das empresas de distritos e aldeias (*township and village enterprises – TVEs*) nas décadas de 1980 e 1990 (AMIN, 2001, p. 63-64)⁴⁹.

Acusa-se a estratégia do *Grande Salto* de aventureirismo, ao tentar forçar a substituição do princípio socialista “a cada um segundo o seu trabalho” pelo princípio comunista “a cada um segundo sua necessidade”, sobretudo através das comunas populares. Samir Amin (2001, p. 61) avalia que o débil desenvolvimento das forças produtivas na agricultura chinesa não permitia que a coletivização fosse tão longe como ocorreu nas comunas e brigadas. A organização do trabalho deveria corresponder mais às possibilidades reais de produção. Amin, todavia, justifica as formas de organização e gestão adotadas na produção rural “pela aprendizagem da administração e dos valores do socialismo (a igualdade) e pela criação das condições de uma desconcentração da indústria”.

As pequenas empresas nas áreas rurais contribuiriam, como depois se concretizou na Revolução Cultural, para a ocupação das grandes massas camponesas, com atividades produtivas acessíveis, viáveis e caracterizadas pelos requerimentos de baixa tecnologia e de pouco capital. Para Gray (2006), os casos das irrigações em pequena escala, apesar de alguns fracassos, registraram êxitos pelo seu baixo custo, ausência de agressão ao meio ambiente e por evitar os deslocamentos de massas da população local.

Basta atravessar um túnel de uns quatrocentos metros de pedra trabalhada a mão sob a superfície de um novo campo – como uma forma de drenar a água sem causar a erosão da terra – para calibrar a impressionante aplicação de força muscular que significou o Grande Salto à Frente. (FAIRBANK, 1996, p. 445).

⁴⁹ Ver capítulo IV desta tese.

Sem recursos externos e contando com limitada ajuda material soviética, a industrialização na China teve que se financiar com a extração do trabalho excedente, principalmente, na agricultura. Jack Gray, porém, defende um outro ponto de vista. Ele busca demonstrar que a concepção da estratégia econômica de Mao, que orientou a formulação do *Grande Salto*, tinha as massas trabalhadoras como origem e destino do crescimento econômico. Por isso, as massas camponesas deveriam ser os beneficiários, além dos produtores, dos resultados na agricultura. A estratégia de Mao seria consistente, porque os excedentes reinvestidos na própria agricultura resultariam em elevação da renda dos camponeses e demanda para os bens da indústria. Esse raciocínio já teria sido apoiado em outra época, no passado, no debate dos anos 1920, na União Soviética, por Bukharin, em defesa dos camponeses e contra a proposta de Preobrazhenky, nos termos da acumulação primitiva socialista (ver capítulo I)⁵⁰.

Avalia-se, também, o *Grande Salto* como um exemplo do voluntarismo desastroso que caracterizou a construção do socialismo real nas mais diversas experiências, em diversos lugares (MILIBAND, 2001, p. 102). Tanto na União Soviética quanto na China, prevaleceu a subestimação da complexidade da organização, administração e prazo da construção do socialismo. Assim, o *Grande Salto* teria se aproximado de uma tendência milenarista, salvacionista, conforme os esquemáticos planos de reconstrução social e seus resultados de altos custos humanos e materiais. Os sofrimentos infligidos às massas chinesas, em razão dos erros de algumas estratégias econômicas, contribuíram para negar o socialismo, no período maoísta, na China.

A marca voluntarista poderia ser, porém, justificada pela necessidade de Mao convencer as grandes massas camponesas de que elas podiam vencer suas tradicionais dificuldades materiais através de seus próprios esforços, conforme tenta explicar Jack Gray (2006). Nas circunstâncias da pobreza chinesa, o dirigente teria que, inescapavelmente, assumir seu papel de contribuir para mudar a mentalidade tradicional camponesa, no que diz respeito à produção, à economia. Mao, supostamente, não tinha escapatória, a não ser apelar para que as massas tivessem fé, confiança, na sua própria capacidade de transformar a vida

⁵⁰ Jack Gray (2006, p. 668), um tanto ecleticamente, recorre, também, ao modelo de Ragnar Nurske, do início dos anos 1950: “Ele [Nurske] criou um novo paradigma de desenvolvimento. Ele argumenta que o excedente do trabalho de muitos dos países agrários deveria ser tomado como um recurso em vez de um problema, sendo usado para aumentar a produção, diversificar colheitas, melhorar a infra-estrutura agrícola e criar indústrias de aldeia, trabalho-intensivas e de baixa tecnologia”. Gray acrescenta a referência à idéia do desequilíbrio como forma do desenvolvimento, para Mao. Nesse caso, ele faz menção às idéias semelhantes de Albert Hirschman. Ele ainda recorda Gunnar Myrdal para se referir à busca de mudança de mentalidade dos próprios camponeses por si próprios para sair da pobreza.

econômica da China. As pessoas simples do povo precisavam se transformar, na economia, em empreendedores coletivos. Precisavam aprender a formular previsões e tomar decisões, ter determinação e correr “risco”, adquirir a experiência administrativa, contar com suas próprias forças, sem, ao mesmo tempo, perder de vista valores da solidariedade e do repúdio à exploração do trabalho. Gray ainda recorda que a história está repleta de exemplos de realizações humanas grandiosas, a partir da transformação da vontade das massas em força material.

A despeito de todas as ressalvas positivas que possam ser feitas, o *Grande Salto à Frente* deve ser avaliado, do ponto de vista de conjunto, como uma estratégia econômica fracassada. Houve um caos organizativo, um colapso do sistema de transportes para os cereais e para o fornecimento dos insumos e matérias-primas, problemas de abastecimento. Além disso, a partir de 1959, durante o restante do *Grande Salto* houve grandes calamidades naturais, com sérios problemas climáticos, prejudicando gravemente a agricultura. Do imenso sucesso da colheita em 1958, com elevado consumo e exportação de grãos, a China deslocou-se para substancial queda das expectativas e dificuldades crescentes da produção, a partir de 1959. Em julho desse mesmo ano, Mao foi criticado e assumiu a responsabilidade principal pela estratégia econômica, renunciou à presidência da República, provocou a demissão de seu principal crítico – o ministro da defesa Peng Dehuai - e o Comitê Central redefiniu as tarefas do *Grande Salto*. Em agosto de 1960, a União Soviética retirou os seus técnicos da China, colocando em grandes dificuldades alguns projetos estratégicos de industrialização em curso, além da assessoria na gestão econômica geral, piorando o desempenho do *Grande Salto*.

O episódio da grande fome em 1960-1 é objeto de controvérsia, embora a tendência seja no sentido do seu reconhecimento. A maioria dos analistas, além do insistente coro conservador mundial, denuncia a fome, como, talvez, a maior do século XX. Especula-se sobre a provável redução da população esperada da China, em cerca de 40 milhões, em 1961, (HOBSBAWN, 1995, p. 452). Cada analista apresenta um número para as mortes na assim chamada grande fome⁵¹. Para Fairbank (1996, p. 441), teriam sido de vinte a trinta milhões. Para muitos, a fome teria sido provocada pelas decisões voluntaristas de Mao. Contudo, para alguns outros observadores, a história foi diferente.

⁵¹ Gregory Chow (2006), um forte crítico da economia no período Mao e defensor da suposta eficiência da economia capitalista, apresenta, para reforçar sua crítica ao *Grande Salto*, o argumento da grande fome, recorrendo aos dados do anuário estatístico da China de 1990, p. 90 (estatísticas contestadas por William Hinton): as taxas de mortalidade entre 1958 e 1962 eram de 11,98; 14,59; 25,43; 14,24 e 10,01 por mil pessoas, respectivamente, enquanto as taxas de nascimento foram de 29,22; 24,78; 20,86; 18,02 e 37,01 por mil, nos anos respectivos.

William Hinton (2004, p.1) denuncia que a notícia dessa grande fome só apareceu em censos de vinte anos depois, com manipulação de dados, para forçar uma interpretação totalmente negativa do *Grande Salto* e, por extensão, do período maoísta. Teria havido erros nas políticas, péssimas colheitas e fome, mas não teria havido essa grande fome como se propagandeia. Samir Amin (2001), corroborando as conclusões de Hinton, considera essa propalada maior fome da história humana, em 1960 e 1961, com dezenas de milhões de mortes, como um invento da mídia ocidental, já que não existiria nenhuma prova ou dado demográfico, verdadeiros, irrefutáveis, sobre esse acontecimento. Observando um período mais longo, a veracidade da grande fome poderia ser questionada pelo dado do crescimento da população de 540 milhões, em 1949 (ano da Revolução Chinesa, em outubro) para 950 milhões, em 1976 (ano da morte de Mao), com a evidente correspondência de aumento necessário da produção para alimentar e prover suficientemente as condições básicas de vida dessas grandes massas populacionais.

2.4.7 Revolução Cultural: Esquerdismo *versus* Caminho Capitalista?

Inicialmente, cabe aqui fazer um paralelo entre as apreciações leninianas e maoístas acerca do problema da revolução cultural no âmbito da construção do socialismo. Lênin e Mao estão juntos na compreensão da necessidade do desenvolvimento cultural como uma dos pilares da edificação socialista. Apesar dos contextos políticos diferentes nas revoluções soviética e chinesa, os dois líderes não perdiam de vista as relações entre o grande peso da massa camponesa (nos dois países) e os problemas culturais no curso do socialismo. Assim, para Lênin:

Se tivéssemos uma cooperativização completa, já estaríamos com ambos os pés em terreno socialista. Mas esta condição da cooperativização completa implica um tal grau de cultura do campesinato (precisamente do campesinato, como uma massa enorme), que essa cooperativização completa é impossível sem toda uma revolução cultural. (...) Mas esta revolução cultural apresenta incríveis dificuldades para nós, tanto no aspecto puramente cultural (pois somos analfabetos) como no aspecto material (pois para sermos cultos é necessário um certo desenvolvimento dos meios materiais de produção, é necessária uma certa base material). (LÊNIN, 1980r, p. 662).

No entanto, esses dois revolucionários estavam separados na concepção do desenvolvimento cultural. Lênin admirava a ilustração, a civilização, a cultura, o progresso técnico do Ocidente, em contraste com o atraso russo. Mao se aferrava a um objeto contraditório: a velha civilização imperial chinesa, autóctone, nacional, de um lado, e a nova

prática das massas na construção socialista, de outro. Mao repudiava os preconceitos e crenças das classes dominantes na história chinesa. Ao mesmo tempo, ele reconhecia o socialismo marxista surgiu como um projeto universalista. Diante dessa complexidade, o líder chinês repudiava a imitação ou inspiração do Ocidente como decadência burguesa, favorecendo e abrindo espaço, contraditoriamente, para posições regressivas perante os avanços da humanidade nos terrenos da cultura e da ciência.

E a questão do Estado? Mao tentou opor a Revolução Cultural ao Estado, ou tentou alguma separação entre coisa e outra, ou tentou minimizar o papel do Estado em face da iniciativa das massas rebeladas. Em vez da lenta e processual extinção do Estado, sobretudo como instância política, como dizia Engels, era preciso domesticar a instituição estatal. Todavia, no caso de Lênin, tratava-se de conquistar um novo tipo de Estado, que desempenharia um papel central, escapando à burocratização, apoiando-se nas massas emancipadas culturalmente. Assim, as transformações na natureza e funcionamento do Estado dependiam, entre outros aspectos, do progresso da cultura. Por isso mesmo, Lênin, em seus últimos escritos, voltou-se insistentemente para a questão da cultura. Seria necessária uma revolução cultural tanto para persuadir a grande massa de camponeses acerca das vantagens das cooperativas, quanto para renovar o aparelho de Estado. A ligação entre cultura e Estado era assim pensada por Lênin (1980t):

O nosso aparelho de Estado encontra-se num estado tão lamentável, para não dizer abominável, que devemos primeiro refletir profundamente sobre as formas de lutar contra os seus defeitos, recordando que as raízes destes defeitos se encontram no passado, o qual, embora derrubado, não foi superado, não passou a ser um estágio de cultura pertencente ao passado remoto. É precisamente a questão da cultura que coloco aqui, porque nestas coisas só se deve considerar como alcançado aquilo que entrou na cultura, no modo de vida, nos costumes. (p.670-671).

Para renovar o nosso aparelho de Estado devemos a todo custo colocar-nos a tarefa de: primeiro, estudar, segundo estudar e terceiro estudar. Numa palavra, não temos que apresentar as exigências que apresenta a Europa Ocidental burguesa, mas aquelas que é digno e conveniente apresentar a um país que coloca como sua a tarefa de desenvolver-se para se tornar um país socialista. [...] A nós também nos falta civilização para passar diretamente ao socialismo, embora tenhamos para isso as premissas políticas. (p. 680).

Feita essa rápida comparação entre as idéias de Lênin e Mao, volta-se para a experiência chinesa propriamente dita. Apesar do título *Grande Revolução Cultural Proletária (GRCP)*, contesta-se que esse processo tenha natureza especificamente cultural, afirmando-se mais como uma imensa luta política. A Revolução Cultural era apresentada como um processo necessário da luta de classes para cortar o passo dos seguidores da via

capitalista no interior do Estado-Partido, aprofundando a transformação política e ideológica, com a liberação da força criativa das próprias massas, e avançando na construção do socialismo. “A rebelião é justa!”, enfatizava Mao. As massas deveriam se rebelar para disputar o controle do poder do Estado, a fim da China perseverar no socialismo, prevenindo-se em relação ao caminho capitalista da burocracia partidária e estatal.

Hoje, na China e no mundo, prevalece uma visão acerbamente crítica sobre a Revolução Cultural. Propaga-se hoje a avaliação de que a Revolução Cultural foi uma deliberação personalista do presidente Mao, como um estratagema político, para, apoiando-se no Exército e mobilizando as massas, combater seus opositores no interior do Partido e do Estado. Porém, no período em que transcorreu a Revolução Cultural chinesa, muitas avaliações eram positivas. Ela repercutiu em todo o mundo, suscitando adesões ou divergências. Foi largamente apoiada e inspirou experiências políticas de setores da juventude e muitas organizações, por toda parte, nos anos 1960. Era preciso “ousar lutar, ousar vencer”, sabendo que “o pequeno pode desafiar e derrotar o grande”. No início dos anos 1970, o economista marxista Charles Bettelheim (1979a, p. 7-8) declarou seu empenho em elaborar conclusões teóricas a partir do que **ele viu** e qualificou como transformações de “excepcional importância” na gestão e na divisão do trabalho, em fábricas chinesas, nos marcos da Revolução Cultural⁵².

Bettelheim fez questão de esclarecer preliminarmente que o grande alcance dessas transformações decorreu, em primeiro lugar, da “derrota da linha política burguesa”, liderada pelo presidente da República, Liu Shaoqi. Então, segundo esse raciocínio, havia um problema de fundo: a ameaça de adoção do caminho capitalista na China. Havia, por conseguinte, um alvo, a fonte de onde se originava essa ameaça: a política proposta por uma fração dirigente do Estado. No entanto, Bettelheim (1979a, p. 8, nota n. 3) definia precisamente essa denominada e fundamental linha política burguesa como

[...] uma linha que se opõe objetivamente às transformações possíveis que permitiriam reduzir o lugar ocupado pelos elementos capitalistas ou burgueses na base econômica ou na superestrutura. Quando predomina a ação de uma tal linha, presencia-se à consolidação (que poderia ser evitada) das formas capitalistas da divisão do trabalho e da gestão de empresas, assim como de posições da burguesia. Esta última é constituída não apenas pelos antigos capitalistas, proprietários de terra etc., mas

⁵² Bettelheim estudou, longa e profundamente, a União Soviética, desaprovando-a, e isso, em contraponto, serviu de referencial para seus estudos e sua solidariedade aos acontecimentos na China, a exemplo da Revolução Cultural. Ele conhecia diretamente a China, onde fez investigações. No caso das observações aqui registradas, considere-se que a interpretação de Bettelheim, além das informações de viagens anteriores, baseia-se em suas observações na China no ano de 1971, apesar, a essa altura, do fato de que a Revolução Cultural já se encontrava em refluxo, de certa forma.

também por quadros, técnicos e administradores, que tiram partido de suas funções para fazer escapar do controle dos trabalhadores o uso dos meios de produção e de investimentos.

Então, seguindo esse autor, se se tratava dessa ameaça de reversão capitalista, justificava-se a Revolução Cultural, e, antes dela, o *Grande Salto*. Conforme essa interpretação, era legítimo resistir ao assédio burguês. Cabia aprofundar as transformações e passar ao que se julgava ser uma ofensiva socialista, instaurando comunas populares, promovendo a industrialização rural, transformando costumes e disseminando a nova moral proletária.

A Revolução Cultural Proletária representa uma luta ideológica e política cujos efeitos se inscrevem na base econômica e na superestrutura, destruindo as antigas relações sociais e fazendo com que surjam novas. (BETTELHEIM, 1979a, p. 9).

Bettelheim comparou o significado da Revolução Cultural à “importância histórica mundial” vista por Marx na Comuna de Paris. A Revolução Cultural seria uma forma essencial da luta de classes no caminho do socialismo. Além da mistura de muitos efeitos perversos e inovações positivas, essa revolução estava carregada de boas intenções embrulhadas em ilusões imediatistas, conforme atestaram os seguintes três pontos da argumentação do seu defensor Bettelheim (1979):

PRIMEIRO PONTO: GESTÃO OPERÁRIA

Como os trabalhadores participam das decisões na empresa? Na Revolução Cultural, foram criadas, em algumas fábricas determinadas estruturas para viabilizar a participação e o controle das massas sobre as atividades da empresa. O objetivo era criar novas relações de gestão. Os *Grupos de Gestão Operária* eram responsáveis por tarefas de orientação e controle. Os *Comitês Revolucionários* incumbiam-se de problemas da gestão propriamente dita. Os *Guardas Vermelhos*, sem estrutura coletiva e com participação individual, ocupavam-se da revolucionarização ideológica, controlando os Grupos de Gestão e os Comitês Revolucionários. Além de tratar de tarefas políticas e ideológicas, examinar questões financeiras e técnicas, essas organizações de massas deveriam atuar para reduzir o tamanho do aparelho meramente administrativo; resolver imediata e diretamente, na própria unidade, os problemas surgidos no curso da ação produtiva; suprimir os *regulamentos irracionais* (formas de organização do trabalho, disciplina e gestão prejudiciais à autonomia e colaboração dos trabalhadores).

No entanto, de um ponto de vista mais geral, cabe ressaltar criticamente que os *Grupos de Gestão*, os *Comitês Revolucionários* e os *Guardas Vermelhos* só poderiam continuar existindo (e atuando sobre a organização do processo de trabalho, à revelia do Estado) como resultado de ininterrupta e intensa mobilização das massas. Isso, obviamente, não seria possível eternamente. Não é viável sustentar as massas em permanente estado de tensão, com ações arrojadas de abnegação e heroísmo, sempre, em todos os instantes das vidas das pessoas. O próprio Mao reconheceu isso ao falar em revoluções culturais cíclicas.

SEGUNDO PONTO: PROPRIEDADE SOCIAL E DESCENTRALIZAÇÃO

(a) As empresas eram de propriedade do Estado ou de um coletivo de trabalhadores. A gestão das grandes (e médias) empresas cabia ao Estado (governo central, provincial ou municipal); das pequenas (e médias) empresas urbanas (de propriedade coletiva) cabia a uma organização de bairro ou rua e ao seu Comitê Revolucionário; das pequenas empresas industriais (de propriedade coletiva) na área rural cabia às comunas populares e brigadas de produção. As empresas estatais eram responsáveis por 96% da produção industrial, enquanto as pequenas e médias empresas coletivas forneciam 4% (BETTELHEIM, 1979b, p. 60). A Revolução Cultural teria dado um novo impulso a essa descentralização do plano e da gestão das empresas, em um movimento iniciado em 1957. Em Shangai, nesse mesmo ano, as empresas dirigidas pelo governo central produziam 46% da produção industrial, mas em 1970 esse valor da produção caiu para somente 6,8%, enquanto 93% da produção já se encontravam em empresas de gestão local (BETTELHEIM, 1979b, p.61).

(b) O *rápido ritmo de crescimento econômico* na China tinha muito a ver com a política de descentralização econômica. O esforço chinês buscou preservar a coordenação política do plano e, ao mesmo tempo, ampliar as iniciativas locais e provinciais. Isso poderia resultar em melhor incorporação das informações da vida econômica local e abertura para maior democratização, no que dizia respeito à participação dos trabalhadores nas decisões durante o processo de elaboração do plano. “(E)stimulando as inovações”, haveria a gestão local e a integração das produções em cada província. Além das metas, o plano trataria das medidas de

“revolucionarização técnica, a fim de economizar as matérias-primas, melhorar os equipamentos, aumentar a produtividade e melhorar a qualidade” (BETTELHEIM, 1979b, p. 74).

(c) Na China, os trabalhadores nas empresas estavam assumindo o poder, em contraste radical com o tipo de autonomia dos executivos de empresa na reforma, naquele momento, na União Soviética. A flexibilização do plano econômico soviético servia à desregulação dos preços e maior importância do lucro, enquanto os chineses sustentavam os preços planejados e a estabilidade monetária, conforme os custos efetivos. Na China, os preços, sob planificação e estabilidade, permitiam comparações dos resultados de cada empresa em cada período. As conclusões advindas do cálculo monetário em cada unidade de produção, segundo as informações dos preços, influenciavam secundariamente as decisões sobre o que e como (técnica e matérias-primas) produzir na empresa, e, ademais, se subordinavam às principais decisões e objetivos globais do plano. A política de comercialização estabelecia a ausência de lucros e concedia subsídios eventuais nos artigos de primeira necessidade (alimentos); atribuía preço de custo para os medicamentos; fixava preços baratos com margem de lucro em outros bens de primeira necessidade; mantinha a precificação histórica no caso dos bens que não são de primeira necessidade, destinando, para o fundo de acumulação social, os ganhos advindo da redução dos custos de produção.

TERCEIRO PONTO: NOVAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

(a) Se o socialismo, como transição, pode ser compreendido como mudança nas relações de produção, o que foi feito, neste sentido, na construção socialista na China? As transformações nas relações de produção teriam experimentado maior desenvolvimento durante o *Grande Salto* e, sobretudo, com a Revolução Cultural. Mao Zedong teria sistematizado os princípios da gestão socialista na Carta de Anchan, em 22 de março de 1960, enfatizando os objetivos políticos da construção do socialismo, a saber: as duas participações – dos operários na gestão e dos quadros (dirigentes) no trabalho manual e diretamente produtivo -, a tripla união dos quadros, técnicos e operários (1979a, p. 22-3; 94-5; 102). Alguns eixos da gestão soviética eram defendidos pela chamada linha revisionista chinesa, liderada pelo presidente Liu

Shaoqi. São eles: a estreita prioridade da produção, o poder decisório autônomo do diretor da fábrica, o excessivo peso e os privilégios dos especialistas na gestão, a ênfase nos estímulos monetários, os lucros no posto de comando.

(b) A divisão entre as tarefas de direção e tarefas de execução estava sendo reduzida através da substituição da gestão da minoria pela gestão da maioria. Essa gestão pelas massas se materializava pelo controle e direção das empresas pelos Comitês Revolucionários. Estes comitês eram eleitos pelas massas diretamente e integravam o poder do Estado, em sentido amplo, nos âmbitos da província, dos distritos e das municipalidades. A suposta luta das massas trabalhadoras pelo domínio coletivo das ciências e da técnica e a liberação das inovações, a partir das contribuições diretas dos operários, levaram Bettelheim (1979b, p. 109) à seguinte conclusão exagerada: “Presencia-se um acontecimento que tem uma importância histórica, acontecimento esse que constitui provavelmente – se esse termo tem algum sentido – a verdadeira revolução científica e técnica de nossa época”. Contudo, esse avanço científico e técnico dificilmente seria efetivo já que, entre outros fatores, na Revolução Cultural, as universidades sofreram uma grande redução na sua atividade, como critica HOBBSAWN (1995, p. 291). Ainda para Bettelheim, na China, havia o desenvolvimento *socialista* das forças produtivas, colocando em segundo plano a necessidade da acumulação prévia de capital. Ele explicava que o *rápido crescimento da produção* estaria se apoiando, sobretudo, na força transformadora das massas diretamente no processo de trabalho.

(c) As pequenas e médias empresas estavam se multiplicando e se desenvolvendo com autonomia, com suas próprias forças. A oposição entre a cidade e o campo estava sendo combatida pelas milhares de pequenas e médias empresas do desenvolvimento industrial rural. Essa produção industrial elementar consistia em geração de eletricidade, fundições e aço, materiais de construção, metais diversos, fios metálicos, instrumentos agrícolas, adubos, têxteis, alguns produtos químicos e farmacêuticos etc. (BETTELHEIM, 1979b, p.115) A revolucionarização das relações de produção foi impulsionada pela Revolução Cultural, porque as massas puderam avançar na apropriação da ideologia proletária. Essa ideologia do primado dos interesses coletivos estaria, na China, favorecendo a apropriação dos meios de produção de modo real, gradualmente, pelas massas. A Revolução Cultural teria sido

uma etapa da luta de classes, sem precedentes, mas seriam necessárias várias revoluções culturais. Isso seria preciso para que as massas trabalhadoras pudessem apreender o processo social de produção, em seu conjunto, como um processo único, e como um processo que é uma obra sua, dos produtores imediatos. Assim, a longo prazo, as sobrevivências ideológicas burguesas deixariam de subsistir, abolindo as relações de privilégio e exploração, cessando a divisão de classes, edificando o socialismo.

Como se constatou acima, Bettelheim enxergou, no período maoísta, a tentativa revolucionária dos trabalhadores de construir o socialismo por si próprios. Mas o economista francês não estava só em sua avaliação otimista. Até mesmo recentemente, em 2004, o estudioso da China Jack Gray (2006, p. 666) ressaltou que alguns mesmos aspectos da concepção de Mao para a estratégia econômica do *Grande Salto* foram retomados, a partir de 1970, com muito sucesso⁵³. Gray teria visitado fábricas que começaram em 1970 ou 1971 ou que tinham sido criadas em 1958 e “sobreviveram ao ataque de Liu Shaoqi”. Todavia, de qualquer forma, Bettelheim subestimou a abrangência dos erros políticos, marcados por voluntarismo e sectarismo, e superestimou os efeitos das ações das massas na Revolução Cultural, para especificamente consolidar o socialismo na China.

Há, hoje, a condenação da Grande Revolução Cultural como simplesmente um “bizarro cataclismo”, “loucura política”, conforme o julgamento de Hobsbawn (1995, p. 437). Entretanto, nas décadas de 1960 e 1970, a intelectualidade de esquerda no Ocidente animou-se com a Revolução Cultural. As Panteras Negras, um movimento anti-racista nos Estados Unidos, com muita repercussão internacional, divulgou entusiasticamente o *Livro Vermelho* com as citações do presidente Mao.

Guo Jian (1999) lembra o posicionamento de importantes intelectuais à época. Assim, por exemplo, Jean-Paul Sartre apoiou Mao e divulgou, no jornal *Les Temps Modernes*, a Revolução Cultural como inspiração do movimento de maio de 1968 dos jovens franceses. Para Michel Foucault, as massas, com sua autonomia, tinham engendrado um aparato estatal revolucionário exemplar. Jüergen Habermas enxergou a China como o único país onde ainda

⁵³ “Jack [Gray] foi um dos mais importantes nomes da Inglaterra nos estudos da China contemporânea ...”, observa o editor da revista *The China Quarterly* (GRAY, 2006, p. 659).

havia interesse em uma identidade coletiva, experimentando um processo de formação de valores e normas, socialmente. Louis Althusser criticou o economicismo soviético, propondo o modelo da sobredeterminação (importância conjunta de múltiplas estruturas – culturais, políticas, ideológicas e econômicas), e, repetindo Mao, afirmava que o avanço ou regressão de um país socialista dependia, principalmente, da ideologia e da luta de classes.

Em 2004, Jack Gray (2006) afirmou, sobre a experiência maoísta, que, em vez de condenar, seria preciso elogiar e encorajar a criação de pré-condições da democracia. Essa busca da democracia seria atestada pelas críticas de Mao a Stálin e da tentativa de um tipo de democracia participativa no *Grande Salto* e na Revolução Cultural, em que a população assumiria a geração e os benefícios do crescimento econômico. Para Gray, quem escreve sobre a China atualmente não enxerga que as comunas populares e as brigadas de produção falharam no *Grande Salto*, mas foram um exercício de constituição das massas como força econômica dirigente. Tratou-se, assim, de uma experiência ditada pela iniciativa das massas, com as decisões tomadas democraticamente, pela base, em 500 mil aldeias, além da realização de obras importantes.

Contudo, há que se reconhecer que, no curso da Revolução Cultural, Mao, muitas vezes, não soube compreender as peculiaridades das distintas etapas, os necessários processos intermediários, a trajetória de longo prazo na construção econômica e no desafio ideológico do socialismo. Todos esses aspectos eram fundamentais nas difíceis condições de um país imenso e complexo como a China, imerso em uma conjuntura política de atritos internacionais e de isolamento global. As ponderações, ressalvas, críticas, divergências foram, muitas vezes, ignoradas ou tomadas como indicação de políticas do caminho capitalista.

É possível que Mao estivesse certo, do ponto de vista geral, sobre a natureza das divergências com outros líderes chineses. É possível que políticas e estratégias de importantes dirigentes, como Liu Shaoqi, contivessem traços, objetivamente, revestidos de economicismo e burocratismo, prejudicando as transformações políticas e ideológicas favoráveis à nova sociedade. Esses dirigentes poderiam, talvez, expressar uma subestimação das ameaças de restauração do capitalismo. Eles poderiam tender a exagerar o poder dos quadros do partido e do Estado. Poderiam conciliar com privilégios destes quadros, em prejuízo do papel das massas como sujeito da revolução. Para problemas complexos (desenvolvimento econômico e igualdade sócio-econômica) que demandavam processos políticos e participação das massas, eles poderiam ter apresentado propostas baseadas em procedimentos administrativos e legais.

Na análise de William Hinton (2004, p. 54), a contradição entre o povo chinês, de um lado, e os latifundiários, burguesia *compradora* e o imperialismo, de outro, foram resolvidas pela revolução de 1949. Mas novas contradições sociais e políticas emergiram para o primeiro plano, com a demarcação de pontos de vista do proletariado e da burguesia. Nos anos 1930 e 1940, Mao, dirigindo as áreas libertadas, entendia que a revolução burguesa e o capitalismo não eram soluções viáveis ou convenientes para a grave situação da China. Só o socialismo salvaria a China.

Nesse mesmo período, Liu Shaoqi, com uma tática defensiva, dirigia o partido nas áreas submetidas ao governo do Guomindang. A partir de 1949, no novo Estado, em razão das novas contradições principais na China, desenvolveu-se um processo político em que se constituíram dois quartéis gerais de duas classes, o proletariado e a burguesia. Mao era o líder do campo socialista. Liu beneficiava-se de sua atuação política no passado, contando com o apoio da burguesia de Shangai e quadros da Liga da Juventude desta cidade, para, no interior do partido e do Estado, defender o caminho capitalista⁵⁴.

Apesar da importância da análise e do próprio testemunho de William Hinton, com sua longa vivência na China e acompanhamento direto dos acontecimentos chineses, é preciso lembrar que, para o próprio Mao, o seu ‘sucessor’ seria Liu, que era o presidente da República, até a sua queda e de sua equipe na Revolução Cultural⁵⁵. É preciso reconhecer que, nas circunstâncias dos anos 1950 e 1960, foi um exagero, uma grave inconsistência maoísta, a caracterização das posições lideradas por Liu Shaoqi como o quartel-general da burguesia.

⁵⁴ “Nos partidos comunistas, denomina-se ‘linha política burguesa’ uma linha que se opõe objetivamente às transformações possíveis que permitiriam reduzir o lugar ocupado pelos elementos capitalistas ou burgueses na base econômica ou na superestrutura. Quando predomina a ação de tal linha, presencia-se à consolidação (que poderia ser evitada) das formas capitalistas da divisão do trabalho e gestão de empresas, assim como de posições da burguesia. Esta última é constituída não apenas pelos antigos capitalistas, proprietários de terra etc, mas também por quadros técnicos e administradores, que tiram partido de suas funções para fazer escapar do controle dos trabalhadores o uso dos meios de produção e de investimentos”. (BETTELHEIM, 1979a, p. 8, nota nº 3).

⁵⁵ Liu Shaoqi manteve-se como o número dois na hierarquia do PCCh até 1966, quando foi rebaixado para o oitavo lugar. O novo escolhido para ser o sucessor de Mao foi o general Lin Biao, originário da Longa Marcha, competente comandante de campo na guerra contra o Japão e o Guomindang, ministro da Defesa e um dos principais líderes da Revolução Cultural. Lin tinha gloriosos serviços prestados: no início da última guerra civil, o ataque nacionalista resultou na tomada das sedes do PCCh em Yenan e Kalgan e controle de todas principais cidades e ferrovias, mas a partir da batalha do nordeste, comandada por Lin Biao, os comunistas passaram ao contra-ataque. Para complicar as análises que caracterizam a luta interna no PCCh como disputa entre burgueses e proletários, revolucionários e traidores, marxistas e revisionistas pró-soviéticos, houve a campanha, depois da obscura morte de Biao (morto com a família em fuga, quando o seu avião foi, supostamente, abatido na Mongólia, durante a fuga para a União Soviética), contra as idéias de extrema-esquerda de Lin Biao e as idéias feudais de Confúndiu (tudo numa mesma campanha). Com o esvaziamento da radicalização política da Revolução Cultural, com a volta ao poder dos velhos quadros polarizados pelo moderado e intocado primeiro-ministro Zhu Enlai, o grupo do general Lin Biao teria, no desespero, tentado um golpe para assassinar o presidente Mao, e empalmar o poder. Em benefício da complexidade dos acontecimentos chineses, ressalve-se, ainda, que Biao, um dos críticos mais intransigentes do chamado revisionismo soviético, teria tentado fugir exatamente para Moscou. Quanto a Liu Shaoqi, o novo período da China, sob o comando de Deng Xiaoping, trouxe a sua (de Liu) reabilitação póstuma no PCCh e a publicação de seus escritos e discursos, considerando-o como mais uma vítima do agora propalado desvario de extrema-esquerda de Mao.

Importantes divergências entre Mao e outros dirigentes chineses marcaram as opções econômicas, em diversos momentos, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1950, em paralelo ao decréscimo da influência soviética nas principais decisões do Estado chinês. Houve vários episódios de grandes divergências. Por exemplo: 1) a proposta de Mao de coletivização da agricultura foi contestada, sob o argumento de que era preciso primeiro avançar e consolidar a industrialização; argumentava-se que o campo não poderia avançar sem os instrumentos e equipamentos produzidos pela indústria; 2) ao final do primeiro plano quinquenal, houve receios sobre as possibilidades reais da economia e uma tentativa de projetar uma evolução com menor ritmo de crescimento.

Há divergências importantes, que decidem o rumo e a natureza da evolução econômico-social, mas são divergências naturais, a não ser que se suponha um processo ideal de direção do Estado, sem margem para a dúvida, sem debate, sem dificuldades de informações e conhecimentos, sem opiniões diferentes, sem erros e acertos. Divergências no núcleo dirigente deveriam ser esperadas, naturalmente, no Estado chinês, como em outras experiências políticas. Essas discordâncias poderiam ser ignoradas, ocultadas ou manifestadas; poderiam significar desacordos pontuais, localizados, superficiais ou dissenso de maior profundidade. No caso chinês, as discrepâncias se acentuaram e se cristalizaram no momento da avaliação do *Grande Salto*, a partir do início da década de 1960, no seio do Estado-Partido.

É difícil dizer, hoje, se as propostas de políticas e estratégias econômicas rejeitadas pelo partido, sob a influência decisiva de Mao, eram alternativas reais no contexto em que se desenrolava o curso da revolução chinesa. Naquele contexto, talvez, para Mao, para a maioria dos quadros e para a expectativa das massas, as alternativas fossem caminhos que não levariam ao objetivo de levar o projeto de socialismo avante. Houve episódios de contenção aberta do processo revolucionário, como a dissolução, de um só golpe, de 30 mil cooperativas agrícolas de aldeias, pela fração dirigida por Liu Shaoqi. Para tumultuar e fazer fracassar o processo político em curso, agia-se, às vezes, diferentemente, promovendo-se exacerbação esquerdista em lugar da contenção direitista. Por exemplo, na campanha antidireitista, havia os intelectuais favoráveis ao socialismo e aqueles outros defensores do capitalismo, sendo que Mao mencionou a existência de 4 mil intelectuais direitistas, mas para Deng Xiaoping havia 500 mil (HINTON, 2004, p. 56). Entretanto, após a morte de Mao, tempos depois, Deng afirmava: “Desde que em 1958 se submeteu à crítica a luta contra o

avanço temerário e se levou a cabo, em 1959, a luta contra o ‘desvio de direita’, a vida democrática interna do Partido e do Estado se foi tornando irregular” (OFICINA..., 1994, p. 749).

A capacidade política extraordinária de Mao é reconhecida, mas ele não conseguiu evitar certa cristalização perigosa das posições divergentes. Em vez do tratamento político das divergências, surgiu a luta aberta entre os chamados dois quartéis gerais na vida chinesa. Os confrontos políticos criaram grave instabilidade e perversas conseqüências na vida do país. Diante das inevitáveis dificuldades, obstáculos e divergências, era fácil apontar o opositor, em determinadas circunstâncias, como seguidor da via capitalista. Os fracassos poderiam ser imputados a algumas pessoas. Essas pessoas poderiam ser acusadas de traição, revisionismo burguês etc. Embora Mao proclamasse que as concepções ideológicas equivocadas das pessoas deveriam ser combatidas, sem atacar as pessoas em si, o que ocorria, muitas vezes, era diferente. Tinham pouca valia prática a condenação de Mao ao método de tratar as divergências com “luta impiedosa e golpes implacáveis” e os slogans maoístas “tirar lições dos erros passados para evitá-los no futuro” e “tratar a doença para salvar o paciente”. Na prática, tratava-se de personalizar impasses e problemas complexos engendrados por determinações históricas. Encontra-se um culpado, um bode expiatório, iludindo-se, imaginando-se que essa é a forma de enfrentar os problemas da construção do socialismo. Abriu-se a oportunidade para os desvios sectários, alentando o facciocismo. Aproveitou-se a situação para os mais diversos acertos de contas na sociedade chinesa. O início dessa luta entre facções contou com a omissão de Mao, que poderia ter evitado esse tipo de desdobramento na Revolução Cultural⁵⁶.

O Estado e o partido poderiam ser instituições que não substituíssem as massas na construção do socialismo. Poderiam servir para as mediações na vida política chinesa, de modo que Mao (os líderes), no caso, pudesse ter uma atividade dirigente adequada em relação às massas. Ou, poderiam ser instrumentos, por excelência, da burocratização (dominação, privilégios) da vida chinesa. Mas nenhuma dessas três possibilidades vingou totalmente, excluindo as outras opções. E o que ocorreu? O Estado e o partido, em geral, mantiveram suas posições em face das massas. Mas foram abalados gravemente, enquanto o culto da personalidade do presidente Mao atingia as raias do absurdo. O Estado recuou, perdendo seu papel de mediação, entre o líder (ou o partido) e as massas, no terreno da administração e da

⁵⁶ A revolução cultural atingiu um estado de quase uma guerra civil, em alguns episódios, na segunda metade da década de 1960, com choques armados, como ocorreu em Shanxi, resultando em cerca de 800 mortes (PUGH, 2005, p. 37).

atividade governamental. Houve repressão política contra as massas em determinados momentos, de um lado, e houve ataques destrutivos a muitas estruturas do Estado (ver o caso do Ministério das Relações Exteriores) e organizações do Partido, de outro lado. Em oposição a Mao, alguns dirigentes fizeram o partido criar supostas organizações da Revolução Cultural, como, por exemplo, no caso dos comitês que reprimiram duramente estudantes da Universidade de Pequim.

Não obstante o desempenho econômico geral razoável (e também insuficiente, acrescente-se), como provam os números, desmentindo a imagem de que o país tenha sido paralisado, não obstante as transformações sociais decorrentes da iniciativa e da participação das massas, a Revolução Cultural tornou-se um grande problema. Não obstante, os valiosos esclarecimentos sobre aspectos políticos, ideológicos, econômicos e sociais, aportados por analistas como Bettelheim, Gray, Hinton e Amin, a Revolução Cultural introduziu, na sociedade chinesa, elementos perturbadores muito graves, que terminaram prejudicando o socialismo. Isso afetou a democracia política, as relações entre as massas e o Estado-partido, as funções do Exército, o papel da intelectualidade e a contribuição científica desenvolvida nas universidades.

Mao é acusado por duas décadas de catástrofes na China, a partir do final dos anos 1950, com o *Grande Salto* e a Revolução Cultural. O esforço maoísta de mobilização da iniciativa das massas para vencer as gigantescas dificuldades de construção do socialismo na China, sobretudo o *Grande Salto* e a Revolução Cultural, é duramente avaliado como falimentar, segundo Domenico Losurdo (2004, p. 63). Os problemas econômicos, sobretudo as limitações ao progresso técnico, foram importantes, mas a maior deficiência, o mais grave defeito, do período maoísta ocorreu no terreno da legalidade e democracia socialistas. Isso se manifestou nas prisões, desemprego forçado pela destituição de suas funções profissionais, envio ao trabalho no campo como reeducação e os sofrimentos transmitidos, em ondas, sobre famílias das vítimas, sobretudo no processo da Revolução Cultural.

É claro que é simplista a acusação a Mao por todas as violências e perseguições políticas ocorridas porque fatores intrínsecos e cruciais na sociedade chinesas levariam a confrontos entre as correntes políticas (HINTON, 2004, p. 55). Pode-se levar em conta todas as implicações, nas mais diversas esferas sociais, da manifestação de diferenças de interesses entre camponeses, operários, juventude, intelectualidade e quadros no Estado. Pode-se levar em conta a responsabilidade coletiva da maioria da direção do partido e do Estado. Pode-se

levar em conta que Mao não tinha o controle pessoal sobre as circunstâncias concretas de atos que eram anarquizantes, excessos no curso da Revolução Cultural. Ademais, a Revolução Cultural não era impulsionada apenas por Mao, já que havia uma influência importante de setores de esquerda, como se vê no tipo de participação da juventude.

2.4.8 Síntese com Alguns Resultados Econômicos e Sociais

A era Mao foi de caos e retrocesso na China, como insiste a maioria das interpretações hoje no Ocidente? Na verdade, a China tornou-se um país industrializado no final da década de 1970 (HOBSBAWN, 1995, p. 354). Acrescente-se, porém, que se tratava de uma industrialização com nível tecnológico ainda muito baixo e enfrentando grandes dificuldades econômicas. No período maoísta, houve um processo de industrialização e de rápido crescimento econômico. Com efeito, as taxas de crescimento foram duas vezes maiores do que na Índia. A China, entre 1952 e 1978, teve o seu PIB aumentado anualmente em 6,2% (AMIN, 2001, p. 58-61). A indústria destacou-se com a taxa de 9,4% ao ano, e os serviços cresceram a 4,5%, enquanto a agricultura teve o menor desempenho relativo com 3,4%. A China foi dotada de indústrias de base: a oferta de energia elétrica aumentou de 36 vezes, a produção de carvão passou de 66 para 618 milhões de toneladas e a de aço aumentou de um para 32 milhões de toneladas. A produção agrícola não foi descurada: entre 1952 e 1978, a produção anual média de cereais aumentou de 160 para 280 milhões de toneladas.

Esses dados mostram que Mao não desprezava, em termos concretos, o crescimento econômico, concentrando-se apenas na ideologia e na luta de classes. Outro fato que demonstra a preocupação de Mao com o ritmo e o desempenho da economia consiste na própria experiência do Grande Salto com sua tentativa de rápida transformação econômica (além de outros objetivos políticos e ideológicos). Para Mao, a economia (e a ideologia e o socialismo) daria um grande salto à frente, se tudo dependesse apenas do desejo, se vontade e realidade se confundissem meramente. Acrescente-se, porém, que, em Mao, a economia não era só vontade, como demonstram seus escritos, como *As dez grandes relações*, e suas formulações de políticas e programas econômicos à frente do Estado chinês.

As necessidades de defesa e a estratégia de redes industriais razoavelmente autônomas em grande parte do país eram dois fatores que condicionavam a estruturação da

economia maoísta (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2004, p. 55). Em 1956, Mao (1977b, p. 311-2) especulava sobre a possibilidade de um período de paz, por exemplo, de cinco anos. Assim, nos quatro primeiros anos seria possível desenvolver fortemente a indústria costeira já instalada e, no quinto ano, antes da nova guerra, seria feita a transferência dessa indústria para o interior do país. Ademais, a maior parte das novas empresas deveria ser criada no interior para “equilibrar gradualmente a distribuição geográfica da indústria e facilitar os preparativos para enfrentar uma guerra”. É claro, todavia, que essa proteção do interior do país para as instalações industriais eram, de fato, vulneráveis à guerra, com o uso da aviação, na época.

Essa estruturação da economia testemunhou algumas distorções e limitações importantes, conforme Amin (2001, p. 62). Apesar da retórica de Mao sobre o desenvolvimento proporcional dos diversos setores, a prioridade da indústria pesada, inclusive a produção de insumos básicos, foi excessiva, revelando a sobrevivência da influência da forma de industrialização soviética. Para gerar uma unidade do produto interno bruto (PIB) gastava-se, na China, muito mais energia e aço do que em países desenvolvidos. A indústria pesada gerava pouco emprego e restringia a transferência da mão de obra excedente do campo para as cidades. Essa indústria pesada representava três quartos do conjunto da atividade industrial, revelando a insuficiência da manufatura de bens de consumo. Por isso mesmo, essas distorções prejudicavam a eficiência dos investimentos, com uma dinâmica exacerbada de oferta de bens de produção para servir à demanda da própria indústria de bens de produção. A indústria era responsável por uma parcela de 48% do PIB enquanto a agricultura detinha 28% e os serviços, mostrando as dificuldades dos setores comerciais e financeiros, representavam apenas 24%. Nas trocas internacionais, a China manteve-se com uma participação restrita.

Tabela 1 - Participação da China no comércio mundial (em %)

	1948	1953	1963	1973
Exportações	0,9	1,2	1,3	1,0
Importações	1,1	1,7	0,9	1,1

Fonte: Organização Mundial do Comércio (2003).

Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004, p. 27-30) assinalam que a China sob Mao conquistou pleno emprego, segurança social e igualdade, mas, no final do período maoísta, os trabalhadores estavam frustrados com o persistente controle hierárquico nas empresas, enquanto a economia enfrentava dificuldades. Houve greves em 1976-7e as manifestações de homenagem a Zhou Enlai em abril de 1976. No capítulo econômico, a

produção agrícola cresceu apenas um pouco mais do que a população, os investimentos agrícolas mostraram-se inadequados, as trocas desiguais favoreciam a indústria. As comunas eram um arranjo organizacional de maior radicalização ideológica e igualitarismo, com saúde, educação, habitação e seguridade social, por um lado, mas tinham uma administração rígida e autoritária, por outro.

François Godement (1989) faz um balanço extremamente crítico do período maoísta. Para ele, na China, em vez da mobilidade e ruptura anunciadas pela retórica de Mao, teria havido uma paralisia. Ele apóia-se em dados (controversos) que **só** apareceram no início da década de 1980, no auge da denúncia de Deng Xiaoping contra Mao e do lançamento das reformas econômicas. Nessa época foram divulgadas, por exemplo, estatísticas econômicas como parte de um esforço de jogar uma pá de cal no legado, reconhecidamente contraditório de Mao, mas uma herança que está muito longe de ser carimbada como “paralisia provocada pelo maoísmo”.

Então, Godement denuncia que a taxa de acumulação, preservando o tipo soviético de planificação, foi de 43% em 1959 e manteve-se em aproximadamente 30% na década de 1970. Mas, observe-se que 30% de taxa de acumulação em um país em industrialização como a China faz sentido, tem lógica. A indústria pesada teria atraído e concentrado 76%-77% dos investimentos, entre 1954 e 1977. O desenvolvimento industrial e urbano teria sido financiado pelo campo, através da subavaliação dos preços agrícolas. Muitos projetos de industrialização do interior, com defeitos de planificação e gestão, inviabilizaram-se, e preservou-se quase a mesma desigualdade geográfica industrial anterior. Não apareceu o fenômeno da “kulakização”, mas teria havido conservação de zonas de miséria camponesa. Teria havido, também, uma estagnação dos salários, mantidos sem aumento do seu poder aquisitivo de 1957 a 1978. Apesar dessa forte condenação global, Godement (p. 293) ensaia uma tímida ressalva:

A teoria maoísta funcionou, sobretudo, como uma espécie de “Potemkin” para uso do Terceiro Mundo, a ponto de se ter esquecido hoje, quando se tenta refutá-la, de preservar o valor dos **progressos quantitativos importantes** ocorridos na China Popular (basta pensar na multiplicação por **seis** do Produto Nacional Bruto), embora tais progressos não apresentem nenhum caráter de inovação teórica. (grifo nosso).

Em razão dessas críticas e do que se passa hoje na China, é inevitável o exame do período maoísta e de sua direção na economia, considerando a contradição da busca da igualdade e do pleno emprego ao lado da pobreza e das novas formas de opressão das massas.

A retórica da linha de massas justificava a iniciativa popular e o controle local das atividades econômicas. Como já foi visto anteriormente, houve uma decisão do Estado em disseminar pequenas indústrias na área rural. Os efeitos sociais decorrentes do tipo de industrialização, da coletivização na agricultura e gestão do conjunto da economia estão associados ao igualitarismo de Mao. As diferenças de renda foram submetidas a esse igualitarismo (DAVIS; YANJIE; SHAOGUANG, 2005, p. 21).

Há pouco tempo, Harry Magdoff e John Bellamy Foster (2004, p. 2) afirmaram, categórica e peremptoriamente, que “em fins dos anos 1970 (...), a China tinha se tornado uma sociedade altamente igualitária, provavelmente a mais igualitária da terra, em termos de distribuição de renda e atendimento das necessidades básicas”. Pode-se concordar com isso e admirar o feito, em pouco tempo, em um país atrasado, com população imensa e escassa área agricultável, em meio a convulsões políticas. Todavia, deve-se acrescentar que se tratava da combinação de igualdade e condições de vida muito modestas, inclusive contando com limitada taxa de crescimento do consumo anualmente ao longo do período maoísta.

Na estruturação dos direitos sociais dos trabalhadores, cada empresa assumia a responsabilidade pela aposentadoria, pensões, assistência à saúde, educação, habitação. Nas áreas rurais, cada comuna popular tinha o dever de viabilizar as mínimas condições de vida das massas trabalhadoras. Os direitos, a garantia de emprego e as condições sociais constituíam o chamado *iron rice bowl*.

Em 1976, a maioria dos chineses tinha, pela primeira vez na história, recursos sociais, embora modestos: alimento, moradia, roupa, educação básica e assistência média primária. O consumo médio de alimento, medido em calorias, estava acima da média dos países do Terceiro Mundo. A expectativa de vida aumentou de 35 anos para 68 anos, em 1982. O número de matrículas na escola primária foi multiplicado por seis. Na velha China, com uma tradição brutal de inferiorização, submissão e humilhação das mulheres, houve avanço na condição social feminina, apesar da persistência de graves problemas de discriminação, até hoje. Não havia favelas nas cidades, nem camponês sem terra. O ópio, o jogo e a prostituição foram eliminados. O Estado chinês, com Mao, erradicou a fome endêmica e centenas de milhões de pessoas foram retiradas de condições miseráveis.

Na China, a pobreza estava e ainda está concentrada, principalmente, no campo. As diferenças regionais são pronunciadas, sobretudo entre a região costeira desenvolvida e o

Oeste atrasado do país. As rendas dos camponeses variavam de uma província para outra, enquanto a política de maior igualdade salarial dos operários perpassava todo o país. Em 1978, o coeficiente Gini para a área urbana era de 0,16 e de 0,22, para a área rural (AMIN, 2001, p. 59). Apesar das políticas de descentralização econômica, o Estado, com Mao, não conseguiu transpor as desigualdades regionais.

2.5 CONTEXTO INTERNACIONAL: CERCO *VERSUS* ATIVISMO REVOLUCIONÁRIO

Em certa medida, a guerra da Coreia aparece para a China como um sacrifício para o recém conquistado Estado, assim como o poder soviético foi obrigado a enfrentar os elevadíssimos custos da guerra civil na Rússia. Na guerra entre as Coreias, os Estados Unidos intervieram para impedir a possível vitória dos comunistas coreanos. Mas os norte-americanos desenvolveram uma ofensiva arrasadora, avançando sobre o território norte-coreano. Isso exigiu o esforço da China, a partir de outubro de 1950, que conseguiu derrotar a ofensiva norte-americana, obrigando ao recuo das tropas estadunidenses de modo a preservar o território da Coreia do Norte. Os perigos decorrentes da guerra da Coreia forçaram o Estado chinês a uma gestão cautelosa e contida da atividade da tradicional indústria da costa do país. A participação nessa guerra gerou uma grande onda de manifestações públicas e solidariedade da população, com doações, além dos milhões de voluntários para a frente de batalha.

Após a Guerra da Coreia, a China teve na União Soviética seu grande e quase único aliado no mundo. Havia hostilidade e cerco comandados pelos Estados Unidos, com embargo econômico e comercial da China. A sétima esquadra naval norte-americana postava-se ameaçadoramente nas proximidades da China, protegendo o governo de Chiang Kai-chek em Taiwan. O Estado, dirigido pelo PCCh, levou adiante o nacionalismo chinês, voltando a incorporar territórios na Manchúria e na Ásia Central.

Não obstante o tradicional jogo de lealdade e independência de Mao em face de Moscou, a URSS soviética enviou ajuda e técnicos para a construção econômica do Estado chinês. Contudo, as divergências entre a União Soviética e a China afloraram e se

radicalizaram cada vez mais na segunda metade da década de 1950. Os chineses divergiram das críticas de Krushev a Stálin e das novas teses do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). As teses de coexistência pacífica com o imperialismo, de caminho pacífico para o socialismo, de Estado e partido de todo o povo (em vez do proletariado) eram caracterizadas como evidências do revisionismo soviético, na avaliação de Mao. O capitalismo tinha sido restaurado na União Soviética, sob formas novas e encobertas.

Na visão do PCC, cabia, então, à China lançar-se ao desmascaramento do revisionismo soviético. Na verdade, o PCC, sob a liderança de Mao, sempre teve uma relação complexa com o PCUS, mesmo no tempo de Stálin. É longa a lista dos atos controversos dos soviéticos, que: 1) impuseram a aliança com o Guomindang em 1923; 2) influenciaram o acordo do PCC com o governo nacionalista contra a agressão japonesa (com efeitos positivos para a revolução chinesa); 3) não ajudaram materialmente os comunistas chineses durante a Segunda Guerra Mundial (buscando boas relações diplomáticas com o governo do Guomindang); 4) nos acordos no fim da Segunda Guerra Mundial, assumiram a posse de alguns territórios chineses; 5) ao se retirarem de áreas da Manchúria (no fim da Segunda Guerra Mundial) desmontaram e levaram os equipamentos e instalações das fábricas que tinham sido construídas pela ocupação japonesa desde 1931; 6) restringiram a ajuda à China durante a guerra da Coreia⁵⁷.

A ajuda técnica e econômica da URSS ao Estado chinês, na tentativa de construção do socialismo, foi muito importante. Entretanto, os empréstimos foram de pouca monta e tiveram que ser ressarcidos com grande sacrifício através de exportações de cereais da China para a União Soviética, enquanto os soviéticos apoiavam com maiores empréstimos e ajuda militar a Índia, vizinho com disputas fronteiriças com o Estado chinês. O investimento da China na indústria contou apenas com 4%, como crédito da União Soviética, o que era compensado pela presença dos quase 10 mil técnicos soviéticos e pela capacitação de 28 mil técnicos chineses na URSS (FAIRBANK, 1996, p. 431).

Na década de 1960, a China passou a disputar com a União Soviética a influência sobre o movimento comunista no mundo. A existência do bloco socialista permitiria a passagem desenvolvimentista e pacífica para o socialismo nos países do Terceiro Mundo,

⁵⁷ Cerca de 150 aviões e pilotos soviéticos participaram como se fossem chineses na Guerra da Coreia. Sobre esse fato, embora o governo dos EUA soubesse a verdade, a Washington e a Moscou não interessava o reconhecimento do envolvimento direto soviético (HOBSBAWN, 1995, p. 226).

evitando a etapa de modernização capitalista, julgavam os soviéticos (ALAVI, 2001, p. 242). A União Soviética confiava nas condições já maduras para processos pacíficos de expansão do campo socialista, enquanto o maoísmo experimentava o auge de seu internacionalismo militante, com uma atitude revolucionária extremada.

A China, então, denunciava a política de coexistência pacífica da União Soviética em face do imperialismo norte-americano. O maoísmo enfatizava a necessidade da luta armada no quadro das tarefas nacionais e agrárias da revolução democrática. No mundo, aos olhos da juventude, de intelectuais, de grupos de esquerda, a China apareceu como a regeneração do socialismo em confronto aberto ao burocratismo soviético. Contudo, o ativismo maoísta teria estimulado o aprofundamento do divisionismo no movimento comunista internacional, com o surgimento dos “fissíparos conventículos ‘marxistas-leninistas do maoísmo pós-1960’” (HOBSBAWN, 1995, p. 79)⁵⁸.

Mao sempre manteve uma postura independente em relação a Moscou, apesar da retórica de lealdade a Stálin. O líder chinês imprimiu essa marca de autonomia do PCCh, desde a década 1930, em relação à estratégia política, ao desfecho da luta revolucionária e à direção do Estado chinês. Stálin, nessas circunstâncias, prudentemente, não confrontou essa atitude chinesa (HOBSBAWN, 1995, p. 386). A partir de 1956, em razão do relatório Krushev, no XX Congresso do PCUS, denunciando os crimes de Stálin, iniciou-se um movimento de críticas crescentes da China à URSS.

O líder chinês, nos anos seguintes, aprofundou as críticas a desvios teóricos, ideológicos e políticos na URSS, culminando com a denúncia do chamado revisionismo soviético. Essa reação chinesa não era uma simples defesa do passado sob Stálin. A relação de Mao com a trajetória de Stálin sempre foi contraditória. Por isso, como visto antes, no próprio ano de 1956, em abril, Mao fez o discurso sobre *As Dez Relações*, onde observa criticamente, a cada ponto, a experiência soviética, sob a direção de Stálin. Na crise do Estreito de Formosa, Nikita Krushev, à frente da URSS, não apoiou a China, que estava envolvida em hostilidades com os Estados Unidos. O acúmulo das disputas e as críticas de Krushev ao *Grande Salto à Frente* levaram, enfim, ao rompimento entre os dois mais importantes Estados do socialismo real.

⁵⁸ Fissíparo é um adjetivo empregado a respeito da **fragmentação** de organismos unicelulares em sua reprodução, conforme o Dicionário Aurélio (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Dicionário da língua portuguesa. 1. Ed. 2ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 793).

Em razão de desavenças no estabelecimento das fronteiras, a China entrou em guerra com a Índia, que saiu derrotada. Em 1964, a China realizou testes nucleares, passando a dispor de bomba atômica. No final da década de 1960, houve choques militares entre chineses e soviéticos. O Estado chinês, depois da represália enérgica da URSS, recuou, muito preocupado com a determinação dos soviéticos nas suas novas mobilizações na fronteira com a China. Os chineses passaram, então, a temer menos uma agressão militar norte-americana do que da URSS. Especula-se que teria havido, talvez, uma disposição soviética para uma guerra com a China na década de 1970 (HOBSBAWN, 1995, p. 244).

Os Estados Unidos foram caracterizados por Mao como parte do bloco dos principais inimigos do povo chinês, após a Segunda Guerra Mundial⁵⁹. Os norte-americanos assumiram a tutela militar e ajuda econômica da chamada República da China, dirigida pelos refugiados liderados por Chiang Kai-chek. No início da década de 1970, a aproximação entre a China de Mao e os EUA do presidente Nixon teve grande significado e repercussão decisiva para a disputa entre as superpotências (EUA e URSS) e para o futuro da China e do socialismo real no mundo. Os interesses do Estado chinês foram colocados acima dos interesses da militância no internacionalismo proletário. Hobsbawn (1995, p. 242-4; 250) chega a admitir que os Estados Unidos tinham conseguido um “recrutamento informal da China para a aliança anti-soviética”. No passado, a propósito, registra-se, do lado russo, em outro contexto que as razões de Estado, depois de uma guerra civil e invasão estrangeira, tinham levado a Rússia, pelo seu Comissariado de Negócios Estrangeiros, ao tratado comercial com a Inglaterra, em 1921, renunciando a qualquer ação hostil aos interesses britânicos na Ásia⁶⁰ (GALLISSOT, 1987, p. 242).

No *Comunicado de Shangai*, os Estados Unidos reconheceram o princípio de uma única China. Assim, em 1971, Taiwan foi excluída da Organização das Nações Unidas. A formalização definitiva do restabelecimento das relações diplomáticas entre Washington e Pequim ocorreu em 1979. Essa aproximação sino-americana foi extremamente benéfica para os EUA que enfrentavam grandes desgastes pela guerra do Vietnã. A citada aliança forçou a insuportável intensificação dos gastos orçamentários soviéticos na corrida armamentista com os Estados Unidos. Na lógica da bipolaridade mundial, a China foi o único Estado importante

⁵⁹ “No período da Guerra de Libertação, os inimigos do povo eram os imperialistas norte-americanos e seus lacaios – a burguesia burocrática e a classe de latifundiários, bem como os reacionários do Kuomintang que representavam a estas classes”. (MAO, 2003c, p. 72).

⁶⁰ “(O) tratado comercial com a Inglaterra implica, da parte soviética, a renúncia a ‘qualquer tentativa, mediante ação ou propaganda militar ou diplomática, ou de qualquer outro tipo, destinada a encorajar qualquer povo da Ásia a qualquer forma de ação hostil aos interesses britânicos ou ao Império britânico’” (GALLISSOT, p. 242, nota nº 67).

que passou de um lado para o outro. Os chineses saíram de um extremo ao outro: no começo dos anos 1960, acusavam a URSS de conciliação pacifista com o imperialismo norte-americano, mas, depois, aliaram-se aos EUA em um movimento que sinalizava uma posição estratégica anti-soviética.

A política internacional da China seria fundamentada em um tipo pensamento estratégico conhecido por ‘teoria do três mundos’, como se fosse uma atualização do internacionalismo proletário nas novas condições globais. O Primeiro Mundo seria formado pelas duas superpotências: o imperialismo norte-americano e o assim chamado social-imperialismo soviético. O Segundo Mundo seria composto pelos países da Europa (Ocidental e do Leste), Japão, Austrália e Canadá. O Terceiro Mundo seriam todos os outros países, como a China, Iugoslávia, Chile (com Allende ou Pinochet), Cuba, Egito, Argélia, Índia, Brasil (com Médici, Geisel) etc.

Nessa concepção chinesa, o Terceiro Mundo seria a força motriz da transformação social. O Segundo Mundo, com interesses contrariados pelas superpotências, seria um aliado do terceiro mundo, que se empenhava na luta de libertação nacional. Subestimando a superioridade econômica, financeira, tecnológica e militar dos Estados Unidos, os chineses argumentavam que o imperialismo norte-americano era decadente e que poderia ser uma reserva para o Terceiro Mundo, porque o principal perigo era representado pelo “social-imperialismo” da União Soviética. A ‘teoria dos três mundos’ era um grande equívoco, toldava a análise das classes sociais e das suas contradições, subestimava o imperialismo, lançando confusão no movimento comunista (AMAZONAS, 1981).

2.6 MAO: 70% DE ACERTOS E 30% DE ERROS? ⁶¹

Mao Zedong, em sua formação teórica, teve contato mais profundo com o marxismo através dos textos de Lênin, oriundos da União Soviética, embora não desconhecesse as obras de Marx e Engels. Quais são os principais elementos das concepções e atos de Mao, que alimentam as controvérsias sobre o seu papel de revolucionário marxista?

⁶¹ Deng Xiaoping declarou que Mao, em sua longa trajetória política, tinha 70% de acertos e 30% de erros (a mesma proporção de erros e acertos que na União Soviética já tinha sido empregada para avaliar o papel de Stálin) (GODEMENT, 1989, p. 284). Deng recorria à ironia porque Mao Zedong tinha formulado em 1976 que a Revolução Cultural teria resultado em 70% de êxitos e 30% de erros. É claro que tais fórmulas primam pela superficialidade, mas têm seus efeitos políticos simbólicos e propagandísticos.

Os mais importantes traços do maoísmo são: a forma de abordagem das contradições, a redução da dialética à unidade e luta dos contrários, a relação entre a teoria e a prática, a integração com os camponeses e operários (“servir ao povo”) e o aprendizado com a prática das massas, o apelo à autonomia e radicalização das massas, a predominância da luta de classes com permanente luta política e ideológica, o anti-burocratismo e o questionamento sobre os métodos de direção, o papel dos camponeses na revolução e a aliança com a burguesia nacional (e luta contra a burguesia compradora), o Estado da Nova Democracia (democracia popular), o voluntarismo na economia, o internacionalismo militante e/ou o nacionalismo estatal chinês.

No curso da Revolução Cultural, as idéias de Mao foram apresentadas como um pretense conjunto teórico sistemático, que foi denominado ‘pensamento Mao Tsetung’. Os comunistas chineses cunharam a fórmula ‘doutrina marxismo-leninismo, pensamento Mao Tsetung’ para expressar uma suposta terceira etapa do pensamento marxista. Supunha-se que a nova etapa maoísta, já na época do socialismo, superava a primeira etapa marxiana, da análise do capitalismo (dominação do capital, exploração do proletariado, grande indústria, concorrência, crises cíclicas), e também ultrapassava a segunda etapa leniniana (imperialismo - como capitalismo dos monopólios, do capital financeiro, do parasitismo e das guerras -, movimentos de libertação nacional e momento da ante-sala das revoluções proletárias).

Mao, em suas proposições, sempre destacou a importância do pensamento, da vontade, da consciência das massas, sem negar as determinações estruturais. A política deveria estar no posto de comando. A luta de classes continuava no socialismo e por isso a revolução deveria ser ininterrupta, a fim de prevenir o burocratismo e o revisionismo geradores da restauração capitalista.

Jack Gray (2006, p. 659) oferece uma sistematização das formulações e estratégias de Mao, que foram tentativas, essencialmente, de: 1) substituir as relações hierárquicas tradicionais chinesas pela autonomia da “sociedade civil”; 2) concretizar uma alternativa ao estatismo stalinista, resgatando os traços comunais do socialismo do Movimento 4 de Maio; e 3) combater a pobreza em um país com péssima relação homens/terra, trabalho rural excedente e pouco capital.

De fato, os três pontos, sistematizados, dizem respeito a problemas fundamentais da democracia política ampla na sociedade, do socialismo antiburocrático e da superação do

atraso econômico. Contudo, pode ser lembrada a mescla de idealismo, populismo e nacionalismo no espírito do Movimento 4 de Maio, apesar de todo seu legado renovador. Pode ser lembrado, também, um questionamento sobre a conceituação dessa genérica sociedade civil, já que no caso da transição socialista é indispensável uma explicitação da necessidade do poder político nas mãos das massas trabalhadoras (poder, é claro, que deve expressar liberdade, democracia, legalidade). No que diz respeito ao *Grande Salto* e à Revolução Cultural, Gray (*ibid.*, p. 664) pondera que é razoável examinar os erros e acertos e, ao mesmo tempo, comparar a justeza da concepção dessas estratégias, dos projetos, de um lado, e a insuficiência e equívocos de sua implementação, do que foi levado à prática, de outro.

No ambiente internacional e interno da China, as estratégias econômicas e o igualitarismo social de Mao são hoje criticados como expressões do voluntarismo e do utopismo, em vez do realismo necessário da análise das condições concretas. A igualdade se referia a uma vida simples, condenando certas práticas sociais como desperdício, ostentação individualista, luxo burguês, vaidade, como se fosse uma pregação de um socialismo ascético e elementar. Todavia, a concepção igualitarista de Mao pode ser compreendida como expressão do socialismo e da identidade radical com os mais oprimidos, camponeses e operários. No caso de Lênin (1980b, p. 178), o igualitarismo no socialismo foi posto assim: “[A] sociedade toda será um grande escritório e uma grande fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de salário”.

Amin (2001, p. 58-60) explica as vitórias e realizações, as conquistas sociais, da revolução chinesa em razão das políticas igualitárias, a exemplo da reforma agrária radical e da coletivização da terra, em moldes diferentes da experiência soviética. Aqui cabe, porém, indagar até onde o igualitarismo maoísta é marxista? Como se viu no capítulo anterior desta tese, Marx julgou claramente equivocado o igualitarismo da corrente lassalliana. Engels identificou um comunismo ascético, espartano, a partir de idéias surgidas no século XVIII ⁶².

⁶² Acerca desse traço de comunismo ascético, vale registrar, em termos de interpretação de sua origem histórica, a seguinte análise de Engels ([197-? ou 198-? C], p. 305): “nos séculos XVI e XVII aparecem as descrições utópicas de um regime ideal da sociedade; no século XVIII, teorias já abertamente comunistas, como as de Morelly e Mably. A reivindicação da igualdade não se limita aos direitos políticos, mas se estendia às condições sociais de vida de cada indivíduo; já não se tratava de abolir os privilégios de classe, mas de destruir as próprias diferenças de classe. Um comunismo ascético, ao modo espartano, que renunciava a todos os gozos da vida: tal foi a primeira forma de manifestação da nova teoria”.

Embora enfatizasse a prática (só poderia falar quem fez investigação dos problemas concretos, ouvindo diretamente as massas, aprendendo nas reuniões com o povo, sem se aferrar a esquemas teóricos prévios), Mao desenvolveu estudos teóricos. Ele escreveu sobre filosofia, além de abordar problemas de economia e do socialismo, pretendendo apresentar uma concepção universal. Persiste a polêmica sobre o grau de aderência do maoísmo ao marxismo e sobre a universalidade de formulações cabíveis na realidade nacional chinesa. O maoísmo é discutido como mais um dos marxismos. O maoísmo poderia até ser compreendido como parte de uma certa vocação terceiro mundista do marxismo (AMIN, 1989). As incursões teóricas de Mao são apontadas como ecléticas e marcadas pela influência do pensamento antigo chinês sobre a universalidade dos contrários. Avalia-se que o líder chinês não fez contribuições teóricas originais e sua elaboração política satisfizesse seu papel de “intérprete das aspirações revolucionárias do campesinato da China” (AMAZONAS, 1981, p. 104).

Na ótica de Schram (2001, p.232-233), algumas contribuições de Mao enriqueceram o marxismo, a saber: i) a ‘linha de massas’, apelando para o exercício da participação democrática das massas; ii) a transformação dos homens, sem decorrer simples e automaticamente do avanço das forças produtivas; iii) a articulação entre as características nacional e social da revolução na Ásia, incorporando setores burgueses e não-proletários; iv) “uma grande guerra contra a burocracia”, apesar de episódios violentos e caóticos; v) o papel do campesinato na revolução e na construção do socialismo na China, sem negar a importância do proletariado, tentando enfrentar a contradição entre a cidade e o campo.

A grande importância que Mao emprestava aos problemas políticos e ideológicos marcou toda sua trajetória na China e sua influência no mundo. No pensamento marxista, a construção do socialismo teria sido esclarecida com as contribuições de Mao sobre os problemas na superestrutura. Portanto, Oscar Lange (1974a, p. 8) reconheceu: “A Mao Tsé-tung corresponde o mérito de haver recordado com ênfase o fato de que também a sociedade socialista se desenvolve através de contradições”.

Essas contradições superaram e asfixiaram o projeto socialista no próprio período maoísta. De um modo geral, a China encaminhou-se para uma situação de impasse estrutural em fins da década de 1970. As perspectivas econômicas e culturais oferecidas às massas trabalhadoras não eram promissoras.

CAPÍTULO III

A REORIENTAÇÃO DO ESTADO

3.1 VIRAGEM INTERPRETATIVA: A CONSTRUÇÃO DO NOVO DISCURSO DO PCCh PÓS-MAO ⁶³

O período precedente, aqui denominado Era Mao, teria que ser submetido a uma interpretação conclusiva, no Partido Comunista Chinês, a partir da segunda metade dos anos 1970, após a morte do seu, até então, indiscutido principal dirigente em setembro de 1976. Esse balanço do período Mao associou-se às idéias subjacentes às reformas que reorientaram o Estado chinês, a partir de fins da década de 1970. A consolidação do novo poder político, as transformações econômicas, as reviravoltas diplomáticas, o *Grande Salto à Frente* e a Revolução Cultural foram acontecimentos de extrema importância, condensados em um período de tempo muito curto. Foram eventos que abalaram os alicerces da sociedade chinesa, gerando controvérsias e rivalidades sobre o futuro do regime, com choques abertos, envolvendo as massas e os líderes do Estado e do Partido Comunista Chinês, como foi visto no capítulo anterior. Essa avaliação da Era Mao propriamente dita vinculou-se à necessidade de interpretação do momento vivido pela China, no final dos anos setenta, e à proposição dos novos caminhos.

O que tinha a dizer o PCCh pós-Mao? Efetivamente, a maioria do PCCh, sob a liderança de Deng Xiaoping ⁶⁴, assumiu uma nova forma de examinar os problemas chineses.

⁶³ Sobre a influência ideológica do discurso, cabe considerar o seguinte: “As palavras ou vocábulos que usamos para nomear as coisas ou os fatos e acontecimentos não são inocentes. Buscam dar sentido ou significar estas coisas, estes fatos ou acontecimentos em consonância com interesses vinculados a determinados grupos, classes ou frações de classe. Mesmo os conceitos resultantes de um processo de elaboração sistemática e crítica ou científica não são, como querem os positivistas ou as visões metafísicas da realidade, imunes aos interesses em jogo nas diferentes ações e atividades que os seres humanos efetivam na produção de sua existência” (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 46).

⁶⁴ Deng Xiaoping ocupou o posto de secretário-geral do PCCh e foi destituído de seus cargos em 1966, mas foi mantido no partido. Não houve expurgo, e em abril de 1973, Mao propôs a convocação de Deng para o primeiro plano político com sua nomeação para o *Bureau* Político do Comitê Central do PCCh. Em outubro de 1974, Mao propôs que Deng fosse nomeado primeiro vice-primeiro-ministro do Conselho de Estado. Em dezembro de 1974, Mao também indicou o nome de Deng para acumular, além do posto de vice-primeiro-ministro, os cargos de vice-presidente da Comissão Militar e de Chefe do Estado

Essa nova visão hegemônica foi discutida, formulada e oficializada no discurso do PCCh, sobretudo entre 1978 e os primeiros anos da década seguinte. Destacou-se uma condenação da atividade política de Mao em seus últimos vinte anos de vida.

No discurso oficial, a Revolução Cultural aparece especialmente como a prova absoluta do desastre maoísta, levando a China a exigir novos e diferentes caminhos. O próprio Mao julgou a Revolução Cultural como majoritariamente acertada e vitoriosa na luta de classe contra os seguidores do caminho capitalista, mas apontou seus dois principais erros nas políticas de “derrubar tudo” e “guerra civil”. A direção do PCCh, pós-Mao, já consolidou a sua interpretação do período contemporâneo da política chinesa, através do livro *Breve História do Partido Comunista da China* (OFICINA..., 1994), com primeira edição em 1994. Nessa obra, consta um capítulo intitulado *Os dez anos de caos interno durante a “revolução cultural”*. Apesar das ressalvas e cautelas, o tom geral denota uma certa vingança contra Mao. Comemora-se que a “bancarota da teoria e da prática da ‘revolução cultural’” teria levado “Mao Zedong a mergulhar em insondável dor e desilusão” (OFICINA..., 1994, p. 781)⁶⁵. Nessa *Breve História*⁶⁶, registra-se:

A assim chamada ‘grande revolução’ foi iniciada e dirigida por Mao Zedong. Ao iniciá-la, este teve a intenção de prevenir a restauração do capitalismo, manter a pureza do Partido e explorar um caminho socialista próprio da China. Nessa altura, no entanto, tinham evoluído até um grau de suma gravidade sua errônea compreensão da luta de classes na etapa do socialismo e sua equivocada avaliação da situação política do Partido e do Estado. (OFICINA..., 1994, p. 728).

[Mao] [c]onsiderava [...] que somente fazendo uso de uma forma como a ‘revolução cultural’, destinada a mobilizar as amplas massas de maneira aberta, completa e de baixo para cima, seria possível por a descoberto cabalmente o sombrio aspecto na vida do Partido e do Estado e recuperar o poder usurpado pelos ‘dirigentes seguidores do caminho capitalista’, tal como ele os denominava. (*ibidem*, p. 729).

Maior do Exército Popular de Libertação. Em novembro de 1975, em razão de atritos com o chamado bando dos quatro, Deng foi afastado de algumas responsabilidades. Em 1976, houve uma “campanha de crítica a Deng Xiaoping e contra-ataque ao vento direitista”. Ainda em abril de 1976, Deng voltou a ser demitido de todos os seus cargos, sob a acusação de que teria organizado as manifestações populares de apoio ao legado de Zhu Enlai, em abril, quando ocorrem tradicionalmente homenagens aos mortos, simbolizando um ataque a Mao e à Revolução Cultural. Deng Xiaoping, que sempre teve forte apoio entre os quadros veteranos e no Exército, retomou suas atividades dirigentes, em 1977, e, a partir de 1978, tornou-se o principal dirigente chinês, conduzindo as reformas econômicas.

⁶⁵ Na experiência do socialismo real, não obstante a localização das disputas entre os dirigentes na superfície da vida política, observa-se que, além das posições pessoais (o irracional culto da personalidade de Mao), tais disputas relacionam-se com o processo e o conteúdo de decisões estratégicas sobre a suposta construção socialista. Nesse sentido amplo, podiam ser enxergadas como reflexos de luta de classes. Em geral, prevaleceu o atentado contra a democracia socialista. Na URSS, com Stálin, houve expurgos, prisões, desaparecimentos e fuzilamentos, inclusive atingindo destacados e históricos líderes bolcheviques, enquanto na China, apesar das arbitrariedades, a luta na cúpula do PCCh vazava para o exterior das instâncias dirigentes, envolvendo diretamente as massas, através das campanhas políticas, o que ocorreu explosivamente na Revolução Cultural. Mas, em geral, os dirigentes eram afastados das funções, permanecendo no Partido, de modo que os veteranos líderes reassumiram posições no Partido e no Estado, na primeira metade dos anos 1970. Dentre as expulsões do partido, destaca-se a expulsão de Liu Shaoqi por resolução da Plenária do Comitê Central, em outubro de 1968.

⁶⁶ A partir deste ponto do texto, a *Breve História do Partido Comunista da China* é abreviada, na grafia, para *Breve História*.

[...] se produziu uma onda louca e anárquica orientada a “derrubar tudo” e se deu lugar a um grande caos interno em escala nacional, fazendo com que o trabalho do Partido e do Estado e a ordem pública normal sofressem enormes prejuízos, e a empresa socialista de nosso país experimentasse os revezes e as perdas mais graves desde a fundação da República Popular (*loc. cit.*).

Na Revolução Cultural, a teoria, a política e os métodos de Mao Zedong teriam sido “completamente equivocados” (OFICINA..., 1994, p. 729). Muitas idéias de Mao sobre o socialismo seriam “utópicas, desligadas da realidade” (*ibidem*, p. 747). Ele teria buscado “uma espécie de ideal socialista perfeito” (*loc. cit.*). Na *Breve História* contesta-se o teor de um escrito sintético de Mao, a *Instrução de 7 de maio* (de 1966). Nessa *Instrução*, Mao, segundo a *Breve História* (OFICINA..., 1994, p. 746-7), teria exigido que todas as profissões fossem administradas em organizações sociais, congregando, simultaneamente, indústria, agricultura, cultura e preparação militar, com o objetivo de se restringir, gradativamente, a divisão social do trabalho e a produção mercantil. Com base nessas ‘organizações sociais’ auto-suficientes ou semiautosuficientes economicamente, deveria ser promovida uma restrição paulatina do princípio “a cada um segundo seu trabalho”, limitando o apelo do interesse material individualista. Na mencionada narrativa, assinala-se que nessa *Instrução*, Mao desferia críticas à burguesia e “considerava que, sem tais restrições, se engendraria o capitalismo”.

Na *Breve História* identifica-se a proposta de organizações sociais com a concepção das comunas populares de 1958. Assim, no referido livro (*ibidem*, p. 747), ou melhor, o PCCh pós-Mao sentencia: “[E]ste tipo de concepção de socialismo, de tintura ilusória e caracterizada pelo igualitarismo, era absolutamente impraticável e não pôde deixar de ser boicotada em diferentes graus por muitos camaradas do Partido”.

Na *Breve História*, relembra-se que os fundadores do marxismo, referindo-se a Marx e Engels, tinham apontado apenas os grandes traços da sociedade socialista, partindo da realidade de países relativamente desenvolvidos. A interpretação errônea dessas observações dos clássicos teria levado a ilusões. No caso da China,

[d]esde muito tempo atrás, uma série de pontos de vista teóricos ‘esquerdistas’ de Mao Zedong sobre a luta de classes na etapa socialista e certas concepções sobre o socialismo tingidas de utopismo tinham sido tomados e divulgados amplamente como importante desenvolvimento da teoria marxista, o que conduziu as pessoas a afundar-se cada dia mais no extravio do exagero da luta de classes. (OFICINA..., 1994, p. 748).

No terreno da economia, desde o início da planificação, os anos de 1967 e 1968 teriam sido os únicos momentos da história do Estado da China Popular em que não foram implementados planos econômicos, em razão do caos social provocado pela “revolução cultural” (OFICINA..., 1994, p.782-3). Nesse novo discurso do PCCh, pós-Mao, verifica-se, na avaliação no âmbito da administração das unidades de produção, um imenso contraste com a aprovação e otimismo de Charles Bettelheim. Esse marxista francês exaltou o impacto da Revolução Cultural sobre as mudanças na gestão e no processo de trabalho, como se discute no capítulo anterior deste presente estudo. Assim, em vez de irracionais, como se julgava no período da Revolução Cultural, os regulamentos e normas, na esfera da administração das empresas, são considerados, hoje, como eficazes e provados, ou seja, “princípios e políticas específicos mais ou menos perfeitos” (*ibidem*, p. 783). Afirma-se, hoje, que a administração empresarial tinha entrado em colapso, quando, no passado, foram rejeitados como trivialidades burguesas os critérios gestoriais, a exemplo do sistema de responsabilidade dos diretores, dos indicadores de lucro e do princípio “a cada um segundo o seu trabalho” (*loc. cit.*).

O novo discurso do PCCh recorreu e recorre à ferramenta das estatísticas, que, no caso do agitado período da Revolução Cultural, são sempre objeto de muita controvérsia: o valor global da produção industrial e agrícola teria recuado 9,6% em 1967, em relação ao ano anterior; esse mesmo índice teria diminuído 4,2% em 1968, em comparação a 1967 (OFICINA..., 1994, p. 783). Entretanto, os dirigentes chineses, pós-Mao, são forçados a reconhecer que o valor global da produção industrial e agrícola cresceu 23,8% em 1969, comparado ao ano precedente, após refreadas algumas investidas da Revolução Cultural e retomado, em parte, o controle governamental sobre a economia. Aqui, novamente, seria necessário observar que se trata de um índice de crescimento muito exagerado, discutível, mesmo considerando a fraca base de comparação estatística da produção do ano anterior.

Nos anos de 1970 e 1971, a economia continuou obtendo elevadíssimos índices de crescimento. Mas denunciou-se, na *Breve História*, que o IV Plano Quinquenal, aprovado em março de 1970, teria exagerado na avaliação de ameaça de invasão militar, adotando-se um programa de massiva descentralização da administração das empresas para os governos locais; imensa construção de unidades econômicas voltadas para sistemas econômicos razoavelmente independentes em diversas regiões do país; e aceleração da produção industrial militar. Lançou-se, conforme o novo discurso, a acusação: um desvio de “esquerda” teria empurrado, em 1970, a China novamente para mais um assim chamado *avanço temerário*.

Tentou-se, na *Breve História*, demonstrar a acusação: o resultado do *avanço temerário* teria sido uma demanda exagerada de força de trabalho (operários e empregados), elevação exagerada da massa salarial, sobreaquecimento das vendas de cereais. Aqui, nesse caso, a nova narrativa do PCCh sequer mencionou, como ressalvas, os propósitos econômico-sociais como a redução das desigualdades regionais marcantes na China, ou a democratização da gestão econômica, com a transferência de funções para os governos locais. Ignoraram-se, na reinterpretação histórica, as possibilidades de novas relações entre indústria e agricultura nas diversas pequenas unidades de produção. Menosprezou-se a aproximação entre o trabalho de direção e a execução da atividade produtiva.

Na forma dessa narrativa da *Breve História*, os êxitos econômicos quando são reconhecidos, no curso da Revolução Cultural, têm uma apreciação curiosa. Assim, “[E]stes êxitos obtidos na construção em nada foram contribuições da “revolução cultural”⁶⁷. São apresentadas como vitórias alcançadas em razão, sobretudo, das medidas de reajuste, a partir de 1972-3, com a contenção do chamado *avanço temerário*. São apontadas como vitórias do retorno à planificação unificada, disciplina, relações proporcionais entre agricultura e indústria e cortes na indústria militar. É estranha essa lógica que desprende, e separa, os êxitos econômicos do processo global da Revolução Cultural (RC). O que é “bom” não tem nada a ver com a RC e o que é “ruim” só tem a ver com a RC. Por um lado, cabe reconhecer, é verdade, que os defeitos sérios na vida econômica e social da China estiveram, obviamente, articulados com o caos político do período. Todavia, por outro lado, os êxitos econômicos tiveram a ver com a mobilização dos quadros e das massas segundo as linhas, programas e contexto da Revolução Cultural, sem diminuir as contribuições políticas e administrativas do governo liderado pelo primeiro-ministro Zhou Enlai.

3.2 VIRAGEM NO NÚCLEO DO PODER POLÍTICO

Na busca da legitimidade das reformas das últimas décadas, a liderança chinesa exagerou a avaliação da importância dos resultados, sobretudo, econômicos (normalização dos transportes, aumento da produção industrial) do chamado *trabalho de reordenamento*,

⁶⁷ Alguns exemplos de construção de infra-estrutura e instalação industrial no período: conclusão das ferrovias de Chengdu-Kunming em 1970, de Zhuzhou-Guiyang em 1972, de Xiangfan-Chongqing em 1973, lançamento do satélite artificial em 1970, grandes unidades de exploração de petróleo como o campo petrolífero de Daqing, plantas industriais de fertilizantes químicos, de produtos químicos e petroquímicos (OFICINA..., 1994, p. 787-8).

conduzido por Deng Xiaoping, à frente do Conselho de Estado, no ano de 1975, com esforços para a reorganização da economia e em favor da estabilidade e normalidade da ordem pública (OFICINA..., 1994, p. 815-9). Não é verdade que o *trabalho de reordenamento* teria sido uma espécie de ensaio para as idéias das futuras reformas de Deng. Nesse ano de 1975, Deng não encaminhou medidas, mesmo experimentais, acerca da regulação da economia pelo mercado, capital estrangeiro, privatização, descoletivização da agricultura etc.

O *trabalho de reordenamento* vinculou-se com o futuro papel de Deng, no tocante às reformas, em razão de certa legitimidade alcançada por ele em decorrência direta do exercício do poder. No poder, Deng acumulou força política, legitimidade, e mobilizou aliados. Nesse sentido, o ano de 1975 foi uma amostra da sua liderança na China. Isso se materializou tanto nas suas funções (na prática) de principal governante, tendo o irrestrito apoio do primeiro-ministro Zhou Enlai, bastante enfermo, quanto nas suas funções de chefe militar, estando Mao também adoentado e com sua atividade reduzida na presidência da Comissão Militar, órgão de grande poder na estrutura do Estado chinês.

As explicações oferecidas pelo PCCh para as disputas e mudanças políticas entre 1976 e 1978 são muito limitadas (OFICINA..., 1994, capítulos 8 e 9). Insiste-se na narrativa de episódios, concentrados em torno de algumas personalidades. Há uma ênfase na denúncia do esquerdismo do chamado *bando dos quatro*: Jiang Qing, Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao Wenyuan⁶⁸. Esses teriam instigado o facciocismo e a anarquia da Revolução Cultural. Apresenta-se como objetivo dos quatro ex-dirigentes, sobretudo de Jiang Qing, a ambição pelo poder. Tudo teria sido motivado apenas para a finalidade da tomada do poder por esse agrupamento. Descreve-se o problema da sucessão, como se Deng Xiaoping tivesse sido vítima dos esquerdistas, sendo preterido de sua suposta natural nomeação como novo primeiro-ministro após a morte de Zhou Enlai, em fevereiro de 1976. O lugar natural de Deng teria sido usurpado com a decisão de Mao de propor Hua Guofeng para primeiro vice-presidente do Comitê Central do PCCh e primeiro-ministro do Conselho de Estado, em abril de 1976.

A prisão do chamado bando dos quatro, em outubro de 1976, significou, de fato, a derrota de uma tendência política e o encerramento da Revolução Cultural. Os veteranos dirigentes do PCCh, tradicionalmente refratários à Revolução Cultural, mostraram-se uma

⁶⁸ Wang Hongwen era vice-presidente do Partido desde 1973; Zhan Chunqiao, membro do comitê permanente do *bureau* político do Comitê Central do PCCh e Yao Wenyuan e Jiang Qing, membros do *bureau* político desde 1969. Eles foram presos e expulsos do PCCh. “Na reunião [do Comitê Central de julho de 1977] decidiu-se expulsar do Partido, para sempre, Wang Hongwen, Zhang Chunqiao, Jiang Qing e Yao Wenyuan, destituindo-os todos os cargos que desempenhavam dentro e fora do Partido” (OFICINA..., 1994, p. 835).

força política hegemônica, no novo contexto do desaparecimento de Mao Zedong. Assim, como ocorria na URSS, a queda da tendência esquerdista não decorreu de processos políticos democráticos, com participação popular. Foi uma decorrência da intervenção política e militar do Partido-Estado, a partir da maioria dos seus dirigentes, inclusive Hua Guofeng⁶⁹, no enfrentamento entre as correntes políticas, pelo poder, depois da morte de Mao. Essa maioria significava o controle do *Bureau* Político do Comitê Central que era uma peça muito importante na disputa entre os líderes do Partido Comunista Chinês, sobretudo na ausência de Mao.

Aconteceu um verdadeiro golpe de estado, em 6 de outubro de 1976, perpetrado pelas forças de segurança, conforme a denúncia de Charles Bettelheim. Vinte anos depois, em 1999, Wing Thye Woo (1999, p. 27) reafirmou, inequivocamente, o caráter golpista da mudança política: “A prisão do bando dos quatro foi um *coup d’État*. Ele foi feito pelo marechal Ye Jianying, o mais importante líder na China”. O prestigioso líder Deng Xiaoping estava afastado do poder desde abril de 1976. Segundo a análise de Wing, o marechal Ye Jianying tentava se projetar, esvaziando o poder de Hu Guofeng e cuidando da reabilitação de Deng e outros veteranos dirigentes. Depois do 11º Congresso do PCCh, em agosto de 1977, o novo *Bureau* Político Permanente do Comitê Central do PCCh foi composto, segundo sua hierarquia formal, por Hua Guofeng, Ye Jianying, Deng Xiaoping, Li Xiannian e Wang Dongxing. Li Xiannian foi ministro da Fazenda no período de 1957 a 1975 e Wang Dongxing era um veterano comandante militar e participou da operação de prisão do “bando dos quatro”. Como se vê, à exceção de Hua Guofeng, a mais alta instância do poder político da China já tinha sido rapidamente recomposta pelos velhos quadros, há menos de um ano da morte de Mao Zedong.

Bettelheim (1979d, p. 171) avaliou que “no fim de 1976, um ‘novo curso’ toma forma, correspondendo à vitória de uma linha revisionista e da burguesia existente no interior do Partido”. As portas do poder foram abertas para uma burguesia de Estado.

Nestas condições, os avanços socialistas da Revolução Cultural são destruídos. Os comitês revolucionários de fábrica são suprimidos. A disciplina de novo imposta do alto pela direção das empresas e pelos engenheiros e técnicos. Os regulamentos

⁶⁹ Hua Guofeng, primeiro-ministro, pronunciou um discurso no dia 18 de setembro de 1976, atacando os seguidores do caminho capitalista, apontando sua presença na cúpula dirigente chinesa, o que pode ser interpretado como uma referência, sobretudo, a Deng Xiaoping. No entanto, em seis de outubro, Hua muda de posição, decreta a prisão do “bando dos quatro”, sendo, em seguida, agraciado, na noite do próprio seis de outubro, pela decisão da reunião do *bureau* político do comitê central que o nomeava presidente do PCCh e presidente da Comissão Militar.

autoritários são restabelecidos nas fábricas. O mesmo ocorre quanto aos prêmios e os “estímulos materiais” (BETTELHEIM, 1979d, p. 173).

A contra-ofensiva burguesa, em razão da luta de classes em torno da persistência das relações capitalistas durante a transição socialista, foi considerada, naquela conjuntura, inevitável (*op. cit.*, p. 174-176). Essa reação foi profunda, quebrando as relações sociais novas, além da eliminação física de novos quadros políticos proletários. A insuficiência democrática, inclusive a preservação dos velhos esquemas de relações políticas e ideológicas no interior do PCCh, e os erros dos setores revolucionários forjaram, paulatinamente, a indiferença das massas, que assistiram passivamente ao golpe de estado. A partir daí, as massas se deixaram “influenciar pelo quadro falsamente pessimista traçado da situação econômica ‘legada’ pela Revolução Cultural”. Lançou-se sobre as massas o discurso da “modernização” e a promessa de “uma melhoria rápida, possível, de seu nível de vida”.

O fato é que a Revolução Cultural fracassou, e com ela falhou a estratégia maoísta de construção do socialismo na China. A prevenção da restauração capitalista só teria chance de se consumir com a própria vitória definitiva do socialismo. Todavia, essa era uma tarefa, digamos, hercúlea, considerando o contexto global de dificuldades diversas na realidade chinesa e no mundo da chamada Era Dourada do capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial até o início dos anos 1970. O fracasso maoísta forneceu argumento e abriu a possibilidade para um novo processo político em torno da modernização econômica, encaminhando-se para recuos sucessivos nas relações sociais de produção, do ponto de vista da classe trabalhadora.

A Revolução Cultural produziu choques, confrontos, quase guerra civil para produzir... mais choques, confrontos, quase guerra civil. Nem as massas rebeldes ofereciam um desenlace de normalidade civil, estabilidade democrática, novo poder, nova hegemonia, nem as velhas camadas dirigentes do Partido-Estado cediam suas posições, inclusive concepções sobre os rumos da China. Enquanto Mao estava vivo, todos se apresentavam como maoístas, uns mais do que outros. Mao era, ao mesmo tempo, o árbitro e o principal operador da atividade política na China. Em vez do poder democrático das massas, havia o culto da personalidade. Em vez da explicitação de concepções e projetos claros, havia apelos à luta de classes, às manifestações públicas em combinação com a tentativa de rápida transformação das forças produtivas.

Mao denunciava a localização de correntes conservadoras no interior da cúpula do Partido/Estado, mas não propunha uma solução alternativa de reorganização democrática das instituições do regime político, com a indicação de novas formas concretas para o papel do

Partido e do Estado, ultrapassando o problema do papel de uma outra personalidade dirigente. A Revolução Cultural arrastou-se por demasiado tempo, prejudicando a democracia política, exacerbando o papel do Exército, subestimando o papel da intelectualidade, menosprezando a contribuição científica e restringindo a atividade das universidades. A vida política transtornada e as modestas condições de vida do povo geravam dúvidas sobre as escolhas estratégicas econômicas e tumultuavam a percepção sobre a construção do socialismo.

Na viragem política em curso, Hua Guofeng desembaraçou-se da “esquerda” e tentou atrair o apoio dos veteranos dirigentes do Exército, Partido e Estado, polarizados, em sua maioria, por Deng Xiaoping. Entretanto, ele, recém-chegado ao poder ainda nos próprios anos 1970, não compreendeu que a primazia na liderança já era de Deng, o último sobrevivente dos mais importantes dirigentes comunistas desde os tempos da Longa Marcha, com o título de importante comandante militar na guerra e que já, nos anos 1950, tinha sido secretário-geral do PCCh. Deng representava uma corrente tradicionalmente enraizada na vida política chinesa. Hua não compreendeu a nova situação, na cúpula partidária, diante do papel de Mao Zedong, sobretudo em face da Revolução Cultural e da estratégia econômica. Ele, Hua, tentava capitalizar a sua indicação para alguns dos principais cargos, pelo próprio Mao. Agarrava-se ao fato de ter sido o “sucessor” tacitamente ou supostamente escolhido pelo Grande Timoneiro. No XI Congresso do PCCh, em julho de 1977, Deng e outros veteranos foram reabilitados, além da incorporação de novos quadros dessa mesma corrente, modificando sensivelmente a correlação de forças na composição do Comitê Central e no *Bureau* Político. Ao longo dos anos de 1977 e 1978, a corrente de Deng assediou as posições de poder, ao contestar a preservação das “duas todas”, já que Hua Guofeng insistia em manter “todas as diretivas” e “todas as orientações” de Mao (POMAR, 2003, p. 102-4).

Em abril de 1978, o primeiro-ministro Hua Guofeng conseguiu lançar um grande plano de aceleração da construção econômica, com rápida industrialização, grandes obras de infra-estrutura, massiva importação de tecnologia. Era como se fosse uma recaída no chamado “avanço temerário”. Deng propunha um reajustamento da economia, “uma retirada parcial, no estilo da Grande Marcha”, e insistia na avaliação crítica de Mao. A corrente majoritária, liderada por Deng, no Comitê Central, impôs a rejeição da linha política da manutenção das “duas todas” maoístas, na famosa 3ª Sessão Plenária, em dezembro de 1978, e, em abril de 1979, atribuiu a avaliação de grande fracasso ao plano econômico de Hua Guofeng, plano esse apenas recém-adotado. Apontaram os resultados de déficit orçamentário, déficit comercial, inflação etc. Decidiu-se por uma nova política para “reajustar, reformar, corrigir e

melhorar” a economia. Wing Thye Woo (1999, p. 28-9) contrasta a tentativa de política econômica de Hua, cujo conteúdo era caracterizado por massiva e acelerada industrialização, isolamento comercial e planificação estatal, com as propostas de Deng, que se baseavam em incentivos materiais, busca de eficiência econômica e desenvolvimento com destaque ao comércio exterior.

A viragem política não poupou Hua Guofeng. Ele foi afastado de suas funções no início de 1980, mantendo-se com os títulos apenas nominalmente, enquanto Zhao Ziyang, apoiado por Deng, assumia, na prática, as tarefas de primeiro-ministro. O ato final da deposição formal de Hua Guofeng da presidência do Partido e da Comissão Militar aguardou apenas o ritual da realização do Congresso do PCCh em junho de 1981, na 8ª Plenária do 11º Comitê Central. Deng passou de vice-presidente para presidente da Comissão Militar do Comitê Central e indicou Hu Yaobang para a presidência do PCCh⁷⁰. Nessa mesma 8ª Plenária, concluiu-se, no balanço do papel de Mao Zedong, que suas contribuições teriam ocorrido até 1957, como se tal separação cronológica fosse possível. Nesse balanço, foi claramente destacada a condenação à Revolução Cultural, apresentada como um desvio de esquerda cuja responsabilidade principal recaía sobre Mao.

Entretanto, esses erros da turbulência política maoísta são magnificados pelo atual discurso oficial de condenação avassaladora da Revolução Cultural. Hoje, essa crítica exacerbada começa a sofrer alguns abalos na China, a partir da emergência do capitalismo e de seus efeitos deletérios. Assim, Robert Weil (2006, p. 16), em artigo publicado recentemente, noticiou que para alguns acadêmicos a Revolução Cultural está começando a ser “um tópico de discussão e reexame”. Isso é uma novidade já que Deng Xiaoping fez, no lançamento das reformas, uma grande conclamação à participação dos acadêmicos e intelectuais na modernização chinesa, propondo ‘trocar o vermelho pelo especialista’. Weil lembrou, porém, que a maioria dos acadêmicos avalia ainda muito negativamente a Revolução Cultural. Uma inclinação positiva na interpretação dos movimentos políticos maoístas dos anos 1960 reações governamentais punitivas, e qualquer acadêmico, assim, teria sua carreira arruinada. A despeito disso, na atualidade, começa a haver uma nova atitude, sobretudo, de alguns jovens pesquisadores, que descobrem materiais e registros fundamentais da Revolução Cultural e fazem entrevistas com participantes daquele processo político⁷¹.

⁷⁰ Em 1982, o cargo de presidente do PCCh foi extinto e recriado o posto de secretário-geral, que foi ocupado por Hu Yaobang.

⁷¹ Internacionalmente, não há unanimidade contrária às idéias e eventos do maoísmo. Alguns setores intelectuais no Ocidente, inclusive autores pós-modernos, avaliam a denúncia atual contra a Revolução Cultural como parte de um esforço

A máquina da viragem política foi posta em movimento, atropelando os adversários e resultando em uma operação bem-sucedida. Um fato político recente, além de comprovar essa mudança dos ventos políticos no núcleo dirigente do sistema Partido-Estado, acentuou a magnitude da viragem ocorrida na China. Em 14 de novembro de 2002, o 16º Congresso Nacional do PCCh aprovou um novo estatuto do Partido. No artigo primeiro⁷², no capítulo 1, estabeleceu-se que: “Qualquer trabalhador, camponês, militar, intelectual ou qualquer pessoa progressista de outros estratos sociais que seja maior de 18 anos e que aceite os estatutos e programa do Partido e deseje unir-se e atuar ativamente em uma das organizações partidárias, cumprindo as decisões do Partido e pagando as contribuições militantes, pode ser membro do Partido Comunista da China”. Portanto, as portas do PCCh foram, dessa forma, abertas para o ingresso de capitalistas. Em 1º de julho de 2001, Jiang Zemin, baseando-se nas transformações em curso na China, propôs a admissão, no PCCh, de chineses que estivessem à frente de empresas privadas como proprietários e gerentes.

3.3 VIRAGEM NA ORIENTAÇÃO ECONÔMICA: ESTADO E CAPITAL NA MODERNIZAÇÃO DA CHINA

Em vez de simplesmente apontar os limites históricos de algumas formas econômicas específicas e os impasses, Deng Xiaoping adotou uma linha política, depois da morte de Mao, voltada para, globalmente, interditar a discussão tanto das possibilidades de correção da estratégia econômica maoísta, quanto da retomada do projeto socialista. Na China, não se tratava de recuperação e reconstrução da economia depois de guerras como na Rússia. Mas Deng pintou a revolução cultural como caos e regressão, sobretudo na economia. Daí o apelo de racionalização, modernização, desenvolvimento das forças produtivas. O *Grande Salto à Frente* e a Revolução Cultural foram episódios fortemente condenados no período Deng até o presente momento. Foram apresentados como fases profundamente

conservador para condenar os movimentos dos anos 1960. Assim, Guo Jian (1999, p. 343-4) registra que Arif Dirlik e Maurice Meisner compreendem a teoria de Mao sobre a Revolução Cultural como a mais importante ideologia revolucionária contemporânea. Já Frederic Jameson a considera como a mais rica teoria dos anos 1960.

⁷² Vale lembrar, a título histórico, que a origem do nome bolchevique, entre os comunistas russos, deveu-se a uma divergência, em um congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR), em que surgiu uma ala, dirigida por Lênin, e uma outra liderada por Mártov (menchevique), em que houve uma divisão, entre outros motivos, exatamente pela redação do artigo primeiro dos estatutos do Partido, definindo os critérios de admissão do militante e suas condições de militância partidária. A maioria (bolchevique) optou pela definição do membro do partido que implicava na formação de uma vanguarda de revolucionários profissionais. Portanto, quase um século depois, o chinês Jiang Zemin, presidente do PCCh, atualiza o russo Mártov.

regressivas, quase rivalizando com os períodos desastrosos da ocupação estrangeira ou do governo ditatorial e corrupto de Chiang Kai-chek. Seriam comprovações indiscutíveis do caráter negativo, destrutivo, da parte derradeira da trajetória de Mao. Na verdade, sem estampar esses dois grandes fracassos, seria mais difícil justificar a guinada política, econômica e social na China, a partir das reformas de Deng.

Como se percebe, a interpretação negativa do desempenho da economia na estratégia maoísta cumpriu, e continua cumprindo, seu papel. Foi um recurso de convencimento importante, embora haja apreciações divergentes. Para Bettelheim (1979d, p. 176), por exemplo: “Uma análise séria mostra que o ‘balanço’ econômico pessimista traçado dos anos 1966-1976 é um balanço falsificado”.

A solução dos problemas acumulados poderia abrir uma nova perspectiva socialista, com reformas para uma controlada adoção de mecanismos de mercado, ou uma viragem para o capitalismo. Na lógica capitalista, a estrutura industrial maoísta, com certo grau de dispersão, significava simplesmente duplicação de esforços, desperdício de recursos, ineficiência produtiva. Seria apontada como o exemplo típico da politização, prejudicando a alocação dos recursos. Afora isso, em meados dos anos 1970, apresentaram-se as dificuldades da industrialização extensiva, destacaram-se as carências tecnológicas, chamou a atenção o ritmo fraco do consumo médio final da população e tornou-se mais preocupante a relação entre o estado da economia e as condições demográficas. Deve-se reconhecer que, efetivamente, no período maoísta, a pobreza persistia, amplamente, na população, em um quadro de igualitarismo das dificuldades materiais, denunciando os limites das estratégias econômicas adotadas naquela época.

Samir Amin (2001, p. 60-63) apontou a exaustão das escolhas possíveis dentro do modelo de planificação centralizada. Atingiu-se o limite histórico da fase maoísta. Para Amin, o resultado era desperdício de recursos, redução da eficácia dos investimentos, desproporcionalidade entre os setores econômicos com excessiva participação da indústria pesada, baixo nível tecnológico e isolamento econômico internacional. Amin defende o conjunto da estratégia econômica maoísta (“andou-se sobre duas pernas” – indústria e agricultura-, prioridade para a iniciativa das massas no processo de trabalho, industrialização, igualitarismo). Mas ele conclui que: “No final dos anos 1970, o sistema de planificação centralizada e as escolhas que lhe eram associadas deviam ser profundamente reformados. Era preciso passar a uma nova fase de desenvolvimento”.

Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004, p. 29-30) registram que na fase final do período maoísta, a planificação tornou-se rigidamente centralizada e a economia apresentou-se mais complexa, havia excessiva concentração na indústria pesada, surgiram dificuldades no transporte e insuficiência e má qualidade dos bens de consumo da população. A organização industrial já apresentava queda da produtividade, emprego redundante, salários congelados. Os trabalhadores e camponeses encontravam-se frustrados e descontentes.

Portanto, havia alguma base real para a contestação à estratégia maoísta. Nem tudo era retórica e enganação na crítica levantada por Deng Xiaoping. Ademais, apesar da nova carga personalista em torno de Deng, a despeito do reconhecimento do seu papel central, as reformas enquadraram-se na conjuntura de disputas no sistema Partido/Estado e nos conflitos na sociedade chinesa. Assim, não é o fator pessoal, simplesmente, representado por Deng que explica a reviravolta chinesa. Elementos factuais emprestavam veracidade às denúncias, a exemplo das grandes dificuldades nas universidades, no auge da Revolução Cultural. Problemas econômicos reais exigiam solução, como já foi visto anterior no capítulo II. Evidentemente, havia o peso das convicções e as intervenções de Deng. Ele foi o principal líder que, concretamente, esteve à frente da crítica a Mao, das decisões de dezembro de 1978, do respaldo à ascensão de autoridades liberais e das novas rodadas de liberalização econômica. Deng desferiu sua última cartada em 1992 para, supostamente, evitar que setores da direção do PCCh reduzissem o ritmo e abrangência das reformas pró-mercado.

Durante o desenrolar do ano de 1975, Deng Xiaoping, à frente do governo, efetivamente não explicitou propostas de combinação do Estado com liberalização, na administração econômica. Nesse momento, Deng começou a centralizar sua atenção na proposta das “quatro modernizações” nas áreas de agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia, que anteriormente, em 1964, tinha sido formulada por Zhou Enlai. A modernização econômica seria o mote da viragem na orientação econômica, a partir das decisões de dezembro de 1978.

3.3.1 Origem e Lógica das Reformas

O slogan “Enriquecer é glorioso” continua exercendo seu apelo político e social muito forte. É óbvio que, em qualquer lugar, o crescimento econômico aumenta a riqueza social, seja na China ou nos Estados Unidos, aumentando o bem-estar material imediato de uma parcela expressiva da população, embora as desigualdades de riqueza possam tornar-se exacerbadas, como se vê no mundo hoje, sob a ideologia neoliberal. É óbvio, também, que empobrecer não tem nada de glorioso! Mas como são associados o problema da satisfação das necessidades materiais e espirituais, de um lado, e o tipo de sociedade, a organização do sistema econômico, os valores, de outro?

Eduard Bernstein argumentava que, já no capitalismo desenvolvido, estaria aumentando o número de ricos na população, em vez da tendência da pauperização absoluta e crescente. Os raciocínios de Deng e Bernstein se encontraram na aposta de que o desenvolvimento econômico, mesmo no capitalismo, ou seja, a modernização econômica por si mesma resultará em mais riqueza gerada e, cada vez mais, distribuída. Hoje, o mundo e a China não confirmam essa tendência progressiva, crescente, essa marcha batida de distribuição da riqueza.

Bernstein se baseava na argumentação de que não diminuíram, nem relativa nem absolutamente, as classes possuidoras, para concluir que o futuro do socialismo depende dessa aludida forma de aumento da riqueza social. Nesse âmbito, tanto Bernstein como Deng lançaram confusão sobre a realidade e as perspectivas do socialismo. Quem está enriquecendo? Como? O proletariado enriqueceu, tornou-se ex-proletariado? Onde? O critério específico e restrito da riqueza, no que diz respeito à divisão das classes sociais, consistia e mantém-se, sobretudo, na propriedade ou não dos principais meios de produção.

As contradições de classe mudaram de forma, tornaram-se mais complexas, mas não foram apagadas pelo crescimento e modernização da economia. A dominação da propriedade do grande capital não pode ser ofuscada pela propriedade de alguns bens de uso, considerados relativamente mais abundantes e luxuosos; ou mesmo, por certo peso da propriedade de pequenas empresas; ou ainda, restrita posse de ativos financeiros nas mãos de alguns membros das camadas médias da sociedade e de alguns operários qualificados.

Uma coisa é dizer que o socialismo, entre outros fatores, depende do aumento das forças produtivas, da elevação da riqueza social. Mas outra coisa, muito diferente, é ignorar que classes se apropriam dessa riqueza, ou seja, fazer pouco caso do mecanismo da

apropriação capitalista. A elevação da riqueza tem correspondido ao recrudescimento das desigualdades entre classes sociais, sobretudo nas últimas três décadas, desde o advento do neoliberalismo. Um pequeno punhado de algumas centenas de capitalistas possui a maioria da riqueza do mundo. Na China, avança e multiplica-se o produto da atividade econômica, surgem os ricos e milionários, mas ampliam-se as desigualdades, aparecem novas formas de pobreza, os serviços sociais são precarizados, seguem a exploração e a opressão sobre os trabalhadores.

Bernstein (1997b, p. 61), alegando unilateralmente a defesa da tese de Marx sobre o crescimento da composição orgânica do capital, reconheceu que a “forma característica da moderna evolução” se dá com o aumento absoluto do capital e correspondente diminuição relativa do proletariado. Nesse mesmo diapasão, Deng exortou ao rápido crescimento econômico da China, ou seja, “a moderna evolução”. No entanto, isso significa apenas que o curso efetivo da modernização chinesa, com a explosiva elevação do capital e aumento absoluto do proletariado, vindo da agricultura, é consistente com o desenvolvimento da economia capitalista. É isso que se processa na China, apesar de todas as suas importantes peculiaridades. Em termos comparativos, a taxa de crescimento do capital constante é maior do que a aceleração do aumento do capital variável.

Como se sabe, há uma tradicional divergência entre os socialistas acerca do reformismo ou da revolução como o caminho da transformação da sociedade. Os marxistas firmaram o ponto de vista da necessidade da revolução, sem negar a importância das reformas. O próprio Marx exaltava, por exemplo, a luta pela redução da jornada de trabalho como uma reforma fundamental nos marcos do capitalismo. Entretanto, o conceito de reformas não é igual ao de reformismo. Reformas são mudanças parciais progressistas, reformismo é uma estratégia política geral. No século XX, a social-democracia europeia, a partir da 1ª Guerra Mundial, apareceu como o partido, por excelência, do reformismo, embora sua estratégia tenha se tornado, cada vez mais, uma acomodação, conciliação e defesa do grande capital europeu, ao lado do Welfare State. A concepção de revolução entre os próprios marxistas é objeto de acesa polêmica, desde a forma insurrecional da “tomada do Palácio de Inverno”, à guerra popular prolongada maoísta, à transformação processual gramsciana etc., observando as mutações na sociedade capitalista e as suas injunções políticas. Em que campo estratégico situa-se a atual política do Partido Comunista Chinês é algo que requer esclarecimento.

A avaliação adequada da conjuntura e das condições reais é, obviamente, indispensável para definir a justeza ou não de determinadas medidas sejam políticas ou econômicas, inclusive para um partido no poder, como é o caso do PCCh. Assim, Lênin conclamava os bolcheviques, já no poder, a “verificar com o maior sangue-frio e lucidez em que momento, em que circunstâncias e em que terreno se deve atuar revolucionariamente e em que momento, em que circunstâncias e em que domínio de ação se deve saber passar à ação reformista” (LÊNIN, 1980 u, p.552). Contudo, em vez de passos táticos, ou de certas medidas, conforme as circunstâncias, parece que os chineses passaram a uma nova estratégia global e duradoura de reformismo, sustentado a longo prazo.

No entanto, aqui não cabe uma análise simplista. O papel e o lugar das reformas nas transformações sociais são problemas muito complexos, que se renovam, como Lênin (1980u, p. 555-6) percebeu, ao se ver diante das tarefas concretas do exercício da administração estatal:

Depois da vitória do proletariado, nem que seja num só país, algo de novo aparece na relação entre a reforma e a revolução. Em princípio, o problema permanece o mesmo, mas na forma produz-se uma mudança, que Marx, pessoalmente, não pôde prever, mas que só pode ser compreendida no terreno da filosofia e do marxismo. [...]. Até a vitória do proletariado, as reformas são um produto acessório da luta de classe revolucionária. Depois da vitória (embora à escala internacional continuem a ser o mesmo ‘produto acessório’) constituem, além disso, para o país onde a vitória foi alcançada, uma trégua necessária e legítima nos casos em que é evidente que as forças, depois duma tensão extrema, não são suficientes para levar a cabo por via revolucionária determinada transição.

Historicamente, as reformas são mudanças progressistas, embora possam ser empreendidas para mudar ou conservar (através de concessões) o *status quo*. Para a classe trabalhadora, as reformas seriam uma acumulação de forças, ensejariam uma preparação política, as reformas significariam importantíssima melhoria das condições imediatas de vida. Deveriam ser um passo em direção às mudanças mais profundas. A ideologia neoliberal trouxe uma novidade: as reformas, agora, são medidas regressivas política e socialmente. São as reformas para forçar a roda da história para trás. Os direitos sociais são cancelados. Medidas abertamente reacionárias são adotadas em face dos movimentos sociais. As desigualdades sociais são aprofundadas. As restrições às liberdades democráticas são reforçadas. Os patrocinadores das reformas neoliberais são, via de regra, partidos políticos conservadores. Na origem desse novo processo e dessa nova natureza das reformas, destacaram-se personalidades políticas como Ronald Reagan e Margareth Thatcher, com um ponto de vista extremamente reacionário, opondo-se até mesmo a qualquer veleidade social-

democrática. É nesse novo contexto internacional que se situam as reformas chinesas, a despeito de suas peculiaridades e de sua distinção do neoliberalismo.

As reformas chinesas consistem na proposição de novos rumos. O Estado deveria ser reorientado para liderar o esforço de modernização econômica, no sentido específico de favorecer, com incentivos e proteção, a atração de capitais privados estrangeiros e, simultaneamente, preservar determinada presença estatal direta na esfera produtiva. A aposta e a confiança nos efeitos estruturais e positivos da integração com o mercado mundial levou à política de portas abertas e de estreitamento das relações com o Japão e o Ocidente, sobretudo os Estados Unidos. Abandonava-se a estratégia maoísta de independência nacional assentada na construção econômica baseada nas próprias forças.

É claro que a lógica das reformas não apareceu de repente nem se apresentou completa e sistemática de uma só vez. Assim, ao longo do tempo, desde 1978, foram se sedimentando as concepções e a lógica do novo modelo de desenvolvimento chinês. Houve um processo de gestação e amadurecimento das primeiras idéias das reformas nos marcos da atitude perante a estratégia maoísta. A atual etapa da China é globalmente uma ruptura com o período maoísta. É ruptura política, ideológica, econômica e social, inegavelmente, sobretudo quando se observa o conjunto das mudanças operadas desde 1978 e os resultados sistêmicos verificáveis no presente momento.

Entretanto, há um fio condutor, também inegável, entre os dois períodos que é a persistente estrutura institucional Partido/Estado, com toda sua centralidade, ora contestada, ora reforçada, e seus efeitos amplos e profundos, ideológicos, políticos e econômicos, na vida chinesa. Com a vitória da revolução em 1949, o Partido Comunista Chinês tornou-se a principal instituição política para a tomada de decisão dos rumos estratégicos da China, em simbiose com o aparato Estatal. Constituiu-se o Estado nacional, reunificando a pátria, superada a guerra civil e vencida a ocupação estrangeira. Nesses termos, em um processo tumultuado, com tensões e conflitos, marchas e contra-marchas, setores da burguesia chinesa, à exceção dos chamados *compradores*, estabeleceram relações, à frente das atividades econômicas no início do novo regime; em associação com o Estado, em seguida; e, por fim, incorporando-se ao exercício das responsabilidades como gestores, em diversos âmbitos do Estado, inclusive na direção das empresas. Não seria simples e automática a superação da presença burguesa originada das arraigadas tradições de negócios de grandes centros como

Shangai, Cantão e Nanquim e originada, mais recentemente, dos 22 anos de governo do Guomindang.

A complexa relação entre remanescentes influências burguesas e o novo Estado da China Popular foi objeto de reflexão de Mao, ao argumentar sobre as contradições no seio do povo (ver texto do capítulo II). Nesse processo, ocorreram momentos de aguda tensão entre distintas concepções e experiências sobre o Estado e as relações sociais de produção. Foi o que ocorreu quando emergiu um ensaio de Estado das comunas populares e de descentralização da organização produtiva, em 1958, e na Revolução Cultural, entre 1966 e 1968. Todavia, prevaleceu a visão do Estado, à frente das tarefas do desenvolvimento econômico, o Estado como centralização tradicional da vida política e econômica. Posteriormente, esse tipo de visão estatal se refletiu na liderança exercida pelas autoridades, conduzindo a deflagração, gestão e aprofundamento das reformas de Deng, dando um passo adiante – ou atrás - pela restauração das influências burguesas chinesas, ou seja, incorporando a participação burguesa de Hong Kong, Macau, Taiwan e da diáspora chinesa⁷³.

Constata-se uma certa continuidade histórica, entre os períodos Mao e Deng, no que diz respeito ao paradigma da suposta construção estatal do socialismo. Mao titubeava entre a iniciativa e autonomia das massas e o aparato Partido-Estado. Emblematicamente, mesmo durante a Revolução Cultural, Mao fez, sempre, questão de proteger e manter intocado o papel dirigente supremo de Zhou Enlai, como eterno primeiro-ministro. Kalpana Misra (1997, p. 268) chama a atenção para o fato de que Mao assegurou o suporte tácito à dominação dos moderados no âmbito econômico e, simultaneamente, encorajou a retórica de ultra-esquerda na denúncia das políticas econômicas moderadas. Yiching Wu (2005, p. 48) reconhece a importância da expropriação dos meios de produção pela Revolução Chinesa, mas ele julga que o controle efetivo da economia ficou nas mãos de imenso aparato burocrático, sem o controle democrático dos trabalhadores. Yiching avalia que esse fato é fundamental para compreender por que foram possíveis as diversas mudanças na China, ao longo dos anos, e, também, as reformas contemporâneas.

Na disputa pelo poder no Partido-Estado, Mao Zedong, entre 1969 e 1975, em diversos episódios, optou pela contenção das forças de “esquerda”. Isso resultou na liquidação

⁷³ Nessa persistência da visão estatal, poderia se remontar ao passado da civilização do Império do Meio, motivo de orgulho nacional renascido hoje na mente dos chineses, lembrando a secular tradição do Estado e dos administradores mandarins na China. Registre-se, porém, que, na primeira metade da década de 1970, Mao deflagrou a campanha política e ideológica para o repúdio das influências, simultaneamente, de Lin Biao e Confúcio. O passado confuciano, com a exaltação da hierarquia, conformismo, estabilidade, conservadorismo, deveria ser desarraigado da subjetividade dos chineses. Supunha-se, no cálculo maoísta, que seria preciso eliminar a influência do pensamento confuciano, a fim de liberar as mentes e as energias do povo para impulsionar a construção e consolidação do socialismo.

do grupo de Lin Biao e preparou o terreno para o esmagamento do “bando dos quatro”, posteriormente, no final de 1976. Apesar das divergências expostas e argumentadas por Mao e das grandes tentativas práticas de ruptura do paradigma soviético, com o *Grande Salto* e a Revolução Cultural, preservou-se, na experiência chinesa, inclusive na fase maoísta, importante influência da via estatal de socialismo.

Para construir o socialismo, seria necessário o desenvolvimento econômico, tanto na União Soviética quanto na China, inevitavelmente. Porém, para essa rápida transformação da base material do país, URSS ou China, uma determinada via estatal deveria ser adotada. Isso implicou, em maior ou menor grau, em alguns momentos com maior ou menor importância, em centralização do plano, da propriedade, da gestão, em processos administrativos de decisão, em estruturação de instrumentos fundamentais, a exemplo da comissão do plano, dos órgãos de estatísticas, dos ministérios, dos departamentos etc.

Guardadas as diferenças nacionais e ressalvadas as distintas trajetórias do processo revolucionário, era como se o Estado estivesse criando a sociedade e o socialismo na URSS e na China. Então, com Mao seria uma versão de socialismo de Estado combinado com participação de massas, enquanto com Deng, para seu autoproclamado objetivo de modernização socialista, recorria-se a um capitalismo monopolista de Estado combinado (por mais estranho que pareça) com a globalização neoliberal. Essa combinação, com Deng, seria constituída por um tipo de Estado desenvolvimentista e, ao mesmo tempo, pela liberalização para a empresa privada, para o mercado e para a integração à economia mundial.

As reformas de Deng herdaram a permanente (e, em certa medida, inevitável) obsessão, desde o início da vida da República Popular, de vencer o atraso relativo chinês no terreno das forças produtivas, como se verificou no desejo da multiplicação da produção de aço no *Grande Salto*. A atitude de crítica (não manifestada, mas praticada) a aspectos da estratégia maoísta e o espírito de busca de novos caminhos na economia herdaram a experiência do período de reajuste e normalização de 1962 a 1965, sob a liderança de Liu Shaoqi e Zhou Enlai. A volta de Deng Xiaoping ao poder ocorreu com sua ocupação em tarefas governamentais no terreno da educação, ciência e tecnologia, durante os anos de 1977 e 1978. Ao tratar desses problemas, ele não podia perder de vista a comparação com os países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos e o Japão. Para superar esse atraso relativo da China, se fazia necessária a modernização econômica. Por isso, Deng (1984, p. 54-5) declarou, em 1977: “Em nosso esforço para concretizar a modernização, o ponto chave é

e elevar o nível de nossa ciência e tecnologia. Para desenvolvermos essas últimas, é imprescindível o nosso empenho na educação. [...] Temos de criar no seio do Partido uma atmosfera de respeito ao saber e de estima às pessoas de talento”.

Em vez de naturais, as reformas de Deng tiveram caráter histórico, resultaram de uma trajetória de conflitos e se inseriram em em uma determinada conjuntura política da China e do mundo. O desaparecimento de Mao, a liquidação política implacável e total do “bando dos quatro”, o estreitamento das relações com os Estados Unidos e o antagonismo com a União Soviética foram fatores políticos e ideológicos que constituíram o ambiente em que se situaram a justificativa, a oportunidade e a viabilidade das novas escolhas dos dirigentes chineses. Em vez de desdobramento espontâneo, o processo de reformas foi deflagrado, como opção e deliberação, na III Sessão Plenária do Comitê Central do XI Congresso do Partido Comunista Chinês, em dezembro de 1978. Quem empalmava o poder tomou a decisão, conforme suas referências político-ideológicas e sua análise da realidade.

Há um reiterado equívoco sobre a nova orientação do Estado chinês. Insiste-se em algo, que já se tornou lugar comum, clichê, em diversos tipos de apreciações da fase das reformas: o eixo do novo período é a economia, em substituição do eixo do período maoísta, a luta de classes. Sheying Chen (2002, p. 7), por exemplo, argumenta sobre uma despolitização, com Deng Xiaoping. Nada mais enganoso. As profundas transformações econômicas e sociais têm tudo a ver com as classes sociais, com a propriedade e a posse dos meios de produção, com a exploração do trabalho, com o poder que ultrapassa os marcos dos aparatos administrativos estatais. Isso tudo é política, opressão, hegemonia de determinados interesses sociais. Politicamente, as massas estão sendo estranguladas, contidas, pela ação do Estado, pela ideologia dominante, pelas emergentes relações sociais de produção burguesas. Foi imposta uma nova reverência, respeito ao Estado, em relação à sociedade, sem prejuízo das iniciativas dos indivíduos e das localidades nos marcos da nova reestruturação do país.

A fundamentação, a explicação e o discurso dos reformadores chineses devem ser observados, porque são instrumentos políticos que tentam justificar as mudanças. Não se pode dizer que se trata apenas de oratória vazia, embora não deixe de transmitir a propaganda oficial do regime. As reformas deveriam expressar racionalidade, clareza, superioridade, objetivos progressistas. Nota-se um esforço dos textos oficiais em defender as reformas como medidas coerentes e necessárias à construção do socialismo nas condições específicas da China. Na fase inicial das reformas, chamava-se a atenção para uma hierarquia dos discursos

oficiais, na seguinte ordem, a partir do mais geral e mais importante: 1. os quatro princípios da revolução; 2. as três tarefas estratégicas; 3. as quatro modernizações; 4. os quatro trabalhos; 5. os dez princípios da gestão econômica. O objetivo estratégico da modernização é situar a China como um país desenvolvido em 2050.

No início das mudanças, argumentava-se, pelo pronunciamento oficial, de que haveria um limite para as mudanças. Assim, as reformas não poderiam subverter os *quatro princípios da revolução*, a saber: socialismo, ditadura democrático-popular, direção do PCC e marxismo-leninismo pensamento Mao Zedong. Em 1980, Deng expôs as três principais *tarefas estratégicas* para a década que se avizinhava: i) luta contra o hegemonismo das superpotências; ii) reunificação nacional, sobretudo a volta de Taiwan à China; e iii) aceleração da construção econômica. Os *quatro trabalhos* seriam: i) reforma estrutural da administração e revolucionarização dos quadros, com maior preparação cultural e profissional; ii) desenvolvimento do espírito socialista; iii) combate aos delitos, sobretudo na economia; iv) retificação do estilo de trabalho e consolidação orgânica do PCC, a partir dos novos Estatutos. *Dez princípios* orientariam a gestão da economia: i) política de desenvolvimento da agricultura, inclusive contando com avanços científicos; ii) fortalecimento da indústria leve e reajuste da indústria pesada; iii) consumo eficiente da energia e fortalecimento das indústrias de energia e de transportes; iv) transformação técnica nas empresas; v) organização econômica com base em grupos de empresas; vi) elevação dos investimentos na construção; vii) política de portas abertas para a economia internacional e reforço da auto-sustentação; viii) reforma da estrutura da economia e maior iniciativa dos vários setores; ix) elevação cultural e científica dos trabalhadores e maior progresso da ciência e da tecnologia; x) prevalência da orientação geral de “tudo para o povo”, vinculando economia e condições de vida das massas (POMAR, 1987, p. 168-169).

Modernização, tríplice representatividade, desenvolvimento científico e sociedade harmoniosa são slogans dos diversos momentos do processo de reformas. Depois de Deng Xiaoping, que morreu em 1997, o principal dirigente da China foi o presidente Jiang Zemin, entre 1990 e 2002, e até o momento encabeçam o sistema partido/Estado, o presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao. Jiang Zemin divulgou a chamada teoria da *tríplice representatividade*, como representação do processo em curso na China hoje, reunindo máxima produtividade (empresariado), elevação cultural (intelectualidade) e defesa dos interesses da maioria do povo. No período atual, os dirigentes chineses falam do *conceito científico de desenvolvimento*. Tratar-se-ia do desenvolvimento centrado no povo,

desenvolvimento abrangente, coordenado e sustentável, para a promoção do progresso global da economia e da sociedade. As necessidades dos indivíduos teriam que ser priorizadas. Nessa mesma linha, o presidente Hu Jintao tem como principal bandeira a construção de uma *sociedade harmoniosa*, com a redução das desigualdades sociais, das discrepâncias entre campo e cidade, com a aproximação entre os cidadãos e o Estado.

Só a ingenuidade e o formalismo podem levar a uma interpretação onde se ignora que os slogans e essa profusão de discursos oficiais, com princípios marxistas e estratégia socialista, não condizem com o sentido geral das medidas adotadas concretamente desde 1979. Não obstante a retórica socialista, essas medidas significaram o desmantelamento das comunas populares, a descoletivização da agricultura e a privatização de empresas, ao lado do favorecimento da expansão propriedade burguesa dos meios de produção.

É insuficiente constatar que os problemas reais da economia chinesa reclamavam providências, reformas. Importa saber qual a direção dessas reformas. É indispensável examinar o rumo geral das mudanças. É necessário ter uma visão de conjunto sobre os resultados das reformas, investigando as suas implicações sobre a configuração da formação econômica e social da China. Como ocorrem e quais são as implicações sistêmicas desse processo de reformas?

Embora as alterações em curso desde 1978 sejam denominadas como reformas econômicas, as mudanças ultrapassaram o marco da economia, caracterizando-se como uma transformação histórica geral na sociedade chinesa. Junto com a modernização econômica, surgiram alterações profundas no sistema social. Construiu-se uma estrutura econômica de reprodução do capital e suas correspondentes instituições. Ampliou-se a diferenciação social e sua correspondente estruturação de classes. Reapareceram valores e costumes burgueses e individualistas e seus correspondentes pensamento e ideologia. Expandiu-se, em setores da sociedade, uma atitude de ridicularização (escárnio, cinismo e mistificação) dos movimentos radicais de esquerda, constringendo a retomada de uma oposição social autônoma ao capitalismo.

Até mesmo um organismo como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma expressão institucional principalmente das grandes potências e do grande capital, julga que as reformas, desde 1978, são vastas, transcendem a economia e promovem uma reconfiguração do Estado:

A China procede atualmente a uma transformação radical de seu sistema de governança de forma a adaptar suas instituições e o funcionamento do Estado a uma economia cada vez mais aberta ao mercado. Um certo número de tensões ligadas aos desequilíbrios orçamentários e financeiros no país, ao crescimento das desigualdades e à degradação ambiental tornaram-se inevitáveis nessa mutação. (OCDE, 2005, p. 12, tradução nossa).

As reformas imediatamente econômicas foram articuladas em torno de três eixos:

1. subsunção do plano ao mercado; 2. liberalização da posse e da propriedade em detrimento da coletivização da agricultura e da empresa estatal; e 3. integração à economia mundial. O pragmatismo foi adotado como o critério fundamental de decisão do Estado chinês. Isso foi simbolizado pelo slogan de que não importa a cor do gato, contanto que ele cace o rato. Os resultados práticos foram perseguidos, independentemente da relação entre os meios empregados e as relações sociais de produção. As metas do crescimento econômico e desenvolvimento das forças produtivas desvincularam-se das conseqüências regressivas classistas, a longo prazo, na estruturação da sociedade. As mudanças foram implementadas paulatinamente, recorrendo inicialmente à experimentação em projetos-piloto, adotando o método do gradualismo, rejeitando-se a chamada terapia de choque. Essa transição ao mercado e às novas (e retrógradas) relações sociais de produção, através do gradualismo, tentou evitar maiores fricções políticas, contornar resistências sociais.

O principal trunfo das reformas é o impressionante e duradouro crescimento acelerado da economia chinesa. A sustentação de elevadas taxas de crescimento econômico seria a comprovação do acerto das mudanças. Porém, essa rápida multiplicação da produção cria mais expectativas de crescimento da riqueza no futuro, provocando uma crença e uma exigência de novas e crescentes medidas de liberalização econômica. O regime político, por sua vez, extrai sua defesa e legitimidade, em grande parte, dessa frenética corrida produtiva em curso.

Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004, p. 26-54) elaboraram uma periodização do processo de reformas na China. Eles denominam de estágio I o período entre 1978 e 1983, de estágio II, entre 1984 e 1991, com reformas urbanas, atingindo inclusive as empresas estatais (*state-owned enterprises – SOEs*); e de estágio III, entre 1991 e o momento presente, com privatização de empresas estatais, reforma financeira, nova abertura e adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. No primeiro estágio, foram concedidas maiores prerrogativas dos órgãos de planejamento provincial e regional, coexistindo com maior autonomia na administração das empresas e estímulo à criação de empresas cooperativas e privadas. Nessa primeira fase, ocorreu a descoletivização no campo, surgiram

as empresas de vilas e aldeias (*township and village enterprises – TVEs*) e foram constituídas as primeiras zonas econômicas especiais (*economic special zones - ESZs*).

3.3.2 Planificação e Gestão Estatais e Mercado

A criação dos mercados na China está articulada, de certa forma, com relações de classes sociais (YICHING, 2005, p. 49). Há alguma base em termos de desigualdades, interesses, privilégios e ideologia para o reaparecimento do mercado. As determinações históricas gerais vigentes na China impõem, de modo complexo, tanto conflito como adaptação ao mercado. Entretanto, quando começou o processo das reformas, o povo não estava reclamando a implantação de mercado, não havia manifestação popular nesse sentido, mas a liderança do PCCh inclinou-se em favor da via mercantil (HART-LANDSBERG; BURKET, 2004, p. 31). No início, promoveu-se um deslocamento significativo: mercado em vez de plano.

A opção pela reintrodução dos mecanismos de mercado foi clara. Já na própria 3ª Sessão Plenária, em dezembro de 1978, declarou-se que as forças de mercado eram a chave da modernização socialista. Isso poderia ser interpretado como, simplesmente, uma retomada de realismo na economia. Poderia ser um reconhecimento da necessidade da regulação mercantil na economia chinesa, ao lado da planificação estatal. Poderia ser uma tomada de consciência das dificuldades advindas da burocratização do plano ou da estatização completa e absoluta da atividade econômica. Poderia ser resultado de um amadurecimento sobre as dificuldades, os ritmos e os prazos da construção econômica do socialismo, sob as condições adversas capitalistas mundiais. Mas não era nada disso! Passava-se para uma visão nova, distinta, específica. O mercado, agora, aparecia como o regulador chave e como a ferramenta do cálculo econômico. E, ainda mais, lançou-se, posteriormente, uma confusão entre os conceitos de mercado e de socialismo, conforme as formulações do PCCh, no início dos anos 1990, acerca do socialismo de mercado.

Essa regulação do mercado estaria assentada na compreensão da vigência objetiva da lei do valor no período de construção econômica do socialismo. O mercado espontaneamente orientaria a alocação de recursos, segundo a lei do valor. No período de transição socialista, não caberia, simplesmente, trocar o funcionamento do sistema de preços,

conforme as forças de oferta e procura no mercado, pela fixação de preços, administrativamente, por representantes do Estado. Assim, a liderança chinesa pós-1978 teria aceitado a operação do mercado como essencial ao funcionamento da economia, segundo as condições vividas pela China. Parece ser essa a fundamentação do caminho escolhido pela China pós-1978: aceitar a lei do valor como algo natural, incontrolável, vigente praticamente pela eternidade. Nesses termos, seria viável impulsionar a produção para a valorização do capital, o que requer propriedade privada e mercado. Quaisquer formas e meios poderiam ser empregados, a fim de desenvolver completamente as forças produtivas, estruturar e modernizar a economia. Pela retórica das autoridades chinesas, isso seria a própria construção do socialismo, em um processo evolucionário, natural, a longuíssimo prazo.

A necessidade do mercado em lugar do plano e da gestão do Estado é também argumentada segundo os termos já levantados por Bernstein (1997b, p. 90). Para ele, como já foi visto antes, no capítulo I, era impossível a gerência estatal das empresas no socialismo. Isso resultaria em inviável gigantismo gerencial por parte do Estado, à frente da direção de imensa quantidade de empresas pequenas e médias, e mesmo no comando “só das empresas maiores”. Independentemente das justificativas lançadas pela liderança chinesa, o fato é que, no início do processo, a criação dos mercados foi uma imposição do governo sobre o povo. A liberalização da organização da agricultura, por família, e a livre venda de produtos agrícolas foi uma maneira de iniciar a reintrodução das transações mercantis.

Jean-François Huchet (2006, p. 10) avalia que, praticamente, todos os mecanismos de administração de uma economia planificada deixaram de ser utilizados na China. O desmonte da coletivização da agricultura, a liberalização dos preços, a diversificação das formas de propriedade, a privatização de empresas estatais, o crescimento do peso econômico do setor privado, o reconhecimento da legitimidade da empresa privada, a ampliação do setor de serviços, a monetização e a elevada liquidez na economia, a forma assumida pelo consumo de massas e a competição de mercado são alguns elementos comprobatórios desse abandono da planificação.

Ajit Singh (1994, p. 661) enxerga duas características essenciais na reforma chinesa. Primeiro, “houve uma ruptura decisiva com a planificação central de tipo stalinista, em benefício da maior utilização dos mercados, dos sinais de mercado e dos seus estímulos correspondentes”. Segundo, a mudança institucional foi gradual e progressiva.

Wing Thye Woo (1999, p. 15) analisa as transformações estruturais da economia chinesa, observando o período de 1978 e 1996. Nessa análise, ele destaca, na sua ótica, as três

principais mudanças: primeiro, o declínio da importância da agricultura e a ascensão da indústria e do setor terciário; segundo, a radical diversificação da estrutura de propriedade, com o recuo do peso econômico das empresas estatais (*SOEs*) e o destaque da ascensão das *TVEs*; terceiro, a orientação da economia para o comércio exterior. Para Wing (*op. cit.*, p. 10-4), os quatro momentos principais de tensão e mudança nos processos de decisão econômica pela liderança chinesa foram: 1. a desregulação, sobretudo da agricultura, em dezembro de 1978; 2. as reformas urbanas em 1984; 3. a (suposta ou frágil, crescente-se) ascensão política dos chamados conservadores favoráveis à planificação, em 1988; 4. a viagem de Deng Xiaoping ao Sudeste chinês desenvolvido, em 1992, após o colapso definitivo da União Soviética, exortando à utilização do mercado e das ferramentas capitalistas na construção do “socialismo de mercado com características chinesas”.

No final da década de 1970, os camponeses começaram a ter a organização da sua atividade produtiva liberalizada, informalmente, suprimindo-se as formas estatais e coletivas, adotando-se o sistema de contrato de responsabilidade por família (*baochan daohu*). Após a venda da cota de produção para o Estado, a família camponesa passou a vender qualquer quantidade no mercado. Tanto o presidente Hua Guofeng como o verdadeiro novo líder em ascensão, Deng Xiaoping, estavam interessados na obtenção do respaldo político advindo das famílias camponesas beneficiadas pelas medidas de liberalização. Em janeiro de 1983, foi reconhecido formalmente o sistema de contrato com unidades familiares no lugar das comunas populares.

As zonas econômicas especiais (*ESZs*) eram mais um capítulo na liberalização e no abandono da planificação estatal. A experiência dos países asiáticos de industrialização recente na atração de capitais estrangeiros repercutia muito fortemente. Não poderia ser ignorada pela liderança chinesa interessada em imprimir o avanço na economia do país. Assim, nos marcos da *política de portas abertas*, o Estado chinês, sem abrir o mercado doméstico, criou, em abril de 1979, quatro zonas econômicas especiais na costa sul da China, nas proximidades de Hong Kong e Taiwan, importantes alvos para a integração nacional. Os capitais privados domésticos e estrangeiros, na verdade quase todos de filiais de multinacionais, se instalaram nas *ESZs* sem subordinação ao sistema de planificação, contando com incentivos fiscais e livres para contratar e gerir a força de trabalho. Essas empresas concentraram-se na produção intensiva em mão-de-obra, dispondo da abundante e barata força de trabalho, e contaram com isenção tributária para importar peças e

componentes. Assim, alcançou-se grande competitividade nessas empresas voltadas para as exportações.

As reformas das empresas estatais (*SOEs*)⁷⁴, a partir sobretudo de 1984, subtraíram importantes decisões econômicas e administrativas dos marcos da planificação e gestão estatais. Liberalizou-se a administração das empresas, tanto em relação aos investimentos e produção, quanto no que diz respeito às compras e vendas dessas firmas no mercado. A multiplicação impressionante das *TVEs* também significou um esvaziamento das possibilidades da planificação e gestão estatais como controle, direção, coordenação da atividade econômica nacional.

Durante, sobretudo os anos 1980, tentou-se uma conciliação entre a administração e a liberalização dos preços. Isso pode ser visto como um sistema trinitário, com o Estado fixando alguns preços e monitorando outros, enquanto para uma quantidade cada vez maior de produtos admitia-se a determinação dos preços pelas forças de mercado (MACEDO, 1994, p. 40). Ou, simplesmente, isso pode ser visto como um sistema dual, com alguns preços ainda determinados administrativamente, como nas cotas de produtos a serem vendidas ao Estado no início das reformas, e com outros preços determinados pelo mercado. Já em outubro de 1984, foram liberados os preços da maioria dos produtos agrícolas e da maioria dos produtos manufaturados (estes últimos, dentro de uma banda de variação dos preços). (Ver tabela 2). Sem idealizar o mecanismo de mercado, é claro que sua precificação, a depender das circunstâncias de concorrência, representa uma possibilidade de refletir melhor os custos, além de ajustamento às condições da demanda, como reclamariam os representantes das teses das reformas pró-mercado, como Alec Nove.

⁷⁴ Uma empresa estatal (*SOE*) é controlada e dirigida, em última instância, pelo governo central, mesmo que sua gestão imediata seja assumida por governos locais. O setor não-estatal é composto por empresas que não são subordinadas ao governo central: cooperativas e empresas de propriedade coletiva, individuais, privadas e associadas com capital estrangeiro. (WING, 1999, p. 61, nota 9).

Tabela 2 - Distribuição das transações de 1978 a 2003, segundo a forma de determinação dos preços (em %)

	1978	1985	1995	2003
PRODUTOS NO ATACADO:				
Preços de mercado	0	13	78	87,3
Preços regulados pelo Estado	0	23	6	2,7
Preços fixados pelo Estado	100	64	16	10
PRODUTOS NO VAREJO:				
Preços de mercado	3	34	89	96,1
Preços regulados pelo Estado	0	19	2	1,3
Preços fixados pelo Estado	97	47	9	2,6
PRODUTOS AGRÍCOLAS:				
Preços de mercado	6	40	79	96,5
Preços regulados pelo Estado	2	23	4	1,6
Preços fixados pelo Estado	93	37	17	1,9

Fonte: Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento e anuários de preços *apud* DOUGHERTY e HERD (2005, p. 5, tabela 1).

Nas condições de inflação, com suas taxas de 6% em 1986, 7,3% em 1987 e 18,5% em 1988, a liberalização dos preços foi um importante objeto de disputas no interior do sistema Partido-Estado, na segunda metade da década de 1980. Deng Xiaoping insistiu nessa liberalização em 1986 e começou, a partir de maio de 1988, a conchamar, publicamente, pela adoção da liberdade dos preços de mercado. O *superaquecimento* da economia, a inflação e a ameaça de desequilíbrios maiores, em 1988, ao lado dos protestos na praça de Tiananmen, em 1989, suscitaram divergências, alinhando, de um lado, os chamados reformadores e, de outro, os tidos conservadores. Os primeiros defendiam a regulação da economia pelo mercado e os últimos seriam os defensores da planificação central.

A elaboração econômica de Chen Yun, o mais importante veterano dirigente depois de Deng, era a principal referência para reduzir a liberalização da economia. Para Chen, a economia deveria ser regulada em 80% pelo plano e 20% pelo mercado. Segundo sua metáfora, a economia era um pássaro voando em um espaço livre, o mercado, mas restringido por uma gaiola, o plano.

Com o afastamento de Hu Yaobang da secretaria geral do Partido, e a sua substituição por Zhao Ziyang, que deixou o cargo de primeiro ministro, os tidos conservadores passaram a contar com o novo primeiro-ministro, Li Peng, e com o fortalecimento do chefe da Comissão Estatal de Planificação, Yao Yilin. Em setembro de 1988, o Comitê Central decidiu conter o ritmo das reformas. O governo adotou medidas econômicas austeras e, em 1990, a inflação caiu para 2,1%, enquanto o crescimento da economia “recuou” para 4,1%.

Divulga-se fortemente a idéia de que no final dos anos 1980, os chamados conservadores teriam conseguido “congelar”, paralisar as reformas. É verdade que ocorreram disputas, conflitos, dúvidas. O foco de tudo isso estava dirigido para a polêmica do plano *versus* o mercado. É preciso, porém, evitar o exagero, tão geralmente aceito, de interpretar essa polêmica como uma tentativa global e real de reversão das reformas, a partir das iniciativas de alguns importantes dirigentes, entre 1988 e 1991. O exagero é tão universal e tão gritante sobre os fatos desse determinado momento histórico, que se caracteriza a viagem de Deng Xiaoping ao sul da China como um novo ponto de viragem, com o relançamento das reformas e a derrota dos chamados conservadores.

A visita de Deng a Shenzhen foi muito importante, inequivocamente, mas não significou inflexão, e sim continuidade e aprofundamento do que já vinha sendo implementado. Nisto tudo há muita fantasmagoria, mas é essa forma, essa fantasia, que todo mundo quis escrever e registrar. Por essa leitura, a partir da exaltada, última e genial cartada de Deng, as reformas foram “descongeladas” e puderam ser aprofundadas.

Em contraste com essa quase lenda unânime, é possível recordar alguns fatos que não significaram demonstração de força dos chamados conservadores. Com efeito, nesse período, não se registra a demonstração de medidas contrárias aos mecanismos de funcionamento de uma economia capitalista. Nesse sentido, foi emblemática, como reforço dos típicos mecanismos de mercado, a criação das duas únicas Bolsas de Valores da China (afora a Bolsa de Hong Kong), exatamente nesse suposto período anti-reformas. De fato, a Bolsa de Xangai foi aberta em 1990 e a de Shenzhen, em 1991. Foi também significativa, politicamente, a eleição, em junho de 1989, de Jiang Zemin, sem nenhum compromisso com a reversão das reformas, para a secretaria geral do Partido Comunista Chinês.

O 8º Plano Quinquenal, lançado em dezembro de 1990, não continha nenhuma mudança da rota orientada para o mercado. Não se cogitou nenhuma política de ataque aos interesses já criados. Esses interesses já estavam cristalizados através da disseminação das *TVEs*, da autonomia dos diretores das empresas, da expansão do papel político dos secretários do Partido nas províncias e o fortalecimento dos governos locais, sempre envolvidos em negócios, contratos, *joint-ventures* e atração de investimentos, no sentido da expansão da atividade econômica privada.

Na verdade, as dúvidas das lideranças chinesas, entre 1989 e 1991, se deveram aos problemas da economia, sobretudo à inflação, aos protestos de Tiananmen e aos receios advindos da queda do Leste Europeu e, depois, da União Soviética. As lutas internas no PCCh se prendiam ao efeitos futuros das reformas em termos de socialismo (na versão chinesa) e capitalismo, especialmente com a repercussão da crise do socialismo real no mundo. A partir daí, surgiam certos conflitos, mas havia uma unidade básica da inevitabilidade das reformas em favor do mercado, em maior ou menor grau. Discutia-se sobre as dimensões da liberalização. Supunha-se o mercado apenas como um instrumento, um meio, para servir ao socialismo chinês, assim como servia ao capitalismo. O socialismo, com a preservação do sistema Partido-Estado, seria compatível com a economia regulada pelo mercado. Robert Weil (1999, p. 1-2) chama a atenção de que o próprio Deng Xiaoping teve a habilidade de introduzir mecanismos capitalistas na economia, mantendo algumas características da tradição socialista chinesa, como o núcleo da estrutura produtiva industrial estatizada, perseverando na configuração de um modelo misto.

É difícil caracterizar uma política monetária contracionista para combate à inflação, segundo um receituário tradicional, como uma prova de tentativa de reversão das reformas pró-mercado. Isso não tinha o propósito de se constituir em um ataque aos florescentes negócios privados da região costeira, já habituados e alimentados com abundante oferta de créditos oficiais. Ainda dentro do objetivo antiinflacionário, algumas medidas provisórias e tímidas de certa centralização de recursos orçamentários foram adotadas pelo governo central, apenas conjunturalmente, a fim de reduzir os impactos de novos investimentos, novas atividades, impulsionados pelos governos locais. Os momentâneos controles de preços não eram duradouros, não impediriam a retomada, posteriormente, da liberalização dos preços. Hoje, 90% dos produtos industriais e 80% dos bens da agricultura já contam com preços livres de mercado (HUCHET, 2006, p. 10).

Por fim, sobre esse suposto embate entre as correntes da “planificação” e do mercado, pode-se registrar que Deng Xiaoping morreu, em fevereiro de 1997, mas no final deste mesmo ano, os principais líderes veteranos da ala chamada conservadora, Chen Yun, Pheng Zhen, Wang Zhen e Li Xiannian, já estavam mortos. Deng deixou herdeiros, como Jiang Zemin – presidente da República, secretário-geral do PCCh e presidente da Comissão Militar -, que aprofundaram as reformas liberais, enquanto Chen Yun não teve sucessor algum.

3.3.3 Em Busca da Conciliação com a Tese do Estado Mínimo

A administração estatal direta do conjunto da economia recuou tremendamente na comparação com o período maoísta. O Estado continua tendo um grande peso na estrutura produtiva e no sistema financeiro da China, mantendo importante regulação da atividade econômica. Todavia, mudou radicalmente sua forma de intervenção, com o abandono da planificação econômica baseada em princípios organizacionais coletivistas.

Hoje, o mercado tornou-se o principal regulador da economia. A gestão pública começou a deslizar gradativamente para meios indiretos, como as políticas macroeconômicas convencionais para o gerenciamento da taxa de juros, tributação, taxas de câmbio. A mudança decisiva foi, posteriormente, a separação entre propriedade estatal e gestão das empresas, estabelecendo-se a autonomia empresarial ajustada às demandas do mercado (YING, 1995, p. 39). Surgiu um novo centro de poder decisório na economia, a partir da autonomia empresarial e, sobretudo, da liberdade de decisão dos múltiplos capitais privados, sobretudo das multinacionais. Ademais, até mesmo, essa gestão macroeconômica convencional é cada vez mais restringida pelo tipo de descentralização implementado, com os governos locais fortemente imbricados com a corrida de novos negócios. Nesse sentido, ampliou-se, significativamente, a parcela de recursos fiscais dos governos locais e provinciais, que passaram a ter liberdade para decidir seus gastos. A descentralização assumiu uma nova forma, em vez da simples transferência de poderes para governos locais, inaugurando-se uma relação de descentralização do Estado e da planificação em face das empresas, como os novos e privilegiados centros autônomos de decisão.

As privatizações das empresas estatais são uma decisiva reforma do Estado chinês. Ao longo de todo o período das reformas econômicas, ocorreu, em paralelo, um movimento de reestruturação do aparelho do Estado, que buscou adaptar o sistema institucional às novas condições políticas, econômicas e sociais. Ao mesmo tempo, isso apareceu, em certa medida, como uma conciliação com a tese liberal do Estado mínimo, embora os dirigentes chineses tenham uma atitude prática, clara, de rejeição a qualquer idéia que assimile o Estado a um mal em si mesmo, como fonte de ineficiência econômica, privilégios, corrupção e autoritarismo.

Desde o início das reformas até o presente, o momento de maior esvaziamento das estruturas do Estado chinês ocorreu em 1988, envolvendo os âmbitos nacional, provincial e

local. É significativo que esse golpe contra o aparelho do Estado tenha antecedido as manifestações da Praça Tiananmen (em 1989), quando um dos motivos iniciais da deflagração dos protestos foi a denúncia da corrupção, que grassava entre os funcionários da máquina estatal. Ou seja, pairava no ar um ceticismo a alguns aspectos da formação, até então, existente do Estado, expressando-se, na superfície, como extinção de órgão ou protestos sociais.

No ano de 1988, a reforma do aparelho do Estado redundou na eliminação de cerca de quatro milhões de postos de trabalho na máquina pública (RODRÍGUEZ, 2005, p. 18). Os ministérios e comissões no governo central passaram de 40, em 1993, para 29, em 1989. Na nova estrutura, a área de controle macroeconômico reunia o Ministério da Fazenda, o Banco Popular da China (Banco Central), a Comissão Estatal de Planificação e Desenvolvimento e a Comissão Estatal de Economia e Comércio. A área de gestão econômica contava com os ministérios dos Transportes Ferroviários; das Comunicações; da Construção; da Agricultura; da Conservação da Água; do Comércio Exterior e Cooperação Econômica; e da Informação (fusão dos ministérios dos Correios e Telecomunicações e da Indústria Eletrônica); além da Comissão de Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa. A área de administração agregava os ministérios da Educação; Ciência e Tecnologia; Cultura; Trabalho e Seguridade Social; Recursos Naturais. Os demais doze ministérios compunham a área de assuntos de governo e de Estado.

Conforme Sheying Chen (2002, p. 211), o Congresso do Povo (também chamado Assembléia Nacional Popular - ANP), em sua nona sessão, reunida em 1998, aprovou o fim de importantíssimos departamentos econômicos, em resposta a uma certa aproximação com uma visão – social-liberal, acrescenta-se - de “pequeno governo, grande sociedade”. Esse autor chama a atenção para a importância do esvaziamento econômico do Estado, através da desresponsabilização das unidades de trabalho (empresas estatais, *SOEs*), em relação à seguridade social (habitação, assistência à saúde, educação) e à influência na vida da comunidade (repressão à criminalidade, controle de nascimento etc.).

A estrutura do Conselho de Estado contava com comissões centrais que desempenhavam um importante papel de articulação dos diversos ministérios, ajudando a formular propostas mais globais para a política, planificação e gestão da economia e da administração na China. Mas, com as transformações econômicas do mercado e da propriedade privada, tudo isso foi perdendo sentido, substância, efetividade. Então, em março

de 2003, já no curso do cumprimento da liberalização fomentada pelo acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), foi extinta a Comissão de Economia e Comércio. E, muito mais significativamente, a Comissão de Planificação e Desenvolvimento foi eliminada e substituída por uma estrutura voltada para comandar a continuidade das reformas em favor do mercado, ou seja, a Comissão da Reforma e Desenvolvimento. Afirmou-se organicamente, no interior do aparelho do Estado chinês, a troca da planificação pelo mercado. Ademais, na linguagem dos dirigentes chineses, a planificação e a regulação da economia passaram a ser substituídas, cada vez mais, pelo que eles chamam de **controle macroeconômico**, baseando-se nas fórmulas convencionais de política econômica, sob pressão conflituosa de keynesianos, liberais e desenvolvimentistas.

As unidades de serviço público (USP – *shiyè danwei*) são instituições públicas incumbidas de tarefas nas áreas de educação, ciência e tecnologia, cultura e saúde, na China. Conta-se com uma grande diversidade de estrutura, financiamento e serviços entre as USPs nas diversas partes do país. Já foram feitas reformas em favor de maior autonomia das USPs para sua administração, para a busca de receitas fora das provisões orçamentárias governamentais e para fomentar maior concorrência no mercado de trabalho, reconhece a OCDE (OCDE, 2005, p. 90). É claro que, na ótica liberal, qualquer seguridade social gera acomodação dos trabalhadores, prejudicando a disputa por vagas no mercado de trabalho. A OCDE quer mais: “De fato, no quadro da passagem da economia planificada para a economia de mercado, a reforma das USPs está no coração da redefinição do tamanho e do papel da Administração na economia, bem como na definição de seu (das USPs) modo de funcionamento e mecanismos de financiamento”. Portanto, as reformas atuais pretendem, na China, transformar algumas USPs em empresas e reestruturar outras, diminuindo ainda mais as obrigações sociais do Estado.

As reformas liberalizantes, inclusive a privatização, que antecederam o acordo com a Organização Mundial do Comércio, em 2001, e que prosseguem, estão em curso, significam uma mudança profunda, em diversos âmbitos do Estado. Assim, cabe destacar que, em função do acesso à OMC, o Estado chinês revolveu significativamente toda sua estruturação legal formal, com a emenda, modificação e revogação de três mil leis e regulamentos, como reconheceu Hanqin Xue (2005, p. 138), embaixador da China na Holanda. O propósito dessa reviravolta na legislação do país é a busca da adaptação institucional às condições requeridas para a obtenção do status de economia de mercado,

como deseja a liderança chinesa em razão da sua filiação à OMC, no contexto da crescente dependência e integração da China no mercado mundial.

CAPÍTULO IV

AS REFORMAS TENDENTES À RECONSTITUIÇÃO DA DOMINAÇÃO DO CAPITAL

4.1 DESCOLETIVIZAÇÃO NO CAMPO

Originalmente, em contextos bastante diversos, registraram-se alguns escassos casos de formas de contratação de produção e trabalho de camponeses em 1956, em áreas remotas nas províncias de Anhui, Sichuan, Shanxi e Zhejiang, e no período de 1962 a 1965. Na reforma do final da década de 1970, a terra mantinha-se, formalmente, como propriedade coletiva do solo, em sua maioria, mas a sua posse, atualmente por prazo mínimo de 30 anos, e o seu usufruto passaram a ser assegurados às unidades familiares. O governo da vila ou o comitê da aldeia não podem vender ou alugar a terra. Inexiste clareza sobre quem representa a coletividade: se são as unidades familiares, camponeses individuais, comitê de aldeia ou governos de vilas (SARGESON, 2004, p. 638).

Nas aldeias menores, o *xiaozu*, grupo formado por 30 a 40 famílias, responde pela coletividade, redistribuindo as terras, a cada três ou cinco anos, considerando os casamentos, nascimentos ou mortes. De qualquer sorte, a família pode renovar seu direito de posse indefinidamente, pode legar a sua parcela de terra para seus herdeiros e pode ceder essa posse para outra família. Tudo isso mostra que se tratou, na verdade, de uma reforma agrária, com a efetiva distribuição de terras para o controle de cada unidade familiar camponesa. As famílias, sob contrato, passaram a ter uma margem de liberdade para escolher as culturas e comercializar parte da produção. Em 1983, foi concluído o processo de desmantelamento das comunas populares. A nova forma de exploração agrícola alastrou-se, cada vez mais, generalizando-se em todo o país, e alcançou 95% das famílias camponesas em 1984.

4.1.1 Sucesso da Descoletivização ou dos Efêmeros Preços Altos Subsidiados?

Politicamente, era mais importante começar as reformas pelo campo. Aí, a maioria da população chinesa defrontava-se ainda com as dificuldades de vida. O atraso na agricultura era visível em um quadro estrutural de grande população com pouca área agricultável. Foi na área rural que a estratégia maoísta impulsionou o sistema organizacional das comunas populares, exaltando o igualitarismo. Se era para distinguir-se do maoísmo, tinha que começar pela descoletivização no campo, pois. O sucesso da reforma na agricultura empurraria a sociedade a aderir ao conjunto das reformas, como lembrou Ajit Singh (1994, p. 668).

Mas era preciso distribuir ganhos para incentivar os agricultores, favorecendo a reforma. Por isso, o Estado decidiu garantir, com recursos orçamentários, esse tipo de êxito da liberalização da agricultura. Entre 1979 e 1981, o governo aumentou os preços dos produtos comprados dos camponeses em 40% (LEMOINE, 2006, p. 20). Na primavera de 1979, o governo elevou em 20% os preços dos grãos da cota obrigatória a ser entregue pelos camponeses e em 50% os preços da produção excedente, destinada ao mercado. Fez mais: para evitar o aumento dos preços de consumo, assumiu os encargos de subsídios, a fim de manter em níveis baixos os preços ao consumidor.

A partir das decisões de dezembro de 1978, os produtos industriais fornecidos à agricultura foram rebaixados de 10% a 15% (POMAR, 1987, p. 187). Reconheça-se que com essas condições, despojando-se do mito dos poderes maravilhosos dos mecanismos capitalistas, a produção agrícola multiplicou-se. Já em 1979, muito antes, portanto, da liberalização completa dos mercados agrícolas, a safra de cereais cresceu para 332 milhões de toneladas contra 304 no ano anterior. No período de 1979 a 1984, o crescimento da produção beneficiou-se de condições climáticas, em geral, muito favoráveis (o exato avesso do clima quando do *Grande Salto à Frente*). Nessa nova fase da agricultura, teve lugar um uso mais intensivo de adubos, energia elétrica e outros insumos (SINGH, 1994, p. 668).

A fama e o sucesso dessa mudança na agricultura foram atribuídos a quê? À iniciativa, aos incentivos, ao individualismo, ao mercado, à liberalização, enquanto a coletivização foi execrada. A conta da “generosidade estatal” apareceu no início dos anos 1980, na forma de crescente déficit fiscal, já que os subsídios à agricultura comprometiam cerca de 25% do orçamento nacional. Na contra-corrente, Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004, p. 35-36) afirmam que, nesse primeiro estágio das reformas, o grande salto na

produção agrícola, em vez de ser um resultado da descoletivização e do mercado, deveu-se aos efeitos dos ganhos decorrentes dos aumentos de preços de grãos deliberados pelo governo.

Cumprida a tarefa de “demonstrar” a superioridade da liberalização, era preciso ir adiante. Tratava-se de avançar na criação dos mercados livres. Assim, em 1982 foi quebrado o monopólio estatal sobre a comercialização dos cereais. E, em 1985, avançou-se decisivamente na obra de liquidação da planificação estatal na agricultura, com um passo fundamental, ou seja, a liberalização das trocas de quase todos os produtos agrícolas. A alocação dos recursos na produção agrícola passou a depender das flutuações do mercado, a despeito das intervenções públicas, sobretudo a política agrícola relativa a alimentos básicos.

Não obstante as loas cantadas aos ganhos de eficiência da liberalização, deve-se observar que a maior abertura mercantil da agricultura, na segunda metade dos anos 1980, coincidiu com uma diminuição na taxa de crescimento da produção agrícola, que foi de 7% ao ano, entre 1979 e 1984, mas registrou 4,5% ao ano, no período de 1985 até 1990. Em 2004, a liberalização total do comércio agrícola derrubou os últimos pedaços do controle estatal. O Estado decidiu suprimir o que ainda restava de cotas (de vendas de produtos a determinados órgãos públicos) e os remanescentes preços administrados.

As reformas no campo e ainda a repercussão das reformas gerais e do crescimento econômico acelerado transformaram, profundamente, a paisagem rural chinesa. A agricultura recuou sua participação no PIB de 39%, em 1978, para 18%, em 1996, e 15%, em 2004 (WING, p. 8;15; OCDE, 2005, p. 533). Nesses anos, a agricultura ocupava, respectivamente, 71%, 51% e mais de 40% da força de trabalho do país. A renda real *per capita* no campo elevou-se em 9,6%, enquanto nas cidades o correspondente aumento foi de 6,3%, entre 1980 e 1989 (SINGH, 1994, p. 664). Além do cumprimento das tarefas básicas da segurança do abastecimento para sua imensa população, sem excluir as necessárias importações, a China, no período de 2000 e 2002, realizou exportações agrícolas líquidas de três a quatro bilhões de dólares. Para Claude Aubert (1996, p. 525), processava-se “uma verdadeira revolução nas produções agrícolas e na estrutura do consumo alimentar”. As transformações na área rural atingiram a estrutura produtiva amplamente. Nesse sentido, a partir da herança da industrialização rural da estratégia maoísta, surgiram, no período das reformas, as empresas de vilas e aldeias (*Township and Village Enterprises - TVEs*), que desempenhariam importante papel na produção, emprego e, posteriormente, exportação.

4.1.2 Crise Social e Ambiental no Campo

Não obstante todas essas grandes mudanças, as zonas rurais ainda concentram cerca de 60% da população do país, e há uma crise latente no campo. Desde a segunda metade dos anos 1980, exatamente em paralelo com a liberalização do mercado de produtos agrícolas, começou a perder força a marcha da convergência de renda entre a cidade e o campo. Desde a década de 1990, a renda real dos camponeses estagnou-se, instaurando-se uma crescente divergência entre a renda na cidade e no campo. A maior parte da renda dos camponeses, hoje, vem de atividades não agrícolas e dos migrantes para as cidades. Voltou a aumentar o fosso entre o nível de vida nas cidades e no campo, como revela a comparação entre as despesas de consumo urbanas e rurais, que caíram da razão de 3,2/1, em 1978, para 2,3/1, em 1985, mas tornou a aumentar para 3,3/1, segundo o cálculo com a base de *yuan*s constantes em 1995 (AUBERT, 1996, p. 532).

Li Dasheng, John Davis e Liming Wang (1998, p. 214-5) definem o que seria a sustentabilidade da agricultura, no caso chinês, como um processo viável de combinação de oferta de produtos para as necessidades de alimentação e vestuário da população, melhoria dos recursos naturais e garantia de razoável renda para os camponeses. Esses autores reconhecem que, nas atuais circunstâncias, a sustentabilidade é um grande e difícil desafio na China, que é o país mais populoso do mundo, possui recursos naturais limitados e adota uma estratégia econômica centrada na rápida industrialização. A diminuição do ritmo de crescimento da produção agrícola já evidencia, em termos potenciais, a capacidade futura de a China prover alimentos, razoavelmente, para seu povo. Nesse sentido, articulando esses diversos aspectos do conceito de sustentabilidade, haveria uma crise potencial na agricultura chinesa, que pode ser deflagrada a qualquer momento. A produção de grãos *per capita* era de 393 kg, em 1984, e caiu para 387 kg, em 1995. A produção de algodão teve uma taxa de crescimento negativa entre 1984 e 1995. O crescimento esperado da população e da renda *per capita*, até 2030, representará um aumento preocupante da demanda sobre os produtos da agricultura.

A combinação entre recursos limitados, rápido crescimento econômico e degradação ambiental já tem implicações muito importantes na China, como observam Li, Davis e Liming (1999, p. 216-7), com os dados a seguir apresentados. A China tinha apenas 94,97 milhões de hectares de área cultivada, estabelecendo-se uma relação de 0,078 hectares por pessoa, em 1995. Essa baixa relação, que está diminuindo ainda mais, representava apenas

33% da média mundial, 17% da dos países desenvolvidos e 45% da dos países em desenvolvimento. No mundo, a área agricultável cresce, diferentemente da China. Esse país defronta-se com escassez de água para a agricultura, enquanto aumenta seu uso para a indústria e residências. A China contava com 2 800 km³ de recursos de água doce, o que representava apenas 2 470 m³ por pessoa, enquanto a média global era de 7 690 m³. O deflorestamento e a expansão da pecuária, entre outros fatores, têm resultado em erosão do solo. Os 13,5% de terras erodidas, em 1985, passaram para 17%, em 1991. Amplia-se a salinização do solo. Dos 30 milhões de hectares atingidos por inundações e secas, no início da década de 1980, passou-se a 40 milhões de hectares prejudicados, com grandes perdas de colheitas, entre 1985 e 1990. A poluição química resulta na chuva ácida e contaminação de água e solo. No ano de 2005, assistiu-se a alguns acidentes extremamente graves, do ponto de vista ambiental, com o descarte de imensa quantidade de produtos químicos em águas de importantes rios na China.

4.1.3 Desresponsabilização do Estado

Levanta-se uma queixa exagerada sobre o grau de intervenção estatal ainda remanescente na China sobre a agricultura, conforme um estudo da OCDE (2005, p. 541-6). Nesses termos, recomenda-se que o papel do Estado deveria limitar-se a criar um contexto favorável e harmonizar as regras para as livres decisões dos agricultores e empresas agrícolas, para o funcionamento dos mercados, para o sistema de incentivos baseados na autodisciplina dos agentes econômicos.

No entanto, observando de perto o quadro institucional descrito pelo próprio estudo da OCDE, não se vê um grande contraste com a governança pública na agricultura nos mais diversos países no mundo. O sistema de administração de grãos, em 2004, era constituído da seguinte maneira (OCDE, 2005, p.541-2): 1. A Comissão Estatal para o Desenvolvimento e a Reforma (CEDR), através da Administração Nacional de Grãos, formulava a orientação sobre as compras, distribuição, estoques de reservas, preços mínimos. Os governos provinciais supervisionavam o equilíbrio entre a oferta e a demanda; 2. O Ministério da Agricultura propunha medidas sobre a produção dos grãos, inclusive reorganização das culturas; 3. A CEDR cuidava de planos de importação e exportação de grãos; o Ministério do Comércio ocupava-se das negociações comerciais. Havia um

Departamento comercial para cereais, óleos e produtos alimentares. O Ministério da Agricultura elaborava as propostas relativas à importação e exportação de sementes e impostos de importação; 4. O Banco de Desenvolvimento Agrícola da China (BDAC) emprestava fundos para compra, estocagem e comercialização dos grãos; 5. A Administração Nacional de Grãos ocupava-se da qualidade e inspeção dos grãos e cooperava com a vigilância sanitária das importações e exportações dos grãos; e 6. O Ministério da Agricultura cuidava de adubos químicos, pesticidas e sementes e das normas para a mecanização agrícola.

Protestou-se, nesse estudo da OCDE (2005), contra a participação de muitos ministérios (pelo menos 14) e órgãos, um vasto aparato estatal, com diversos níveis de interferência na política agrícola. Todavia, nesse mesmo estudo (p. 543) reconheceu-se que a maior parte desse aparato seria desmantelada na China. Reconheceu-se, também, que os objetivos e os planos foram colocados em segundo plano, pela primazia das decisões descentralizadas, via mercado, na produção agrícola chinesa. Dever-se-ia reconhecer, ainda, que esse arranjo institucional do governo chinês, inclusive a definição de funções e competências, tem caráter apenas formal, com restrita incidência prática, no sentido de contrariar a liberdade de decisão dos diversos segmentos privados envolvidos com os negócios na agricultura chinesa. Hoje, no Estado chinês, o que há, de fato, é uma ausência de um “sistema eficaz de regulação dos preços e das produções agrícolas” (LEMOINE, 2006, p. 21).

Na realidade, o problema não é a excessiva presença estatal. De fato, constata-se o descompromisso do Estado, em certas áreas, causando sérios problemas. O desengajamento do Estado, por razões orçamentárias, cria certa degradação das obras de infra-estrutura hidráulica nas aldeias. Os governos locais têm aumentado os impostos pagos pelos camponeses, mas essas instâncias governamentais não têm conseguido responder às necessidades das infra-estruturas agrícolas (e, além disso, os serviços sociais nas aldeias). O mercado, por si mesmo, não provê as obras para proteger a população e a agricultura das calamidades. O próprio ministro dessa área, Yang Zhenhuai, denunciou, em 1988, que um terço das obras hidráulicas deterioravam-se, ameaçando a população; 500 mil hectares de irrigação se perderam em um ano; canais e reservatórios se degradavam; e a província de Anhui já tinha 70% de poços abandonados (AUBERT, 1991, p. 526).

4.1.4 A Cantilena dos Direitos de Propriedade

Presencia-se a adoção de novas leis e um processo de discussão no governo sobre os direitos de propriedade no campo. Organismos internacionais e economistas liberais pressionam pela criação de um autêntico mercado de terras. Protesta-se contra a fragmentação da terra em parcelas de 0,5 hectares, contra a impossibilidade de racionalizar as explorações obtendo economias de escala, contra a extrema lentidão no processo, tido natural, de concentração de recursos nas mãos dos camponeses. Argumenta-se que o direito coletivo de redistribuir a terra gera incerteza sobre a manutenção dessa posse, no futuro, e, por isso, o camponês, na insegurança, é desestimulado a investir (OCDE, 2005, p. 545).

A Constituição da China foi emendada, reconhecendo-se a legitimidade e inviolabilidade da propriedade privada. No país, a terra é o único e restante meio de produção que ainda é objeto de uma certa resistência social à privatização estrita. O pressuposto dos reformadores liberais é de que a formalização dos direitos de propriedade privada dos camponeses e o mecanismo de livre venda e compra de terra resultarão em elevação da eficiência econômica na agricultura. Acena-se com muitas promessas, especulando-se que esses direitos de propriedade privada da terra deverão gerar: capitalização para os camponeses; segurança e incentivos para os camponeses aproveitarem as oportunidades mais racionais; ganhos de produtividade; contenção da atual degradação do nível de vida nas aldeias; constituição de grandes e modernas empresas agrícolas, com escala e preços para competir internacionalmente; e emprego de novas tecnologias na agricultura.

Expõe-se um ponto de vista simplista no sentido de que as mudanças no mundo rural deverão estar em consonância com a “natural evolução” da sociedade no processo de industrialização e urbanização. Portanto, o campo e a sua população camponesa não poderão manter-se como o eixo da nova sociedade chinesa. Em vez de um simples processo de urbanização na sociedade chinesa, as formas de que se reveste a crescente migração do campo para a cidade atestam uma profunda desestruturação social, desde a dissolução das comunas, desmentindo o tão reiterado sucesso econômico e social no campo.

A natureza regressiva das reformas no campo é criticada, globalmente, por Sally Sargesson (2004). Ela denuncia a ameaça da privatização e mercantilização da terra como uma forma de despojamento dos camponeses, expulsando-os da sua terra, transformando-os em proletários. O baixo custo da mão-de-obra, a partir dos fluxos inesgotáveis do campo, é

um aspecto que a indústria e demais setores, nas cidades, na China não querem abrir mão. A internacionalização da agricultura chinesa, sobretudo com a queda das tarifas decorrentes da adesão à Organização Mundial do Comércio, traria custos, que serão individualizados, segundo as condições da propriedade privada da exploração agrícola de cada camponês, eximindo o Estado de qualquer responsabilidade.

Avança uma onda de transações ilegais de terra, nos últimos anos. Ilegalmente ou com tramitação legal, crescem as expropriações de camponeses, inclusive pela ação de governos locais, registrando-se, em 2002, uma quantidade de terra perdida que era o dobro em comparação com o ano anterior. A lei sobre contratação de terras rurais (*Rural Land Contracting Law – RLCL*) promulgada, em 2003, e as suas regulamentações favoreceram a contratação individual, em vez da unidade familiar, para a posse e exploração da terra. Essa legislação lançou as bases para a evolução no rumo de um certo mercado dos direitos individuais de uso do solo, contribuindo ainda mais para a criação de camponeses despossuídos. Já ressurgiram os camponeses sem terra na China, havendo 35 milhões deles, em 2003.

Formalmente, a terra continua como propriedade do Estado. Contudo, já na reforma de 1984, estabeleceu-se a permissão para alugar a terra, obtida por meio de concessão dos poderes públicos. A partir daí, “[U]m mercado de aluguel de terra se desenvolveu, mas os arranjos de locação entre os camponeses têm, geralmente, um caráter informal e provisório” (OCDE, 2005, p. 543). O uso da terra tornou-se objeto de transações de mercado, através de compra e venda, arrendamento e hipotecas (HART-LANDSBERG; 2005, p. 609). Com as mudanças atuais, Sargeson (2004, p. 651) avalia que, ao adotar formas tendentes à privatização e individualização da propriedade da terra, o Estado lavaria as mãos dos resultados inevitáveis de despojamento dos camponeses. O governo central se isentaria perante a atitude dos próprios camponeses, obrigados individualmente, em meio às mais diversas dificuldades, a alienar seus próprios direitos de propriedade de sua parcela de terra.

4.2 LIBERALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

Uma mudança-chave na China ocorreu na reforma da regulação estatal do trabalho. Tratou-se da criação do mercado de trabalho. Como se sabe, esse mercado é uma instituição fundamental no capitalismo. É assim que se materializa o caráter de mercadoria da força de trabalho, a despeito de suas características especiais. As reformas tornaram a força de trabalho chinesa, plenamente, uma mercadoria especial, que, com os capitalistas consumindo seu valor de uso, gera um valor maior do que o seu próprio (da força de trabalho) valor. A introdução do mercado e da propriedade privada na China produziram, inevitavelmente: o fetichismo da mercadoria, as relações “pelas costas dos produtores”, a caracterização do trabalho como uma propriedade da mercadoria e como algo estranho aos trabalhadores, a alienação do trabalho. Institucionalizou-se, na China contemporânea, a assimetria estrutural, tipicamente capitalista, entre a demanda e a oferta da força de trabalho, com a concorrência aberta entre os trabalhadores e com a insegurança social, disciplinadora, diante da necessidade de preservação do emprego.

As reformas liberalizantes criam certas características de exploração dos trabalhadores chineses, como se guardassem alguma semelhança com outros processos de desenvolvimento capitalista. O neoliberalismo no mundo, nos anos 1980 e 1990, e a queda do socialismo real na União Soviética favoreceram, sobretudo na década de 1990, e até hoje, o apelo a velhas e novas torpezas contra os trabalhadores, retomando a importância da extração da mais-valia absoluta na China, embora a economia chinesa esteja submetida à modernização econômica, nas quase três últimas décadas. Guardadas as grandes diferenças das épocas históricas, pode ser feito um paralelo, no que concerne à desenfreada exploração do trabalho em curso na China, com o começo da industrialização na Inglaterra.

O que ensina a história? A esse respeito, pode se tomar em consideração o esclarecimento de Friedrich Engels (197-? ou 198-? d, p. 214), mostrando que o contexto do “estágio juvenil de exploração capitalista”, na Inglaterra, era marcado pela fúria de exploração sem limite do início da grande indústria. Engels (*ibid.*, p. 213) explicou que, posteriormente, no novo estágio econômico, já avançado, as astúcias e pequenos roubos contra os operários já não faziam sentido, porque já se contava com o progresso da grande indústria inglesa e os mercados mais amplos. Para a grande empresa, surgiu a necessidade de certa moralidade comercial e de concentrar o seu tempo e atenção em aspectos mais relevantes dos negócios.

Só os pequenos fabricantes ainda se atiravam aos tostões, aos truques mesquinhos, para tentar sobreviver. Nessa etapa produtiva adiantada, ocorreram as reformas sociais, como o fim do *truck system* (pagamento do trabalho em produtos) e a aprovação da lei das dez horas. Essas medidas contrariavam o espírito da livre troca, mas, paralelamente, reforçavam os grandes capitalistas em detrimento dos concorrentes mais frágeis, analisava Engels.

A necessidade da presença de grande número de operários nas maiores empresas levou os mais importantes industriais a prevenir conflitos inúteis e aceitar os sindicatos, observava Engels. Tudo isso estava em conformidade com o movimento de aceleração da concentração do capital e supressão dos concorrentes menores. No capitalismo juvenil em países periféricos, reconhecem-se, como na atual retomada capitalista na China, as piores torpezas da exploração. Isso é demonstrado sobejamente pelo crescimento da desigualdade de distribuição de renda e as miseráveis condições de vida de grandes massas trabalhadoras, sobretudo camponeses e migrantes trabalhadores chineses. Assiste-se a essa fúria de exploração capitalista, a despeito tanto das lutas do movimento operário, no mundo, por direitos e reformas sociais, quanto da experiência da grande revolução chinesa.

No período das reformas do Estado e da dominação do capital na China, as mudanças relativamente às relações sociais de produção tornaram-se fundamentais. Era preciso adaptar a organização e a gestão do processo de trabalho ao controle capitalista. Era preciso contar com uma força de trabalho disciplinada, submetida à hierarquia. A autonomia da direção das empresas, reafirmando a divisão do trabalho, seria um ensaio, uma lição de casa, preparando as futuras mudanças na propriedade das empresas, para entronizar o controle da empresa privada capitalista sobre o trabalho e o produto. As práticas de *incentivos monetários*, nos moldes capitalistas, substituíram os outrora apelos ideológicos socialistas. Embora universalmente tão divulgados e lembrados, os *incentivos monetários* são uma expressão demasiadamente enganosa, como atestam, na realidade, os miseráveis salários pagos aos trabalhadores chineses. Os bônus, as gratificações e os salários por produção foram adotados, desde 1979, nas empresas estatais da China. Implementaram-se fórmulas de intensificação da jornada do trabalho. No entanto, o aumento da produtividade do trabalho passou a coexistir com o problema do desemprego, que se tornou aceito.

Na Constituição de 1982, proibiu-se o exercício da greve, como uma resposta ou uma prevenção para a resistência dos trabalhadores diante da liberalização trabalhista. Na fase atual da China, há pressões por mais liberalização da contratação da força de trabalho. A

primeira legislação trabalhista abrangente, institucionalizando e liberalizando o mercado de trabalho, foi aprovada pelo Congresso Nacional do Povo (CNP ou ANP, Assembléia Nacional Popular), em 1994. Para Ying Zhu (1995, p. 37), o processo, em curso, de aparecimento de diversas formas de propriedade e de organização das empresas gerou, conseqüentemente, sistemas variados de gerenciamento ⁷⁵. Em razão desse movimento de mudanças gestoriais, as relações trabalhistas tornaram-se mais complicadas, o que contribuiu para dificultar a simples e convencional fiscalização da nova legislação trabalhista.

Anteriormente, no âmbito da planificação econômica, constavam o emprego permanente e, muito secundariamente, o emprego temporário. Os departamentos de trabalho do Estado regulavam o recrutamento, transferências e demissões. As empresas estatais e coletivas asseguravam o emprego e assumiam amplas responsabilidades de seguridade social. Nessas organizações econômicas, entretanto, com as reformas, começaram as mudanças, com contratos substituindo o status de emprego permanente, com a liberalização do recrutamento e demissões, com o estabelecimento de uma nova e frágil forma de sistema social de seguridade, inclusive para os desempregados e aposentados.

4.2.1 Gigantesco Reservatório de Mão-de-Obra no Campo

O sistema de registro do domicílio (*hukou*) ainda existe, mas já se encontra bastante modificado, nas cidades e nas aldeias. Ele ajudava a evitar o êxodo descontrolado para as cidades, impedia a concentração de grandes massas da população em favelas, como ocorreu nas megalópoles dos países da periferia capitalista, a exemplo do Brasil, México e Índia, com a expulsão dos trabalhadores do campo. Durante o período maoísta, o registro da moradia e, sobretudo, a coletivização da agricultura viabilizaram a estabilidade de uma extensa rede de vilas e aldeias e asseguraram as condições de sobrevivência da gigantesca população rural na China.

As cidades simplesmente não comportariam o deslocamento imediato de imensa massa populacional chinesa. Mas, os liberais na China, no curso das reformas, só enxergavam e enxergam esse sistema de registro como um obstáculo ao fluxo da mão-de-obra, impedindo a constituição de um mercado de trabalho livre e unificado na China. O *hukou* era visto

⁷⁵ Os administradores e gerentes contavam 1,2% da força de trabalho, em 1978, e passaram para 3,6%, em 1999 (TO GET..., 2002, p. 2002).

simplesmente como um entrave para o grande objetivo, mesmo a longo prazo, do mercado de trabalho nacional, com a livre circulação da força de trabalho pelas áreas rurais e urbanas. O problema, para os reformistas liberais, não era exatamente a liberdade de movimento do indivíduo, um direito democrático fundamental, mas a mobilidade da força de trabalho. Ignoravam-se as circunstâncias especiais, as características demográficas, os limites e as possibilidades da economia em certo momento da história chinesa. Assim, o *hukou* deveria, na verdade, ser compreendido como uma medida transitória, uma restrição temporária, uma imposição penosa das circunstâncias, um sacrifício do direito de mobilidade do cidadão.

A médio e longo prazo, uma convincente e eficiente política de desconcentração econômica regional, inclusive com forte e moderna industrialização, favorecendo o desenvolvimento social, seria uma forma mais adequada para incentivar a permanência dessas grandes massas de habitantes em suas regiões, aldeias e vilas. Esse enfrentamento das desigualdades regionais desvaneceria a necessidade do controle repressivo da mobilidade das pessoas. Essa política de desconcentração econômica, porém, é adversa à lógica da espacialidade da alocação capitalista dos recursos.

Portanto, o processo, em curso, de desmonte do sistema de registro da moradia (*hukou*) é uma das reformas que têm o óbvio objetivo de liberalizar, cada vez mais, os fluxos migratórios, sem assegurar – e isso é fundamental – condições satisfatórias de trabalho, de remuneração, de seguridade social e de liberdade política e sindical para os milhões de migrantes trabalhadores. Criou-se uma segmentação no mercado de trabalho, discriminando-se esses migrantes. Deixando de lado a retórica das autoridades, o objetivo foi estabelecer um mercado de trabalho, nos moldes do que se pratica como liberalismo em vez do que se diz como discurso ideológico. Milhões de pessoas saem do campo, temporária ou permanentemente, para buscar qualquer tipo de ocupação na cidade “criando oportunidades para os empregadores do setor privado explorarem a mão-de-obra”, afirma Ying (1995, p. 44). São “proletários livres como os pássaros” (Marx, 1988b, p. 253). Assim, como se fosse uma reedição da acumulação primitiva de capital, constituiu-se a oferta da mão de obra barata advinda do campo e demandada pelas fábricas na região costeira, inclusive nas zonas econômicas especiais.

Depois de 1983, cada vez mais, os funcionários do Ministério do Trabalho raramente fiscalizam se os novos contratados nas empresas urbanas possuem o cartão de identidade domiciliar. Entretanto, o trabalhador tem que exibir o cartão de registro de moradia

para ter acesso aos serviços públicos. Assim, nas grandes cidades, concentra-se uma grande massa de trabalhadores migrantes, como se fossem clandestinos em seu próprio país. A despeito disso, há a experiência em algumas cidades de concessão de cartão de residência para os migrantes que comprovam o emprego “permanente”. Surgiu, ainda, a própria oficialização da venda de *hukou*, pelas autoridades das cidades, desde meados de 80.

As próprias transformações no sistema produtivo, nas cidades e no campo, conduzem objetivamente à liberação de mão-de-obra da agricultura. Assim, registra-se que cerca de um terço da força de trabalho rural ocupava-se em atividades não-agrícolas, no final dos anos 90 (FLEISHER e YANG, 2003, p. 426). A corrida pelo lucro das unidades familiares na exploração agrícola, a dominação das relações de mercado e as demandas resultantes do crescimento global da renda na sociedade forçam, inevitavelmente, a marcha pela mecanização, tecnificação da agricultura com o objetivo de elevar a produtividade. Entre os diversos efeitos desse amplo processo de transformação econômica no país, há obviamente, o problema da liberação de um imenso contingente de mão-de-obra para as cidades, nas peculiares condições demográficas chinesas. Contudo, o mais contundente golpe de liberação da força de trabalho, a partir do campo, parece que está sendo preparado, conforme os estudos do governo e novas leis, sobre a criação e liberalização completa do mercado de terras, estabelecendo grandes e modernas empresas agrícolas privadas (SARGESON, 2004).

Phillip Anthony O’Hara (2006, p. 401-2) argumenta que o processo capitalista chinês de criação das classes de trabalhadores assalariados e capitalistas depende da expansão do mercado de trabalho com os fluxos de migrantes do campo para as cidades. A OCDE (2005, p. 374) estima um fluxo de pelo menos 10 milhões de pessoas das áreas rurais por ano. O’Hara chama a atenção de que, no ritmo de crescimento econômico de 9% ao ano, o reservatório dos supostos, pelo menos, 150 milhões de trabalhadores rurais excedentes se esgotaria, relativamente, entre 2020 e 2022. Todavia, já estaria ocorrendo um movimento de substituição do trabalho pelo capital, apesar dos baixos salários, lembra o próprio O’Hara. O crescimento dos investimentos, o aumento da produção e o acirramento da concorrência já estariam levando ao aumento da composição orgânica do capital e seus efeitos. O crescimento mais rápido do capital do que a força de trabalho já estaria pressionando a taxa de lucro na China.

Contudo, no atual momento e seguramente ainda por algum tempo razoável, independentemente de algumas estimativas sobre o futuro do mercado de trabalho chinês nas

próximas décadas, as condições do mundo do trabalho têm sido muito desfavoráveis ao conjunto dos trabalhadores, sobretudo os migrantes, em comparação às vantagens usufruídas pelos empresários. As centenas de milhares de empresas estrangeiras (*foreign investment enterprises – FIEs*), sobretudo de origem também asiática, instaladas na região costeira da China, ao longo do período das reformas, representaram e continuam representando uma atração de trabalhadores migrantes das províncias do Oeste e do Centro do país. Esses migrantes constituem a parcela majoritária ocupada na manufatura trabalho-intensiva que caracteriza mais de 70% das *FIEs*.

4.2.2 Portas Abertas para a Exploração do Trabalho

Esse novo segmento da força de trabalho - os migrantes em massa - surgido em meio às reformas, resultou em diversificação e flexibilização do mercado de trabalho urbano. Eles são atingidos por violenta exploração, com baixos salários e prolongamento excessivo das jornadas de trabalho (YUCHAO, 2004). As condições de trabalho específicas dos migrantes tornam-se, no chão da fábrica, comuns, em certa medida, a todos os trabalhadores, inclusive os já tradicionais operários advindos, eventualmente, das demissões das empresas estatais, por exemplo. É como se fosse um êmbolo (a segmentação e especificidade dos migrantes), deslocando-se para baixo (rebaixando e esmagando as condições operacionais concretas), circunscrito às paredes de um cilindro (fechado no interior da fábrica, longe da proteção legal social externa).

Os abusos trabalhistas são marcantes, sobretudo, nas pequenas e médias empresas estrangeiras. Há ausência de instalações para higiene básica, acidentes de trabalho frequentes, ambientes superlotados, exposição à poluição, alta temperatura e barulho, falta de equipamentos de proteção, ocorrência de doenças profissionais, hora-extra compulsória, metas de produção muito elevadas, salários abaixo do mínimo, atrasos de pagamento, admissão de trabalhadores sem registro, imposição de multas por ausência em casos de doença etc.

Nos anos 80, os direitos dos trabalhadores foram continuamente revogados na medida em que a burocracia [estatal] impunha a 'administração científica' nas empresas estatais - na verdade, a disciplina do trabalho, no estilo capitalista - e quebrou o *iron rice bowl* do emprego seguro. (MINQI, p. 63).

A Federação dos Sindicatos da China (*All-China Federation of Trade Unions – ACFTU*) tem sido omissa na defesa da grande massa de migrantes e ineficaz na salvaguarda dos interesses do conjunto dos trabalhadores. Os migrantes têm tomado iniciativas autônomas como greves, petições, denúncias e manifestações de protesto, enquanto o Estado proíbe e reprime qualquer organização sindical independente. São crescentes as greves espontâneas dos trabalhadores em geral. A *ACFTU* contava com 103 milhões de filiados em 1994, mas, como era de se esperar, essa organização oficial encontra-se mergulhada em tensões variadas.

A *ACFTU* é puxada de um lado - os interesses e descontentamento dos trabalhadores - para o outro - o apoio às reformas econômicas e a defesa do regime. As dificuldades do sindicalismo oficial se agravam com o avanço da dominação do capital na economia, ameaçando a coesão nacionalista chinesa, já que autoridades, intelectuais e gerentes passam a assumir os interesses da grande e moderna empresa estrangeira ou nacional (internacionalizada), em detrimento dos interesses dos patrícios trabalhadores. Nesse quadro de conjunto, acumulam-se as condições para o surgimento de algumas organizações sindicais não-oficiais, como já tem, limitadamente, ocorrido.

4.2.3 A Assim Chamada Flexibilização Contratual

Em 1983, além do início das substituições do emprego permanente pelo contrato de trabalho e adoção dos contratos temporários, foi criado um mecanismo para incentivar a dispensa, assim chamada, voluntária dos empregados. Esse mecanismo de 1983 permitia ao trabalhador sair da empresa estatal (*SOE*), procurar emprego em alguma firma não-estatal, onde se mantinha empregado, enquanto, durante dois anos, detinha o direito, se assim preferisse, de voltar para seu lugar na *SOE*. Nesses dois anos, o trabalhador não recebia o salário da *SOE* nem a maioria de outros benefícios, como a assistência médica, mas geralmente mantinha a moradia. Foram criados órgãos específicos, como centros para administrar essas “trocas de emprego”. Isso prosperou, já existiam 30 mil desses centros, com quase 20 milhões de pessoas registradas, até 1996 (GANG; LUNATI; O’CONNOR, 1998, p. 33).

Em 1985, os empregados, sob contrato, contavam 3,7% da força de trabalho nas empresas estatais, passando para 18,9% em 1992. Em 1986, os contratos de trabalho foram

adotados, na prática, em todo o país para os novos empregados. Depois das privatizações, fusões e reorganização das empresas estatais, restaram poucos trabalhadores com emprego permanente. O objetivo era a generalização dos contratos temporários de trabalho, que, após o Código de Trabalho de 1994, foram impostos, como norma obrigatória, para todas as novas contratações em todas as empresas.

4.2.4 Informalidade Massiva

A tentativa do Código do Trabalho, de 1994, de expressar harmonização com as normas trabalhistas internacionais não tem sido, nem poderia ser, um obstáculo para que o Estado chinês persiga uma lógica desenvolvimentista convencional. Portanto, as políticas públicas, em geral, inclinam-se em favor dos interesses das empresas, comparativamente aos dos trabalhadores. Quando o governo “quebrou” o *iron rice bowl*, enfraqueceu a proteção social e criou os mais diversos tipos de contrato de trabalho, o resultado só poderia ser a insegurança para os trabalhadores. Essa insegurança, vulnerabilidade, torna os trabalhadores uma presa fácil para a intensificação da exploração capitalista. Impõem-se mais mobilidade, mais pressão produtiva, mais disciplina aos trabalhadores.

A legislação trabalhista seguiu o modelo convencional burguês. Os contratos são estipulados por tempo determinado e, secundariamente, indeterminado. Não há garantia de emprego, a empresa pode demitir livremente, mediante aviso prévio e indenização. A jornada legal é de 8 horas por dia e 44 horas por semana, com liberdade para horas-extras. Os sindicatos negociam convenções coletivas. Tudo isso é o que reza o formalismo legal. Mas, na prática, até mesmo a abrangência da cobertura do Código de Trabalho é minoritária, porque atinge apenas o setor formal urbano. As leis tanto do trabalho quanto das empresas, promulgadas em 1994, permitiram a liberdade das empresas para tomar suas decisões, no âmbito das relações de trabalho, sem ingerência governamental.

Conforme a OCDE (2005, p. 375, tabela 11.1), baseando-se no anuário estatístico da China de 2004, havia uma esmagadora informalidade no mercado de trabalho. Apenas cerca de 1/5 dos trabalhadores estariam enquadrados na nova legislação do trabalho. Essa minoria era formada pelo pessoal da administração pública, das empresas estatais, das empresas coletivas urbanas, das sociedades anônimas, das empresas mistas, das empresas de

capital estrangeiro e parte dos trabalhadores das pequenas empresas urbanas registradas. No final de 2003, os 744 milhões de trabalhadores eram, aproximadamente, repartidos em 49% para a agricultura, 17% para atividades não agrícolas na área rural, 15% no setor formal urbano, 13% para outros setores urbanos, 7% para profissionais independentes e assalariados de pequenas empresas urbanas. Reconhece-se que o mercado de trabalho formal é limitado e argumenta-se, como se fosse algo da própria natureza, inevitável, que essa é uma característica de todos os países ditos em desenvolvimento. Quase se justifica que as áreas rurais e informais são menos produtivas e por isso seria natural que os trabalhadores nesses setores sejam mantidos afastados de quaisquer direitos legais (OCDE, 2005, p. 371).

As inspeções de trabalho são muito precárias em relação a problemas como jornadas excessivas, salários abaixo do valor mínimo e atrasos salariais. Isso reforça as denúncias, sobretudo dos sindicatos de países concorrentes, acerca da atração de firmas estrangeiras pela China em razão dos baixos padrões trabalhistas.

4.2.5 Reforma das Estatais como Sinônimo de Desemprego em Massa

A reestruturação produtiva, sobretudo a assim chamada reforma das empresas estatais (*SOEs*), implicou, paulatinamente, nas mais diversas medidas de liberalização econômica, desde a contratação e gestão da força de trabalho, a autonomia dos administradores, até a privatização e o afluxo do investimento direto estrangeiro (IDE ou *FDI*). “Na medida em que a reforma das empresas públicas se acelerou na China no curso dos últimos anos, uma parte crescente da mão de obra se tornou ‘supérflua’” (GANG; LUNATI; O’CONNOR, 1998, p. 7). Estimava-se que 20% a 25% eram mão-de-obra redundante nas empresas estatais.

Para Jean-François Huchet e Yan Xiangjun (1996, p. 599), havia de 30 a 40 milhões de trabalhadores excedentes nas *SOEs*, em 1996. Nesse ano, as TVEs empregavam 20% da força de trabalho, enquanto as empresas estatais (*SOEs*) ocupavam 16% (WING, 1999, p. 15). As mulheres, representando 36% da força de trabalho nas empresas estatais em 1996, eram as mais vulneráveis às demissões. Comparativamente aos homens, as mulheres tinham menor qualificação, ocupavam postos secundários e eram mais sujeitas a empregos temporários.

Uma certa proporção de trabalhadores era afastada das suas atividades nas *SOEs*, caracterizando, na prática, a demissão. Eles (os *xiagang*), contudo, mantinham o vínculo formal de empregado nas *SOEs*. Assim, não eram registrados como desempregados e, por isso, não tinham acesso ao seguro-desemprego. Recebiam um auxílio monetário, menor do que seu último salário, e mantinham alguns benefícios sociais, que ainda restassem na empresa. Esses efetivamente demitidos constituíam a parcela de **maior peso** no desemprego na China, embora não aparecessem na taxa oficial de desemprego (GANG; LUNATI; O'CONNOR, 1998, p. 48).

Já nos primeiros anos da década de 1990, tinha havido demissões em massa nas *SOEs*, em uma conjuntura de precarização dos recursos de seguridade social e aumento da distância entre ricos e pobres (CHEN, 2003, p. 117). As *SOEs* dispensaram cerca de 30 milhões de trabalhadores, entre 1998 e 2004. Sem emprego, 21,8 milhões de trabalhadores urbanos, no início de 2006, sobreviviam com um mísero auxílio governamental. O valor desse auxílio era de somente 19 dólares por mês, enquanto o salário médio dos trabalhadores urbanos era de cerca de US\$ 165, em junho de 2005 (HART-LANDSBERG, 2006, p. 14).

A distribuição do emprego, conforme o tipo de propriedade da empresa, mostra claramente que as empresas estatais (*SOEs*) já tinham sido abandonadas como fonte de ocupação para a força de trabalho, refletindo a privatização da estrutura produtiva chinesa, inclusive o fim das comunas populares e da coletivização no campo. Em 1997, a participação das *SOEs*, no total de empregos, já tinha sido esmagada para apenas 15,9%, com dados do Banco Asiático de Desenvolvimento, uma fonte insuspeita, do ponto de vista do capital (ver tabela 3).

Em 2002, o setor não-estatal já era responsável por 90,3% dos empregos na China. Dentro desse setor, aparecia, nas explorações agrícolas familiares, a grande parcela de emprego, cerca de 44% em 2001, onde grassavam a plena informalidade e o subemprego. Vale chamar a atenção para um fato importantíssimo: a empresa integralmente privada, tão elogiada pela sua modernização e eficiência, é uma decepção no quesito geração de empregos. Comprovadamente, ela só compareceu com ínfimos 3,7% de participação no total de empregos em 2001. E isso contrasta flagrantemente com sua grande presença na produção, exportações e lucros, no atual processo de crescimento econômico acelerado na China, sob as reformas de mercado.

Tabela 3 – Emprego em empresas conforme o tipo de propriedade
(em milhões de pessoas e em %)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	Growth Rate ^a
Total Employment (million)	696	700	706	712	731	729	1.2%
State-Owned Sector	110 (15.9%)	91(12.9%)	86 (12.1%)	81(11.4%)	76 (10.4%)	71 (9.7)	-8.80%
Nonstate Sector	586 (84.1%)	609 (87.1%)	620 (87.9%)	630 (88.6%)	655 (89.6%)	658 (90.3)	2.80%
Urban Collective Owned Units	29 (4.1%)	20 (2.8%)	17 (2.4%)	15 (2.1%)	13 (1.8%)		-18.20%
Other Urban Units ^b	25 (3.6%)	48 (6.8%)	54 (7.7%)	63 (8.8%)	92 (12.6%)		38.50%
TVEs	131 (18.8%)	125 (17.9%)	127 (18.0%)	128 (18.0%)	131 (17.9%)		0.00%
Rural Households ^c	322 (46.3%)	322 (46.0%)	321 (45.4%)	330 (46.4%)	322 (44.0%)		0.00%
Private Sector Total	79 (11.3%)	95 (13.6%)	101(14.3%)	95 (13.3%)	97 (13.3%)		5.30%
Private Enterprises	13.5 (1.9%)	17.1(2.4%)	20.2(2.9%)	24.0(3.4%)	27.0(3.7%)		18.90%
Self-Employed	54.4(7.8%)	61.1(8.7%)	62.4(8.8%)	50.7(7.1%)	47.6 (6.5%)		-0.40%
Others ^d	10.9(1.6%)	16.7(2.4%)	18.2(2.6%)	19.8(2.8%)	21.9(3.1%)		19.10%

TVE = town or village enterprise.

^a Average growth rates over 1997-2001.

^b There are differences between the aggregate (or subtotal) and the sum of relevant categories in data sources: residual between total urban employment and the sum of all categories in urban employment.

^c The difference between total rural employment and the sum of all rural categories.

^d Including cooperative units, joint ownership units, limited liability corporations, shareholding corporations units with funds from Hong Kong, China; Macao, China; and Taipei, China; foreign-funded units.

Sources: China Statistical Yearbook 2002, p.117; Asian Development Bank Outlook 2003.

Elaboração: Private Sector Assessment – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 6).

As mudanças no sistema de propriedade e na distribuição do emprego geraram muitas implicações, a começar pelas novas e crescidas dificuldades para as políticas de pleno emprego. O desemprego deixou de ser uma heresia na China, e passou a ser encarado como uma decorrência da responsabilidade de cada indivíduo.

4.2.6 Desmonte da Seguridade Social

O objetivo de flexibilizar o mercado de trabalho exigia que “o sistema de seguridade social fosse dessolidarizado [*vic*] da empresa” (GANG; LUNATI; O’CONNOR, 1998, p. 7). A OCDE (2005, p. 371) destacou como um dos principais efeitos das reformas econômicas na China, a “evolução do papel dos empregadores”, já que agora as empresas poderiam se concentrar nas suas atividades específicas. As empresas teriam sido liberadas dos encargos sociais e administrativos que anteriormente eram assumidos pelas unidades de trabalho (*danwei*), uma herança do período maoísta.

Com as mudanças, surgiram agências públicas de emprego. A inspeção das condições de trabalho e a seguridade social passaram para uma nova forma de suposta responsabilidade do Estado, após a Lei do Trabalho, de 1994. Mas isso não foi só uma distinção de papéis entre o Estado e a empresa. Na verdade, foi uma distinção entre tarefas do Estado, a serviço da acumulação do capital, e o papel da empresa privada, cada vez mais dominante na estrutura produtiva da China, com todas suas implicações sociais e políticas. Antes das reformas, não era ilógica a responsabilidade da empresa estatal com o conjunto das necessidades materiais e de condições de vida dos trabalhadores. As reformas e a volta da dominação das empresas privadas, a assim chamada evolução do papel dos empregadores, ou seja, dos capitalistas, promoveram, na China, uma nova visão global sobre os lucros e a acumulação de capital, com exploração dos trabalhadores.

O Estado está implantando, há cerca de dez anos, os instrumentos de seguridade social com um formato de sistema, embora as reformas e o cancelamento de direitos sociais já ocorram há muito mais tempo. Os cinco principais programas foram lançados através da promulgação das leis do seguro-maternidade, em 1994; do seguro por acidente de trabalho, em 1996; da aposentadoria, em 1997; do seguro por doença, em 1998; e do seguro-desemprego, em 1999. É sintomático que o seguro-desemprego só tivesse sua regulamentação nacional e legal aprovada em 1999, depois da longa crise do desemprego nas estatais durante toda a década de 1990, e, sobretudo, após o pico das dispensas em 1998, com a aceleração das privatizações em massa.

Os valores, tanto das contribuições de trabalhadores e de empresas, quanto dos benefícios, variam entre as províncias e mesmo entre as cidades. A cobertura dos programas é mínima, quase os transformando em peças de ficção. A aposentadoria só cobria cerca de 21% dos trabalhadores, inclusive funcionários públicos, em 2003. O seguro-desemprego só tinha cobertura para 14% dos trabalhadores. O seguro por doença, 11% de cobertura. O importantíssimo seguro por acidente de trabalho, 6%. O seguro-maternidade, 5%. (OCDE, 2005, p. 387-8). Constatou-se que o programa de aposentadorias encolheu sua cobertura no período de 1995 a 2003. A seguridade social dos trabalhadores na China vai mal, muitíssimo mal!

O sistema de aposentadoria limita-se à área urbana, com três regimes. Há uma grande descentralização no sistema porque a gestão, inclusive a definição dos valores de contribuições e benefícios, é encargo, na maioria dos casos, das administrações das cidades. O

primeiro regime é o de repartição com benefícios definidos, com idade de aposentadoria de 60 anos para os homens e de 50 anos para a maioria das mulheres. Independentemente da idade, a aposentadoria só é adquirida com um tempo mínimo de 10 anos de contribuição. O segundo regime é de contribuições definidas com contas individuais de aposentadoria. Hoje, os assalariados depositam 7% (que serão aumentados para 8%) de seus salários nessas contas. Os patrões contribuem com apenas 3% de um valor de referência nacional nesse regime. Esse regime de capitalização, muito favorável ao mercado financeiro, está ainda em processo de implantação nacionalmente, conquanto já esteja em funcionamento em algumas províncias. O terceiro regime é o de poupança voluntária-aposentadoria, oferecido por algumas empresas como um sistema fechado para seus empregados. A grande massa trabalhadora rural está esquecida no atual sistema de aposentadoria. Para se aposentar, o trabalhador rural deve efetivar, sozinho, os seus depósitos, como uma poupança pessoal e voluntária, tendo direito apenas aos proventos de aposentadoria correspondentes à sua soma de recursos capitalizados na conta pessoal, contando, às vezes, com alguma ajuda da comunidade (OCDE, 2005, p. 390).

Embora as primeiras experiências de seguro-desemprego tenham sido iniciadas em 1986, há mais de 20 anos, e a despeito da recente consolidação legal, não há nenhum tipo de seguro-desemprego para a maioria das pessoas pobres ou subempregadas na China. Em uma família rural média com três adultos, há um empregado no setor rural não agrícola, que tem sido a única e limitada forma, no mercado de trabalho, de aliviar o desemprego e a pobreza no campo. O auxílio para os demitidos das empresas estatais (*xiagang*) deverá ser suprimido nos próximos anos (OCDE, 2005, p. 382-3). Uma minoria dos trabalhadores tem acesso a habitação, assistência médica, pensões e educação.

4.3 DESESTATIZAÇÃO DA ESTRUTURA PRODUTIVA

Evidentemente, o governo chinês não facilita o acesso às informações completas e precisas sobre a venda de empresas estatais. Para os governantes chineses, a suposta hegemonia da propriedade estatal na economia do país, com o controle de empresas e bancos, é um argumento em última instância para tentar provar a persistência do caráter socialista do

regime. Todavia, tanto é discutível tanto a natureza dessa hegemonia produtiva estatal, quanto é inaceitável essa própria concepção reducionista de socialismo.

Entre os anos de 2000 e 2003, a China foi responsável pelo maior volume de privatizações no mundo (BRANDÃO; SARAIVA, 2006, p. 1). Mas, a privatização não pode ser medida apenas pela transformação de empresas estatais em propriedade privada. Essa é uma avaliação superficial. Há que se reconhecer, mais amplamente, a força e a operação da tendência privatista e do capitalismo na China hoje. Sem origem estatal, novas empresas de propriedade privada surgiram na China, no curso das reformas. Isso também é uma expansão da privatização capitalista na estrutura produtiva do país. A propriedade dessas novas empresas encontra-se em mãos de capitais privados domésticos, ou oriundos de Hong Kong, Taiwan, Cingapura e da diáspora chinesa, ou capitais estrangeiros. Até meados da década de 1990, ainda havia uma maior preferência para a admissão de empresas privadas em áreas novas do ponto de vista do mercado, do produto ou da tecnologia.

Difunde-se, também, a idéia de que a privatização na China, diferentemente do que ocorreu em outras partes do mundo, guardou, em certa proporção, uma particularidade dada pela ascensão dos próprios ex-administradores como novos proprietários. Teria sido uma privatização “por dentro”. Portanto, a propriedade passou para aqueles que já conheciam, pela sua experiência concreta, a realidade da empresa. Os novos proprietários estavam mais preparados para promover as mudanças necessárias e para alcançar maior eficiência nessas empresas agora privadas. Alguns verdadeiros colossos empresariais privados nacionais nasceram do açambarcamento de uma empresa estatal ou coletiva, passando depois a adquirir novas unidades empresariais públicas supostamente em dificuldades financeiras.

Mesmo as *joint-ventures*, entre capital estrangeiro e empresas estatais, não podem ser apresentadas como uma negação do avanço da propriedade privada na China. A propriedade capitalista dos meios de produção se expressa através dos mais diversos aspectos do controle sobre a produção e a circulação de mercadorias. O grande capital, inclusive com a presença de todas as mais importantes empresas transnacionais, tem, cada vez mais, grande participação na formação econômica chinesa. Configura-se uma realidade material econômica em consonância com as relações sociais de produção burguesas. Isso é privatização capitalista. Isso pode ser chamado de guinada privatista.

4.3.1 A Nova Forma da Industrialização Rural

As comunas foram dissolvidas, operou-se a descoletivização do campo e a industrialização rural da estratégia maoísta tomou uma nova forma com as empresas de vila e aldeia (*TVEs*). Essas pequenas novas empresas rurais não-agrícolas firmaram-se como uma inovação de espetacular êxito, no contexto das reformas. Em 1993, as *TVEs* multiplicaram-se e empregavam 123 milhões de trabalhadores, enquanto em 1978 elas contavam com 28 milhões de empregados. Contudo, as *TVEs*, na prática, em sua quase totalidade, não eram empresas coletivas. Funcionavam como empresas privadas, sob controle individual de líderes governamentais locais e/ou de seus próprios administradores, à revelia dos trabalhadores, submetidos a baixos salários. Em alguns casos, as *TVEs* eram associadas ao capital estrangeiro (investimento direto externo – IDE). (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2004, p. 35).

Apenas formalmente as *TVEs* são propriedades dos governos locais ou empresas coletivas. Às *TVEs* interessa exibir uma fachada com o “chapéu vermelho”, a fim de tirar proveito de recursos produtivos, fornecimentos, créditos, acesso a mercados, assistência técnica e proteção governamentais. Entretanto, há quem afirme que efetivamente as *TVEs* seriam propriedades das instâncias locais de governo (CAULFIELD, 2006, nota nº 5, p. 265).

Acumularam-se as vantagens apontadas na experiência das *TVEs*. Sobretudo na década de 1980 e até a primeira metade dos anos noventa, essas empresas eram apresentadas como a comprovação irrefutável do sucesso e da peculiaridade das reformas chinesas. As *TVEs* seriam a prova (i) da expansão irrefreável e vitoriosa das iniciativas locais; (ii) da participação direta e desburocratizada na vida econômica; (iii) da indústria na própria área rural; (iv) da crescente participação da pequena empresa na produção, nas exportações, e (v) da forma criativa e eficaz de geração de empregos, ajudando a conter o êxodo da população rural para os grandes centros urbanos.

Zhang Xiaoho (2001, p. 138 – *itálicos nossos*) fez um balanço dessa experiência:

As *TVEs* são freqüentemente *dependentes* dos diferentes níveis dos poderes municipais. Beneficiando-se do suprimento de mão-de-obra barata e com despesas limitadas, as *TVEs* conheceram um crescimento impressionante nesses vinte anos. A despeito disso, sua contribuição para o crescimento da renda rural total manteve-se *limitada*: apenas 8,4% em média entre 1980 e 1996 e pouco mais de 11% em 1996. Neste mesmo ano, as *TVEs* geraram a metade da produção industrial chinesa, mais de três quartos do produto bruto do setor rural, mas somente 26% do emprego total nos campos e 11% da renda das pessoas. Ademais, as *TVEs* estão, em sua maioria,

situadas nas regiões costeiras prósperas. Mais de 70% do produto nacional e mais de 62% do emprego total foram assegurados pelo Leste do país em 1996. Dadas as diferenças entre as regiões, o desenvolvimento rápido das atividades das *TVEs* veio reforçar a *desigualdade* na distribuição de renda de uma região a outra no seio do mundo rural. (tradução nossa).

Wing (1999, p. 51) propôs o apoio político do Estado como a principal razão para a expansão das *TVEs*. As melhores oportunidades de negócios, crédito, o suporte dos governos locais configuraram uma explicação política para o sucesso das *TVEs* nos anos 1980 até meados da década de 1990. Teria havido, segundo Woo, um tratamento discriminatório das autoridades para com as empresas privadas em comparação com as condições oferecidas às *TVEs*. Por isso mesmo, no período mencionado, centenas de milhares de empresários preferiram registrar suas empresas como se fossem coletivas, buscando a proteção do chamado chapéu vermelho. A prova dessa explicação, principalmente política, para o caso das *TVEs* seria o amortecimento de sua expansão, após a igualdade de tratamento entre empresas privadas, coletivas e estatais e o reconhecimento dos direitos, interesses, legitimidade da empresa privada, como parte integrante do socialismo chinês.

A partir do final dos anos noventa, aumentaram as dificuldades do Estado em manter integralmente todos os apoios para alavancar as *TVEs* para novos patamares de produção e concorrência. Nesse sentido, o conjunto das empresas coletivas (incluindo as *TVEs*) limitou-se a contar com uma participação de 10,5%, no produto industrial, em 2001, registrando, inclusive, a maior queda (15,6%) na comparação entre todas as formas de empresas, na variação dos valores de 2000 a 2001 (ADB, 2003).

4.3.2 A Vez das Reformas nas Empresas Estatais Urbanas

No início das reformas econômicas, a partir de 1979, foram adotadas algumas poucas iniciativas, sobretudo reforçando a autonomia da direção da empresa. Esse não foi um esforço inédito na República Popular da China, já que, vale lembrar, em 1958 houve um esforço de descentralização, delegando-se a gerência da maioria das empresas para as instâncias locais de governo (ver capítulo II desta tese). Entre 1982 e 1983, as reformas urbanas foram suspensas, em meio às dificuldades conjunturais econômicas, como déficit público e inflação. As reformas foram retomadas pelo 12º Congresso do Partido Comunista

Chinês, em 1984, decidindo-se pela construção de uma “economia mercantil planificada”. Esse foi um passo importante na caminhada da oficialização da subsunção do plano ao mercado.

Essas reformas liberalizam a gestão das empresas estatais (*State-owned enterprises* - *SOEs*). Já em outubro de 1984, foram liberados os preços da maioria dos produtos agrícolas e da maioria dos produtos manufaturados, esses últimos, dentro de uma banda de variação dos preços. Haveria uma certa quantidade tanto de insumos como de produto, com os preços fixados pelo plano, enquanto uma outra parte, excedente, seria negociada no mercado, com preços livres.

Imediatamente depois das medidas liberalizantes, colheram-se os resultados: as empresas estatais chinesas (*SOEs*) começaram sua trajetória de crescentes dificuldades. Os lucros desabaram, a contribuição das estatais para a receita do Estado caiu de 34% do produto nacional bruto, em 1978, para 25%, em 1984, e 20%, em 1988 (WING, 1999, p. 37). Os liberais do primeiro-ministro Zhao Ziyang, agregados no Instituto de Reforma Econômica, combatiam as *SOEs*, mas foram obrigados a reconhecer, em 1985, a associação entre as reformas e o colapso dos lucros das empresas estatais. Como esses intelectuais liberais explicavam que as tão desejadas reformas liberais, salvadoras, tinham levado as *SOEs* à crise? A resposta era muito simples, para a visão (superficial) deles: os gerentes das empresas estatais, com a ampla autonomia adquirida, abusaram no consumo, nos investimentos, nas gratificações salariais. Os gerentes, com receio de falhas, teriam exagerado os investimentos, protegendo-se de possíveis sanções advindas do Estado.

As reformas de 1984 foram compreendidas como um afastamento fundamental do sistema de planificação centralizada em busca da eficiência (SHEYING, 2002, p. 211). A autonomia para tomar decisões em cada empresa e a responsabilidade pelos seus resultados foram uma substancial mudança sistêmica, avalia Sheying Chen. Paradoxalmente, o sétimo plano quinquenal, para o período de 1986 a 1990, foi mais um passo no desmonte da planificação da economia. Plano antiplano! Assim, sob o 7º Plano, as reformas nas empresas urbanas se associaram à abertura do mercado de capitais, ao novo sistema de administração via responsabilidade contratual e à lei de falência de empresas. As empresas deveriam absorver suas perdas, sem o socorro do Estado. As empresas estatais passaram a depender de seus próprios lucros e de empréstimos bancários para financiar sua atividade. Em vez de remeter seus lucros para o Estado, as empresas limitar-se-iam a pagar impostos. O Estado,

como um regulador, em vez de interventor econômico direto, deveria passar a incentivar a empresa privada, inclusive estrangeira.

Há uma lacuna nas análises, em voga, sobre os problemas das empresas estatais. Geralmente, não se questiona a própria natureza das reformas como parte da origem das dificuldades crescentes das *SOEs*. Há fatores diversos que deveriam ser considerados. Por exemplo, seria necessário considerar que houve um forte aumento dos tributos sobre as empresas estatais, de 48,6%, em 1986, para 71,1%, em 1994, o que esmagou os lucros depois dos impostos, contribuindo para as dificuldades financeiras das empresas, inclusive para o endividamento perante os bancos (HUCHET; YAN, 1996, p. 601-4). As empresas de pequeno porte eram 90% das estatais, em 1996, e experimentaram, com as reformas, certas dificuldades de apoio dos governos central e local, tanto para financiamento quanto para suprimento de insumos. Essas empresas eram candidatas simplesmente à falência, ameaçando o emprego de metade dos trabalhadores em empresas estatais, ou seja, 140 milhões de pessoas em 1996.

A direção das empresas passou a dispor de liberdade, cada vez maior, para tomar as decisões de produção, investimento, comercialização, comércio exterior, suprimento, preço, pessoal, organização do trabalho, organograma interno. Logicamente, na costa, como na província de Cantão (Guangdong), com as províncias mais abertas à instalação de filiais de multinacionais, avançava-se com mais rapidez na liberalização da gestão das empresas estatais, como constataram Huchet e Yan (1996, p. 613), a partir de informações de um estudo com 889 empresas.

4.3.3 A Guinada Privatista

Desde 1986 começaram as privatizações de empresas estatais em Shenyang, histórico centro da indústria pesada no período maoísta, no nordeste da China. Após o 14º Congresso do Partido Comunista Chinês, em outubro de 1992, as perdas das empresas estatais (*SOEs*) foram, cada vez mais, associadas a problemas dos direitos de propriedade, levando o PCCh à política de desestatização para “segurar as maiores *SOEs* e liberar as pequenas *SOEs*” (*zhua da, fan xiao*). Em 1994, o Estado decidiu reter as mil maiores empresas e desfazer-se das demais, através de diversas formas. Muitas empresas foram transformadas em

cooperativas baseadas em ações (SBC), mas, em sua maioria, eram firmas privadas nas mãos dos seus administradores, à revelia total dos trabalhadores.

Jiang Zemin, secretário geral do PCCh, no 15º Congresso, em setembro de 1997, declarou que as grandes e médias empresas deveriam ter esclarecidas pela lei as características da propriedade, para efetivar a separação entre o Estado e a gestão das empresas. Os dividendos recebidos pelo Estado seriam correspondentes aos fundos públicos integralizados no capital da empresa, por um lado, e as responsabilidades do Estado pelas dívidas das empresas também seriam limitadas, por outro. As pequenas empresas estatais seriam reorganizadas, fundidas, teriam seu capital acionário aberto ou seriam fechadas (WING, 1999, p. 46). De fato, a reestruturação das empresas (*qiye gaizhi*) foi formalizada como conversão das pequenas e médias em propriedade privada (nacional ou estrangeira), sem descartar a possibilidade da decretação, simplesmente, da falência.

O objetivo de diversificar a estrutura de propriedade, com suas supostas repercussões positivas na eficiência econômica, foi a justificativa para a decisão de privatizar em massa as pequenas e médias empresas estatais. A diversificação, contudo, devia ser traduzida como privatização. Essas decisões favoráveis à propriedade privada estavam ligadas à trajetória de adoção de medidas pró-mercado ao longo do período das reformas. Assim, o mercado terminou conduzindo a China à privatização.

No entanto, em vez de privatização, a liderança chinesa argumenta que a propriedade estatal está se transformando em propriedade pública. Tentam mostrar que a propriedade pública, através de diversas formas de coletivização, estaria crescendo, enquanto diminui a forma estatal de propriedade. Contudo, isso não corresponde à realidade, aos números da estrutura produtiva de fato. Além disso, o que se chama de propriedade coletiva são empresas em que o controle e os lucros vão para poucos – administradores ou governantes locais – e são locais de produção onde ocorre a exploração do trabalho, inclusive com a prática dos baixos salários e ausência dos programas sociais anteriormente existentes nas empresas estatais.

Para Robert Weil (1999, p.1), o 15º Congresso foi um ponto de inflexão. A privatização aprovada, na mais alta instância do PCCh, é “rio sem volta”, ruptura com o passado, ameaça de desnacionalização massiva. Ao decidir pela privatização ou liquidação de empresas estatais, atingiu-se o que era justificado como o coração do socialismo chinês, ou

seja, 300 mil unidades de produção. Feng Chen (2003, p. 237) reiterou essa avaliação de que o 15º Congresso do PCCh operou uma guinada na visão sobre as empresas estatais. O Estado, afirmou Feng, pretendia, assim, escapar de obrigações financeiras decorrentes dessas empresas e, simultaneamente, desvencilhar-se de sua propriedade e administração, forçando essas firmas à operação conforme as regras do mercado.

A lei de falência (1986) teve sua implementação acelerada, a partir de 1994, e foi substituída por uma nova legislação, que foi aprovada em agosto de 2006 e entrou em vigor desde 1º de janeiro de 2007. A lei antiga abrangia apenas as empresas estatais; agora, a atual lei, refletindo a nova estrutura empresarial bastante privatizada, abrange todas as empresas, como pessoas jurídicas (*qiye faren*), inclusive instituições financeiras. A nova lei, à semelhança do que vem ocorrendo nas mudanças desse tipo de legislação atualmente em várias partes do mundo ⁷⁶, propõe três formas de abordagem da insolvência da empresa, ou seja, reorganização, reconciliação e liquidação (WORLD..., 2006, p. 20). A grande novidade é que foi razoavelmente reduzida a prioridade dos empregados em receber os pagamentos dos seus direitos, em face da insolvência da empresa, e, por conseguinte, foi ampliado, relativamente, o atendimento aos demais credores.

Sean Dougherty and Richard Herd (2005) saíram em defesa da recente aceleração da privatização da economia chinesa⁷⁷. Para eles, essencialmente, a ausência de claros direitos de propriedade privada, além do gradualismo das reformas, do sistema dual de preços, do marco regulatório incompleto, teria produzido, nas décadas de 1980 e 1990, distorções na estrutura de produção, nos preços, na produtividade e no comércio. Assim, as estruturas produtivas estavam sendo replicadas em diversas províncias, em desacordo com as vantagens comparativas. As barreiras entre as províncias geravam implicações negativas aos fluxos comerciais regionais. Mas, conforme esses autores, a partir, sobretudo, de 1998, com o alargamento da presença de empresas privadas na China, teria começado um processo de reversão dessas distorções. Eles argumentam que, com a privatização, apareceram especializações produtivas regionais, os preços tenderam à convergência, aumentou a integração com o profundo recuo das barreiras interprovinciais.

⁷⁶ Ver a recente aprovação de lei semelhante no Brasil, seguindo essa orientação básica neoliberal e internacional.

⁷⁷ Sean Dougherty e Richard Herd (2005) efetuaram um estudo da estrutura industrial, considerando todas as empresas com faturamento anual a partir de cinco milhões de *yuan*s, em valores correntes, cobrindo o período de 1998 a 2003.

O que Dougherty e Herd não querem enxergar foram as necessidades de que a estruturação industrial, em uma economia planificada, contemplasse o combate às desigualdades regionais, que eram e são extremamente acentuadas na China. O mercado, nas condições da China, tenderia a acentuar essas diferenças entre as regiões. O que se denomina especialização produtiva regional pode ser visto, também, como desigualdade, subdesenvolvimento e pobreza de algumas áreas, ao lado das vantagens e desenvolvimento de outras.

Dougherty e Herd não percebem a necessidade de associação entre estrutura produtiva e políticas de pleno emprego. Eles não entendem que as meras vantagens comparativas, no caso da China, confinam o desenvolvimento econômico à região costeira, sobretudo o litoral sudeste, conforme lógica da empresa privada em busca da maximização do lucro. Um outro aspecto não lembrado pelos autores foi a influência do maior aprofundamento da abertura comercial da China, por causa de sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC), sobre as condições do mercado interno. Por isso mesmo, os dados de 2002 e 2003 mostraram, no curso de nova rodada de liberalização, o aumento do número de firmas, representado, sobretudo, pelo surgimento de empresas privadas, já no ambiente mais desregulado do país (Ver tabela 4). Assim, registrou-se, nesses dois anos, forte crescimento do produto, das exportações e dos lucros, enquanto o número de empregados revelou-se **menor** do que em 1998, agravando-se o crescente problema do desemprego.

Tabela 4 - Perfil da estrutura industrial com empresas com faturamento a partir de cinco milhões de *yuan*s (em moeda corrente)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Número de firmas (unid.)	144 112	140 559	141 956	150 948	160 969	180 146
Número de empregados (milhões)	59,2	55,5	53,0	51,7	52,6	55,5
		(em	bilhões	de	<i>yuan</i> s)	
Produto bruto a preços constantes (ano-base 1990)	4946,1	5242,9	6170,0	6861,9	7978,5	10345,4
Exportações	1 049,4	1 124,5	1 413,8	1 587,5	1 964,6	2 647,0
Lucros	141,4	223,8	427,3	462,9	570,7	821,5
Impostos sobre os lucros	51,1	60,6	74,9	87,0	108,6	141,3
Ativos fixos líquidos	4117,4	4516,4	4909,8	5231,7	5657,0	6406,4
Passivos de curto prazo	1951,3	2005,5	2065,8	2053,4	2119,1	2319,3
Taxa de retorno sobre o patrimônio líquido (%)	3,8	5,3	9,1	8,8	9,8	12,2

Fonte: Bureau Nacional de Estatísticas (NBS) e NBS-OCDE *apud* Sean Dougherty and Richard Herd (2005).

Em seu levantamento, Dougherty e Herd (2005, p. 8; 26) verificaram que o setor privado cresceu de 27,9% do valor adicionado industrial, em 1998, para 53,3%, em 2003. Quase metade desse crescimento deveu-se às empresas de propriedade individual. Eles concluíram que “[A] rápida emergência de uma substancial economia privada na China, que é controlada por organizações não-públicas e situa-se na esfera de preços de mercado, transformou a paisagem produtiva e elevou os lucros nos últimos cinco anos até 2003”. Argumentaram que os altos lucros, a expansão dos novos negócios e a melhoria da alocação dos recursos teriam sido originados da “eficiência superior no setor privado”. Como se vê, trata-se de uma defesa cerrada da privatização na China. Tudo foi justificado como resultado da expansão da empresa privada.

Entretanto, na verdade, houve e persistem a ação do Estado, a infra-estrutura pública, os incentivos fiscais, os generosos negócios e associações com empresas estatais, para não falar dos indiscutíveis baixíssimos salários e péssimas condições de trabalho, sobretudo nessas empresas de propriedade individual. Nota-se, ainda, que esses autores, Dougherty e Herd, foram obrigados a considerar, de forma brevíssima, rapidamente, em apenas uma linha, que essas empresas privadas, em número crescente, estariam ocupando o lugar deixado pelo encolhimento dos setores estatal e coletivo. É claro que em qualquer país, onde ocorre a privatização e liquidação de empresas estatais, expandem-se o papel e os resultados das empresas privadas. É lógico! Portanto, não é preciso recorrer a essa suposta superioridade da empresa privada burguesa.

Algumas causas da privatização na China foram pesquisadas por Kai Guo e Yang Yao (2005)⁷⁸. Assim, comparando a extensão do livre mercado nas províncias, eles verificaram que quanto maior a liberalização do mercado na economia de uma província, maior será a probabilidade de privatização. Ainda confirmou-se a hipótese de que excessivos débitos e a redundância da força de trabalho nas empresas estatais restringem a privatização. Constatou-se a quase ausência de determinação da privatização pelo fator da eficiência da empresa. Porém, Kai e Yang (p. 212) reconhecem que a “China está submetida a massiva e silenciosa privatização desde meados da década de 1990”. É que supostas restrições, conforme esse estudo, a exemplo de excessivo número de empregados ou grandes débitos,

⁷⁸ Kai Guo e Yang Yao (2005), com os dados coletados de 683 firmas, localizadas em 11 cidades, no período de 1995-2001, testaram hipóteses de causas da privatização na China.

levaram, na verdade, aos planos de reestruturação de estatais, com as demissões e saneamento financeiro, por ação do Estado, tornando as empresas atrativas para a privatização.

Pelo discurso convencional, era de se esperar que a pouca eficiência da empresa, ou seja, sua limitação na lucratividade, tivesse uma correlação negativa com a privatização. Todavia, cabe argumentar, que isso não apareceu, na pesquisa de Kai e Yang, porque a empresa (estatal, em uma construção do socialismo) pode ser apontada como ineficiente, por diversos motivos, que são estranhos à lógica e finalidade da empresa no capitalismo. Essa ineficiência poderia, também, no caso concreto desse período de reformas na China, ser eventual, determinada pela conjuntura de negligência do Estado pela sorte dessas empresas, sob as condições de um movimento de desestatização produtiva.

Deflagrada a privatização massiva em 1997, os resultados não tardaram. Logo no início, até 1998, já havia 100 empresas do governo central e 2.500 dos governos locais, - firmas de porte médio e grande – que foram privatizadas e convertidas em organizações de responsabilidade limitada ou sociedade anônima. Ao lado da privatização, verificou-se necessariamente o declínio do setor produtivo estatal. Esse declínio já se mostrou claro, por exemplo, em 1999, quando as *SOEs* empregavam apenas 83 milhões de pessoas, ou seja, 12% do total do emprego, enquanto sua participação no PIB era de somente 38% (HARTLANDSBERG; BURKETT, 2004, p. 43).

O Banco de Desenvolvimento da Ásia (ADB, 2003, p. 2) adverte sobre a imprecisão das estatísticas oficiais chinesas a respeito da natureza privada, estatal ou de capital estrangeiro das empresas. Há uma classificação com variados tipos de estrutura de propriedade e número de trabalhadores. Assim, *ADB* informou, que, segundo as categorias estritamente privadas, o Conselho de Estado reconheceu, em 1981, a primeira forma de empresa privada, caracterizada pelo chamado auto-emprego (*geti hu*). Em 1988, oficializou-se a empresa (*ying qiye*) voltada para o lucro, empregando mais de oito pessoas. Porém, especialistas consideram que entre 70% a 100% das empresas coletivas chinesas são, na verdade, firmas privadas. A Corporação Financeira Internacional (*IFC*), subsidiária do Banco Mundial (*WB*), avalia que pelo menos a metade das empresas coletivas representa negócios privados. A Comissão de Administração dos Ativos relatou que 80% das pequenas empresas estatais, no âmbito das comarcas, e 60%, no nível dos municípios, tinham sido privatizados (KANAMORI; ZHAO, 2005, p. 4).

Rapidamente, encolheu o número de empresas estatais, sobretudo com as decisões do 15º Congresso do PCCh. Eram cerca de 120 mil unidades de produção estatais, em 1996, e caíram para 61.300, em 1999 (CHEN, 2005, p. 330, nota nº 3). Considerando apenas o capital doméstico e as empresas “estritamente” privadas na conceituação oficial chinesa, constatou-se que, entre 1993 e 2001, o número das empresas que exploravam a mão-de-obra de mais de oito pessoas registrou uma taxa média de crescimento de 32% (ver tabela 5). Enquanto isso, a quantidade de empresas menores, do chamado auto-emprego, experimentou uma queda persistente.

Tabela 5 – Número de empresas privadas domésticas (em milhões)

Year	Individually Owned Enterprises (Geti Hu)		Privately Owned Enterprises (Siying Qiye)	
	No.	Growth Rate (%)	No.	Growth Rate (%)
1993	17.70	–	0.238	–
1994	21.90	24	0.432	82
1995	25.30	16	0.654	51
1996	27.00	7	0.819	25
1997	28.50	6	0.960	17
1998	31.20	9	1.201	25
1999	31.60	1	1.509	26
2000	25.71	-19	1.762	17
2001	24.33	-5	2.029	15
Average Growth Rate		5		32

Sources: China Statistical Yearbook 2001 and 2002; and ADB, 2002. Draft Report on Technical Assistance to the PRC for Private Sector Development. Manila.

Elaboração: Private Sector Assessment – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 3).

A China (continental) registrava a existência de 4,65 milhões de empresas de propriedade privada, desde o primeiro semestre de 2006, conforme as estatísticas da Administração Estatal para a Indústria e o Comércio no país (4.65 MILLION..., 2006). Essa informação deve se referir às empresas distintas daquelas denominadas como empresas de propriedade individual, conforme a terminologia (*privately-owned enterprises*) usada nessa notícia no Diário do Povo. Na Tabela 5, o número dessas empresas contava com 2,029 milhões, em 2001. A lista das 100 maiores empresas privadas na China, em 2006, passou para o patamar mínimo de faturamento de 1,889 bilhões de *yuan*s, em lugar de 1,1 bilhões de *yuan*s em 2005 (TOP..., 2006).

Até mesmo nos chamados setores estratégicos – tecnologia, finança, infraestrutura, meios de produção – existe inegável penetração do grande capital privado nacional e estrangeiro na China hoje. Essa presença, com maior ou menor intensidade, é registrada no Quadro 1, a seguir, conforme o Banco Mundial.

Quadro 1 – Participação privada em empresas e projetos na China em infra-estrutura, insumos e bancos – período de 2000 a 2005.

Ano	Setor	Nome do projeto ou empresa	Valor da transação (US\$ milhões)
2000	Energy	PetroChina	2,89
2000	Infrastructure	Beijing – Jingtong Highway	325
2000	Infrastructure	Beijing International Airport	386
2000	Infrastructure	Changchun Gas Co. Ltd.	44
2000	Infrastructure	Chengdu Cogeneration Project	57
2000	Infrastructure	China United Communications	5,6
2000	Infrastructure	Chongqing Wujiang Electric Power Co.	86
2000	Infrastructure	Fujian Mindong Electric Power Co.	150
2000	Infrastructure	Guangxi Guigan Electric Power	83
2000	Infrastructure	Guangxi Wuzhou Communications Co. Ltd.	53
2000	Infrastructure	Hubei Changyuan Electric Power Development Co.	80
2000	Infrastructure	Hubei WuAn Peak Heat and Power Company Ltd.	10
2000	Infrastructure	Jiangxi Ganyue Expressway Co.	160
2000	Infrastructure	Shanghai Port Container Co. Ltd.	304
2001	Infrastructure	China Netcom	325
2001	Infrastructure	Evergreen Joint Stock Company	125
2001	Infrastructure	Luannan Peak Heat and Power Company Ltd.	119
2001	Infrastructure	Zhuceng Xinao Gas Company Limited	1
2001	Infrastructure	Zouping Peak CHP Co., Ltd	27
2002	Infrastructure	China Telecom	1,43
2002	Infrastructure	Hainan Meilan Airport	98
2002	Infrastructure	Huaian Xinao Gas Company Limited	34
2002	Infrastructure	Yancheng Xinao Gas Company Limited	15
2002	Infrastructure	Zhengzhou Gas Company Limited	18
2003	Financial	Beijing Capital Land Ltd	120
2003	Financial	China Life Insurance Co Ltd	3,022
2003	Other	Jiangsu Jiangdong Group Co Ltd	59
2003	Other	Nanjing International Exhibition Center	79
2003	Other	Shenzhen Gas Corp	15
2003	Infrastructure	China National Foreign Trade Transportation(Group)Corp {Sinotrans}	65
2003	Infrastructure	Nina Hydroelectric Plant	145
2003	Infrastructure	Qujing – Phase II	36
2003	Infrastructure	Shenzhen Energy Group Co Ltd	289
2003	Infrastructure	Shenzhen Gas Group	60
2003	Infrastructure	Shenzhen Water Group	390

2003 Infrastructure	Sinotrans Co Ltd	436
2003 Infrastructure	Yangtze Electric Power Co.	1,2
2004 Electricity	Cangxi Panva Gas Company	2
2004 Electricity	China Power International Development Ltd.	369
2004 Electricity	Dayia Panva Gas Company	2
2004 Electricity	Huadian Power International	233
2004 Electricity	Yuechi Panva Gas Company	5
2004 Transport	Jingtang International Container Terminal	35
2004 Transport	Yantian Westport Container Terminal	12
2004 Financial	Bank of Communications	2,1
2004 Telecommunications	China Netcom	1,14
2004 Water and Sanitation	CGE Zunyi Water Treatment Company	18
2004 Water and Sanitation	Changsha Second Wastewater Treatment Plant	30
2004 Water and Sanitation	Fuzhou CWC Water Company Limited	18
2004 Water and Sanitation	Hohhot Water Development Project	43
2004 Water and Sanitation	Tianjin Tanggu Sino French Water Supply Company	57
2004 Water and Sanitation	Wangxiaoying Wastewater Treatment Plant	58
2005 Electricity	Anshan Panva Gas Company	14
2005 Electricity	Changchun Gas Holding Ltd	46
2005 Electricity	Chengdu City Gas Company	21
2005 Electricity	Jianyang Panva Gas Company	3
2005 Electricity	Peng Shan Panva Gas Company	3
2005 Electricity	Qiqihar Panva Gas Company	9
2005 Electricity	Zhong Jiang Panva Gas Company	4
2005 Transport	Changshu Xinghua Port Co. Ltd.	65
2005 Financial	Bank of China	3,1
2005 Financial	Bank of China	3,1
2005 Financial	Bank of China	500
2005 Financial	China Construction Bank	3
2005 Financial	China Pacific Life Insurance	410
2005 Financial	Huaxia Bank	330
2005 Financial	Industrial & Commercial Bank of China	3
2005 Water and Sanitation	Changzhou Tap Water group	56
2005 Water and Sanitation	Henan Wastewater Plants	8
2005 Water and Sanitation	Kunming Water Supply Company	124
2005 Water and Sanitation	Linyi City Salcon Water Concession	4
2005 Water and Sanitation	Linyi Salcon Water Co. Ltd.	2
2005 Water and Sanitation	Wuhu Hong Kong and China Water Co. Ltd	27
2005 Water and Sanitation	Wujiang Hong Kong and China Water C. Ltd	94
2005 Water and Sanitation	Xintai City Wastewater	4

Fonte: World Bank. IFC. Privatization Database.

4.3.4 Encolhimento Produtivo das Estatais

A empresa privada, no setor manufatureiro, registrou um crescimento de 140 vezes no seu valor adicionado entre 1985, com 29,6 bilhões de *yuans*, e 2002, com 4 120 bilhões de *yuans* (CHEN, 2005, p. 320.) Portanto, considerando apenas as empresas com

faturamento superior a cinco milhões de *yuans*, ocorreram duas transformações destacadas nesse âmbito manufatureiro (ver tabela 6). A primeira foi a variação acelerada do crescimento da quantidade de empresas não-estatais, entre 2000 e 2001, a partir de um patamar já elevado. Assim, a proporção dessas empresas passou de 73,2% para 79% do setor industrial. A segunda evolução importante ocorreu com a participação das empresas estrangeiras que somam 18,4% das firmas industriais da China em 2001.

Tabela 6 – Número de empresas estatais e não-estatais do setor industrial (em milhares e em %)

Item	2000		2001		Growth (%)
	No.	Share (%)	No.	Share (%)	
National Total of All Industrial Enterprises	162,886	100.0	171,256	100.0	5
State-Owned and State-Held Enterprises	43,652	26.8	35,902	21.0	-18
Nonstate Sector Enterprises	119,234	73.2	135,354	79.0	14
Collective-Owned Industry	37,842	23.2	31,018	18.1	-18
Shareholding Cooperatives and Joint Ownership Enterprises	13,362	8.2	13,098	7.6	-2
Limited Liability Corporations	11,989	7.4	17,584	10.3	47
Shareholding Enterprises	5,086	3.1	5,692	3.3	12
Private Enterprises (Siying Qiye)	22,128	13.6	36,218	21.1	64
Foreign/Special Administration Regions Funded Enterprises	16,490	10.1	18,257	10.7	11
Enterprises from Hong Kong, China; Macao, China; and Taipei, China					
Foreign-Funded Enterprises	11,955	7.3	13,166	7.7	10
Others	382	0.2	321	0.2	-16

* Includes only industrial enterprises with annual sales income of more than CNY5 million.

Source: China Statistical Yearbook 2002.

Elaboração: Private Sector Assessment – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 3).

O impacto da privatização apareceu claramente no próprio produto interno, sem deixar dúvidas sobre sua atual importância no desempenho da atividade econômica da China. Assim, os efeitos da transformação da estrutura de propriedade na economia chinesa já foram evidenciados nos números do fluxo da produção ao longo do tempo. Comprovou-se que o setor estatal, segundo o Banco de Desenvolvimento da Ásia, recuou sua participação no PIB sistematicamente durante todo o período das reformas, tornando-se minoritário (ver tabela 7). Essa situação contrasta com a evolução das empresas privadas, que saltaram de 5,2% para 33% de participação no PIB, entre 1978 e 2000. Essa tendência privatista revela-se ainda mais clara quando são somadas as participações das empresas privadas e das empresas coletivas, as quais são consideradas, em sua grande maioria, como negócios efetivamente privados.

Tabela 7 – Produto interno bruto no período 1978-2000 (bilhões de *yuan*s)

Item	1978	1985	1990	1995	1997	2000 ^a	Growth Rate ^b (%)
Total	362	896	1,858	5,848	7,345	8,940	16
State-Owned Sector	209	429	904	2,222	3,078	3,308	13
Share (%)	57.7	47.8	48.6	38.0%	41.9	37.0	–
Nonstate Sector	153	468	954	3,626	4,268	5,632	18
Share (%)	42.3	52.2	51.4	62.0	58.1	63.0	–
Collectives	134	363	711	2,327	2,490	2,682	15
Share (%)	37.0	40.5	38.2	39.8	33.9	30.0	–
Private (and others)	19	104	244	1,299	1,778	2,950	26
Share (%)	5.2	11.6	13.1	22.2	24.2	33.0	–

^a ADB estimates: Breakdown for 2000 is derived from data disclosed by the National Bureau of Statistics (China Daily). Break down for 1978-1997 (Zhongguo Jingji Zhuangui 20 Nian).

^b Compound annual growth rate between 1978 and 2000.

Sources: Zhongguo Jingji Zhuangui 20 Nian (Chinese Economic Transformation for Twenty Years). 1999, p.57, National Bureau of Statistics; and Tongji Ziliao (Statistical Data) 1999, No. 9, China Daily, 26 March 2002.

Elaboração: Private Sector Assessment – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 4).

As empresas estatais (*SOEs*) recuaram da participação de 82% do valor bruto do produto industrial para 26%, entre 1978 e 1996, enquanto as empresas coletivas e individuais aumentaram sua participação de 18% para 55%. Nesse mesmo período, a indústria teve sua parcela no Produto Interno Bruto (PIB) aumentada de 38% para 54%, enquanto o setor de serviços aumentou em 14% sua fatia no produto (WING, 1999, p. 8; 15).

Na indústria, o setor estatal declinou sua participação para apenas 23,4% do produto em 2001 (ver tabela 8). Trata-se de uma queda livre dessa participação, como se constatou no recuo de 9,3%, comparando apenas os anos imediatos de 2000 e 2001. Qualitativamente, tais perdas significam que o Estado se afasta, relativamente, do setor industrial, que é uma área onde há possibilidade de grande dinamismo em termos de tecnologia e produtividade do trabalho, determinando, em grande medida, o rumo do conjunto da economia. É assim, na prática, que, paulatinamente, a orientação estatal é substituída pelos ditames do mercado em razão dos interesses das empresas privadas em busca de lucros.

Tabela 8 – Valor do produto industrial bruto de empresas com faturamento maior do que 5 milhões de *yuan*s (em bilhões de *yuan*s)

Item	2000		2001		Growth
	Value	Share (%)	Value	Share (%)	Rate (%)
National Total	8,567	100.0	9,545	100.0	11.4
State-Owned and State-Holding Industry	2,466	28.8	2,237	23.4	-9.3
Nonstate Sector Enterprises	6,101	71.2	7,308	76.6	19.8
Collective-Owned Industry	1,191	13.9	1,005	10.5	-15.6
Shareholding Cooperatives/Joint Ownership Enterprises	380	4.4	385	4.0	1.3
Limited Liability Corporations	642	7.5	1,039	10.9	61.8
Shareholding Enterprises	1,009	11.8	1,270	13.3	25.9
Private Enterprises (Siying Qiye)	522	6.1	876	9.2	67.8
Foreign/Special Administrative Regions Funded Enterprises					
Enterprises from Hong Kong, China; Macao, China; and Taipei, China	1,057	12.3	1,185	12.4	12.1
Foreign-Funded Enterprises	1,289	15.0	1,537	16.1	19.2
Others	11	0.1	11	0.1	0.0

Source: China Statistical Yearbook 2002.

Elaboração: Private Sector Assessment – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 5).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD, 2003, p. 141) argumenta que as empresas de sociedade anônima (empregavam somente 2,1% dos trabalhadores) são as mais lucrativas, porque geraram apenas 11,7% do produto, mas retiveram 23,2% dos lucros do total das empresas da China, em 2000. As sociedades anônimas teriam, segundo esses critérios, lucros duas vezes maiores do que as empresas estatais. Então, a OCDE, sintomaticamente, conclui que as estatais, analisadas como as menos lucrativas, estariam, por isso mesmo, destinadas, logicamente, a desaparecer em um ambiente mais competitivo. Esse é um tipo de análise que joga água no moinho da privatização em curso na China hoje. É uma lógica simples e também regressiva centrada no alto lucro. Não são levadas em consideração as razões de fundo das dificuldades de lucros nas empresas estatais, verificando sua configuração, suas tarefas, suas obrigações sociais, seu constrangimento pelas reformas privatistas.

A desestatização, nesse contexto, era inescapável. A privatização em massa era e é só uma questão de tempo. Assim, a desestatização das empresas na estrutura produtiva teria que ocorrer dentro de um processo de reformas, como esse que há quase trinta anos revolve profundamente as várias dimensões da China. Convenha-se que não seria possível manter a estrutura baseada em empresas estatais depois de tantos eventos liberalizantes. Nesse sentido,

pode-se citar como vento liberalizante: desmantelamento das comunas populares, zonas econômicas especiais, liberalização dos preços, penetração de grandes empresas privadas, inclusive multinacionais, centralização em Shanghai do desenvolvimento baseado no mercado e na internacionalização, incorporação do capitalismo de Hong Kong, criação de bolsas de valores, presença dos bancos estrangeiros e acordo com a OMC.

A forma de autonomia gerencial desenvolvida pelas reformas, frisando unilateralmente a separação entre gestão e propriedade estatal, engendrou, no contexto de crescente liberalização da economia, as condições para um papel importante dos administradores na privatização ou liquidação das empresas estatais. Administradores saquearam os recursos de empresas, aparecendo, depois, como proprietários de novas empresas privadas. No exercício da administração, os gerentes ampliaram a exploração dos trabalhadores e se apropriaram da mais-valia, através de elevados bônus, gratificações e vantagens custeadas pela firma, a exemplo de carros e padrão de vida elitista (WEIL, 1999, p. 5). A corrupção teria favorecido o surgimento de uma camada social composta por ‘gerentes novos ricos’, enquanto as empresas estatais eram apresentadas como fontes de perdas, sorvedouros de recursos públicos, campeãs do atraso tecnológico e formas inviáveis de propriedade.

Todavia, a simples denúncia da corrupção não revela completamente a ligação entre a privatização e a transformação em curso nas relações sociais de produção. Para Yiching Wu (2005, p. 51-2), a privatização das empresas estatais (*SOEs*), com a expropriação de ativos públicos, é um dos fatores da formação de uma classe dominante na China nesse momento. Burocratas e quadros, através da diferenciação social e política, vão se constituindo em parte integrante de uma nova classe capitalista, no quadro amplo da transformação da sociedade, reconstituição do Estado e acumulação de capital.

4.4 INTEGRAÇÃO À ECONOMIA MUNDIAL

As grandes transformações econômicas da China têm um vínculo especial com o mercado mundial. A política de portas abertas estabeleceu a integração à economia internacional, como o recurso decisivo para a modernização tecnológica e a expansão

produtiva da China. Uma complexa estratégia, com liberalização e regulação estatal, tem moldado essa integração chinesa à economia mundial. Ao longo do tempo, em quase três décadas de reformas, paulatinamente, reduziu-se a discricionariedade estatal, em termos de política industrial, e expandiu-se a liberalização econômica, sobretudo depois do acordo com a Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. Nesse período de reformas orientadas ao mercado, o investimento direto externo (*foreign direct investment – FDI*) instalou as filiais de empresas estrangeiras e associou-se (criando *joint-ventures*) com as mais diversas formas de empresas chinesas, inclusive as firmas estatais (*SOEs*).

A corrente de comércio passou de 10% do produto nacional bruto em 1978, para 36%, em 1996, e os investimentos diretos externos (*FDI*) saltaram de apenas US\$ 2 bilhões, em 1983, para US\$ 45 bilhões, em 1997 (WING, 1999, p. 8; 15). Hoje, a China é o terceiro maior exportador de manufaturas. É o terceiro (às vezes, segundo, mas até já foi o primeiro) receptor de investimento direto externo (*foreign direct investment – FDI*). Exibe a mais elevada taxa de crescimento do PIB. Conta com reservas que já ultrapassaram um trilhão de dólares. A imprensa não se cansa de veicular manchetes com os números da disparada expansão econômica chinesa, destacando sua participação na demanda mundial de petróleo, aço, cimento, soja etc.

4.4.1 Zonas Econômicas Especiais

A política de portas abertas, a partir de 1979, pretendeu atrair o investimento direto externo (*FDI*), sobretudo com a criação de quatro zonas econômicas especiais (*special economic zones – SEZs*). As primeiras *SEZs* foram implantadas em Shenzhen e Shantou, na província de Cantão (Guangdong), em frente a Hong Kong, em Zhuhai, próxima de Macau, e em Xiamen, na província de Fujian, em frente a Taiwan. A expectativa era que as empresas nessas zonas trouxessem tecnologia, servissem como alavancas das exportações, criassem empregos e fossem escolas de atuação no mercado. Em 1983, permitiu-se que o *FDI* assumisse a propriedade total de empresas. A área de penetração do capital estrangeiro foi ampliada, na região costeira, incorporando-se quatorze cidades, em 1984, e as três zonas dos deltas dos rios Pérolas, Min e Iangtsé, em 1985.

Para Joh-ren Chen (2005, p. 326), as zonas econômicas especiais (*SEZs*) são um fator decisivo na atração do investimento direto externo (*FDI*). Ao criar as *SEZs*, o Estado chinês deflagrou um processo que se realimentava em termos de atração de *FDI* e comércio exterior. As *SEZs* teriam contribuído para o êxito da nova estratégia voltada para o mercado e para o exterior. Taiwan já contava com zonas de processamento de exportação desde os anos sessenta.

Sem sair da visão tradicional, Chen (2005, p. 326-7) listou algumas vantagens das zonas econômicas especiais. Assim, as *SEZs* seriam instrumentos mais adequados para a longa transição da planificação para o mercado. Em vez de uma mudança global no país, seria mais fácil a experiência de liberalização em uma área delimitada como a zona econômica especial, constituindo novas instituições passo-a-passo. Em segundo lugar, as *SEZs* teriam os apoios, infra-estrutura, incentivos fiscais, comércio liberalizado para a viabilização dos investimentos. Terceiro, as *SEZs* impulsionariam a competitividade nos termos do mercado mundial, favorecendo a livre importação de insumo e a fragmentação global da produção manufatureira. Quarto, essas zonas contariam com os efeitos positivos criados pela concentração no mesmo lugar de setores estratégicos. As zonas reduziriam os custos administrativos de pequenas e médias empresas.

O comércio exterior exerceu, desde o início das reformas, uma influência importante nas mudanças produtivas chinesas, a começar pela viabilidade emprestada ao escoamento da produção das zonas econômicas especiais.

4.4.2 Capital Estrangeiro para Produzir e Exportar

A concretização da presença do capital estrangeiro ocorreu, significativamente, em associação com as empresas domésticas, formando *joint-ventures*, com acentuado controle dos chineses na administração dessas firmas. O volume e o papel desempenhado pelo investimento direto externo (*FDI*) na China distinguiu-se das demais experiências na China. O *FDI* representava apenas 1,5% do produto interno bruto da China, em 1991, mas, logo em seguida, alcançou a marca de 6,7 do PIB, em 1994. Nesse mesmo brevíssimo lapso de tempo, de 1991 a 1994, o *FDI* passou de 3,9% para 17% da formação bruta de capital. O Estado

lançou mão de políticas de incentivos fiscais, beneficiando os investimentos estrangeiros, em detrimento das empresas chinesas (YASHENG, 2003, p. 415) ⁷⁹.

A política do Estado chinês foi marcada pela liberalização, em certos aspectos econômicos, embora se mantenha uma aproximação de abordagem com a forte política industrial protecionista das experiências do Japão e da Coreia do Sul. Esse complexo e distinto liberalismo chinês, no caso, se patenteia pelo importante grau de confiança depositada no livre curso das empresas estrangeiras para alavancar a produção, as exportações e promover a superação da defasagem tecnológica do país. No Japão e na Coreia, o Estado empreendeu um grande esforço de construção do desenvolvimento tecnológico nacional, ao lado da proteção para a consolidação de grandes empresas e grupos privados, com os *zeiretsus* japoneses e os *chaebols* coreanos. Porém, há que se notar a relativa autonomia do crescimento econômico da China, sobretudo recentemente, considerando que o PIB real cresceu 90%, entre 1994 e 2002, enquanto a entrada real de *FDI* foi de 40% (FLASSBECK, 2005, p. 35-7).

No período de 1980 a 2001, mais 380 mil empresas de capital estrangeiro (*foreign investment enterprises – FIEs*) se instalaram na China, com quase 90% delas localizando-se na região costeira (ver tabela 9). O investimento direto externo está agudizando gravemente as desigualdades econômicas regionais no país (YUCHAO, 2004, p. 1011-2). Em 1995, as empresas integralmente estrangeiras empregavam mais de 10 milhões de pessoas, contavam com um investimento que ultrapassava US\$ 60 bilhões e detinham 34% do comércio exterior (YING, 1995, p 45).

⁷⁹ A Assembléia Nacional Popular, na sessão de março de 2007, aprovou uma nova legislação com a expectativa de alcançar a igualdade de tratamento tributário entre as empresas chinesas e as estrangeiras, a médio prazo, na China.

Tabela 9 – Investimento direto externo no período de 1996-2002 (em milhões de dólares)

Item	1996	1997	1998	1999	2000	2001 ^a	2002
Total—Actual	41,726	45,257	45,462	40,319	40,715	46,850	52,700
(Contracted)	(73,276)	(51,003)	(52,102)	(41,200)	(62,400)	(69,200)	(82,800)
Regional Total	41,880	44,901	45,284	39,935	40,333	–	–
Coastal Area	36,206	37,679	38,604	34,415	34,886	–	–
Share (%)	86.5	83.9	85.2	86.2	86.5	–	–
Central Area	3,914	4,714	4,329	3,683	3,594	–	–
Share (%)	9.3	10.5	9.6	9.2	8.9	–	–
Western Area	1,759	2,507	2,351	1,837	1,852	–	–
Share (%)	4.2	5.6	5.2	4.6	4.6	–	–

– = Data not available.

^a Ministry of Foreign Trade and Economic Cooperation (MOFTEC). *China Daily*, 15 January 2002.

Sources: *China Statistical Yearbook*, 1998, p.642; 1999, p.599; 2001, p.607. MOFTEC. <http://www.stats.gov.cn>

Elaboração: Private Sector Assessment – PRC. Asian Development Bank (ADB, 2003, p. 7).

O atual período de reformas na China coincidiu com o movimento das firmas dos países desenvolvidos e dos novos países industrializados, inclusive asiáticos, em transferir suas linhas de produção mais intensivas em trabalho para outros países, relativamente atrasados. A gigantesca, barata e disciplinada força de trabalho chinesa, além dos incentivos fiscais e liberdade comercial e gerencial, transformaram o país em um ímã para esse tipo de empresas. Ademais, há a peculiaridade da diáspora chinesa, que teve seus capitais em Hong Kong, Taiwan, Cingapura e outras partes da Ásia, atraídos para as novas oportunidades e estabilidade oferecidas pela China continental. As filiais das empresas estrangeiras já se apossaram da produção de aproximadamente um terço do total de bens manufaturados vendidos no mercado doméstico e exportados.

A China passou da atração de US\$ 3,5 bilhões de *FDI* líquido, em 1990, para US\$ 60,6 bilhões, em 2004 (HART-LANDSBERG, 2006, p. 13). A corrida para as privatizações, sobretudo a partir da segunda metade dos anos noventa, foi uma das maneiras de ampliar o afluxo de *FDI*. Em 2002, a China, com o influxo de US\$ 52,7 bilhões, foi o maior receptor de *FDI* no mundo. O *FDI* aumentou a capacidade produtiva da China, mas o país tornou-se presa da dependência das exportações das *FIEs* (empresas integralmente estrangeiras). Portanto, depende, em certa medida, dos humores dos mercados internacionais e das decisões das corporações estrangeiras.

4.4.3 A Via Exportadora

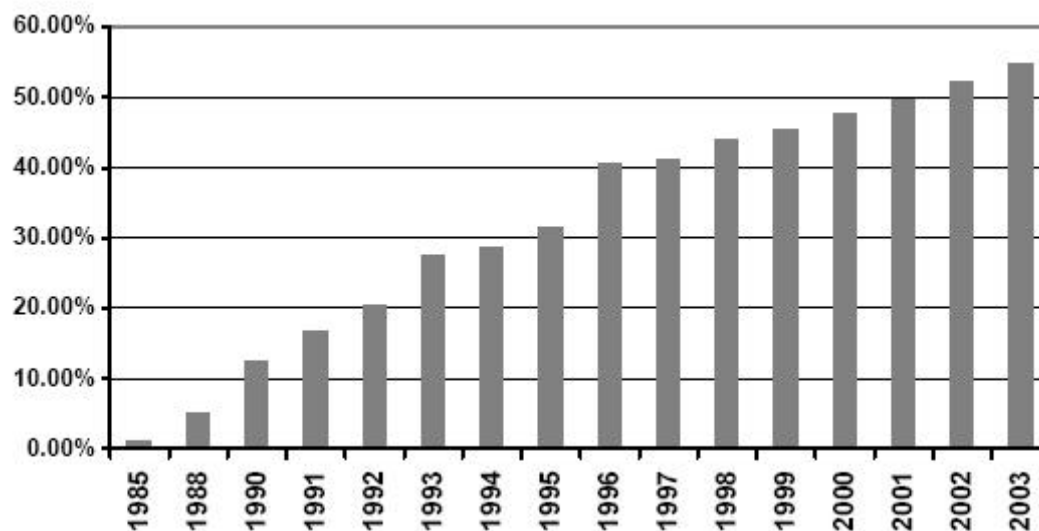
No início das reformas, o crescimento das exportações chinesas ocorreu mais lentamente do que outras experiências asiáticas. No período de dez anos, entre 1981 e 1990, a China só conseguiu aumentar em 50% suas exportações. Mas, anteriormente, em 1968, a Coreia do Sul, precisou de apenas quatro anos para dobrar suas exportações. A partir de 1994, a China conseguiu acelerar suas exportações, e em apenas três anos, de 2000 a 2003, quase dobrou suas vendas externas. As exportações chinesas cresceram a uma média anual, como porcentagem do PIB, em 10,5%, no período de 1981 a 1988, e em 25,1%, de 1994 a 2003. A partir dos anos 1990, o desempenho comercial da China assemelhou-se às experiências asiáticas, como o que ocorreu no Japão e na Coreia do Sul (FLASSBECK, 2005, p. 4-6).

As exportações diversificaram rapidamente, dos têxteis aos eletroeletrônicos. A exportação de manufaturados cresceu 20% ao ano, desde 1980. As vendas de bens manufaturados saltaram de 40%, em 1980, para 90%, em 2001, como participação na pauta de exportações da China. O valor das exportações chinesas, em 1990, representava 16% do produto interno bruto (PIB) do país. Mas essa relação, exportações/PIB, pulou para 36%, em 2003 (HART-LANDSBERG, 2006, p. 13). Então, o crescimento econômico passou a sofrer uma rápida acentuação da dependência de exportações, que precisaram ser cada vez maiores e maiores.

Para Zhang Jun, o produto interno bruto da China, em cerca de 70%, está relacionado com o comércio exterior, demonstrando uma inaudita dependência da economia em face das trocas internacionais. Apesar da constatação dessa dependência, o professor Jun avalia positivamente essa realidade. A China estaria demonstrando competitividade. Essa arrancada exportadora, além dos baixos salários e das políticas preferenciais do governo, sustentaria a grande atração do FDI para a China. “Eu acho que o crescimento econômico na China tem sido amplamente um resultado da globalização da produção chinesa de manufaturados”, afirmou Zhang Jun (2006). Estranhamente, Zhang separa, de um lado, os baixos salários, os incentivos, as condições privilegiadas para as empresas exportadoras, e, de outro, o desempenho exportador chinês. Contudo, entre esses dois lados, parece que o primeiro é causa e o segundo, efeito. Essa seria, assim, uma melhor explicação, entre outros fatores, para a atração do *FDI*.

As exportações das empresas de capital estrangeiro aumentaram rapidamente, saindo de 20%, em 1992, e alcançando 50% do conjunto das vendas externas da China, em 2001 (ver Figura 1). Mas, hoje, já açambarcam 55% de todas as suas exportações. Nesse mesmo período, as suas importações passaram de 32% para 52%.

Figura 1 - Participação das firmas estrangeiras nas exportações totais da China (em %)



Fonte: Ministério do Comércio da China.

Elaboração: UNCTAD (2005). China in a Globalizing World. p.36.

Mantém-se, nos anos da década de 2000, uma grande polêmica, sobretudo entre os Estados Unidos e a China, a respeito da questão cambial. Polemiza-se sobre os efeitos da desvalorização do *renminbi* na competitividade das exportações chinesas ⁸⁰, reforçando o grande déficit norte-americano nesse atual período. Todavia, nas quase três décadas de reformas na China, qual foi a trajetória da sua política cambial? Embora tenha incorrido em valorização cambial na década de 1980, a China, com um regime de câmbio múltiplo e controles cambiais, promoveu, por diversas vezes, a desvalorização do *renminbi*, até 1994. Nesse mesmo ano, foram unificados os mercados de câmbio oficial e *swap*, sob forte desvalorização. As firmas domésticas já não seriam obrigadas a trocar suas receitas em dólares pela taxa oficial desfavorável. A partir daí, as autoridades só permitiam uma flutuação, com bandas muito estreitas, ancorando o *renminbi* no dólar. Assim, obtinha-se uma razoável estabilidade. Entretanto, a taxa real de câmbio registrou importante desvalorização,

⁸⁰ A moeda chinesa é denominada *renminbi* (traduz-se como 'dinheiro do povo' e tem como sigla RMB). Empregam-se indistintamente as denominações *renminbi* ou *yuan* (CNY, *yuan* da China). O *renminbi* tem como unidade básica o *yuan*, que é dividido em 10 *jiaos*, e um *jiao* divide-se em 10 *fens*.

na segunda metade dos anos 1990. Nesses termos, a China passou a dispor de uma taxa de câmbio estável e competitiva, favorecendo os investimentos e as exportações.

Apesar dos protestos dos Estados Unidos, existe no comércio da China, indispensavelmente, uma forte evolução das importações. Esse último país passou ao terceiro lugar, tanto nas exportações como nas importações no mundo em 2005 (ver Quadro 2). As compras chinesas de insumos industriais e *commodities* agrícolas avançam por toda parte, inclusive evoluindo recentemente na África e América Latina. Ademais, aparecem situações deficitárias nas trocas com alguns vizinhos asiáticos.

Tabela 10 - Evolução do comércio exterior da China no período de 1995 a 2005 (em milhões de dólares)

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Exportaciones	148780	151048	182792	183712	194931	249203	266098	325596	438228	593326	761954
Importaciones	132084	138833	142370	140237	165699	225094	243553	295170	412760	561229	660003

Elaboração: China, la tercera maior potencia comercial del mundo. Casa de Ásia-Economia, n. 193, nov. 2006, p.2.

Quadro 2 - Os 10 países com mais exportações e os 10 com mais importações em 2005

	Exportación en miles de millones de dólares	% de participación exportaciones mundiales		Importación en miles de millones de dólares	% de participación importaciones mundiales
Alemania	969,9	9,3	Estados Unidos	1732,4	16,1
Estados Unidos	904,4	8,7	Alemania	773,8	7,2
China	762,0	7,3	China	660,0	6,1
Japón	594,9	5,7	Japón	514,9	4,8
Francia	460,2	4,4	Reino Unido	510,2	4,7
Holanda	402,4	3,9	Francia	497,9	4,6
Reino Unido	382,8	3,7	Italia	379,8	3,5
Italia	367,2	3,5	Holanda	359,1	3,3
Canadá	359,4	3,4	Canadá	319,7	3,0
Bélgica	334,3	3,2	Bélgica	318,7	3,0

Fonte: China, la tercera maior potencia comercial del mundo. Casa de Ásia-Economia, n. 193, nov. 2006, p.1.

4.4.4 Montagem para Exportações *versus* Capacitação Tecnológica

A indústria de montagem tem muito a ver com o sucesso das exportações chinesas. De certa forma, a China transformou-se em uma poderosa plataforma de exportações para as firmas estrangeiras. A lógica produtiva era baseada no processamento de insumos importados, como se fosse uma indústria *maquiladora* mexicana. Por isso mesmo, as firmas estrangeiras, com mais de 70% do setor, dominavam o comércio baseado na indústria de montagem. As peças, componentes, insumos para essas firmas são supridos, principalmente, por firmas dos vizinhos asiáticos, e em muitos casos, na troca intrafirmas, relacionando a matriz, externamente, com a filial chinesa.

Deve-se ressaltar que o aspecto da especialização produtiva chinesa em indústria de montagem não é a repetição do mesmo fenômeno das *maquiladoras* do México. Há traços comuns entre as duas experiências, como os baixos salários, a dependência do capital e tecnologia estrangeiros, certa característica de enclave etc. Porém, além de outros fatores políticos, a dimensão e o dinamismo da economia chinesa e a forma da integração produtiva regional asiática em curso diferenciam as trajetórias mexicana e chinesa. Existe um grande número de firmas integralmente chinesas especializadas no comércio de bens de montagem.

A reelaboração e a montagem de insumos importados respondia pela elevadíssima percentagem de 90%, no caso das exportações de alta tecnologia (CONG, 2004). Nesse segmento econômico, verifica-se a desigualdade no comércio, com uma posição importadora da China.

Tabela 11 – Composição do comércio de alta tecnologia da China em 2003

	Importações	Exportações
Componentes eletrônicos	61	19
Equipamentos de computação	21	47
Equipamentos de telecomunicações	7	12
Outros bens de tecnologia de informação e comunicação	6	2
Equipamento de áudio e vídeo	5	20

Fonte: OECD, ITCS database *apud* Katsumo (2005, p. 20).

Françoise Lemoine e Deniz Ünal-Kesenci (2004, p. 840-2) avaliam que o investimento externo direto tem desempenhado um papel positivo para o aumento da

produtividade e para o crescimento econômico da China. Criticam, contudo, o insignificante transbordamento da capacitação tecnológica e da competitividade das firmas estrangeiras para as empresas integralmente estrangeiras. Eles apontam para um dualismo na estrutura tecnológica e comercial da China. Assim, as firmas de montagem estão localizadas na região costeira, sobretudo nas zonas econômicas especiais. São firmas mais voltadas para as exportações e concentram a modernização tecnológica. Em contraste, as firmas integralmente chinesas têm uma localização relativamente mais dispersa geograficamente, estão mais voltadas para o mercado doméstico e são defasadas tecnologicamente.

Na década de 1980, predominavam as exportações de têxteis, mas desde os anos 1990 passaram a prevalecer os produtos elétricos e eletrônicos nas vendas externas da China. Isso não quer dizer que as empresas integralmente chinesas tenham adquirido capacidade inovativa para uma produção mais sofisticada tecnologicamente. A produção pode sair das fábricas integralmente chinesas (e, portanto, não somente firmas estrangeiras), mas o processo produtivo ainda se baseia, majoritariamente, na tecnologia estrangeira. É por isso que as patentes estrangeiras estão presentes em 95% dos produtos, no setor farmacêutico; em 80%, na produção de chips; em 70%, nas máquinas de controle digital e equipamento têxtil, e em 90%, em automóveis, conforme Li Deshui, diretor do Departamento Nacional de Estatísticas da China (FOREIGN..., 2005).

Entretanto, há uma importante mudança, em curso, no que diz respeito ao esforço próprio no desenvolvimento tecnológico. Conforme a OCDE, a China já estaria em segundo lugar como investidor em pesquisa e desenvolvimento (P&D), ultrapassando o Japão, enquanto os Estados Unidos mantinham-se na liderança. Assim, a estimativa da hierarquia dos gastos, em bilhões de dólares, com P&D era: EUA, com \$ 330; China, com \$ 136, e Japão, com \$ 130; enquanto a União Européia (EU-15, com principais países) gastou US\$ 230 bilhões. A China teve, segundo a OCDE, uma ascensão muito rápida, tanto nos gastos, quanto no número de pesquisadores, em um contexto global de maior competição. Os gastos chineses foram dobrados entre 1995 (0,6% do PIB) e 2004 (mais de 1,2% do PIB) (CHINA WILL..., 2006). Além disso, a massiva migração das corporações ocidentais para a China alcançou um novo patamar com um início de atividades de P&D nas filiais chinesas.

4.4.5 A Adesão à OMC

A liberalização comercial da China contou com a extinção do monopólio do comércio exterior, a redução das tarifas e barreiras não-alfandegárias e fim dos subsídios diretos à exportação (FUKASAKU; YU; QIUMEI, 1999). As tarifas alfandegárias sobre as importações caíram de 41%, em 1992, para 16,8%, em 2001. O momento crucial da liberalização foi a adesão à Organização Mundial do Comércio, em 2001.

Anteriormente, existiriam estudos do governo chinês, vislumbrando os ganhos econômicos líquidos do acordo com a OMC. Mas, já em 1998, estimava-se que o acesso, pela concorrência estrangeira, aos mercados chineses agrícolas (além dos mercados de bens industriais) deixaria 9,6 milhões de trabalhadores rurais desempregados (FUKASAKU; YU; QIUMEI, 1999, p. 7). A entrada da China na OMC poderia ajudar a abrir mais mercados para as suas exportações, porém, em contrapartida, limitaria sua possibilidade de fazer política industrial. A maior liberalização do mercado doméstico poderia gerar efeitos negativos para a graduação tecnológica das empresas integralmente chinesas e para a constituição de um sistema nacional de inovação.

O acordo com a Organização Mundial do Comércio resultou em situações de falência ou mais privatizações de empresas estatais, em razão do aumento da concorrência externa (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2004, p. 49). As empresas asiáticas, norte-americanas e europeias já tinham avançado substancialmente na década de 1990 com exportações de bens destinados ao mercado interno da China. No entanto, diante disso, a crença liberal é de que a própria abertura externa do comércio e do investimento deveria provocar o surgimento de novas oportunidades de negócios para as empresas chinesas. Nesse mesmo sentido, acredita-se que, nas novas condições de liberalização dos mercados, surgiria um impulso ao crescimento do setor de serviços, que, com dinamismo e competitividade, seria capaz de absorver os migrantes rurais, dados os limites da demanda por mão-de-obra na indústria.

Os perigos do aprofundamento da liberalização, a partir do acordo com a OMC, não provocaram receios e dúvidas nos dirigentes do Estado chinês. Há muito, tinham abraçado a regulação do mercado e a integração mundial, em lugar da planificação de sentido socialista. Portanto, não é que a China não quisesse ingressar na OMC, é que as principais potências só davam o aval, para isso, com maior abertura do mercado interno chinês,

“particularmente, acesso aos lucrativos mercados de serviços do país”. (FUKASAKU; YU; QIUMEI, 1999, p. 7). Mesmo antes de novas rodadas de liberalização dos mercados domésticos de serviços, a China já tinha aumentado significativamente suas importações de serviços. Em 1987, a China importava em serviços 5% do seu total de comércio, mas, apenas dez anos depois, em 1997, esse percentual já tinha subido para 14%. Comparativamente, nesses mesmos anos, os Estados Unidos tinham os percentuais de 14,8% e 14,3%. As exportações de serviços da China, como porcentagem do seu total de vendas externas, avançaram muito lentamente: em 1987, eram 9,7% e, em 1997, só avançaram para 11,8%. Novamente, na comparação, os Estados Unidos tinham nos citados anos os percentuais de 25,5% e 25% (*ibid.*, p. 9).

No acordo com a OMC, a China foi obrigada a aceitar sua classificação como uma economia que não era de mercado (*non-market economy – NME*). Essa condição será válida até o ano de 2016, para os casos de investigação de *dumping* movidos contra a China. Apesar da liberalização já efetivada, ainda persistiriam, denuncia-se, práticas “desleais” de comércio, inclusive com interferência e apoio do Estado chinês. A China é campeã dos processos *antidumping* no mundo. Esse país, em 2004, tinha o maior número de investigações de *dumping*, com 48 casos, enquanto a Coreia do Sul vinha, em segundo lugar, com apenas 12 casos. Por causa do status de economia não-mercado da China (*NME*), a parte da acusação teria vantagens na simplificação de provas e na liberdade de escolha do país, que serviria de paradigma de custos para contrastar com os custos chineses. A propósito, um dos fatores do rebaixamento dos custos é o baixíssimo nível salarial que se impõe sobre os trabalhadores chineses, embora Li Yuefen (2005) considere a vantagem de custos da China como decorrência de sua eficiência econômica. Li acusa as multinacionais como os principais fomentadores e beneficiários das medidas *antidumping* em relação às firmas chinesas (LI, 2005).

4.4.6 Nova Divisão Internacional e Regional do Trabalho

O tamanho e o dinamismo da economia chinesa passaram a desempenhar um papel-chave no desempenho da economia mundial, há quase uma década. Há algo como um efeito China, que consiste em reorganização da divisão internacional e regional do trabalho. O patamar, agora, alcançado pela integração chinesa na economia mundial poderá criar as

condições para levar a China a exercer, cada vez mais, um papel de duplo pólo, tornando-se um dos centros da globalização e, simultaneamente, uma base de centralização regional asiática (MEDEIROS, 2006).

Ocorre migração de capitais tanto globais quanto asiáticos, tendo a China como um dos destinos prioritários. A produção e as exportações desse país ajudam a refazer a segmentação internacional e regional das cadeias produtivas. A marcha acelerada da produção chinesa alterou profundamente as relações interindustriais no Leste e Sudeste da Ásia. Constituiu-se, com a participação chinesa, um novo espaço asiático de compartilhamento produtivo, bem como de competição. Entretanto, constata-se, ao mesmo tempo, uma crescente influência das empresas transnacionais na China e no Leste asiático.

Depois de 1995, com a valorização do *yen* em relação ao dólar, com a diminuição do ritmo de importação japonesa de produtos asiáticos e com certa retração do investimento direto externo japonês, a China avançou, inclusive beneficiando-se da desvalorização de sua moeda em 1994 e acelerando suas exportações. As exportações dos chamados tigres asiáticos e dos membros da Associação Econômica do Sudeste da Ásia (*ASEAN*) começaram, de certa forma, a sofrer um desvio de comércio, devido à ação da China, em mercados ocidentais, como os Estados Unidos. Sempre se faz a ressalva de que há forte dinamismo nas trocas asiáticas, onde a China é o destino de crescentes exportações dos países vizinhos, sobretudo de insumos. Além disso, argumenta-se que as firmas asiáticas instalaram-se lá, massivamente, participando do êxito exportador chinês para terceiros mercados. Percebe-se uma dificuldade em se reconhecer o acirramento da competição, o grau de similaridade em parte da produção e o potencial de crise nas relações econômicas no Leste asiático.

Nas relações econômicas da China com outras nações do Leste e Sudeste da Ásia, avalia-se que os ganhos mútuos de comércio e investimento seriam efetivos, como espera John Weiss (2005). Não obstante essas vantagens recíprocas, haveria tanto riscos para setores individuais quanto necessidade de flexibilidade e reajustes das empresas e Estados. Conforme John Weiss, a China tem hoje uma estrutura intermediária de comércio, porque é menos sofisticada do que Japão, Coréia do Sul, Taiwan e Cingapura, porém é mais avançada do que Indonésia, Malásia, Tailândia e Filipinas (WEISS, 2005, p. 47-50). Além disso, a relação comercial poderia ser acompanhada pela unificação monetária, colocando em um patamar mais elevado a cooperação entre algumas nações asiáticas. A rapidez do crescimento e da integração das economias do Leste asiático, bem como o seu relativo sincronismo dos

movimentos cíclicos, de curto e longo prazo, já teriam criado as condições necessárias para a união monetária e a moeda comum dessa região, segundo Kiyotaka Sato e Zhaoyong Zhang (2006).

A integração à economia mundial exige a internacionalização dos próprios capitais chineses. Essa é uma necessidade de sobrevivência – produtiva, comercial, financeira e tecnológica - na competição com as firmas estrangeiras. Essas corporações estrangeiras atuam na China (para os mercados chinês e global, via exportações) e se beneficiam de seus diversos recursos e instrumentos já instalados na economia internacional, sobretudo nos planos financeiro e tecnológico. Em 2002, a China já contava com 2 382 empresas instaladas em 128 países, nas mais diversas regiões, com um total de investimento externo direto chinês (FDI) de US\$ 29,9 bilhões (YUANJIANG, 2005, p. 46).

A exemplo dos grandes grupos empresariais do Japão e da Coréia, a China tenta constituir conglomerados que possam ocupar elevados patamares de poder e autonomia financeira, capacitação tecnológica e internacionalização, com condição de competição nos mercados globais. Na lista das 500 maiores empresas, segundo a revista *Fortune*, passaram a constar, em 2006, vinte empresas chinesas (ver Quadro 3). A lista é composta por empresas listadas em bolsas de valores e o critério de classificação é o volume de faturamento. Essas empresas chinesas atuam nos setores de petróleo, energia, banco, telecomunicações, automóveis, ferrovias e construção civil. A empresa de petróleo Sinopec detém a 23ª posição na lista e só fica abaixo da Toyota, considerando apenas as empresas asiáticas (ROVETTA, 2006, p. 2).

Quadro 3 – Posição das firmas chinesas na lista das 500 maiores empresas do mundo em 2006 conforme a revista *Fortune*

1	SINOPEC	23
2	STATE GRID	32
3	CHINA NATIONAL PETROLEUM	39
4	INDUSTRIAL & COMMERCIAL BANK OF CHINA	119
5	CHINA MOBILE COMMUNICATIONS	202
6	CHINA LIFE INSURANCE	217
7	BANK OF CHINA	255
8	HUTCHISON WHAMPOA	259
9	CHINA SOUTHERN POWER GRID	266
10	CHINA CONSTRUCTION BANK	277
11	CHINA TELECOMMUNICATIONS	279
12	BAOSTEEL GROUP	296
13	SINOCHEM	304
14	AGRICULTURAL BANK OF CHINA	377
15	CHINA RAILWAY ENGINEERING	441
16	COFCO	463
17	CHINA FIRST AUTOMOTIVE WORKS	470
18	SHANGHAI AUTOMOTIVE	475
19	CHINA RAILWAY CONSTRUCTION	485
20	CHINA STATE CONSTRUCTION	486

Elaboração: ROVETTA (2006, p. 2).

4.5 O IMBRÓGLIO DA DESESTATIZAÇÃO FINANCEIRA

4.5.1 Quando o Plano de Crédito Sai de Cena

Hoje, a grande disputa em torno da finança na China está direcionada principalmente no ataque ao sistema bancário, acusado de ineficiente, concentrado, vulnerável. “Destruam Cartago”, liberalizem a finança chinesa, afastem esses quatro grandes bancos (Banco Comercial e Industrial da China, Banco da China, Banco da Construção e Banco das Comunicações)⁸¹! Além disso, as pressões são insistentes contra os controles dos fluxos de capitais, o regime de administração do câmbio, a inconvertibilidade do *yuan*, as baixas taxas de juros e a grande presença estatal nas bolsas.

Por que a finança na China encaminhou-se para essa encruzilhada? Volta-se à distinção entre planificação e mercado. Anteriormente, no período maoísta, a planificação estabelecia a alocação dos recursos, mesmo considerando os esforços de descentralização econômica e administrativa, ocorridos, sobretudo, em 1958 e em 1970. O Estado implementava essa alocação de recursos, conforme certas regras orçamentárias e a planificação da produção. Havia um plano de crédito e um plano monetário que eram operados, sobretudo, pelo Banco Popular da China. Este Banco controlava quase todos os ativos financeiros e suas respectivas transações, os fluxos monetários nos mercados consumidores e a transferência de recursos entre os ramos econômicos. A lógica financeira era outra, bastante distinta. As questões de eficiência, concentração e vulnerabilidade no sistema bancário eram importantes, mas estavam situadas em circunstâncias distintas das de hoje, associavam-se a processos diferentes, condicionavam-se aos objetivos da transição socialista.

A atual estratégia financeira chinesa expõe-se a muitos riscos no contexto da finança mundializada, que, cada vez mais, tende a amarrar-se à China, por mil fios. O neoliberalismo e a globalização financeira, durante quase três décadas - coincidentemente no período das reformas chinesas – impuseram a assim chamada tirania dos mercados financeiros. A financeirização entronizou o comando do capital financeiro e a dominação

⁸¹ Vale explicar que há uma certa confusão sobre a identificação do “quarto grande”. Para uns, como a consultoria McKinsey, além do Banco da China, Banco da Construção e Banco Comercial e Industrial, o quarto seria o Banco das Comunicações. Mas para outros, com o Deutsche Bank, mantidos os três primeiros, o quarto seria o Banco da Agricultura da China (HANSKUL, 2006, p. 2).

absoluta da lógica da valorização das empresas no mercado acionário, dependendo da ascensão dos ganhos bursáteis dos operadores no curto prazo. Criou-se uma nova autonomia relativa da finança em sua interpenetração com a produção. Vive-se a época da desregulação dos mercados financeiros, a liberalização dos fluxos internacionais de capitais, a hipertrofia dos chamados investidores institucionais (fundos de pensão, fundos mútuos, companhias de seguro). Estabeleceu-se uma nova divisão de trabalho, no âmbito financeiro, com um recuo relativo do crédito bancário e o avanço da finança direta, através de títulos, negociáveis em bolsa de valores. Multiplicaram-se as oportunidades de especulação e, simultaneamente, de riscos. Liberalizou-se o aumento das taxas reais de juros, ao lado da submissão da taxa de câmbio aos perigos de grave volatilidade. Sucedem-se crises financeiras, como ocorreu na própria Ásia, em 1997-8.

Se, na China, depois de 1978, as reformas foram orientadas para o mercado, então já não cabia a planificação da alocação dos recursos financeiros. Assim, no plano da reforma financeira, o processo conduziu, cada vez mais, à extinção do plano de crédito, ao fortalecimento da política monetária convencional e à criação e liberalização dos mercados financeiros. O Banco Popular da China foi submetido a reformas, desde 1979, separou-se do Ministério das Finanças e tornou-se banco central em 1984. Nas reformas, atribuiu-se ao Banco da China a tarefa de lidar com o capital estrangeiro, em razão do comércio e investimento direto. O Banco da Agricultura da China deveria se ocupar das transações na área rural. O Banco da Construção do Povo da China assumiria as transações bancárias decorrentes dos investimentos, ou seja, formação de capital, inclusive na produção industrial. O Banco Comercial e Industrial da China, fundado em 1984, seria o responsável por todas as transações ainda não atribuídas aos outros bancos. Ao longo dos anos 1980, foram criadas instituições menores: bancos dos governos locais, nas zonas econômicas especiais, e cooperativas de crédito, em áreas rurais e nas cidades. Em 1994, foi abolida a sobrevivência do mecanismo de crédito direto do banco central (Banco Popular da China), que, em seguida, passou a operar plenamente sob critérios de mercado, a partir da legislação de 1995 (MEHRAN; QUINTYN, 1996; ALLEN; JUN; MEIJUN, 2005). Em vez do plano, as operações de mercado ampliaram-se, cada vez mais, como tinha de ser.

A expansão dos mercados financeiros exigia maior liberalização. Tudo estava mudando e era preciso tirar da frente aquela estrutura formada pelos quatro grandes bancos, era preciso abrir passagem aos mercados financeiros privados. Esse controle era visível: no

final de 2006, verificava-se que, além de outros bancos estatais, apenas os quatro grandes - o Comercial e Industrial, o Banco da China, o Banco da Construção e o Banco da Agricultura - detinham 52,5% dos ativos bancários. Assim, uma das formas de atacar os resquícios de controle estatal sobre a finança era e é a ensurdecadora campanha, sobretudo martelada por acadêmicos, mídia e bancos ocidentais, além do FMI, Banco Mundial e OMC, sobre a gigantesca dívida incobrável das empresas estatais junto aos bancos. A remanescente interferência bancária estatal estaria gerando o perigo de uma grande crise na economia da China, além de distorcer a oferta de crédito e a alocação dos recursos por causa das supostas preferências de empresas estatais e as taxas de juros impositivamente baixas. Essa anunciada grande crise estaria sendo preparada pelos denunciados imensos créditos dos bancos estatais para as empresas, que constituem um dos mecanismos de respaldo da alta taxa de investimento, mantendo a aceleração do crescimento do PIB.

Na nova orientação econômica chinesa, a tendência é prevalecer a finança de mercado sobre a finança regulada. Mais uma vez, a solução seria a liberalização dos mercados financeiros, sobretudo com a penetração dos bancos estrangeiros. São esses últimos que deveriam estar no lugar ainda ocupado pelos chamados quatro grandes. A liberalização passou a contar com a programação e o calendário das medidas desestatizantes, que tinham sido assumidas no acordo com a Organização Mundial do Comércio, em 2001. Mas a transformação da velha estrutura tem custos: o Estado chinês já despendeu US\$ 400 bilhões no saneamento dos bancos desde 1998 (CHINA TO OPEN..., 2006). Zhu Min, vice-presidente do Banco da China, já comemorava, em novembro de 2006, que a liberalização da propriedade bancária, com suas ações negociadas em bolsa, já tinham provocado a redução dos créditos de difícil recuperação para apenas 5%. Min esclarecia que os bancos chineses, como última meta da reforma, se voltariam para uma gestão, a seu ver, moderna, eficiente, conforme os critérios de mercado (INTENSIFICA..., 2006).

A despeito de todos os esforços liberais, não deve ser simples nem rápido o desmonte do sistema bancário estatal em um país como a China. Com esses bancos estatais, o país não está crescendo aceleradamente há tanto tempo? Não é esse ainda certo controle estatal remanescente que influencia a oferta de crédito para a produção, que tem beneficiado o alto ritmo de crescimento da economia? Considerem-se os dados seguintes (FARREL; LUND; MORIN, 2006, p. 1): 1) ainda em 2004, os bancos concentravam 72% dos estoques financeiros do país, enquanto, comparativamente, o sistema bancário dos Estados Unidos

detinha 19% e o da Coréia do Sul, 33%; 2) em 2005, a parcela esmagadora de 95% dos novos recursos financeiros para as empresas originou-se de crédito bancário na China; 3) há um gigantesco volume de depósitos bancários: US\$ 3,5 trilhões, aproximadamente metade das famílias e metade das empresas, em março de 2006.

Na China, os bancos emprestam principalmente para as empresas, em vez dos consumidores. O crédito bancário privilegia as grandes empresas estatais, enquanto as pequenas e médias firmas juntamente com as companhias estrangeiras só conseguem 27% dos empréstimos bancários. Então, insiste-se que, para começar, o alvo deve ser os quatro grandes bancos, que precisariam ser submetidos aos “padrões de classe mundial através da diversificação da propriedade, com capitais externos e oferta pública de ações” (*loc. cit.*). Elogia-se a desregulação das taxas de juros nos bancos, com a supressão do teto das taxas para os empréstimos e do piso para as taxas os depósitos. As chamadas instituições financeiras não-bancárias já tinham liberdade de fixação da taxa de juros, dentro de margens estabelecidas, desde o início dos anos noventa (MEHRAN; QUINTYN, 1996, p. 19). Em 2001, a holding financeira privada *Ping'an Insurer* obteve o lucro líquido de 1,76 bilhões de *yuans* (US\$ 212 milhões). Em janeiro de 2003, a receita dos prêmios de seguros das companhias privadas já tinha alcançado US\$ 15,53 bilhões e metade das empresas de *leasing* eram privadas (TANG, 2003).

Atualmente, a economia doméstica da China é dominada pelo financiamento bancário, como mostram os dados seguintes (HANSKUL, 2006, p.2):

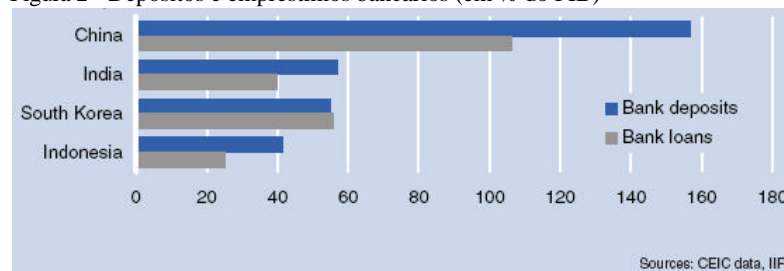
- i) no total do financiamento ao setor doméstico não-financeiro, os empréstimos bancários passaram de 75,9%, em 2001, para 86,8%, em 2006. Só isso já explica o grande interesse dos bancos estrangeiros em comprar ou se associar com os bancos chineses;
- ii) comparativamente, os títulos da dívida pública, no mesmo período, entre 2001 e 2006, caíram de 15,7% para 1,4%, mostrando a inexpressiva dependência de emissão de dívida pelo governo para financiar seus gastos, demonstrando uma autonomia importante diante dos credores para fazer política monetária;
- iii) a emissão de títulos pelas empresas, aumento de 0,9%, em 2001, para 6,1%, em 2006, significando um importante crescimento, mas a quantidade de finança direta ainda é baixíssima na China; e

- iv) a emissão de instrumentos para os investimentos dos grandes patrimônios financeiros representou 7,6%, em 2001, e baixou para 5,6%, em 2005.

4.5.2 Liberalização Bancária

O tamanho e a importância do sistema bancário da China aparece claramente na comparação com outras economias asiáticas, na figura abaixo. Em junho de 2006, o Estado fundou o Banco Postal de Poupanças, com o plano de atingir amplamente o varejo e as regiões rurais do país, com a perspectiva de se tornar o quinto maior banco comercial da China. O porte da atividade bancária em uma grande e dinâmica economia como a chinesa desperta o grande interesse internacional. Há pressões pela liberalização, privatização e internacionalização dessa estrutura bancária. As reformas, em curso, buscam responder a essas pressões, preservando um limite mínimo de controle estatal. Nesse processo, registre-se que, em janeiro de 2003, o capital privado - chinês e estrangeiro - já controlava 14,6% dos ativos dos bancos comerciais na China.

Figura 2 - Depósitos e empréstimos bancários (em % do PIB)



Elaboração: HANSAKUL (2006, p. 1).

A Comissão Reguladora Bancária da China (*China Banking Regulatory Commission - CBRC*) apresentou seu plano para ampliar a liberalização financeira. Assim, conforme compromisso perante a OMC, os bancos estrangeiros terão gradualmente liberdade para transações nos mercados domésticos com a moeda chinesa. Isso foi concretizado, a partir de dezembro de 2004, em Pequim, Kunming e Xiamen, e até o fim de 2005, em Shengyang, Ningbo e Shantou. Será estimulada a participação, nas mais variadas formas, de investidores

estrangeiros nos bancos chineses. O governo pretende atrair uma variedade de bancos estrangeiros (BANKING..., 2004).

Conforme a informação do *China Daily*, na edição de 5 de agosto de 2004, o governo adotou novas resoluções, que entrariam em vigor em 1º de setembro, a fim de ampliar a abertura para os bancos estrangeiros. Os requerimentos mínimos de capital para abertura de filial e para atuação no varejo, com transações domésticas em *renminbi*, foram reduzidos, respectivamente, de US\$ 48 para US\$ 36 milhões e de US\$ 72 para US\$ 60 milhões. Nesse conjunto de medidas, adotou-se a revogação que proibia a instalação de mais de uma agência de um banco por ano. Uma centena de bancos estrangeiros já tinha negócios com clientes chineses, operando com o *renminbi*, fazendo com que a China se antecipasse ao compromisso com a OMC para 2006 relativamente à liberalização interna para transações com a moeda chinesa. Assim, em junho de 2004, os ativos dos bancos estrangeiros, denominados *renminbi*, totalizavam US\$ 10,2 bilhões (CHINA'S DOOR..., 2004).

O Conselho de Estado, em 15 de novembro de 2006, emitiu nova regulamentação sobre os bancos estrangeiros, liberalizando suas atividades (CHINA ISSUES..., 2006). Assim, desde 12 de dezembro de 2006, os bancos estrangeiros começaram a atuar livremente no país, realizando as transações do varejo bancário com a moeda local, o *renminbi* (*yuan*, ou seja, *CNY*), em negócios diretamente com as empresas e pessoas da China. Os bancos estrangeiros só terão acesso ao mercado de depósitos menores, ou seja, menos que um milhão de *yuan*s, se funcionar, antes, por três anos, com dois anos consecutivos de registro de lucro.

A nova liberalização bancária foi um dos mais importantes compromissos já cumpridos pelo Estado chinês perante a OMC. Essa abertura já começou a provocar uma corrida dos bancos estrangeiros para instalar suas filiais na China, que contarão com os mesmos direitos e tratamento dos bancos nacionais (INTENSIFICA..., 2006). Os bancos chineses estarão mais expostos à concorrência e muitos terão que vender certa participação acionária aos bancos estrangeiros. A nova regulamentação dá condições para o governo pressionar, para que os estrangeiros criem sólidas estruturas bancárias locais na China, o que é mais fácil para os bancos com maiores recursos, ou seja, as maiores instituições financeiras internacionais.

Quanto aos quatro grandes bancos, o avanço da modalidade de privatização por dentro, através de ofertas públicas de ações (IPO), ocorreu em 2005 e, sobretudo, no ano de

2006. Eles deixaram de ser bancos integralmente estatais, passando uma parte de sua propriedade aos detentores de ações, ou seja, os maiores bancos internacionais. A privatização por dentro é chamada 'parceria estratégica'. Argumenta-se que essa mudança na propriedade já estaria provocando o surgimento de uma nova cultura de gerenciamento independente do crédito e administração dos riscos, conforme os padrões do mercado. O fechamento de agências, que tiveram seu número declinado em 25% entre 2002 e 2005, bem como a redução do número de empregados em 7%, foi justificado como medidas para aumentar a eficiência nesses maiores bancos (HANSAKUL, 2006).

Conforme as novas regras de janeiro de 2004, com os tetos para participação no capital de um banco chinês, um sócio estrangeiro está limitado a possuir até 20% da propriedade, enquanto todos os sócios estrangeiros juntos só podem reter 25% da propriedade. Argumenta-se que a associação com os bancos estrangeiros disponibiliza inovações, tecnologia e métodos gerenciais modernos da atividade bancária, assim como abertura de oportunidades para expansão dos negócios e maior foco na busca de lucros. O Banco Industrial e Comercial da China, o maior do país, já tinha vendido uma participação de 10% no seu capital ao consórcio formado por Goldman Sachs, Allianz e American Express, ao preço de US\$ 3,8 bilhões, em janeiro de 2006 (GUERRERA; MCGREGOR, 2006). O Banco da Construção já conta no seu conselho de administração com os representantes de seus novos sócios, Bank of América e Singapore's Temasek, que agora detêm 14% do referido banco chinês. O Banco da China vendeu 16% de seu capital para o Royal Bank of Scotland, Merrill Lynch, Li Ka-shing (um empresário de Hong Kong), Singapore's Temasek Holdings, Union Bank Switzerland (UBS) e Asian Development Bank (ADB).

Já há alguns anos desenvolve-se a transformação da propriedade estatal de bancos menores – regionais, locais, setoriais -, com sua estrutura de propriedade sendo, em parte, negociada em bolsa. O controle acionário (85,59% do capital) do Banco de Desenvolvimento de Cantão (Guangdong) foi comprado pelo Citigroup à frente de um consórcio de instituições estrangeiras e chinesas, em novembro de 2006. O banco adquirido era um dos mais importantes do país, estava sediado na província mais industrializada e possuía uma rede de 500 agências. Dessa forma, o Citigroup, o maior banco do mundo, já está aparelhado para a disputa do varejo bancário chinês, além dos negócios com as grandes empresas (CITIGROUP..., 2006). O Banco de Pequim associou-se ao INC Group e à IFC (World Bank). O Banco de Shanghai vendeu participação para o HSBC, IFC e para o Banco Comercial

de Shanghai (sediado em Hong Kong). Os Bancos Comerciais das cidades de Hangzhou e Jinan passaram a partilhar o capital com o Banco *Commowearth* da Austrália. O Banco Comercial de Nanchong tem participação do DEG GMBH. O Banco Comercial de Nanjing conta com recursos de IFC e BNP Paribas. O Banco Ningbo vendeu parte de suas ações ao OCBC de Cingapura. Os Bancos Comerciais da Região de Shanghai e da cidade de Tianjin associaram-se ao Grupo Bancário Austrália & Nova Zelândia (ANZ). O Banco Comercial de Urumqi incorporou a participação do Banco Habib. O Banco Comercial de Xi'an tem na sua propriedade a presença de IFC e Scotia Bank. O ANZ adquiriu 19,9% do Banco Rural de Shanghai (HANSAKUL, 2006, p. 6).

O tamanho da presença estrangeira ainda é diminuto na China, onde apenas os quatro maiores bancos chineses (Banco Comercial e Industrial da China, Banco da China, Banco da Construção e Banco das Comunicações) possuem uma imensa rede de 70 mil agências e postos. Os lucros dos bancos estrangeiros dobraram no período de 2001 a 2005, passando de US\$ 196 milhões para US\$ 446 milhões, mas isso é muito insignificante como lucro bancário em uma economia como a chinesa. Contudo, a liberalização agora estabelecida pode começar a mudar esse quadro, mas isso vai exigir um razoável período de tempo. Já tem ocorrido associação com bancos estrangeiros e os quatro grandes bancos chineses tinham vendido mais de US\$ 40 bilhões em participação na sua estrutura de capital, desde junho de 2005. Os bancos estrangeiros planejam participar da atração dos dois trilhões de dólares das contas de poupança no país (CHINA TO OPEN..., 2006).

Em um estudo divulgado em dezembro de 2006, o Deutsche Bank (HANSAKUL, 2006) exclamou sua surpresa e satisfação com a profundidade das reformas no sistema bancário da China, em três anos, de 2004 a 2006, sobretudo na estrutura de propriedade. As medidas de abertura da OMC aumentarão a demanda dos chineses por aplicações nos bancos estrangeiros, embora estes ainda estejam muito concentrados nas áreas corporativas, com grandes transações, e administração de investimentos de ricos patrimônios financeiros. Porém, a previsão é de aprofundamento da reorganização bancária, mais fusões e aquisições, associação com bancos locais voltados para o varejo bancário (consumo, cartão de crédito, empréstimos a empresas locais).

4.5.3 Bolsas Cada Vez Mais Importantes

As bolsas de valores de Shanghai e Shenzhen foram criadas em 1990 e 1991, respectivamente. Entretanto, o mercado acionário não acompanhou o crescimento acelerado da própria economia. No período de 1993 a 2003, somente 244 empresas com registro nas bolsas chinesas asseguraram o pagamento de dividendos, por três anos consecutivos, aos detentores de ações. Em 2001, houve uma onda de alta dos preços dos ativos cotados nas bolsas chinesas, mas, nos anos seguintes, o volume de negócios e a valorização de mercado mostraram-se muito baixos. As bolsas chinesas têm ações do tipo A, negociadas em yuans, e ações de tipo B, transacionadas em moeda estrangeira. Os investidores estrangeiros só podem negociar as ações de tipo B, que têm sido o setor das bolsas chinesas com maior expansão. Hoje, há um movimento, inclusive com oferta pública inicial de empresas estratégicas, para diminuir radicalmente a presença estatal, já que dois terços do patrimônio das empresas listadas nas bolsas de Shanghai e Shenzhen ainda são de propriedade do Estado.

No final de 2004, o valor de mercado das empresas com ações negociadas em Hong Kong e no exterior alcançou US\$ 2,21 bilhões de *yuans*, enquanto o conjunto das empresas registradas nas Bolsas de Shanghai e Shenzhen tinha um valor de 1,2 bilhões de *yuans* (EMPRESAS..., 2005). Isso mostrava a tendência à internacionalização, inclusive financeira, das empresas chinesas e uma pressão para que o mercado acionário chinês fosse mais liberalizado. O governo lançou uma profunda reforma liberalizante, em 2005, a fim de fortalecer a bolsa. As leis e regulamentos foram modificados, adaptando-os aos assim chamados padrões geralmente aceitos, conforme os principais mercados financeiros do mundo. As medidas promoveram a conversão de parte do bloco de ações não-negociáveis em negociáveis. Tratava-se de um bloco estratégico, porque eram ações detidas pelo Estado e que viabilizavam o controle estatal sobre as empresas. Assim, aceleradamente, mais de 300 empresas, ainda no segundo semestre de 2005, já tinham tomado as decisões de negociabilidade de suas ações, e, em 2006, cerca de outras 400 a 500 empresas se preparavam para as mudanças na sua estrutura patrimonial. Depois de uma moratória de um ano para as ofertas públicas iniciais, o Estado chinês demonstrou sua determinação de fortalecer o mercado de capitais. As maiores empresas e bancos da China, a partir de meados de 2006, começaram a lançar ofertas públicas iniciais e concretizar a listagem em bolsa, como ocorreu, por exemplo, com a maior empresa chinesa, a petroleira Sinopec.

Conforme o jargão mercantil, argumenta-se que o registro dos grandes bancos estatais na bolsa de valores favorece a disciplina de mercado sobre a administração bancária, priorizando os lucros dos acionistas. Em julho de 2006, pela primeira vez, um dos quatro grandes, o Banco da China colocou suas ações para cotação na parte continental, ou seja, na Bolsa de Shanghai. Supõe-se que a oferta pública das ações do Banco da China, no mês anterior, na Bolsa de Hong Kong tenha sido feita com preços excessivamente baixos. O Banco está sendo vendido muito barato. Para confirmar isso, há a valorização expressiva das ações no lançamento na Bolsa de Shanghai, onde se obteve um aumento de US\$ 2,5 bilhões de aumento na cotação da oferta pública. São os inevitáveis jogos bursáteis. Em outubro de 2006, foi a vez do Banco Comercial e Industrial da China ser listado, simultaneamente, nas Bolsas de Valores de Hong Kong e de Shanghai. Os outros três grandes bancos já tinham suas ações negociadas em bolsa. O primeiro a ser registrado em bolsa foi o Banco da Construção, em outubro de 2005, na Bolsa de Hong Kong. Conforme a capitalização de mercado, o Banco Comercial e Industrial é o maior do país e o quinto maior do mundo. Desmentindo todos os ataques liberais desferidos contra o sistema bancário chinês, a oferta pública de ações do Banco Com. e Ind. defrontou-se com elevada demanda e teve uma subscrição com um ágio de US\$ 22 bilhões. Isso mostra que os preços iniciais das ações foram propostos em níveis muito baixos, mas também revela o interesse privado pelos bancos estatais, pela lucratividade e potencialidade desses bancos (WORLD BANK..., 2006).

Como reflexo da reforma implementada, no final de 2005 começou uma recuperação do mercado acionário chinês, como revelou a alta do Índice Composto de Shanghai. Mas isso faz sentido: as ações do Estado passaram a ser vendidas a preço de ocasião. Por isso mesmo, em outubro de 2006, o volume de recursos mobilizado pelas corretoras de valores alcançou mais de 604 bilhões de *yuan*s, registrando um aumento de aproximadamente 183% sobre o mesmo mês do ano anterior. Os ricos e as empresas chinesas foram às compras nas Bolsas de Valores, porque o rendimento esperado era muito elevado. As estatais estavam baratas! No dia 14 de novembro de 2006, a Xinhua (Nova China), a agência de notícias da China, divulgou uma nota muito exagerada, relatando que a população chinesa estaria apostando em ações e reduzindo a poupança nos bancos (LA POBLACIÓN..., 2006). Bem, não é a população, não são os operários e camponeses, certamente, que estão negociando na Bolsa e lucrando com esse desmonte da propriedade estatal nas bolsas chinesas, via oferta pública de ações.

Deve-se reconhecer que, como tendência, o mais provável é que a China seja levada para o horizonte hoje predominante no mundo, ou seja, os detentores de patrimônio financeiro apóiam-se nos títulos negociáveis em bolsa, com uma reorganização do espaço antes ocupado pelo capitalismo ativo e vinculado a operações produtivas. Como perspectiva para a China, é possível que os reformadores liberais desejem um futuro na forma desenhada por Eduard Bernstein (1997b, p. 56). Um século atrás, ele afirmava, com otimismo reformista que “o número de acionistas e o volume médio da detenção de títulos têm crescido rapidamente”; e era “óbvio que nem todos os acionistas merecem o nome de capitalistas”.

4.5.4 Casamento da Finança com a Concentração da Riqueza

Diana Farrel, Susan Lund e Fabrice Morin (2006, p. 3) advertem que os bancos chineses dependem dos poucos ricos para seus lucros, já que apenas 2% das famílias concentram 60% da riqueza. Chama-se a atenção de que, pelo coeficiente de Gini, a riqueza é mais concentrada na China do que nos Estados Unidos. Alguns ricos podem sacar seus depósitos, especulando em busca de aplicações com melhor retorno financeiro. Em 2006, o governo já fez sua parte na liberalização, o que favoreceu a especulação, com a permissão para que os indivíduos possam adquirir títulos nos mercados financeiros internacionais, até o limite de US\$ 20 mil por ano, mas esse ainda é um teto extremamente baixo para a quantidade de dinheiro concentrada nas mãos de poucos na China hoje.

A tendência de fortalecimento das bolsas de valores e internacionalização financeira combina-se com o surgimento de um grupo social de muitos ricos na China. Essa concentração de riqueza pode favorecer a especulação no setor da construção civil, submetido a um ritmo febril de atividade nos últimos anos. Em novembro de 2006, o Banco Mundial advertia sobre os efeitos da expansão do crédito para a geração de problemas em razão dos persistentes riscos financeiros no mercado imobiliário chinês. Os empréstimos das Agências de Financiamento da Habitação (*Housing Provident Funds –HPFs*) não são diversificados geograficamente e destinam-se às moradias para os ricos. Em Shangai, há uma transformação imobiliária completa, com três milhões de trabalhadores ocupados em 21 mil canteiros de obras de construção civil, o que resultará na realocação de 4,7 milhões de pessoas para apartamentos modernos (HEARTFIELD, 2005, p. 197).

As Agências de Financiamento da Habitação, vinculadas ao Ministério da Construção, a despeito dos apelos e subsídios do governo, não viabilizam o acesso à moradia para os segmentos sociais de renda média e baixa. Os desempregados ou os ocupados em setores informais simplesmente não têm acesso ao financiamento da moradia, porque as *HPFs* (*Housing Provident Funds*) só aceitam a filiação de empregados no setor formal e que contribuam regularmente com seus depósitos. Mesmo os participantes das *HPFs* de baixa renda não conseguem satisfazer as exigências para a obtenção do financiamento. Os pobres são obrigados a tentar constituir a sua própria poupança, submetendo-se às condições de mercados, aceitando os depósitos bancários que pagam as mais baixas taxas de juros (WORLD BANK..., 2006).

4.5.5 O Que Fazer com um Trilhão de Dólares

As reservas internacionais da China alcançaram US\$ 853,7 bilhões em fevereiro de 2006, tornando-se o maior depositário de divisas no mundo. O Banco Central do Japão, nesse momento, tinha reservas de US\$ 850 bilhões. Em outubro de 2006, a China detinha um trilhão de dólares. As reservas chinesas foram impulsionadas pela aceleração das suas exportações, alcançando-se um superávit na sua balança comercial de US\$ 101,9 bilhões, em 2005. As reservas já tinham crescido 34% em 2005, em comparação com o ano anterior. As reservas são principalmente denominadas em dólares em razão da presença de títulos norte-americanos na elevada proporção de três quartos do total de divisas (CHINA'S FOREIGN..., 2006). A altura atingida pelo volume de reservas da China ocorreu muito rapidamente, considerando que o Banco Popular da China (Banco Central) detinha “só” US\$ 140 bilhões, no final de 1997, e US\$ 258,6 bilhões, no final de 2002. Houve um salto das reservas nos últimos quatro anos, de 2003 a 2006, coincidindo com o período que exigiria maior preparação interna da China - sobretudo com a autonomia relativa influenciada por gigantescas reservas - para situar-se diante dos efeitos da forte liberalização comercial e financeira, segundo o calendário do acordo com a OMC.

A China adotou um regime cambial administrado, com estreita flutuação em um mercado nacional unificado. Em julho de 2005, atendendo às pressões insistentes das grandes potências, sobretudo os Estados Unidos, valorizou o *yuan*, em apenas 2,1% contra o dólar. O governo estadunidense denunciava que a moeda chinesa estava desvalorizada em 40% em

relação ao dólar. O governo chinês também, na oportunidade, trocou a âncora cambial apenas com o dólar, por uma referência cambial de uma cesta de moedas estrangeiras. Entretanto, os chineses prometem para um futuro indefinido a liberalização dos controles de entrada e saída de capitais, a plena flutuação do câmbio e a negociação do *yuan* nos mercados cambiais internacionais.

Debate-se sobre a forma de empregar as gigantescas reservas chinesas. As reservas ajudam a aumentar a liquidez e baixar as taxas de juros, estimulando os investimentos que impulsionam a atividade econômica chinesa. Mas, a partir de certo ponto, é preciso esterilizar os efeitos da ampla liquidez monetária tendentes a gerar pressões inflacionárias, o que tem levado o governo a utilizar a maior parte das reservas para comprar títulos dos Estados Unidos. O grande motivo, porém, desse interesse por esses papéis é a sustentação da relação econômica geral, sobretudo comercial, entre as duas nações, EUA e China. Isso ultrapassa os limites desses países e tem uma grande importância para a economia mundial. Constituiu-se, há quase uma década, um mecanismo em que os americanos garantem uma parcela importante de compras dos produtos chineses, mas têm a contrapartida assegurada do financiamento do déficit comercial através da compra de títulos estadunidenses pela China, utilizando as reservas (HEARTFIELD, 2005, p. 197). Além disso, a China demanda *commodities* industriais e agrícolas de outros países, sobretudo periféricos, como o Brasil, elabora suas manufaturas e vende-as, principalmente, aos Estados Unidos.

Portanto, o Banco Popular da China, além de outros bancos centrais asiáticos, é um importante fiador da relativa estabilidade do dólar, em benefício tanto das exportações asiáticas quanto da dominação global dos mercados financeiros norte-americanos. Mas tudo isso não consiste apenas em relações recíprocas de estabilidade, mas sim relações repletas de contradições. Por que os Estados Unidos são os emissores da principal moeda de referência internacional, emitida sem lastro, e têm a maior economia e os maiores mercados financeiros, não há limite para o seu endividamento, cada vez mais assombroso em face do produto? A China e os asiáticos não têm limite para ajudar no financiamento dos Estados Unidos? É claro que tudo isso é muito precário, como demonstraram os recentes episódios de crises nos anos 1990 e em 2001.

Além dessa questão da estabilidade internacional do dólar, outros temas aparecem no capítulo do uso das reservas chinesas. São apresentadas diversas propostas para o melhor emprego dessas divisas: capitalização dos fundos de pensão chineses, saneamento e

reestruturação das empresas estatais (*SOEs*), construção de infra-estrutura, elevação das reservas de petróleo, aplicação em ações, derivativos e outros instrumentos em busca de melhor rendimento (WORLD BANK..., 2006, p. 6).

CAPÍTULO V

AS IMPLICAÇÕES E AS CONTROVÉRSIAS DA REFORMA DO ESTADO E DA DOMINAÇÃO DO CAPITAL NA CHINA

A reforma do Estado e a dominação do capital foram e estão sendo concretizadas através de mais diversos processos e medidas que têm mudado a China profundamente. O que mudou, e está sendo mudado, como, por quê? Quais as implicações? Essas mudanças, ao longo de quase três décadas, produziram debates e interpretações das mais diversas. As transformações na China têm explicações controversas, com acesas polêmicas. O evolucionismo (como pensou Bernstein), o economicismo (das reformas econômicas e determinismo tecnológico), o desenvolvimentismo (das políticas do Estado) e o liberalismo (da auto-regulação do mercado e mundialização do capital) são as quatro matrizes da tentativa de fundamentação teórica e da argumentação política e econômica das reformas chinesas. Em vez de exclusão mútua, essas matrizes teóricas, políticas e econômicas rivalizam e, simultaneamente, combinam-se no caso chinês. Sob essa orientação, em vez de implicações harmoniosas, são geradas contradições sistêmicas, que são pouco estudadas e compreendidas na atual experiência chinesa. Aonde vai a China? Ao posto de grande potência econômica e de sociedade dividida por aguda polarização de classes, conforme a restauração capitalista.

Um conjunto de transformações em curso na China chama a atenção. Do ponto de vista mais imediato, um quadro geral da realidade chinesa pode ser vislumbrado pelos seguintes dados:

Tabela 12 – Perfil da China

	2000	2004	2005
População	1,3 bilhão	1,3 bilhão	1,3 bilhão
Crescimento Demográfico (% ao ano)	0,7	0,6	0,6
Expectativa de vida ao nascer (anos)	70,3	71,4	-
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	33	26	-
Matrícula na escola secundária (% dos que têm idade para o secundário)	62,9	72,5	-
Matrícula no terceiro grau (% dos que têm idade para esse nível de ensino)	7,6	19,1	-
PIB (a preços correntes, em dólares)	1,2 trilhões	1,9 trilhões	2,2 trilhões
Renda nacional bruta (a preços correntes, em dólares)	930,0	1 500,0	1 740,0
Crescimento do PIB (% ao ano)	8,4	10,1	9,9
Inflação (deflator do PIB, % ao ano)	2,1	6,9	3,8
Agricultura (valor adicionado, % do PIB)	14,8	13,1	-
Indústria (valor adicionado, % do PIB)	45,9	46,2	-
Serviços (valor adicionado, % do PIB)	39,3	40,7	-
Exportações de bens e serviços (% do PIB)	23,3	34,0	-
Importações de bens e serviços (% do PIB)	20,9	31,4	-
Formação Bruta de Capital (% do PIB)	32,8	38,7	-
Despesas militares (% do PIB)	1,8	2,0	2,0
Exportação de produtos de alta tecnologia (% das exportações de manufaturados)	18,6	29,8	-
Investimento direto externo (entrada, a preços correntes, em dólares)	38,4 bilhões	54,9 bilhões	-

Fonte: World Development Indicators database, April 2006. WB (2006).

5.1 ECONOMICISMO

5.1.1 Atraso Econômico

O reconhecimento da persistência do atraso econômico e tecnológico da China, nas condições da economia internacional, aparece como se fosse um diagnóstico das causas de problemas políticos e sociais diversos. A modernização da China, para superar esse atraso relativo, exigiria as reformas econômicas. Mas não é verdade que as reformas de mercado, tais como foram adotadas, eram a única possibilidade real na China, no final da década de 1970. Aceitar esse argumento é submeter-se a uma interpretação da realidade chinesa, em conformidade com um forte determinismo. A sociedade chinesa não se deparava com um único, estreito e inarredável caminho em favor do mercado e da propriedade privada. Existiam outras vias de reforma, com suas próprias características e lógicas. Hoje, só podem ser

acenadas algumas conjecturas. Por exemplo, a planificação poderia ser modificada com novas formas de descentralização das decisões. Nos marcos do dinamismo vivido pela região do Leste asiático e tendo em conta a influência econômica da diáspora chinesa nessa área, a China, com seu grande potencial econômico, poderia buscar formas de participação no mercado internacional, sem abrir mão do monopólio do comércio exterior pelo Estado.

A luta política no sistema Partido-Estado resultou no êxito de determinadas propostas de reforma da economia. A partir daí, o mercado, substituindo a planificação estatal, seria assimilado como um instrumento indispensável para viabilizar o almejado desenvolvimento econômico. Ao longo das diversas etapas das reformas, alterou-se larga e profundamente o papel do Estado na economia, alienando-o ainda mais do controle das massas trabalhadoras. As contradições e tensões na formação social chinesa estabeleceram os limites e as possibilidades das decisões sobre as reformas, com o poder político concentrado na cúpula do Partido Comunista da China. Buscou-se forjar, tacitamente, alguma espécie de pacto ou coesão, na sociedade, em torno do desenvolvimento econômico e do progresso técnico e de seus esperados frutos benéficos.

Na sociedade chinesa, a despeito da revolução socialista e da industrialização, a maioria da população ainda encontra-se nas áreas rurais. No século XX, além da China, só na Índia e nos casos de populações paupérrimas, como no Nepal e África Subsaariana, persistiram uma maioria camponesa. Todavia, é na China que se concentra a maior população camponesa e ainda com grande grau de dependência da agricultura, apesar da industrialização rural desde os tempos de Mao. A grande pressão demográfica e a pobreza foram argumentadas para a restrição do tamanho da família na China, adotando-se a polêmica política de um só filho. Essa política pode ser um pouco flexibilizada em certas situações especiais, a exemplo de menor, relativamente, densidade demográfica, em determinado local, ou em alguns casos de minorias étnicas.

A avaliação das condições econômicas da China e o julgamento do Partido Comunista da China (PCCh) sobre as transformações do período maoísta qualificam e relativizam o atraso econômico geral do país. Além disso, era com essas próprias condições que se contava para sustentar as primeiras reformas econômicas. Por isso, consegue-se descobrir uma raridade no livro *Breve História do Partido Comunista*, ou seja, uma curtíssima, isolada e contraditória nota de reconhecimento de certos feitos positivos do *Grande Salto à Frente*, a saber:

O “grande salto adiante” [1958-1960] acarretou enormes devastações e desperdícios na produção industrial e agrícola e na construção⁸²; não obstante, foi *naqueles anos* quando se começou a organizar *grande parte das numerosas tarefas* de desenvolvimento da construção industrial, de investigação científica e de tecnologias sofisticadas de uso militar, assim como de construção de obras hidráulicas no campo e do desenvolvimento da mecanização e modernização da agricultura. (OFICINA..., 1994, p. 717 – itálicos nossos).

5.1.2 Foco no Desenvolvimento das Forças Produtivas

A análise realista das condições da economia da China parecia recomendar uma nova estratégia de avanço das forças produtivas. Essa estratégia foi tomada como a “restauração do marxismo-leninismo adaptado aos desafios tecnológicos do mundo contemporâneo” (TRINDADE, 1987, p. 95). Lênin (1980g, p. 498), em outro contexto, já não teria especulado sobre o encaminhamento da transição socialista através de um pagamento à burguesia? Dizia Lênin (1980u, p.551): “No momento atual, aquilo que é novo para a nossa revolução é a necessidade de recorrer ao método de ação ‘reformista’, gradual, de prudente rodeio nas questões fundamentais da construção econômica”. Contudo, deve-se prestar atenção à qualificação dessa temática, já que Lênin falava de método reformista para servir às finalidades da revolução socialista.

Diferente da *política de reforma social*, em que se preserva o capitalismo, o *reformismo* poderia, talvez, ser compreendido como uma estratégia pacífica, gradual, inclusive com recursos parlamentares, para alcançar o socialismo (COATES, 2001, p.313-314). O reformismo não se contentaria, supostamente, com melhorias sociais do desenvolvimento capitalista. A retórica sobre esse caminho reformista para o socialismo apareceu na trajetória da social-democracia, sobretudo entre os anos 1920, pós-1ª Guerra Mundial, e os anos 1950, pós-2ª Guerra Mundial.

Hoje, no caso da China, desenrola-se um processo de reformas distinto tanto de uma política de reformas sociais (melhorias, direitos, cidadania), quanto, sobretudo, de uma estratégia reformista para o socialismo. A diferença essencial reside na natureza regressiva das reformas atuais chinesas, do ponto de vista classista. Não são reformas do fortalecimento do movimento operário em choque com o capital. Não são medidas de controle operário sobre o processo de produção. São reformas, como se diz, amigáveis ao mercado, suprimindo direitos sociais, com exploração brutal dos trabalhadores. Uma forma de desenvolvimentismo

⁸² Essas dificuldades econômicas foram agravadas pela decisão da URSS, em julho de 1960, de retirar todos os seus especialistas e romper os acordos de cooperação econômica e técnica. (OFICINA..., 1994, p. 693-4).

econômico toma o lugar da luta parlamentar e sindical progressista. A própria palavra reforma está mal empregada no caso da China. Reforma, na ótica dos trabalhadores, tem um sentido de avanço social. As medidas chinesas são conhecidas, na terminologia do movimento operário, como reação, ou seja, uma resistência que se opõe ao progresso social.

Uma abordagem muito discutida do reformismo é o socialismo evolucionário formulado por Eduard Bernstein. Trata-se da linha de conquistas parciais e reformas sociais no próprio curso do desenvolvimento econômico capitalista. Imagina-se uma transformação paulatina socialista, engendrada pelo próprio movimento das sociedades capitalistas avançadas. Compreende-se que sem forças produtivas desenvolvidas não seria possível a transformação da sociedade. Porém, no caso concreto da China contemporânea, o Partido Comunista já estava no poder, há trinta anos, quando foram deflagradas as reformas econômicas, confiando-se em um tipo de evolucionismo advindo da reinstauração do mercado e da propriedade privada.

Hoje, na China, o evolucionismo confunde-se com a modernização das forças produtivas. O desenvolvimento econômico passou a ocupar o lugar da perspectiva de: superação das classes sociais; esvaziamento do papel do mercado, e desnecessidade do aparato político do Estado. Difundiu-se um ideal desenvolvimentista em lugar do socialismo. Quaisquer meios são considerados legítimos para conseguir o crescimento econômico acelerado. O desenvolvimento econômico, nesses termos, é visto como o veículo da legitimação do regime e da garantia da sobrevivência da China como nação. Esse tipo de evolução da economia foi tomado como o caminho da integração da Grande China, incorporando Taiwan, depois de Hong Kong e Macau, além da influência sobre a maioria chinesa em Cingapura.

O emparelhamento econômico (*catch up*) com os países desenvolvidos relativamente no mundo implica em aceitar os mecanismos já provados, supostamente, e já reconhecidos como eficazes por esses Estados avançados, a exemplo do Japão, Coréia do Sul e Estados Unidos. Esses mecanismos necessários ao desenvolvimento e emparelhamento são o mercado, a propriedade privada e a integração com a economia internacional. Ademais, a gestão capitalista do processo de trabalho passa a ser imitada ou diretamente implantada pelas próprias empresas estrangeiras, com particular exacerbação da exploração da força de trabalho, promovendo-se uma regressão global nas relações de produção na China. Embora

não tenha conseguido ainda, a China tenta agarrar-se à última palavra do capitalismo em termos de organização econômica e tecnologia.

Na marcha dos acontecimentos na China, o grande capital tende a penetrar na agricultura. Já ocorrem debates no governo sobre a eficiência econômica que resultaria das grandes empresas agrícolas. Esse movimento de penetração capitalista, em grande escala, na agricultura será um resultado esperado do conjunto da expansão capitalista no país. É claro, que isso resultará em modernização técnica agrícola, avanço das forças produtivas. Contudo, isso implicará em uma pá de cal nas restantes possibilidades de acesso aos meios de trabalho para as centenas de milhões de camponeses pobres na China. Haverá um salto no alargamento das migrações para as grandes cidades, agravando-se o desemprego.

A fim de usar os terrenos para a instalação de empresas, o Estado, através das autoridades das cidades e aldeias, já vem desalojando os camponeses de suas terras. Os camponeses despojados nesses casos não recebem uma compensação razoável e passam a engrossar as fileiras do exército industrial de reserva ou passam a ser trabalhadores migrantes ocupados em condições de trabalho mais precárias.

O ciclo expansivo de longo prazo na China é um êxito econômico. Mas esse êxito é tomado como uma pressão por crescentes garantias sobre a futura trajetória chinesa em favor da persistente dominação do capital. O crescimento econômico é transformado em um fetiche. Deixou, há muito, de ser uma conquista social, em um Estado socialista, para ser encarado como resultado lógico e indiscutível, o maná extraído da eficiência da propriedade e gestão privadas dos meios de produção. Em sentido estrito, crescimento econômico chama-se acumulação de capital, na verdade. Como se sabe, as decisões do *capitalista em função* são balizadas pelas perspectivas de lucro. É lógico: os investimentos resultarão em produção e realização no futuro. A valorização do capital deve ser um movimento sem fim. Temem-se surpresas, crises, recessões.

O Estado chinês defronta-se com essa crucial tentativa de persistência do êxito representado pela já longa trajetória de crescimento econômico. Por isso mesmo, a estratificação de classes sociais, já alcançada na China, com a dominação do capital, é o leito em que se situa a viagem de Deng Xiaoping, chefe do Partido-Estado, que reafirma a direção das reformas econômicas da China. Há uma visão dos dirigentes do Estado chinês sobre o êxito econômico, que tolda o aprofundamento efetivo das relações de produção capitalistas. A

frente do Estado, Jiang Zemin (2002, p. 419) – secretário-geral do PCCh, presidente da República e presidente da Comissão Militar – emitiu, em novembro de 2000, o parecer oficial com um balanço dos resultados da estratégia implementada para o desenvolvimento das forças produtivas:

Desde a reforma e abertura, as forças produtivas sociais do nosso país têm se desenvolvido sem parar, o poderio nacional tem aumentado muito, a vida do povo tem melhorado visivelmente e a posição internacional da China tem se elevado dia a dia.

Todavia, que reforma e abertura são essas indicadas por Jiang Zemin? Reforma e abertura eram necessárias, mas essas que foram adotadas representaram a adoção de mecanismos capitalistas, cada vez mais, na estruturação e funcionamento da economia da China. O significado imediato e a perspectiva das transformações econômicas tiveram implicações institucionais de monta, com a reorganização das formas de propriedade e mudanças no aparato do Estado.

No balanço do presidente Jiang Zemin, existem lacunas evidentes. Trata-se ainda de um desenvolvimento econômico mais extensivo do que intensivo. É preciso reconhecer que, no contexto dos baixíssimos salários, (i) os lucros, hoje, e em perspectiva, (ii) a abertura de muitíssimas oportunidades de investimentos na China para as exportações e para o mercado doméstico e (iii) o abundante crédito dos bancos estatais na sustentação das decisões de elevado investimento são o principal motor do seu crescimento rápido. Portanto, os baixíssimos salários hoje e, provavelmente, no futuro, as péssimas condições de trabalho, a abundante mão-de-obra, a repressão política e sindical aos trabalhadores, os incentivos fiscais, as condições disponíveis de infra-estrutura econômica são alguns fatores que explicam a atração massiva do investimento direto externo (*FDI*) e o grande salto exportador chinês. O gigantesco potencial do mercado chinês é um chamariz dos capitais, provavelmente, em níveis elevados e por muito tempo.

Diversos processos confluem na trajetória econômica atual da China. Autoridades, membros do Partido e administradores de empresas estatais e coletivas empenham-se para alcançar ganhos e posições sociais, através da autonomia das suas decisões e participação direta nos negócios. Beneficiam-se dos investimentos, da criação de subsidiárias e da associação com o capital estrangeiro. Os saques dos ativos das empresas estatais representam uma forma parecida com uma acumulação primitiva de capitais. Essa forma de acumulação contribui para a diferenciação social, conformando classes de beneficiários, os novos

capitalistas, e de despojados, os trabalhadores. Muitos administradores transmudam-se em compradores, a preços de ocasião, das próprias empresas por eles já dilapidadas. A conjugação do *FDI*, da corrida exportadora, dos grandes projetos de infra-estrutura, da “acumulação primitiva de capitais” favorece os resultados do crescimento do produto. Os elevados investimentos repercutem na sustentação das altas taxas de crescimento econômico.

5.1.3 Determinismo Tecnológico

As reformas já teriam promovido o avanço científico-tecnológico e a instauração da sociedade de informação (*sic*) na China, avalia Amaury Porto de Oliveira (2003, p. 6). Para ele, as mudanças econômicas contemporâneas seriam a terceira revolução chinesa, depois da instauração da República, em 1911, e da revolução comunista, em 1949. Como se constata, o progresso técnico é exaltado como um *deus ex-machina* ou equiparado a uma revolução social da magnitude de outubro de 1949.

De onde vem essa exagerada confiança na tecnologia, em si mesma? Na antiguidade, os chineses foram pioneiros em diversas invenções, como a escrita, o papel, a imprensa, a pólvora, a bússola, o aço etc. Nos tempos contemporâneos, a partir do século XX, as origens do marxismo na China ajudam a explicar a grande expectativa no progresso técnico de *per si*. Até o início da década de 1920, teria havido uma influência dominante do determinismo econômico na concepção marxista abraçada pelos marxistas chineses⁸³. Mais de meio século depois, na deflagração das reformas, sob a liderança de Deng Xiaoping, enfatizou-se, justificou-se, argumentou-se e insistiu-se que a nova estratégia de construção do socialismo consistia na atenção à economia, na premissa do avanço tecnológico, deixando-se de lado a importância das atividades política e ideológica e a luta de classe dos trabalhadores.

Agora, no atual curso da China, pragmaticamente, é o *vale tudo* para desenvolver a economia. A luta política de massas teria sido um desvio esquerdista deplorável de Mao Zedong. Abandonou-se uma leitura do marxismo, que com Mao, conseguiu reconhecer o papel dos homens, da consciência e vontade, conseguiu elaborar concepções de luta política

⁸³ Conforme Nick Knight (2005), um dos fatores para a superação desse economicismo foi a tradução do livro *Uma Explicação da Concepção Materialista da História*, de autoria do marxista alemão Herman Gorter. Esse livro dava uma interpretação multifacetada para o processo de transformação social, considerando a interação entre diversos fatores. Embora reconhecesse a importância da mudança tecnológica, Gorter chamava a atenção da influência da consciência política e das convicções ideológicas, conforme as circunstâncias particulares de cada processo histórico. Knight avalia que a interpretação materialista dialética de Gorter, a partir de Friedrich Engels, terminou influenciando direta ou indiretamente Mao Zedong.

adaptado às condições sociais e históricas, incorporando o campesinato e a guerra de guerrilhas. Agora, com as reformas, proclama-se uma ortodoxia do materialismo histórico, limitado ao automatismo do desenvolvimento das forças produtivas. Os reformistas chineses aferram-se a uma explicação carregada de determinismo tecnológico.

Em vez do resultado imprevisível do processo social, conforme uma leitura ampla do materialismo histórico, agora, os reformadores liberais chineses afirmam, peremptoriamente, que, na data já marcada de 2050, a China será um país socialista de desenvolvimento médio. Confia-se que o atual desenvolvimento econômico por si só, mecanicamente, entregará a encomenda requerida em 2050, na data aprazada, com certeza. É o fatalismo e a passividade que ocupam o lugar da concepção materialista da história.

Nas atuais reformas, a abordagem da China sobre o desenvolvimento tecnológico é caracterizada como uma visão utilitarista da tecnologia, conforme Xiaobai Shen e Robin Williams (2005). A “tecnologia é vista como uma simples ferramenta, destacada do seu contexto político e social”; “é vista como um produto acabado, minimizando-se o processo de aprendizagem tecnológica”; e a especialização técnica é limitada à ciência e à engenharia, com uma abordagem preconceituosa em relação à *expertise* política, social e gerencial. A tecnologia é compreendida simplesmente como progresso, ignorando-se que alguns resultados podem ser imprevisíveis e indesejados. Uma perspectiva de estudos que se denomina *Condicionamento Social da Tecnologia* contesta o determinismo tecnológico e chama a atenção para o processo econômico-social. Em vez de se limitar a discutir os impactos da tecnologia, caberia, segundo essa perspectiva, examinar por que e como se chegou a determinada tecnologia. A China deveria abrir a *caixa preta* da transferência de tecnologia, compreendendo a sua seleção, adaptação, condicionamento local, conhecimentos e práticas, considerando a interação entre pesquisa e desenvolvimento, empresas e clientes, condicionadas pelas estruturas políticas, econômicas e sociais, advertem Shen e Williams (XHIAOBAI; WILLIAMS, 2005, p. 201).

Historicamente, recorda-se que o choque da modernidade, depois das guerras do ópio, levou os chineses a compreender a tecnologia apenas em termos de potentes armas de fogo e canhoneiras que faltavam para “salvar a nação”. Mao Zedong, contudo, teria inovado, ao criticar os modelos elitistas de desenvolvimento tecnológico, buscando tecnologias alternativas, como a pequena indústria rural, conforme a realidade chinesa, embora os resultados sejam controversos. O princípio maoísta de “andar com as duas pernas” leva a

contar com os próprios recursos, além das conquistas do exterior; leva a ver a tecnologia e o derredor, sem autonomizar a inovação do ambiente. A linha de massas maoísta teria levado a iniciativas tecnológicas endógenas, desmistificando o desenvolvimento tecnológico.

Para Charles Bettelheim (1979b), a revolução cultural estava associada a uma grande transformação na organização industrial, contribuindo para novas relações sociais de produção na China. Esse processo ligava-se à luta política e ideológica de uma chamada linha proletária, liderada por Mao, em confronto com a assim denominada linha burguesa de Liu Shaoqi. Desse modo, na visão exageradamente otimista de Bettelheim, as massas operárias empalmavam as decisões dentro das empresas, através das formas organizacionais representadas pelos guardas vermelhos, dos comitês revolucionários e do próprio comitê do partido.

Teria surgido “um novo tipo de progresso técnico, um progresso que não tem mais o capital como limite e condição, o que, entre parênteses, reveste de um caráter completamente fantasmático as tentativas dos economistas que pretendem aplicar na China ‘modelos de desenvolvimento’ que foram elaborados para países capitalistas. Esse novo tipo de progresso técnico corresponde ao *desenvolvimento socialista das forças produtivas*”. (BETTELHEIM, 1979b, p. 110, itálicos no original).

Percebe-se alguma similaridade entre as interpretações de Bettelheim, no início da década de 1970, e a análise de Xiaobai Shen e Robin Williams, em 2005. Chama a atenção que em um texto atual, ou seja, mais de 30 anos depois, esses dois estudiosos da tecnologia, Shen e Williams, tenham uma avaliação razoavelmente positiva da abordagem maoísta sobre a tecnologia. No *Grande Salto à Frente*, “o Estado chinês investiu pesadamente em ciência e tecnologia e buscou ampliar o acesso ao conhecimento científico e tecnológico e colocar a ciência e a tecnologia nas mãos do povo” (XIAOBAI; WILLIAMNS, 2005, p.208). Contudo, com as reformas de mercado, as atenções se voltaram, unilateralmente, para formação de especialistas e para transferência de tecnologia estrangeira. “Iniciativas de massas e autonomia são freqüentemente vistas como resíduos de dogmas ideológicos de Mao e irrelevantes para o espírito das reformas econômicas” (*ibidem*, p. 210). A China precisa “desenvolver sua própria cultura crítica para análise e avaliação da tecnologia”, recomendam Xiaobai e Williams.

As dimensões da China, sua heterogeneidade de estruturas produtivas e ritmos de crescimento podem abrir espaço para a administração, compatível com as necessidades locais de geração de emprego e renda, para atividades com diversos níveis tecnológicos, inclusive levando em consideração o grande excedente de mão-de-obra. As regiões do Oeste e Centro

da China carecem de investimentos e de uma política que lhes favoreça em atividades de baixa e alta tecnologia. Sem prejuízo da necessidade de avanço tecnológico, seria possível uma certa combinação, via regulação estatal, de padrões extensivo e intensivo de desenvolvimento, como já vem ocorrendo segundo o mercado, reforçando as desigualdades regionais. Há um esforço de inovação, como atestam, por exemplo, as 52 zonas de desenvolvimento de alta tecnologia que foram criadas até 1998. Contudo, a quase totalidade desses tecnopolos foi instalada na região costeira, onde já se concentra a atividade econômica, esquecendo-se do interior do país.

Em uma situação de atraso relativo, não se pode empreender o desenvolvimento econômico, vedando a importação de tecnologia. Entretanto, a simples estratégia de emparelhamento econômico, sob uma visão de cosmopolitismo, pode reforçar a marca geral das estratégias empresariais das firmas chinesas privadas que se concentram em importação de tecnologia, imitação e concorrência via preços, sem o esforço da inovação. Hoje, a externalização produtiva das corporações ocidentais e japonesas, migrando para a China, já apresenta alguns casos de introdução de atividades relativas à concepção, engenharia e *design*. Entretanto, é provável que “as grandes multinacionais americanas, japonesas e européias, evidentemente, não vão colocar na China seus programas mais estratégicos” (LA CHINE..., 2002, p. 10).

5.1.4 Gradualismo

Em nome do desenvolvimento das forças produtivas foram implementadas as reformas, com medidas de contínuo aprofundamento da liberalização da economia chinesa, apesar da persistência de muitos controles econômicos em mão do Estado. Os marcos dessa liberalização podem ser identificados nas seguintes datas e eventos:

- i) decisões de 1978-9: descoletivização no campo e implantação das zonas econômicas especiais;
- ii) 1984-6: reformas urbanas (autonomia das empresas estatais, contratos de trabalho, liberação de preços);
- iii) 1992: renovação das garantias aos investidores externos através da viagem de Deng à região Sudeste e adoção da fórmula do socialismo de mercado;

- iv) 1997: decisão de privatização em massa das empresas estatais pequenas e médias;
- v) 2001: acordo com a OMC; e
- vi) 2005-6: venda em bolsas de valores de parte das ações do controle do Estado sobre as principais empresas e grandes bancos.

O conteúdo e a forma das medidas adotadas, o calendário e a seqüência de implementação das reformas, ao lado das experiências prévias e localizadas das reformas, como projetos pilotos, são alguns elementos apresentados como provas do gradualismo chinês contemporâneo. Ademais, a estratégia gradualista seria, até mesmo, o grande responsável pela ascensão econômica chinesa. A China teria sido mais venturosa, na assim chamada transição para o mercado, do que a Rússia (nos anos 1990). A primeira teria se beneficiado das reformas graduais, enquanto a segunda teria sofrido com a “terapia de choque”, implementando-se o mercado como um ato, de um só golpe. Não obstante as outras diferenças entre russos e chineses, tudo é explicado nos limites dos meios empregados para desmontar o socialismo realmente existente em um caso e no outro.

Porém, o gradualismo e a experimentação como meros métodos não são estranhos ao socialismo, no período maoísta, como notou Betellheim (1979a, p. 11, nota nº 7):

De qualquer modo, não há que esquecer que uma das características da política do Partido Comunista Chinês consiste em extrair progressivamente lições da experiência e, portanto, deixar que se desenvolvam diversas iniciativas antes de preconizar a generalização desta ou daquela forma de organização.

Algumas razões para o caráter gradual das reformas de mercado na China poderiam ser encontradas nas remanescentes disputas programáticas na cúpula dirigente do Partido-Estado. Sobretudo, entre 1977 e 1985, teria havido as polêmicas entre algumas proposições programáticas: a maoísta, a de estilo stalinista e a pró-mercado (WING, 1999, p. 30-35). É óbvio que a própria magnitude do empreendimento – a mudança para uma economia baseada no mercado e na propriedade privada – aconselhava prudência no ritmo de implementação das medidas, contornando as eventuais resistências políticas, restringindo o espaço para a manifestação do descontentamento social.

O gradualismo tem sido focado de diversas perspectivas teóricas, a exemplo da Nova Economia Institucional (NEI). Essa é uma das explicações liberais para o caso da China. Para Douglass North (1993), representante da NEI, o progresso econômico não pode decorrer de processos revolucionários. As rupturas estariam condenadas ao fracasso. Cada país possui uma matriz institucional, com crenças e incentivos estruturados e arraigados. A dependência da trajetória e os retornos institucionais crescentes asseguram resistência e estabilidade da matriz institucional. As mudanças efetivas decorrem de alterações incrementais, a longo prazo.

As interações entre os indivíduos, com a busca da maximização de sua riqueza, e a livre ação das forças de mercado, tendem a criar as regras para superação dos mercados imperfeitos em direção às instituições eficientes e aos mercados perfeitos somente encontrados nas sociedades desenvolvidas, como, particularmente, nos Estados Unidos. Contudo, as dificuldades no processo de aperfeiçoamento são naturais. Não há nada a fazer, a não ser confiar na evolução ditada pelo mercado, já que “o pior é que o marco institucional que determina a estrutura básica da produção tende a perpetuar o subdesenvolvimento” (NORTH, 1993, p. 93). As instituições favoráveis às transações econômicas complexas só apareceram nos países ocidentais em um processo muito longo (NORTH, 1993, p. 52). Portanto, aplicando esse marco teórico convencional e liberal, conforme North, ao caso da China, só restaria condenar a revolução socialista e apoiar as reformas de mercado, assimiladas das instituições capitalistas (ocidentais). Nessa situação, a matriz institucional maoísta deveria ser demolida, peça a peça, desmontando a coletivização da agricultura, as comunas populares, privatizando as empresas estatais e suprimindo a planificação estatal⁸⁴.

A imperfeição dos mercados surgidos na China seria inevitável inicialmente, mas tenderia a se aperfeiçoar ao longo dos estágios da transformação chinesa. É o que sugere um estudo centrado nas mudanças institucionais em direção ao mercado, nos marcos de uma Conferência do Banco Mundial, de autoria de Yingyi Qian (1999, 377):

⁸⁴ A expansão econômica acelerada da China, em certo sentido, contradiz tanto o apelo radical de Douglass North na defesa sacrossanta dos direitos de propriedade (como condição *sine qua non* do desenvolvimento) quanto seu ataque à ingerência do sistema Partido-Estado, vestígio da matriz institucional estatista. North aplaude a liberalização chinesa, mas faz gestões diretamente para influenciar por uma liberalização mais rápida e abrangente, porque para a NEI os incentivos para a inovação e o desenvolvimento decorrem, em primeiro lugar, da absoluta reverência aos direitos da propriedade privada. North declarou: “Eu vou à China todo ano. Sou uma estrela de rock na China [risos]. A razão para isso é que a China leva a sério as análises institucionais. Até hoje, na China, as trocas pessoais dominam o modo como o sistema funciona. Eles têm nos livros regras de direitos de propriedade, mas elas não significam muito. Mas eles estão seriamente tentando mudar esse jogo. Se os chineses serão bem-sucedidos ou não, é uma pergunta interessante. No que se refere à América Latina, eu não vejo nenhum sistema político, partido político que esteja se abrindo, que venha sendo tão consciente sobre os problemas que enfrentam, como os chineses têm sido” (FRAGA, 2006).

A transição da China para uma economia de mercado ocorre em dois estágios. No primeiro (1978-93), os reformadores introduziram incentivos, restrições orçamentárias e concorrência através da descentralização governamental, permitindo que as empresas não-estatais (principalmente ligadas a governos locais) se desenvolvessem, preservando-se a estabilidade financeira e adotando-se uma abordagem dual para a liberalização do mercado. No segundo estágio, a China buscou desenvolver as mais eficientes instituições de mercado. Durante os primeiros cinco anos (1994-98), implementou-se a convertibilidade da conta corrente, a revisão do sistema tributário, a reorganização do banco central, a redução do tamanho do governo e o início da privatização das empresas estatais. A experiência de transição chinesa revela que **progressos significativos** podem ser conquistados com **instituições adequadas, embora imperfeitas**. (tradução e grifos nossos).

A via chinesa de transformação econômica não se esgota no método gradualista. A mudança incremental chinesa exprime a prevalência do pragmatismo, escapando das discussões teóricas sobre capitalismo e socialismo, fugindo das distinções entre o marxismo e a ideologia burguesa. Marx dizia que uma ação concreta de avanço do movimento social valia mais do que uma dúzia de programas. Lênin afirmava que a prática é o critério da verdade. Mao propunha: “Descobrir a verdade através da prática e, novamente através da prática, comprová-la e desenvolvê-la” (2003a, p. 19). Essa compreensão sobre a prática não poderia resvalar para o primarismo pragmático das análises do Partido Comunista da China, justificando as reformas de mercado. Para os marxistas, há, a despeito das distinções, unidade entre a teoria e a prática, conforme o materialismo dialético.

Deng Xiaoping usava a metáfora “vadear o rio, pulando de pedra em pedra, deslocando-se de uma margem à outra”, a fim de justificar o gradualismo das reformas de mercado. Qual era a outra margem? O que a China esperava encontrar do outro lado do rio? Gradualismo, experimentação, reforma com que finalidade? O certo é que, no decorrer do tempo, as reformas graduais constituíram um acúmulo de mudanças parciais suficientes para mudar o todo, o sistema. Os resultados finais, conclusivos, a longo prazo, apagaram, deixaram para trás, esqueceram cada passo de alteração incremental e prudente. Buscar a verdade nos fatos, como dizia Deng, é deparar-se, hoje, após quase três décadas de reformas, com uma alteração de conjunto na estruturação econômica, na prática, ao lado das mudanças regressivas nas relações sociais de produção.

As mudanças, de passo em passo, já trilharam mais do que o tempo de uma geração. A acumulação quantitativa e gradual de reformas regressivas criou, ao longo do tempo, as condições para a emergência de um patamar qualitativo “novo” na formação econômico-social da China, com a prevalência de tendências e formas capitalistas, estruturalmente. As raízes da economia chinesa foram alteradas.

Por fim, cabe desfazer mitos: i) não houve esse gradualismo em diversas mudanças, como, por exemplo, na transformação da força de trabalho em uma mercadoria, segundo as necessidades da acumulação do capital, no rápido prazo entre 1984 e 1986, com a liberação das demissões, fim da garantia de emprego, surgimento do contrato temporário e os fluxos de trabalhadores migrantes; ii) foi acelerada a privatização de empresas estatais, no período de 1978 a 2001. A criação do mercado de trabalho, segundo a lógica capitalista, foi um processo incomparavelmente mais rápido do que a trajetória de formação do proletariado em todas outras experiências históricas, bastando lembrar a experiência inglesa.

5.1.5 Produtivismo Predatório

No balanço dos resultados do crescimento econômico chinês, há que se considerar os custos ambientais gravíssimos⁸⁵. Nas últimas décadas do século XX e neste início do novo século, os problemas ecológicos alcançaram níveis extremamente ameaçadores para as próximas gerações, como já evidenciam as mudanças climáticas. O tipo de estratégia produtivista chinesa, subordinada ao mercado e ao capital e descolada da responsabilidade ambiental, tem piorado a global escalada predatória do meio ambiente. Na China, a visão estreita da expansão das forças produtivas, o produtivismo e o economicismo mecanicista agridem, além dos direitos e necessidades sociais da massa trabalhadora, o meio ambiente.

Acelerou-se a erosão do solo, além da desertificação em algumas áreas, ao lado da escassez da água, prejudicando a agricultura. Esses problemas de degradação das terras, atingiram cerca de 42% a 45% da área agricultável, chegando a 71% de erosão na região do

⁸⁵ “Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 1988a, p. 142). “Assim, a cada passo, os fatos recordam que nosso domínio sobre a natureza não se parece em nada com o domínio de um conquistador sobre o povo conquistado, que não é o domínio de alguém situado fora da natureza, mas que nós, por nossa carne, nosso sangue e nosso cérebro, pertencemos à natureza, encontramos-nos em seu seio, e todo o nosso domínio sobre ela consiste em que, diferentemente dos demais seres, somos capazes de conhecer suas leis e aplicá-las de maneira adequada. Com efeito, aprendemos a cada dia a compreender melhor as leis da natureza e a conhecer tanto os efeitos imediatos como as conseqüências remotas de nossa intromissão no curso natural de seu desenvolvimento. [...] Quando um industrial ou um comerciante vende a mercadoria produzida ou comprada por ele e obtém o lucro habitual, dá-se por satisfeito e não lhe interessa de maneira alguma o que possa ocorrer depois com essa mercadoria e seu comprador. O mesmo se verifica com as conseqüências naturais dessas mesmas ações. Quando em Cuba, os plantadores espanhóis queimavam os bosques nas encostas das montanhas para obter com a cinza um adubo que só lhes permitia **uma** geração de cafeeiros de alto rendimento pouco lhes importava que as chuvas torrenciais dos trópicos varressem a camada vegetal do solo, privada da proteção das árvores, e não deixassem depois de si senão rochas desnudas! Com o atual modo de produção, e no que se refere tanto às conseqüências naturais como às conseqüências sociais dos atos realizados pelos homens, o que interessa prioritariamente são apenas os primeiros resultados, os mais palpáveis (ENGELS, 197-? ou 198-? f, p. 277-280).

solo loess (SHAN, 2000, p. 539) ⁸⁶. Anualmente, cerca de 20 mil km² de terras estão sendo atingidas por desertificação, erosão, salinização etc. (LEE; ZHANG, 2005). Hoje, 25% do território chinês já são desertos (OCDE, 2005, p. 260).

A irrigação é empregada em 80% das terras cultivadas na China, consumindo mais de 80% da água utilizada no país. No caso do uso da água na indústria, houve triplicação do seu consumo de 1978 a 1995. Mas, tanto a contaminação da água quanto a degradação do solo ampliaram-se em razão do aumento da taxa média de aplicação de fertilizantes químicos de 63,60 kg, em 1973, para 307,06 kg em 1992, enquanto os correspondentes números no mundo, nesses mesmos anos, foram 60,20 kg e 109,57 kg. Pesquisas têm constatado áreas com contaminação de água por alta concentração de nitrato. Em todo o país, a média de presença de materiais orgânicos nas terras é de menos de 1,5%. Essa perda da fertilidade do solo, conforme a segunda pesquisa nacional, no final da década de 1980, em 1.403 distritos, foi evidenciada pela presença deficiente de fósforo, em 50% das terras agricultáveis; de potássio, em 23% dessas terras; tanto de fósforo e de potássio, em 14% (LI; DAVIS; LIMING, 1998, p. 224; 227).

A contaminação das terras e águas, através de fertilizantes, pesticidas químicos, resíduos e efluentes industriais, agrícolas e urbanos, tem repercussão ampla e grave sobre a saúde humana, inclusive dos trabalhadores diretamente ocupados em atividades mais expostas à contaminação (agricultura, pesca e lazer). A grande proporção de mais de 75% das águas fluviais, com os rios que passam por áreas urbanas, é considerada imprópria para o consumo humano. Essa poluição da água tem influenciado o aumento dos abortos espontâneos, anomalias congênitas e mortes prematuras. (OCDE, 2005, p. 559).

No que diz respeito à energia, a China deixou de ser exportadora líquida de petróleo nos anos 1990. A expectativa é que a China importará mais da metade do petróleo que consome, em 2020, e mais de 80%, em 2050 (MINQI, 2005, p. 443). Warwick J. McKibbin (2006, p. 157-8) chamava a atenção de que a China, já em 2006, era o terceiro maior produtor e o segundo maior consumidor de energia do mundo. Já era responsável por 10% do uso global de energia e a expectativa era alcançar a marca de 15%, nesse consumo,

⁸⁶ “Loess: Depósito eólico distal, pouco ou não estratificado, de frações finas que sofreram deflação e foram acumuladas marginalmente a regiões desérticas, em regiões de menor energia eólica, propiciando a formação de terrenos de alta fertilidade, a base de quartzo e calcita comuns, e outros minerais que não sofreram intemperismo químico significativo nas condições desérticas” (INSTITUTO...).

em 2025. Em relação ao carvão, a China detinha 28% da produção e 26% do consumo no mundo. Era o terceiro maior consumidor e sexta maior reserva comprovada de petróleo. Possuía cerca de 9,4% da capacidade instalada de geração de eletricidade, a segunda maior do mundo. Prevê-se que, em 2009, a usina hidrelétrica de Três Gargantas, sobre o rio Iangtsé, será a maior do mundo. Além das nove usinas nucleares atuais, contará com mais trinta plantas nos próximos vinte anos. O gigantismo desse uso de energia tem conseqüências diversas sobre o meio ambiente e sobre a saúde nos âmbitos local, regional e mundial. Depois dos Estados Unidos, a China é o maior emissor de gás carbônico, originado de combustíveis fósseis, com 13% das emissões globais e com previsão de 18% em 2025.

A combustão de carbono é o principal fator de poluição do ar, e sabe-se que a poluição atmosférica está associada a mais de 300 mil mortes prematuras por ano, conforme a OCDE (2005, p. 560). As “chuvas ácidas” atingem cerca de um terço das terras agricultáveis no país. Em 2002, a China tinha seis cidades entre as 10 mais poluídas do mundo. A Organização Mundial de Saúde avaliou que apenas 31% das cidades chinesas tinham padrões adequados de qualidade do ar em 2004.

Contudo, cabe ressaltar que, obviamente, é impossível o Estado chinês ficar omissos e passivos completamente na questão ambiental. Assim, podem ser citadas algumas iniciativas, como a assinatura do Protocolo de Kyoto, investimentos em energia de origem hidrelétrica e termonuclear (tentando diminuir a grande dependência de combustíveis fósseis) e medidas para a redução de dióxido de enxofre (mas pouco empenho na redução da emissão do dióxido de carbono). (McKIBBIN, 2006, p. 165-6). Por fim, há um desafio difícil para o Estado chinês: passar a uma postura distinta de defesa do meio ambiente e crítica ao produtivismo predatório e, ao mesmo tempo, conseguir alimentar 22% da população mundial com apenas 6% da terra agricultável do mundo.

5.2 A CHINA E O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO

5.2.1 Perspectiva histórica e mundial

Insiste-se, nas explicações convencionais, em afirmar a singularidade do desenvolvimento econômico da China. Os próprios dirigentes do Partido-Estado repisam a

particularidade: “socialismo de mercado com características chinesas”. As transformações econômicas na China são singulares, em primeiro lugar, porque representam uma mudança sistêmica em um país de um passado revolucionário. Ademais, há todas as particularidades históricas, culturais, econômicas e sociais da China. É inevitável considerar a incomparável massa gigantesca de um bilhão e 300 milhões de homens e mulheres chineses.

O capitalismo é o mesmo sistema de exploração da classe trabalhadora em toda parte, mas o desenvolvimento capitalista tem particularidades nacionais em cada país. Em perspectiva histórica e mundial, a revolução industrial, primeiro, e o advento do imperialismo, depois, produziram clivagens e assimetrias estruturais entre os diversos países⁸⁷.

A época moderna registra processos diversos como: i) a revolução burguesa na França, em 1789 e 1848; ii) a unificação alemã, com o Estado bismarkiano e a via prussiana de desenvolvimento, preservando o poder dos *junkers* latifundiários prussianos; iii) a independência nacional, em 1776, e a guerra de secessão, na década de 1860, constituindo uma moderna sociedade burguesa, a partir do Norte, no que se chamou Estados Unidos; iv) a colonização na América do Sul, mas a independência nacional, na primeira metade do século XIX, constituindo Estados da aristocracia rural nativa e persistente atraso econômico; v) a aceleração da corrida pela partilha da África entre as potências imperialistas nas últimas décadas do século XIX; vi) a longa dominação, adentrando o século XX, dos impérios coloniais francês e, sobretudo, inglês, no Oriente Médio e na Ásia, suscitando, em alguns casos, o surgimento de movimentos nacionais ou socialistas. É da natureza do capitalismo, o desenvolvimento desigual e combinado. No caso da China, salta aos olhos a relevância da incidência da dominação estrangeira e da agressão imperialista.

Portanto, não tem cabimento qualquer explicação da atual ascensão econômica chinesa em termos ahistóricos. As particularidades nacionais são importantes, mas não estão descoladas do contexto histórico mundial. A compreensão do desenvolvimento chinês não pode ser feita, isolando-o das condições internacionais. Isso seria um absurdo total denunciado, até mesmo, pelo engajamento dos capitais estrangeiros e pelas exportações no caso da China. Atestando o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, como sistema mundial, o vertiginoso crescimento econômico da China convive necessariamente com o fraco ritmo da acumulação de capital, inclusive casos de estagnação, em outros países.

⁸⁷ Ver nesta seção, abaixo, uma citação de Lênin referente ao desenvolvimento desigual e combinado nos marcos do imperialismo.

A crise asiática de 1997-8 tem um pedaço de sua explicação assentado na competição chinesa e, por conseguinte, em um certo deslocamento das exportações de países do Leste Asiático para terceiros mercados, sobretudo os Estados Unidos. Há, por exemplo, migração de algumas empresas do México para a China e o Brasil se ressentiu da invasão do seu mercado por têxteis, calçados e brinquedos chineses ⁸⁸.

Ainda, insistindo na perspectiva histórica, no caso do mais importante exemplo do socialismo realmente existente, a União Soviética saiu do arado movido à tração animal na agricultura para o posto de superpotência, rival dos Estados Unidos. No breve período de quatro décadas (de 1920 a 1960), esse esforço de construção econômica conheceu altos índices de crescimento econômico, com mecanismos de planificação e gestão estatais. Alguns dados devem ser considerados, a saber (FERNANDES, 1991, p. 104; 107; 262): i) a média anual de crescimento da economia foi de 13,2%, 16,1% e 12,5%, nos períodos dos primeiro, segundo e terceiro (interrompido pela agressão alemã) planos quinquenais; ii) a participação soviética na produção industrial mundial elevou-se de 2,8%, em 1929, para 5,6%, em 1938; iii) a participação na produção agrícola mundial foi de cerca de 8%, sem alteração, comparando-se 1929 e 1938; iv) a taxa de investimento em relação ao produto nacional subiu de 7%, em 1928, para 21%, em 1937; e v) o ritmo de crescimento da produção industrial entre 1913 (ainda no czarismo) e 1950, foi o mais rápido do mundo, inclusive em comparação com os países capitalistas.

É claro que houve, nesse processo, as deformações burocráticas, além da queda da produtividade do trabalho e tendência à estagnação, sobretudo a partir de meados dos anos 1970, para não falar da gravíssima ausência da democracia socialista. Enfrentando uma guerra civil, a invasão avassaladora nazista na 2ª Guerra Mundial, o cerco imperialista, a guerra fria ⁸⁹, a obra econômica da União Soviética chamou tanta atenção, que influenciou, em algum

⁸⁸ Exportadores brasileiros de soja, minério de ferro e aço têm ampliado imensamente suas vendas para a China e o governo brasileiro deu seu reconhecimento à China como economia de mercado, apesar dos protestos do empresariado brasileiro. Mas em junho de 2005, o governo do presidente Lula foi obrigado a regulamentar as salvaguardas contra importações chinesas, conforme o Protocolo de Acesso da China na Organização Mundial do Comércio. Um decreto de regulamentação volta-se para produtos chineses em geral e vigora até 2013 e o segundo decreto é direcionado para a indústria têxtil. Em outubro de 2005, a indústria têxtil protocolou o pedido de aplicação das salvaguardas contra a China. A produção de cerca de 70 produtos têxteis estaria sendo prejudicada pela concorrência chinesa. O Sindicato da Indústria Têxtil do Estado de São Paulo estima que cerca de 30 mil postos de trabalho deixaram de ser criados devido às importações da China em 2004. O Sinditêxtil denuncia que “um quilo de calça de lã [foi] importado [pelo Brasil] em média a US\$ 1,14 da China, enquanto o mesmo produto foi exportado para os Estados Unidos a US\$ 48,80” (SPITZ, 2005). Também a indústria de brinquedos requereu proteção comercial. Em agosto de 2006, o governo do Brasil ainda insistia em uma negociação com a China, pretendendo que o Estado chinês adotasse restrições voluntárias nas suas exportações para o mercado brasileiro (CAMACHO, 2006).

⁸⁹ “Por iniciativa dos EUA, foi criado em 1949 o Comitê Coordenador para o Controle das Exportações Multilaterais (COCOM), abarcando todos os países membros da OTAN (menos Islândia e a Espanha) e o Japão. Criada sob a égide da OTAN, o COCOM se constituiu num órgão multilateral destinado a conter e reduzir o comércio dos países capitalistas

grau, certas iniciativas de planificação governamental em países capitalistas centrais e periféricos, sobretudo no imediato pós-guerra.

Na história econômica do capitalismo, o êxito chinês é acompanhado por diversas outras experiências, com suas características próprias. Basta constatar, por exemplo, as elevadíssimas taxas de crescimento econômico da Inglaterra, império colonial e pioneiro industrial, na maior parte do século XIX. Ocorreu a aceleração das economias estadunidense e alemã, a partir das últimas décadas do século XIX. Nos anos 1950 e 1960, designou-se, à época, a reconstrução da Alemanha e do Japão como milagres econômicos. O Brasil já teve o seu milagre entre 1968 e 1973-4, além da rápida industrialização entre a década de 1930 e o final dos anos 1970. Na Ásia, apareceram os primeiros e os segundos *tigres*. A Coreia do Sul transformou-se de um pobre e pequeno país agrário, dilacerado por uma guerra, em uma nação desenvolvida no prazo de 40 anos. A sabedoria convencional, no entanto, está sempre a postos para se exaltar a cada episódio de impulso econômico como uma possibilidade universal aberta, factível, à mão de todo e qualquer país. Confunde-se deliberadamente crescimento econômico com desenvolvimento. Assim, é obscurecida a típica persistência do problema do subdesenvolvimento para a maioria dos povos, nos marcos do capitalismo.

centrais com a URSS e demais países socialistas, sob a alegação de 'razões de segurança'. Pouco depois da sua criação, os Estados Unidos determinaram ao COCOM a inclusão de mais de duas mil categorias de artigos na lista de bens e serviços proibidos de serem comercializados com o 'campo socialista'. Isso representava, na época, quase metade dos artigos disponíveis no mercado mundial!" (FERNANDES, 1991, p. 122).

Evidentemente, capitalismo pressupõe acumulação de capital. Mesmo sob o imperialismo, seria um absurdo a expectativa do colapso mecânico da viabilidade do crescimento econômico. É verdade que, historicamente, no período recente, desde a década de 1970, o capitalismo já não exibe a mesma vitalidade mundial, o mesmo dinamismo global de antes. As pressões pela crise e estagnação, sob a dominação dos monopólios, não impedem, porém, a possibilidade de aceleração do crescimento. Teoricamente, Lênin (1979d, p. 668) já esclarecia isso:

Seria um erro pensar que esta tendência para a decomposição [a financeirização dominante global com suas crises e desemprego, poderia se dizer hoje] exclui o **rápido crescimento do capitalismo**. Não; certos ramos industriais, certos setores da burguesia, certos países, manifestam, na época do imperialismo, com maior ou menor intensidade, quer uma ou outra dessas tendências. No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este **crescimento não só é cada vez mais desigual** como a desigualdade se manifesta também, de modo particular, na decomposição dos países mais ricos em capital. (Negrito acrescentado pelo autor – Renildo Souza).

O imperialismo norte-americano está diretamente envolvido com a trajetória econômica do Extremo-Oriente. Os Estados Unidos atuaram decisivamente, nos marcos da guerra fria, para contar com importantes Estados aliados no Leste Asiático. A história do crescimento econômico, por exemplo, na Coreia do Sul contou com o apoio e o mercado dos Estados Unidos. A China sofreu o bloqueio comercial, desde 1950, comandado pelos Estados Unidos. A chamada *perda da China* teve grande repercussão para os norte-americanos, que se empenharam fortemente na guerra civil coreana. A ONU, na conjuntura da guerra coreana, foi usada pelos norte-americanos para o cerco comercial contra a China.

Somente em 1972, com a viagem de Nixon à China, começou-se a quebrar esse isolamento comercial. A visita de Deng Xiaoping aos Estados Unidos, em 1979, selou o restabelecimento das relações diplomáticas, com repercussões econômicas estratégicas para a China.

[...] as políticas de portas abertas de Deng Xiaoping precisavam de uma inserção muito mais profunda da China no mercado mundial. Como isto ocorreu? Um passo chave neste processo foi a invasão chinesa do Vietnã em 1978. Uma das razões da mesma, que de outra maneira teria sido um ataque sem sentido a um pequeno vizinho, era o desejo de uma nova relação com os Estados Unidos. A invasão foi como uma oferta política a Washington, e se converteu para a China no bilhete de entrada no sistema mundial. Aqui, o excesso de violência era a condição prévia de uma nova ordem econômica. (WANG, 2003, p. 137).

Os norte-americanos sinalizaram para os capitais globais o seu interesse geopolítico nas reformas de mercado na China. A começar pela própria diáspora chinesa e Hong Kong, estabeleceram-se, cada vez mais, os vínculos da China com a economia internacional. Os Estados Unidos abriram seu mercado para os produtos da China, que contava com os benefícios do reconhecimento do status de nação mais favorecida. Estreitaram-se os laços tanto comerciais e financeiros, quanto diplomáticos e acadêmicos (publicações, pós-graduação de chineses em universidades americanas) entre os Estados Unidos e a China. Especialistas e consultores norte-americanos influenciaram as mudanças econômicas, através das mais diversas maneiras, inclusive com a formação de profissionais de economia e administração, segundo os manuais de negócios. Portanto, as reformas chinesas foram, em certa medida, uma peça da *real politik*, sobretudo até os eventos da Praça Tiananmen, em 1989, e a desagregação da União Soviética, em 1991. A ascensão da China beneficiou-se dos seguintes fatores:

[Da] estratégia americana de isolamento e desgaste da ex-URSS, [d]a ofensiva comercial americana com o Japão e [de] uma complexa estratégia do governo chinês visando à afirmação da soberania de Estado sobre território e população através do desenvolvimento econômico e modernização da indústria (MEDEIROS, 1999, p. 94-5).

A globalização acentuou ainda mais o caráter do capitalismo como sistema mundial, agregando problemas novos para as estratégias econômicas desenvolvimentistas. Essa configuração do sistema capitalista impõe restrições para a solidez das tão enfatizadas peculiaridades nacionais presentes em um suposto modelo de desenvolvimento com características chinesas. O capital e a tecnologia estrangeiros aumentaram o grau de dependência da economia chinesa em face do comércio exterior. O Estado chinês tem recorrido a diversos instrumentos de estímulo e favorecimento aos investimentos estrangeiros (YASHENG, 2003, p. 415).

5.2.2 A Questão da Pertinência da Via Chinesa

É preciso discutir a natureza das relações entre dependência e autonomia na economia da China. A dependência não é um acidente. Ao contrário, trata-se de uma realidade que se vincula às políticas e às reformas implementadas pelo Estado chinês. Estabeleceu-se uma tensão entre nacionalismo e cosmopolitismo na estratégia econômica chinesa. Incentivos e isenções fiscais, infra-estrutura e zonas de processamento, atração de capital estrangeiro e

apoio a exportações não são mecanismos exclusivos do modelo chinês. Tudo isso aparece sob as mais diversas formas de política industrial, explícitas ou não, na experiência de diversos países. No entanto, é possível concordar que existe um caminho ou via chinesa de desenvolvimento, em certo sentido. Joseph Stiglitz (2002, p. 97) enxerga, até mesmo, um contraste entre a via chinesa e o modelo da globalização neoliberal, elogiando as “sensatas políticas econômicas” da China.

Os latino-americanos, que sofreram os efeitos perversos da adoção do modelo do Consenso de Washington, na década de 1990, talvez, possam, esperançosos, olhar a China como um modelo, uma via chinesa, contraposta à simples liberalização. Não obstante o reconhecimento das distinções entre o Consenso de Washington e um suposto Consenso de Pequim, há que se compreender as duas questões seguintes:

- primeiro, política industrial não é simplesmente o exato oposto de liberalização, como, por exemplo, mostra a liberalização financeira na Coreia do Sul nos anos 1990. Existem as mais distintas políticas industriais, relativamente aos monopólios, ao desenvolvimento, à produção e comércio exterior, à ciência e tecnologia. A administração de George Bush, campeão do liberalismo, logo no início do seu primeiro mandato, adotou a política de sobretaxas alfandegárias, como protecionismo para salvaguardar as situações de defasagem competitiva da indústria siderúrgica estadunidense, por exemplo.
- segundo, a China deslocou-se e desloca-se, cada vez mais, do ponto *A* - política, planificação e gestão da economia em mãos, sobretudo, do Estado, na tentativa de construção do socialismo - para o ponto *B* - liberdade e dominação do capital privado, quanto a decisões de investimentos, produção e processo de trabalho. Esse deslocamento é um processo, com etapas, tensões, percorrendo quase três décadas de reformas de mercado. A China promoveu a liberalização da economia em referência à sua situação anterior ao final da década de 1970. Ao mesmo tempo, a China tem uma oposição, cada vez menor, a alguns aspectos de liberalização, sobretudo a alguns tópicos financeiros, já tendo acordos assinados com programação de medidas liberalizantes, com prazos estipulados, conforme os compromissos com a OMC. Antes da OMC, a divergência do Estado chinês era mais clara em relação à rapidez e a abrangência das medidas de liberalização.

Portanto, a administração e as políticas públicas não podem ser compreendidas em si mesmas, abstratamente, descoladas do contexto e da conjuntura política. Não há um molde estritamente igual de via econômica para todos os países. É nesse sentido que se pode dizer que existe uma via chinesa, um modelo, influenciado pela história, pelas instituições e pela realidade social da China. É nesses termos que há um caráter próprio – chinês – de sua via de desenvolvimento. Mas isso – a constatação de uma via chinesa, em certo sentido – é insuficiente. Este presente estudo, tem tentado ir além, discutindo o que é esse modelo chinês e aonde vai a China. É assim, que nessa investigação, buscou-se identificar as principais relações entre o Estado chinês e a dominação do capital, examinando, concretamente, cada âmbito das reformas de mercado.

O papel do Estado na economia não é uma descoberta do atual modelo chinês, como se sabe. A via chinesa não inventou a empresa estatal nem o controle dos fluxos de capitais de curto prazo. No capítulo I, já se fez referência aos vínculos, expostos por Marx, entre a acumulação de capital e o Estado. Ao longo da história, a violência estatal, como uma das expressões do poder da classe dominante, contribuiu para a diferenciação e polarização de classes sociais, a acumulação primitiva de capitais, a regulação econômica, a proteção da ordem e da propriedade privada, o cumprimento dos contratos. Há muitos debates e experiências sobre as políticas do Estado. Sempre houve, basta lembrar, por exemplo, o protecionismo defendido por Alexander Hamilton nos Estados Unidos, a proteção à indústria nascente argumentada pelo alemão Friedrich List, as leis dos cereais da Inglaterra criticadas por David Ricardo, o intervencionismo na orientação da economia alemã contestado por Ludwig Von Mises, até a política econômica anticíclica de administração do déficit público em situações de desemprego em massa, conforme John M. Keynes.

O marxista polonês Michal Kalecki (1987, p. 23) propunha: “Quando o investimento cai abaixo do nível necessário à manutenção da demanda efetiva, o *gap* é coberto pelos gastos governamentais [financiados por empréstimos, evitando redução de renda com aumento de impostos]”. Assim, escapando à acusação de experiência exótica ou inovação temerária, a reforma do Estado chinês e a dominação do capital podem, em aliança, conviver com algumas políticas públicas na gestão econômica e algumas empresas e bancos com o controle acionário estatal.

Os traços estruturais do capitalismo (trabalho, monopólios, finança, Estado) foram objeto de muito debate entre os marxistas, tentando-se compreender as características do

imperialismo e suas implicações políticas. Por exemplo, em 1928, a Internacional Comunista discutiu a tese da estabilização do capitalismo, através da intervenção do Estado e do poder dos monopólios. O crescimento econômico, com aumento da produtividade do trabalho e queda dos custos, sugeria um capitalismo organizado pelo Estado. Para Evgueni Varga, o poder dos monopólios e a redução do tempo de trabalho seriam acompanhados por crises desencadeadas pela superprodução e disputa de mercados (GALLISSOT, 1987, p. 269-270).

Em contraposição aos efeitos da monopolização produtiva, até onde o capital financeiro (capital industrial e capital bancário, com a dominação do último) e a intervenção do Estado poderiam contribuir para a racionalização da economia, configurando algo como um capitalismo organizado? Em vez de funcionamento regulado, estourou a crise. Essa resposta adversa apareceu com a depressão e a onda protecionista da década de 1930, como preparação da 2ª Guerra Mundial. Todavia, agora, a via chinesa descobriu, enfim, alguma forma de imunidade ante os efeitos deletérios inerentes aos monopólios e à finança, dois fatores estruturais do capitalismo no mundo?

O capital financeiro, atualmente, tomou uma nova forma, sob a globalização neoliberal, agravando a instabilidade imanente da economia capitalista, embora não se repita um episódio como o da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Hoje, no caso da via chinesa, tenta-se conter esse lado disruptivo da financeirização⁹⁰. Bloqueando-se a especulação dos capitais de curto prazo, beneficia-se o investimento direto, avança-se na estruturação produtiva, cada vez mais privada, enquanto o Estado retém significativa parcela de decisões de gastos autônomos. Ademais, os produtos chineses dispõem de uma demanda solvável representada, sobretudo, pelo mercado estadunidense. A interação dessas diversas partes produz um equilíbrio instável, complexo, provisório, nos marcos do capitalismo dos monopólios e da finança de mercado no mundo.

O crescimento econômico resultante, no modelo chinês, tem uma dependência crucial da demanda norte-americana, para a realização do “salto mortal” das mercadorias, apesar do papel cada vez mais importante da demanda interna. Os Estados Unidos compram e os chineses multiplicam seus fundos de divisas. Mas, nesse terreno, a acumulação de reservas

⁹⁰ Para Luiz Gonzaga Belluzzo (2004, p. 115), a China não se deixou enredar na “dependência dos humores mercuriais dos mercados financeiros globalizados”. Na verdade, Belluzzo faz essa avaliação a respeito tanto da China como da Índia, que, “ao longo da década [anos 90], cuidaram de exercer controle seletivo e rigoroso sobre a entrada e a saída de capitais, evitaram o endividamento privado em moeda forte e dirigiram o investimento direto estrangeiro para impulsionar as exportações e substituir importações de forma eficiente”.

de um trilhão de dólares é uma manifestação de desequilíbrios mundiais, a partir dos Estados Unidos. Nada mais irracional para o capitalismo do que a hipótese de que “[O] dinheiro petrifica-se, então, em tesouro e o vendedor de mercadorias torna-se entesourador” (MARX, 1988a, p. 110). Ademais, na China, trata-se de um “equilíbrio” com grande desemprego da força de trabalho, em um país imenso e com o desenvolvimento confinado à sua região litorânea.

A assim chamada via chinesa não se limita a uma estratégia de desenvolvimento. Essa via é constituída de reformas, que adquirem dinamismo próprio e, beneficiando-se da desregulação do mercado, criam tensões e contradições, como argumentam Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004). Portanto, por exemplo, o investimento direto externo, as fusões e aquisições pelo *FDI*, as exportações não poderiam continuar, com a China disposta de normas de comércio e investimento domésticas em confronto com as normas internacionais. Esse problema exigiu nova reforma, ou seja, requereu o acordo com a OMC, aprofundando a liberalização. E, assim, *la nave va*. A via ou o caminho vai definindo a natureza do ambiente, condicionando o tipo de ordem econômica na China. Esse movimento não é uma mera explicitação de determinismo. Nesse sentido, não se trata de uma específica reforma que se impõe objetivamente e, em seguida, puxa uma outra determinada reforma, percorrendo um roteiro já predeterminado, com definições *a priori*, ao largo de escolhas e lutas dos homens e mulheres trabalhadores.

Contudo, sem se desviar para um raciocínio simplista e linear, cabe reconhecer a vigência dessa forma de dependência do caminho (*path dependency*), percebendo o encadeamento entre o mercado, a propriedade privada e a restauração do capitalismo na China. Poderia ser diferente, mas não foi. Essa via chinesa e seus efeitos e encadeamentos estão correlacionados, sem automatismos, com a operação de tendências políticas e classistas em curso na China, com repercussões no sistema Partido-Estado.

Nota-se alguns aspectos de proximidade entre a via chinesa e um modelo exportador dependente do investimento direto externo, sob uma visão de cosmopolitismo. Na China, a orientação do curso econômico perdeu o papel da planificação central. Os investimentos, a produção e o emprego já não são majoritariamente de empresas estatais (ver Tabelas 3, 7 e 8, no capítulo IV). O capitalismo do Leste Asiático baseou-se no estímulo estatal e na acumulação privada de capitais, com uma industrialização muito voltada para as exportações. Na Coreia do Sul, implementaram-se planos quinquenais, com metas, crédito

bancário e política industrial. Sim, há hibridismo, indiscutivelmente, no modelo chinês. Porém, o hibridismo da via chinesa (em vez de capitalismo e socialismo) é constituído pelas características especiais da China como um grande país, pela adaptação das experiências de desenvolvimento econômico no Leste Asiático e pelas fortes influências, nas mais diversas esferas, dos Estados Unidos.

As reformas, constitutivas da via chinesa, foram caracterizadas por tipo de abordagem, ritmo e abrangência, que a cada etapa, concretizavam a própria reconfiguração do Estado chinês e o curso da dominação do capital. Esse processo mesclou-se com as mudanças do capitalismo no mundo, em certa medida. As relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital na China passaram a refletir, em determinado nível, as exigências tanto conjunturais, quanto estruturais do capitalismo globalmente. Desse modo, pode-se dizer que a China não utiliza seu poder para mudar o Consenso de Washington, não se lança a contribuir efetivamente para o desenvolvimento de outras nações periféricas em desafio às políticas de ajustamento do Fundo Monetário Internacional, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (WILLIAMS, 2001, p. 162;187). É mais provável que a OMC e o “sistema global [ou seja, o capitalismo] modifiquem a China”, em vez do contrário, reconhece Williams.

A China já está envolvida no processo regional e internacional de expansão e riscos dos mercados financeiros desregulados. Dentro da lógica das reformas econômicas gerais em curso na China, não há como escapar das pressões dos mercados financeiros, dentro e fora do país. Surgem problemas amplos e complexos. Por exemplo, em 2 de julho de 1997, no dia seguinte à devolução de Hong Kong para a soberania da China, estourou a assim chamada crise asiática, a partir do ataque especulativo contra o *bath*, a moeda da Tailândia. A especulação contra o dólar de Hong Kong começou no mesmo mês, setembro de 1997, quando se realizou o 15º Congresso do Partido Comunista da China, onde se decidiu a favor da privatização massiva das empresas estatais (“reter as grandes e soltar as pequenas”).

Entretanto, a China foi o país menos afetado pela crise e tornou-se, naquele momento, um fator de estabilidade relativa na região. Conseguiu evitar a desvalorização da sua moeda e sofreu apenas uma pequena queda no fluxo de investimentos externos diretos e no ritmo das exportações no primeiro semestre de 1998. O crescimento econômico manteve-se elevado e a inflação baixa. Tudo isso fortaleceu o prestígio regional e internacional da China. Alguns fatores favoreceram a economia chinesa em face da crise, a saber: a forte

desvalorização antecipada do *yuan* em 1994; a não-abertura de sua conta de capital, preservando as restrições aos capitais especulativos de curto prazo, e a aceleração de suas exportações, inclusive em competição com as vendas externas de seus vizinhos. Preocupados com as fraquezas reveladas do modelo asiático de forte presença estatal, no curso da crise, os dirigentes comunistas, reunidos na sessão plenária do Comitê Central, em março de 1998, resolveram adotar algumas medidas de maior liberalização econômica. Decidiram acelerar as reformas liberalizantes nas empresas estatais e no sistema bancário, sobretudo implementando as privatizações das *SOEs* (LAUTARD, 1999).

A despeito dos estreitos vínculos com o capital estrangeiro, o desenvolvimento econômico da China não é uma repetição do *capitalismo comprador* que prosperou entre as últimas décadas do século XIX e a revolução de 1949, em Shangai, Cantão (Guangzhou), Hong Kong e Macau. Com a revolução, os *compradores* fugiram da China continental. Estima-se que 51 milhões de chineses expatriados detinham ativos de US\$ 2,5 trilhões, em 1996. Além das situações de Hong Kong, Macau e Taiwan, os capitalistas chineses ou descendentes controlavam 81% da economia da Tailândia e Cingapura, 70% da Indonésia, 69% na Malásia e de 50% a 60% nas Filipinas (HEARTFIELD, 2005, p. 198).

Assim, para James Heartfield (2005), a economia da China, hoje, não é dependente. Ele reconhece vitalidade no capitalismo endógeno do país. A razão dessa autonomia é que a principal fonte de investimento externo direto (*FDI*) são os próprios capitalistas chineses expatriados. Os *compradores* estariam voltando para casa. Nesse sentido, a via de desenvolvimento seria chinesa mesmo. Andrew Glyn (2006, p. 15) chama a atenção para um aspecto muito relevante: apenas 10% do investimento doméstico chinês são de origem externa (*FDI*). A despeito disso, o *FDI*, globalmente, tem sido muito importante na China. Ademais, os próprios dados oferecidos por Heartfield mostraram uma mudança extremamente rápida recente, a partir do crescimento mais acelerado dos capitais originários das grandes potências ocidentais e do Japão, com a presença das mais importantes empresas transnacionais.

Em 1997, o *FDI* proveniente de partes da Grande China, ou seja, Hong Kong, Macau, Taiwan e Cingapura, representaram uma parcela de 54,94% em comparação com os 45,06% dos Estados Unidos, União Européia e Japão, em 1997. Em 2002, no prazo exíguo de seis anos, essas cifras trocaram de posições: da Grande China foram atraídos 46,94% do total do *FDI*, no mesmo período de comparação, enquanto os EUA, a UE e o Japão passaram para

a posição majoritária de 53,06%. Assim, seria possível compreender que a China já seria um campo em disputa do capital estrangeiro, embora o Estado chinês conte com a ajuda desse mesmo capital forâneo para, contraditoriamente, transformar-se em uma superpotência, em prol dos seus próprios interesses (AMAZONAS, 1981, p. 103).

5.2.3 China, Grande Potência de Primeira Ordem ou Futura Superpotência

O patamar econômico internacional já alcançado pela China restaura o orgulho nacional do seu povo. Todavia, essas grandes conquistas econômicas da nação repercutem mais positivamente em todos aqueles que são diretamente beneficiários da ascensão da China, ou seja, empresários chineses do continente ou da diáspora, os burocratas do Partido-Estado e alguns setores de classe média. O projeto de resgatar o papel histórico da China como grande potência de primeira ordem ou superpotência no mundo é uma das formas de legitimação das transformações econômicas em curso, uma das maneiras de justificar as reformas.

Na morte de Mao Zedong, a China que Deng herdou era uma grande potência, mas era uma grande potência débil, marcada pela tarefa inacabada de sua modernização econômica, pelos arcaísmos de sua burocracia, pela instabilidade política induzida pela violência das lutas entre as facções. (BERGÈRE, 1996, p. 725, tradução nossa).

O movimento de resgate da Grande China contempla a perspectiva da mais larga reunificação do Estado nacional através, sobretudo, da incorporação de Taiwan, sob a fórmula “um país, dois sistemas”. Entretanto, uma estratégia nacionalista que tende a se restringir à reconstituição e protagonismo da burguesia chinesa enfrentaria inúmeros percalços na China e no mundo. As atuais condições do imperialismo - com a globalização econômica, sobretudo financeira, e o neoliberalismo, e ainda os desdobramentos do colapso da União Soviética – enfatizam a inviabilidade de uma estratégia econômica fortemente centrada em uma espécie de burguesia nacional chinesa.

É preciso considerar, em primeiro lugar, que nem a própria classe burguesa, em formação dentro da China, teria interesse em se aventurar em uma estratégia econômica estreitamente nacionalista, auto-referenciada, nas atuais circunstâncias globais. Almeja-se ter a China como grande potência de primeira ordem, aprofundando seu atual curso de participação na economia mundial. E isso não é possível sem modernização econômica. Essa transformação da economia chinesa é impulsionada pela globalização, conforme o avanço do

capital estrangeiro e das mais variadas formas de transnacionalização das próprias empresas estatais, inclusive em associação com o setor privado forâneo.

A China transformou-se em uma grande potência econômica e política apresentando-se como um pólo de poder, um campo de oportunidades de investimento e um motor do crescimento da economia mundial. “A emergência da China como uma grande potência industrial e exportadora [...] é inquestionável” (HEARTFIELD, 2005, p. 197). Essa ascensão chinesa resultou em reforçamento do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, acirramento da concorrência, das tensões comerciais e de potenciais disputas diplomáticas. Em paralelo com a ascensão econômica mundial do país, avança seu papel no cenário geopolítico mundial. A China tende a avançar para uma posição de hegemonia regional no Leste Asiático, anunciando uma relação complexa com o Japão.

A bandeira da China como grande potência, através do desenvolvimentismo econômico, apresenta-se como um instrumento de mobilização e coesão política da nação. Ao mesmo tempo, essa ideologia força, tenta uma espécie de abstração sobre a luta de classes. Favorece a constituição e consolidação de uma burguesia nacional chinesa. Daí decorreria, parece, a importância de atração e agregação precisamente dos principais empresários, os mais experientes e os mais influentes, presentes em Hong Kong, Macau, Taiwan, Cingapura, Indonésia, Malásia, Califórnia nos Estados Unidos, Canadá e em todos os lugares por onde se localizou a diáspora chinesa. Além da realidade dos fatos das mudanças econômicas de grande vulto, seria necessário, nessa concepção “nacional-desenvolvimentista-globalista”, brandir os símbolos da civilização milenar, do poderio do Império do Meio, da Grande China, da terra-mãe. A China é o dragão – gigantesco, poderoso, mas lendário, colorido, pacífico, operoso, promissor.

A visão de grande potência contempla a preservação, o fortalecimento e a internacionalização das chamadas 169 empresas estatais estratégicas e, ao mesmo tempo, abarca a privatização dos inúmeros milhares de outras firmas públicas deslocadas para as mãos da nova burguesia chinesa em formação no Continente. A autarquização e o isolamento econômicos frustrariam inapelavelmente o desenvolvimentismo chinês e seu papel de grande potência, como se percebe no caso das necessidades de progresso técnico, via importação de tecnologia e absorção de investimento direto estrangeiro.

Para a burguesia chinesa em formação, a ideologia nacionalista é compatível com associação ao capital estrangeiro. Embora alardeando a vigência do marxismo-leninismo e do

pensamento Mao Zedong, em sua orientação geral, o Partido Comunista Chinês parece, na verdade, colocar-se como um seguidor de uma ideologia nacional-desenvolvimentista atualizada aos tempos da globalização. Desde o início, a modernização esteve assentada na política de portas abertas. A abertura é um dos principais pilares das reformas. A influência ocidental, cada vez mais, perpassa os diversos terrenos da vida social na China, a despeito de todas as proclamações retumbantes, simbólicas, da preservação da especificidade cultural chinesa. Essa mixórdia ideológica adequou-se bem ao nacionalismo e pragmatismo prevaletentes na condução das reformas econômicas. A busca da grandeza do Estado e da nação não é dissociada do atropelamento dos direitos dos trabalhadores e imposição da dominação do capital.

5.3 DOMINAÇÃO DO CAPITAL

5.3.1 Mercado e Socialismo

As reformas de mercado desaguaram na restauração capitalista na China. Então, em primeiro lugar, cabe indagar: se há mercado na transição socialista, o resultado será o retrocesso para o capitalismo, inevitavelmente? Não! As contribuições e os debates, em diversos momentos históricos, sobre os problemas das relações entre o mercado e o socialismo, mobilizaram importantes autores, desde Lênin (com a *NEP*), passando por Oscar Lange e Maurice Dobb até Alec Nove, Ernest Mandel, Dianne Elson e Robin Blackburn (ver capítulo I).

Assim, desses debates podemos avançar algumas reflexões. O mercado pode ser incorporado como um regulador no curso da transição socialista, ao lado do outro regulador, ou seja, a planificação estatal. Então, a admissão restringida do mercado, por exemplo, em setores de bens de consumo, poderia ocorrer em um país socialista, que, por isso mesmo, deveria preservar e aperfeiçoar a planificação, as propriedades estatal e coletiva dos meios de produção, a gestão democrática do processo de trabalho e as formas de democracia socialista. As circunstâncias de dificuldades econômicas inevitáveis em um processo de transição socialista podem motivar a introdução do mercado. As empresas estatais, coletivas (cooperativas) e privadas (minoritariamente) poderiam se beneficiar da simplificação das trocas através dos mecanismos de mercado, melhorando o consumo da população. No entanto,

a admissão do mercado, ensejando flexibilidade para o ajustamento entre oferta e demanda e incentivos em alguns setores, traz os problemas tanto da propriedade privada, quanto dos impactos de algumas transações internacionais (por exemplo, instabilidade financeira).

A propriedade privada, se minoritária na estrutura produtiva, pode ser incorporada como concessão temporária, sob contrato, em razão de necessidades de capitais, tecnologia, expansão da produção. A participação do país socialista no mercado mundial tem importância decisiva, pelas razões do comércio e das finanças, servindo como um meio de estímulo à modernização tecnológica e expansão da produção. O monopólio estatal do comércio exterior é um mecanismo de política, gestão e defesa da economia nacional. A estruturação e o funcionamento desse monopólio podem assumir diversas formas, adotar mecanismos mais centralizados ou não, mais restritivos ou não, mais abrangentes ou não, a depender das circunstâncias concretas. Esse monopólio não deveria ser caracterizado por esquematismos e enrijecimentos burocráticos, perdendo de vista a construção da nova ordem socialista.

Feitos esses esclarecimentos e ressalvas, reconheça-se que tudo isso é muito difícil e complexo. Na China, criaram-se mercados e extinguiram o plano (como regulador da economia). Privatizaram empresas estatais. Liquidaram o monopólio do comércio exterior. Estabeleceu-se o oposto diametral da gestão democrática do processo de trabalho. Portanto, nos termos postos pelo Partido-Estado da China, o *socialismo de mercado* só pode ser uma contradição em termos. Vicejou, entre as autoridades chinesas, a opção pelo mercado, sob crescente influência liberal, sobretudo a partir do final da década de 1980, como, simbolicamente, ficou demonstrado no episódio da recepção calorosa do professor Milton Friedman, extremado economista neoliberal da Universidade de Chicago:

Friedman foi recebido com entusiasmo por Zhao Ziyang e pelos assessores econômicos governamentais, que pressionavam em favor das privatizações em grande escala. (WANG, 2000, p. 132)

Medraram, com o tempo, entre os principais dirigentes do Partido-Estado, idéias da Economia Neoclássica. Do alto de suas responsabilidades, como dirigente plenipotenciário em todas as principais esferas do sistema Partido-Estado⁹¹, Jiang Zemin ocupava-se de análises econômicas, onde se manifestavam raciocínios baseados em pressupostos e lógicas da ortodoxia econômica burguesa. Em 28 de novembro de 2000, o presidente Jiang Zemin (2002, p. 432, grifos nossos) pronunciou um discurso na Conferência Central de Trabalhos

⁹¹ Jiang Zemin esteve à frente do sistema Partido-Estado de 1989 a 2002.

Econômicos, argumentando que: “A chave do **pleno** papel de caráter **básico** do mercado reside na rápida reação das empresas às demandas do mercado e na formação de um mecanismo de **otimização** autônoma da distribuição de recursos”.

Percebe-se que o mercado é compreendido como o regulador livre e eficiente, técnico e neutro da economia, sendo visto com o mecanismo da alocação ótima dos recursos. Consta-se, no raciocínio de Jiang, que não se trata de simples pragmatismo, mas sim de uma compreensão teórica acerca dos fundamentos da economia. Há uma confusão ideológica, como se o plano fosse algo que nasce e se esgota no Estado, à revelia da população, enquanto o mercado é compreendido como se fosse expressão da liberdade econômica da sociedade, da difusão das decisões eficientes, conforme imaginou Hayeck (1997). (Ver capítulo I).

Muitos teóricos neoclássicos, hoje, não chegariam a tanto, dadas as já tradicionalmente reconhecidas e assim chamadas falhas de mercado: estruturas majoritariamente não competitivas com oligopólios e monopólios, externalidades, bens públicos, direitos de propriedade comuns, diferenças entre as taxas de preferências intertemporais sociais e privadas (FERRAZ; PAULA; KUPFER, 2002, p. 550). A essa altura, muitos economistas ortodoxos propõem explicações para os problemas do mercado, com os argumentos da racionalidade limitada, assimetria de informações, comportamento estratégico dos agentes econômicos, custos de transação, distintas possibilidades entre o “principal e o agente”, riscos, incertezas etc.

Apesar da coincidência do nome, o *socialismo de mercado* concebido por Oscar Lange era a proposição de um modelo socialista, enquanto a tentativa de reprodução feita pelos chineses pode ser vista como farsa ou tragédia. Sem abrir mão do socialismo, Lange não só discutiu o cálculo econômico, o mercado e a planificação, como, também, ocupou-se dos problemas da administração e dos incentivos para desenvolver o socialismo. As autoridades chinesas, com as reformas, adotaram uma estrutura de administração de incentivos baseada no lucro, na propriedade privada, no mercado e nas desigualdades sociais. Faz-se uma tradicional carga de acusações sobre o socialismo, negando sua viabilidade em razão da ausência de estímulos econômicos individuais, resultando em suposto desinteresse geral em se tomar iniciativa, assumir riscos, buscar inovações.

Os métodos de administração da economia socialista não podem ser estáticos e impermeáveis às condições históricas e às possibilidades de cada país, ensinava o referido

economista polonês (LANGE, 1974a, p. 15-6). Essa administração possuía suas “próprias leis econômicas particulares” para cada caso. Sem a propriedade privada, sem a exploração da força de trabalho e sem a anarquia da produção, surgiriam as oportunidades para um “uso racional dos meios de produção e um desenvolvimento econômico mais harmonioso”. Contudo, o aproveitamento dessas oportunidades não era trivial, dependia de incentivos.

[São necessários] incentivos apropriados na organização e nos métodos de administração da economia socialista. Esses incentivos são em parte resultado direto das relações socialistas de produção, e em parte dependem da superestrutura organizativa e administrativa da economia. (LANGE, 1974a, p.16).

Sim, poder-se-ia responder afirmativamente à pergunta acerca da possibilidade ou não de conciliação dos interesses de alguns trabalhadores em relação a outros trabalhadores, ou os trabalhadores de uma empresa em relação à comunidade. As relações socialistas de produção e a nova estrutura de incentivos poderiam contribuir para com essa atitude de cooperação. A despeito de tensões e conflitos inevitáveis, seria possível um quadro social geral de cooperação, sem perder de vista que “os incentivos devem ser estabelecidos de maneira que o interesse pessoal e coletivo dos membros da empresa seja compatível com a tarefa social que a empresa tem de executar” (*loc. cit.*).

Há instituições mercantis que se chocam com o socialismo. A bolsa de valores é um desses casos. No debate de alternativas socialistas, Diane Elson (1994) propõe o *mercado socializado* com: empresas administradas pelos trabalhadores, redes de informação pública de livre acesso, comissões de preços e salários, planificação global orientadora, banco de tecnologia para incentivos monetários à inovação. Mas Elson rejeita a existência de mercados de capitais, porque esses, entre outros motivos, distorcem o controle socialista da economia, e servem para se tomar a posse de empresas ou para levá-las à bancarrota ou para privatizar informações.

A atual forma da escalada da acumulação na China cobrará, cada vez mais, o recurso ao mercado de capitais. É essa a tendência, a direção. Ao lado do abundante crédito bancário, a finança bursátil será, cada vez mais, exigida, necessária, para expandir a acumulação de capital (relativamente a investimentos produtivos, inclusive novos projetos tecnológicos) e o rentismo. Cada vez mais, a mobilização de imensas massas de capitais, contando com o mercado acionário, será necessária para grandes empreendimentos, conforme a escala da acumulação já em curso na China. O mercado acionário é uma das manifestações econômicas de uma correlação de forças na sociedade, em termos da diferenciação e da centralização da riqueza, hierarquizando as empresas e antagonizando as classes sociais.

As privatizações e as fusões de empresas e bancos materializam-se através das bolsas de valores de Shangai e Hong Kong. Essas duas bolsas viabilizaram a captação de US\$ 53 bilhões pelas empresas chinesas, em 2006, contra US\$ 24 bilhões, em 2005. A negociação de blocos de ações dos maiores bancos e empresas estatais, o grande afluxo de capital estrangeiro e o aumento do lucro das empresas, em uma economia que cresceu 10,7% em 2006, provocaram espetacular alta na Bolsa de Shangai. A especulação desenfreou, registrando-se um aumento de 130%, em média, nas ações negociadas na Bolsa de Shangai, em 2006 (SERÁ..., 2007, p. 75)⁹². É claro que essa alta é insustentável, trata-se de especulação bursátil, não obstante o crescimento acelerado de 10,7% no produto interno bruto em 2006, que é a taxa de expansão econômica mais alta desde 1995. Por isso mesmo, a bolsa de Shangai registrou a queda recorde de 8,8%, em 27 de fevereiro de 2007, provocando abalo nos mercados acionários do mundo, inclusive com a baixa de 3,29% na Bolsa de Nova York. Pode-se dizer que esse episódio de crise aparece emblematicamente como o batismo inaugural da presença da China na turbulência dos mercados financeiros internacionais⁹³.

Cerca de sete mil novas pessoas, em média, por dia aplicam seu dinheiro na bolsa chinesa. Entre os pequenos investidores, oriundos das classes médias em expansão nas grandes cidades litorâneas, há alguns que se endividam, tomam empréstimos, se desfazem de patrimônios, a fim de aplicar em ações.

5.3.2 A *NEP* como Ensaio e Justificativa das Reformas Chinesas

A reflexão sobre a *NEP* pode ser um mecanismo útil para esclarecer a gravidade das reformas chinesas. Um problema importante no exame sobre o socialismo e o mercado é a compreensão de que a *Nova Política Econômica*, como uma certa experiência de liberalização de mercado, não contribui para a justificativa das reformas chinesas em favor do mercado. Efetivamente, não tem cabimento a busca de uma espécie de argumento de autoridade,

⁹² “Todos os valores internos na Bolsa estavam tão altos como jamais estiveram. Por que deixar passar a oportunidade, por que não velejar a todo pano? Por que não mandar para os mercados estrangeiros, sequiosos de manufaturas inglesas [hoje, diríamos: chinesas], todas as mercadorias que se pudessem fabricar? (MARX, 1988c, p. 291-2, adendo de Friedrich Engels).

⁹³ Nas circunstâncias da onda altista na Bolsa de Shangai, desde 2006, os especuladores resolveram se desfazer dos seus papéis, em troca de segurança e liquidez (“realizar lucros”, ou como diria Marx, todos, nesses momentos, todos clamam por liquidez, “dinheiro sonante!”), diante dos rumores de intervenção governamental. O Ministério das Finanças e a Administração Fiscal Nacional negaram que o governo chinês esteja disposto a intervir na Bolsa de Shangai, através de imposto de 20% sobre os ganhos de capital e restrição à entrada de capital estrangeiro. Ademais, esse episódio de crise bursátil, a partir de Shangai, está associado a problemas variados referentes aos Estados Unidos, principal mercado das exportações chinesas. Os problemas norte-americanos referem-se aos déficits fiscal e externo, ao receio de recessão e ao temor de que os bancos centrais asiáticos, sobretudo da China e do Japão, deflagrem uma onda de venda dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos. (BERNANKE..., 2007).

recorrendo-se a Lênin e a essa específica experiência russa para justificar o retrocesso chinês para o capitalismo.

Primeiramente, trata-se de um anacronismo o transplante das condições históricas da Rússia e do mundo do começo do século XX para o tempo presente das transformações chinesas. O conceito de capitalismo de Estado, na formulação de Lênin, era bastante restrito, tinha caráter provisório e foi proposto em uma situação de excepcional crise sócio-econômica do regime soviético. Quando foi implantada a *NEP*, o novo regime tinha três anos de existência, enquanto a China, no início das reformas, já acumulava 30 anos de experiência do novo Estado. A Rússia foi despedaçada, dilacerada pela 1ª Guerra Mundial e, em seguida, pela invasão militar das potências estrangeiras e pela guerra civil de 1918 a 1920; o Estado soviético encontrava-se sitiado e bloqueado mundialmente, enquanto a China, quando deflagrou as reformas, tinha seu principal líder, Deng Xiaoping, recebido, em visita em 1979, efusivamente pelos Estados Unidos.

Em segundo lugar, as reformas, no atual caso da China, enquadram-se em um conceito classista regressivo que se denomina *economia de transição*. No caso, esse conceito expressa o abandono do caráter socialista do Estado e a passagem da propriedade social dos meios de produção e da planificação para o mercado e a propriedade privada.

A Rússia encontrava-se em “ruína extrema agravada pela má colheita de 1920”, em “um país de pequenos camponeses, com os transportes particularmente arruinados, que está a sair da guerra e do bloqueio” (LÊNIN, 1980g, p. 492-520). Essa não era a realidade chinesa no final dos anos 1970, apesar dos problemas reais importantes. Os compromissos com a vida das massas eram claros: “melhorar, em primeiro lugar, a situação dos camponeses”, “ajudar por todos os meios a massa dos trabalhadores”. Na China, com as atuais reformas de mercado, melhorou, em primeiro lugar, a situação dos administradores de empresas e membros do Partido que se tornaram capitalistas.

Na Rússia, não havia vestígio de liberalismo econômico, porque: 1) “A concessão admite e pressupõe mesmo um contrato preciso e um prazo preciso”; 2) “romper um contrato significa romper súbita, simples e imediatamente as relações de fato da aliança econômica ou da ‘convivência’ econômica com o capitalista”; 3) “é fácil vigiar o concessionário”; 4) “a passagem das concessões ao socialismo é a passagem numa forma de grande produção para outra forma de grande produção”. Tratava-se, na versão leniana, de um capitalismo de Estado,

ou seja, do poder político operário e camponês, na política, e da expropriação dos latifundiários e da burguesia, na economia. No caso da China, ao contrário, a propriedade capitalista é liberalizada, constitucionalmente, e a burguesia é uma nova classe em formação, aplaudida e convidada a ingressar no Partido Comunista da China. Enquanto a China proclama o socialismo de mercado com características chinesas, o líder bolchevique reconhecia “que a circulação de mercadorias é a liberdade de comércio, é o capitalismo” (LÊNIN, 1980g, p. 492-520).

Era nessas circunstâncias históricas, com prudência, sem ilusão, que Lênin percebia, positivamente, "primeiro, que a circulação local de mercadorias tem **neste momento** uma importância primordial, e, em segundo lugar, que o capitalismo privado (sem já falar do capitalismo de Estado) pode ser utilizado para ajudar o socialismo" (LÊNIN, 1980g, p. 492-520, grifos nossos). No caso da China, formalizando as intervenções de Deng de 1992, o 14º. Congresso do PCCh, em outubro do mesmo ano, cunhou a fórmula representativa do que seria a natureza do sistema em construção no país: “economia socialista de mercado com características chinesas”.

Na parte da estruturação dos poderes econômicos do Estado e nos resultados obtidos, observa-se, no caso da Rússia, que

[o] Estado continuava a ser proprietário de quase toda a indústria fabril e do sistema bancário. Foi também mantido o monopólio do Estado sobre o comércio exterior. Embora as importações se iguallassem somente a cerca da metade do nível pré-bélico, os controles sobre o comércio externo foram utilizados para defender o nível das importações de bens de capital em detrimento dos bens de consumo e dos produtos alimentícios (para o equilíbrio da balança de pagamentos, contribuiu a revogação da dívida externa, que entre juros e restituições constituía uma grande despesa antes da revolução). Fazendo uso de tais poderes econômicos, o governo soviético chegou a conseguir em 1926 um nível de investimento de capital na indústria mais elevado do que o de 1913, e o conseguiu com seus próprios recursos internos, sem empréstimos de monta. [...] O mecanismo de planificação e controle estatal desenvolvido em meados dos anos 20 não era, portanto, absolutamente irrelevante. O governo soviético desenvolveu e estendeu os organismos de controle pré-bélicos e bélicos do governo czarista e da indústria privada [e acrescentou os departamentos para a indústria – Vesenska – e para a planificação – Gosplan]. (DAVIES, 1986, p. 84).

Em comparação, as reformas chinesas, no que diz respeito especificamente aos poderes econômicos do Estado, significaram privatização de empresas estatais, venda de blocos de ações de bancos, quebra do monopólio do comércio exterior e desmonte da planificação (voltada para a tentativa de construção do socialismo).

Lênin esteve à frente da implantação da *NEP* em maio de 1921, mas já em janeiro de 1923 alertava para a preservação da aliança entre operários e camponeses, neutralizando os *nepmans*, burgueses, como a questão mais importante para a sobrevivência do socialismo e o futuro da República Soviética (LÊNIN, 1980s, p. 669). Apesar dessa preocupação de Lênin, as vendas no mercado só abrangeram uma parte da produção agrícola, mesmo posteriormente, já em 1926, representando ainda uma parcela bastante menor do que as transações agrícolas no mercado, no período anterior à revolução (DAVIES, 1986, p. 84). Com as relações de mercado, tanto expandiram a agricultura e a indústria, quanto surgiu um limitado estrato de pequenos empresários privados, especialmente no comércio, observa Hedegüs (1986, p. 37).

Diante desse quadro, faz-se a seguinte pergunta: As preocupações de Lênin, (exageradas ou não) no caso soviético, no que concerne às ameaças de restauração capitalista, aparecem em Deng Xiaoping, no caso das reformas chinesas? Deng liderou as reformas econômicas da China, desde o início em 1978-9, assistiu ao crescimento das desigualdades sociais, sobretudo a partir dos últimos anos da década de 1980, mas, em sua famosa viagem ao desenvolvido e internacionalizado Sudeste chinês, em 1992, exaltou a liberalização dos mercados, num contexto em que já era visível o aumento do desemprego, as migrações dos camponeses arruinados, o desmonte da seguridade social e, ao mesmo tempo, o enriquecimento que criava novos burgueses na sociedade.

5.3.3 Poder Decisório do Estado

O Estado chinês tomou a iniciativa de reformar a economia, passando, parece, a deslocar-se cada vez mais para subordinar-se à *relação capital* (dominação burguesa). Isso, talvez, possa ser interpretado, com as necessárias ressalvas, como uma demonstração de um momento especial em que surge uma autonomia relativa do Estado burocratizado, o que não significa que a instituição estatal seja neutra, mas poderia revelar a distância entre esse poder e as classes trabalhadoras. Esse fenômeno é ilustrativo das relações complexas, de determinação e interação entre superestrutura política e infra-estrutura econômica. O processo chinês desenrola-se, ao que parece, no sentido de que, em última instância, a economia, do ponto de vista da crescente dominação do capital, tende a determinar as relações políticas constitutivas do Estado. Haveria um processo em que, simultaneamente, a autoridade, de certa forma, vai

reformando a economia, de um lado, e o Estado, em certo sentido, está sendo reformado pela dominação do capital, de outro.

Luís Fernandes (2000, p. 162, nota de rodapé nº 109) conceitua a autonomia do Estado como a “capacidade de o Estado se destacar das forças econômicas e sociais predominantes na sociedade (ou das que deram origem à sua própria configuração estatal específica) para determinar de forma independente o seu próprio curso de ação”. Essa conceituação requer, entretanto, as ressalvas acerca da imanente natureza classista do Estado e do contexto político concreto em que podem aparecer certas formas especiais de burocratização do poder político.

Ao estudar a autonomia e concentração de poder na formação do Estado soviético (em vez de seu gradual esvaziamento, extinção), Fernandes (2000) reconhece um “deslocamento progressivo” (*progressive problem-shift*), como desenvolvimento do marxismo. Esse autor justifica a formação estatal soviética em razão: das condições de atraso econômico, político, social e cultural da URSS; da persistência da alienação (valores e interesses particularistas) entre os trabalhadores, no quadro de uma escassez relativa sem possibilidade de superação (ou impossível) no horizonte presente da humanidade; da dominação capitalista na ordem internacional. Dessa análise, o autor assinala algumas implicações teóricas e políticas, como a impossibilidade da predominância de formas de democracia direta e participativa, ao contrário da previsão original marxiana, bem como a necessidade de “vigência ampla (mas não dominante) das forças de mercado”, entre outras reformulações julgadas, na sua ótica, mais realistas.

O Estado soviético foi o modelo básico que serviu para outras experiências de configuração estatal do socialismo real, como na China, sem prejuízo das peculiaridades de cada país. No período maoísta manteve-se, essencialmente, esse formato do Estado, apesar das tentativas de desburocratização, a exemplo das comunas populares e campanhas políticas de massas. Na China contemporânea, sobretudo com a progressiva dominação do capital, há, em curso, uma reforma na configuração do Estado.

Em geral, na economia capitalista, aparece uma tendência a certa autonomia, consistindo na liberdade de movimento do capital, conforme suas próprias leis, tanto para a acumulação, concentração e centralização, quanto para sua elevação da composição orgânica e crises cíclicas. É a liberdade de desenvolvimento das leis de tendência do modo de produção

capitalista. Esse movimento do capital é, simultaneamente, autônomo e dependente do seu Estado capitalista, seu “comitê gestor”. O capital não prescinde da estrutura de poder político, ele pode até mesmo se confundir com a autoridade. O Estado burguês continua a ser reafirmado como uma expressão institucional, sobretudo opressiva, da autonomia e dominação do capital em relação aos trabalhadores. Na sociedade dividida em classes sociais, impõe-se o controle político e ideológico sobre os trabalhadores, através de formas institucionais. Portanto, na configuração de uma relação dialética predomina, estruturalmente, a autonomia do capital, sem prejuízo da margem de independência necessária para o Estado administrar os assuntos comuns da burguesia e para o Estado assumir diversas configurações (MILIBAND, 2001, p. 135).

A reforma do Estado chinês, em maior ou menor grau, é parte de um movimento mais amplo, no mundo, de contestação teórica e empírica à regulação estatal progressista e social, desde a década de 1970. O ataque neoliberal à legitimidade de determinada forma de intervenção na economia pretende suprimir as bases do assim chamado Estado social, na Europa, ou do Estado desenvolvimentista em alguns países periféricos, como, por exemplo, Brasil e Índia. O argumento da globalização foi agregado ao debate, sobretudo a partir dos anos 1980, apontando o suposto anacronismo da soberania estatal nacional. A reforma do Estado, no caso da economia, está associada ao monetarismo, à desestatização produtiva, à liberalização comercial e financeira e à flexibilização trabalhista. Em vez do Estado social ou desenvolvimentista, surgiram propostas de “desburocratização”, gerencialismo, social-liberalismo, nova administração pública, com o objetivo de reformar e minimizar o Estado.

Assim, desde a década de 1970, apareceu “um momento propício à expansão e à recuperação de velhas ideologias liberais, numa aceitação que oscilava entre posturas mais radicais de Hayek e Friedman, só aos poucos emergindo outras alternativas, premidas entre essa ressurreição liberal e a crise dos diversos socialismos realmente existentes” (OLIVEIRA, 2004, p. 254). A reforma do Estado chinês localizou-se neste momento histórico, refletindo os percalços da tentativa de implantação do socialismo. Aos poucos, ao longo das últimas quase três décadas, o Estado passou por mudanças na sua expressão dos condicionamentos classistas na China. A instituição estatal assumiu, no plano econômico, um papel decisivo no processo complexo, intrincado, de combinação de liberalização e desenvolvimentismo. O poder efetivo da ação governamental chinesa tem sido importante para influenciar, no curso dos acontecimentos, grandes alterações na formação social e, ao mesmo tempo, o evidente crescimento econômico.

Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2004; 2005) insistem em afirmar a responsabilidade e a autoria efetiva do Partido-Estado pela decisão das reformas em favor do mercado, deflagrando um processo que resultou na restauração capitalista ⁹⁴. Por que não houve um levante dos trabalhadores, uma crise política contra essa decisão? Hart-Landsberg e Burkett argumentam que, na conjuntura política do final dos anos 1970, a cúpula do Partido já controlava toda a vida política do país, silenciando a esquerda e cerceando o debate sobre alternativas econômicas em face das reformas de mercado. Em vez de debate público, democrático, o Partido-Estado concretizava as mudanças pró-mercado, na linha da política do fato consumado, considerado irreversível. Nota-se que as decisões do Estado refletiam, também, um momento de confusão e equívocos dos principais dirigentes do sistema Partido-Estado acerca das relações entre as reformas e os interesses de classe.

Assim, é preciso prestar atenção para a realidade prática da emissão, fonte, origem, iniciativa, das medidas orientadas para o mercado. Quem tomou as decisões? Quem administrou o novo processo?

Foi o Estado que impôs uma certa forma de autonomia para os gerentes de empresas selecionadas, entre 1979 e 1983. Foi o Estado, a partir de 1984, que generalizou essa forma de autonomia para todas as empresas e liberou os preços da maioria dos produtos. Foi o Estado que implementou as assim chamadas reformas em todas as empresas estatais (*SOEs*), impulsionando as demissões dos trabalhadores. Foi o Estado que implantou o emprego por contrato temporário, amedrontando e disciplinando os trabalhadores. Foi o Estado que adotou as medidas de privilégio e estímulo para a implantação das empresas privadas nacionais e estrangeiras. Foi o Estado que desmontou a seguridade social em termos de saúde, educação, habitação e aposentadoria para os trabalhadores. Foi o Estado que permitiu que os gerentes se apossassem dos ativos das empresas estatais, criando novas empresas privadas. Foi o Estado que implementou as novas formas de autonomia e descentralização das empresas e governos locais, liberando a criação de novos projetos de expansão da produção ou implantação de novas empresas, com base em empréstimos de somas assombrosas nos bancos estatais. Foi o Estado que vendeu as estatais para os

⁹⁴ Na China, a estruturação **sistemática** de mecanismos favoráveis à acumulação e dominação do capital, por meio das reformas implementadas pelo Estado, evoca, em certo sentido, o papel estatal na história da viabilização da produção capitalista na Europa. Assim, vale lembrar a análise de Karl Marx sobre a sustentação do Estado para a acumulação primitiva do capital na Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Ele chama a atenção para a concentração **sistemática** dos métodos de acumulação, na Inglaterra, em fins do século XVII. O sistema colonial, o sistema da dívida pública, o moderno sistema tributário e o sistema protecionista foram métodos que “utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição” (MARX, 1988b, p. 275-6).

investidores estrangeiros, sobretudo chineses da diáspora, no início dos anos 1990, a fim de restaurar o impulso das exportações. Foi o Estado que massificou a privatização com as decisões do congresso do PCCh em 1997. Foi o Estado que assistiu “passivamente” à queda livre da participação das empresas estatais na produção industrial e no emprego na China, sobretudo desde o início dos anos 1990.

Yiching Wu (2005) critica essa visão de Hart-Landsberg e Burkett acerca da via estatal autônoma relativa no processo de restauração capitalista na China. Contesta a idéia de que alguns dirigentes levaram o Estado às reformas e, por conseguinte, a China está se transformando em capitalismo. Yiching tem a pretensão de priorizar uma explicação centrada na luta de classes e na imperiosidade de circunstâncias históricas, objetivas, favoráveis ao mercado. Ele chama a atenção que o burocratismo e certos hábitos, anteriores à revolução, aparecem como sobrevivências no período maoísta e são revigorados pelas reformas de mercado. Talvez, aos olhos da burocracia dirigente, as reformas de mercado tenham se colocado como uma política para problemas concretos, em vez de uma abordagem baseada em conceitos teóricos.

Yiching, na parte que insiste nas circunstâncias que favoreciam o mercado, minimiza uma visão de conjunto sobre a decisão da reforma, insinuando uma justificativa para a ausência de percepção dos dirigentes sobre as implicações sistêmicas das medidas econômicas. Ora, na maior parte do período maoísta, sobretudo na revolução cultural, houve a mais acesa e tumultuosa polêmica pública sobre o caminho capitalista ou socialista, sobre os grupos de dirigentes seguidores do caminho capitalista ou não. Desenvolveram-se campanhas políticas de massas, com manifestações radicais e, também, com muitos erros, voltadas, explicitamente, contra o perigo da restauração capitalista na China. Apontava-se para o chamado revisionismo soviético, como exemplo dessa restauração. Então, quando os dirigentes do Partido-Estado decidiram, desde os últimos anos da década de 1970, implementar determinadas reformas em favor do mercado e da propriedade privada, não é possível imaginar que não se tenha cogitado, entre os dirigentes e na sociedade chinesa, sobre as implicações dessas reformas, em termos de capitalismo ou socialismo.

É claro que Deng Xiaoping, na III Sessão Plenária do 11º Comitê Central, em dezembro de 1978, não tinha uma “carta escondida na manga”, com a escolha e a determinação em favor de reformas para a finalidade clara e simples de restauração do capitalismo. Porém, sem reducionismo, sem o atalho da personificação, não se pode eximir a

responsabilidade do agrupamento dirigente do Partido-Estado pelo resultado da crescente restauração capitalista, objetivamente, na China. Especialmente, naquele momento, cristalizavam-se maiores distâncias de poder entre dirigentes e dirigidos, governantes e governados, na China.

No que diz respeito à complexidade das relações de classe na transição socialista, Yiching Wu (2005) chama a atenção para problemas importantes. A revolução chinesa tinha objetivos socialistas nítidos, empreendeu mudanças históricas na sociedade, mas persistiram sobrevivências da divisão entre as classes sociais. O Estado foi constituído com profundo apoio popular, mas, ao longo do tempo, alienou-se do controle democrático das massas. Um imenso aparato burocrático detinha o controle efetivo dos meios de produção. No entanto, Yiching exagera o argumento, para demarcar campo com o maoísmo, e chega a dizer que os benefícios sociais eram paternalismo da burocracia estatal e, por isso mesmo, foi possível suprimi-los nas reformas, sem crise política. Isso é uma deturpação da célebre mobilização das massas, que, por exemplo, conquistou a reforma agrária, com suas próprias mãos, com suas próprias forças (*fanshen*), antes e no imediato pós-revolução.

Yiching Wu (*op. cit.*) ainda argumenta que as reformas de mercado, por si próprias, não poderiam restaurar o capitalismo. Todavia, não é certo falar assim, abstratamente: há distintas reformas de mercado, com diferentes níveis de profundidade e implicações. A depender do tipo de reformas para o mercado, as implicações podem ser pontuais, administráveis no socialismo, ou sistêmicas, como está ocorrendo na China. Para o referido autor, essa restauração não pode ser explicada, simplesmente, por uma autonomia e iniciativa de alguns dirigentes do Estado. Para ele, já havia, no período maoísta, um processo complexo, até ambíguo, de formação de antagonismo de classes. As reformas de criação dos mercados apenas atuaram sobre esse quadro, acelerando as diferenciações, sustentando as rupturas na estrutura de poder das classes sociais na China, avalia Yiching (2005, p. 49-50).

A camada social da burocracia do Estado faz parte de um processo ainda em curso de formação da classe burguesa, raciocina Yiching. Na China, ainda não há nitidez de uma classe dominante já desenvolvida cabalmente, já constituída plenamente. Nesse processo, a burocracia e o mercado têm uma relação de reforço mútuo, refletindo a *aliança entre o Estado e o capital*, que constitui um novo bloco histórico, enfatiza o mencionado autor. Assim, ocorrem movimentos políticos, econômicos e sociais que promovem a interação entre a “*re-formação do Estado e a acumulação de capital*”. Apesar de todo o esforço contrário, parece

que Yiching termina “se rendendo” e aceita o papel do Estado, através das decisões dos seus dirigentes, e as conseqüências materiais de seus atos na restauração da dominação do capital na China, como se constata a seguir:

É realmente sob os amplos mecanismos da (re)formação do Estado e da acumulação do capital que tais problemas [restauração capitalista] deveriam ser discutidos. O que está acontecendo na China é não apenas uma grande transformação societal – um processo brutal de acumulação primitiva de capital. Mas isso está ocorrendo de uma forma que não podemos perder de vista. Especificamente, a privatização e a acumulação de capital têm sido encabeçadas freqüentemente por um específico tipo de agentes – os burocratas detentores de poder e as suas redes de comparsas bem-situados. Essa conversão sistemática de ativos públicos em capital privado constitui parte de um processo mais geral de *privatização do poder político*. O monopólio burocrático do poder político e econômico é, portanto, a chave para a nossa compreensão do curso da restauração [capitalista] na China. (YICHING, 2005, p. 51-2, itálico no original e tradução e sublinhado nossos).

A explicação da participação do Estado e da autonomia relativa do seu poder decisório no processo de restauração capitalista na China cobra a ênfase em dois aspectos fundamentais: (i) o nacionalismo na formação do Estado; e (ii) a democracia socialista. Então, veja-se, em primeiro lugar, a questão seguinte: como se situa(m) a classe e/ou a nação como eixo da formação do Estado chinês? É indispensável lembrar, ao tratar do Estado chinês, da questão do nacionalismo, em um grande país, com uma milenar história de civilização.

O movimento nacionalista, em suas diversas facetas, veio de longe, surgiu na segunda metade do século XIX, no contexto das agressões imperialistas e percorre todo o século XX, chegando, com incrível força, até os dias que correm. *Salvar a China!* Em 1911, alguns governantes provinciais e o Guomintang de Sun Yat-sen se insurgiram para salvar a China. No discurso de proclamação da República, Mao Zedong retomava o tema: *socialismo para salvar a China*. O nacionalismo chinês se expressou na ruptura com a URSS e, depois, na reaproximação, pragmaticamente, com os Estados Unidos. Há uma decisão inscrita, recentemente, na Constituição da China, de pronta declaração de guerra, se Taiwan se declarar independente. Portanto, a formação do novo Estado, com a revolução de 1949, foi uma grande conquista classista, ou seja, uma grande derrota dos latifundiários e dos assim chamados capitalistas *compradores*. E foi, também, uma vitória nacionalista.

Até hoje, muitos chineses admiram Mao, porque a revolução restaurou a unidade e soberania da nação. Portanto, no novo contexto do final dos anos 1970, o Estado, como institucionalidade da identidade nacional, colocava-se à frente da modernização e fortalecimento da nação, por meio das reformas (para o mercado). As mudanças deveriam

favorecer a ascensão econômica da nação, o orgulho nacional, abstraindo-se a problemática da restauração capitalista.

Em segundo lugar, cabe enfatizar o problema da democracia socialista. A natureza do poder decisório do Estado vincula-se ao problema da liberdade política no país. O papel desempenhado pelo Estado, nas profundas transformações da China dos últimos quase 30 anos, tem a ver diretamente com a alienação dos trabalhadores em face do Estado. As reformas pró-mercado e a dominação do capital não teriam prosperado na China, se o Estado estivesse sob algum controle democrático das massas trabalhadoras. No período de Mao, houve alguns avanços na descentralização das decisões em favor dos trabalhadores nas empresas e os dos camponeses nas comunas populares. Havia as campanhas políticas que, porém, cansaram e se esgotaram. Não se constituíram formas estáveis de democracia das massas, com parcelas efetivas de poder, com autonomia, influenciando não apenas a vida social no âmbito, por exemplo, de uma equipe de produção, mas participando das decisões sobre os rumos políticos da China.

Levanta-se uma grita estridente na mídia ocidental sobre a reivindicação da chamada quinta modernização, ou seja, a adoção cabal e completa do liberalismo político. Reclamam a necessidade de instituições típicas burguesas. É verdade, o regime chinês não tem relação com o liberalismo político, ainda, e muito menos com a democracia socialista. O poder decisório do Estado chinês tem sido uma alavanca importante para as reformas tendentes a cristalizar o poder social, de fato, da nova classe capitalista na China. Reconhece-se, inegavelmente, que o Estado chinês possui uma forte marca de autoritarismo político. Há uma coerção política geral, porém os mais oprimidos são os camponeses e operários, indiscutivelmente.

O regime chinês é o oposto da democracia socialista. As massas trabalhadoras não têm a liberdade e os meios para o direito à manifestação do pensamento e à organização, assim como não têm o Estado como seu espaço de poder político. Os trabalhadores, durante todo o período das reformas, foram constrangidos ao silêncio político, com brutais repressões às greves e protestos e com a vedação da organização autônoma, não-estatal. Os burgueses têm a liberdade dos seus negócios, já são aceitos como membros do Partido Comunista, têm assento no parlamento e influenciam, através de diversas formas, os destinos da vida política do país. Com as transformações econômicas e sociais profundas em curso, a despeito da

preservação de certas particularidades chinesas, as instituições políticas e o aparato legal serão empurrados, cada vez mais, para a adoção de formas de liberalismo político burguês.

A repressão às manifestações da Praça de Tiananmen foi a comprovação clara da natureza política autoritária do regime. Neste ponto, deve ser acrescentado que, apesar dos justos protestos contra a corrupção e pelas liberdades, a inspiração geral do movimento de 1989 era o liberalismo e o estilo de vida do capitalismo dos Estados Unidos. No episódio de Tiananmen, houve um começo de articulação entre os estudantes e os trabalhadores, mas isso não prosperou (WEIL, 2006, p. 41). A ironia ou astúcia da história é que o regime que promoveu a condenável repressão a Tiananmen, uma praça engalanada com a réplica da Estátua da Liberdade, está se convertendo em um regime capitalista, sem o formal liberalismo político burguês, ainda; sem as instituições políticas típicas burguesas, por enquanto.

5.3.4 Desigualdades e Classes Sociais

As reformas poderiam ser apresentadas como uma crítica ao modo utópico de socialismo e aproveitamento hábil das margens de possibilidades reais para desenvolver o país e melhorar a situação da classe trabalhadora. Esse é um discurso que os dirigentes do Partido-Estado pronunciarão de bom grado. De forma bastante diferente, mas nesse mesmo diapasão de ressaltar os benefícios das reformas, o Banco Mundial tem divulgado sistematicamente notícias quantificando o número de pobres que o desenvolvimento chinês, por obra do mercado, retira da assim chamada faixa da pobreza⁹⁵. A realidade chinesa não está confirmando a suposição evolutiva convencional. Essa suposição consiste na crença do seguinte processo: em uma primeira etapa da evolução, ocorreriam, inevitavelmente, crescimento econômico e melhoria, em termos absolutos, de todos, apesar do aumento, relativamente, das desigualdades na distribuição de renda, mas, depois, na segunda etapa, ocorreria, naturalmente, um desenvolvimento econômico marcado pela queda das diferenças sociais na apropriação da renda.

⁹⁵ A imprensa governamental chinesa noticia a proporção de pessoas abaixo da “linha da pobreza”, ou seja, com um dólar por dia, que foi reduzida de 16% para 10% entre 2001 e 2004, conforme o Banco Mundial. Essa mesma nota da imprensa registra a queda de 2,4% na renda dos 10% de famílias mais pobres entre 2001 e 2003 (XU, 2006). Segundo os questionáveis padrões do Banco Mundial, a China teria sido responsável por mais de 75% da redução da pobreza no conjunto dos países em desenvolvimento nos últimos 20 anos (WORLD BANK..., 2007).

Uma outra perspectiva de análise poderia ter como foco os interesses de classe dos trabalhadores da China. Então, no que diz respeito à estrutura de classes sociais, quem são os principais beneficiários das reformas? Em uma análise de classe, dever-se-ia apontar para a diferenciação social em curso e para o aumento da polarização entre as classes, entre uma minoria dominante e exploradora, de um lado, e a grande maioria trabalhadora nas cidades e no campo, de outro. Há associação entre o conteúdo das reformas, por um lado, e os ganhos de determinados grupos sociais influentes na China e os capitalistas da diáspora chinesa, por outro. É preciso recorrer a proposições teóricas, critérios e métodos, do ponto de vista dos trabalhadores, para discutir os problemas da apropriação do produto durante a presente ascensão econômica. Nessa empreitada, a volta a Karl Marx pode ajudar.

Conforme Karl Marx, no caso da transição socialista, a distribuição do produto não é balizada pelo critério da mera equidade. Ainda prevaleceriam restrições importantes na apropriação dos benefícios do desenvolvimento econômico.

Esses defeitos, porém, são inevitáveis na primeira fase da sociedade comunista, tal como brota da sociedade capitalista, depois de um longo e doloroso parto. O direito não pode ser nunca superior à estrutura econômica nem ao desenvolvimento cultural da sociedade por ela condicionado. (MARX, 197-? ou 198-? c, p. 214).

Essa proposição marxiana poderia respaldar as justificativas do Partido Comunista da China para as desigualdades decorrentes das reformas. Entretanto, Marx falava da transição socialista e assinalava, também, que a parte do produto, ou seja, a proporção, destinada à satisfação das necessidades coletivas “aumentará consideravelmente desde o primeiro momento”. Foi isso, concretamente, o que ocorreu na China, com as reformas? Em contraste à ressalva marxiana, as reformas chinesas têm introduzido, ao longo dos anos, a privatização, mercantilização e difícil acesso aos serviços voltados para as necessidades coletivas.

Essa discussão está baseada em critérios utópicos e abundância econômica para a distribuição do produto entre os chineses? Não, não se diga que, aqui, está se propondo abundância na distribuição para a imensa população chinesa. Não é abundância, mas sim, conforme a proposição de Marx, algo factível, viável: crescente distribuição, conforme evolução do produto, para a finalidade de satisfazer as necessidades básicas da coletividade de trabalhadores. A China transformou-se em uma potência econômica, mas para uma família trabalhadora ter acesso ao ensino ou à assistência à saúde ou ao direito à moradia, o operário ou camponês, com a responsabilidade individualizada, tem que desembolsar uma parcela

importante de seus míseros ganhos. Estabeleceu-se uma proporção menor do produto, em mãos do Estado, para certas novas formas de atendimento público das necessidades sociais, incluindo a criação dos novos e restritos sistemas de seguridade social. Em comparação, há um percentual maior da renda nacional açambarcada pelo capital. O chamado *iron rice bowl* - expressão alusiva ao emprego, à previdência e aos direitos sociais dos trabalhadores, no próprio interior da organização da empresa estatal - foi desmantelado pelas reformas. Na China, a proporção do produto para as necessidades coletivas básicas retrocede, em vez de avançar.

Constituiu-se, desse ponto de vista, uma regressão social como implicação da reforma do Estado e da dominação do capital na China. As condições de vida e de trabalho das massas populares são subordinadas aos imperativos da acumulação de capital, cada vez mais, à revelia da satisfação das necessidades sociais. A partir do processo de negação do socialismo na China surgem novos conflitos e crises. Sabe-se que o mercado, a propriedade privada e a desestatização econômica dispunham de margens de liberdade distintas entre as conjunturas do início das reformas, em 1978/1980, e do presente, pós-ingresso na OMC. Os resultados, hoje, mostram alguns milionários chineses na lista da revista *Fortune*, entre os mais ricos do planeta, ao lado de centenas de milhões de trabalhadores migrantes massacrados etc. A China deslocou-se do igualitarismo maoísta para, com as reformas, emparelhar-se com as sociedades mais desiguais da Ásia (BLECHER, 2005, p.1). É indiscutível que as facções políticas se moveram no interior do PCCh e do Estado chinês com decisões que corresponderam aos interesses e ganhos das classes burguesas chinesas em Hong Kong, Macau, Taiwan, Cingapura, Indonésia, Malásia, Tailândia e Filipinas.

O poder de classe se expressa em diversos âmbitos na sociedade, além do aparato do Estado. O poder da nova burguesia chinesa se expressa, especialmente, pelas mudanças nas relações sociais de produção na China, com a propriedade privada, a gestão capitalista do processo de trabalho, a divisão e a hierarquia no trabalho, a exploração da força de trabalho. A estrutura de classes na China, mesmo em comparação a outros grandes países periféricos, tem a particularidade de ainda dispor de uma imensa reserva de força de trabalho barata (LI, 2005, p. 434). Na China, durante o período das reformas, houve e há o despojamento dos camponeses de seus lotes de terra e a liberalização das migrações do gigantesco excedente de mão-de-obra nas áreas rurais. Esses fenômenos produziram um imenso proletariado, uma excessiva oferta de força de trabalho, à disposição da exploração capitalista. As massas

trabalhadoras, rurais e urbanas, foram expostas à insegurança, submetidas à disciplina do desemprego e esmagadas pelo desmonte da seguridade social⁹⁶. Ademais, a coerção política do Estado chinês sobre os trabalhadores satisfaz a necessidade de controle social para a acumulação de capital.

A questão agrária encaminha-se para um grave retrocesso sócio-econômico estrutural, além da persistência dos baixos índices de crescimento da agricultura, como demonstram sobejamente as estatísticas há muitos anos. Estruturalmente, “o solo está compreendido entre os meios de trabalho” e “o monopólio da propriedade do solo é, inclusive, a base do monopólio do capital” (MARX, 197-? ou 198-? c, p. 211). William Hinton denuncia a expansão da crise, estagnação e pobreza em muitas áreas rurais na China hoje, ao contrário, a seu ver, do período maoísta.

Em agudo contraste [com a crise camponesa], os representantes da burguesia no Partido, a fim de salvar um papel para si, e estabelecer a China como esfera de operação da burguesia como classe, lutam para prolongar o período de economia mista, ampliando cada vez mais o papel dos empresários privados e conduzindo o país para um futuro capitalista. (HINTON, 2004, p. 55, tradução nossa).

A derrota da revolução cultural, o reforço da hierarquia e do poder das administrações das empresas, a contenção da atividade política das massas e a burocratização do Partido-Estado condicionaram as escolhas das reformas econômicas, no final dos anos 1970 e no início do decênio seguinte, e restringiram a distribuição dos frutos do crescimento do produto entre as classes ou estratos sociais. Esquemáticamente, pode-se dizer que, no início, as reformas contribuíram para mudar, em favor do capital, as relações sociais de produção, enquanto, hoje, são essas relações que impulsionam novas rodadas de liberalização da economia e apropriação burguesa dos ganhos. Um poder empresarial imenso avança na vida chinesa. De fato, o poder vai se concentrando nas mãos dos detentores da propriedade e/ou controle das empresas, beneficiários das reformas, em oposição aos trabalhadores, despojados. A aplicação do desenvolvimentismo de mercado conduz à polarização social, acentua as diferenças de classe e constrói uma sociedade estratificada.

O desenvolvimento econômico chinês tem sido acompanhado de grandes desigualdades sociais e regionais. Há uma fratura entre o litoral desenvolvido e o interior do

⁹⁶ “Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho”. [...] “A Natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro e de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho” (MARX, 1988a, p. 136).

país, com um quadro de 450 mil trabalhadores nas áreas rurais marginalizados desse desenvolvimento (HEARTFIELD, 2005, p. 198). Hart-Landsberg e Burkett (2005, p. 597-9) discordam do senso comum de que as mudanças econômicas recentes na China sejam uma vitória histórica, uma viragem progressista. Para eles, nesse país, o crescimento econômico baseado no mercado, tendo como finalidade o lucro, não atende às necessidades sociais. Portanto, aumentou a exploração dos trabalhadores e o desemprego, ao lado da estagnação ou declínio dos salários. A riqueza é apropriada pelos burgueses e por alguns setores sociais médios com certa expressão numérica (burocratas, certos profissionais, intelectuais, pequenos empresários). O modelo chinês espalha no mundo a idéia de que é inevitável a piora das condições dos trabalhadores para conseguir competitividade econômica e, assim, alcançar o “desenvolvimento”, denunciam Hart-Landsberg e Burkett.

Andrew Glyn (2006) especula sobre os efeitos da integração econômica da China no mundo, com gigantesca massa de trabalhadores chineses recebendo baixíssimos salários. Esses efeitos poderiam confirmar a previsão de Marx sobre a exacerbação da taxa de exploração dos trabalhadores, um século e meio depois, em função da competição dos baixos salários chineses. Glyn também discute as implicações da piora da participação dos salários na renda em termos de enfraquecimento da demanda, gerando-se graves problemas macroeconômicos.

No final do período maoísta, o coeficiente de Gini (CG) da distribuição da renda nacional era 0,33, significando “uma tremenda realização para um país tão vasto e diferenciado” (BLECHER, 2005, p.1). Nas áreas urbanas, o CG era tão-somente de 0,16. As reformas pró-mercado viraram esse quadro de ponta-cabeça. Em 2002, a razão entre a renda *per capita* urbana e a rural foi de três para um. O CG da renda *per capita* dos assalariados urbanos subiu de 0,25, em 1995, para 3,2, em 2002. Entre os trabalhadores nas áreas rurais, o CG da renda *per capita* aumentou de 0,34, em 1988, para 0,42, em 1995. March Blecher (*op. cit.*, p. 3) aponta o caráter redistributivo da política de investimentos, sobretudo na indústria, como a razão da diminuição das desigualdades entre as províncias. Isso foi revertido pelas reformas de Deng Xiaoping, mas recentemente houve uma ligeira melhoria do quadro por causa dos programas de investimento no Oeste. Mesmo considerando a assim chamada faixa de pobreza e o limiar extremamente subestimado, como especificam as autoridades chinesas, houve em 2004, pela primeira vez, um aumento, em vez de redução, do número de pobres, em cerca de 800 mil pessoas. Entre 40 a 60 milhões de camponeses não têm terra para trabalhar e

muitos outros milhões têm diminuta faixa de terra ou com solo infértil. Em 2001, a taxa de analfabetismo era de 24%, para mulheres e de 8%, para homens (*op. cit.*).

Françoise Lemoine (2006, p. 68-80) apresenta alguns dados da análise daquilo que ela chama de *conquistas sociais em perigo* e *linhas de fratura*. Os avanços em saúde e educação foram herdados do período maoísta. O desenvolvimento humano (expectativa de vida ao nascer, alfabetização, mortalidade infantil), na China, ultrapassava significativamente o da Índia, antes das reformas. O avanço nesses indicadores, no período das reformas, teria sido tímido, reduzindo a distância entre a China e a Índia. Em 2001, os 30% mais pobres ficaram com 6,5% da renda, enquanto os 30% mais ricos embolsaram 83,1% da renda. A desigualdade está crescendo com maior aceleração, desde a década de 1990: a diferença de renda entre os mais ricos na cidade e os mais pobres no campo saltou de quatorze vezes, em 1999, para vinte vezes, em 2004. “A China está no fim da fila mundial no nível de despesas públicas consagradas à educação e à saúde”, afirma Lemoine (*ibid.*, p. 72). É estarrecedor o fato de que não existiam condições de oferta de serviços de saúde (capacidade instalada do sistema de saúde), como cobertura para 80% dos camponeses. Em 2003, a pobreza em massa era comprovada pela desnutrição de 10% da população e entre 9% e 17%, ou seja, entre 110 e 220 milhões de chineses mantidos na faixa de pobreza, conforme o Banco Mundial (*ibid.*, p. 69).

A alegada redução do número de pobres tem sido comemorada como resultado do crescimento econômico. Ressalva-se que ocorreu aumento *absoluto* do produto e piora da distribuição de renda. Cabe, ainda, observar a fragilidade da conceituação do Banco Mundial para faixa de pobreza e para o limiar de um dólar por dia. Subestima-se a deterioração, ao longo das reformas, dos patamares mínimos de segurança do conjunto das condições de vida das massas operárias e camponesas. Ignora-se a gravidade do retrocesso no caminho da estruturação igualitária da sociedade chinesa. As reformas orientadas para o mercado acentuaram as disparidades econômicas e sociais entre as regiões da China. Em 2004, a região costeira foi responsável pela geração de 60% do PIB do país, enquanto todo o interior respondeu pelo restante, ou seja, 40%.

Para Lemoine, os trabalhadores urbanos demitidos têm sido grandes perdedores, no curso das reformas, e fazem parte de uma nova pobreza urbana. Robert Weil (2006, p. 26) relata as perdas dos que trabalhavam em empresas estatais e perderam o emprego e a seguridade social ofertada pelas unidades de produção (habitação, educação, serviços de

saúde, pensões e aposentadoria, entre outros benefícios). Weil aponta os efeitos, a longo prazo, do desmonte das comunas populares, que, hoje, já deixou os camponeses a braços com a abertura comercial do mercado agrícola, a usurpação de terra por autoridades locais, a devastação ambiental e o desaparecimento dos serviços sociais precedentes. A grave situação de camponeses tem gerado manifestações e protestos de alguns intelectuais de esquerda na China, nos últimos anos.

As desigualdades de gênero e a discriminação contra as mulheres trabalhadoras foram ampliadas pelas reformas de Deng⁹⁷ (LEUNG, 2003, p. 365). As demissões atingiram, primeiro, as mulheres, enquanto os homens mantêm a preferência nas contratações. Mesmo com formação universitária, 80% a 90% das mulheres não têm segurança na obtenção e preservação de emprego. As remunerações das mulheres são inferiores em comparação com os homens. É praticamente nulo o efeito da legislação contra a discriminação das mulheres na contratação. Há uma pressão no sentido das mulheres se ocuparem mais com as tarefas domésticas em vez das atividades produtivas.

O desmantelamento da seguridade social, o abandono da ideologia igualitarista e o refluxo do ativismo político feminista incentivam os pais a rejeitar o nascimento de filhas. A descoberta do sexo feminino tem levado à provocação de abortos em massa. As famílias camponesas e operárias, os pobres, sem previdência social, temem pelo futuro e pela velhice, desejando filhos homens, mais favorecidos, supostamente, para prover ajuda material aos seus velhos pais.

Ingrid Nielsen, Chris Nyland, Russel Smyth, Mingqiong Zhang e Cherrie Jiu Hua Zhu (2005) apontam os graves problemas que afligem especialmente os migrantes. Para a maioria dos migrantes são destinadas as atividades perigosas, sujas e maçantes (*three D jobs: dirty, dangerous and demeaning*). Na febril atividade industrial no delta do rio Pérola, a

⁹⁷ A dominação patriarcal, ao longo do tempo, na China, manteve as mulheres sob a mais terrível opressão. Um emblema trágico disso era a tradição da fratura dos ossos dos pés das meninas, impondo dores físicas, o andar cambaleante e a humilhação às mulheres chinesas durante toda sua vida. Os pés femininos não podiam crescer, e por isso tinham que ser mantidos fraturados e enfaixados, porque os homens admiravam os pés pequenos. As mulheres não tinham poder em casa, propriedade, direito a herança. Ao casar, a mulher passava a integrar a família do marido, submetendo-se à nova autoridade masculina familiar. As *três obediências* determinavam que a mulher solteira obedecia ao pai e irmãos, a mulher casada obedecia ao marido e a viúva obedecia aos filhos adultos. O nascimento de uma filha era uma decepção. A grande mudança ocorreu com a edição da lei do casamento, em 1950, com a liberdade de escolha do cônjuge, divórcio e fim da poligamia e prostituição. No mesmo ano, decretou-se a lei da reforma agrária, distribuindo a terra, sem distinção de sexo. No discurso de Mao, as mulheres eram a “metade do céu”, e o que os homens podiam fazer, as mulheres também podiam. A retórica maoísta sobre as mulheres foi radicalizada, sobretudo, na Revolução Cultural. No período maoísta, as mulheres adquiriram participação na esfera produtiva e na atividade política, mas a condição feminina específica permaneceu subsumida nas lutas e interesses gerais de classe e das massas camponesas e operárias.

Organização Internacional do Trabalho, através de levantamentos, constatou que a maioria dos migrantes, dos quais 75% são mulheres nessa área fabril, trabalhava 12 horas por dia, em meados da década de 1990. Com os chamados *contratos de vida ou morte*, os migrantes ilegais são empregados em pequenas empresas privadas ou *TVEs* (empresas de vila e aldeia), sem segurança e saúde ocupacional, e quando se acidentam, são dispensados, recebendo um valor irrisório de dinheiro como indenização informal. **A China tem 60% das mortes por acidentes em minas no mundo.** Os mineiros, com grande participação de migrantes, adoecem com pneumoconiosis, nas minas de carvão, e silicose. Registram-se cerca de 3 000 mortes por ano na construção civil, um setor que emprega largamente os migrantes.

Uma quase particularidade chinesa faz parte dos seus atuais mecanismos de funcionamento da exploração do trabalho. O capitalismo, diferente dos sistemas econômicos precedentes, caracteriza-se pela marca principal e decisiva da extração da mais-valia relativa. A China, hoje, combina, piorando, as duas formas de exploração do trabalho – capitalista e pré-capitalista -, ou seja, extração de mais-valia absoluta, mesmo em muitos setores de alta produtividade do trabalho, dispondo dos mais avançados processos de produção. Onde, com automação capitalista do processo produtivo, seria possível uma redução de jornada de trabalho, por exemplo, para 40 ou 36 horas semanais, preservando alta taxa de exploração (mais-valia em relação ao capital variável), mantém-se, porém, jornada semanal de 60 horas, desmoralizando o limite legal.

A exploração desenfreada é encontrada por toda parte, a exemplo da moderníssima fábrica da Hyundai, que emprega 1.100 jovens mulheres operárias, com absurdas jornadas de 12 horas de trabalho, em seis dias por semana, produzindo cinco diferentes tipos de carros, denuncia David Bensman (2006). Dessa maneira, a já elevada taxa de exploração é exacerbada na China. Utiliza-se o mecanismo de extração da mais-valia absoluta, exacerbando a apropriação da mais-valia relativa e potencial. Esse é um dos “misteriosos segredos” da atração de capitais e dinamismo da acumulação de capitais na China.

5.3.5 Restauração ou Renovação do Capitalismo na China ⁹⁸

As certezas começam a ceder no coração do regime chinês. As dúvidas sobre as implicações das reformas sobre o sistema social da China começaram a assomar ao primeiro plano dos debates no interior do Partido-Estado e na sociedade chinesa. Sintomaticamente, a Assembléia Nacional debateu, em março de 2006, as ameaças capitalistas, advindas das reformas de mercado e da polarização social. As grandes contradições sociais desatadas pelas reformas já não podem ser ignoradas.

Pela primeira vez, talvez em uma década, o Congresso Nacional do Povo, órgão legislativo dirigido pelo Partido Comunista, agora reunido em sessão anual de duas semanas, está imerso em um debate ideológico sobre o socialismo e o capitalismo, que muitos consideravam morto por causa do rápido crescimento econômico chinês.

A controvérsia forçou o governo a pôr de lado um projeto de lei para proteger os direitos de propriedade intelectual, que deveriam ganhar visibilidade, e chamou a atenção sobre a crescente influência de um pequeno grupo de intelectuais socialistas e conselheiros políticos. Esses pensadores esquerdistas, à moda antiga, usaram a crescente desigualdade de renda e o aumento da insatisfação popular para levantar dúvidas sobre o que consideram um desenvolvimento econômico baseado no mercado e no enriquecimento privado.

[...] Legisladores insistem que a lei proposta, que levou seis anos de preparação e que pretende codificar a noção mais ampla de direitos de propriedade já adicionada [por emenda] à Constituição chinesa em 2003, mais cedo ou mais tarde, será posta em prática, ainda que com possíveis modificações.

Mas o presidente Hu Jintao e o primeiro ministro Wen Jiabao, propositadamente ou não, abriram o debate quando eles fizeram da crescente desigualdade um tema central nos esforços de propaganda, dizem analistas políticos. A mídia controlada pelo governo está eletrizada com pedidos para tornar a 'equidade social' o foco da política econômica, substituindo a ênfase anterior de rápido crescimento e enriquecimento. (KAHN, 2006, tradução nossa).

Samir Amin (2001, p. 54), criticamente, considera que a liderança chinesa conceitua o socialismo de mercado, conforme sua própria experiência em curso, ou seja, a combinação de uma parcela importante de propriedades ainda públicas (estatais e coletivas), políticas redistributivas e unidade nacional. Essa é uma concepção muito questionável de socialismo. Na verdade, nas circunstâncias concretas da nossa época e da atual formação econômico-social da China, a dominação do capital experimenta um processo prático de expansão, com a reforma do Estado chinês e a reestruturação da economia. Os fortes impactos

⁹⁸ “(...) as revoluções proletárias (...) se criticam constantemente a si próprias, interrompem continuamente seu curso, voltam ao que parecia resolvido para recomeçá-lo outra vez, escarnecem com impiedosa consciência as deficiências, fraquezas e misérias de seus primeiros esforços, parecem derrubar seu adversário apenas para que este possa retirar da terra novas forças e erguer-se novamente, agigantado, diante delas, recuam constantemente ante a magnitude infinita de seus próprios objetivos até que se cria uma situação que torna impossível qualquer retrocesso e na qual as próprias condições gritam: Aqui está Rhodes, salta aqui!” (Marx, 1978, p. 21).

sobre a estratificação das classes sociais no país são respaldados pela globalização neoliberal ou reconfiguração capitalista mundial, com envolvimento decisivo da China.

O poder político chinês abstém-se, cada vez mais, de constranger as tendências imanentes do capital, como a necessidade de expansão da exploração e extração da mais-valia dos trabalhadores. O Estado tem sua ação, cada vez mais, adaptada à liberalização dos mercados, em conformidade com a coerção da concorrência da pluralidade de capitais. No caso concreto da formação social chinesa, todo o capital, em comum, passa a dispor, cada vez mais, de uma forma de autonomia que não dispunha antes. O capital controla a atividade dos trabalhadores no processo de produção e apropria-se do produto. O gradualismo da via chinesa traduziu-se na forma mais segura e adaptada para o avanço paulatino da relação-capital⁹⁹.

Apesar das fortes características da dominação do capital, evidenciadas em relação à economia e às classes sociais no presente, há controvérsias sobre a questão da natureza capitalista ou socialista da sociedade chinesa. O Partido-Estado, como se sabe, insiste na retórica do socialismo de mercado com peculiaridades chinesas. A respeito da China, para os Estados dos países desenvolvidos, para as organizações internacionais (FMI, BM e OMC) e para as grandes corporações e bancos transnacionais, há relevância apenas na discussão sobre a assim chamada transição da economia de comando para a completa liberalização de mercado. Mantém-se uma condenação à remanescente intervenção estatal na economia.

Todavia, alguns autores, no âmbito da esquerda, fazem coro à retórica oficial chinesa, insistindo na negação da dominação do capital na China. Wladimir Pomar (1987, p. 356) argumenta que, apesar da existência de diversos tipos de propriedade, a China “mantém o pré-requisito de que a economia de propriedade pública, em especial a dos setores econômicos fundamentais, ocupe a posição dominante”. Domenico Losurdo (2004) defende o ponto de vista de que a evolução da China contemporânea é consentânea com uma concepção realista do socialismo. Para ele, baseando-se no materialismo histórico, a liderança chinesa

⁹⁹ “(...) o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica particular que se representa em uma coisa e dá um caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital, que, em si, são tão pouco capital quanto ouro ou prata são, em si, dinheiro. São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos autonomizados em relação à força de trabalho viva e às condições de atividade exatamente dessa força de trabalho, que são personificados no capital por meio dessa oposição (MARX, 1988d, p. 251).

estaria somente reconhecendo a situação concreta das necessidades imperiosas de desenvolvimento das forças produtivas e modernização tecnológica, em um processo de longo prazo, no quadro mundial de “estabilização contemporânea do capitalismo”. Esse autor qualifica como utopia abstrata, recusada pelo longo processo de aprendizagem chinês, a teorização acerca do futuro pós-capitalista como total desaparecimento dos antagonismos de classe, do Estado, das religiões, das nações, da divisão do trabalho e do mercado.

É muito provável que Losurdo esteja correto sobre alguns aspectos da natureza da extinção do Estado e do mercado. O socialismo - como uma forma histórica de transição, sem ainda se caracterizar como um novo modo de produção - deveria contar com algumas determinadas relações mercantis, sobretudo em um país atrasado, sem resvalar, porém, para o caráter de uma economia de mercado¹⁰⁰. Ademais, aprendeu-se que a transição socialista, em geral, apresenta-se como um processo muito mais demorado, prolongado, o que abriria espaço para a adoção de formas mais limitadas da gestão da economia. Entretanto, no plano concreto da trajetória chinesa, sem utopia, sem abstração, os fatos parecem indicar uma perspectiva diferente dessa descrição exposta pelo autor italiano.

A dominação do capital, na China, avança em meio às mudanças na ideologia, na correlação de forças entre as classes, nas instituições e na estruturação das classes. Empregou-se a violência organizada, através das forças de segurança, para cristalizar a alienação dos trabalhadores chineses do poder político e econômico¹⁰¹. Ademais, há, por exemplo, maior violência do que as mortes contínuas, como se fossem programadas, de trabalhadores nas minas de carvão de propriedade estatal? Empiricamente, a relação-capital é restaurada, em um determinado contexto, com uma derrota histórica das outrora tentativas de superação das relações capitalistas de produção na China. Retoma-se ou reforça-se a subordinação formal e real do trabalho ao capital em uma sociedade concreta, a chinesa. Como se sabe, o capital é uma relação social entre a classe dos proprietários dos meios de produção e o proletariado submetido à exploração de sua força de trabalho.

Na atual realidade social da China, essa relação impõe, estruturalmente, na produção capitalista, o antagonismo de classe entre burgueses chineses ou estrangeiros,

¹⁰⁰ Hoje, com máxima prioridade, os dirigentes chineses negociam com diversos governos, requerendo, por parte de cada país, o reconhecimento formal da China como uma economia de mercado, a fim de obter condições mais favoráveis para o comércio internacional chinês.

¹⁰¹ Bettelheim (1979d, p. 173) afirma que: “O golpe de Estado [em 6 de outubro de 1976] de Hua [primeiro ministro Hua Guofeng] anuncia assim, de maneira praticamente aberta, uma mudança das relações de força entre as classes. Abre amplamente a porta do poder e das responsabilidades para uma burguesia de Estado”.

comemorando seus êxitos econômicos, e trabalhadores assalariados chineses, sob as mais duras provações do desemprego ou do emprego em condições de forte exploração. Por exemplo, as massacrantes condições de trabalho dos migrantes trabalhadores denunciam a exacerbação desse antagonismo estrutural.

Parece que o desempenho econômico da China, em si mesmo, empana a visão sobre as imensas contradições de classe que se abrem naquela sociedade. Assim, Jorge Beinstein (2001, p. 170-181) critica a idéia de que a China seria “uma economia capitalista-exportadora”, e apresenta o atual ciclo econômico como uma segunda etapa do desenvolvimento, em continuidade ao crescimento endógeno induzido pela revolução social. Para ele, as reformas são prudentes, a abertura externa é controlada, a soma das áreas estatal e social (cooperativas, empresas coletivas) ocupa a maior parte da economia, são numerosos os mecanismos de controle cambial, comercial, creditício, político etc. Beinstein vai além, enfatizando “a presença do Partido Comunista como centro de decisão estratégica do conjunto da vida social”. Ele reconhece o surgimento de contradições, porém, em suma, elogia a “grande flexibilidade ideológica” e “legitimidade social e nacional” do “comunismo chinês”.

James Heartfield, assim como Beinstein, se admira com o atual desenvolvimento econômico da China. Contudo, diferentemente desse último autor, a economia da China, para Heartfield, já teria uma natureza capitalista. As mudanças teriam ensejado esse marcante impulso ao crescimento da economia, e por isso ele discorda da rejeição em bloco, diverge da recusa de todas as reformas. Para ele, essa rejeição seria um erro baseado em um anticapitalismo romântico e uma idealização da frustrada sociedade camponesa chinesa antes das reformas. Ademais, essa visão ingênua só serviria para jogar água no moinho dos históricos preconceitos ocidentais contra o Oriente. Segundo esse raciocínio, o avanço chinês está representado pelo surgimento de extensa classe trabalhadora, situada em um processo produtivo que tem impacto mundial. Portanto, não se poderia confundir o justo e necessário apoio à massa camponesa pobre com retrocessos românticos, entavando o curso do desenvolvimento econômico. Conforme essa argumentação, é cabível a crítica da corrida chinesa, sem ressalvas, para o mercado, mas é preciso reconhecer os aspectos positivos representados pelo desenvolvimento econômico e pela socialização da produção.

A força-resultante capitalista originada das forças do mercado e da propriedade privada poderia ter sido evitada. Existia a possibilidade de uma estratégia alternativa, baseando-se em estruturas mais democráticas e descentralizadas do processo decisório e da

planificação, e considerando as necessidades de um novo impulso à atividade econômica da China, a partir do final da década de 1970, afirmam Martin Hart-Landsberg e Paul Burkett (2005). A apreciação deles é oposta às avaliações, vistas anteriormente, de Losurdo, Beinstein e Heartfield.

Hart-Landsberg e Burkett discordam da idéia de que, já que a China não é mais socialista, agora o mais importante seria concentrar a atenção apenas no reconhecimento do êxito da sua modernização econômica, deixando de lado a questão do socialismo. Para eles, seguir esse modelo chinês é reforçar o capitalismo. Eles, acertadamente, apontam os limites de indicadores como PIB, FDI e exportações para a avaliação de uma situação complexa como aquela vivida pela China. Criticam as ilusões sobre a profundidade da política alternativa chinesa ao neoliberalismo e ao Consenso de Washington. Como conciliar um modelo baseado em exportações e investimento externo, na globalização neoliberal, com planificação e gestão econômica estatais? O utopismo tecnocrático, encantado pela expansão econômica chinesa, não consegue enxergar que as privatizações em massa e a liberalização em curso, em razão do acordo com a OMC, inviabilizam a planificação estatal (anticapitalista) e a perspectiva socialista na China.

Para Hart-Landsberg e Burkett (*op. cit.*), o apoio às reformas chinesas significam uma desconfiança ou negação do socialismo. Por esse raciocínio, a atual experiência chinesa estaria ajudando a causa tanto dos inimigos do socialismo, quanto dos defensores do pensamento único neoliberal. O desenvolvimento chinês estaria sendo usado para se tentar provar para os trabalhadores e países pobres que a única solução factível é o modelo do mercado e da propriedade privada. Portanto, a China estaria, em última instância, reforçando a tese dos que afirmam que não há necessidade de alternativa ao capitalismo (*there is no need for an alternative to capitalism* – TINNFA) e que não há alternativa à globalização neoliberal (*there is no alternative* – TINA). O mercado não poderia ser substituído pelo cálculo econômico no socialismo. Não seria viável uma democracia dos trabalhadores.

Samir Amin (2005) declara: “Minha questão central é a seguinte: a China evolui para uma forma estabilizada de capitalismo? Ou ela mantém-se em uma possível perspectiva de transição ao socialismo?”. Uma complicação dessa questão de Amin é que a China adotou o caminho capitalista, com as reformas, mas os dirigentes chineses recusam-se a qualifica-la como capitalista, insistindo na idéia do socialismo de mercado. Outra complicação é que o próprio socialismo não prosperou no período precedente, sob o maoísmo.

O Partido Comunista da China não pode declarar sua aceitação do capitalismo, porque perderia a sua legitimidade, herdada da “sagrada” revolução chinesa, explica Amin. Como se sabe, isso é completamente diferente do que se passou na União Soviética e no Leste Europeu na década de 1990. Porém, como dizia Marx, os homens devem ser julgados não pelo que pensam de si, mas pelo que eles são ou fazem. Então, Amin (*ibid.*) afirma que o projeto dos dirigentes chineses é o capitalismo, ora em implementação, restando a dúvida sobre a permanência ou não dessa mesma liderança política na hipótese da estabilização capitalista. O bloco hegemônico pró-capitalista não é ainda uma força social sólida na sociedade chinesa para assegurar a gestão política do sistema capitalista estabilizado no país. Os burocratas do Estado, os grandes capitalistas chineses (mas, sobretudo, ainda no exterior, na diáspora), os camponeses ricos e as crescentes classes médias urbanas compõem o bloco hegemônico, excluindo a grande maioria dos chineses, ou seja, as massas de camponeses e operários.

A China encontra-se na via capitalista, como mostra, por exemplo, o papel dominante da propriedade privada, mas a esperança de uma viragem para uma evolução socialista naquele país, nesta conjuntura ainda, não pode ser descartada, crê Amin (*ibid.*). Como uma das evidências das raízes dessa esperança, esse autor cita a preservação política do acesso igual à terra para todos os camponeses. Contudo, isso, acesso à terra, já mudou muito, há despojamento de milhões de camponeses, efetivamente. Ele chama a atenção para as dificuldades a longo prazo da estratégia capitalista chinesa, sobretudo pelo desemprego em massa, cada vez maior, explosivo, contando com a imensa população rural e as perspectivas de migração. Esse impasse se concretizará, provavelmente, mesmo nas melhores hipóteses de desempenho econômico da China, em termos de taxa de crescimento da produtividade do trabalho, avanço do conjunto dos setores econômicos e favoráveis condições internacionais.

Não obstante o reconhecimento do Estado chinês como centro estratégico importante e a despeito do realismo destacado por Losurdo na observação do papel do Estado na transição socialista, há ressalvas que devem ser lembradas. Na conjuntura das reformas chinesas, é patente que o poder foi enfeixado por um grupo de burocratas à frente do sistema Partido-Estado. Onde se vê a participação e a decisão dos trabalhadores? Concretizou-se uma burocratização do poder político, abrindo as possibilidades de mudanças estratégicas reforçadoras do capitalismo, em vez do socialismo. Então, o Estado chinês encaminha reformas que não podem ser caracterizadas por transição socialista, como querem Losurdo e Beinstein. A burocratização não impediu que o próprio Estado patrocinasse importantes

restrições e reversões na anterior ação econômica estatal no curso da construção socialista. Ao mesmo tempo, portanto, em vez de passividade e inatividade, cresce um novo tipo de ação econômica do Estado, com medidas em favor do capital, o que realimenta o processo social de constituição de um grupo burocrático na máquina do Estado, com privilégios e interesses no curso do capitalismo emergente na China.

O programa do PCCh, a Constituição da República e os assim chamados planos quinquenais, no período das reformas, são textos oficiais fundamentais que reafirmam as proclamações socialistas acerca da economia, do papel do Estado e do lugar da classe trabalhadora. Prevalece uma espécie de propaganda, lançando confusão ideológica entre os trabalhadores, como se vê, por exemplo, na Constituição¹⁰². A esse respeito, tendo em conta a reforma do Estado e o crescente papel do grande capital, é bastante curiosa, ou contraditória, a seguinte proclamação da Constituição da República Popular da China, em seu artigo 1º: “A interrupção do Estado **socialista** por qualquer organização ou indivíduo **é proibida**”. Essa Constituição, promulgada em 4 de dezembro de 1982, traz, em seu preâmbulo, conforme a emenda de 1993, a seguinte assertiva: “A tarefa principal da nação nos futuros anos é concentrar seus esforços na modernização **socialista**”. Ainda nesse preâmbulo consta: “A **exploração de classe foi abolida** em nosso país. Entretanto, a luta de classes continuará a existir em certos limites durante longo tempo no futuro”. (CHINA. CONSTITUTION..., 2004, grifos nossos).

A Constituição de 1982 teve sua primeira emenda aprovada em 12 de abril de 1988, com duas mudanças: 1) reconhecimento e proteção do setor privado na economia; e 2) legalização da transferência do direito de uso da terra (*ibid.*). A segunda emenda foi aprovada em 29 de março de 1993 e estabeleceu que a China está no **estágio primário do socialismo** e introduziu a fórmula “socialismo com características chinesas”. Nessa emenda foi, constitucionalmente, extinto o sistema de comunas populares, o qual foi substituído pelo “sistema de contrato de responsabilidade familiar com a remuneração vinculada à produção”. Ainda na emenda de 93, foi suprimida a expressão “O Estado pratica a planificação econômica sobre a base da propriedade pública socialista”. Desaparece a planificação econômica. Em seu lugar, redigiu-se: “O Estado implementa a economia socialista de mercado”. A tarefa do Estado passou a ser ajustamento e controle macroeconômicos, conforme o novo texto.

¹⁰² A China, desde a revolução de 1949, contou com as Constituições de 1954, de 1975, de 1978 e conta com a atual, de 1982, e suas emendas.

Em 15 de março de 1999, promulgou-se a terceira emenda, explicitando que a China continuará no primeiro estágio do socialismo por longo tempo. Acrescentou-se ainda a expressão “teoria Deng Xiaoping” à fórmula *Marxismo-Leninismo, Pensamento Mao Zedong*. O artigo sexto falava da propriedade estatal dos meios de produção, dizia que o sistema de exploração do homem pelo homem tinha sido superado e que se aplicava o princípio de “cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho”. Então, acrescentou-se a esse trecho que, no estágio primário de socialismo, a propriedade pública mantém-se dominante [em face do setor privado, supõe-se] e que o sistema de distribuição conforme o trabalho prevalece, coexistindo com “uma variedade de modos de distribuição”. A reforma constitucional aprovada no final de 2003 resultou na quarta emenda promulgada em 14 de março de 2004, reforçando a proteção da propriedade privada: “O Estado protege os direitos legais e interesses dos setores não públicos da economia. O Estado incentiva, apóia e orienta o desenvolvimento dos setores não públicos da economia e, conforme a lei, exercita a supervisão e controle sobre os setores não públicos da economia”. “A propriedade legal dos cidadãos é inviolável”. “O Estado, conforme a lei, protege os direitos dos cidadãos à propriedade privada e à sua herança”. (CHINA. CONSTITUTION..., 2004).

As reformas institucionais, no que dizem respeito à legislação, sobretudo refletindo as mudanças no sistema de propriedade, são efetivadas para atender aos reclamos dos capitalistas, chineses e estrangeiros, às pressões de organizações internacionais (OMC, FMI, BM, OCDE). Argumenta-se que essas mudanças nas leis dão segurança e transparência aos direitos de propriedade. Assim, do ponto de vista do capital, essas garantias favorecem as decisões de investimento, beneficiando, supostamente, a economia da China. Nas reformas constitucionais de 2003-04 e 2007, considerou-se a propriedade privada, em pé de igualdade, para todos os efeitos, com a propriedade estatal. Em março de 2007, a Assembléia Nacional Popular aprovou a primeira lei copiosa (com 247 artigos) e específica de regulamentação da proteção da propriedade privada. A acumulação privada foi legitimada e legalizada.

A marcha da transformação econômica, centrada na liberalização dos mercados e na propriedade privada, exige uma reorganização institucional, com tribunais e leis em conformidade às normas geralmente aceitas nos países centrais e internacionalmente. A governança do país necessitaria que o Estado chinês adquirisse credibilidade perante o empresariado privado, assegurando a manutenção da ordem e preservação da propriedade privada. Assim, a tendência é a adequação lenta do aparato institucional às novas

características econômicas e sociais da China, sem prejuízo de algumas particularidades chinesas.

Como interpretar a evolução de conjunto da China, através das reformas? Considerando os critérios do socialismo, a trajetória recente desse país representou uma regressão social sistêmica. A China instaurou ou reforçou uma evolução social que é avessa a um Estado de democracia socialista; que é contrária à perspectiva de uma economia da livre associação dos produtores – ou seja, os trabalhadores; que é oposta à superação do fetichismo da mercadoria e à alienação do mercado; que é refratária à emancipação da humanidade.

Samir Amin (1989, p. 314-5) elaborou um conjunto de critérios que poderiam ser empregados na avaliação da transição socialista nas difíceis condições de países do chamado terceiro mundo. A evolução social em curso na China não confirma esses critérios relativizados, embora sua aplicação não possa ser tomada ao “pé da letra”, na avaliação do complexo processo chinês. Todavia, esses critérios auxiliam a compreensão sobre as tendências em operação nesse país.

Portanto, levando em conta a contribuição de Amin, percebe-se que, hoje, a formação sócio-econômica chinesa opõe-se ao critério de **aproximação da igualdade entre cidade e campo**, expressando a aliança operário-camponesa, tendo como base a agricultura. Opõe-se à **limitação da diferenciação salarial** aos custos sociais de formação da força de trabalho, excluindo todas as outras diferenciações. Opõe-se ao **desenvolvimento nacional autônomo**, simultaneamente, sem autarquização, de um lado, e sem conexão direta com sistema capitalista mundial, de outro. A desejada integração da China ao mercado mundial, por esse critério, deveria preservar tanto o monopólio do comércio exterior, sem adesão ao livre-cambismo, quanto a busca de maior autonomia tecnológica e financeira. Hoje, a China também se opõe à **gestão econômica e social**, calando as iniciativas e decisões dos trabalhadores acerca de tecnologia, organização e disciplina no trabalho etc.

5.3.6 Protestos e Efeitos Políticos

A década de 2000 está sendo marcada pela crescente turbulência social na China. Mais de 75 mil protestos no campo e nas cidades irromperam em 2005. Há pouco tempo, em 1994, esse número era de 10 mil manifestações de descontentamento das massas. Contudo,

em 2003, já eram 58 mil protestos e, em 2004, alcançaram 74 mil, conforme a contagem do próprio governo. O mercado e a propriedade privada, a polarização social e as agruras da vida para a maioria trabalhadora produzem, inevitavelmente, instabilidade social, com repercussão política.

O mês de dezembro de 2005 começou com a mais brutal repressão a trabalhadores, período recente, e terminou com as exortações ideológicas do presidente Hu Jintao quando da fundação da Academia de Marxismo. Prenhe de lições, o episódio de 6 de fevereiro de 2005 desnudou as graves contradições sociais e políticas na China. Nesse dia, ocorreu um confronto em uma vila rural, Dongzhou, quando a polícia recorreu à munição real, algo dificilmente usado, em lugar da repressão tradicional com tropas massivas, gás lacrimogêneo e jatos d'água. Os protestos foram motivados pela oposição da comunidade aos planos de construção de um gerador de energia elétrica, movido a carvão. A população temia graves problemas de poluição, os agricultores não tinham sido indenizados pela expropriação do seu direito de uso das terras e os pescadores reclamavam do aterramento da baía (aterro para complementar as obras da usina de energia), porque perderiam sua fonte de sustento, ou seja, a pesca, mantida há várias gerações naquela área.

Esse episódio está carregado de lances que mostram as perspectivas explosivas que cercam o descontentamento das massas trabalhadoras hoje na China. Por exemplo, em junho de 2005, uma delegação foi presa ao tentar expor às autoridades os prejuízos à comunidade que seriam causados pela usina. Para abortar a manifestação de rua do dia seis, a polícia prendeu vários ativistas. Em resposta, populares saíram às ruas e prenderam alguns agentes de segurança. A partir daí, a polícia reagiu furiosamente, atirando para matar os manifestantes. Entretanto, há controvérsias nos relatos. Conta-se que a polícia só começou os disparos depois das bombas caseiras lançadas pelos manifestantes, mas os moradores de Dongzhou contestaram essa informação, afirmando que poucos agricultores tinham lançado apenas fogos de artifício contra a polícia. Os moradores ainda acusaram a polícia de ter empregado membros de grupos de crimes organizados, com facas e bastões, para atacar os populares.

Até 20 pessoas foram mortas pela polícia paramilitar num choque incomumente violento que marcou uma escalada nos protestos sociais que vêm se espalhando pela zona rural chinesa. Os moradores de uma vila de pescadores perto de Hong Kong disseram que, desde o tiroteio, até 50 outros habitantes permanecem desaparecidos. É o maior incidente do qual se tem notícia em que as forças de segurança recorreram ao

enfrentamento armado contra cidadãos comuns desde os distúrbios da Praça Tiananmen, em 1989. (FRENCH, 2005, p. A-12).

A década de 1990 significou uma radicalização das políticas de liberalização. A onda consumista e de mercantilização de todos os aspectos da vida social e da cultura, desencadeada pelas intervenções de Deng Xiaoping, em sua viagem a Shezhen, em 1982, chocou e desiluiu alguns intelectuais, avalia Wang Hui (2003, p. 129-130), o mais renomado membro da chamada Nova Esquerda¹⁰³. Hui conta que as posições mais críticas definiram-se em 1997-8, e que os seus representantes foram identificados como membros da Nova Esquerda. Essa denominação – Nova Esquerda – foi empregada pelos intelectuais liberais chineses como uma forma de desqualificar os intelectuais críticos, “confiando na identificação negativa da idéia de ‘esquerda’ com o maoísmo tardio, o que implicava uma regressão à Revolução Cultural” (*ibid.*, p. 132). Em vez de desqualificação e pecha infamante, a identidade Nova Esquerda firmou-se, granjeou respeitabilidade e ganhou relevância política, cada vez mais.

Assim, a partir do final da década de 1990, começaram a se desfazer as ilusões, abrindo-se um debate entre os intelectuais sobre a natureza das reformas e as suas implicações. Chen Yongguo (2003, p. 111; 117) avalia que, nesse debate, a Nova Esquerda está em uma posição ofensiva e os Liberais estão na defensiva. Diante das denúncias das desigualdades sociais em agravamento, os intelectuais liberais centram suas atenções apenas no problema da corrupção. Para eles, a quinta modernização, ou seja, a reforma política, com a adoção do modelo de liberalismo político burguês, seria a grande solução. O regime do liberalismo político evitaria a interferência corrupta das autoridades nas operações de mercado. No entanto, alguns intelectuais de esquerda e militantes operários e camponeses percebem que a corrupção é um problema grave, exige enfrentamento, mas, em grande medida, a escalada da corrupção foi propiciada pelas reformas de mercado.

Retorno da esquerda, eis a novidade. Depois das evidências do aumento explosivo das desigualdades sociais e algumas dificuldades da globalização neoliberal, a exemplo da crise asiática, há um fenômeno político importante, que ultrapassa o círculo dos intelectuais críticos, nessa primeira década do século XXI na China: a esquerda começa a voltar à cena. A consciência de esquerda começa a aflorar em associação, tanto com os protestos contra a brutal exploração dos operários e camponeses, quanto com as críticas às reformas de Deng

¹⁰³ Wang Hui é professor de literatura na Universidade de Pequim e editor da revista *Du Shu* (Leitura).

Xiaoping. Discute-se, cada vez mais, sobre o rebaixamento das condições de trabalho, aposentadoria, habitação, educação e saúde para os piores patamares do mundo, beneficiando poucos. Embora, acertadamente, não se deseje um retorno ao passado, reexamina-se, com novos olhos, o período maoísta, inclusive a Revolução Cultural. Com o legado da longa, radical e profunda revolução chinesa, começa a surgir uma compreensão aguda e ampla de militantes operários e camponeses, criticando o capitalismo em curso na China – e não só seus efeitos -, com muito mais clareza do que se imagina no Ocidente (WEIL, 2006).

O começo do ressurgimento da esquerda na China já provoca repercussões importantes na cúpula do sistema Partido-Estado, forçada a reciclar seu posicionamento político. As duas mais importantes autoridades atuais, o presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao envolveram-se diretamente nas discussões sobre os explosivos problemas sociais vividos pelos camponeses, anunciando o “novo campo socialista”. Sob a sua liderança, o governo, em relação ao campo, cancelou impostos, planeja investimentos, criação de estruturas de educação, saúde e proteção ambiental (WEIL, 2006, p. 45). A retórica do presidente Hu tem sido marcada pela sua chamada teoria do desenvolvimento harmonioso, propondo que o avanço econômico tenha como meta a justiça social. O primeiro-ministro Wen insiste no “conceito científico de desenvolvimento”, focado no povo, para a promoção integrada da economia, sociedade e pessoas. Alguns intelectuais, representantes da Nova Esquerda, destacam as preocupações sociais do governo Hu Jintao. Além disso, tem havido algum esforço no sentido de se implantar sindicatos oficiais em empresas estrangeiras, como ocorreu com a Wal-Mart. A Confederação Sindical (ACFTU) tem aumentado o tom das denúncias sobre os abusos trabalhistas.

Em 2003, a Academia de Ciências Sociais (ACS) – principal instituição de pesquisas do país - criou um grupo de estudos sobre o neoliberalismo, e juntamente com algumas universidades, promoveu um encontro sobre a *Segurança Econômica e Tecnológica da China e o Neoliberalismo*, com a presença de importantes dirigentes e intelectuais. Em janeiro de 2004, o PCCh lançou o Projeto Marx. Desde essa data, têm sido realizadas dezenas de conferências, retomou-se a ênfase ao ensino do marxismo nas escolas secundárias e desenvolveram-se novas traduções da literatura marxista, inclusive das *obras escolhidas* de Marx e Engels e de Lênin. No dia 26 de dezembro de 2005, aniversário de Mao, foi fundada a Academia de Marxismo, como parte da Academia de Ciências Sociais, reunindo milhares de estudiosos, que se dedicam a pesquisas sobre o marxismo nas novas circunstâncias

econômicas do país. O Projeto Marx tem atividades e metas programadas para um prazo de dez anos. A cada três anos serão publicados os resultados do Projeto.

No aniversário de nascimento de Mao, em dezembro de 2003, o presidente Hu Jintao pronunciou um longo discurso, evocando os valores ideológicos da revolução chinesa. Hu Jintao celebrou a passagem do novo ano lunar chinês, em 30 de janeiro de 2006, em Yenan, cidade que sediou a direção central do Partido Comunista e do Exército Popular de Libertação de 1935 até 1949. Jintao visitou as casas onde residiram Mao Zedong, Zhou Enlai, Zhu De, Liu Shaoqi e Lin Biao. Hoje, Yenan faz parte do interior pobre e abandonado da China.

Parece que os atuais governantes distanciam-se do discurso do ex-presidente Jiang Zemin, autor da assim chamada *teoria da tríplice representatividade*, reunindo, supostamente, máxima produtividade, elevação cultural e defesa dos interesses da maioria do povo. Esse aspecto da máxima produtividade dizia respeito ao desenvolvimento econômico e, por isso, seria uma razão para a filiação de empresários capitalistas no Partido Comunista da China. Jiang Zemin apelou para o artifício da teoria da tríplice representatividade, a fim de justificar o aburguesamento do PCCh e da sociedade chinesa. No período de Jiang, deflagrou-se a privatização em massa das empresas estatais e a entrada da China na OMC.

Existem diferenças, claro, entre as políticas de Jiang Zemin e Hu Jintao. É um exagero, entretanto, buscar uma divergência fundamental entre as políticas do período de Hu Jintao, no presente, e as do período Jiang Zemin, ontem, recentemente. Teoricamente, o assim chamado novo plano quinquenal, com Jintao, tem como tarefa central o problema social. Mas isso é muito limitado quando se percebe que foi no governo Hu que se concluiu o desmonte das estruturas estatais de planificação econômica, a privatização de parcelas das maiores empresas e (novidade) bancos através das bolsas, além do prosseguimento e aprofundamento de todas as outras políticas relativas ao mercado e ao capital, a exemplo da liberalização sob os ditames da OMC. Na parte social, há pouquíssimas sobrevivências do período revolucionário, além das tentativas de políticas nacionais.

A Esquerda, assim chamada genericamente, na China, ainda é diminuta, dispersa e com muitas divergências. As lutas dos operários e camponeses são espontâneas, em torno de reivindicações econômicas. Mas a perspectiva é de aprofundamento do capitalismo e seus efeitos sociais danosos em uma sociedade com mais de 800 milhões de pessoas ainda vivendo

em áreas rurais e com a incontornável – nas circunstâncias presentes - bomba do excedente de oferta de força de trabalho no mercado liberalizado. Por conseguinte, é inevitável a ascensão das lutas sociais e dos protestos contra a degradação ambiental, configurando-se um desenvolvimento político que tende a fortalecer a esquerda.

Robert Weil (2006, p. 35) agrupa, grosso modo, os representantes da esquerda em três correntes políticas na China: 1) os velhos esquerdistas, que são alguns membros do PCCh que se desiludiram com as reformas de Deng Xiaoping; 2) os maoístas, que são principalmente operários e camponeses e seguem as políticas inspiradas em Mao Zedong; e 3) a Nova Esquerda, com intelectuais e universitários, representando uma geração mais jovem, apoiados em uma referência muito aberta do marxismo, e que tendem a alianças preferencialmente com os militantes maoístas. Em 1% dos milhares de aldeias é preservada a comuna popular, embora sob uma forma modificada. “O principal exemplo da sobrevivência organizacional maoísta é a aldeia Nanjiecun, [...] na província de Henan, que voltou à coletivização e à forma comuna, há cerca de 15 a 20 anos, com acesso, basicamente, livre para todos seus membros em relação a habitação, saúde e educação, inclusive pagando o prosseguimento dos estudos universitários dos seus jovens”, constatou Weil (*ibid.*, p. 38).

As cartas “Zhengzhou 4” e dos veteranos revolucionários são referências importantes dessa retomada das posições de esquerda na China. A carta “Zhengzhou 4” teve uma grande repercussão na China, pela Internet, e tratava-se, na verdade, de um abaixo-assinado de líderes esquerdistas chineses, sobretudo jovens, que residiam no país e no exterior, em defesa de quatro ativistas maoístas presos em 2004. Esses ativistas divulgaram um folheto na cidade de Zhengzhou, no aniversário da morte de Mao, em 9 de setembro de 2004, acusando os dirigentes do Partido e do Estado pela restauração do capitalismo na China. No caso da carta dos veteranos revolucionários a Hu Jintao, em 2004, não só reclamou-se apoio ao revigoramento das lutas de massas, maior participação dos trabalhadores nas decisões do Partido e do Estado, como também se apontou o exemplo da aldeia de Nanjiecun e reivindicou-se a volta ao caminho socialista.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

A elevação das forças produtivas na China, nos últimos quase 30 anos, sobretudo o elevado e prolongado ritmo de crescimento da economia, constitui um importante êxito da nação chinesa, nos marcos do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no mundo. Depois de um século de invasão, saques, humilhação e tratados injustos (desde a primeira guerra do ópio), as massas populares chinesas souberam realizar uma revolução profunda e vitoriosa em 1949, em articulação com a busca do socialismo. A nova e atual ascensão chinesa revela importantes características (entre tantos fatores complexos) de capacidade, energia e articulação social da grande nação chinesa, não obstante a marca da crescente dominação do capital.

Da experiência chinesa, ora tão exaltada em todo o mundo, tentou-se, neste estudo, evitar dois equívocos: (i) a comemoração **acrítica** do crescimento econômico estrito e (ii) a **limitação e contenção** do debate às fronteiras do confronto entre neoliberalismo e intervencionismo estatal. Isso não impediu que fossem discutidos, neste estudo, alguns elementos essenciais do crescimento econômico e da política econômica da China hoje. Porém, o fenômeno do espetacular crescimento econômico não pode ser escudo para as lacunas de respostas, no mundo, em face dos desafios teóricos profundos e estruturais acerca de modelos de democracia, liberdade, paz e progresso social, sem esquemas utópicos. Esta investigação não inseriu, em seu objeto de estudo, a possível contribuição importante e positiva que a China poderá representar como contraponto ao hegemonismo unilateral da superpotência norte-americana no mundo. Provavelmente, se não tivesse havido essa ascensão econômica atual da China, o mundo estaria conhecendo, hoje, um momento de ainda maior

desequilíbrio geopolítico, extremamente conservador e opressor, capitaneado pelos Estados Unidos ¹⁰⁴.

A contribuição para o esclarecimento e para a compreensão das mudanças econômicas exige, especialmente no caso da China, com seu passado revolucionário recente, o aprofundamento e a crítica das categorias Estado, capital, mercado e a discussão sobre a concepção de socialismo, à luz do marxismo. As transformações chinesas ocorrem no contexto da crise do socialismo real e da queda dos regimes da União Soviética e do Leste Europeu. As implicações em termos de desigualdades sociais e sua repercussão na estrutura de classes sociais são aspectos fundamentais, centrais, que não podem ser subestimados em hipótese alguma. As idéias, os debates, as experiências, a realidade concreta acerca do socialismo são balizas, no âmbito do materialismo histórico, para a avaliação das realizações e vicissitudes do socialismo realmente existente. O exame da totalidade e das contradições do processo de transformações da China foi traduzido na investigação acerca da reforma do Estado e da dominação do capital. A vigência do socialismo ou do capitalismo, na China hoje, foi, em uma palavra, o objeto deste estudo.

Em certo sentido, a mudança na China, no final da década de 1970, pode ser vista como uma surpresa, ao se ter em conta o conjunto do período anterior desde 1950 e, sobretudo, os 10 anos da Revolução Cultural. O que significou todo o palavrorio e agitação do maoísmo sobre a prevenção da restauração capitalista? A mudança foi gestada pelo acúmulo de tensões políticas, além das necessidades econômicas, a fim de passar de um desenvolvimento extensivo para um intensivo. A avaliação do período maoísta não pode ser limitada ao registro da industrialização do país ou aos índices de rápido crescimento da economia. O mais importante é a constatação de que a experiência desse período esgotou as forças e a esperança do projeto do socialismo. As tarefas socialistas foram esvaziadas pela negação da democracia, da cultura e de novas relações sociais de produção. Sem esse fracasso maoísta, não seria viável a viragem para as reformas de mercado e da propriedade privada.

¹⁰⁴ Do ponto de vista dos Estados Unidos, a China foi uma peça fundamental no tabuleiro do xadrez internacional para o fustigamento e isolamento da União Soviética, nas décadas de 1970 e 1980. Agora, na década de 2000, são os grandes capitais norte-americanos, implantados na China ou em aliança empresarial com os chineses, que desejam a preservação do padrão de estreitas relações diplomáticas e comerciais entre os Estados Unidos. É efetivo esse desejo dos grandes capitais dos Estados Unidos, não obstante as inevitáveis e crescentes contradições, tanto geopolíticas (a China: como potencial liderança regional asiática, com a cooperação com a Rússia e ex-Repúblicas soviéticas na Ásia Central, com a aproximação maior com a Europa –inclusive possível aquisição de armas estratégicas, com presença na América Latina e África) quanto diretamente comerciais (como ocorre com o déficit comercial dos Estados Unidos, a insistência pela desvalorização do *yuan* e abertura da conta de capital da China, e o debate no Congresso estadunidense sobre o status de Nação Mais Favorecida para a China).

Parece que só estava sendo esperada a morte de Mao Zedong para a inflexão do regime. Mao morreu em setembro de 1976 e o chamado bando dos quatro foi levado à prisão no mês seguinte. Esse outubro foi caracterizado por Charles Bettelheim como um golpe de Estado. Mas quem deu o golpe não foi ninguém de fora da cúpula dirigente. Foi uma inflexão política liderada pelos próprios principais dirigentes do Partido e do Estado. Um veterano líder terminou empalmando o papel principal - Deng Xiaoping, um dos dirigentes mais envolvidos na disputa pelo poder, durante todo o período maoísta. A luta política, com participação das massas de estudantes, operários e camponeses na China, como ocorreu na Revolução Cultural, era uma das expressões da continuidade da luta de classes no decurso da transição socialista, segundo a elaboração teórica de Mao Zedong.

Há continuidade e ruptura entre os períodos de Mao Zedong e das reformas. No período das reformas, persistiu o sistema Partido-Estado, sem o poder socializado efetivamente. Manteve-se, sob outras formas, muito diferentes, o eixo prioritário da construção econômica, como superação do atraso relativo do país, beneficiando-se da industrialização já alcançada. Reteve-se e ampliou-se o apelo nacionalista chinês. Herdou-se um posicionamento geopolítico estratégico, com a aproximação entre a China e os Estados Unidos, que, posteriormente repercutiu no curso e na natureza das reformas econômicas, além da abertura do mercado norte-americano. Mas, o período das reformas foi mais ruptura do que continuidade. A ruptura se materializa, sistemicamente, no abandono do contraditório projeto de socialismo e na instauração ou restauração da dominação capitalista, através das reformas liberalizantes e privatistas, cada vez mais profundas e abrangentes.

Adversamente, o resultado político final da Revolução Cultural foi abrir brecha para que a ala criticada como seguidora do caminho capitalista tomasse o poder, atacando o caos político criado pelos chamados ultra-esquerdistas. Todavia, para a inflexão política, era preciso dar um passo adiante: romper com o *maoísmo tardio*, romper com o seu legado de 1958, início do Grande Salto à Frente, até a morte de Mao Zedong, em setembro de 1976. Sem acusar as políticas de Mao pós-1958, como temerárias e utópicas, vanguardistas e aventureiras, não era possível radicalizar a opção pelo mercado. Abriu-se, assim, o caminho político para as reformas liberalizantes. A Revolução Cultural foi usada como um espantalho que favoreceu, em vez de bloquear, a restauração burguesa. De fato, a Revolução Cultural, a despeito das acusações enviesadas de Deng Xiaoping, provocou transtornos políticos,

perseguições, em vez de incorrer concretamente na estruturação da democracia socialista, e prejudicou um avanço mais consistente da construção econômica.

A administração pública na China pode ser compreendida mais amplamente como o exercício do poder, de acordo, de um lado, com a especificidade e autonomia relativa do Estado, e com a estratificação social em mudança no país, de outro. A ideologia, a política e a gestão que caracterizam essa administração são marcadas, essencialmente, pela complexa e contraditória interação dos temas do desenvolvimento econômico, do nacionalismo e do cosmopolitismo. O ecletismo é a marca da política econômica vigente, reunindo aspectos desenvolvimentistas, keynesianos e liberais. Essa nova administração chinesa é uma forma institucional que se distingue do modelo maoísta, adere a padrões desenvolvimentistas do Leste asiático, em certa medida, e, ao mesmo tempo, tende a se adaptar, cada vez mais, às normas liberais ocidentais. Portanto, já não é a institucionalidade maoísta, é outro modelo cujas contradições, tensões, movimento são marcantes, cada vez mais. É, assim, nessas bases complexas de gestão estatal, que, por exemplo, formula-se uma política cambial autônoma. Administra-se a liberalização, em processo, sobretudo comercial e financeira (em atendimento ao acordo com a OMC), e, simultaneamente, tenta-se estender os prazos, ganhar tempo, na preservação do controle da conta de capital, inconvertibilidade do *yuan* e restrição aos fluxos de capitais de curto prazo.

Os movimentos tendentes à liberalização econômica coexistem com políticas industriais e instrumentos de intervenção na estruturação industrial, no comércio exterior, na ciência e tecnologia e no financiamento. Contudo, no final, da década de 2000, a nova realidade econômica da China e as suas relações internacionais já mudaram bastante esse cenário de administração da economia, com a prevalência da liberalização econômica, cada vez mais, em termos de comparação com as regras da estruturação estatal do período maoísta. Na década de 1980, não houve importante privatização formal de empresas estatais urbanas, mas nos anos 1990, sobretudo a partir de 1997-8, ocorreram privatizações em massa. Além da venda de parte das empresas estatais, sobretudo pequenas e médias, conta-se com associação de firmas e bancos estatais com organizações privadas, inclusive transnacionais. Surgiram novas empresas privadas. O resultado inegável dessa privatização diversificada foi o aumento do peso da propriedade burguesa típica na estrutura econômica da China.

A administração do processo de mudanças na China não tem sido um exercício trivial, como demonstram os desafios, por exemplo, de: (i) incorporação de Hong Kong, em

1997, sobrecarregando ainda mais as contradições da estrutura social da China, sob a fórmula *um país, dois sistemas*; e (ii) sustentação do acelerado crescimento econômico, atravessando, quase incólume, períodos de grandes dificuldades como em 1989 e 1997-8 (crise asiática). Não foi simples, trivial, traçar a meta de ascensão econômica da China e alcançá-la. Houve uma profunda reviravolta nas condições de produção do país. Combinaram-se as formas extensiva e intensiva de desenvolvimento. Persiste, nos dias que correm, o impulso econômico. Constrói-se nova e gigantesca infra-estrutura econômica, instalam-se novas fábricas e, ao mesmo tempo, estabelecem-se pólos de tecnologia.

Esses novos processos econômicos são associados, cada vez mais, à adoção de mecanismos tipicamente capitalistas de propriedade e mercado, na China. As dificuldades, limites e esgotamento explicitados no final do período Mao exigiam flexibilidade estratégica. A tentativa de construção do socialismo mostrava-se como um processo mais complexo, muito mais demorado, encerrando reveses, contradições e crises importantes. Era difícil operar mudanças, perseverando na tentativa de edificação de um novo sistema social. Era difícil a necessária integração ao mercado mundial, sem concessões e recuos. Nessas circunstâncias, sob essas restrições, escolheu-se, na China, desde o final da década de 1970, um caminho que, por fim, conduziu à negação do próprio socialismo.

Assim, do ponto de vista do socialismo, outra reforma era possível? Só havia uma escolha, uma única possibilidade, um único caminho para as reformas, no final dos anos 1970, na China? Se reformas eram necessárias e desejadas, (PREMISSA), então eram inevitáveis o mercado, como único regulador, a propriedade privada, cada vez mais alargada, a dominação do capital e a reforma regressiva do Estado (TESE)? Não, não havia esse determinismo, essa única possibilidade, essa lei férrea, essa imposição da natureza em relação ao tipo e à direção das reformas. Contudo, reconheça-se, o certo e indubitável é que qualquer alternativa implicava em limites, restrições, dificuldades, novas contradições etc. Para os interesses da classe trabalhadora, é certo que as reformas não deveriam ter uma direção oposta ao socialismo, conduzindo à restauração capitalista.

Há elementos favoráveis à conjectura de que, do período maoísta, não era, comprovadamente, impossível recolher o legado das conquistas parciais (nas relações sociais de produção e das sobrevivências das lutas da esquerda) para tentar outras escolhas nas reformas necessárias. Não tinha que ser, por força da natureza, o caminho que foi escolhido para as reformas. Era possível, com maior ou menor probabilidade, beneficiar-se, apoiando-se

críticamente no período maoísta, do espírito de luta pelo igualitarismo entre cidade e campo, entre o litoral e o interior, entre as regiões, entre as mulheres e os homens, entre o trabalho manual e intelectual.

Assim, talvez, tivesse sido possível uma outra estratégia: (i) viabilizando a participação dos trabalhadores nas decisões da gestão do trabalho, sem prejuízo de certa autonomia da administração; e (ii) introduzindo a elevação da importância dos incentivos monetários, pela eficiência econômica, juntamente com a preservação dos interesses sociais da comunidade. Não era impossível introduzir, **parcialmente**, a ação de mercado, ampliar as trocas de mercadorias, recorrer ao sistema de preços, favorecendo a contabilidade imediata das empresas, valorizar o critério do lucro nos resultados das empresas. Porém, tudo isso não poderia significar a desistência da busca de formas de propriedade e planificação voltadas para o socialismo. Não é convincente um argumento de que inexistia qualquer possibilidade de escolha de mudança da planificação, tornando-a mais democrática, aproximando-a das decisões locais. Não há prova de incompatibilidade da combinação de metas quantitativas e alocação de recursos com fórmulas apenas indicativas.

As comunas populares e as brigadas e as equipes de produção poderiam ser reformuladas em busca de maior organicidade da democracia socialista, sem os arroubos voluntaristas de um coletivismo caricato e exagerado diante das condições materiais concretas da China. A descentralização da gestão das empresas estatais urbanas poderia (como já tinha sido experimentado fortemente em alguns momentos do período maoísta) reforçar o caráter mais coletivo e local da administração da economia. Não foi provada, demonstrada, a impossibilidade de inserção na economia internacional, sem prejuízo da autonomia de uma nova forma, mais flexível, de monopólio estatal do comércio exterior.

No contexto das mudanças políticas na China, no final da década de 1970, as reformas escolhidas e implementadas produziram novas características na formação do Estado e na estrutura econômica da China. Há uma sobrevivência de certo e importante controle da economia, na administração estatal, mas, em convergência ou não com essas políticas de Estado na atividade econômica, os ditames da acumulação privada do capital são explicitados, cada vez mais. Nesse novo quadro:

- (o quê), algumas das principais relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital, no caso da China consistem na: reorientação do papel do

Estado na economia; supressão da planificação (plano como um tipo de regulação em favor da tentativa contraditória de construção do socialismo); adoção do mercado como o regulador da economia; viabilização do predomínio da propriedade privada (mesmo que, parcialmente, encoberta como suposta propriedade coletiva em vez de estatal, em alguns casos) dos meios de produção; e maior alienação dos trabalhadores do Estado e da gestão do processo de trabalho.

- (origem), as principais relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital originaram-se das decisões da cúpula dirigente do Partido-Estado (burocracia) em interação com o próprio curso, cada vez mais autônomo, dominante, dos capitais privados na estrutura produtiva do país. Essa origem consiste, no caso das decisões dos dirigentes chineses, na identificação, ao longo do tempo, do mercado, de certa forma de integração à economia mundial e da propriedade privada dos meios de produção, como mecanismos indispensáveis, legítimos e naturais para a modernização da China. Essa modernização volta-se para um desenvolvimentismo socialmente acrítico, a fim de superar o atraso econômico relativo, restaurar a unidade e grandeza nacional da China (diáspora, Hong Kong, Macau, Taiwan). Essa forma de nacional-desenvolvimentismo já transformou a China em uma das principais potências do mundo, e pode aspirar sua ascensão como a segunda superpotência ao lado dos Estados Unidos.
- (como), as principais relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital se materializaram, ao longo de etapas de liberalização crescente, através dos processos diversos: descoletivização da agricultura, desmonte das comunas populares, criação de um mercado de trabalho liberalizado com gigantesco excedente de oferta de força de trabalho, precárias condições de trabalho e de salários, desmonte das formas precedentes de seguridade social, privatização de empresas estatais, predomínio da propriedade privada na estrutura produtiva, criação das zonas econômicas especiais com benesses para o capital estrangeiro, atração de investimento externo direto, incorporação e implantação de filiais das principais empresas transnacionais do mundo, incentivos à exportação, abertura do mercado doméstico via acordo com a OMC, formação de conglomerados chineses articulados com o processo de globalização etc.

- (implicações), as principais relações entre a reforma do Estado e a dominação do capital produzem implicações sistêmicas na formação sócio-econômica chinesa, comprovando a restauração capitalista. Ao lado da implicação do vitorioso e acelerado crescimento econômico surgem profundas mudanças nas relações sociais de produção na China. As implicações sobre a propriedade dos meios de produção, a exploração das massas trabalhadoras, a divisão do trabalho, o controle do processo de trabalho, a gestão da produção e a mudança na estratificação das classes sociais restauram a relação-capital. Essas implicações concretizam um processo, um movimento, de dominação capitalista na China. Surgem implicações relativas a valores ideológicos, aspirações, estilo de vida, privilégios, polarização entre as classes sociais. Exacerbam-se as desigualdades sociais e regionais. Uma minoria social enriquece aceleradamente, a grande maioria tem suas condições de vida pioradas, o meio ambiente é degradado. Em meio a isso tudo, crescem os protestos de operários e camponeses e começam a ressurgir correntes políticas de esquerda.

Na análise da reformas chinesas, a partir de 1978, o impetuoso crescimento econômico do produto tem como base uma nova e radical separação dos trabalhadores em face dos meios de produção. Ao invés do controle da propriedade pela burocracia estatal, agora o capital apresenta-se, majoritariamente, como proprietário das condições de trabalho. Dá-se o oposto da proposta do *Manifesto Comunista* - “O proletariado utilizará seu domínio político para arrancar pouco a pouco todo o capital à burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe dominante (...)” (MARX; ENGELS, 2001, p. 66). A burguesia chinesa e estrangeira, em interação com as decisões de privatização emanadas do Partido-Estado, arrancou, e continua arrancando, pouco a pouco, conforme o pragmatismo gradualista, todo o capital para centralizar a maioria dos instrumentos de produção diretamente nas mãos burguesas.

Ademais, considera-se a particularidade chinesa que consiste no gigantesco contingente de mão de obra no campo, que é “liberado” para o fluxo migratório, estourando todos os limites razoáveis da oferta de trabalho nas cidades da região costeira. As reformas exacerbaram as desigualdades regionais, as contradições entre o campo e a cidade e a piora

das condições de vidas das massas rurais. A proletarização acelerou-se com as crescentes e imensas dificuldades enfrentadas pelo sistema de responsabilidade familiar que substituiu, com sucesso inicial efêmero, a coletivização, as comunas, as cooperativas no campo. Instalou-se uma crise social profunda – de emprego, renda, seguridade social – no vasto campo chinês, suscitando preocupações dos atuais dirigentes Hu Jintao e Wen Jiabao.

A força de trabalho excedente é aproveitada para esmagar-se os níveis salariais. Há insuficientes meios de produção necessários para empregar os operários, os migrantes, os jovens, as mulheres, para subordiná-los diretamente ao processo de trabalho, segundo o curso livre contratação e conforme os cálculos dos capitalistas. Na China, hoje, já está majoritariamente desfeita a centralização dos meios de produção nas mãos do Estado, sobretudo a partir da privatização em massa, desde 1997-8. É verdade, há um acelerado desenvolvimento das forças produtivas, mas a força de trabalho, ou seja, a principal força produtiva, é submetida ao oposto de um desenvolvimento superior e pleno de sentidos. A contradição entre o capital e o trabalho repousa em bases explosivas, a exemplo do desemprego e das jornadas de 12 horas. Ademais, alguns aspectos do tipo de expansão econômica, em curso, estão em contradição com a preservação do meio ambiente. Ocorrem exploração predatória, devastação e desperdício de recursos produtivos, atingindo-se gravemente o meio ambiente.

Com as reformas regressivas, que viabilizaram o despojamento e a proletarização de grandes massas, com a centralização dos meios de produção nas mãos burguesas, inclusive com o grande fluxo de investimento direto externo (*FDI*), impõem-se as relações de produção capitalistas na China. São “relações determinadas, necessárias e independentes” em que as massas produzem e os capitalistas apropriam, privadamente, o produto, sempre em crescimento, em expansão acelerada na China. Nesse sentido, é de pouca valia o gesto dos principais dirigentes do Estado chinês, ao sacar “teorias”, “categorias”, “conceitos”, proclamando a teoria da harmonia social, como faz o presidente Hu Jintao, ou o “conceito de desenvolvimento científico”, como quer o primeiro-ministro Wen Jiabao. “O gênio já foi tirado de dentro da garrafa”: o capitalismo, com suas implicações, já se espalha na sociedade chinesa.

Agora, como dizia Marx, são relações entre classes sociais para organizar a produção, e são relações que se impõem, objetivamente até certo ponto, a não ser que os homens e as mulheres da China imponham outras escolhas, lutem por alternativas, tendo em

conta as condições políticas e sociais. Os chineses já mudaram essas relações de classes uma vez, é um processo que depende da vontade e da luta de classes, como insistia Mao Zedong. Assim, carece, absolutamente, de sentido falar em harmonia social nesse atual contexto de exploração capitalista desenfreada sobre os trabalhadores chineses. A sociedade harmoniosa, proclamada pelo presidente Hu Jintao, é um conceito, sem fundamento, desprovido de sentido na China hoje e cada vez mais.

As reformas em favor do mercado (como único regulador da economia e da divisão social do trabalho) e da propriedade privada e burguesa dos meios de produção geraram e aprofundaram desigualdades sociais e regionais na formação econômico-social. Reconheça-se que nem a tentativa de transição socialista, no período maoísta, nem muito menos a liberalização das reformas de Deng Xiaoping esvaziaram o amplo papel do Estado na vida da sociedade chinesa. Mudaram as formas de estruturação do Estado em associação com um processo complexo de estratificação de classes na sociedade. Com as atuais reformas, o Estado associa-se, em meio a contradições, ao aburguesamento das relações sociais. O “governo sobre as pessoas” afigura-se como um poder estatal com uma qualidade nova, hoje, com a crescente dominação do capital na vida social. É um marco significativo da luta política, em torno do poder, o ingresso de empresários capitalistas no Partido Comunista da China, desde 2002. As inovações políticas respondem principalmente à contradição entre uma base econômica de dominação capitalista e um aparato de Partido-Estado que se autoproclama socialista.

Em dois momentos importantes, Deng Xiaoping esteve à frente da manifestação de uma compreensão liberal acerca do papel do mercado (como coordenação econômica geral). Primeiro, na III Sessão Plenária do 11º Comitê Central, em dezembro de 1978, no nascedouro das reformas, estabeleceu-se que o mercado seria a chave da modernização socialista. Segundo, na viagem a Shezhen, em 1992, Deng argumentou que o mercado é só um instrumento econômico, que é empregado indistintamente no capitalismo e no socialismo.

A própria experiência chinesa já está mostrando o perigo e o erro de conceituar o mercado como algo apenas instrumental, neutro, técnico. O mercado, como se conhece hoje, é um mecanismo de circulação do capital. A troca mercantil é necessária à divisão social de trabalho e à propriedade privada, no quadro do sistema de produção de mercadorias. O mercado é uma forma de regulação e coordenação da economia, segundo a lei do valor e em conformidade com a autonomia da pluralidade dos capitais, instaurando a anarquia da

produção. As trocas contribuem para o fetiche da acumulação de capital, ao enevoar a exploração do trabalho na relação entre os homens no processo de produção.

O mercado, sendo o único e exclusivo regulador da economia, nunca pode ficar totalmente desacompanhado da propriedade privada dos meios de produção. Uma coisa puxa outra, mais cedo ou mais tarde. Quando os dirigentes chineses, conscientemente ou não, falavam já em 1978 em mercado como chave da economia, já estava colocada, implicitamente, a futura privatização das empresas estatais, o futuro predomínio das empresas privadas. Como diz Hobsbawm (1992, p. 264) e como estão vivenciando os chineses, a produção de desigualdade é algo intrínseco ao funcionamento mercantil.

Os chineses suprimiram a planificação estatal (na forma de tentativa de regulação da economia para o socialismo) e privatizaram empresas estatais em massa. Esse modelo chinês é muito diferente das proposições da regulação do mercado no socialismo, conforme, por exemplo, Oscar Lange e Alec Nove. Lange, acertadamente, reconhecia, na transição socialista, a necessidade do recurso do mercado para os bens de consumo e a força de trabalho, mas o economista marxista polonês mantinha a proposição da planificação central (que não precisa ser burocrática) e da propriedade estatal dos meios de produção (que não precisa ser ineficiente). Nove supunha, claramente, a planificação para as principais decisões de investimento e a propriedade estatal e coletiva majoritariamente.

O socialismo não pode ser confundido com uma evolução espontânea do capitalismo, com reformas e desenvolvimento econômico, conduzindo automaticamente ao socialismo. Esse evolucionismo, tributário das idéias de Eduard Bernstein, leva a mudanças redistributivas importantes, benefícios sociais, diante dos quais os trabalhadores não são indiferentes, mas são alterações que não significam a passagem automática ao socialismo. Na China, a forma de evolucionismo, baseada na acelerada expansão das forças produtivas, resulta em regressão na configuração do Estado e em dominação do capital, automaticamente ou por escolha e decisão dos dirigentes chineses. Apesar do desenvolvimento econômico atual, é simplesmente incabível falar em *socialismo com as peculiaridades chinesas*. Na verdade, na China, hoje, não há: protagonismo da luta de classe dos trabalhadores; processo de democratização crescente; socialização cada vez maior da política e do poder; trajetória de supressão da propriedade privada e coletivização dos principais meios de produção; e, sequer, distribuição a cada um segundo o trabalho.

Trata-se de reducionismo a insistência em proclamar a vigência do socialismo na China, esgrimindo a presença de empresas estatais em setores estratégicos. Isso é importante, pode desempenhar certo papel na gestão do desenvolvimento da China. Mas, como concepção de socialismo, isso é muito insuficiente. Socialismo é mais do que algumas empresas estatais, que repartem com o grande capital privado chinês e estrangeiro, inclusive nos chamados setores estratégicos, a dominação e exploração sobre os trabalhadores.

As transformações em curso implicam em distanciamento, em vez de aproximação, da sociedade chinesa em relação ao socialismo. São um afastamento da emancipação da humanidade. É essa a tendência regressiva geral que se observa, a seguir:

1. As atuais reformas não estão, supostamente, conduzindo a economia chinesa para algo como um futuro de uma associação de produtores livres, sem a vigência da relação-capital. Ao contrário, as reformas tornaram os produtores, ou seja, os trabalhadores, em escravos do capital, como comprovam a forte exploração do trabalho, as dificuldades de vida de operários e camponeses e o desmonte da seguridade social. A força de trabalho chinesa serve à rápida, acelerada, acumulação privada de capital na China, com repercussões na sustentação material dos negócios capitalistas no mundo.

2. Não há um processo de gradual enfraquecimento do papel da mercadoria e do mercado. A China já foi muito longe nesse terreno: erigiu um charlatanismo teórico, como desenvolvimento do marxismo, explicitando o mercado como regulador único e eterno da economia socialista. Os produtos do trabalho são, mais do que nunca, mercadoria, ou seja, fetiches e alienação eternos dos trabalhadores chineses. Começou a surgir um culto de admiração e reverência obsequiosa perante os burgueses, como gênios imprescindíveis da produção e da riqueza e da sabedoria no gozo dos prazeres da vida. Essa mentalidade de inferioridade e subserviência patenteia-se, também, perante os principais administradores e gerentes, heróis dos negócios e da vida luxuosa (HART-LANDSBERG; BURKETT, 2005). Portanto, a floraram novas formas de alienação dos trabalhadores perante a economia, a acumulação de capital, a política e a cultura.

3. Não há algum mínimo movimento em direção ao esvaziamento da polarização entre as classes sociais. As reformas, com o mercado e a propriedade privada, são usinas de desigualdades e polarização de classes, com a constituição de um proletariado, espoliado, formado por um excedente de braços.

4. A democracia não se desenvolve como um processo de crescente liberdade, participação e decisão dos trabalhadores, na atual experiência chinesa. O Estado chinês está muito longe de tudo que diga respeito à democracia socialista. Com as reformas, a tendência, apesar da preservação do sistema Partido-Estado autoproclamado socialista, é a instituição de um arremedo de direitos, que, na prática, beneficiam apenas alguns segmentos sociais (capitalistas, classe média). A China tem graves problemas de direitos humanos, mantém a pena de morte, a administração da justiça é precaríssima (GALLISSOT, 1987). Na China, não há vestígio de um Estado de Direito, tanto em relação a procedimentos democráticos, quanto em relação a um poder político dos trabalhadores e valores socialistas como substância da democracia.

A atual via de desenvolvimento chinesa aumentou a desigualdade entre a cidade e o campo, como atestam as estatísticas das discrepâncias de renda e condições de vida, inviabilizando a aliança de classes entre os trabalhadores urbanos e os camponeses, negligenciando, em certo grau, o desenvolvimento da agricultura. O leque da diferenciação salarial foi aberto, liberalizado, com imensas diferenças entre os ganhos e bônus dos principais administradores e gerentes em grandes empresas e os baixos salários dos trabalhadores, agravando a divisão entre o trabalho de direção e o trabalho manual. A integração da China na economia internacional é uma necessidade, mas não se pode avaliar as atuais relações internacionais como um fato natural. Os vínculos entre a aceleração do crescimento do produto e a economia mundial significam um reforço acentuado do sistema capitalista mundial. Esses vínculos implicaram em desmonte do monopólio do comércio exterior e importante dependência dos capitais, tecnologia e mercados externos. Refletindo a mudança nas relações sociais de produção, a gestão econômica e social a respeito de tecnologia e controle do processo de trabalho ignora completamente a necessidade do pronunciamento e das decisões dos trabalhadores.

Desenvolve-se um processo inicial, na década de 2000, de renascimento da esquerda na China. A luta de classes irrompe em forma espontânea, centrada em problemas econômicos imediatos, com greves, manifestações, confrontos com polícia, petições, mobilizando operários e camponeses. Avança a percepção, entre intelectuais críticos e ativistas operários e camponeses, sobre os vínculos entre os resultados sociais e ambientais duramente adversos das reformas e a própria restauração capitalista. As contradições saltam aos olhos, cada vez mais. A repercussão dos graves reveses sofridos pela gigantesca massa

camponesa pode colocar as principais autoridades chinesas em uma atitude política defensiva, receosas de desgaste e perda da legitimidade, a despeito do acelerado crescimento econômico. Trata-se de um processo político em que o Estado chinês - que se diz socialista e se associa ao avanço do capitalismo - pode tentar, talvez, inclinar-se, gradualmente, para uma política social-democrata, elevando os padrões de vida de setores sociais amplos e significativos, impulsionando ainda mais a formação de uma importante classe média, minimizando certos efeitos das desigualdades sociais e regionais.

Na China, hoje, verifica-se (i) expansão da desestatização produtiva (com o avanço da propriedade privada e do grande capital sobre os meios de produção), (ii) maior alienação dos trabalhadores das estruturas de poder político, (iii) aumento das desigualdades sociais e regionais (com aumento do controle do capital sobre as decisões econômicas e sobre o processo de trabalho), e (iv) maior polarização e divisão da sociedade em classes sociais com interesses e identidades antagônicos. Esses elementos configuram uma “nova” e regressiva natureza da formação sócio-econômica da China, a despeito das proclamadas intenções socialistas das autoridades.

Constata-se a vigência de uma instauração ou restauração capitalista, que, obviamente, não é incompatível com crescimento econômico, sob os marcos do desenvolvimento desigual e combinado. Assim, é possível, sem dúvida, a elevação da renda média, sobretudo, aproveitando-se a situação especial de um grande país, com um largo mercado potencial, com condições creditícias, tributárias, cambiais e salariais favoráveis à livre e rápida acumulação de capital.

A China passou a se constituir como mais um espaço geográfico muito importante para a expansão do capitalismo no mundo. Esse tipo de expansão econômica do país representou um alívio e um novo fôlego para o capitalismo mundial. Nesse sentido, as transformações econômicas chinesas, particularmente seu elevado ritmo de crescimento do produto e sua integração à economia mundial, representaram, efetivamente, um novo e poderoso impulso ao capitalismo na atualidade. Com a China, abriram-se novas oportunidades de investimento a fim de valorizar o capital, fortaleceu-se o comércio mundial, reforçou-se a dinâmica econômica regional asiática, favoreceu-se o suprimento da demanda norte-americana (inclusive com produtos e insumos, com preços baratos, ajudando a controlar a inflação, em benefício da acumulação de capital, inclusive a expansão dos mercados financeiros nos Estados Unidos).

Apesar das particularidades chinesas, não é possível dissociar a China da mundialização do capital em curso. Esse país, concretamente, reforçou o capitalismo contemporâneo como um sistema mundial, mais integrado, com mais liberdade de movimento e com maior concentração e centralização do capital, tanto do ponto de vista produtivo quanto financeiro.

REFERÊNCIAS:

ADB. **Private Sector Assessment. People's Republic of China**. Manila: Asian Development Bank, 2003.

ALAVI, Hamza. Marxismo e o Terceiro Mundo. In : BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 241-3.

ALLEN, Franklin; JUN, Quian; MEIJUN, Quian. **China's financial system: past, present, and future**. July 2005. Disponível em: <http://isb.edu/ISB-CAF/htmls/Franklin_Allen.pdf>. Acesso em: 20 set. 2006.

ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Trotsky, da defesa da autarcia à crítica do ultraprotecionismo**. Salvador: Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal da Bahia, 2002. (Textos para Discussão: nº 9).

AMAZONAS, João. **O revisionismo chinês de Mao Tsetung**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1981.

AMIN, Samir. A vocação terceiro-mundista do marxismo. In: HOBBSAWN, Eric J. (Org.). **História do Marxismo**. O marxismo hoje (primeira parte). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 301-332. (v. XI).

_____. Theorie et pratique du projet chinois de "socialisme de marché". In: AMIN, Samir *et al.* **Socialisme et marché: Chine, Vietnam, Cuba**. Louvain-la-Neuve: Centre Tricontinental; Paris: L'Harmattan, 2001. p. 53-89.

_____. **A propos de la Chine. Le "socialisme de marché"**. Etape dans la longue transition socialiste ou raccourci vers le capitalisme?. Congrès Marx International IV. Paris, sept. 2005. Disponível em: <<http://netx.u-paris10.fr/actuelmarx/m4aminsc.htm>>. Acesso em: 12 jan. 2006.

AN OVERVIEW of unemployment in China 2003. **China Labour Bulletin**, Hong Kong. Disponível em: <http://www.china-labour.org.hk/isso/article_pv.adp?article_id=5494>. Acesso em: 30 set.2004.

ARRIGHI, Giovanni; AHMAD, Iftikhar; SHIH, Miin-wen. As hegemonias ocidentais em perspectiva histórica. In: ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly J. (Org). **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto; UFRJ, 2001.

AUBERT, Claude; CABESTAN, Jean-Pierre; LEMOINE, Françoise. Introduction. **Revue Tiers-Monde**, Paris, t. XXXVII, n. 147, p. 469-472, juil.-sept. 1996.

AUBERT, Claude. Investissement-travail et infrastructures agricoles: bilan et actualité des corvées en Chine. **Revue Tiers Monde**, Paris, t. XXXII, n. 127, p. 510-532, juil.-sept. 1991.

_____. Chine rurale: le fossé villes/campagnes. **Revue Tiers Monde**, Paris, t. XXXVII, n° 147, p. 525-547, juil.-sept. 1996.

AUDREY, Francis. **China: 25 anos, 25 séculos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

AUMENTA diferencia de ingresos entre hombres y mujeres em China. **China Internet Information Center**, Beijing, 25 jan. 2004. Disponível em: <<http://service.china.org.cn>>. Acesso em: 28 set. 2004.

BALANCO, Paulo A. F. **Socialismo e mercado**: a dialética econômica da transição nos países atrasados e a ruptura stalinista. 1996. 267f. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

BANKING Business to be Further Opened, Whatchdog. **People's Daily Online**, Beijing, sept. 28, 2004. Disponível em: <http://english.peopledaily.com.cn/200409/28/eng20040928_158557.html>. Acesso em: 29 set. 2004.

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo senil**: a grande crise da economia global. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BELLUZZO, Luiz G. de M. **Ensaio sobre o capitalismo no século XX**. São Paulo: Unesp, 2004.

BENSAÏD, Daniel. As questões de outubro. In: _____; LÖWY, Michael. **Marxismo, modernidade e utopia**. São Paulo: Xamã, 2000. p. 168-176.

BENSMAN, David. China on the Capitalist Road. **Dissent Magazine**, New York, summer 2006. Disponível em: <<http://www.dissentmagazine.org/article/?article=649&print=1>>. Acesso: 14 out. 2006.

BENVENUTTI, Francesco. Bukharin e a história soviética dos anos vinte. In: LÊNIN et al. **Bukharin, teórico marxista**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. p. 129-137. (Coleção de Estudos Marxistas).

BERGÈRE, Marie-Claire. La Chine après Deng Xiaoping: développement économique et accomplissement nationaliste. **Revue Tiers Monde**, Paris, t. XXXVII, n. 147. p. 725-34. juil.-sept. 1996.

BERNAL, Martin. Mao e a revolução chinesa. In: HOBBSAWN, Eric J. (Org.). **História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: O novo capitalismo. O Imperialismo. O Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 375-417. (v. VIII).

BERNANKE diz que quedas nas Bolsas não tiveram um “único gatilho”. **Folha Online**, São Paulo, 28 fev. 2007. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u114801.shtml>>. Acesso em: 28 fev. 2007.

BERNSTEIN, Eduard. Prefácio. In: _____. **Socialismo Evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Instituto Teotônio Vilela, 1997a. (Coleção Pensamento Social-Democrata).

BERNSTEIN, Eduard. **Socialismo Evolucionário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Instituto Teotônio Vilela, 1997b. (Coleção Pensamento Social-Democrata).

BETTELHEIM, Charles. Prefácio da 3ª edição francesa. In: _____. **A planificação socialista da economia**. Lisboa: Edições 70. 1977. p. 7-22.

_____. Prefácio. In: _____. **Revolução cultural e organização industrial na China**. Rio de Janeiro: Graal, 1979a. p. 7-13.

_____. **Revolução Cultural e organização industrial na China**. Rio de Janeiro: Graal, 1979b. p. 15-134.

_____. Posfácio I. In: _____. **Revolução cultural e organização industrial na China**. Rio de Janeiro: Graal, 1979c. p. 135-168.

_____. Posfácio II. In: _____. **Revolução cultural e organização industrial na China**. Rio de Janeiro: Graal, 1979d. p. 169-177.

BLACKBURN, Robin. Prefácio. In: _____. (Org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 9-16.

_____. O socialismo após o colapso. In: _____. (Org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 107-215.

BLECHER, Marc. **Inequality and Capitalism in China**. June 2005. Disponível em: <<http://www.apsanet.org/imgtest/TaskForceDiffIneqDevBlecher.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2006.

BOTTOMORE, Tom. Formação social. In: _____. (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 159.

BRANDÃO, Luiz E. T. ; SARAIVA, Eduardo C. G. **Risco privado em infra-estrutura pública** : uma análise quantitativa de risco como ferramenta de modelagem de contratos. Disponível em: <<http://iag.puc-rio.br/~brandao/Pesquisa/Brandao%20Saraiva%20BNDES%2024%2002%2006.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2007.

BRUNHOFF, Suzanne de. **Estado e capital: uma análise da política econômica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985.

BUKHARIN, Nikolai. Notes of an economist. In: _____. **Selected writings on the State and the transition to socialism**. Translated, edited, and introduced by Richard B. Day with forewords by Stephen F. Cohen and Ken Coates. New York: M. E. Sharpe, 1982. p. 301-329.

_____. The Road to Socialism and the Worker-Peasant Alliance. In: _____. **Selected Writings on the State and the Transition to Socialism** Translated, edited, and introduced by Richard B. Day with forewords by Stephen F. Cohen and Ken Coates. New York: M. E. Sharpe, 1982. p. 209-294.

_____. **O imperialismo e a economia mundial**. Rio de Janeiro: MELSO, [195-? ou 196-?].

CABESTAN, Jean-Pierre. Chine: un État de lois sans État de droit. **Revue Tiers Monde**, Paris, t. XXXVII, n° 147, p. 649-668, juil.-sept. 1996.

CAMACHO, Karen. Brasil negocia limites para importação de produtos chineses. **Folha de São Paulo. Folha Online**, São Paulo, 18 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u110332.shtml>>. Acesso em: 10 set. 2006.

CAULFIELD, Janice L. Local Government Reform in China: a Rational Actor Perspective. **International Review of Administrative Sciences**, Brussels, v. 72, n. 2, p. 253-267, June 2006.

CHEN, John-ren. China's Way of Economic Transition. **Transition Studies Review**, v. 12, n. 2, doi:10.1007/s11300-005-0064-x, p. 315-333. Springer-Verlag, sept. 2005. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/u7x8741111031765/fulltext.pdf>>. Acesso: 5 jan. 2006.

CHEN, Yongquo. Globalization: resistance from the Chinese New Left. **Ariel**, Calgary, v. 34, n. 1, p. 111-125, jan. 2003.

CHESNAIS, François. Apresentação à edição brasileira. In: _____(Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHINA EMPLOYMENT Forum Beijing. Information Note. ILO. April 13, 2004. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/chinaforum/download/infonote2.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2004.

CHINA REPORTS first rise in poverty since start of reforms. AFP, July 18, 2004. Disponível em: <<http://chinastudygroup.org>>. Acesso em: 30 set. 2004.

CHINA. CONSTITUTION of the People's Republic of China. **People's Daily Online**, Beijing, march 22, 2004. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn/constitution/constitution.html>>. Acesso em: 6 maio 2005.

CHINA'S DOOR Now Wide-open for Foreign Banks. **People's Daily Online**, Beijing, aug., 5, 2004. Disponível em: <http://english.people.com.cn/200408/05/eng20040805_151971.html>. Acesso em 29 set. 2004.

CHINA'S FOREIGN reserves hit \$854 billion. **The Associated Press**, march 28, 2006. Disponível em: <<http://www.msnbc.msn.com/id/12048225/>>. Acesso em: 18 abr. 2006.

CHINA ISSUES Rules On Foreign-Funded Banks. **People's Daily Online**, Beijing, 17 nov. 2006. Disponível em: <http://english.people.com.cn/200611/17/eng20061117_322496.html>. Acesso: 27 nov. 2006.

CHINA RECONOCE por primera vez la propiedad privada con una ley. **El País**, Madrid, 16 mar. 2007. Disponível em: <<http://www.elpais.com>>. Acesso em: 17 mar. 2007.

CHINA TO OPEN Renminbi Business to Foreign Banks. **Bloomberg/Xinhua**, 16 nov. 2006. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-11/16/content_734524.htm>. Acesso: 25 nov. 2006.

CHINA WILL Become World's Second Highest investor in R&D by End of 2006, Finds OECD. Dec 04, 2006. Disponível em: <<http://www.oecd.org/sti/outlook>>. Acesso em: 12 dez. 2006.

CHOW, Gregory. Are Chines official statistics reliable? **CEsifo Economic Studies**, v. 52, n. 2, doi:10.1093/cesifo/ifl003, p. 396-414, June 2006. Disponível em: <<http://cesifo.oxfordjournals.org/cgi/reprint/52/2/364>>. Acesso em: 10 ago. 2006.

CITIGROUP Wins Battle for China Bank. Associated France Press. **China Daily Online**, Beijing, nov.16, 2006. Disponível: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-11/16/content_735413.htm>. Acesso: 26 nov. 2006.

CITOLEUX, Yves. Le financement et la régulation du développement chinois. **Revue Tiers Monde**, Paris, t. XXXVII, n° 147, p. 629-647, juil.-sept. 1996.

COATES, David. Reformismo. In : BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 313-4.

COCKSHOTT, Paul W.; COTTRELL, Allin. **Towards a New Socialism. New Preface**. 3rd draft. 2004. Disponível em: <http://ricardo.ecn.wfu.edu/~cottrell/socialism_book/preface_us.pdf>. Acesso em: 28 set. 2005.

CONG, Cao. L'industrie chinoise face au défi technologique. Les investisseurs étrangers sont les premiers pourvoyeurs de technologies. **Perspectives Chinoises**, Hong Kong, n. 83, mai-juin 2004. Disponível em:<http://www.cefc.com.hk/fr/pc/articles/art_ligne.php?num_art_ligne=8301>. Acesso em: 10 fev. 2005.

DAVIES, R. W. As opções econômicas da URSS. In: HOBBSAWN, Eric (Org.). **História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 83-103. (v. VII).

DAVIS, Deborah; YANJIE, Bian; SHAOGUANG, Wang. **Material Rewards to Multiple Capitals under Market-Socialism** June 2005 version. Disponível em: <http://research.yale.edu/sociology/faculty/docs/davis/davis_multipcap.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2006.

DENG, Xiaoping. **Textos Escogidos de Deng Xiaoping** (1975-1982). Beijing: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1984.

DOUGHERTY, Sean; HERD, Richard. **Fast-falling Barriers and Growing Concentration: the Emergence of a Private Economy in China**. Paris: OCDE. Economics Department, working paper (2005)58. Dec 16, 2005.

EL BANCO CENTRAL advierte sobre los graves desequilibrios del desarrollo económico. Xinhua. **China Internet Information Center**, Beijing, 29 oct. 2003. Disponível em: <<http://service.china.org.cn>>. Acesso em: 30 set. 2004.

ELSON, Diane. Socialismo de mercado o socialización del mercado? (2). **New Left Review**, London, v. I/172. Nov.-Dec. 1988. Foro de Economía Política (FEP) – Teoría Económica. 7 ene. 1994. Disponível em: <<http://www.red-vertice.com/fep/teoria.php>>. Acesso em: 20 set. 2004.

_____. A economia de um mercado socializado. In: BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 249-254.

EMPRESAS estatales chinas cotizadas en ultramar benefician a inversores foráneos. **Xinhua**, 25 mar. 2005. Disponível em: <<http://cu2.mofcom.gov.cn/aarticle/headnews/200503/20050300029392.html>>. Acesso em: 15 jul. 2006.

ENGELS, Friedrich. Persia-China. **New York Daily Tribune**, New York, May 22, 1857. Engels in New York Daily Tribune. Articles on China, 1853-1860. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/06/05.htm>>. Acesso em: 19 maio 2006.

_____. Introdução. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: Marx, Karl e _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? a]. p. 93-110. (v.1).

_____. Prefácio à Edição Inglesa. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. In: MARX, Karl e _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? b]. p. 283-302. (v.2).

_____. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl; _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? c]. p. 303-336. (v.2).

_____. Prefácio à segunda edição alemã. A situação da classe operária na Inglaterra. In: Marx, Karl e _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? d]. p. 211-224. (v. 3).

_____. Carta a Bloch. In: Marx, Karl e _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? e]. p. 284-6. (v. 3).

_____. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: MARX, Karl; _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? f]. p.269-80. (v.2).

_____. **Anti-Dühring**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FAIRBANK, John King. **China, uma nueva historia**. Santiago: Andrés Bello, 1996.

FARREL, Diana; LUND, Susan; MORIN, Fabrice. The Promise and Perils of China's Banking System. **McKinsey Quarterly**. New York, July 2006. Disponível em: <<http://www.mckinseyquarterly.com/>>. Acesso em: 10 out. 2006.

FENG, Chen. Industrial restructuring and workers' resistance in China. **Modern China**. Los Angeles, v. 29, n. 2, p. 237-262, apr. 2003.

FERRAZ, João Carlos; PAULA, Germano Mendes de; KUPFER, David. Política industrial In: KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia (Org.). **Economia Industrial**. Fundamentos teóricos e práticas no Brasil. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2002. p. 545-567.

FERNANDES, Luís. **URSS: Ascensão e Queda**. A economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista. São Paulo: Anita Garibaldi, 1991.

_____. **O enigma do socialismo real**. Um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. 1. ed. 2ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FINZI, Roberto. Lênin, Taylor, Stakhanov: o debate sobre a eficiência econômica após Outubro. In: HOBBSAWN, Eric (Org.). **História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 137-157. (v. VII).

FLASSBECK, Heiner. China's Spectacular Growth Since Mid-1990 – Macroeconomic Conditions and Economic Policy Changes. In: UNITED Nations Conference On Trade and Development (UNCTAD). **China in a Globalizing World**. Geneva: UNCTAD, 2005. p. 1-44.

FLEISHER, Belton M.; YANG, Dennis T. Labour Laws and Regulations in China. **China Economic Review**, v.14, n. 4, doi: 10.1016/j.chieco.2003.09.014, p. 426-433, dec. 2003. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/1043951X>>. Acesso em: 5 fev. 2004.

FOREIGN Funded Firms Bigger Winner of China's Trade Surplus. **People's Daily Online**, Beijing, abril 30, 2005. Disponível em: <http://english.people.com.cn/200504/30/print20050430_183380.html>. Acesso em: 5 maio 2005.

FRAGA, Érica. Livre comércio pode prejudicar os pobres, diz Nobel. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 dez. 2003, Caderno 2. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u78019.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2004.

FRENCH, Howard W. Polícia mata 20 manifestantes na China. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A-12, 10 dez. 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 45-60, mar. 2003.

FUKASAKU, Kiichiro; YU, Ma; QIUMEI, Yang. **China's Unfinished Open-Economy Reforms**: Liberalisation of Services. Paris: OECD-Development Centre, working paper n. 147, apr. 1999.

GALLISSOT, René. O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos. In: HOBSBAWN, Eric J. (Org.). **História do Marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo. O imperialismo. O Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 199-277. (v. VIII).

GANEM, Angela. Demonstrar a ordem racional do mercado: reflexões em torno de um projeto impossível. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 16, n. 2 (62), p. 105-122, abr.-jun. 1996.

GANG, Fan; LUNATI, Maria Rosa; O'CONNOR, David. **Labour Market Aspects of State Enterprise Reform in China**. Paris: OCDE. Development Centre, working paper n. 141, oct. 1998.

GLYN, Andrew. Will Marx be proved right? **Oxonomics**, Oxford, v.1, p. 13-16, dec. 2006.

GODEMENT, François. A China depois de Mao. In: HOBSBAWN, Eric J. (Org.). **História do Marxismo**. O marxismo hoje (primeira parte). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 281-300. (v. XI).

GRAMSCI, Antonio. A revolução contra *O Capital*. In: _____. Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. (v. I).

GRAY, Jack. Mao in perspective. **The China Quarterly**, London, n. 187, p. 659-679, sept. 2006.

GUERRERA, Francesco; MCGREGOR, Richard. Goldman leads trio in \$3,8 bn China deal. **Financial Times**, London, jan. 27, 2006. Disponível em: <<http://www.msnbc.msn.com/id/11047783/from/RL.2/>>. Acesso em: 10 abr. 2006.

GUO, Jian. Resisting Modernity in Contemporary China. The Cultural Revolution and Postmodernism. **Modern China**, Los Angeles, v. 25, n. 3, p. 343-376, july 1999.

HANQIN, Xue. China's Open Policy and International Law. **Chinese Journal of International Law**, Boulder, v. 4, n. 1, p. 133-9, june 2005.

HANSAKUL, Syetarn. **China's Banking Sector: Ripe for the Next Stage?** Deutsche Bank Research. Frankfurt am Main, p. 2. 7 dec 2006. Disponível em: <<http://www.dbresearch.com>>. Acesso em: 3 jan. 2007.

HART-LANDSBERG, Martin. Neoliberalism. Myths and Reality. **Monthly Review**, New York, v. 57, n. 11, p. 1-17, apr. 2006.

HART-LANDSBERG, Martin; BURKETT, Paul. China and Socialism: Market Reforms and Class Struggle. **Monthly Review**, New York, v. 56, n. 3, p. 1-123, july-aug. 2004.

_____. China and socialism. Engaging the issues. **Critical Asian Studies**, Cedar, v. 37, n. 4, p. 597-628, dec. 2005.

HAYEK, Friedrich A. Economia e conhecimento. In: CARNEIRO, Ricardo (Org.). **Os clássicos da Economia**. São Paulo: Ática, 1997. p. 184-206.

HEARTFIELD, James. China's Comprador Capitalism Is Coming Home. **Review of Radical Political Economics**, v. 37, n. 2, DOI: 10.1177/0486613404272694, p. 196-214, spring 2005. Disponível em: <<http://rrp.sagepub.com/cgi/content/abstract/37/2/196>>. Acesso em: 5 nov. 2005.

HEGEDÜS, András. A construção do socialismo na Rússia: o papel dos sindicatos, a questão camponesa, a Nova Política Econômica. In: HOBBSAWN, Eric (Org.). **História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 13-44. (v. VII).

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Coleção Os Economistas).

HINTON, William. On the Role of Mao Zedong, 2004. **Monthly Review**, New York, v. 56, n. 4, p. 51-9, sept. 2004.

HOBBSAWN, Eric. Adeus a tudo aquilo. In: BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 93-106.

_____. Renascendo das cinzas. In: BLACKBURN, Robin (Org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 255-270.

_____. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUCHET, Jean-François ; YAN, Xiangjun. Les entreprises d'État chinoises a la croisée de chemins. **Revue Tiers-Monde**, Paris, t. XXXVII, n. 147, p. 599-627, juil.-sept. 1996.

HUCHET, Jean-François. The Emergence of Capitalism in China: An Historical Perspective and Its Impact on the Political System. **Social Research**, New York, v. 73, n. 1, p. 1-26, spring 2006.

INSTITUTO de Geociências da Universidade de Brasília. Loess. Glossário Geológico Ilustrado. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/glossario/verbete/loess.htm>>. Acesso em 16 mar. 2007.

INTENSIFICA competencia del sector bancario de China tras su apertura. **Diário del Pueblo**. **People's Daily Online**, Beijing, 27 nov. 2006. Disponível em: <<http://spanish.peopledaily.com.cn/31621/5095205.html>>. Acesso: 29 nov. 2006.

JIANG, Zemin. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

JUDET, Pierre. La Chine monte em puissance. **Revue Tiers Monde**, Paris, t. XXXVII, n° 147, p. 473-92, juil- sept. 1996.

KAI, Guo; YANG, Yao. Causes of Privatization in China: testing Several Hypotheses. **Economics of Transition**, v. 13, n.2, doi:10.1111/j.1468-0351.2005.00221.x, p. 211-238, apr. 2005. Disponível em: <<http://www.blackwell-sinergy.com>>. Acesso em: 12 set. 2005.

KALECKI, Michal. A diferença entre os problemas econômicos cruciais das economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas. In: _____. **Economias em desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1987. p. 22-29.

KAHN, Joseph. A Sharp Debate Erupts in China over Ideologies. **The New York Times**, New York, march 11, 2006. Disponível em: <<http://www.nytimes.com>>. Acesso em: 20 abr. 2006.

KANAMORI, Toshiki; ZHAO, Zhijun. **Modeling the Private Sector in the PRC**. ADBI Research Policy Brief n° 15. Private Sector & PRC. Manila: Asian Development Bank, 2005.

KATSUNO, Masahiro. **Status and Overview Official ICT Indicators for China**. Paris: OECD, working paper DSTI/DOC(2005)4, 22 mar. 2005. Disponível em: <[http://www.oilis.oecd.org/oilis/2005doc.nsf/43bb6130e5e86e5fc12569fa005d004c/af092ce1a39bbefc1256fcc004ec136/\\$FILE/JT00180829.PDF](http://www.oilis.oecd.org/oilis/2005doc.nsf/43bb6130e5e86e5fc12569fa005d004c/af092ce1a39bbefc1256fcc004ec136/$FILE/JT00180829.PDF)>. Acesso em: 03 maio 2005.

KNIGHT, Nick. Origins of marxism in China. **China Information**, Leiden, 2005, v. 19, n. 3, p. 381-412, nov. 2005.

LA CHINE. Éléments de rétrospective, situation actuelle e futurs possibles. Les systèmes nationaux de recherche et d'innovation du Monde et leurs relations avec la France. Observatoire des Sciences et des Techniques et Ministère des Affaires Étrangères de la France. Oct. 2002. Disponível em: <<http://www.jinnove.com/upload/documentaire/PP-eu-191.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

LA POBLACIÓN China apuesta por las acciones en detrimento del ahorro bancario. 14 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.argenpress.info/notaold.asp?num=036758>>. Acesso em: 30 nov. 2006.

LANGE, Oskar. Sobre la teoria econômica del socialismo. In: _____ ; TAYLOR, F. M. **Sobre la teoria econômica del socialismo**. Barcelona: Ariel, 1969.

LANGE, Oscar (Org.). Economía política del socialismo. In: _____. **Problemas de economía política do socialismo**. México: Fundo de Cultura Económica, 1974a. p. 7-20.

_____. Papel de la planeación en la economía socialista. In: _____. **Problemas de economía política do socialismo**. México: Fundo de Cultura Económica, 1974b. p. 21-35.

_____. Problemas fundamentales de la construcción socialista. In: _____. **Problemas de economía política do socialismo**. México: Fundo de Cultura Económica, 1974c. p. 36-59.

LAS DIEZ mayores causas de preocupación para el pueblo chino en 2001. **China Internet Information Center**, Beijing. Disponível em: <<http://service.china.org.cn>>. Acesso em: 28 set. 2004.

LAUTARD, Stéphanie. State, Party, and Market: Chinese Politics and the Asian Crisis. **International Political Science Review**, v. 20, n. 3, p. 285-306, July 1999. Disponível em: <<http://intl-ips.sagepub.com/cgi/reprint/20/3/285>>. Acesso em: 10 out. 2003.

LEE, Harry F.; ZHANG, David D. Perceiving Land-Degrading Activities from the Lay Perspective in Northern China. **Environmental Management**, New York, v. 36, n. 5, p. 711-725, nov. 2005.

LEMOINE, Françoise e ÜNAL-KESENCI, Deniz. Assembly Trade and Technology Transfer : the Case of China. **World Development**, Montreal, v. 32, n. 5, p. 829-850, may 2004.

LEMOINE, Françoise. L'integration de la Chine dans l'économie Mondiale. **Revue Tiers Monde**, Paris, t. XXXVII, n° 147, p. 493-523, juil.-sept. 1996.

_____. **L'Économie de la Chine**. 4^e ed. Paris: La Découverte, 2006. (Collection Repères).

LÊNIN, Vladimir Ilitch. Que fazer? In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979a. p. 77-214. (tomo 1).

_____. A guerra e a social-democracia da Rússia. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979b. p. 559-564. (tomo 1).

_____. Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979c. p. 569-572. (tomo 1).

_____. O Imperialismo, fase superior do capitalismo. In: _____. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979d. p. 575-671. (tomo 1).

_____. A catástrofe que nos ameaça e como combatê-la. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980a. p. 165-200. (tomo 2).

_____. O Estado e a revolução. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980b. p. 219-305. (tomo 2).

_____. As tarefas imediatas do poder soviético. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980c. p. 557-587. (tomo 2).

_____. Acerca do infantilismo de “esquerda” e do espírito pequeno-burguês. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980d. p. 592-611. (tomo 2).

_____. A revolução proletária e o renegado Kautsky. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980e. p. 1-75. (tomo 3).

_____. A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980f. p. 275- 349. (tomo 3).

_____. Sobre o imposto em espécie (o significado da nova política e as suas condições). In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980g. p. 492-520. (tomo 3).

_____. Os sem partido e o poder soviético. Discurso gravado em disco. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980h. p. 521. (tomo 3).

_____. Sobre o imposto em espécie ou sobre o imposto em espécie e a livre troca de excedentes de cereais. Discurso gravado em disco. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980i. p. 522. (tomo 3).

_____. Discurso no encerramento da X Conferência do PCR (b), em 28 de maio de 1921. Discurso gravado em disco. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980j. p. 523-4. (tomo 3).

_____. Teses do relatório sobre a tática do PCR. III Congresso da Internacional Comunista. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega. 1980 l, p. 527-531. (tomo 3).

_____. Para o quarto aniversário da Revolução de Outubro. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980m. p. 544-550. (tomo 3).

_____. Relatório Político do Comitê Central do PCR (b), em 27 de março de 1922. XI Congresso do PCR (b). In: _____. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980n. p. 571-603. (tomo 3).

_____. Discurso no encerramento do Congresso, em 2 de abril de 1922. XI Congresso do PCR(b). In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980o. p.604-5. (tomo 3).

_____. Sobre o monopólio do comércio externo. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega. 1980p. p. 611-617. (tomo 3).

_____. Cinco anos da Revolução Russa e perspectivas da Revolução Mundial. Relatório no IV Congresso da Internacional Comunista, em 13 de novembro de 1922. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Omega. 1980q. p. 618-628. (tomo 3).

_____. Sobre a cooperação. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega. 1980r. p. 657-662. (tomo 3).

_____. Como devemos reorganizar a inspeção operária e camponesa. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980s. p. 666-669. (tomo3).

_____. É melhor menos, mas melhor. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980t. p. 670-681. (tomo 3).

_____. Sobre a importância do ouro agora e depois da vitória completa do socialismo. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980u. p. 551-556. (tomo 3).

LEUNG, Alicia S. M. Feminism In Transition: Chinese Culture, Ideology and the Development of the Women's Movement in China. **Asia Pacific Journal of Management**, Norwel, v. 20, n. 3, doi: 10.1023/A:1024049516797, p. 359-374, sept. 2003.

LI, Dasheng; DAVIS, John; LIMING, Wang., Industrialisation and Sustainability of China's Agriculture. **Economics of Planning**, nº 31, n. 2, p. 213-230, may 1998. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/n78012120716210t/fulltext.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2005.

LI, Yong Yan. One system, two Chinas. **Asia Times**, 9 aug. 2004. Disponível em: <<http://chinastudygroup.org>>. Acesso em: 29 set. 2004.

LI, Yuefen. Why is China the World's Number One Anti-dumping target? In: UNITED Nations Conference On Trade and Development. **China in a Globalizing World**. Geneva: UNCTAD, 2005. p. 75-104.

LOSURDO, Domenico. **Fuga da história?** A revolução russa e a revolução chinesa vistas de hoje. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

LUBISCO, M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas. **Manual de Estilo Acadêmico**. Monografias, Dissertações e Teses. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2003.

LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou revolução?** 4. ed. Lisboa: Estampa, 1970.

MACEDO, Mariano de Matos. **Experiências de planejamento em contextos de integração econômica**. 166 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

MAGDOFF, Harry; FOSTER, John Bellamy. Editors' Foreword. **Monthly Review**, New York, v.56, n. 3, p. 2-6, july-aug. 2004.

MANDEL, Ernest. In Defence of Socialista Planning. **New Left Review**, London, n. 159, p. 5-37, sept.-oct. 1986.

MAO, Tsetung. Llevar adelante la ayuda mutua y la cooperación em la agricultura como un trabajo de gran importância. In: _____. **Obras escogidas de Mao Tsetung**. Pekin: Ediciones em lenguas extranjeras, 1977a, tomo V, p. 72. Disponível em: <[http://www.marx2mao.com/M2M\(SP\)/Mao\(SP\)/MAA51s.html](http://www.marx2mao.com/M2M(SP)/Mao(SP)/MAA51s.html)>. Acesso em: 2 jun. 2004.

_____. Sobre diez grandes relaciones. In: _____. **Obras Escogidas de Mao Tsetung**. Pekin: Ediciones em lenguas extranjeras, 1977b, tomo V, p. 308-333. Disponível em: <[http://www.marx2mao.com/M2M\(SP\)/Mao\(SP\)/TMR56s.html](http://www.marx2mao.com/M2M(SP)/Mao(SP)/TMR56s.html)>. Acesso: 2 jun. 2004.

_____. Sobre la practica. In: _____. **Cinco tesis filosóficas de Mao Tsetung**. Buenos Aires: Agora, 2003a. p. 3-22.

_____. Sobre la contradiccion. In: _____. **Cinco tesis filosóficas de Mao Tsetung**. Buenos Aires: Agora, 2003b. p. 23-70.

_____. Sobre el tratamiento correcto de las contradicciones em el seno del pueblo. In: _____. **Cinco tesis filosóficas de Mao Tsetung**. Buenos Aires: Agora, 2003c. p. 71-118.

MAO, Tse-tung. **Filosofia, economia política**: comentários sobre el Manual de economía política soviético e sobre o libro Problemas económicos do socialismo em la URSS de José Stalin. Escritos inéditos. Buenos Aires: Mundo Nuevo, 1975.

_____. **O Livro Vermelho**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. Prefácio à edição russa de 1882 do Manifesto do Partido Comunista. In: _____. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? a]. p. 15-6. (v.1).

MARX, Karl. A revolução na China e na Europa. **New York Daily Tribune**, New York, Jul. 14, 1853. Karl Marx in the New York Daily Tribune. Articles on China, 1853-1860. Arquivo Marxista na Internet (MIA). Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1853/07/14.htm>>. Acesso em: 19 maio 2006.

_____. Trade with China. **New York Daily Tribune**, New York, Dec. 3, 1859. Karl Marx in the New York Daily Tribune. Articles on China, 1853-1860. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1859/12/03.htm>>. Acesso em: 19 maio 2006.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Introdução de Eric Hobsbawn. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. A guerra civil na França. In: _____. Engels, Friedrich. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? b]. p. 52-103. (v.2).

_____. Crítica ao programa de Gotha. In: _____. Engels, Friedrich. **Obras Escolhidas**, v. 2. São Paulo: Alfa-Omega, [197-? ou 198-? c]. p. 205-225. (v.2).

_____. **O Capital**: crítica da Economia Política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988a. Livro primeiro, v. I. (Coleção Os Economistas).

_____. **O Capital**: crítica da Economia Política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988b. Livro primeiro, v. II. (Coleção Os Economistas).

_____. **O Capital**: crítica da Economia Política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988c. Livro terceiro, v. IV. (Coleção Os Economistas).

_____. **O Capital**: crítica da Economia Política. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988d. Livro terceiro, v. V. (Coleção Os Economistas).

_____. Prefácio. Para a crítica da Economia Política. In: _____. **Para a crítica da Economia Política. Do capital. O rendimento e suas fontes**. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 49-54. (Coleção Os Pensadores).

McKIBBIN, Warwick J. Environmental Consequences of Rising Energy Use in China. **Asian Economic Policy Review**, Tokio, v. 1, n. 1, p. 157-174, june 2006.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Economia e política do desenvolvimento recente na China. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 92-112, jul.-set. 1999.

_____. A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 381-400, jul.-set. 2006.

MEDVEDEV, Roi A. O socialismo num só país. In: HOBBSBAWN, Eric (Org.). **História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 45-81. (v. VII).

MEHRAN, Hassanali; QUINTYN, Marc. Financial Sector Reforms in China. **Finance and Development**, Washington. Fundo Monetário Internacional, p. 18-21, mar. 1996.

MEZZETTI, Fernando. **De Mao a Deng: a transformação da China**. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

MILIBAND, Ralph. **Socialismo e ceticismo**. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP, 2000.

MILIBAND, Ralph. Estado. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 133-136.

MILONAKIS, Dimitris. New market socialism : a case of rejuvenation or inspired alchemy ? **Cambridge Journal of Economics**, Oxford, v. 27, n. 1, p. 97-121, sept. 2003.

MINQI, Li. A dialogue on the future of China. Interview. Chaohua Wang, Dan Wang and Minqi Li. **New Left Review**, London, n. 235, may-june, 1999, p. 62-106.

_____. The Rise of China and The Demise of the Capitalist World-Economy: Exploring Historical Possibilities in the 21st Century. **Science & Society**, New York, v. 69, n. 3, p. 420-48, July 2005.

MISES, Ludwig von. **Uma crítica ao intervencionismo**. Rio de Janeiro: Nórdica; Instituto Liberal, 1987.

MISRA, Kalpana. From 'Capitalist Roaders' to 'Socialist Democrats': Intellectuals in Post-Mao China. **China Report**, New Delhi, v. 33, n. 3, p. 267-295, aug.1997.

MOHUN, Simon. Capital. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 44-6.

NIELSEN, Ingrid; NYLAND, Chris; SMYTH, Russel; ZHANG, Mingqiong; ZHU, Cherrie Jiuhua. Which Rural Migrants Receive Social Insurance In Chinese Cities?: Evidence from Jiangsu Survey Data. **Global Social Policy**, Hamilton, v. 5 n. 3, p. 353-381, dec. 2005

NORTH, Douglass C. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México: Fundo de Cultura Económica, 1993.

NOVE, Alec. Economia soviética e marxismo: qual modelo socialista? In: HOBBSBAWN, Eric (Org.). **História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira

Internacional: A URSS da construção do socialismo ao stalinismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 105-136. (v. VII).

_____. **A economia do socialismo possível.** Lançado o desafio: socialismo com mercado. São Paulo: Ática, 1989.

OCDE. **La gouvernance en Chine.** Paris: OCDE. Organisation de Coopération et de Développement Économiques, 2005.

OECD. **Investment Policy Review. China:** progress and reform challenges. Paris: OECD. Organisation for Economic Cooperation and Development, 2003.

OFICINA de Investigación de la Historia del Partido Subordinada al CC del PCCh. **Breve Historia del Partido Comunista de China.** 1. ed. Beijing: Ediciones em Lenguas Extranjeras, 1994.

O'HARA, Phillip Anthony. A Chinese Social Structure of Accumulation for Capitalist Long-Wave Upswing? **Review of Radical Political Economics**, v. 38, n. 3, p. 397-404, summer 2006. Disponível em: < <http://rrp.sagepub.com/cgi/reprint/38/3/397.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2006.

OLIVEIRA, Amaury Porto de. O salto qualitativo de uma economia continental. **Política Externa.** São Paulo, Paz e Terra, Gacint-USP, Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais, v. 11, n. 4, p. 5-13, mar.-abr.-maio 2003.

OLIVEIRA, Nelson de. **Neocorporativismo e política pública:** um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado. São Paulo: Loyola; Salvador: CEAS, 2004.

ORGANIZAÇÃO Mundial do Comércio (OMC). **International Trade Statistics 2003. Selected long-term trends.** Disponível em: <http://www.wto.org/english/res_e/statis_e/its2003_e/section2_e/ii02.xls>. Acesso em: 3 jun. 2006.

OPPORTUNITIES and Challenges for a Globalized China. **World Economic Forum.** Disponível em: <<http://weforum.org/site/homepublic.nsf>>. Acesso em: 29 set. 2004.

PAIRAULT, Thierry. **Les régions chinoises: industrialisation inégale, développements divergents.** *Revue Tiers Monde*, Paris, t. XXXVII, n° 147, p. 549-568, juil.-sept. 1996.

PANITCH, Leo. Renewing socialism. **Monthly Review**, New York, v. 53, n. 9, p. 37-47, feb. 2002.

PEARCE, Fred. **China's changing farms damaging soil and water.** May 18, 2004. Disponível em: <<http://www.newscientist.com/news>>. Acesso em: 29 set. 2004.

POMAR, Wladimir. **O enigma chinês:** capitalismo ou socialismo. São Paulo: Alfa-Omega. 1987.

_____. **A revolução chinesa.** São Paulo: Unesp, 2003. (Coleção Revoluções do século 20).

POR QUE LA TASA de consumo em china se encuentra a n veles mínimos? **China Internet Information Center**, Beijing, 29/june/2004. Disponível em: <<http://service.china.org.cn>>. Acesso em: 28 set.04.

PORCARO, Mimmo. Post-scriptum. In: _____. **Charles Bettelheim: um longo adeus. Outubro**, São Paulo, n. 5, p. 78-81. 2001.

PUGH, Dave. William Hinton on the Cultural Revolution. **Montly Review**, New York, v. 56, n. 10, p. 33-42, mar. 2005.

REPORTED MINE accidents for june 2004. **China Labour Bulletin**, Hong Kong. Disponível em: <http://www.china-labour.org.hk/isso/article_pv.adp?article_id=5499>. Acesso: 29 set. 2004.

RODRÍGUEZ, María Teresa Rodríguez y. **China: reforma econômica y cambios constitucionales**. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE DERECHO COMPARADO. México, 4-6 oct. 2005. Disponível em: <<http://info.juridicas.unam.mx/sisjur/dercompa/pdf/2-105s.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2006.

ROVETTA, Pablo. Las empresas chinas avanzam en su internacionalización: China en el Fortune 500. **Carta Asia-Economía**, Barcelona, n. 178, p. 2. 19 jul. 2006. Disponível em: <http://www.casaasia.org/boletines_hist/economia/0206.html>. Acesso em: 15 set. 2006.

SARGESON, Sally. Full Circle? Rural Land Reforms in Globalizing China. **Critical Asian Studies**, Cedar, v. 36, n. 4, p. 637-656, dec. 2004.

SATO, Kiyotaka; ZHAOYONG, Zhang. Real Output Co-movements in East Asia: any evidence for a monetary union? **The World Economy**, Nottingham, v. 29, n. 12, doi:10.1111/j.1467-9701.2006.00863.x, p. 1671-1689. dec. 2006. Disponível em: <<http://www.blackwell...00863.x/enhancedabs>>. Acesso em: 4 jan. 2007.

SCHRAM, Stuart R. Mao Tse-tung. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 231-3.

SE AMPL A diferencia de ingreso entre la ciudad y el campo. **China Internet Information Center**, Beijing, 14/may/2003. Disponível em: <<http://service.china.org.cn>>. Acesso: 28 set. 2004.

SERÁ só uma bolha. ** poca**, São Paulo, p. 75. 12 fevereiro de 2007.

SHAN, Amita. Farmland Capital Construction in China and India: Incentives and Outcomes Under Changing Policy Scenario. **China Report**, New Delhi, v. 36: 4, p. 511-554, nov. 2000.

SHAW, William H. Materialismo histórico. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 259-263.

SHEYING, Chen. Social Problems of the Economic State: Historical Roots and Future Directions. **China Report**, New Delhi, v.38, n.2, p. 193-214, may 2002.

SINGH, Ajit. Du plan au marché: la reforme maîtrisée em Chine. **Revue Tiers Monde**, Paris, t. XXXV, n. 139, p. 559-684, juil.-sept 1994.

SKIDELSKY, Robert. Um gigante em fase de crescimento. **Biblioteca EntreLivros**, São Paulo, edição especial n. 5, p. 22-25. 2006.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas).

SOFRI, Gianni. O problema da revolução socialista nos países atrasados. In: HOBSBAWN, Eric J. (Org.). **História do Marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo. O imperialismo. O Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 329-373. (v. VIII).

SOUZA, Renildo. Uma introdução à crítica do modelo econômico chinês. In: GRASEL, Dirceu; SOUZA, Antonio Ricardo de (Org.). **Gestão pública e desenvolvimento econômico do Brasil**: perspectivas nacional e regional. Cuiabá: EDUFMT, 2005. p. 231-265.

_____. Alguns aspectos da ciência e tecnologia na China. **Economia Política Internacional: Análise Estratégica**, Campinas, Instituto de Economia da Unicamp, n. 5, abr.-jun. 2005. p. 58-67. Disponível em: < http://www.eco.unicamp.br/asp-scripts/boletim_ceri/boletim/boletim5/09_Renildo.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2005.

SPITZ, Clarice. Indústria têxtil entra com pedido de salvaguarda contra a China. Folha de **São Paulo. Folha Online**, São Paulo, 10 out. 2005. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u101189.shtml>>. Acesso em: 6 jan. 2006.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

TANG, Fuchun. A Look Into Privatization in Financial Fields. **China Internet Information Center**, Beijing, 20 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.china.org.cn/english/2003/jan/53973.htm>>. Acesso: 28 set. 2004.

TELÓ, Mario. Análise do capitalismo e teoria da revolução em Bukharin, dirigente da Komintern. In: Lênin *et al.* **Bukharin, teórico marxista**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. p. 139-172. (Coleção de Estudos Marxistas).

THERBORN, Göran. **¿Cómo domina la clase dominante?** Aparatos de estado y poder estatal en el feudalismo, el capitalismo y el socialismo. 6. ed. Madrid: Siglo veintiuno, 1988.

TO GET rich is glorious. **The Economist**, London, 19 jan. 2002, p. 33.

TOP 100 listed private enterprises unveiled. **People's Daily**, Beijing, 20 jun. 2006. Disponível em: <http://english.people.com.cn/200606/20/eng20060620_275641.html>. Acesso em: 10 ago. 2006.

TRINDADE, Héglio. Para onde vai a China? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n.5, p.86-99, out.1987.

TROTSKY, Leon. Rusia y el mundo capitalista. IN: MANDEL, Ernest (Org.). **TROTSKI, Teoría e práctica de la revolución permanente**. México: Siglo veintiuno, 1983. p. 175-9. (Biblioteca del pensamiento socialista).

TURNER, Bryan S. Sociedade asiática. In: BOTTOMORE, Tom (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 348-351.

UNIONS fight for more recognition **China Daily**, Beijing, 24/sept./2004. China Economic Net. Disponível em: <http://en.ce.cn/National/Local/200409/24/t20040924_1833188.shtml>. Acesso em: 30 set. 2004.

WANG, Hui. Entrevista. Fuego en la puerta del castillo. **New Left Review**, London, 2003. Disponível em: <newleftreview.org/?getpdf=NLR24004&lang=es>. Acesso em: 12 de jan. 2005.

WB. **China Data Profile**. The World Bank Group. Disponível em: <<http://devdata.worldbank.org/external/CPProfile.asp?PTYPE=CP&CCODE=CHN>>. Acesso em: 20 dez. 2006.

WEIL, Robert. Chinese Rubicon: Ideological and Practical Dilemmas of Denationalisation. **China Report**, New Delhi, v. 35, n. 1, p. 1-25, feb. 1999.

_____. Conditions of the Working Classes in China. **Monthly Review**, New York, v. 58, n. 2, p. 25-48, june 2006.

WEISS, John. China and Its Neighbours: Partners or Competitors for Trade and Investment? In: UNITED Nations Conference On Trade and Development. **China in a Globalizing World**. Geneva: UNCTAD, 2005. p. 47-74.

WILLIAMS, Harry. Socialism and the end of the perpetual reform State in China. In: **Journal of Contemporary Asia**, Manila, v. 31, n. 2, p. 161-195, may 2001.

WING, Thye Woo. **The Economics and Politics of Transition to an Open Market Economy: China**. Paris: OECD-Development Centre, working paper n. 153, oct. 1999.

WORLD BANK Office, Beijing. **China Quarterly Update**. nov. 2006. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTCHINA/Resources/318862-1121421293578/China06-11_en.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2006.

WORLD BANK. **Economic Achievements and Current Challenges**. Contry Brief. China. 2007. Disponível em: <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/EASTASIAPACIFICEXT/CHINAEXTN/0,,contentMDK:20610209~pagePK:1497618~piPK:217854~theSitePK:318950,00.html#Five_Year_Plan>. Acesso em: 15 jan. 2007.

WORLD BANK. **Country Statistical Information: China**. Disponível em: <<http://web.worldbank.org>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

WORLD BANK. IFC. **Privatization Database. China.** Disponível em: <<http://rru.worldbank.org/Privatization/Results.aspx?countryid=42&startyear=2000&endyear=2005§ors=1,2,3,4,5,6>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

XIAOBAI, Shen; WILLIAMS, Robin. A Critique of China's Utilitarian View of Science and Technology. **Science, Technology & Society**, New Delhi, v.10, n. 2, p. 197-223, sept.2005.

XU, Binglan. WB: Poverty relief efforts impressive. **China Daily**, Beijing, 2 dec. 2006. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/china/2006-12/02/content_748726.htm>. Acesso em: 15 dez. 2006.

YASHENG, Huang. One country, two systems: Foreign-invested enterprises and domestic firms in China. **China Economic Review**, n. 14, doi: 10.1016/j.chieco.2003.09.011. p. 404-416, Dec. 2003. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/journal/1043951X>>. Acesso em: 5 fev. 2004.

YICHING, Wu. Rethinking 'Capitalist Restoration' in China. **Monthly Review**, New York, v. 57, n. 6, p. 44-63, nov. 2005.

YING, Zhu. Major Changes Under Way in China's Industrial Relations. **International Labour Review**, Geneva. ILO, v. 134, n. 1, p. 37-49, 1995.

YINGYI, Qian. The Institutional Foundations of China's Market Transition. In: PLESKOVIC, Boris e STIGLITZ, Joseph (Eds.). **Annual World Bank Conference on Development Economics 1999**. Washington: The World Bank, 1999. p. 377-398.

YUANJIANG, Sun. Globalization and the integration of China into the world economy. In: UNITED Nations Conference On Trade and Development. **China in a Globalizing World**. Geneva: UNCTAD, 2005. p. 45-46.

YUCHAO, Zhu. Workers, Unions and the State: Migrant Workers in China's Labour-intensive Foreign Enterprises. **Development and Change**, The Hague, v. 35, n. 5, p. 1011-1036, nov. 2004.

ZHANG, Jun. **Panel: China's Future in the Age of Globalization.** China and the Future of the World. April 28-29, 2006. Disponível em: <<http://chicagosociety.uchicago.edu/china>>. Acesso em: 20 set. 2006.

ZHANG, Xiaoho. L'inégalité croissante des revenus en Chine et ses causes. In: AMIN, Samir *et al.* **Socialisme et marché: Chine, Vietnam, Cuba**. Louvain-la-Neuve: Centre Tricontinental; Paris: L'Harmattan, 2001. p. 125-141.

ZHENG, Xiaozhou. Forbes to enlarge China's richest list. 22/sept./2004. Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/2004-09/22/content_200991.htm> . Acesso em: 29 set. 2004.

4.65 MILLION private enterprises on Chinese mainland. **People's Daily**, Beijing, 10 nov. 2006. Disponível em: <<http://english.peopledaily.com.cn>>. Acesso em: 5 dez. 2006.